



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1700

Quarta-feira - 11 de Março de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Iomerê.....	173	Timbé do Sul.....	367
Anchieta.....	4	Irineópolis.....	173	Timbó.....	369
Antônio Carlos.....	4	Itá.....	175	Treze Tílias.....	372
Arroio Trinta.....	5	Itaiópolis.....	175	Trombudo Central.....	377
Ascurra.....	6	Itapiranga.....	176	Tunápolis.....	380
Balneário Rincão.....	7	Itapoá.....	178	Urussanga.....	380
Bela Vista do Toldo.....	8	Joaçaba.....	182	Videira.....	382
Biguaçu.....	9	Lages.....	195	Vitor Meireles.....	385
Blumenau.....	11	Lauro Muller.....	197	Xavantina.....	386
Bom Jesus do Oeste.....	28	Lindóia do Sul.....	199	Xaxim.....	389
Bom Retiro.....	30	Luzerna.....	199		
Braço do Trombudo.....	36	Macieira.....	247	Associações	
Brusque.....	42	Mafra.....	248	AMAVI.....	390
Caçador.....	43	Marema.....	250		
Camboriú.....	43	Massaranduba.....	251	Consórcios	
Campo Alegre.....	44	Meleiro.....	251	ARIS.....	391
Campos Novos.....	48	Modelo.....	253	CIGA.....	392
Canelinha.....	78	Navegantes.....	256	CIMVI.....	423
Canoinhas.....	78	Nova Trento.....	264	CIS Nordeste.....	423
Capinzal.....	83	Novo Horizonte.....	272	CPIMMOC.....	424
Catanduas.....	89	Orleans.....	273	CIGAMERIOS.....	446
Chapadão do Lageado.....	89	Palhoça.....	275	CIASS.....	446
Concórdia.....	91	Papanduva.....	278		
Cordilheira Alta.....	95	Paulo Lopes.....	279		
Coronel Freitas.....	97	Penha.....	283		
Coronel Martins.....	97	Pinheiro Preto.....	285		
Correia Pinto.....	98	Ponte Serrada.....	286		
Corupá.....	100	Porto Belo.....	287		
Curitibanos.....	108	Porto União.....	288		
Doutor Pedrinho.....	109	Pouso Redondo.....	291		
Ervai Velho.....	111	Presidente Castello Branco.....	292		
Faxinal dos Guedes.....	111	Rio do Sul.....	292		
Forquilha.....	112	Salto Veloso.....	295		
Fraiburgo.....	113	Santa Terezinha do Progresso.....	297		
Frei Rogério.....	117	Santiago do Sul.....	298		
Galvão.....	123	São Bento do Sul.....	299		
Garopaba.....	123	São Carlos.....	318		
Garuva.....	124	São Domingos.....	319		
Gaspar.....	125	São Joaquim.....	320		
Grão Pará.....	152	São José.....	320		
Guaraciaba.....	153	São José do Cedro.....	330		
Guaramirim.....	154	São Lourenço do Oeste.....	330		
Guarujá do Sul.....	154	São Miguel do Oeste.....	332		
Herval d'Oeste.....	155	São Pedro de Alcântara.....	341		
Ibiam.....	157	Schroeder.....	343		
Ilhota.....	158	Serra Alta.....	361		
Imarui.....	159	Siderópolis.....	364		
Imbituba.....	167	Sombrio.....	365		
Indaial.....	172	Tigrinhos.....	365		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.
Convoca o(a) Senhor(a) Rose Marcante, aprovado no Concurso Público 015/2014, no cargo de Agente Comunitária de Saúde para apresentar-se em quinze dias úteis, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo.
O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 09 de março de 2015
Novelli Sganzerla
Prefeito

Rose Marcante
Recebido em ____/____/____.

CONVOCAÇÃO

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.
Convoca o(a) Senhor(a) Sherlon Cristina De Bastiani, aprovado no Concurso Público 015/2014, no cargo de Orientador Escolar para apresentar-se em quinze dias úteis, contados a partir desta convocação, para assumir a vaga em caráter temporário.
O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 10 de março de 2015
Novelli Sganzerla
Prefeito

Sherlon Cristina De Bastiani
Recebido em ____/____/____.

PORTARIA 110/2015

PORTARIA Nº 110/2015 de 05 de março de 2015
"DESISTÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO 015/2014"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conferir desistência tácita, por não comparecimento no prazo legal, do Concurso Público 015/2014, de Camila Jéssica Cardozo, referente ao cargo em caráter efetivo de Agente Comunitário de Saúde, conforme Convocação em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 05 de março de 2015
Novelli Sganzerla
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 111/2015

PORTARIA Nº 111/2015 de 05 de março de 2015
"NOMEAR PARA O CARGO DE PROFESSOR 6º AO 9º ANO - ARTES O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo em caráter temporário de Professor 6º ao 9º Ano - Artes, a servidora Vanessa Cristina Parenti, inscrita no CPF sob o nº 086.658.929-58 a partir de 05/03/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 05 de março de 2015
Novelli Sganzerla
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 112/2015

PORTARIA Nº 112/2015 de 05 de março de 2015
"NOMEAR PARA O CARGO DE PROFESSOR 1º ao 5º ANO - 20 HORAS O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo em caráter temporário de Professor 1º ao 5º ano - 20 horas, a servidora Marisete Kochem, inscrita no CPF sob o nº 035.341.109-43 a partir de 05/03/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 05 de março de 2015
Novelli Sganzerla
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 113/2015

PORTARIA Nº 113/2015 de 09 de março de 2015
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário EDEMILSON ZANCHETTA, inscrito sob CPF nº 019.093.699-18, funcionário efetivo no cargo de Motorista, a partir de 09/03/2015 a 07/04/2015, período 13/14.
Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 09 de março de 2015
Novelli Sganzerla
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 114/2015

PORTARIA Nº 114/2015 de 09 de março de 2015
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário EBERSON ALVES, inscrito sob CPF nº 058.762.649-62, funcionário no cargo de Diretor de Apoio Administrativo e Operacional, a partir de 09/03/2015 a 23/03/2015, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 09 de março de 2015
Novelli Sganzerla
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 115/2015

PORTARIA Nº 115/2015 de 09 de março de 2015
"DESISTÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO 015/2014"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Deferir o pedido de Desistência do Concurso Público 015/2014, de Clauzia Adriana de Vargas Broll, referente ao cargo em caráter temporário de Professor 1º ao 5º ano - 40 horas, para

atuar 20 horas, conforme pedido de desistência anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 09 de março de 2015
Novelli Sganzerla
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 116/2015

PORTARIA Nº 116/2015 de 09 de março de 2015
"DESISTÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO 015/2014"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Deferir o pedido de Desistência do Concurso Público 015/2014, de Cleuci Fátima dos Santos, referente ao cargo em caráter temporário de Orientador Escolar, conforme pedido de desistência anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 09 de março de 2015
Novelli Sganzerla
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 117/2015

PORTARIA Nº 117/2015 de 10 de março de 2015
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária ROSANE PEREIRA GRISA, inscrito sob CPF nº 767.699.769-00, funcionário no cargo de Diretor do Departamento de Saúde, a partir de 10/03/2015 a 08/04/2015, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 10 de março de 2015
Novelli Sganzerla
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

Anchieta**PREFEITURA****EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 016-2015 NOVO PRAZO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 016/2015 - NOVO PRASO

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, considerando que no dia 10 de março de 2015 dia previsto para o julgamento do processo visando Aquisição de Rodas em Aço para Substituição na Máquina Moto-niveladora 120k Caterpillar da Secretaria de Infraestrutura, não compareceu nenhum interessado, fica designada nova data para a abertura das propostas no dia 25/03/2014 às 14:00 horas no mesmo local previsto no edital, para julgamento do mesmo. As demais cláusulas permanecem inalteradas. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 10 de março de 2015.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Antônio Carlos**PREFEITURA****PORTARIA N 154/2015**

PORTARIA Nº 154/2015.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital do Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, THAYSE DO AMARAL, para o cargo efetivo de TECNICO DE ENFERMAGEM, a partir de 11 de março de 2015, para atuar na Secretaria de Saude e Assistencia Social, passando a fazer parte integrante do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de março de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 11 de março de 2015.

PORTARIA N 155/2015

PORTARIA Nº 155/2015.

Concede Adicional a servidor

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº nº 1058/2005,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, ADICIONAL DE TITULAÇÃO, a servidora THAYSE DO AMARAL, ocupante do cargo efetivo de TECNICO DE ENFERMAGEM, a partir de 11 de março de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de março de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 11 de março de 2015.

PORTARIA N 156/2015

PORTARIA Nº 156/2015.

Concede Insalubridade a servidor

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, a servidora THAYSE DO AMARAL, ocupante do cargo efetivo de TECNICO DE ENFERMAGEM, a partir de 11 de março de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de março de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 11 de março de 2015.

PORTARIA N 157/2015

PORTARIA Nº 157/2015.

Concede Licença Maternidade a servidora.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1225/2009,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA MATERNIDADE, por 180 dias, a servidora ELOIZA SCHMITT, ocupante do cargo efetivo de TECNICO EM VIGILANCIA SANITARIA, a partir de 03 de março de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de março de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 11 de março de 2015.

Arroio Trinta**PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL Nº 0005/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0005/2015

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR 2015 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EM DIAS ESPECIALMENTE MARCADOS PARA ATIVIDADES QUE INCLUAM A PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS, SEGUNDO OS QUANTITATIVOS E DESCRIÇÕES DOS ITINERÁRIOS A SEREM PERCORRIDOS.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 24/03/2015.

Abertura dos Envelopes: Às 10h:00 do dia 24/03/2015.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através do e-mail: compras@arroio30.com.br ou através do site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 10 de março de 2015.

Hélio Renato Martins Fogliatto

Prefeito Municipal em Exercício

Ascurra

PREFEITURA

GABARITO DEFINITIVO CONCURSO PÚBLICO 002/2014

GABARITO DEFINITIVO

ATO 007/iobv/002/14

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

Concurso Público 002/2014 - Administração Geral - 01/03/2015

X - Anulada

Fundamental

Agente de Combate a Endemias

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	D	B	D	C	A	C	B	A	D	C	B	A	C	D	C	B	A
21	22	23	24	25															
B	A	X	C	D															

Agente Operacional

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	D	B	D	C	A	C	B	A	B	D	D	A	C	B	C	D	A
21	22	23	24	25															
B	D	A	C	B															

Auxiliar de Serviços Gerais

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	D	B	D	C	A	C	B	A	B	C	D	A	B	D	B	C	D
21	22	23	24	25															
A	D	C	A	B															

Médio

Agente de Educação Infantil

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	D	C	B	D	A	C	D	C	A	B	D	C	B	A	C	B	D	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	C	B	A	D	C	D	B	D	A	C	C	D	A	B	A	C	B	A	B

Auxiliar de Educação

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	D	C	B	D	A	C	D	C	A	B	D	C	B	A	C	B	D	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	C	B	A	D	B	C	D	A	D	B	B	A	D	C	D	A	C	B	A

Técnico de Enfermagem

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	D	C	B	D	A	C	D	C	A	B	D	C	B	A	B	D	C	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

D	B	A	D	C	A	C	C	D	B	A	B	A	D	C	B	D	C	A	B
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Superior

Assistente Social

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	B	D	A	C	B	A	D	A	C	B	A	D	B	D	C	B	C	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	A	C	C	A	D	B	A	C	B	D	A	D	C	B	C	A	B	D

Médico Clínico Geral

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	B	D	A	C	B	A	D	A	C	B	A	D	B	D	C	B	A	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	D	B	A	C	B	A	B	D	C	C	D	A	D	B	A	C	D	A	B

Psicólogo

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	B	D	A	C	B	A	D	A	C	B	A	D	B	D	C	B	A	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	D	B	A	C	D	A	B	D	C	B	B	A	C	C	A	B	C	D

Ascurra, 09 de Março de 2015.

GABARITO DEFINITIVO EMPREGO PÚBLICO 003/2014

GABARITO DEFINITIVO

ATO 009/iobv/003/14

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

Concurso Público 003/2014 - Emprego Público - 01/03/2015

X - Anulada

Fundamental

Agente Comunitário de Saúde

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	D	B	D	C	A	C	B	A	D	C	B	A	B	D	C	A	D
21	22	23	24	25															
B	C	B	A	D															

Auxiliar de Enfermagem

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	D	B	D	C	A	C	B	C	D	A	D	B	C	B	A	D	B
21	22	23	24	25															
C	A	D	B	A															

Superior

Assistente Social

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	B	D	A	C	B	A	D	A	C	B	A	D	B	D	B	C	D	A

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	A	C	C	A	D	B	A	C	B	D	A	D	C	B	C	A	B	D

Farmacêutico

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	B	D	A	C	B	A	D	A	C	B	A	D	B	D	B	C	D	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	D	A	C	D	B	C	A	C	B	C	D	D	B	A	C	C	A	B

Psicólogo

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	B	D	A	C	B	A	D	A	C	B	A	D	B	D	B	C	D	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	D	B	A	X	D	A	B	D	C	B	B	A	C	C	A	B	C	D

Ascurra, 09 de Março de 2015.

GABARITO DEFINITIVO PROCESSO SELETIVO 004/2014

GABARITO DEFINITIVO

ATO 006/iobv/004/14

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

Processo Seletivo 004/2014 - 01/03/2015

Superior

Professor I (hab. e não hab.)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	B	D	A	C	B	A	D	A	D	C	B	A	B	C	D	B	A	C
21	22	23	24	25															
C	B	D	A	C															

Ascurra, 09 de Março de 2015.

Balneário Rincão

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

TERMO DE RESCISÃO - CREMA

EXTRATO DE RESCISÃO

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 031/SAMAE/2014; CREMA CONSTRUÇÕES LTDA EPP; OBJETO: O presente termo tem como objeto a RESCISÃO do contrato firmado entre as partes em 03 de Setembro de 2014, nos termos previstos em sua Cláusula Décima Nona; ASSINATURA: 01/02/2015;

SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. João Iris Raupp Junior - Presidente e pela empresa o Sr. Daniel Barp Crema

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO 03/2015 - FMAS

Aviso de Licitações
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 003/2015 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015 - FMS
REGISTRO DE PREÇOS

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item. O objeto é o registro de preços para aquisição parcelada de material odontológico.

ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 09h00min do dia 25/03/2015.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 25/03/2015 às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro. O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo email compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 11 de Março de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 001.2015

Bela Vista do Toldo, SC, 02 de março de 2015.

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL
(Processo Licitatório nº 018.2011)
(Convite nº 013.2011)
(Contrato nº 024.2011)

Ilustre Senhor:

Objetivando a realização do pagamento da parcela referente a execução da obra de pavimentação asfáltica da Rua Francisco Karvat Sobrinho - Trecho A, utilizamo-nos do presente para NOTIFICÁ-LO para que no prazo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento desta, apresente a Nota Fiscal junto ao Departamento Contábil da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Ao
Exmo. Sr.
Andrino Jeroncio da Silva
Procurador da empresa
ENGPAV PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME
Rio do Sul-SC

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 002.2015

Bela Vista do Toldo, SC, 02 de março de 2015.

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL
(Processo Licitatório nº 019.2011)
(Convite nº 014.2011)
(Contrato nº 025.2011)

Ilustre Senhor:

Objetivando a realização do pagamento da parcela referente a execução da obra de pavimentação asfáltica da Rua Francisco Karvat Sobrinho - Trecho B, utilizamo-nos do presente para NOTIFICÁ-LO para que no prazo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento desta, apresente a Nota Fiscal junto ao Departamento Contábil da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Ao
Exmo. Sr.
Andrino Jeroncio da Silva
Procurador da empresa
ENGPAV PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME
Rio do Sul-SC

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 030/2015

DECRETO Nº 030/2015 DE 10 DE MARÇO DE 2015.
DECRETA LUTO OFICIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

CONSIDERANDO O FALECIMENTO DO SENHOR NATAU REGIS NO DIA 10/03/2015;

CONSIDERANDO QUE O MESMO ERA VEREADOR E TEVE DESTACADA ATUAÇÃO JUNTO A NOSSA COMUNIDADE.

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Luto Oficial nas repartições públicas municipais por 3 (três) dias.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 10 de março de 2015.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

PP 16/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 16/2015 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO DE EVENTOS E DE SOM VOLANTE, PARA O USO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL.
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 24 março, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 24 março, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site www.download.betha.com.br para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 11 de março de 2015.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 013/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 013/2014

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 013/2014, que entre si celebram, de um lado o Município de Biguaçu e de outro a LIGA DE FUTEBOL DA COMARCA DE BIGUAÇU.

Pelo presente instrumento, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, CNPJ nº 82.892.308/0001-53, com sede na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, representado neste ato pelo Senhor Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, portador do RG nº 2.954.911 e do CPF nº 019.850.619-88, doravante denominado simplesmente "Município" e de outro lado, a LIGA DE FUTEBOL DA COMARCA DE BIGUAÇU, CNPJ nº 82.703.190/0001-78, com sede na Rua João Born nº 190, Bairro Centro, Biguaçu-SC, representada neste ato pelo seu Presidente, Senhor Marcos Antônio Moresco, CPF nº 832.251.299-68, RG nº 2.783.139, residente e domiciliado na Rua Quintino Bocaiúva, nº 591, Bairro Fundos, Cidade de Biguaçu-SC, doravante denominada simplesmente "beneficiária", considerando o trabalho de interesse público que vem sendo realizado e a necessidade de apoio do Poder Público, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO, conforme solicitação feita no Ofício nº 010/2015, subscrito pelo Senhor Marcos Antônio Moresco - Presidente da LICOB.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência do Convênio 013/2014, previsto na Cláusula Sexta, por mais 02 (dois) meses, a contar de 09 de março de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do Convênio nº 0132014 não modificadas pelo presente instrumento, são ratificadas e permanecem em vigor.

E por estarem, assim, justas e acertadas, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem, para que surta, desde logo, os efeitos nele contidos.

Biguaçu, 09 de março de 2015.

Ramon Wollinger PREFEITO MUNICIPAL	Marcos Antônio Moresco PRESIDENTE DA LIGA DE FUTEBOL DA COMARCA DE BIGUAÇU
---------------------------------------	--

Marivalde Inêz Kons
CPF - 493.371.149-68
TESTEMUNHA

Alexandre Martins de Souza
CPF - 000.080.379-06
TESTEMUNHA

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2015-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2015-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DO PISO NAS SALAS DE VACINA E CONSULTÓRIO MÉDICO 15, QUE SE ENCONTRAM NA POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

EMPRESA CONTRATADA: CRISTIANI LOURI RODRIGUES & CIA LTDA - ME

VALOR: R\$ 1.544,00 (mil quinhentos e quarenta e quatro reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93. É dispensável a licitação:

(...)IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA: Considerando que houve o destelhamento na Policlínica Municipal, e por consequência fortes chuvas; Considerando que a região sul possui clima subtropical, e que em virtude disto ocorrem frequentes temporais no verão; Considerando que e em consequência das fortes chuvas houve o destelhamento nas salas de vacina e consultório médico nº 15, o que acarretou a danificação dos pisos; Faz-se necessária a compra emergencial de material para manutenção do piso das salas supramencionadas, tendo em vista que tal situação poderá comprometer a segurança das pessoas se não for regularizada, bem como comprometer o acesso dos municípios ao serviço de saúde. Nesse sentido, opta-se pela dispensa de licitação.

Biguaçu, 10 de março de 2015.
Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2015-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2015-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE TELHAS PARA SUBSTITUIÇÃO NA POLICLÍNICA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, DEVIDO AS FORTES CHUVAS. CUMPRE SALIENTAR QUE ESTA AQUISIÇÃO SE DÁ NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO IV, DA LEI 8.666/93.

EMPRESA CONTRATADA: CRISTIANI LOURI RODRIGUES & CIA LTDA - ME

VALOR: R\$ 964,50 (novecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93. É dispensável a licitação:

(...)IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA: Considerando que a região sul possui clima

subtropical, e que em virtude disto ocorrem frequentes temporais no verão; Considerando que em razão destas fortes chuvas houve o destelhamento na Policlínica Municipal devido as fortes chuvas; Faz-se necessária a compra emergencial de telhas para substituição daquelas que se encontram danificadas, tendo em vista que tal situação poderá ocasionar maiores prejuízos futuros se a ocorrência não for regularizada, como o comprometimento dos serviços prestados à população, perdas de equipamentos etc. Nesse sentido, opta-se pela dispensa de licitação.

Biguaçu, 10 de março de 2015.
Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

TP 65/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 65/2015 PMB
Objeto: AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTAÇÃO ELETRÔNICA PARA USO DO ACERVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA TERMO INTEGRANTE DESTE EDITAL.
DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Até às 13:45 horas do dia 31/03/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.
ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas do dia 31/03/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.
Local para obtenção do edital: site da PMB: www.bigua.sc.gov.br, ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019.

Biguaçu 10 de março de 2015.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

TP 66/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 66/2015 PMB
Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de mão de obra e fornecimento de material para a construção de ginásio de esportes na Avenida Beira Rio no Município de Biguaçu, de acordo com projetos, memorial descritivo, cronograma físico financeiro, orçamento e projetos, parte integrante deste edital.
DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Até às 13:45 horas do dia 01/04/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.
ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas do dia 01/04/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.
Local para obtenção do edital: site da PMB: www.bigua.sc.gov.br, ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019.

Biguaçu 10 de março de 2015.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.583/2015

DECRETO Nº 10.583, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

HOMOLOGA ALTERAÇÃO NO ESTATUTO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB, PROMOVIDA PELA RESOLUÇÃO Nº 004/2015, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, I, "h", combinado com o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 33, da Lei Complementar nº 743, de 19 de março 2010, e considerando o disposto no Ofício nº 35/2015, subscrito pelo Digníssimo Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a alteração promovida no Estatuto da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, homologado pelo Decreto nº 9.199, de 30 de junho de 2010, constantes da Resolução nº 004/2015, de 27 de fevereiro de 2015, baixada pelo Digníssimo Reitor com base na deliberação do Conselho Universitário - CONSUNI, tomada em sessão plenária de 26 de fevereiro de 2015, cuja íntegra acompanha o presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.583/2015 - ANEXO

RESOLUÇÃO Nº 004/2015, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

Altera dispositivos da Resolução nº 35/2010, de 28 de junho de 2010, que "Homologa o Estatuto da Fundação Universidade Regional de Blumenau".

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando, ainda, deliberação do egrégio Conselho Universitário - CONSUNI - Processo nº 002/2015, Parecer nº 001/2015, tomada em sua sessão plenária de 26 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar os Arts. 1º, 2º, 4º, 82, inciso V, 97, inciso IV, e 111, inciso II, da Resolução nº 35/2010, de 28 de junho de 2010, que "Homologa o Estatuto da Fundação Universidade Regional de Blumenau, ...", os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º A Fundação Universidade Regional de Blumenau, denominada FURB, instituída pela Lei Municipal nº 1.557, de 24 de dezembro de 1968, reconhecida como Universidade pelo Ministério da Educação pela Portaria Ministerial nº 117, de 13 de fevereiro de 1986, e com sua estrutura administrativa estabelecida pela Lei Complementar Municipal nº 743, de 19 de março de 2010, é uma pessoa jurídica de direito público interno e integrante da Administração Pública Indireta do Município de Blumenau na forma de Autarquia Municipal de regime especial."

"Art. 2º []

Parágrafo único: A FURB poderá utilizar a denominação Universidade Regional de Blumenau para fins de divulgação, devendo o termo Fundação Universidade Regional de Blumenau, ser utilizado nos documentos oficiais."

"Art. 4º Fundamentada no princípio inalienável da liberdade de pensamento e de crítica, a FURB é uma instituição integrada à comunidade, agente de transformações sociais e tem como missão promover o ensino, a pesquisa e a extensão, fomentando o desenvolvimento socioeconômico sustentável e o bem estar social".

"Art. 82. Compete ao Conselho de Unidade Universitária:

[...]

V - (REVOGADO);

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO
Resolução nº 004/2015/Reitoria
Fls. 2/2

[...]

"Art. 97. Compete ao Conselho da Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante:

[...]

IV - (REVOGADO);

[...]"

"Art. 111. É vedada a acumulação de dois ou mais dos seguintes cargos de:

[...]

II - (REVOGADO);

[...]

Parágrafo Único. O Vice-Reitor poderá acumular outra função na gestão superior, mantendo atribuições inerentes a seu cargo, vedado o acúmulo de vencimentos."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Blumenau, 27 de fevereiro de 2015.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 18.510/2015

PORTARIA Nº 18.510, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE EXONERAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, Resolve:
CONCEDER EXONERAÇÃO aos seguintes servidores públicos municipais:

THAISE MORGANA BATISTA, do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 13 de fevereiro de 2015, conforme Processo Administrativo nº 1190/02/2015;

RODOLFO LUIS RIBAS, do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 20 de fevereiro de 2015, conforme Processo Administrativo nº 1247/02/2015;

DARCI CARDOSO, do cargo de provimento efetivo de Mecânico, lotado na Secretaria Municipal de Administração, a contar de 19 de fevereiro de 2015, conforme Processo Administrativo nº 1183/02/2015;

NELSON DA SILVA, do cargo de provimento efetivo de Pedreiro de Manutenção Oficial, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, a contar de 20 de fevereiro de 2015, conforme Processo Administrativo nº 1220/02/2015;

ALEXANDRA SCHROEDER, do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 23 de fevereiro de 2015, conforme Processo Administrativo nº 1294/02/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de março de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.511/2015

PORTARIA Nº 18.511, DE 05 DE MARÇO DE 2015.
ALTERA O PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO
DE CONDUÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ERIBERTO
GONÇALVES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 102 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e alterações posteriores, regulamentado pelo Decreto nº 8.616, de 1º de fevereiro de 2008, Resolve:
ALTERAR o percentual de gratificação de condução do servidor público municipal ERIBERTO GONÇALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, concedida pela Portaria nº 12.230/2008, para GC de 30% (trinta por cento), a contar de 01 de fevereiro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de março de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.512/2015

PORTARIA Nº 18.512, DE 05 DE MARÇO DE 2015.
DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JAQUELINE ERHARDT PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIA ESCOLAR DO CEI "THIAGO ANZINI".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, e de conformidade com o Memorando nº 84/2015, de 26/02/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Resolve:
DESIGNAR,

a contar de 18 de fevereiro de 2015,
a servidora pública municipal JAQUELINE ERHARDT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o

exercício da função de Secretária Escolar do CEI "Thiago Anzini", concedendo-lhe a gratificação de 20% (vinte por cento) de que trata o art. 1º, I, da Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de março de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.513/2015

PORTARIA Nº 18.513, DE 05 DE MARÇO DE 2015.
CONCEDE EXONERAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL
MYLENE MARIA DAL COL PEREIRA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, Resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO a servidora pública municipal MYLENE MARIA DAL COL PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 25 de fevereiro de 2015, conforme Processo Administrativo nº 1361/02/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de março de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.514/2015

PORTARIA Nº 18.514, DE 05 DE MARÇO DE 2015.
DISPENSA ANDREIA DA SILVEIRA DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO
GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, Resolve:
DISPENSAR

a servidora pública municipal ANDREIA DA SILVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, da função gratificada de confiança de Coordenador de Cadastro de Pessoal, FGC-50%, concedida pela Portaria nº 17.050, de 18/06/2013, no dia 26 de fevereiro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de março de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.515/2015

PORTARIA Nº 18.515, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

DECLARA VAGO O CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, OCUPADO POR ANDREIA DA SILVEIRA, EM VIRTUDE DE POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o inciso V, do art. 44, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, Resolve:

DECLARAR VAGO,

a contar de 27 de fevereiro de 2015,
o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, ocupado pela servidora pública municipal ANDREIA DA SILVEIRA, lotada na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, em virtude de sua posse no cargo de Analista de Recursos Humanos, nomeada pela Portaria nº 18.456, de 17/02/2015, de acordo com Processo Administrativo nº 2015/02/1372.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.516/2015

PORTARIA Nº 18.516, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, Resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 53/2015, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 003/2014, a contar de 02 de março de 2015:

PATRICIA SCHARF PISA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARIA HELENA VIEIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

PAULO ROBERTO LONDERO VOTO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

TATIANA DELLANDREA MICHELMANN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JESSICA CORDEIRO RAMOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JESSICA THOMAZI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

INGRID ARNOLD, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CARLOS COLASSO RIBEIRO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARCIA APARECIDA SOFKA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

TATIANE SILVA MARIANO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARIA ELISE DA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARIZETTE MORAIS LOCHS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.517/2015

PORTARIA Nº 18.517, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

DESIGNA ANDREIA DA SILVEIRA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, Resolve:

DESIGNAR

a servidora pública municipal ANDREIA DA SILVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Recursos Humanos, lotada na Secretaria Municipal de Administração, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Cadastro de Pessoal, FGC-50%, a contar de 27 de fevereiro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.518/2015

PORTARIA Nº 18.518, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE EXONERAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL FABIANE KRUMREICH SIEFERT.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, Resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO a servidora pública municipal FABIANE KRUMREICH SIEFERT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a contar de 20 de fevereiro de 2015, conforme Processo Administrativo nº 1237/02/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10.519/2015

PORTARIA Nº 18.519, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, Resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 53/2015, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 001/2014, a contar de 02 de março de 2015:

PRISCILA SCHNEIDER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

TAFFAREL PEREIRA HOSTINS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CARLOS EDUARDO CORREA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional

- GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

EMANUELE ANDRADE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

EMANOELA SCHUBERT DE FREITAS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SAMANTHA DIRKSEN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SILVANA ITUNA PLANQUE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LEONARDO CESAR FARIAS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JHONATA ALEX MOSER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.520/2015

PORTARIA Nº 18.520, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, Resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 53/2015, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 003/2014, a contar de 02 de março de 2015:

LIDIANE TSCHIEDEL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CANDIDA KRAUSE DE MORAES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

THAIS CRISTINA DOS SANTOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JULIANA DELLANDREA PEREIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SONIA REGINA CORDEIRO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JOSIELMA DE FATIMA OLIVEIRA AMARAL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

PRISCILA ALVES DIRSCHNABEL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ELIANE HELGA DA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

TANIA LOPPNOW, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SIMONE SOARES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JOANA MICUANSKI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

NAIR DE JESUS FERNANDES SANTANA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

REGIANE CARLA OLIVEIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional

Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.521/2015

PORTARIA Nº 18.521, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, Resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 53/2015, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 003/2014, a contar de 02 de março de 2015:

SHARLENE LUCIANE ESKELSEN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

DEBORA DOS SANTOS COSTA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ANDRÉ ALMIR KAESTNER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

BEATRIZ HOLZ, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARILEIA BONA MIURA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SAMANTA FREITAS DOS SANTOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARIA HELENA GESSER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ANA MARIA INACIO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

KARINE CORDOVA DA ROCHA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

IRACEMA DA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

PAMELA STARAUCHECK, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ELISANGELA PEREIRA DA CRUZ, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ELISABETE RIBEIRO DOS SANTOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.522/2015

PORTARIA Nº 18.522, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, Resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 53/2015, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 003/2014, a contar de 02 de março de 2015:

ROSELI MENDES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CLAUDIA RODRIGUES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional

Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JAQUELINE KNUTH DE AMORIN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ANA TEREZINHA WAYERS MORAIS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SEDNEIA APARECIDA BIF CARDOSO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

GRACELI CEREGATTI RAMOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

TAIS JUCIMARA PEREIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

DAYANE KARINA MACHADO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARA PATRICIA NETO ROSA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

TEREZINHA APARECIDA SILVA POLEZA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SIRLEI CRESTANI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ELISABETE MASSING JACINTHO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JANICE APARECIDA SOUZA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.523/2015

PORTARIA Nº 18.523, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

DISPENSA A PROFESSORA DELCI TEREZINHA GUERRA DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIRETOR ADJUNTO DA "EBM FRANCISCO LANSER".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar n. 822, de 21/10/2011, e de conformidade com o Memorando n. 095, de 04/03/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Resolve: DISPENSAR, a contar de 03 de fevereiro de 2015, a Professora Delci Terezinha Guerra, do exercício da função de Diretor Adjunto da EBM "Francisco Lanser", nomeada pela Portaria nº 16.895, de 03/02/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.524/2015

PORTARIA N. 18.524, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

DESIGNA, TEMPORARIAMENTE, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DELCI TEREZINHA GUERRA PARA O EXERCÍCIO DE DIREÇÃO DA EBM "FRANCISCO LANSER" E CONCEDE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento na Lei n. 7.796, de 16/10/2012 e de conformidade com o Memorando SEMED n. 095/2015, de 04/03/2015, Resolve: DESIGNAR

a contar de 04 de fevereiro de 2015, a servidora pública municipal DELCI TEREZINHA GUERRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, integrante do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, para o exercício de direção da EBM "Francisco Lanser", enquanto perdurar o afastamento da diretora titular Rosa Maria Brandalise, nomeada pela Portaria nº 16.460, de 14/12/2012, concedendo-lhe a gratificação de que trata a Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.526/2015

PORTARIA Nº 18.526, DE 09 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA CRISTIANE CARLA LARGURA FERREIRA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIRETOR ADJUNTO DA E.B.M. "VISCONDE DE TAUNAY"

E CONCEDE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011, e de conformidade com o Memorando nº 77/2015, de 26/02/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Resolve: NOMEAR,

a contar de 20 de fevereiro de 2015, CRISTIANE CARLA LARGURA FERREIRA, servidora pública municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para o exercício da função de Diretor Adjunto da EBM "Visconde de Taunay", concedendo-lhe a gratificação de que trata o art. 1º, II, da Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.527/2015

PORTARIA Nº 18.527, DE 09 DE MARÇO DE 2015.

DISPENSA LAWRENCE SILVA CAMPOS DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CIDADÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, Resolve: DISPENSAR

o servidor público municipal LAWRENCE SILVA CAMPOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotado na Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão, da função gratificada de confiança de Assessor de Projetos de Engenharia Geotécnica, FGC-30%, concedida pela Portaria nº 16.881, de 12/04/2013, no dia 01 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.528/2015

PORTARIA Nº 18.528, DE 09 DE MARÇO DE 2015.
DISPENSA JUÇARA DE SOUZA GOMES DAVID
DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA
DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, Resolve:
DISPENSAR

a servidora pública municipal JUÇARA DE SOUZA GOMES DAVID, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da função gratificada de confiança de Assessor de Regulação de Média Complexidade, FGC-50%, concedida pela Portaria nº 16.874, de 12/04/2013, no dia 02 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de março de 2015.
NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.529/2015

PORTARIA Nº 18.529, DE 09 DE MARÇO DE 2015.
DESIGNA SÉRGIO FRIESE PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, Resolve:
DESIGNAR

o servidor público municipal SÉRGIO FRIESE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor de Regulação de Média Complexidade, FGC-50%, a contar de 03 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de março de 2015.
NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 28.991/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 28.991, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015.
AUTORIZA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SIMONI PAULI DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE FISIOTERAPIA PELA SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI - FACULDADE METROPOLITANA DE BLUMENAU - UNIASSSLVI/FAMEBLU.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, Resolve:

AUTORIZAR

O afastamento da servidora pública municipal SIMONI PAULI, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, com remuneração, para realizar estágio obrigatório do Curso de Graduação de Fisioterapia pela Sociedade Educacional Leonardo da Vinci - Faculdade Metropolitana de Blumenau - UNIASSSLVI/FAMEBLU, com início em 23 de fevereiro de 2015 e término previsto para 11 de julho de 2015, em jornada parcial de trabalho, totalizando 58 dias alternados, conforme Processo Administrativo nº 2015/02/0011113.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de fevereiro de 2015.
RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 28.992/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 28.992 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2015.
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 8.615, de 01 de fevereiro de 2008, Resolve:
CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, com base nos termos do artigo 137, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo indicados:

Cadastro	Nome	Lotação	Processo	Período	
				Início	Fim
229727	Elenize Terezinha de Souza	SEMU-DES	2014/10/7690	09/09/2014	05/02/2015
229720	Josiane Leite do Nascimento	SEMUS	2014/06/4219	26/06/2014	01/09/2014
218243	Karin Marianne Schildwachter Melo	SEMUS	2014/06/4233	10/06/2014	03/07/2014
208388	Luciana de Fátima Dalpasquali	SEMU-DES	2014/06/4177	10/06/2014	10/07/2014
170941	Maria Luiza Makufka	SEMED	2014/09/6452	07/09/2014	17/10/2014
228701	Regina de Oliveira	SEMED	2014/12/9613	20/11/2014	19/12/2014
171689	Teresinha Fischer	SEMED	2014/09/6201	01/09/2014	12/11/2014
229509	Terezinha Aparecida Barbosa dos Santos Chumis	SEMED	2014/07/4653	07/07/2014	05/08/2014
228899	Soraya Dambroso Caigar de Medeiros	SEMU-DES	2015/02/0874	28/01/2015	11/02/2015
228653	Susana da Veiga	SEMED	2015/02/0932	02/02/2015	03/03/2015

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 28.993/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 28.993, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2015.
CEDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL
ANA PAULA ANTUNES À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS
- FMD.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.175, de 13/11/2013, Resolve:
CEDER

com ônus para o Município, a servidora pública municipal ANA PAULA ANTUNES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, à Fundação Municipal de Desportos - FMD, a contar de 18 de fevereiro de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº 2015/02/001094.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de fevereiro de 2015.
RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 28.994/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 28.994, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2015.
AUTORIZA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VANESSA FERNANDES DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO, PELA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, Resolve:
AUTORIZAR

O afastamento da servidora pública municipal VANESSA FERNANDES, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, com remuneração, para realizar Curso de Mestrado em Educação, pela Universidade Regional de Blumenau - FURB, com início em 05 de março de 2015 e término previsto para 27 de novembro de 2015, em jornada integral de trabalho, totalizando 75 dias alternados, conforme Processo Administrativo nº 2015/02/001240.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de fevereiro de 2014.
RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 28.995/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 28.995, DE 02 DE MARÇO DE 2015.
AUTORIZA O RETORNO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GILSON ADRIANO PAIM DA SILVA AO EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE MOTORISTA, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, Resolve:
AUTORIZAR

o retorno do servidor público municipal GILSON ADRIANO PAIM DA SILVA, ao exercício do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD,

a contar de 19 de fevereiro de 2015, conforme Processo Administrativo nº 2015/02/001148.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 02 de março de 2015.
RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 28.996/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 28.996, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.
AUTORIZA O AFASTAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DOUGLAS HENRIQUE DA SILVA DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, Resolve:
AUTORIZAR

O afastamento do servidor público municipal DOUGLAS HENRIQUE DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ, com remuneração, para realizar Estágio Obrigatório do Curso de Graduação em Direito pela Universidade Regional de Blumenau - FURB, com início em 25 de fevereiro de 2015 e término previsto para 24 de junho de 2015, totalizando 18 dias alternados, em jornada parcial de trabalho, conforme Processo Administrativo nº 2015/02/001376.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de fevereiro de 2015.
RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.034/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.034, DE 09 DE MARÇO DE 2015.
AUTORIZA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANDREIA RONCAGLIO GERALDO DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA PELO CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI - UNIASSELVI.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, Resolve:
AUTORIZAR

O afastamento da servidora pública municipal ANDREIA RONCAGLIO GERALDO, ocupante do cargo efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, com remuneração, para realizar estágio obrigatório do Curso de Graduação de Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI, com início em 24 de março de 2015 e término previsto para 24 de abril de 2015, em jornada parcial de trabalho, totalizando 07 dias alternados, conforme Processo Administrativo nº 2015/02/001152.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de março de 2015.
RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.035/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.035 DE 09 DE MARÇO DE 2015.
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 8.615, de 01 de fevereiro de 2008, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, com base nos termos do artigo 137, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo indicados:

Cadastro	Nome	Lotação	Processo	Período	
				Início	Fim
229864	Andreia Aparecida Fedrigo de Col	SEMUS	2015/01/0348	08/01/2015	19/01/2015
145408	Canuta Aparecida do Nascimento	SEMED	2015/01/05106	22/01/2015	27/01/2015
088196	Denise Prada Radtke	SEMED	2015/012/0957	28/01/2015	26/02/2015
181200	Eliane Correia	SEMED	2015/01/0099	05/12/2014	02/02/2015
696372	Fabiana de Souza	SEMUS	2015/01/0476	20/01/2015	26/01/2015
221341	Gilbran Reis	SEMED	2015/02/1314	17/02/2015	03/03/2015
195561	Helena Maria da Rosa Hostin	SEMED	2015/02/1410	16/02/2015	15/03/2015
141771	Hilda Bernart	SEDEC	2015/01/0613	27/01/2015	10/02/2015
141674	Jaisa Cenira Dolzan	SEMU-DES	2015/01/0566	20/01/2015	25/02/2015
191698	Jane Sarmiento	SEMED	2015/02/1083	12/02/2015	12/04/2015
228690	Joni Pereira	SEPLAN	2015/01/0373	15/01/2015	13/02/2015
229751	Márcia de Oiveria Salvio	SEMED	2015/01/0104	01/12/2014	29/01/2015
194735	Márcia Roseli Guetter Geisler	SEMU-DES	2015/02/0953	02/02/2015	13/02/2015
206865	Maria Rita Mafra	SEMED	2015/01/0341	07/01/2015	05/02/2015
2016917	Mary Nadia Koffke	SEMUS	2015/02/0954	03/02/2015	14/02/2015

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.038/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.038 DE 09 DE MARÇO DE 2015.
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 8.615, de 01 de fevereiro de 2008, Resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, com base nos termos do artigo 137, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores

ocupantes de cargo de provimento efetivo indicados:

Cadastro	Nome	Lotação	Processo	Período	
				Início	Fim
222496	Rafael Rodrigues Batista Pereira	SEMUS	2015/02/1039	05/02/2015	19/02/2015
221694	Shirley Lun-gen Machado	SEMED	2015/02/1067	02/02/2015	03/03/2015
229700	Silvia Rodrigues Bezarro	SEMUS	2015/01/0253	05/01/2015	20/01/2015
202070	Simone Raimundi Friedel	SEMED	2015/01/0039	04/12/2014	09/01/2015
219010	Sirlene Olimpio	SEMED	2015/01/0443	16/01/2015	30/01/2015
144533	Uyara Rubia Rycerz	SEMED	2015/02/1037	02/02/2015	03/03/2015
194832	Valéria Piquet Braga Sarmiento	SEMUS	2015/01/0343	09/01/2015	30/01/2015
105252	Valtrudes Lorentino Babel	SEMUS	2015/01/0446	20/01/2015	30/01/2015

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

EXTRATO Nº 031/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 031/2015

Dispensa de Licitação nº. 020/2015

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a AQUISIÇÃO DE DEFENSAS RODOVIÁRIAS (GUARD-RAILS) PARA COLOCAÇÃO NO ESTACIONAMENTO DO BLOCO T DO CAMPUS I DA FURB. Contratada: Lisy Soluções em Metalurgia Ltda. Valor/Fonte de Despesa: R\$ 6.955,00 (seis mil, novecentos e cinquenta e cinco reais)/3.3.90.30.00.00.00.

Blumenau, 6 de março de 2015.
Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

PORTARIA Nº 701/2014 - FURB

PORTARIA Nº 701/2014, DE 16 DE MAIO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Edésio Luiz Simionatto.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

EDÉSIO LUIZ SIMIONATTO

cadastro funcional nº 2397, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Química, para participar, como membro titular de banca de doutorado, relativamente ao

Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Ciências dos Materiais - PIPE da Universidade Federal do Paraná - UFPR, em Curitiba - PR, no dia 22 de maio de 2014.

Blumenau, 16 de maio de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 702/2014 - FURB

PORTARIA Nº 702/2014, DE 16 DE MAIO DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Jürgen Andreas.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

JÜRGEN ANDREAUS

cadastro funcional nº 5091, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Química, para participar do IPFB2014 - 8th International Conference on Polymer and Fiber Biotechnology, em Braga - Portugal, no período de 23 de maio a 3 de junho de 2014.

Blumenau, 16 de maio de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 703/2014 - FURB

PORTARIA Nº 703/2014, DE 16 DE MAIO DE 2014
Concede licença remunerada à Servidora Adriana Kroenke.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

ADRIANA KROENKE

cadastro funcional nº 8758, ocupante do cargo de Professora Universitária, lotada no Departamento de Matemática, para proferir palestra, relativamente ao Projeto de Ensino de Graduação - PEG da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, em Dourados - MS, no período de 16 a 20 de maio de 2014.

Blumenau, 16 de maio de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 704/2014 - FURB

PORTARIA Nº 704/2014, DE 16 DE MAIO DE 2014
Concede licença remunerada à Servidora Ivonete Oliveira Barcellos.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

IVONETE OLIVEIRA BARCELLOS

cadastro funcional nº 3713, ocupante do cargo de Professora Universitária, lotada no Departamento de Química, para participar da 37ª Reunião da Sociedade Brasileira de Química, em Natal - RN, no período de 23 a 30 de maio de 2014.

Blumenau, 16 de maio de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 705/2014 - FURB

PORTARIA Nº 705/2014, DE 19 DE MAIO DE 2014
Retifica a Portaria nº 199/2013.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

Retificar a Portaria nº 199/2013, de 5 de abril de 2013.

Onde se lê: (...) regido pelo Edital nº 021/2011 e, ainda, a deliberação do Conselho Universitário - CONSUNI - Processo nº 033/2012, Parecer nº 028/2012 (...).

Leia-se: (...) regido pelo Edital nº 023/2012 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE - Processo nº 005/2013, Parecer nº 009/2013 (...).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalteradas as demais disposições constantes da Portaria nº 199/2013.

Blumenau, 19 de maio de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 706/2014 - FURB

PORTARIA Nº 706/2014, DE 19 DE MAIO DE 2014
Altera as Portarias nº 155/2013 e nº 427/2014.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e, considerando o teor do Memorando nº 011/2014/CEPH, desta data, oriundo da coordenadora do Comitê de Ética na Pesquisa em Seres Humanos - CEPH da FURB,

RESOLVE:

Alterar as Portarias nº 155/2013, de 14 de março de 2013 e nº 427/2014, de 27 de março de 2014, que designa integrantes do Comitê de Ética na Pesquisa em Seres Humanos - CEPH da FURB, conforme segue:

- Enfermeira MAURA FORTES BRAIBANTE KADER, na condição de representante titular da Comunidade Externa;
- Farmacêutica ALICE BUSS CRUZ, na condição de representante suplente da Comunidade Externa.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalteradas as demais disposições constantes das Portarias nº 155/2013 e nº 427/2014.

Blumenau, 19 de maio de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 707/2014 - FURB

PORTARIA Nº 707/2014, DE 20 DE MAIO DE 2014

Designa integrantes da Comissão de Ética no Uso de Animais - CEUA da FURB.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Resolução nº 009/2014/Reitoria, de 20 de fevereiro de 2014, bem como as respectivas indicações constantes do Memorando nº 010/2014/CEUA, de 12 de maio de 2014, oriundo da Coordenação da CEUA, DESIGNA:

- a) JULIO CESAR DE SOUZA JÚNIOR (Titular) - Responsável Técnico do Biotério Central;
- b) DÉBORA DELWING DAL MAGRO (suplente) - Coordenadora do Biotério Central;
- c) SÉRGIO LUIZ ALTHOFF e KEILA ZANIBONI SIQUEIRA BATISTA (suplentes) - docentes, Biólogos do Departamento de Ciências Naturais;
- d) FELIPE FOLETTO GELLER (suplente) - docente, Médico Veterinário do Departamento de Medicina Veterinária;
- e) EDISON SANFELICE ANDRÉ (suplente) - docente da área específica do Centro de Ciências da Saúde;
- f) SARA CRISTIANE BARAUNA (titular) e ZELINDA MARIA BRAGA HIRANO (suplente) - docentes da área específica do Centro de Ciências Exatas e Naturais;
- g) HELENA MARIA ZANETTI DE AZEREDO ORSELI (titular), lotada no Centro de Ciências Jurídicas e NICOLAU CARDOSO NETO (suplente), lotado no Departamento de Medicina Veterinária - docentes da FURB com atuação em área relacionada ao escopo da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008.

para comporem a Comissão de Ética no Uso de Animais - CEUA da FURB.

Blumenau, 20 de maio de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 708/2014 - FURB

PORTARIA Nº 708/2014, DE 20 DE MAIO DE 2014

Designa Banca Examinadora para o Concurso Público de Provas e Títulos para o provimento de cargo de Professor Universitário, Área Temática (Matéria): Química Analítica - Componentes Curriculares (Disciplinas): Química Analítica Quantitativa, Química Analítica Qualitativa, Análise instrumental, Tópicos em Química Analítica, Química Analítica Quantitativa, Química Analítica Qualitativa, Análise instrumental, Química Analítica, Química Analítica Geral, Química Analítica Experimental, Química Analítica Geral, Análise instrumental I, Análise instrumental II, Métodos Cromatográficos, regido pelo Edital nº 17/2014.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e atendendo ao disposto na Lei Complementar Municipal nºs 743 e nº 745, de 19 de março de 2010, e na Resolução CEPE/FURB nº 36/2007, de 17 de outubro de 2007, DESIGNA os Professores

Titulares: MARCOS RIVAIL DA SILVA
RICARDO ANDRADE REBELO
ÉDER CLÁUDIO LIMA

Suplente: IEDA MARIA BEGNINI

para, sob a Presidência do Professor Marcos Rivail da Silva, comporem a Banca Examinadora do Concurso Público de Provas e Títulos, para o provimento de cargo de Professor Universitário,

Área Temática (Matéria): Química Analítica - Componentes Curriculares (Disciplinas): Química Analítica Quantitativa, Química Analítica Qualitativa, Análise instrumental, Tópicos em Química Analítica, Química Analítica Quantitativa, Química Analítica Qualitativa, Análise instrumental, Química Analítica, Química Analítica Geral, Química Analítica Experimental, Química Analítica Geral, Análise instrumental I, Análise instrumental II, Métodos Cromatográficos, regido pelo Edital nº 17/2014.

Blumenau, 20 de maio de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 709/2014 - FURB

PORTARIA Nº 709/2014, DE 20 DE MAIO DE 2014

Designa Banca Examinadora para o Concurso Público de Provas e Títulos para o provimento de cargo de Professor Universitário, Área Temática (Matéria): Física Geral, regido pelo Edital nº 18/2014.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e atendendo ao disposto na Lei Complementar Municipal nºs 743 e nº 745, de 19 de março de 2010, e na Resolução CEPE/FURB nº 36/2007, de 17 de outubro de 2007, DESIGNA os Professores

Titulares: IVONE GOHR PINHEIRO
DIRCEU LUIZ SEVERO
CARLOS ALBERTO SOUZA

Suplente: HÉLIO DOS SANTOS SILVA

para, sob a Presidência da Professora Ivone Gohr Pinheiro, comporem a Banca Examinadora do Concurso Público de Provas e Títulos, para o provimento de cargo de Professor Universitário, Área Temática (Matéria): Física Geral, regido pelo Edital nº 18/2014.

Blumenau, 20 de maio de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 710/2014 - FURB

PORTARIA Nº 710/2014, DE 20 DE MAIO DE 2014

Designa Banca Examinadora para o Concurso Público de Provas e Títulos para o provimento de cargo de Professor Universitário, Área Temática (Matéria): Construção Civil - Componentes Curriculares (Disciplinas): Construção Civil I; Construção Civil II; Suprimentos na Construção Civil; Sustentabilidade na Construção Civil; Gerenciamento e Planejamento na Construção Civil; e Exercício Profissional na Engenharia Civil, regido pelo Edital nº 20/2014.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e atendendo ao disposto na Lei Complementar Municipal nºs 743 e nº 745, de 19 de março de 2010, e na Resolução CEPE/FURB nº 36/2007, de 17 de outubro de 2007, DESIGNA os Professores

Titulares: HÉLIO FLÁVIO VIEIRA
LÚCIO FLÁVIO DA SILVEIRA MATOS
JANETE FEIJÓ

Suplente: MÁRIO TACHINI

para, sob a Presidência do Professor Hélio Flávio Vieira, comporem a Banca Examinadora do Concurso Público de Provas e Títulos, para o provimento de cargo de Professor Universitário, Área Temática (Matéria): Construção Civil - Componentes Curriculares (Disciplinas): Construção Civil I; Construção Civil II; Suprimentos na

Construção Civil; Sustentabilidade na Construção Civil; Gerenciamento e Planejamento na Construção Civil; e Exercício Profissional na Engenharia Civil, regido pelo Edital nº 20/2014.

Blumenau, 20 de maio de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 711/2014 - FURB

PORTARIA Nº 711/2014, DE 20 DE MAIO DE 2014

Designa Banca Examinadora para o Concurso Público de Provas e Títulos para o provimento de cargo de Professor Universitário, Área Temática (Matéria): Projeto e Construção de Estradas e Pavimentação - Componentes Curriculares (Disciplinas): Projeto e Construção de Estradas; Pavimentação; Técnica e economia dos Transportes; e Engenharia de Tráfego, regido pelo Edital nº 22/2014.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e atendendo ao disposto na Lei Complementar Municipal nºs 743 e nº 745, de 19 de março de 2010, e na Resolução CEPE/FURB nº 36/2007, de 17 de outubro de 2007, DESIGNA os Professores

Titulares: LÚCIO FLÁVIO DA SILVEIRA MATOS
DELAMAR HELENO SCHUMACHER
ADILSON PINHEIRO

Suplente: MÁRIO TACHINI

para, sob a Presidência do Professor Lúcio Flávio da Silveira Matos, comporem a Banca Examinadora do Concurso Público de Provas e Títulos, para o provimento de cargo de Professor Universitário, Área Temática (Matéria): Projeto e Construção de Estradas e Pavimentação - Componentes Curriculares (Disciplinas): Projeto e Construção de Estradas; Pavimentação; Técnica e economia dos Transportes; e Engenharia de Tráfego, regido pelo Edital nº 22/2014.

Blumenau, 20 de maio de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 712/2014 - FURB

PORTARIA Nº 712/2014, DE 20 DE MAIO DE 2014

Designa Banca Examinadora para o Concurso Público de Provas e Títulos para o provimento de cargo de Professor Universitário, Área Temática (Matéria): Educação, Ciência e Pesquisa - Componentes Curriculares (Disciplinas): Pesquisa em Educação; Metodologia do Trabalho Acadêmico; e Universidade, Ciência e Pesquisa, regido pelo Edital nº 24/2014.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e atendendo ao disposto na Lei Complementar Municipal nºs 743 e nº 745, de 19 de março de 2010, e na Resolução CEPE/FURB nº 36/2007, de 17 de outubro de 2007, DESIGNA os Professores

Titulares: GICELE MARIA CERVI
RITA BUZI RAUSCH
LUCIANE MARIA SCHLINDWEIN

Suplente: ADOLFO RAMOS LAMAR

para, sob a Presidência da Professora Gicele Maria Cervi, comporem a Banca Examinadora do Concurso Público de Provas e Títulos, para o provimento de cargo de Professor Universitário, Área

Temática (Matéria): Educação, Ciência e Pesquisa - Componentes Curriculares (Disciplinas): Pesquisa em Educação; Metodologia do Trabalho Acadêmico; e Universidade, Ciência e Pesquisa, regido pelo Edital nº 24/2014.

Blumenau, 20 de maio de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 713/2014 - FURB

PORTARIA Nº 713/2014, DE 20 DE MAIO DE 2014

Designa Banca Examinadora para o Concurso Público de Provas e Títulos para o provimento de cargo de Professor Universitário, Área Temática (Matéria): Biotecnologia e Fisiologia Vegetal - Componentes Curriculares (Disciplinas): Biologia Geral; Biotecnologia; Biotecnologia Vegetal; e Fisiologia Vegetal, regido pelo Edital nº 25/2014.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e atendendo ao disposto na Lei Complementar Municipal nºs 743 e nº 745, de 19 de março de 2010, e na Resolução CEPE/FURB nº 36/2007, de 17 de outubro de 2007, DESIGNA os Professores

Titulares: SIDNEY LUIZ STÜRMER
MERCEDES GABRIELA RATTO REITER
KARIN ESEMANN DE QUADROS

Suplente: ANA LÚCIA BERTARELLO ZENI

para, sob a Presidência do Professor Sidney Luiz Stürmer, comporem a Banca Examinadora do Concurso Público de Provas e Títulos, para o provimento de cargo de Professor Universitário, Área Temática (Matéria): Biotecnologia e Fisiologia Vegetal - Componentes Curriculares (Disciplinas): Biologia Geral; Biotecnologia; Biotecnologia Vegetal; e Fisiologia Vegetal, regido pelo Edital nº 25/2014.

Blumenau, 20 de maio de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 714/2014 - FURB

PORTARIA Nº 714/2014, DE 21 DE MAIO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Mercedes Gabriela Ratto Reiter.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

MERCEDES GABRIELA RATTO REITER

cadastro funcional nº 2783, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Ciências Naturais, para participar de reunião, relativamente ao grupo de estudos do Centro Laelia Purpurata de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico de Leite Humano e Aleitamento materno, no Rio de Janeiro - RJ, nos dias 25 e 26 de maio de 2014.

Blumenau, 21 de maio de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 715/2014 - FURB

PORTARIA Nº 715/2014, DE 21 DE MAIO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Romero Fenili.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

ROMERO FENILI

cadastro funcional nº 4030, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Medicina, para, atendendo a solicitação do Ministério da Educação, realizar visita de certificação no Hospital Regional do Gama, em Brasília - DF, nos dias 27 e 28 de maio de 2014.

Blumenau, 21 de maio de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 716/2014 - FURB

PORTARIA Nº 716/2014, DE 21 DE MAIO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Monica Weiler Ceccato.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

MONICA WEILER CECCATO

cadastro funcional nº 4525, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Fisioterapia, para participar do II Seminário Internacional de Culturas e Desenvolvimento, em Chapecó - SC, no período de 14 a 16 de maio de 2014.

Blumenau, 21 de maio de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 717/2014 - FURB

PORTARIA Nº 717/2014, DE 21 DE MAIO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Maristela Pereira Fritzen.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

MARISTELA PEREIRA FRITZEN

cadastro funcional nº 4016, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Letras, para participar do 29º Encontro da ANPOLL - ENANPOLL 2014, na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística, em Florianópolis - SC, no período de 9 a 11 de junho de 2014.

Blumenau, 21 de maio de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 718/2014 - FURB

PORTARIA Nº 718/2014, DE 21 DE MAIO DE 2014

Torna sem efeito, por desistência da vaga e do cargo, a nomeação de LEANDRO BOTELHO DE LUCAS no cargo de Assistente Administrativo.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 660/2007, 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, Resolve:

Tornar sem efeito, por desistência expressa da vaga e do cargo, nos termos do Artigo 16, da Lei Complementar 660/2007 a nomeação de LEANDRO BOTELHO DE LUCAS no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO nomeado pela Portaria nº 683/2014, de 15 de maio de 2014.

Blumenau, 21 de maio de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 719/2014 - FURB

PORTARIA Nº 719/2014, DE 21 DE MAIO DE 2014

Torna sem efeito, por desistência da vaga e do cargo, a nomeação de KARIN MARIANNE SCHILDWACHTER no cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 660/2007, 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, Resolve:

Tornar sem efeito, por desistência expressa da vaga e do cargo, nos termos do Artigo 16, da Lei Complementar 660/2007 a nomeação de KARIN MARIANNE SCHILDWACHTER no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS nomeada pela Portaria nº 685/2014, de 15 de maio de 2014.

Blumenau, 21 de maio de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 720/2014 - FURB

PORTARIA Nº 720/2014, DE 21 DE MAIO DE 2014

Concede licença prêmio à Servidora Neuranei Salete Bonfiglio.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 746/2010, de 19 de março de 2010, CONCEDE LICENÇA PREMIO - 28 (vinte e oito) dias -, de 30 de junho até 27 de julho de 2014, referente ao período aquisitivo de 1º de março de 2002 a 28 de julho de 2007, à Servidora

NEURANEI SALETE BONFIGLIO

cadastro funcional nº 4423, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Ciências Naturais.

Blumenau, 21 de maio de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 721/2014 - FURB

PORTARIA Nº 721/2014, DE 22 DE MAIO DE 2014

Nomeia Victor Roberto Skroch para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2013, NOMEIA

VICTOR ROBERTO SKROCH

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, com lotação no Centro de Ciências Exatas e Naturais, referência inicial 20.

Blumenau, 22 de maio de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 722/2014 - FURB

PORTARIA Nº 722/2014, DE 22 DE MAIO DE 2014

Nomeia José Antônio Henriques Lamônica para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2013, NOMEIA

JOSÉ ANTÔNIO HENRIQUES LAMÔNICA

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, com lotação na Divisão de Administração Financeira, referência inicial 30.

Blumenau, 22 de maio de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 723/2014 - FURB

PORTARIA Nº 723/2014, DE 22 DE MAIO DE 2014

Nomeia Clarice Katlin Piaz Klock de Lima para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2013, NOMEIA

CLARICE KATLIN PIAZ KLOCK DE LIMA

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, com lotação no Centro de Ciências Jurídicas, referência inicial 30.

Blumenau, 22 de maio de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 724/2014 - FURB

PORTARIA Nº 724/2014, DE 22 DE MAIO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Ana Lúcia de Carvalho Rosa Pascoli.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

ANA LÚCIA DE CARVALHO ROSA PASCOLI

cadastro funcional nº 8298, ocupante do cargo de Professora Universitária, lotada no Departamento de Medicina Veterinária, para participar de Disciplina de Imersão no Tratamento das Fraturas nos Animais de Companhia, em Jaboticabal - SP, no período de 22 a 29 de maio de 2014.

Blumenau, 22 de maio de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 725/2014 - FURB

PORTARIA Nº 725/2014, DE 22 DE MAIO DE 2014

Concede licença remunerada às Servidoras Mariléia Schubert e Rose Mary Grether.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA às Servidoras adiante nominadas, Técnico-Administrativas, lotadas na Divisão de Políticas Educacionais, para participarem do Seminário ENADE 2014, em Brasília - DF, no período de 26 a 28 de maio de 2014:

1. MARILÉIA SCHUBERT - cadastro funcional nº 5560

2. ROSE MARY GRETHER - cadastro funcional nº 2019

Blumenau, 22 de maio de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 726/2014 - FURB

PORTARIA Nº 726/2014, DE 23 DE MAIO DE 2014

Torna sem efeito, por desistência da vaga e do cargo, a nomeação de TEREZA CRISTINA LÉO GALVÃO no cargo de Enfermeiro.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 660/2007, 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, Resolve:

Tornar sem efeito, por desistência expressa da vaga e do cargo, nos termos do Artigo 16, da Lei Complementar 660/2007 a nomeação de TEREZA CRISTINA LÉO GALVÃO no cargo de ENFERMEIRO nomeada pela Portaria nº 649/2014, de 9 de maio de 2014.

Blumenau, 23 de maio de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 727/2014 - FURB

PORTARIA Nº 727/2014, DE 23 DE MAIO DE 2014

Reenquadra servidores na Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos da FURB.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, à vista das conclusões da Comissão Permanente da Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos, com base na Lei Complementar nº 744, de 19 de março de 2010, REENQUADRA os servidores adiante nominados, conforme as seguintes situações:

Cod	Nome	Cargo	Referência de Vencimento	LC 744/2010	A contar de
3096	Andre Luis Campestrini	Auxiliar de Serviços Administrativos	40	Art. 24 § 2º	22/05/2014
3506	Célio Ferrari	Marceneiro	45	Art. 24 § 7º	19/03/2014
2340	Etelvina Scottini	Assistente Administrativo	56	Art. 24 § 6º	16/04/2014
3098	Fabian Leal Nunes	Auxiliar em Assuntos de Rádio, Áudio e Vídeo	44	Art. 24 § 2º	25/05/2014
3953	Fábio Ferrari	Marceneiro	42	Art. 24 § 7º	20/03/2014
5868	Felipe Eduardo Christ	Auxiliar em Assuntos de Informática	39	Art. 24 § 4º	13/05/2014
3796	Jemerson Luiz de Souza	Motorista	43	Art. 24 § 7º	20/03/2014
5561	Karina Ramos Probst	Auxiliar de Serviços Administrativos	28	Art. 24 § 4º	09/05/2014
5476	Luana Curbani	Auxiliar de Laboratório	28	Art. 24 § 6º	24/03/2014
3870	Luiz Angelo Heinzen	Auxiliar em Assuntos de Informática	44	Art. 24 § 4º	08/05/2014
3058	Marcio Nunes	Auxiliar de Serviços Administrativos	42	Art. 24 § 2º	15/05/2014
1201	Marilene Leutheuser Leite	Assistente Administrativo	57	Art. 24 § 2º	01/05/2014
2121	Marta Schaefer	Assistente Social	70	Art. 24 § 2º	02/05/2014
1315	Mauricio da Silva	Encadernador	46	Art. 24 § 2º	02/05/2014
5649	Rodrigo Antonio Müller	Técnico em Assuntos de Informática	50	Art. 24 § 4º	12/05/2014
9661	Rosana Scharf	Auxiliar de biblioteca	22	Art. 24 § 3º	23/04/2014
9705	Shirley Tillmann da Silva	Auxiliar de Serviços Administrativos	22	Art. 24 § 3º	12/05/2014
3091	Solange Gonçalves dos Santos	Advogado	70	Art. 24 § 2º	17/05/2014
1622	Stefan Haase	Analista de Suporte	72	Art. 24 § 2º	02/05/2014

3076	Viviane Alexandra Machado Saragoça	Auxiliar de Serviços Administrativos	42	Art. 24 § 2º	22/05/2014
3063	Wilson Guilherme Lobe Junior	Auxiliar de Serviços Administrativos	40	Art. 24 § 2º	26/05/2014

Blumenau, 23 de maio de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 728/2014 - FURB

PORTARIA Nº 728/2014, DE 26 DE MAIO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Bruno Thiago Tomio.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

BRUNO THIAGO TOMIO

cadastro funcional nº 9697, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Economia, para participar do XVII Encontro Estadual dos Cursos de Ciências Econômicas, em Criciúma - SC, no dia 29 de maio de 2014.

Blumenau, 26 de maio de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 729/2014 - FURB

PORTARIA Nº 729/2014, DE 27 DE MAIO DE 2014

Concede licença prêmio ao Servidor Gerson Luís de Souza.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 746/2010, de 19 de março de 2010, CONCEDE LICENÇA PRÊMIO - 10 (dez) dias -, no período de 27 de maio a 5 de junho de 2014, referente aos períodos aquisitivos de: a) 16 de março de 1998 a 15 de março de 2003 e b) 16 de março de 2003 a 15 de março de 2008, ao Servidor

GERSON LUÍS DE SOUZA

cadastro funcional nº 2207, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado na Divisão de Modalidades de Ensino.

Blumenau, 27 de maio de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 730/2014 - FURB

PORTARIA Nº 730/2014, DE 27 DE MAIO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Débora Isolani de Matos.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

DÉBORA ISOLANI DE MATOS

cadastro funcional nº 2432, ocupante do cargo de Engenheiro Químico, lotada no Departamento de Engenharia Química, para participar de reunião - apresentação de resultados da 25ª edição do Programa de Comparação Interlaboratorial de Combustíveis - PIC, relativamente ao Programa Nacional de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis, na Pontifícia Universidade Católica - PUC, no Rio de Janeiro - RJ, nos dias 29 e 30 de maio de 2014.

Blumenau, 27 de maio de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO MD Nº 2.246

RESOLUÇÃO MD Nº 2.246

DISPÕE SOBRE O USO DA "SALA DAS COMISSÕES" DA CÂMARA MUNICIPAL.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º A Sala das Comissões, localizada atrás do Plenário da Câmara Municipal, é destinada, exclusivamente, para realização das seguintes reuniões:

I - das comissões legislativas permanentes;

II - das comissões legislativas temporárias;

III - das frentes parlamentares;

IV - dos Vereadores, para tratar de assuntos imediatos decorrentes das reuniões plenárias.

Parágrafo único. Eventualmente, a Sala das Comissões poderá servir de estúdio para a Rádio WEB, sem prejuízo à realização dos trabalhos das reuniões.

Art. 2º Compete a Diretoria Legislativa controlar a agenda para a realização das reuniões na Sala das Comissões.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 23 DE FEVEREIRO DE 2015.
MÁRIO HILDEBRANDT
Presidente

MARCOS DA ROSA
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.247

RESOLUÇÃO MD Nº 2.247

CONSTITUI COMISSÃO LEGISLATIVA TEMPORÁRIA ESPECIAL PARA ACOMPANHAR CRONOGRAMA DE MANUTENÇÃO DE COMPORTAS E DIQUES DE CONTENÇÃO NO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica constituída Comissão Legislativa Temporária Especial, nos termos dos artigos 66 e 67 do Regimento Interno, formada por 10 (dez) Vereadores, um de cada Partido com assento nesta Casa Legislativa, com a finalidade de acompanhar o cronograma de manutenção das comportas e diques de contenção contra cheias e das estações de bombeamento contra enxurradas no Município, conforme Requerimento nº 255, de 3 de março de 2015.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes membros Vereadores:

I - Roberto Tribess - PMDB;

II - Cézar João Cim - PP;

III - Ivan Naatz - PDT;

IV - Marcos da Rosa - DEM;

V - José de Souza - SDD;

VI - Oldemar Luiz Becker - PPS;

VII - Marco Antonio Wanrowsky - PSDB;

VIII - Antonio João Veneza de Souza - PSD;

IX - Adriano Pereira - PT;

X - Célio Dias - PR.

Art. 3º Os membros da Comissão elegerão, entre si, o Presidente e o Relator, sendo fixado o prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis até metade, para a conclusão dos seus trabalhos.

Art. 4º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 3 DE MARÇO DE 2015.
MÁRIO HILDEBRANDT
Presidente

MARCOS DA ROSA
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS MARCO
1º Secretário

ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº. 64/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 64/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MARTEPLAN TERRAPLENAGENS E SERVIÇOS LTDA
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 874/2014
Objeto: Termo Aditivo de tempo para execução de obra de calçamento em avenidas e ruas do perímetro urbano de Bom Jesus do Oeste/SC.
Prazo de entrega: 04 de Julho de
Vigência: 11 de Março de 2014 a 04 de Julho de 2015.
Assinatura: 11 de Março de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 65/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 65/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ICAP - INSTITUTO DE CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 2860/2014
Objeto: Termo Aditivo na Prestação de serviços de teste seletivo e concurso público.
Valor: R\$ 1.375,00 (Um mil trezentos e setenta e cinco reais).
Vigência: 06 de Março de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.
Assinatura: 06 de Março de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 66/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 66/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 2846/2014 - PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS
Objeto: Termo Aditivo na aquisição de combustíveis sendo gasolina comum, diesel comum e diesel S-10 para o exercício de 2015.
Valor: Óleo Diesel Comum R\$ 2.75
Óleo Diesel S-10 R\$ 2.90
Gasolina Comum R\$ 3.23
Vigência: 11 de Março de 2014 a 31 de Dezembro de 2015.
Assinatura: 11 de Março de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 039/2015 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 039/2015, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

ALTERA LOTAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

Resolve:

Art. 1º. ALTERAR LOTAÇÃO de servidores municipais para exercer suas funções conforme relação:

Nome	Matricula	Lotação atual	Nova Lotação
Marise Lúcia Halberstadt	698-0	Sec. Mun. Administração e Fazenda	Departamento Mun. Obras e Serviços Urbanos
Jucelani Poletti	589-4	Sec. Mun. Administração e Fazenda	Sec. Mun. Educação, Cultura e Esportes – Pré-escola
Iclair Bottin Garmatz	577-0	Sec. Mun. Educação, Cultura e Esportes – Pré-escola	Sec. Mun. Administração e Fazenda

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 10 de março de 2015.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 040/2015 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 040/2015, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

Resolve:

Art. 1º. CONCEDE férias por merecimento ao Servidor Municipal Sr. ADENIR MACHADO DE SOUZA, matrícula nº 365-4, portador do CIC sob. nº 042.918.029-27, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, período aquisitivo de 01 de março de 2013 a 28 de fevereiro de 2014, período de concessão de 16 de março de 2015 a 04 de abril de 2015.

Art 2º O servidor terá 10 dias convertidos em abono pecuniário conforme prevê o art. 62 § 2º da Lei nº542/2006 (Estatuto dos Servidores).

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 10 de Março de 2015.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 041/2015 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 041/2015, DE 10 DE MARÇO DE 2015.
CONCEDE ADICIONAL POR TRIÊNIOS PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

Resolve:

Art. 1º. CONCEDER Adicional por Triênios para servidora pública municipal Sra. Neiva Dall Agnol Hahn, inscrita na matrícula sob nº 516-9, ocupante do cargo de Agente de Saúde Pública, a partir do mês de março do ano 2015, referente aos períodos de 15/02/2007 a 28/02/2009, de 02/03/2009 a 30/12/2010 e de 01/04/2011 até 05/03/2015, conforme prevê no art. 66 do Estatuto de Servidores - parágrafo único (Para efeitos do adicional será contado o tempo de serviço público prestado ao Município de Bom Jesus do Oeste - SC).

Parágrafo único - Para contagem de novo período aquisitivo a data base será de 11/06/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 10 de Março de 2015.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 042/2015 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 042/2015, DE 10 DE MARÇO DE 2015.
CONCEDE ADICIONAL POR TRIÊNIOS PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

Resolve:

Art. 1º. CONCEDER Adicional por Triênios para servidora pública municipal Sra. Marise Lúcia Halberstadt, inscrita na matrícula sob nº 698-0, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do mês de março do ano 2015, referente aos períodos de 13/02/2009 a 31/05/2011, de 15/06/2011 a 30/12/2011, de 02/03/2012 a 28/12/2012 e de 11/02/2015 a 05/03/2015, conforme prevê no art. 66 do Estatuto de Servidores - parágrafo único (Para efeitos do adicional será contado o tempo de serviço público prestado ao Município de Bom Jesus do Oeste - SC).

Parágrafo único - Para contagem de novo período aquisitivo a data base será de 08/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 10 de Março de 2015.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

18.15 - DEC. CRÉDITO ESPECIAL CIGA

Decreto Nº 18/15 de 03.03.2015

Abre Crédito Especial no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2015.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º Lei Nº 2267/15 de 03 de março de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito especial na Prefeitura Municipal de Bom Retiro criando a seguinte dotação orçamentária:

03.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

04.122.0014.2008 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

33.93.00 - Transferências a Consórcios Públicos

Recurso 01.00.00 - Recursos Ordinários R\$ 7.800,00

Total R\$ 7.800,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação apresenta-se como fonte de recurso a anulação da seguinte dotação orçamentária:

03.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

04.122.0014.2008 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

31.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 3.500,00

33.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 3.000,00

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

44.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 800,00

44.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 500,00

Recurso 01.00.00 - Recursos Ordinários R\$ 7.800,00

Total R\$ 7.800,00

Art. 3º - Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 03 de março de 2015.

MARCIA MARIZA H. FERNANDES

Prefeita em Exercício

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

19.15 - DEC. CRÉDITO ESPECIAL CONSTRUÇÃO UBS-FMS

Decreto Nº 19/15 de 03.03.2015

Abre Crédito Especial no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2015.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º Lei Nº 2268/15 de 03 de março de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito especial no Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro criando a seguinte dotação orçamentária:

12.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.1201 - CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.02 - Recursos 15% Saúde R\$ 30.000,00

Total R\$ 30.000,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação apresenta-se como fonte de recurso a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

12.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.2201 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS DE SAÚDE

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

44.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Recurso 01.02 - Recursos 15% Saúde R\$ 30.000,00

Total ..R\$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 03 de março de 2015.

MARCIA MARIZA H. FERNANDES

Prefeita em Exercício

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

20.15 - DEC. CRÉDITO ESPECIAL CONSTRUÇÃO UBS-FMS

Decreto Nº 20/15 de 03.03.2015

Abre Crédito Especial no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2015.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º Lei Nº 2268/15 de 03 de março de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito especial no Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro criando a seguinte dotação orçamentária:

12.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.1201 - CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.33 - Recursos Transf.Conv.União/Saúde R\$ 80.297,55

Total R\$ 80.297,55

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação apresenta-se como fonte de recurso o provável excesso de arrecadação atinente ao saldo remanescente do Convênio referente Proposta cadastrada no SICONV de Requalificação das Unidades Básicas de Saúde do Ministério da Saúde nº 13697277000113001, fonte de Recurso 01.33 - Transferência de Convênio União/Saúde, receita: 24.71.01.00.01 - Transferência de Convênio da União - SUS - Construção UBS- com objetivo construção de unidade básica de saúde no município de Bom Retiro - SC, no valor de R\$ 80.297,55.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 03 de março de 2015.
MARCIA MARIZA H. FERNANDES
Prefeita em Exercício

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

21.15 - DEC. CRÉDITO ESPECIAL CONSTRUÇÃO UBS-FMS

Decreto Nº 21/15 de 03.03.2015

Abre Crédito Especial no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2015.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º Lei Nº 2268/15 de 03 de março de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito especial no Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro criando a seguinte dotação orçamentária:

12.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.1201 - CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.33 - Recursos Transf.Conv.União/Saúde(Exerc.Anterior)...R\$ 104.623,12

Total R\$ 104.623,12

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação apresenta-se como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício anterior da respectivas fonte de recurso apurado no demonstrativo da apuração dos saldos das disponibilidades de recursos, excluído daqueles saldos os restos a pagar empenhados naquela fonte (conta corrente 13.677-8), no valor de R\$ 104.623,12.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 03 de março de 2015.
MARCIA MARIZA H. FERNANDES
Prefeita em Exercício

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

22.15 - APROVA AMEMBRAMENTO E DESMEMBRAMENTO DE LOTES

DECRETO Nº 22/15 de 06.03.15

Autoriza o desmembramento e amembramento de área urbana para instalação de lote urbano

O Prefeito de Bom Retiro no uso de suas atribuições legais que lhe faculta o art. 95, VIII, da Lei Orgânica Municipal:

Resolve:

Art. 1º - Conforme requerimento nº 75/2015, que esta Prefeitura aprovou através de decreto o desmembramento do imóvel de propriedade de CLEBER ANTONY GUANABARA, CPF nº 501.559.519-44 e JOSE ANTONIO GUANABARA JUNIOR, CPF nº 983.890.179-20, Inscrição Imobiliária nº 01.01.008.0034.001, matriculado no Registro de Imóveis sob nº 3.205, do lote nº 13 da quadra 27, com uma área total de 552,00m² denominada área 1; desta área total será desmembrada uma área de 120,46m² denominada área 2; ficando uma área remanescente de 431,54m² na área 1 deste imóvel, situado na Rua Carlos Werner, Loteamento Parque Residencial Capistrano, Bom Retiro, Santa Catarina. Aprovou-se também o amembramento da área 2, citada acima, com 120,46m², que será anexada ao lote extremante, nº 14 da quadra 27, matriculado no Registro de Imóveis sob nº 2.379, de propriedade de ANTONIO OSORIO GUANABARA, CPF nº 182.297.279-53, Inscrição Imobiliária nº 01.01.008.0376.001, com uma área total de 560,00m², denominada área 3, ficando este imóvel com uma área total de 680,46m², situado na Rua Carlos Werner esquina com Rua Maria Verônica Kretzer, Loteamento Parque Residencial Capistrano, Bom Retiro, Santa Catarina. As medidas e confrontações estão descritas e caracterizadas no memorial descritivo e mapas em anexo, visados por este órgão. O levantamento topográfico foi efetuado pelo técnico em agrimensura, Ângelo José Guizoni, CREA-SC 027620-6.

Art. 2º - O imóvel possui a Infraestrutura exigida pela legislação vigente como água, energia elétrica, iluminação pública, canalização que recolhe a água pluvial e o esgoto das residências, meio fio e calçamento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 06/03/2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Administração e Fazenda

239.03.15 - P. FÉRIAS SIRLENE F. BRUDER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 239/15 de 06.03.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentar correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze)

a funcionária Sirlene Floriano Bruder, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti para gozá-las a partir do dia 23 de fevereiro de 2015 com término no dia 24 de março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

240.03.15 - P. FÉRIAS JANIA CASTANHEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 240/15 de 06.03.15
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentar correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil e Quinze) a funcionária Jania Castanheiro, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula, para gozá-las a partir do dia 02 de março de 2015 com término no dia 31 de março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

241.03.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ANGELITA AP. S. VIEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 241/15 de 06.03.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 04, 05 e 06 de março de 2015, a funcionária Angelita Aparecida de Souza Vieira, ocupante do cargo de Pedagoga - Padrão I - Nível 9, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

242.03.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE NELITA S. MORETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 242/15 de 06.03.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 04, 05 e 06 de março de 2015, a funcionária Nelita Saitz Moretti, ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola do Campo Cos-tão do Frade.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

243.03.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARILENE C. FILHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 243/15 de 06.03.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 03 e 04 de março de 2015, a funcionária Marilene Cabral Filha, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola de Campo Cambara.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

244.03.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ROSEMELIA G. ROSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 244/15 de 06.03.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de

saúde nos dias 04 e 05 de março de 2015, a funcionária Rosemélia Gamba da Rosa, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

245.03.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIANA DEUCHER
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 245/15 de 06.03.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 03 de março de 2015, a funcionária Mariana Deucher, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 2, 30 horas semanais do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

246.03.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELIZETE L. S. MAFIOLETTI
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 246/15 de 06.03.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 05 e 06 de março de 2015, a funcionária Elizete Luzia da Silva Mafioletti, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola do Campo Paraíso da Serra.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

247.03.15 - P. FÉRIAS VERA M. C. VIEIRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 247/15 de 06.03.15
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil e Quinze) a funcionária Vera Márcia Cabral Vieira, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, para gozá-las a contar de 02 de março com término no dia 31 de março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

248.03.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIZETE AP. B. M. BARRETO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 248/15 de 06.03.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 04 (quatro) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 25 de fevereiro com término no dia 28 de fevereiro de 2015, a funcionária Marizete Aparecida Benke Mena Barreto, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

249.03.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIZETE AP. B. M. BARRETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 249/15 de 06.03.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 25 (vinte e cinco) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 01 de março com término no dia 25 de março de 2015, a funcionária Marizete Aparecida Benke Mena Barreto, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

250.03.15 - P. DES. PROF. RAQUEL L. RODRIGUES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 250/15 de 06.03.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 1919/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designa Raquel de Lima Rodrigues, para atuar como Professora de Educação Infantil 30 horas semanais na Creche Irmã Paula, no período de 06 de março com término no dia 31 de março de 2015, para Contratação de Professor ACT - Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Obs. Substituição de Jânia Castanheiro que encontra-se em férias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

251.03.15 - P. DES. PROF. LINDAIR SCHULLER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 251/15 de 06.03.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 1919/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designa Lindair Schuller, para atuar como Professora de Educação Infantil 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 06 de março com término no dia 31 de março de 2015, para Contratação de Professor ACT - Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Obs. Substituição de Vera Márcia Cabral Vieira que encontra-se em férias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

252.03.15 - P. REMANEJAMENTO JOSE C. PEREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 252/15 de 09.03.15

Remaneja Servidor

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais:

Resolve:

Remanejar o servidor José Carlos Pereira, ocupante do cargo de Operador de Máquina Rodoviária, Padrão 1 - Nível 5, do quadro de Pessoal do Município com exercício no Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, para ocupar as mesmas funções na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos a partir da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

253.03.15 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAÚDE JAIR P. LIMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 253/15 de 09.03.15

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 31 de maio de 2015, ao funcionário Jair Prudente de Lima, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

254.03.15 - P.LIC. MOT. P. FAM. GERVASIO M. KULL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 254/15 de 10.03.15
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 10 (dez) dias de licença para acompanhar sua mãe Maria Mota Kull em tratamento de saúde, a contar do dia 10 de março com término no dia 19 de março de 2015, ao funcionário Gervázio Marcelino Kull, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Municipal Antonia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
10 de março de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

255.03.15 - P. FÉRIAS TANIA T. G. NECKEL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 255/15 de 10.03.15
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias Regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil e Quinze) a funcionária Tânia Terezinha Goedert Neckel, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte - Ginásio de Esportes, para gozá-las a partir de 09 de março com término no dia 07 de abril de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
10 de março de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

EXTRATO CONTRATO 46/2015
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 46/2015 Processo PSES 24625/2014
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro
Contratado: Vital Produtos Médico-Hospitalares Ltda.
Objeto: Aquisição de 30.000 Fitas de HGT com reagente para verificação de glicemia capilar, com qq química enzimática e método de leitura através de fotometria ou amperometria. Faixa de medição deverá estar entre 20mg/dl a 600mg/dl. Aceitando-se valores inferiores a 20 mg/dl e superiores a 600 mg/dl., com cedência de equipamentos, através de repasse do Fundo Estadual de Saúde para a Secretaria de Saúde Municipal de Bom Retiro/SC.
Valor Total: R\$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais).

Bom Retiro, 07 de março de 2015.
Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EDITAL DE LIC. DISPENSA DE LICITAÇÃO 01 2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO 06/2015

EDITAL DE LIC. DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2015 - DL

OBJETO: Contratação de Projeto de Prática de Judô "JUDÔ PARA TODOS"

Valor: R\$ 7150,00 (sete mil cento e cinquenta reais)

Vigencia: 31/12/2015

Braço do Trombudo, em 04 de março de 2015.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em exercício.

PORTARIA 035/2015

PORTARIA 035/2015

Romildo Teske, Prefeito em exercício do município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, etc...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogada e sem efeitos a Portaria nº 223/2013 de 01.11.2013, que designou a servidora Denise Schussler Werter, ocupante do cargo efetivo de Secretária Executiva, para, nos termos do Art.52, parágrafo único do inciso VII, da Lei Orgânica, desempenhar as atribuições do Chefe do Poder Executivo, referente aos documentos contábeis, relatórios e seus anexos, a partir de 02.03.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 02.03.2015.

Braço do Trombudo, em 10 de março de 2015

Romildo Teske

Prefeito Municipal em exercício

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1 2014PMBT
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 1/2014		Data do Registro: 05/03/2014		Válido até: 05/03/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10 para abastecer a bomba de combustível da Prefeitura do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Óleo Diesel Comum. Exigências: Instalação de um tanque aéreo de capacidade mínima de 15.000 litros, com Bacia de Contensão Metálica. Vazão de Bomba Mínima de 50 Litros por minuto. (12338)	LTS	WD COM WALENDOWSKY/DIST. DE COMB. LTDA (8418)	WDCOM	0	2,3700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 1/2014		Data do Registro: 05/03/2014		Válido até: 05/03/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10 para abastecer a bomba de combustível da Prefeitura do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Óleo Diesel S10. Exigências: Instalação de um Tanque aéreo de capacidade mínima de 6.000,00 litros, com bacia de contenção metálica. Vazão de bomba mínima de 50 litros por minuto. (12978)	LTS	WD COM WALENDOWSKY/DIST. DE COMB. LTDA (8418)	WDCOM	0	2,5100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 1/2014		Data do Registro: 05/03/2014		Válido até: 05/03/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10 para abastecer a bomba de combustível da Prefeitura do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2014
PROCESSO Nº 5/2014

(8418) - WD COM WALENDOWSKY DIST. DE COMB. LTDA

Braço do Trombudo, 5 de Março de 2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2 2014PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2014

Página: 1/2

Número do Registro de Preços: 2/2014		Data do Registro: 05/03/2014		Válido até: 05/03/2015			
Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em Ensino de Esporte na modalidade Futsal, Voleibol e atividades com os idosos no município de Braço do Trombudo, sendo que o Profissional da empresa eventualmente contratada deverá ser Formado em Educação física e possuir CREF/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Contratação de empresa especializada em Ensino de Esporte na modalidade Futsal, Voleibol e Atividades com os idosos. (12375)	MES	Paulo Cesar Martins - 820.050.959-15 (9240)		0	5.495,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2014

Página: 2/2

Número do Registro de Preços: 2/2014		Data do Registro: 05/03/2014		Válido até: 05/03/2015			
Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em Ensino de Esporte na modalidade Futsal, Voleibol e atividades com os idosos no município de Braço do Trombudo, sendo que o Profissional da empresa eventualmente contratada deverá ser Formado em Educação física e possuir CREF/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2014
PROCESSO Nº 6/2014

(9240) - Paulo Cesar Martins - 820.050.959-15

Braço do Trombudo, 5 de Março de 2014.

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO, CONTRATO Nº 113/2012

Espécie: 2º Termo de Apostilamento, Contrato nº 113/2012, em 03/02/2015. Objeto: Reajuste do valor da tarifa comum do transporte coletivo urbano referente ao contrato em epígrafe. Fundamento legal: Artigo 65, §8º da Lei 8666/93 e Decreto Municipal Nº 7.568, de 30 de janeiro de 2015. Origem: Inexigibilidade de Licitação Nº 025/2012. Signatário: Diego Fagundes.

PORTARIA Nº 040/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 040/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias aos servidores:

Francisco Gilmar da Silva, matrícula 752.8-01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais;

Pelo período de 16/03/2015 até 04/04/2015

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 16/03/2015

Brusque, 10 de março de 2015.

Rogério Ristow
Diretor Presidente
SAMAE

PORTARIA Nº 9.639, DE 05 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.639, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 146/09, alterada pelas Leis Complementares n.ºs 159/10 e 179/11, e o art. 87 da Lei Complementar nº 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Dirlaine Pereira para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretora do Centro de Educação Infantil Hilda Anna Eccel, lotada na Secretaria de Educação, com gratificação de representação no percentual de 20% (vinte por cento) sobre seu vencimento.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

RESOLUÇÃO Nº 001/2015 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015 COMDEF

RESOLUÇÃO Nº 001/2015 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

Define os documentos a serem conceituados para a inscrição das entidades e organizações junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência-COMDEF.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência-COMDEF de Brusque-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal n.º 3.666 de 13 de novembro de 2013,

Resolve:

Art. 1º Requisitar inicialmente, junto as entidades Brusquenses correlacionadas, a relação de documentos necessários para a inscrição das entidades neste conselho.

Art. 2º Prescreve os seguintes documentos:

- * Cópia Ata de Posse da Entidade;
- * Cópia Estatuto da Entidade;
- * Cópia comprovante de endereço da Entidade;
- * Cópia do RG e CPF do Presidente da Entidade;
- *Endereço eletrônico da entidade e do Presidente;
- *CNPJ;
- *CND INSS;
- *CND Federal Estadual;
- *CND Municipal;
- *CND do FGTS;
- *Registro Civil;

Art. 3.º As devidas entidades correlacionadas, devem apresentar os documentos originais e as devidas cópias, até 31 de abril de cada ano.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 23 de fevereiro de 2015.

Pedro Flor
Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência
COMDEF

Caçador**PREFEITURA****ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015 - PREFEITURA**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Errata Pregão Presencial nº 08/2015 - Prefeitura

EDITAL: Pregão Presencial nº 08/2015

OBJETO: Contratação de seguro contra terceiros - RCF, seguro contra terceiros - Deter e seguro total para a frota de veículos das diversas secretarias da municipalidade, fundos e fundações.

1. Fica excluído o item 3.5. do presente edital, onde consta "Anejar à proposta catálogo ou prospectos e croquis dos equipamentos que contenham especificações técnicas mínimas exigidas dos equipamentos", por interesse público.

A abertura passa ser para o dia 24 de março de 2015 às 16:10 horas.

Maiores Informações e o edital Completo poderão ser obtidos na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do email: licitacao@cacador.sc.gov.br, telefone: (049) 3666.2432 ou pelo site www.cacador.sc.gov.br das 13:00 às 19:00 horas.

Caçador, 10 de março de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito do Município de Caçador

TERMO DE RECISÃO CONTRATUAL - CONTRATO Nº 53/2013 – FMS

PREFEITURA DE CAÇADOR - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE RECISÃO CONTRATUAL - CONTRATO Nº 53/2013 - FMS

CONTRATO Nº 53/2013 - FMS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/13- INEXIGIBILIDADE Nº 05/13 - OBJETO - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM NEUROLOGIA, CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Brasília, 1.111, nesta cidade de Caçador, SC, inscrita no CNPJ sob nº 11.583.495/0001-45, neste ato representado pela Secretária de Saúde de Caçador, Sra. ROSELAINE DE ALMEIDA PERICO, brasileira, inscrita no CPF sob nº 862.551.429-49, residente e domiciliada nesta cidade de Caçador - SC, CONTRATADO: DR. NABIL ELIAS BITTAR, brasileiro, união estável, médico, inscrito no CPF sob nº 423.141.279-00, residente e domiciliado na cidade de Caçador, SC. Celebram o presente Termo de Recisão do Contrato de Prestação de Serviço nº 53/2013 e seu Aditivo, solicitado pela Contratada

Caçador (SC), 09 de março de 2015.
ROSELAINE DE ALMEIDA PERICO
Secretária de Saúde de Caçador - SC

Camboriú**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015 - PMC**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 011/2015 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 013/2015 - PMC -.SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONserto DA PARTE ELÉTRICA DOS VEÍCULOS, CAMINHÕES E MAQUINARIO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 10/03/2016
1ª Publicação.

FMAS - CONVÊNIO Nº 018/2015

RESUMO DOS CONVÊNIOS

FMAS

Convênio nº 018/2015

Entidade conveniada: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Camboriú

Data: 27/02/2015

Prazo: 10 (dez) meses

Valor do repasse: R\$ 16.589,00 (dezesesseis mil quinhentos e oitenta e nove reais)

Objeto: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros, provenientes do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Governo Federal, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Camboriú, com a finalidade de auxiliar na manutenção e execução do Programa de Apoio à Pessoa com Deficiência Intelectual e/ou Associadas e Autismo.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 263/2015

PORTARIA N.º 263/2015

Instaura Processo de Sindicância Administrativa para fins que menciona, nomeia Comissão de Processo de Sindicância Administrativa e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que foram conferidas pelo art. 79, VII da Lei Orgânica do Município e posteriores alterações:

CONSIDERANDO o encaminhamento do Ofício DLC n.º 484/2015 oriundo da Diretoria de Controle de Licitações e Contratos do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que chegou ao meu conhecimento, dando-me conta de que de possíveis irregularidades no processo licitatório na modalidade de Pregão Presencial n.º 028/2014 - FUNDESB para REGISTRO DE PREÇO de empresa prestadora de serviço de análise de água das redes e ramais no Município de Camboriú.

CONSIDERANDO que na qualidade de Prefeita Municipal e guardiã da coisa pública do município de Camboriú é meu dever zelar pela boa administração municipal e daqueles que estão sob a minha responsabilidade;

CONSIDERANDO ser prudente a Administração Municipal, com fundamento no art. 230, inciso II da Lei Complementar Municipal nº 39/2012, iniciar Processo de Sindicância Administrativa para apurar a veracidade dos fatos;

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão de Processo de Sindicância Administrativa composta pelos servidores: CARINA GOULART WAGNER, Auxiliar Administrativo, inscrita sob a Matrícula n.º 6275, SUZETE TEIXEIRA RODRIGUES, Auxiliar de Cadastro, inscrita sob a Matrícula n.º 5009 e EMERSON HAENDCHEN VIDAL, Advogado, inscrito sob a Matrícula n.º 14657 para, sob a presidência deste último, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, sendo esta Comissão secretariada pela Servidora RAFAELA DE SOUZA.

Art. 2º Estabelecer o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do Termo de Instalação da Comissão, para a apresentação do Relatório, com possibilidade de prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 3º Deliberar que os membros da comissão poderão se reportar diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à prática dos atos processuais.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em, 19 de fevereiro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Mural Público Municipal e Registrado no Livro de Publicações Na data supra

Márcio da Rosa

Secretário Municipal de Administração

Campo Alegre**PREFEITURA****1ª RETIFICAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015**

1ª RETIFICAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, resolve tornar pública a primeira retificação ao Edital de Abertura nos seguintes termos.

Art. 1º - Fica alterado o item 7 do Edital do Concurso Público nº 002/2015, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ:

TABELA 7.1.1

Cargos	Período	Data	Horários
Todos os cargos	MANHÃ	12/04/2015	Abertura dos portões: 14h
			Fechamento dos portões: 14h45min
			Início da aplicação das provas: 15h
			Término das Provas: 18h

LEIA-SE:

TABELA 7.1.1

Cargos	Período	Data	Horários
Todos os cargos	TARDE	12/04/2015	Abertura dos portões: 14h
			Fechamento dos portões: 14h45min
			Início da aplicação das provas: 15h
			Término das Provas: 18h

ONDE SE LÊ:

7.2.1 - A Prova Objetiva será aplicada em 12 de abril de 2015, das 09h até às 12h, obedecido o cronograma da tabela 6.1, com duração de 03h (três horas) de prova.

LEIA-SE:

7.2.1 - A Prova Objetiva será aplicada em 12 de abril de 2015, das 15h até às 18h, obedecido o cronograma da tabela 7.1, com duração de 03h (três horas) de prova.

As demais disposições do edital do Concurso Público nº 002/2015, permanecem inalterados e em vigor.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM), no site www.mgaconcursospublicos.com.br e www.cam-polegre.sc.gov.br. Também publique-se, nos mesmos, o Edital consolidado com a 1ª retificação.

Campo Alegre/SC, 06 de março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

ATA PREGÃO 29/2015**ATA CIRCUNSTANCIADA**

(Processo Licitatório nº 29/2015)

Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal e Irineu Woitskovski Júnior, membro da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório, nº 29/2015, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futuras aquisições de cimento (saca com 50 kg), cal virgem, cal hidratado, ferro, arame recozido e cal de pintura, para uso na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, quando em manutenção de vias públicas, colocação de tubos e lajotas, dentre outras finalidades. Inicialmente o Pregoeiro declarou aberta a sessão, nominando os presentes. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA e LANAL COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. A empresa CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA credenciou como representante na sessão o Sr. João Renato Schvetler, a empresa LANAL COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA credenciou como representante na sessão o Sr. Joni Pazda. Todas empresas apresentaram a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação. A licitante CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA comprovou enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM.

ITEM 01

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
LANAL	26,60	26,00	1ª	HABILITADA
CONCREPLAN	26,60	26,30	2ª	-----

ITEM 02

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
CONCREPLAN	8,50	8,30	1ª	HABILITADA
LANAL	8,50	8,40	2ª	-----

ITEM 03

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
CONCREPLAN	8,50	8,30	1ª	HABILITADA
LANAL	8,50	8,40	2ª	-----

ITEM 04

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
CONCREPLAN	119,40	119,30	1ª	HABILITADA
LANAL	119,50	119,50	2ª	-----

ITEM 05

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
CONCREPLAN	45,30	45,20	1ª	HABILITADA
LANAL	45,50	45,50	2ª	-----

ITEM 06

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
CONCREPLAN	28,70	28,70	1ª	HABILITADA
LANAL	28,90	28,90	2ª	-----

ITEM 07

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
CONCREPLAN	19,30	19,20	1ª	HABILITADA
LANAL	19,50	19,50	2ª	-----

ITEM 08

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
CONCREPLAN	14,00	13,90	1ª	HABILITADA
LANAL	14,15	14,15	2ª	-----

ITEM 09

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
CONCREPLAN	6,00	5,90	1ª	HABILITADA
LANAL	6,15	6,15	2ª	-----

ITEM 10

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
CONCREPLAN	7,50	7,30	1ª	HABILITADA
LANAL	7,50	7,50	2ª	-----

ITEM 11

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
CONCREPLAN	6,40	6,30	1ª	HABILITADA
LANAL	6,50	6,50	2ª	-----

Após, abriu-se o envelope de documentos das licitantes primeiras classificadas nos itens. Estando de acordo com o exigido no edital, as empresas foram declaradas vencedoras dos respectivos itens, conforme apresentado na tabela acima. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

ATA PREGÃO 31/2015**ATA CIRCUNSTANCIADA**

(Processo Licitatório nº 31/2015)

Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoira Municipal e Irineu Woitskovski Júnior, membro da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 31/2015, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para eventual prestação de serviços de conserto e troca de pneus para veículos leves, caminhões, máquinas e ônibus da frota municipal e Secretaria de Educação de Campo Alegre - SC. Passou-se ao recebimento dos envelopes da única empresa proponente: AUTO POSTO JK LTDA (CNPJ: 76.856.822/0001-30). A empresa licitante não apresentou documento que comprova o enquadramento da empresa como micro empresa ou empresa de pequeno porte para valer-se da Lei Complementar 123/2006. A licitante apresentou a Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação. Passou-se ao credenciamento do licitante, sendo Sr. João Alaor Neneve Cordeiro, representante da empresa. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO A empresa não concedeu desconto, conforme valores unitários apresentados abaixo:

LOTE 01

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
AUTO POSTO JK LTDA	15.175,00	15.175,00	1ª classificada	Habilitada

LOTE 02

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
AUTO POSTO JK LTDA	6.000,00	6.000,00	1ª classificada	Habilitada

Em seguida foi aberto o envelope nº 02 "documentos", da licitante classificada nos itens. Estando de acordo com o exigido no Edital, o Pregoeiro declara a empresa AUTO POSTO JK LTDA vencedora do Processo Licitatório em epígrafe. Não houve manifestação de intenção de recurso. Nada mais a tratar, encerrou-se a sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

DECRETO Nº 8.910 DE 11 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.910 DE 11 DE MARÇO DE 2015

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de março de 2012, em seu Artigo 22; DECRETA:

Art.1º) Nomear a Srª. ALCIOLI RODRIGUES, Matrícula Funcional nº 000793, Registro no Sistema sob nº 955455, ao Cargo Público de Professor I, Função Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades

constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 088, é o Código P1 Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 2.117,90 (Dois mil, cento e dezessete reais e noventa centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. ALCIOLI RODRIGUES, aprovada em 24º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2012, homologado pelo Decreto nº 7.026 em data de 16 de maio de 2012, prorrogado pelo Decreto nº 8.356 de 14 de Maio de 2014.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
11 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.806 DE 09 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.806 DE 09 DE MARÇO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE DO TRANSPORTE ESCOLAR, MERENDA E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Servidora Pública Municipal, MARIA MAURENE OTTVAGEN MAY Matrícula Funcional nº 000082, Registro no Sistema sob nº 295130, ocupante do Cargo Público de Especialista em Assuntos Educacionais, exercendo a função Gratificada de Chefe de Serviço DE Controle do Transporte Escolar, Merenda e Manutenção das Unidades Escolares, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único - O abono pecuniário de que trata o caput deste Artigo refere-se ao período aquisitivo 15 de Janeiro de 2014 á 15 de Janeiro de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
09 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.807 DE 09 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.769 DE 09 DE MARÇO DE 2015
ALTERA DISPOSIÇÕES DO ART. 1º DA PORTARIA Nº 11.568 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal; Resolve: Art.1º) Alterar as disposições do Art. 1º da Portaria nº 11.568 de 18 de Dezembro de 2014, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias ao Servidor Público ocupante do cargo de Professor II, exercendo a função de Professor de Educação Física, JAIRO AFONSO BELLE, Matrícula Funcional nº 000464, Registro no Sistema sob nº 954471, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo".

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de Dezembro de 2014.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
11 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.808 DE 09 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.808 DE 09 DE MARÇO DE 2015
ALTERA DISPOSIÇÕES DO ART. 1º DA PORTARIA Nº 11.656 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal; Resolve: Art.1º) Alterar as disposições do Art. 1º da Portaria nº 11.656 de 22 de Dezembro de 2014, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função da Educação Infantil e Anos Iniciais, SANDRA APARECIDA ANDRADE LIMA, Matrícula Funcional nº 277, Registro no Sistema sob nº 315690, referente ao período aquisitivo 01 de Setembro de 2014 à 31 de Agosto de 2015, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo".

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de Dezembro de 2014.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
11 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

DECRETO Nº. 7.243/15 DE 10/03/2015 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 7.243/15 DE 10/03/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município no valor de R\$ 30.912,86 (Trinta mil, novecentos e doze reais e oitenta e seis centavos) nos projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 08 -DEPARTAMENTO DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PROJETO/ATIVIDADE: 2.002 - Manutenção da Secretaria de Administração
Elementos de despesa: 28-3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-Aplicações Diretas R\$30.912,86

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 08 -DEPARTAMENTO DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PROJETO/ATIVIDADE: 2.002 - Manutenção da Secretaria de Administração
Elementos de despesa: 27-3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000-Aplicações Diretas R\$30.912,86

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 10 de março de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇO 08/2015 SERVIÇOS DE ARBITRAGEM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/6
Processo Nº.: 22/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 8/2015

No dia 26 do mês de Fevereiro do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). NELSON CRUZ, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 7/2015, Processo Licitatório nº. 22/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM, PARA REALIZAÇÃO DOS EVENTOS ESPORTIVOS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA DE ESPORTES NO DECORRER DO ANO DE 2015 Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
9715	ASSAMEC ASSOCIAÇÃO DE ÁRBITROS DO MEIO OESTE CATAR	1, 2, 3

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ASSAMEC ASSOCIAÇÃO DE ÁRBITROS DO MEIO OESTE CAT	07.591.924/0001-59	.	.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM, PARA REALIZAÇÃO DOS EVENTOS ESPORTIVOS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA DE ESPORTES NO DECORRER DO ANO DE 2015
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 9715 - ASSAMEC ASSOCIAÇÃO DE ÁRBITROS DO MEIO OESTE CATAR						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL SUÍÇO	UN		50,000	250,0000	12.500,00
2	SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTSAL	UN		60,000	250,0000	15.000,00
3	SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL DE CAMPO	UN		50,000	580,0000	29.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/6
Processo Nº.: 22/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2015

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/6
Processo Nº.: 22/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2015

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/6
Processo Nº.: 22/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2015

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/6
Processo Nº.: 22/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2015

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/6
Processo Nº.: 22/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2015

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 26 de Fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

ASSAMEC ASSOCIAÇÃO DE ÁRBITROS DO MEIO OESTE CATA CNPJ: 07.591.924/0001-59 _____

ATA REGISTRO DE PREÇO 09/2015 AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/7
Processo Nº.: 21/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 9/2015

No dia 27 do mês de Fevereiro do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). NELSON CRUZ, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 6/2015, Processo Licitatório nº. 21/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PARA USO EM ESCOLAS, PAÇO MUNICIPAL E TREVOS DE ACESSO AO MUNICÍPIO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11241	CLODOMIR BAHR JUNIOR ME	
8133	VIDEBAND IND. E COM. DE CONFECÇÕES LTDA - ME	1, 2, 4
11049	VW - COMERCIO ATACADISTA LTDA	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
CLODOMIR BAHR JUNIOR ME	00.535.902/0001-22	CLODOMIR BAHR JUNIOR	478.348.979-34
VIDEBAND IND. E COM. DE CONFECÇÕES LTDA - ME	03.574.465/0001-44	WALTER ESPEDITO ANTONI	030.249.879-67
VW - COMERCIO ATACADISTA LTDA	10.573.408/0001-06	VANDERLEI BASKOWSKI	745.817.759-49

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PARA USO EM ESCOLAS, PAÇO MUNICIPAL E TREVOS DE ACESSO AO MUNICÍPIO.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8133 - VIDEHAND IND. E COM. DE CONFECÇÕES LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CONJUNTO COM 3 BANDEIRAS DE 2 PANOS (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS) - BANDEIRAS 02 PANOS 0,90 x 1,29 M CONFECCIONADA EM TECIDO 100% POLIESTER COM FIO DE ALTA RESISTÊNCIA E MALHA BLOQUEADA INDESMALHÁVEL. USO EXTERNO E INTERNO. ESTAMPADA EM PROCESSO STAMPO DIGITAL DE ALTA RESOLUÇÃO. TARJA NA COR BRANCA E DOIS ILHOSSES.	CJ		30,000	124,0000	3.720,00
2	CONJUNTO COM 3 BANDEIRAS DE 4 PANOS (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS) - BANDEIRAS 04 PANOS 1,80 x 2,58 M CONFECCIONADA EM TECIDO 100% POLIESTER COM FIO DE ALTA RESISTÊNCIA E MALHA BLOQUEADA INDESMALHÁVEL. USO INTERNO E EXTERNO. ESTAMPADA EM PROCESSO STAMPO DIGITAL DE ALTA RESOLUÇÃO. TARJA NA COR BRANCA E DOIS ILHOSSES.	CJ		30,000	470,0000	14.100,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOSPágina: 2/7
Processo Nº.: 21/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2015

Fornecedor: 8133 - VIDEBAND IND. E COM. DE CONFECÇÕES LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	CONJUNTO COM 3 BANDEIRAS DE 5 PANOS (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS) - BANDEIRAS 05 PANOS 2,24X3,20 M CONFECCIONADA EM TECIDO 100% POLIESTER COM FIO DE ALTA RESISTÊNCIA E MALHA BLOQUEADA INDESMALHÁVEL. USO EXTERNO E INTERNO. ESTAMPADA EM PROCESSO STAMPO DIGITAL DE ALTA RESOLUÇÃO. TARJA NA COR BRANCA E DOIS ILHOSSES.	UN		40,000	800,0000	32.000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/7
Processo Nº.: 21/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2015

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou coronea".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/7
Processo Nº.: 21/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2015

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/7
Processo Nº.: 21/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2015

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susposto para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/7
Processo Nº.: 21/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2015

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3. será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/7
Processo Nº.: 21/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2015

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 27 de Fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

CLODOMIR BAHR JUNIOR ME

CNPJ: 00.535.902/0001-22

VIDEBAND IND. E COM. DE CONFECÇÕES LTDA - ME

CNPJ: 03.574.465/0001-44

VW - COMERCIO ATACADISTA LTDA

CNPJ: 10.573.408/0001-06

ATA REGISTRO DE PREÇO 10/2015 UNIFORMES ESCOLARES

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/7
Processo Nº.: 169/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 86/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2015

No dia 2 do mês de Março do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). NELSON CRUZ, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 86/2014, Processo Licitatório nº. 169/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E TÊNIS ESCOLARES PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10822	ANILDO ANTUNES ME	
11003	E.M.S. SEQUINEL CONFECÇÕES	1, 2, 3, 4, 5
9489	F S INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA	6
9492	FRAI VEST INDUSTRIA IND. E COM. DO VESTUARIO LTDA	
11071	G.F. CONFECÇÕES LTDA EPP	
9136	HARMONIZE INDUSTRIA DE COMERCIO TEXTIL LTDA	
9908	L.B. DE CAMPOS CONFECÇÕES EPP	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ANILDO ANTUNES ME	01.086.661/0001-44	CLODOMIR BAHR JUNIOR	478.348.979-34
E.M.S. SEQUINEL CONFECÇÕES	16.834.765/0001-67	KELITON RODRIGO DA COSTA NICOL	067.980.579-69
F S INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA	07.434.746/0001-52	EDSON RITTER	776.580.869-91
FRAI VEST INDUSTRIA IND. E COM. DO VESTUARIO LTDA	09.250.167/0001-85	IORELO ADILSON MAZUTTI	560.703.149-72
G.F. CONFECÇÕES LTDA EPP	15.534.841/0001-56	REGINALDO CRISTIANO HENRIQUE	051.471.269-45
HARMONIZE INDUSTRIA DE COMERCIO TEXTIL LTDA	04.489.202/0001-08	JOEL ORSO	041.466.969-09
L.B. DE CAMPOS CONFECÇÕES EPP	08.987.320/0001-99	ANTONIO JAIR SEQUINEL	281.334.049-91

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E TÊNIS ESCOLARES PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 9489 - F S INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	TÊNIS (CONFORME ANEXOS DO EDITAL)	UN		735,000	40,5400	29.796,90

Fornecedor: 11003 - E.M.S. SEQUINEL CONFECÇÕES

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	BERMUDA (CONFORME ANEXOS DO EDITAL)	UN		333,000	18,4200	6.133,86

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOSPágina: 2/7
Processo Nº.: 169/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 86/2014

Fornecedor: 11003 - E.M.S. SEQUINEL CONFECÇÕES						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	JAQUETAS (CONFORME ANEXOS DO EDITAL)	UN		930,000	33,8100	31.443,30
3	CALÇAS (CONFORME ANEXOS DO EDITAL)	UN		587,000	25,0800	14.721,96
4	CAMISSETAS MANGA CURTA (CONFORME ANEXOS DO EDITAL)	UN		577,000	12,6300	7.287,51
5	CAMISSETAS MANGA LONGA (CONFORME ANEXOS DO EDITAL)	UN		577,000	14,1800	8.181,86

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/7
Processo Nº.: 169/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 86/2014

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou coronea".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/7
Processo Nº.: 169/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 86/2014

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/7
Processo Nº.: 169/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 86/2014

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susposto para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/7
Processo Nº.: 169/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 86/2014

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3. será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/7
Processo Nº.: 169/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 86/2014

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 2 de Março de 2015.

NELSON CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

ANILDO ANTUNES ME	CNPJ: 01.086.661/0001-44	_____
E.M.S. SEQUINEL CONFECÇÕES	CNPJ: 16.834.765/0001-67	_____
F S INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA	CNPJ: 07.434.746/0001-52	_____
FRAI VEST INDUSTRIA IND. E COM. DO VESTUARIO LTDA	CNPJ: 09.250.167/0001-85	_____
G.F. CONFECÇÕES LTDA EPP	CNPJ: 15.534.841/0001-56	_____
HARMONIZE INDUSTRIA DE COMERCIO TEXTIL LTDA	CNPJ: 04.489.202/0001-08	_____
L.B. DE CAMPOS CONFECÇÕES EPP	CNPJ: 08.987.320/0001-99	_____

ATA REGISTRO DE PREÇO 11/2015 CONSERTO DE PNEUS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/9
Processo Nº.: 25/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2015

No dia 2 do mês de Março do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). NELSON CRUZ, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 10/2015, Processo Licitatório nº. 25/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERTO, MONTAGEM, GEOMETRIA, BALANCEAMENTO, RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10217	ALEXANDRE BORGES - ME	5, 6, 7, 53, 54, 55, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 67
9691	AUTO ELITE LTDA - CAMPOS NOVOS	4, 17, 26, 31, 35, 72, 76
8823	FM PNEUS LTDA - VIDEIRA	
9599	GRANDO PNEUS LTDA	37, 38, 40, 42, 46, 47, 48, 49, 50, 51
9034	GRIS RECAPAGENS LTDA- ME	1, 2, 3, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 36, 39, 41, 43, 44, 45, 52, 56, 57, 58, 63, 64, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ALEXANDRE BORGES - ME	10.348.044/0001-60	ALEXANDRE BORGES	029.484.979-30
AUTO ELITE LTDA - CAMPOS NOVOS	83.270.397/0009-16	LUIZ HENRIQUE HAUS	609.843.099-34
FM PNEUS LTDA - VIDEIRA	81.374.845/0004-91	MARCIO VITOR MARCON	746.745.790-15
GRANDO PNEUS LTDA	03.562.696/0001-38	CARLOS ALBERTO PAGANELLA	408.208.580-72
GRIS RECAPAGENS LTDA- ME	07.742.583/0001-75	DANIEL CARLOS GRIS	036.990.879-13

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERTO, MONTAGEM, GEOMETRIA, BALANCEAMENTO, RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 9034 - GRIS RECAPAGENS LTDA- ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CONSERTO DE PNEU 175/70 R13	UN		50,000	19,5000	975,00
2	MONTAGEM DE PNEU 175/70 R13	UN		50,000	19,5000	975,00
3	BALANCEAMENTO DE PNEU 175/70 R13	UN		50,000	29,5000	1.475,00
8	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1000X20	UN		120,000	44,5000	5.340,00
9	CONSERTO DE PNEU 7,50X16	UN		30,000	27,5000	825,00
10	MONTAGEM DE PNEU 7,50X16	UNI		30,000	26,5000	795,00
11	BALANCEAMENTO DE PNEU 7,50X16	UN		30,000	49,5000	1.485,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/9
 Processo Nº.: 25/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2015

Fornecedor: 9034 - GRIS RECAPAGENS LTDA- ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
12	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 7,50X16	UN		30,000	34,0000	1.020,00
13	CONERTO DE PNEU 215/70 R14	UN		70,000	19,5000	1.365,00
14	MONTAGEM DE PNEU 215/70 R14	UN		50,000	19,5000	975,00
15	BALANCEAMENTO DE PNEU 215/70 R14	UN		40,000	29,5000	1.180,00
16	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 215/70R14	UN		40,000	35,0000	1.400,00
18	CONERTO DE PNEU 215/75 R17,5	UN		30,000	24,5000	735,00
19	MONTAGEM DE PNEU 215/75 R 17,5	UN		50,000	24,5000	1.225,00
20	BALANCEAMENTO DE PNEU 215/75 R 17,5	UN		30,000	39,5000	1.185,00
21	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 215/75 R17,5	UN		30,000	44,0000	1.320,00
22	CONERTO DE PNEU 185/ R14	UN		30,000	19,5000	585,00
23	MONTAGEM DE PNEU 185 R14	UN		110,000	19,5000	2.145,00
24	BALANCEAMENTO DE PNEU 185 R14	UN		30,000	24,5000	735,00
25	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 185 R14	UN		70,000	32,5000	2.275,00
27	CONERTO DE PNEU 175/65 R14	UN		40,000	19,5000	780,00
28	MONTAGEM DE PNEU 175/65 R14	UN		40,000	19,5000	780,00
29	BALANCEAMENTO DE PNEU 175/65 R14	UN		40,000	19,5000	780,00
30	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 175/65 R14	UN		40,000	22,0000	880,00
32	MONTAGEM DE PNEU 235X60 R17 CAPTIVA	UN		8,000	24,5000	196,00
33	CONERTO DE PNEUS 235X60 102S R17 CAPTIVA	UN		12,000	29,5000	354,00
34	BALANCEAMENTO DE PNEUS 235X60 R17 CAPTIVA	UN		8,000	34,5000	276,00
36	RECAPAGEM DE PNEU 12,5/80 - 18	UN		10,000	200,0000	2.000,00
39	RECAUCHUTAGEM PNEU 1400X24 BORRACHUDO QUENTE	UNI		70,000	200,0000	14.000,00
41	RECAPAGEM DE PNEU 275-80 R 22,5	UNI		50,000	140,0000	7.000,00
43	RECAPAGEM DE PNEU 750X16 BORRACHUDO	UNI		20,000	90,0000	1.800,00
44	RECAPAGEM DE PNEU 10X16,5	UN		6,000	98,0000	588,00
45	RECAPAGEM DE PNEU 12X16,5	UN		12,000	100,0000	1.200,00
52	CONERTO DE PNEU 750 -16	UN		50,000	39,5000	1.975,00
56	CONERTO DE PNEU 175/70 R14	UN		60,000	19,5000	1.170,00
57	CONERTO DE PNEU 165/70 R13	UN		50,000	19,5000	975,00
58	CONERTO DE PNEU 185/R14 100/102	UN		50,000	24,5000	1.225,00
63	MONTAGEM DE PNEU 750/16	UN		30,000	29,5000	885,00
64	MONTAGEM DE PNEU 175/70 R14	UN		40,000	19,5000	780,00
68	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 23,1-26	UN		4,000	220,0000	880,00
69	RECAPAGEM DE PNEU 1000X20, LISO	UN		90,000	105,0000	9.450,00
70	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 175/70 R13	UN		20,000	56,0000	1.120,00
71	BALANCEAMENTO DE PNEU 175/70 R14	UN		12,000	19,5000	234,00
73	CONERTO DE PNEU 185/70 R13	UN		10,000	19,5000	195,00
74	MONTAGEM DE PNEU 185/70 R13	UN		8,000	19,5000	156,00
75	BALANCEAMENTO DE PNEU 185/70 R13	UN		4,000	29,5000	118,00

Fornecedor: 9599 - GRANDO PNEUS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
37	RECAUCHUTAGEM PNEU 17.5X25 BORRACHUDO QUENT	UNI		40,000	290,0000	11.600,00
38	RECAUCHUTAGEM PNEU 19.5 L24 BORRACHUDO QUENTE	UNI		8,000	290,0000	2.320,00
40	RECAPAGEM DE PNEU 1000X20, BORRACHUDO	UN		90,000	140,0000	12.600,00
42	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 275/80 R 22,5	UN		30,000	35,0000	1.050,00
46	VULCANIZAÇÃO "VD10" PNEU 17,5 - 25	UN		50,000	70,0000	3.500,00
47	VULCANIZAÇÃO VD8 PNEU 19,5 - 24	UN		20,000	40,0000	800,00
48	VULCANIZAÇÃO "VD" PNEU 1400 - 24	UNI		60,000	50,0000	3.000,00
49	VULCANIZAÇÃO "VD" PNEU 12X16,5	UN		20,000	30,0000	600,00
50	VULCANIZAÇÃO "VD" PNEU 750 - 16	UNI		20,000	30,0000	600,00
51	VULCANIZAÇÃO "VD 12,5/80-18	UN		20,000	30,0000	600,00

Fornecedor: 9691 - AUTO ELITE LTDA - CAMPOS NOVOS						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	GEOMETRIA DE PNEU 175/70 R13	UN		20,000	32,0000	640,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/9
 Processo Nº.: 25/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2015

Fornecedor: 9691 - AUTO ELITE LTDA - CAMPOS NOVOS

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
17	GEOMETRIA DE PNEU 215/70 R14	UN		10,000	33,0000	330,00
26	GEOMETRIA PNEU 185 R14	UN		10,000	32,9000	329,00
31	GEOMETRIA DE PNEU 175/65 R14	UN		10,000	32,9000	329,00
35	GEOMETRIA PNEU 235X60 R17 CAPTIVA	UN		2,000	32,9000	65,80
72	GEOMETRIA DE PNEU 175/70 R14	UN		4,000	33,0000	132,00
76	GEOMETRIA DE PNEU 185/70 R13	UN		4,000	32,9000	131,60

Fornecedor: 10217 - ALEXANDRE BORGES - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	CONCERTO DE PNEU 1000X20	UNI		350,000	49,0000	17.150,00
6	MONTAGEM DE PNEU 1000X20	UNI		350,000	34,0000	11.900,00
7	BALANCEAMENTO DE PNEU 1000X20	UN		50,000	99,0000	4.950,00
53	CONCERTO DE PNEU 1400X24	UNI		200,000	89,0000	17.800,00
54	CONCERTO DE PNEU 275/80 R 22,5	UN		100,000	64,0000	6.400,00
55	CONCERTO DE PNEU 17.5X25	UNI		60,000	104,0000	6.240,00
59	CONCERTO DE PNEU 12.5X16	UN		50,000	29,0000	1.450,00
60	CONCERTO DE PNEU 12.5X18	UN		50,000	39,0000	1.950,00
61	CONCERTO DE PNEU 10.5X16	UN		20,000	39,0000	780,00
62	MONTAGEM DE PNEU 17,5 X25	UN		30,000	94,0000	2.820,00
65	MONTAGEM 19,5 X 24	UN		30,000	69,0000	2.070,00
66	MONTAGEM PNEUS 1400 X 24.	UNI		100,000	64,0000	6.400,00
67	CONCERTO DE PNEU 20.5X25	UN		20,000	199,0000	3.980,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/9
Processo Nº.: 25/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2015

2.3. Na ocorrência do preço registrado tomar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/9
Processo Nº.: 25/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2015

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/9
Processo Nº.: 25/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2015

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/9
Processo Nº.: 25/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2015

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 8/9
Processo Nº.: 25/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2015

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 2 de Março de 2015.

NELSON CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

ALEXANDRE BORGES - ME	CNPJ: 10.348.044/0001-60	_____
AUTO ELITE LTDA - CAMPOS NOVOS	CNPJ: 83.270.397/0009-16	_____
FM PNEUS LTDA - VIDEIRA	CNPJ: 81.374.845/0004-91	_____
GRANDO PNEUS LTDA	CNPJ: 03.562.696/0001-38	_____

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 9/9
Processo Nº.: 25/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2015

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 2 de Março de 2015.

NELSON CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

GRIS RECAPAGENS LTDA- ME

CNPJ: 07.742.583/0001-75 _____

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL 23/2015 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 23/2015
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 19/2015

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à contratação de serviços de arbitragem, 01 árbitro principal, 02 árbitros auxiliar, 01 mesário e 01 delegado, para realização do Campeonato de Futebol de Campo 2015, promovido pela Comissão Municipal de Esportes, conforme item descrito no Anexo II, parte integrante do Pregão. DATA DE ABERTURA: 23 de março de 2015, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor, está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 10 de março de 2015.

ANTONIO DA SILVA
Prefeito do Município.

RESULTADO JULGAMENTO TP 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
RESULTADO JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇO Nº 01/2015

O MUNICÍPIO DE CANELINHA - SC inscrita sob o CNPJ nº 82.562.893/0001-23, com sede na Av. Cantório Florentino da Silva, nº 1683, Bairro: Centro, Canelinha - SC, de conformidade com a lei nº 8.666/93, alterada pela lei nº 8.883/94, por determinação do Sr. Antônio da Silva, Prefeito Municipal, torna público que foi julgada a proposta da empresa habilitada na TOMADA DE PREÇO nº 01/2015, à contratação de empresa para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, terraplenagem, pavimentação, passeios e sinalização da estaca 0=PP à estaca 12 e drenagem da estaca 0=PP à estaca 17+4,705m do 1º trecho da Rua João Vicente de Souza, em lajotas sextavadas de concreto fck 35 Mpa, com 25x25x08 cm de espessura, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de Composições, BDI, ART e Projetos, em anexo ao processo, parte integrante e inseparável do edital. Classificando-se vencedora a proposta da empresa Andrade e Amorim Pavimentação e Drenagem LTDA ME, no valor de R\$ 196.414,06 (Cento e noventa e seis mil e quatrocentos e quatorze reais e seis centavos).

Canelinha, 09 de março de 2015.

Antônio da Silva
Prefeito do Município

Canoinhas

PREFEITURA

EDITAL Nº. 010/2015

EDITAL Nº. 010/2015
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO
PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2012.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 085 de 18 de maio 2012; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital; Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:
 - a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
 - b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
 - c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
 - d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
 - e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
 - f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
 - g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
 - h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
 - i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
 - j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
 - k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
 - l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
 - m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
 - n) 1 Fotografia 3X4 recente;
 - o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
 - p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
 - q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS - Cadastro Nacional

de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 03 de março de 2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 010/2015

Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

NOME: FELIPE MICHEL GOGOLA

NOME: FABIANO CLEITON SOARES DE LIMA

EDITAL Nº. 011/2015

EDITAL Nº. 011/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2013.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 245 de 08 de novembro 2013; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua

automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 03 de março de 2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 011/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: PEDAGOGO SOCIAL

NOME: ELIZETE APARECIDA KADANAS GEVIESKI

PUBLICAÇÃO DA ERRATA DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º FMS 02/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO FMS 07/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 04/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º FMS 02/2015

ERRATA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna pública a errata referente ao CONTRATO FMS 07/2015 que tem por objeto AQUISIÇÃO DE PASSAGENS URBANAS MUNICIPAIS, DESTINADAS A PACIENTES PARTICIPANTES DOS PROGRAMAS DO CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL - CAPS, EM LINHAS EXCLUSIVAS DO COLETIVO SANTA CRUZ LTDA.

DA ERRATA no 1º Termo aditivo, onde LIA-SE: - Fica ACRESCIDO ao presente contrato o valor de R\$ 10.736,00 (dez mil setecentos e trinta e seis reais), devido ao reajuste da tarifa nas linhas urbanas, em 20,55% conforme Decreto n.º 001/2015, de 05 de janeiro de 2015. Assim o valor do pacote com 44 unidades de vale transporte que era R\$ 88,00 (oitenta e oito reais) passará a

R\$ 105,60 (cento e cinco reais e sessenta centavos). O valor do presente contrato, que era de R\$ 53.680,00 (cinquenta e três mil e seiscentos e oitenta reais) passará a ser de R\$ 64.416,00 (sessenta e quatro mil quatrocentos e dezesseis reais), LEIA-SE: Fica ACRESCIDO ao presente contrato o valor de R\$ 3.009,60 (três mil e nove reais e sessenta centavos), devido ao reajuste da tarifa nas linhas urbanas, conforme Decreto n.º 001/2015, de 05 de janeiro de 2015. Assim o valor do pacote com 44 unidades de vale transporte que era R\$ 88,00 (oitenta e oito reais) passará a R\$ 105,60 (cento e cinco reais e sessenta centavos). O valor do presente contrato, que era de R\$ 15.048,00 (quinze mil quarenta e oito reais) passará a ser de R\$ 18.057,60 (dezoito mil e cinquenta e sete reais e sessenta centavos).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

TOMADA DE PREÇO Nº 7/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/15

HOMOLOGAÇÃO

VENCEDOR: NOVO ESPAÇO ENGENHARIA CIVIL LTDA - EPP LICITANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A CONSTRUÇÃO DA E.B.M. EVALDO DRANKA, COM ÁREA DE 853,20 M2, SITUADA NA LOCALIDADE DE BARRA MANSA, NESTA CIDADE DE CANOINHAS. VALOR DA DESPESA: R\$ 891.409,68 (oitocentos e noventa e um mil quatrocentos e nove reais e sessenta e oito centavos).

DATA: 04/03/15.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO COMUNICADO RESPOSTA IMPUGNAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 06/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMUNICADO RESPOSTA IMPUGNAÇÃO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO, protocolada pelo DIGISYSTEM COM. DE MÁQUINAS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA contra o edital de Pregão Presencial n.º 15/2015.

Impugnação acolhida e negado provimento.

Protocolo n.º 1252 de 06/03/2015.

Processo de licitação n.º PMC 15/2015 na modalidade de Pregão Presencial n.º 06/2015.

O teor da resposta do Pregoeiro, está disposição dos interessados no site www.pmc.sc.gov.br na pasta do referido processo.

PAULO CESAR SAFANELLI

Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 11/2015 - CONCEDE FÉRIAS**

PORTARIA Nº 11/2015

CONCEDE FÉRIAS

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder 15 (quinze) dias de férias ao servidor Tarciso Ribeiro de Lima, ocupante do cargo de Secretário Administrativo, referente ao período aquisitivo de 15/10/2013 à 14/10/2014, que serão usufruídas do dia 06/03/2015 à 20/03/2015.

Art. 2º Fica deferido o adicional de um terço sobre a remuneração, conforme o disposto no Art. 115, da Lei 2305 de 03/07/1990, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas.

Art. 3º - As despesas constantes da presente Portaria correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 05 de março de 2015.

Gilmar Martins
Presidente

Cris Arrabar
1º Secretária

Neno Pangratz
2º Secretário

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 05 de março de 2015.

RETIFICAÇÃO - RGF - ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.407.997,54	0,00
Pessoal Ativo	2.040.988,79	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	367.008,75	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	2.407.997,54	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	2.407.997,54	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	106.645.116,42	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	2,26	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	6.398.706,99	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	6.078.771,64	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5,4%	5.758.836,29	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

CANOINHAS, 10/03/2015

JOÃO ALTANIR GREIN
PRESIDENTE

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
CONTADORA CRC SC 13989/0-0

CHIQUINHO DA SILVA
2 SECRETARIO

ETIENE J.PRADO DE ALMEIDA
CONTROLE INTERNO

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 027/2015

DECRETO Nº 027, DE 5 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a doação de bem móvel à Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/SC - Polícia Militar de Santa Catarina - PMSC - CIRETRAN.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o Convênio nº 2013TN003649, celebrado entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/SC - Polícia Militar de Santa Catarina - PMSC - CIRETRAN e o Município de Capinzal;

CONSIDERANDO o Termo de Doação - Anexo Único;

DECRETA:

Art. 1º Fica doado o bem móvel especificado no Termo de Doação - Anexo Único, do Município de Capinzal à Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP - Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/SC - Polícia Militar de Santa Catarina - PMSC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.952.294/0001-00, destinados ao CIRETRAN de Capinzal.

Parágrafo único. O valor total do bem móvel de que trata o presente Decreto, para fins de incorporação ao Patrimônio do CIRETRAN e baixa do Patrimônio Público Municipal é de R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Capinzal, SC, 5 de março de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC, inscrito no CNPJ 82939406/0001-07, com endereço à Rua Carmelo Zóccoli, 155, centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Andevir Isganzella, considerando o interesse, eficiência e melhoria do serviço público municipal, faz a doação do bem móvel a seguir discriminado, à Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP - Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/SC - Polícia Militar de Santa Catarina - PMSC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.952.294/0001-00, destinados ao CIRETRAN de Capinzal, neste ato representado pelo seu Delegado de Polícia Civil Sr. André Luis Cembranelli Barbeto, doravante denominado representante do CIRETRAN de Capinzal.

CONVÊNIO CIRETRAN			
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	NOTA FISCAL Nº	VALOR R\$
01	Poltrona Giratória Presid. 4001 BG Braço SL INJ. EP-VNL v.5000 Preto/Cavaletti	1.015	540,00
VALOR TOTAL			540,00

O CIRETRAN recebe o bem acima descrito, que se encontra em ótimo estado para uso imediato, devidamente conferido, através do presente TERMO DE DOAÇÃO, o qual passa a incorporar o seu patrimônio, sendo para constar, lavrado o presente Termo em três vias, assinado e datado pelo Prefeito Municipal de Capinzal e pelo representante do CIRETRAN de Capinzal.

Capinzal, em 5 de março de 2015.

Andevir Isganzella

Prefeito Municipal de Capinzal

André Luis Cembranelli Barbeto

Delegado de Polícia Civil

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 9912290355

EXTRATO DE CONTRATO:

3º (TERCEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 9912290355, ASSINADO EM 13 DE FEVEREIRO DE 2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADO: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - CORREIOS

OBJETO: Prorrogação de prazo de vigência do contrato originário de 15/02/15 a 14/02/16

LEGISLAÇÃO AUTORIZATIVA: art. 62, § 3º, II da Lei Federal nº 8.666/93

VIGÊNCIA: 14/02/2016

VALOR ANUAL ESTIMADO R\$ 25.000,00

PMC CONTRATO 0060/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
<p>Contrato Nº...: 0060/2015 M</p> <p>Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL</p> <p>Contratada...: COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA.</p> <p>Valor.....: 49.681,20 (quarenta e nove mil seiscentos e oitenta e um reais e vinte centavos)</p> <p>Vigência.....: Início: 10/03/2015 Término: 10/03/2016</p> <p>Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0024/2015</p> <p>Processo_Licitatório.....: 0041 / 2015</p> <p>Recursos.....: Dotação:</p> <p>Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios e material de higiene e limpeza, para manutenção das atividades das Secretarias e Fundos do Município de Capinzal/SC.</p>		
Capinzal, 10 de Março de 2015		

PMC CONTRATO 0061/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0061/2015 M		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: MERCADO MUNARI LTDA - ME		
Valor.....: 5.567,50 (cinco mil quinhentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos)		
Vigência.....: Início: 10/03/2015 Término: 10/03/2016		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0024/2015 Processo_Licitatório.....: 0041 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios e material de higiene e limpeza, para manutenção das atividades das Secretarias e Fundos do Município de Capinzal/SC.		
Capinzal, 10 de Março de 2015		

PMC CONTRATO 0062/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0062/2015 M		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME		
Valor.....: 41.771,00 (quarenta e um mil setecentos e setenta e um reais)		
Vigência.....: Início: 10/03/2015 Término: 10/03/2016		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0024/2015 Processo_Licitatório.....: 0041 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios e material de higiene e limpeza, para manutenção das atividades das Secretarias e Fundos do Município de Capinzal/SC.		
Capinzal, 10 de Março de 2015		

PMC CONTRATO 0063/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0064/2015 M		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: PRO LIMPE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - M		
Valor.....: 9.741,50 (nove mil setecentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos)		
Vigência.....: Início: 10/03/2015 Término: 10/03/2016		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0024/2015 Processo_Licitatório.....: 00041 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios e material de higiene e limpeza, para manutenção das atividades das Secretarias e Fundos do Município de Capinzal/SC.		
Capinzal, 10 de Março de 2015		

PMC CONTRATO 0064/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0063/2015 M		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: P.V ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA ME		
Valor.....: 129.626,85 (cento e vinte e nove mil seiscentos e vinte e seis reais e oitenta e cinco centavos)		
Vigência.....: Início: 10/03/2015 Término: 10/03/2016		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0024/2015 Processo_Licitatório.....: 00041 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios e material de higiene e limpeza, para manutenção das atividades das Secretarias e Fundos do Município de Capinzal/SC.		
Capinzal, 10 de Março de 2015		

PMC CONTRATO 0065/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0065/2015 M		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: SCS COMERCIO LTDA ME		
Valor.....: 28.146,40 (vinte e oito mil cento e quarenta e seis reais e quarenta centavos)		
Vigência.....: Início: 10/03/2015 Término: 10/03/2016		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0024/2015 Processo_Licitatório.....: 00041 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios e material de higiene e limpeza, para manutenção das atividades das Secretarias e Fundos do Município de Capinzal/SC.		
Capinzal, 10 de Março de 2015		

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0064/2015 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0011/2015

Processo Licitatório Nº 0064/2015

Dispensa de Licitação Nº 0011/2015

ANDEVIR ISGANZELLA, Prefeito, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório de Nº 0064/2015, conforme segue:

OBJETO

Contratação de empresa especializada para Publicação no Diário Oficial do Estado, dos atos da Prefeitura Municipal de Capinzal/SC, por intermédio da Secretaria de Estado da Administração / Fundos de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais, inscrito no CNPJ nº 14.284.430/0001-97.

FORNECEDOR

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	10,00	MES	Publicação no Diário Oficial do Estado.	DOE	686,14	6.861,40
Total						6.861,40

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAL	001
6.861,40 (seis mil oitocentos e sessenta e um reais e quarenta centavos)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 7 - Manutenção dos serviços gerais da administração
 Órgão: 3 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS
 Unidade: 1 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS
 Função: 4 - Administração
 Subfunção: 122 - Administração Geral
 Programa: 15 - ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA
 Projeto/Atividade: 2.006 - Manutenção dos serviços gerais da administração
 Elemento: 33903990000000 - Aplicacoes Diretas
 Recurso: 0 - Recursos Ordinários

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 10 de março de 2015
 ANDEVIR ISGANZELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0065/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0041/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0065/2015

Pregão Presencial Nº 0041/2015

OBJETO: Aquisição de peças e serviços para recuperação do Caminhão Basculante Gord Cargo 2422, ano/modelo 2007/2008, chassi BFYCEHV98BB05264, Placa MFW 3759, da Secretaria de Infraestrutura, execução global.

Observação:

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00, para abertura da Seção às 09:05 do dia 23/03/2015.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Global

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, Rua Carmello Zocolli, 155.

No site: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744

Capinzal, 11 de março de 2015 .

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0066/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0042/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0066/2015

Pregão Presencial Nº 0042/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de horas de mão-de-obra especializada na área Hidráulica, para execução de diversos serviços, conforme solicitação de todas as Secretarias e Fundos do município de Capinzal/SC.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 14:00 horas, para abertura da Seção às 14:05 horas do dia 23/03/2015.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No site: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 11 de março de 2015.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0067/2015 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0012/2015

Processo Licitatório Nº 0067/2015

Dispensa de Licitação Nº 0012/2015

ANDEVIR ISGANZELLA, Prefeito, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório Nº 0067/2015, conforme segue:

OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos termos da Lei 11.947/2009 a serem adquiridos dos fornecedores individuais, grupos informais e grupos formais de Agricultores Familiares, destinados à elaboração da Alimentação Escolar para os alunos dos Centros Municipais de Educação Infantil e Escolas Municipais do Município de Capinzal - Santa Catarina, durante o ano de 2015, através do FNDE/PNAE, conforme discriminado no Edital.

FORNECEDOR

Item	Qdade	Un	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	250,00	KG	Abóbora tipo moranga, de primeira, ótima qualidade, tamanho e coloração uniformes, grau médio de amadurecimento, isenta de enfermidades e material terroso, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte.	COPERNOSTRA	2,55	637,50
2	300,00	KG	Abobrinha verde italiana ou menina, com ausência de rachaduras ou cortes na casca. Sem ressecamento ou queimaduras. Livres de umidade externa, terra, parasitas e resíduos de fertilizantes.	COPERNOSTRA	2,31	693,00
3	100,00	KG	Açúcar mascavo, 1ª qualidade, isento de matéria estranha, fungos, parasitas, livre de umidade, em embalagem plástica transparente de 1 kg.	COPERNOSTRA	6,50	650,00
4	500,00	KG	Aipim descascado congelado, limpo, sem sujidades, embalados em sacos plásticos de 1kg e 5kg, validade mínima de três meses e registro no órgão competente.	COPERNOSTRA	3,05	1.525,00
5	1.000,00	UN	Alface americana de 1ª qualidade colhida recentemente, folhas de coloração verde, fresca, tenra, limpa, sem manchas de insetos e isenta de folhas murchas, danificadas ou amarelas.	COPERNOSTRA	1,50	1.500,00
6	3.000,00	UN	Alface crespa de 1ª qualidade colhida recentemente, folhas de coloração verde, fresca, tenra, limpa, sem manchas de insetos e isenta de folhas murchas, danificadas ou amarelas.	COPERNOSTRA	1,50	4.500,00
7	1.000,00	UN	Alface roxa de 1ª qualidade colhida recentemente, folhas de coloração verde, fresca, tenra, limpa, sem manchas de insetos e isenta de folhas murchas, danificadas ou amarelas.	COPERNOSTRA	1,35	1.350,00
8	40,00	KG	Alho, boa qualidade, firme e intacto, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, isento de sujidades, parasitas e larvas, acondicionado em sacos plásticos pesando 1 kg.	COPERNOSTRA	12,52	500,80
9	400,00	KG	Beterraba lavada lisa de primeira, colhida recentemente, compacta e firme sem lesões de origem física ou mecânica, com tamanho uniforme devendo ser graúda.	COPERNOSTRA	2,32	928,00
10	1.000,00	KG	Bolacha caseira com glacê, rosca de fubá e coco, chamepanhe e de manteiga. O produto deve apresentar-se inteiro bem assado, com sabor e odor agradável. Embalagem com 1kg. Embalagens com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade.	COPERNOSTRA	14,00	14.000,00
11	400,00	UN	Brócolis de primeira qualidade, colhido recentemente, cor e aparência característica, em indícios de florescência. Sem lesões de origem física ou mecânica, com tamanho e coloração uniforme.	COPERNOSTRA	3,37	1.348,00
12	400,00	Mç	Cebolinha comum, primeira qualidade embalado em maços com aproximadamente 100g, sem indícios de germinação, isenta de sujidades e objetos estranhos, in natura, produto próprio para consumo humano. As folhas devem ser bem verdes, sem amarelados ou apodrecidos.	COPERNOSTRA	1,40	560,00
13	600,00	KG	Cenoura especial de primeira, sem rama, fresca compacta e firme sem lesões de origem física ou mecânica sem rachaduras e cortes com tamanho e coloração uniforme, devendo ser graúda.	COPERNOSTRA	2,63	1.578,00
14	150,00	KG	Chuchu de 1ª Qualidade, casca lisa, tamanho médio a grande, limpos, isenta de fungos e indícios de germinação.	COPERNOSTRA	1,52	228,00
15	100,00	UN	Couve-flor, de primeira qualidade, colhida recentemente; unidades frescas e limpas, com cor características.	COPERNOSTRA	3,42	342,00
16	400,00	KG	Cuca caseira fresca sem recheio, embaladas em sacos plásticos. Embalagens com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Data de fabricação recente.	COPERNOSTRA	8,03	3.212,00
17	500,00	KG	Doce de frutas em pasta vários sabores, embalagem com 750g, acondicionados em potes plásticos ou em vidros com tampa. Data de fabricação recente	COPERNOSTRA	8,98	4.490,00
18	150,00	UN	Ervas para chá. Cidreira, manjerona, poejo, funcho, erva doce, louro, alecrim, camomila, hortelã, endro. Embalagem ou maços com 100gr. Sem indícios de germinação, isenta de sujidades e objetos estranhos, in natura, produto próprio para consumo humano.	COPERNOSTRA	2,00	300,00

19	800,00	KG	Farinha de milho, safra corrente. Produto obtido do grão de milho, deverão ser fabricada a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas e parasitas. Não poderão estar úmidas ou rançosas, prazo de validade mínima de 90 dias. Pacote de 2 kg.	COPERNOSTRA	2,60	2.080,00
20	900,00	KG	Feijão Preto, de primeira qualidade. Procedência natural de safra corrente. Será permitido limite de 2 por cento de impurezas e materiais estranhos. Embalado em pacotes plásticos, atóxico, transparente e resistente. Pacote de 1kg.	COPERNOSTRA	4,60	4.140,00
21	4.000,00	LT	Iogurte sabor morango, acondicionado em sacos de 1 litro. Deverá constar na embalagem do produto, tabela de Informações Nutricionais, data de fabricação e prazo de validade. Validade mínima de 15 dias. Produto deverá estar resfriado.	COPERNOSTRA	4,30	17.200,00
22	1.000,00	KG	Laranja Baía, de primeira, in natura, apresentando grau de maturação adequado a manipulação, transporte e consumo; isenta de sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte.	COPERNOSTRA	1,80	1.800,00
23	1.000,00	KG	Laranja Valência, de primeira, in natura, apresentando grau de maturação adequado a manipulação, transporte e consumo; isenta de sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte	COPERNOSTRA	1,33	1.330,00
24	8.000,00	LT	Leite integral pasteurizado tipo C, embalagem de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 4 dias a contar da data da entrega.	COPERNOSTRA	1,89	15.120,00
25	1.300,00	KG	Macarrão caseiro, tipo espaguete, com ovos embalados em sacos plásticos que apresentem identificação do produto, data de fabricação e validade. Embalagens com 500g.	COPERNOSTRA	7,03	9.139,00
26	500,00	KG	Macarrão caseiro, tipo espaguete, integral, com ovos embalados em sacos plásticos que apresentem identificação do produto, data de fabricação e validade. Embalagens com 500g.	COPERNOSTRA	7,65	3.825,00
27	300,00	KG	Melancia, fresca, no ponto de maturação, sem ferimentos ou defeitos, mantendo as características organolépticas;	COPERNOSTRA	0,93	279,00
28	300,00	KG	Melão de 1ª qualidade, no ponto de maturação com características organolépticas mantidas.	COPERNOSTRA	3,31	993,00
29	3.000,00	UN	Milho, Espiga de milho apresentando grãos bem desenvolvidos e novos, porém macios e leitosos. Os grãos devem apresentar cor amarelada clara, brilhante e cristalina. Deve estar com a palha no momento da entrega e fresca. Entrega a granel.	COPERNOSTRA	0,70	2.100,00
30	100,00	KG	Morango congelado, de primeira, apresentando grau médio de maturação, deve estar congelado no momento da entrega. Acondicionado em embalagem de 1kg.	COPERNOSTRA	8,00	800,00
31	1.500,00	DZ	Ovos de galinha, vermelhos, tipo 1, grandes, frescos, sem rachaduras e limpos. Embalagem com data e validade e aviário de origem, com registro no SIM, SIF ou CISPOA.	COPERNOSTRA	4,10	6.150,00
32	200,00	KG	Pão de trigo Caseiro, tamanho uniforme, bem assado, não embalado quente embaladas em sacos plásticos. Embalagens com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Data de fabricação recente.	COPERNOSTRA	6,52	1.304,00
33	400,00	KG	Pão integral, tamanho uniforme, bem assado, não embalado quente embaladas em sacos plásticos. Embalagens com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Data de fabricação recente.	COPERNOSTRA	7,35	2.940,00
34	800	KG	Pernil Suíno de 1ª qualidade, cortadas em cubos de aproximadamente 30g; congelado, com cor, cheiro e sabor próprios; isenta de ossos e cartilagens; acondicionada em embalagens primárias de plástico atóxico, próprias para alimentos, e devidamente seladas, identificadas com data de manipulação e validade; pesando 1 kg.	COPERJABORÁ	13,75	11.000,00
35	10,00	KG	Pimentão verde, tamanho médio, no ponto de maturação, sem ferimentos ou defeitos, sem manchas livres de resíduos de fertilizantes;	COPERNOSTRA	4,62	46,20
36	500,00	UN	Queijo Colonial, peças com até 01 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Data de fabricação recente.	COPERNOSTRA	15,10	7.550,00
37	300,00	UN	Repolho roxo, tamanho uniforme, de primeira qualidade, colhido recentemente; firme e sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	COPERNOSTRA	3,02	906,00
38	800,00	UN	Repolho verde, tamanho uniforme, de primeira qualidade, colhido recentemente; firme e sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	COPERNOSTRA	2,40	1.920,00
39	400,00	Mç	Salsa, 1ª qualidade, embalagem com aproximadamente 100g, isenta de sujidades e objetos estranhos, in natura, produto próprio para consumo humano. As folhas devem ser bem verdes, sem amarelados ou apodrecidas.	COPERNOSTRA	1,33	532,00
40	1.000	UN	Suco de uva natural, extraído de frutas selecionadas, embalado em embalagens de vidro de 1,5l. Registrado e fiscalizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento MAPA. Ingrediente: suco de uva, não alcoólico.	COPERJABORÁ	9,60	9.600,00
41	400,00	KG	Tangerina ponkan, apresentando grau de maturação adequado a manipulação, transporte e consumo; isenta de sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte.	COPERNOSTRA	2,00	800,00
42	500,00	KG	Tomate de primeira qualidade, grau médio de amadurecimento, aspecto globoso, cor vermelha, classificada, de polpa firme e intacta, isento de enfermidades boa qualidade, livres de resíduos de fertilizantes, sujidade, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte, acondicionado em sacos plásticos por quilo.	COPERNOSTRA	3,38	1.690,00
Total						141.586,50

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
Cooperativa Regional dos Agricultores Familiares de Campos Novos, Capinzal, Ouro e Zórtea - COOPERNOSTRA	01,02,03,04,05,06,07,08,09,010,011, 012,013,014,015,016,017,018,019, 020,021,022,023,24,026,027,028, 029, 030,031, 032,033,035,036,037,038,039,0,41 e 042.
120.986,50 (Cento e vinte mil novecentos e oitenta e seis reais cinquenta centavos)	

Fornecedor	Itens
Cooperativa de Produção e Consumo Agroindustrial de Jaborá - COPER-JABORA	034 e 040
20.600,00 (vinte mil e seiscentos reais)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 11.947/2009.

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

§ 1o A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Aquisição de produtos da agricultura familiar para o ano de 2015, por intermédio do Edital de Chamada Pública Nº 001/2015.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 49 - Manutenção da Merenda Escolar
Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Unidade: 1 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição
Programa: 90 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
Projeto/Atividade: 2.047 - Manutenção da Merenda Escolar
Elemento: 33903007000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 10 de março de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Catanduvas

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO CPIMMOC Nº 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
CPIMMOC - CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO
JOAÇABA - SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO CPIMMOC Nº 001/2015
PREGÃO PRESENCIAL CPIMMOC Nº 001/2015
REGISTRO DE PREÇOS CPIMMOC Nº 001/2015

VITOR JOÃO FACCIN, Prefeito de Ouro - SC, Presidente do CPIMMOC, no uso de suas atribuições e na forma da lei, torna público a realização de Licitação, na modalidade de PREGÃO, na forma presencial, visando o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES, com fornecimento por demanda e de forma parcelada para os seguintes Municípios Participantes, e seus respectivos Fundos: a) Catanduvas; b) Lacerdópolis; c) Luzerna; d) Ouro; e) Treze Tílias; f) Vargem Bonita.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 23 de Março 2015 às 13:30 horas na sede da AMMOC, sito a Rua Roberto Trompowsky, Nº 68, 2º Andar, Centro, Joaçaba / SC,

Informações: Os esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados nos dias de expediente, das 08h às 11h30min e das 13h30min às 17hrs, junto a Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense-AMMOC, sito a Rua Roberto Trompowsky, Nº 68, 2º Andar, Centro, Joaçaba / SC, pelo telefone (49) 3522-2800 e ainda pelos e-mails marize@ammoc.com.br; cpimmoc@ammoc.com.br e andreia@ammoc.com.br.

Joaçaba, 09 de Março de 2015.

VITOR JOÃO FACCIN
Presidente do CPIMMOC

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

145/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIANº 145/2015

- CONSIDERANDO, a apresentação dos Atestados Médicos, dados em 18.02.15, e 19.02.15, pagos pelo Município;

- CONSIDERANDO, o atestado médico de 30 (trinta) dias, período de 05.03.2015 a 03.04.2015;

- CONSIDERANDO, o requerimento de Auxílio Doença agendamento para 27/03/2015;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art. 64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da Servidora Pública LUCELIA KEMPNER INÁCIO, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais- 40 horas, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 05/03/15 a 03/04/2015, 30 (trinta) dias, a ser remunerada pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado-SC, 06 de março de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

153.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIANº 153/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar VORLI CHIQUIO, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, na condição de Agente Político, nomeado pela portaria nº 086/2013 de 04.03.2013, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de março de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

154/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIANº 154/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar MARIO DA SILVA, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração e Planejamento, na condição de Agente Político, nomeado pela portaria nº 024/2013 de 18.01.2013, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de março de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

156/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIANº 156/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Complementar 008 de 23.12.1999 e de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º Nomear MARCIO MACIEL, para ocupar o cargo de Secretário Municipal de Administração e Planejamento, da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, na condição de agente político, a partir de 11.03.2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 10 de março de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

156/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIANº 155/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Complementar 008 de 23.12.1999 e de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º Nomear MARIO DA SILVA, para ocupar o cargo de Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, na condição de agente político, a partir de 11.03.2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 10 de março de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

157/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIANº 157/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e Lei Complementar nº 047 de 01.12.2010. **RESOLVE:**

Art. 1º Alterar a Portaria nº. 089/2013, de 04.03.2013, no que se refere a nomenclatura do cargo, passando a vigorar com a seguinte redação: [...] CHARLES RODRIGO MICHELS, para ocupar o cargo em Comissão de Diretor de Desenvolvimento Agrícola, na Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio em conformidade com o Anexo Único da LC n. 047, de 01/12/2010, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de março de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 02.2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA por este edital os candidatos selecionados no Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 01/2014, a seguir relacionados, para comparecerem no Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, para admissão em caráter temporário-ACT, sob regime administrativo especial, afim de exercerem as seguintes funções:

NOME	FUNÇÃO
Joseane Regina Foster Alvez	Orientador Social - 20 Horas
Fernanda Franz	Orientador Social - 20 Horas

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 10 de março de 2015.

JOSE BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria n. 152.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 152/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 05.07.2013 à 04.07.2014, a RICARDO CALUDINO, matriculado sob o nº 2627/01, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 20 (vinte) dias no período de 10.03.2015 à 29.03.2015, acrescidas de 1/3 do abono constitucional e conversão de 1/3 em abono pecuniário, conforme arts. 46 e 78, § 3º, da LC nº. 008 de 23/12/99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de março de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Concórdia**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2015-FMC**

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2015 - FMC

Objeto: aquisição de equipamentos de som e iluminação cênica e placas e equipamentos de Comunicação Visual, para o Centro Cultural Concórdia, com recursos provenientes do convênio com o Ministério da Cultura (MINC), Incentivo Fiscal PRONAC nº 145.465, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Lote

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 25/03/2015.

Início da Sessão: dia 25/03/2015, às 08h e 30min, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 10 de março de 2015.

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Diretor Superintendente FMC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 11/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 11/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Creche, no valor de R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais).

Concórdia SC, 10 de março de 2015.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 12/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 12/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Pré Escola, no valor de R\$ 17.460,00 (dezessete mil quatrocentos e sessenta reais).

Concórdia SC, 10 de março de 2015.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 13/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 13/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 34.406,00 (trinta e quatro mil quatrocentos e seis reais).

Concórdia SC, 10 de março de 2015.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 14/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 14/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - EJA, no valor de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais).

Concórdia SC, 10 de março de 2015

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 15/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 15/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Atendimento Educacional Especializado, no valor de R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais).

Concórdia SC, 10 de março de 2015.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 11/2015 – FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 11/2015 - FMAS

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA e a SOCIEDADE CASA DE APOIO MÃO SOLIDÁRIA, inscrita no CNPJ sob nº 12.505.298/0001-70, representada pela sua Presidente, Senhora LENIR TERESINHA KOBBS.

OBJETO: Destinação de Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social é da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, destinado ao Serviço de Acolhimento Institucional - na modalidade Casa de Passagem.

VALOR: R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2015, a partir da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 09/03/2015

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO 2616/2015**

Câmara Municipal de Vereadores

Concórdia SC

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.616, DE 3 DE MARÇO DE 2015.

Exonera, a pedido, o servidor WILLIAM AMPESE.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA SC

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia,

Resolve:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor WILLIAM AMPESE, do cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, a partir de 3 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 3 de março de 2015.

Mauro Mendes

Presidente

Vilmar Comassetto

1º Secretário

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Concórdia. Em 03.03.2015.

Neuri Comin

Secretário Administrativo

DECRETO 2617/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.617, DE 5 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia ELISANDRA NEVES FORNER - Assessor Parlamentar.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com a Lei Complementar nº 660, de 16 de dezembro de 2013,

Resolve:

NOMEAR a senhora ELISANDRA NEVES FORNER, para exercer o cargo de Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível CC-3, a partir do dia 5 de março de 2015.

Concórdia, 5 de março de 2015.

Mauro Mendes

Presidente

Vilmar Comassetto
1º Secretário

Arlan Guliani
2º Secretário

PORTARIA 11/2015

PORTARIA Nº 11, DE 4 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o servidor ANDERSON GUZZATTO entrar em gozo das férias.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Autorizar o servidor ANDERSON GUZZATTO - Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, entrar em gozo das férias, de 5 a 18 de março de 2015, referente aos dias não gozados por absoluta necessidade do serviço, no período das férias regulamentares conforme Portarias nºs 3, de 21 de janeiro de 2014 e 8, de 29 de janeiro de 2015.

Concórdia, 4 de março de 2015.

Mauro Mendes
Presidente

BALANCETE FINANCEIRO 02/2015**SANTA CATARINA**
CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	203.448,95
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	197.098,73
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	154.313,81
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39.189,92
		INVESTIMENTOS	3.595,00
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	6.350,22
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.350,22
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	288.270,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	288.270,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	442.830,66	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	450.858,86
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	26.217,40	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	24.649,08
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	203.448,95	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	213.164,31
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	213.164,31	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	206.314,31
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	6.731,16
SALDOS ANTERIORES	182.032,22	SALDOS ATUAIS	258.825,07
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	100.000,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	190.084,44
BANCO C/ MOVIMENTO	82.032,22	BANCO C/ MOVIMENTO	68.740,63
TOTAL	913.132,88	TOTAL	913.132,88

CONCORDIA, 05/03/2015

MAURO MENDES

Presidente

DELAIR M. S. DALLEGRAVE

Contador CRC SC 022.843/O-5

Cordilheira Alta

PREFEITURA

EXTRATO AO CONTRATO ADM 002/2015 - FMS

Extrato DO CONTRATO ADM Nº: 002/2015 -FMS
Processo Administrativo n. 17/2015
Dispensa de Licitação n. 06/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICÍPL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: VALDIR GROFF

Objeto: O Contrato tem por objeto a locação de imóvel situado na Rua Julia Sartori Tozzo, Loteamento Tozzo, Apto 201, com área de 92 (noventa e dois) metros quadrados, para uso do profissional vinculado ao Programa Mais Médicos, sob a forma de "Bolsa Auxílio Moradia".

Valor: O aluguel mensal é de R\$ 1.310,00 (um mil trezentos e dez reais).

Vigência: Este contrato vigorará da data de sua assinatura até 31/12/2015.

Recursos:

Projeto Atividade 10.301.2505.2.019; Modalidade de Aplicação 3390;

Signatários: Alceu Mazzioni e VALDIR GROFF

Cordilheira Alta, SC, em 03/02/2015

EXTRATO AO CONTRATO ADM 003/2015 - FMS

Extrato DO CONTRATO ADM Nº: 003/2015 -FMS
Processo Administrativo n. 19/2015
Dispensa de Licitação . 08/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICÍPL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: COLOR SUL Impressoras e Suprimentos Ltda - ME

Objeto: . Pelo presente contrato, a LOCADORA obriga-se a prestar serviços de assistência técnica, fornecimento de insumos, tonner e peças nas impressoras de propriedade do município, e locação dos seguintes equipamentos:

- Locação de 01 (uma) impressora multifuncional colorida, com funções de cópia, impressão, fax, scanner 28PPM, frente e verso automático, conexão via rede.
- Locação de 04 (quatro) impressoras multifuncionais laser monocromáticas, com funções de cópia, impressão, fax, scanner 32PPM, frente e verso automática, conexão via rede.

Valor: O valor do aluguel mensal pelo uso dos equipamentos ora locados será de R\$ 682,00 (seiscentos e oitenta e dois reais)

Vigência: A vigência do presente contrato se iniciará na data de instalação do equipamento e se findará em 31/12/2015, período após o qual estará automaticamente rescindido.

Recursos:

Projeto/Atividade nº: 10.01.2.019.3.3;
Modalidade de Aplicação nº: 3390;

Signatários: Alceu Mazzioni e Sidnei Carlos Biazzi

Cordilheira Alta, SC, em 03/02/2015

EXTRATO AO CONTRATO ADM 004/2015 - FMS

Extrato DO CONTRATO ADM Nº: 004/2015 -FMS
Processo Administrativo n. 23/2015
Dispensa de Licitação n. 10/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICÍPL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: JANAÍNE ROSSONI

Objeto: . O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços médicos para manutenção das atividades das Unidades de Saúde do Município de Cordilheira Alta, conforme descrito abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	PREÇO MÁXIMO	PREÇO TOTAL
01	Prestação de serviço médico clínico geral, para realizar plantão noturno de três horas diárias, de segunda a sexta feira, compreendidas entre às 18h e às 21h, a serem prestados na Unidade de Saúde Francimar Tozzo.	01 (um) Mês	6.000,00	6.000,00

Valor: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Vigência: Este contrato vigorará por 60 dias, a contar da data de sua assinatura.

Recursos:

Projeto Atividade n. 2.019;
Elemento n. 339000;

Signatários: Alceu Mazzioni e Janaína Rossoni

Cordilheira Alta, SC, em 09/02/2015

EXTRATO AO CONTRATO ADM 011/2015

Extrato DO CONTRATO ADM Nº:011/2015.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.
CONTRATADA: COLOR SUL Impressoras e Suprimentos Ltda - ME
Processo Administrativo n. 18/2015
Dispensa de Licitação . 07/2015

Objeto: Pelo presente contrato, a LOCADORA obriga-se a prestar serviços de assistência técnica, fornecimento de insumos, tonner e peças nas impressoras de propriedade do município, e locação dos seguintes equipamentos:

- Locação de 04 (quatro) impressoras multifuncionais coloridas, com funções de cópia, impressão, fax, scanner 28PPM, frente e verso automático, conexão via rede.
- Locação de 04 (quatro) impressoras multifuncionais laser monocromáticas, com funções de cópia, impressão, fax, scanner 32PPM, frente e verso automática, conexão via rede.

VALOR: R\$ 710,00 (setecentos e dez reais)mensal

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato se iniciará na data de instalação do equipamento e se findará em 31/12/2015, período após o qual estará automaticamente rescindido.

RECURSOS: Projeto/Atividade nº: 2.020;
Modalidade de Aplicação nº: 3390

Signatários: Alceu Mazzioni e Sidnei Carlos Biazzi

Cordilheira Alta, SC, em 03/02/2015

EXTRATO AO CONTRATO ADM 012/2015

Extrato DO CONTRATO ADM Nº:012/2015.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: SATI TELECOM LTDA EPP

Processo Administrativo n. 20/2015

Dispensa de Licitação n. 09/2015

Objeto: locação de equipamento para Plataforma de Comunicação Híbrida (TDM/IP) Hipath 3550, com capacidade final para 146 portas, equipada com 30 troncos digitais E-1, 04 troncos analógicos, 08 ramais digitais e 192 ramais LPs, 01 terminal para telefonista openstage 15T com key module

VALOR: R\$ R\$ 725,00 (setecentos e vinte e cinco reais) mensal

RECURSOS: Projeto/Atividade nº: 2.020.

Modalidade de Aplicação nº: 3390.

Signatários: Alceu Mazzioni e Alex de Andrade

Cordilheira Alta, SC, em 03/02/2015

EXTRATO AO CONTRATO ADM 013/2015

Extrato DO CONTRATO ADM Nº:013/2015.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

Processo Administrativo n. 24/2015

Inexigibilidade n. 01/2015

Objeto: prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

VALOR: R\$ R\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais), divididos em 8 (oito) parcelas iguais e sucessivas no valor de R\$ 2.475,00 (dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais), repassadas no período de março a outubro de 2015

VIGÊNCIA: terá início no dia da assinatura deste termo até 31 de dezembro de 2015.

RECURSOS: Projeto/Atividade n.: 2.009

Modalidade de Aplicação n.: 339000.

Signatários: Alceu Mazzioni e Clair Lorenzet

Cordilheira Alta, SC, em 09/02/2015

EXTRATO AO CONTRATO ADM 014/2015

Extrato DO CONTRATO ADM Nº:014/2015.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: RÁDIO DIFUSÃO ÍNDIO CONDÁ LTDA EPP

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 01/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 01/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE GRAVAÇÃO EM ESTÚDIO DE PROGRAMA SEMANAL DE RÁDIO NA AM, E SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS, VEICULAÇÃO DE INFORMAÇÕES, AVISOS E RECADOS DE UTILIDADE PÚBLICA, AÇÕES, PROGRAMAS E PROJETOS, OBRAS E SERVIÇOS PRESTADOS PELO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, VEICULADO POR EMISSORA PADRÃO AM, TODOS OS SÁBADOS DAS 11H45MIN ÀS 12H - ITEM 02 DO EDITAL

VALOR: O Município pagará a Contratada, em parcelas sucessivas e mensais, o valor de R\$ 1.090,00 (um mil e noventa reais), a ser pago até o décimo dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal correspondente, totalizando o valor global estimativo equivalente a R\$

11.445,00 (onze mil quatrocentos e quarenta e cinco reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará da data de sua assinatura até 31/12/2015, podendo a critério do CONTRATANTE ser prorrogado mediante Termo Aditivo, com base no art. 57 da Lei n.º 8.666/93.

RECURSOS: projeto/atividade n 2.020, Elemento n. 339000.

Signatários: Alceu Mazzioni e Clara Mirian Lang

Cordilheira Alta, SC, em 16/02/2015

EXTRATO AO CONTRATO ADM 015/2015

Extrato DO CONTRATO ADM Nº:015/2015.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: FÊNIX CURSOS E TREINAMENTOS LTDA ME

Processo ADMINISTRATIVO n. 15/2015

Pregão Presencial N. 09/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATIVIDADE ESPORTIVA - KARATÊ (ESTILO SHOTOKAM - FAIXA PRETA E DAM) PARA TREINAMENTO DE ALUNOS DO MUNICÍPIO, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE - ITEM 01 DO EDITAL.

VALOR: O Município pagará a Contratada pela prestação dos serviços o valor mensal equivalente a R\$ 1.750,00 (um mil setecentos e cinquenta reais), a ser pago até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal, totalizando o preço global estimado de R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA: A contratada deverá prestar os serviços pelo período de 10 meses, de acordo com cronograma a ser desenvolvido pela secretaria de Cultura e Esporte. A vigência do contrato será da data de sua assinatura até 31/12/2015.

RECURSOS: projeto/atividade n 2.005, Elemento n. 339000.

Signatários: Alceu Mazzioni e Marcos José Tonello

Cordilheira Alta, SC, em 27/02/2015

EXTRATO AO CONTRATO ADM 016/2015

Extrato DO CONTRATO ADM Nº:016/2015.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: F MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA EPP

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 08/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 03/2015

1.1. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA SUBSTITUIÇÃO EM TRATOR DE ESTEIRA, MODELO D41E, ANO 2006, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - LOTE 01 DO EDITAL.

VALOR: R\$ 42.096,67 (quarenta e dois mil noventa e seis reais e sessenta e sete centavos)

VIGÊNCIA: O prazo para entrega do objeto da licitação é de até 20 dias a contar da assinatura do termo contratual.

6.2. O presente contrato vigorará por 06 (seis) meses, a contar da data da assinatura de sua assinatura. A garantia pelas peças e serviços se estenderá pelo mesmo período.

RECURSOS: projeto/atividade n. 2.009 - Elemento n. 339000.

Signatários: Alceu Mazzioni e Cladir Arnt Capeleto

Cordilheira Alta, SC, em 27/02/2015

Coronel Freitas

PREFEITURA

ATA DE CANCELAMENTO AO PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 03/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

=====

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº03/2015

ATA DE CANCELAMENTO AO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015 DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS. Aos dez dias do mês de março de Dois Mil e Quinze, as 09h00min, na sala de licitações da prefeitura Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Avenida Santa Catarina 1022, Centro, reuniram-se o pregoeiro e Equipe de Apoio juntamente com o assessor jurídico, para efetuar análise da proposta de preço da empresa MECANICA JONES LTDA ME. sendo que a mesma não apresentou sua proposta em conformidade com o item 5.1 do edital, sendo desclassificada por descumprimento ao referido item. Não houve mais participantes no processo sendo que o mesmo foi cancelado e será reaberto novo processo dentro do prazo legal. Ocorre que conforme a Lei de Licitações nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, não é possível a realização da licitação sem licitantes. Fica, portanto cancelado o presente processo, sendo publicado no site da Prefeitura Municipal. Nada mais havendo a tratar o Pregoeiro encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que após lida foi assinada pelos membros da Comissão de Licitação.

Coronel Freitas (SC), 10 de Março de 2015
FLAVIA ROLIM DE MOURA CASIANE CARVALHO
PREGOEIRO MEMBRO

LUIS CARLOS OSS JUCILAINE BORTOLOSSO
MEMBRO MEMBRO

PAULO C. STRADA AVELINO B. JUNIOR
MEMBRO SSESSOR JURIDICO

DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS Nº 01/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO
Dispensa de Licitação Nº 01/2015
Contratado: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS-AMOSC
Valor total: R\$ 273.000,00
Vigência: 31/12/2015

Fundamento Legal: É dispensável a licitação Art. 24 da Lei 8.666/93 X - para compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem à sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado segundo a avaliação prévia.

Coronel Freitas (SC) 10 de Março de 2015
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº 058, DE 10 DE MARÇO DE 2014.

DECRETO Nº 058, DE 10 DE MARÇO DE 2014.
NOMEIA CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei 11.947/2009 e pela Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

NOMEAR:

Art. 1º Os membros do Conselho de Alimentação Escolar -CAE, para o quadriênio 2013 a 2016:

Representante do Poder Executivo Municipal
Titular -Salette Biazin Gonçalves;
Suplente -Gilson Eduardo Pahl;
Representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes;
Titular -Jocimara de Lurdes Manera Balastrelli;
Titular -Inês Madali Garbin de Medeiros;
Suplente - Eliamar Comachio Favretto;
Suplente - Marciane Welchen Inacio;
Representante de Pais de Alunos
Titular - Vilma Giroto Pertussatti;
Titular - Hilário Sigel;
Suplente -Erony Salete Trento;
Suplente -Maria Nilce Somavila;
Representante de entidade civil organizada
Titular - Lorete Zanco Mores;
Titular -Francisco Marcos Geremias;
Suplente -Ivete Sotoriva Turmina;
Suplente -Fabio Lucas Madella;

Art. 2º Os membros terão mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos. (CFE Art. 18, §3º, Lei 11.947/2009).

Art. 3º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderá ser exercidas pelos representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, representantes de pais de alunos e pelos representantes de entidade civil organizada. (CFE Art. 18, §4º, Lei 11.947/2009).

Art. 4º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço de interesse público, não remunerado.

Art. 5º As competências, o funcionamento e demais disposições previstas na Lei que institui o CAE, são definidas pelo Regimento Interno do Conselho.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revoga-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº. 160, de 19 de julho de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins,
10 de março de 2015.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 041 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº. 041 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 06/04/2015 à 05/05/2015.

Nome Cargo Referência

Elisângela de Fátima Salvador Enfermeira 12/07/2013 à 11/07/2014

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 09 de março de 2015

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

Correia Pinto**PREFEITURA****ERRATA DE EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO - PROCESSO 49/2014 PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 49/2014

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS E FUNDOS, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa CELIA REGINA W. SANI ME

CNPJ: 04.195.853/0001-87

Instrumento: 01220/2014 FMS, 01219/2014 FMAS

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa AKON LTDA ME

CNPJ: 13.228.073/0001-87

Instrumento: 01221/2014 PMCP

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa M. MOBILE EIRELI

CNPJ: 15.764.033/0001-85

Instrumento: 01222/2014 PMCP

Vigência: 31/12/2014 à 31/03/2015

Correia Pinto/SC 13 de fevereiro de 2015.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ERRATA EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO - PROCESSO 17/2014 FMS/FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORREIA PINTO E

FUNDO MUNICIPL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO N. 17/2014

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NA LINHA DE ELETRODOMÉSTICOS, ELETRÔNICOS, CADEIRAS E MESA PARA ESCRITÓRIO E COLCHÕES.

Instrumento: Contrato nº 01223/2014 FMS

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa MICROSOL COMERCIO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA ME

CNPJ: 05.911.967/0001-49

Instrumento: Contrato nº 01224/2014 FMS

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa SUPERAR LTDA EPP

CNPJ: 13.482.516/0001-61

Instrumento: Contrato nº 01225/2014 FMAS

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa SUPERAR LTDA EPP

CNPJ: 13.482.516/0001-61

Instrumento: Contrato nº 01226/2014 FMS

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa SANDRO VILMAR PIRES - ME
CNPJ: 09.253.952/0001-91

Instrumento: Contrato nº 01227/2014 FMS

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME
CNPJ: 13.965.228/0001-68

Instrumento: Contrato nº 01228/2014 FMAS

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME
CNPJ: 13.965.228/0001-68

Instrumento: Contrato nº 01229/2014 FMS

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa RA DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI - ME CNPJ: 19.830.899/0001-06

Instrumento: Contrato nº 01230/2014 FMS

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa BAGATOLI COMERCIO DE MÓVEIS LTDA - ME CNPJ: 09.053.748/0001-27

Instrumento: Contrato nº 01231/2014 FMS

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa CLIMA SERVICE REFRIGERAÇÃO LTDA
CNPJ: 13.598.570/0001-77

Instrumento: Contrato nº 01232/2014 FMS

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa L.A.CN INFORMATICA LTDA LTDA
CNPJ: 11.924.851/0001-47

Instrumento: Contrato nº 01233/2014 FMAS

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa L.A.CN INFORMATICA LTDA LTDA
CNPJ: 11.924.851/0001-47

Instrumento: Contrato nº 01234/2014 FMS

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa ADL COMERCIAL EIRELI EPP
CNPJ: 15.267.298/0001-78

Instrumento: Contrato nº 01235/2014 FMAS

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa ADL COMERCIAL EIRELI EPP
CNPJ: 15.267.298/0001-78

Vigência: 31/12/2014 à 31/03/2015

Correia Pinto/SC 13 de fevereiro de 2015.

VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 05/2015 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 05/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: 0148/2015

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR A SEDE DO CORPO DE BOMBEIROS DE CORREIA PINTO.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa CHURRASCA-RIA E RESTAURANTE TERTÚLIA

CNPJ: 72.470.610/0001-60

Processo Licitatório nº 02/2015 - Dispensa de Licitação

Valor mensal: 4.500,00

Correia Pinto/SC 11 de março de 2015.

VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 847/2015

DECRETO Nº 847/2015

APROVA O LOTEAMENTO HABITACIONAL POPULAR BOMPLANDT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os termos das Leis Federal Nº 6.766/1979, de 19/12/1979; Estadual Nº 6.063/1982, de 24/05/1982;

DECRETA :

Art.1º - Fica aprovado o Loteamento Habitacional Popular Bomplandt, sobre a M.I. 62.168 com área total de 49.672,25m2, de propriedade de PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ, situado entre a Rua 110 - Augusto Borchardt e o Rio Humboldt, Bairro Bomplandt, em Corupá - SC, área urbana, conforme plantas e documentação anexas.

Art.2º - O loteamento é composto de 01 (um) lote destinado ao Uso Público Especial (A.U.P.E.) com 3.486,00m2; 02 (dois) lotes destinados a Área Verde com área total de 10.986,36m2sendo o primeiro de 3.706,36m2 e o segundo de 7.280,00m2; 44 (quarenta e quatro) lotes comercializáveis, do 01 ao 44, totalizando a área de 12.251,75m2; e 12.506,44m2 de área de arruamento, compreendendo leitos carroçáveis e passeios. Há 02(duas) áreas remanescentes no imóvel, sendo a primeira com 6.101,70m2e a segunda com 4.340,00m2, num total de 10.441,70m2.

§1º As Ruas "A", "B", "C", "D" e "E" passam a receber os números 165,166,167,168 e 169, respectivamente.

§2º Sobre a Área Verde - I está gravada a Área de Preservação Permanente de 50,00m de largura a partir da margem direita do Rio Humboldt, bem como uma faixa de preservação permanente de 30,00m de largura a partir da margem direita do córrego que corta o imóvel confrontante.

§3º Sobre a Área Verde - II esta gravada uma faixa "Non Aedificandi" de 5,00m de largura para ambos os lados da vala de drenagem que corta a referida área.

§4º Todos os lotes possuem suas linhas limítrofes que extremam com vias públicas oficiais coincidentes com o alinhamento predial.

Art.3º - O registro do loteamento em pauta em cartório competente deverá ser efetuado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena da caducidade da aprovação.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto 780/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
10 de fevereiro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 850/2015

DECRETO Nº. 850/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.169/2014 de 31 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 9.911,93(nove mil e novecentos e onze reais e noventa e três centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.303.0081.1009		Bloco de Assistência Farmacêutica Básica	
3.3.90.00.00.00.00	0.3.00.67	Aplicações Diretas	9.911,93
		TOTAL	9.911,93

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior conforme consta no Balanço Patrimonial de 2014, fonte 03.00.67 - Assistência Farmacêutica Básica no valor de R\$ 9.911,93 (nove mil e novecentos e onze reais e noventa e três centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
11 de fevereiro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos onze dias do mês de fevereiro de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

ERRATA DO DECRETO Nº 847 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015, PUBLICADO EM 12 DE FEVEREIRO DE 2015, QUE APROVA O LOTEAMENTO HABITACIONAL POPULAR BOMPLANT.

Errata do DECRETO Nº 847 de 10 de fevereiro de 2015, publicado em 12 de fevereiro de 2015, que APROVA O LOTEAMENTO HABITACIONAL POPULAR BOMPLANT.

ONDE SE LÊ: APROVA O LOTEAMENTO HABITACIONAL BOMPLANT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os termos das Leis Federal Nº 6.766/1979, de 19/12/1979; Estadual Nº 6.063/1982, de 24/05/1982;

DECRETA :

Art.1º - Fica aprovado o Loteamento Habitacional Bomplant, sobre aMI 62.168 com área total de 49.672,25m2, de propriedade de PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ, situado entre a Rua 110 - Augusto Borchardt e o Rio Humboldt, Bairro Bomplandt, em Corupá - SC, área urbana, conforme plantas e documentação anexas.

LEIA-SE: APROVA O LOTEAMENTO HABITACIONAL POPULAR BOMPLANDT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com ostermos das Leis Federal Nº 6.766/1979, de 19/12/1979; Estadual Nº 6.063/1982, de 24/05/1982;

DECRETA :

Art.1º - Fica aprovado o Loteamento Habitacional Popular Bomplandt, sobre a M.I. 62.168 com área total de 49.672,25m2, de propriedade de PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ, situado entre a Rua 110 - Augusto Borchardt e o Rio Humboldt, Bairro Bomplandt, em Corupá - SC, área urbana, conforme plantas e documentação anexas.

PORTARIA N.º 3163/15

PORTARIA N.º 3163/15

NOMEIA O SERVIDOR DANIEL MÜLLER PARA O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE SERVIÇOS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

Resolve:

Art. 1º - Fica nomeado para o cargo de Coordenador de Serviços, na área de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, percebendo a remuneração prevista no fator 18 do Anexo XI da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009, o Sr. DANIEL MÜLLER.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
17 de fevereiro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA N.º 3162/15

PORTARIA N.º 3162/15

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG - 2, AO SERVIDOR MOACIR DE OLIVEIRA RAMOS JUNIOR.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

Resolve:

Art. 1º - Fica concedida a Função Gratificada, com denominação de FG - 2, ao servidor MOACIR DE OLIVEIRA RAMOS JUNIOR, junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, no

desenvolvimento de ações no setor de Controladoria Interna.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
17 de fevereiro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA N.º 3164/15

PORTARIA N.º 3164/15

NOMEIA O SR. TADEU ARBIGAUS PARA O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Complementar nº 014/09 de 15 de Dezembro de 2009,

Resolve:

Art. 1º - Fica nomeada para o cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Educação, percebendo a remuneração prevista no fator 28 do Anexo XI da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009, o Sr. TADEU ARBIGAUS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
17 de fevereiro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA N.º 3166/15

PORTARIA N.º 3166/15

EXONERA A SRA. SIMONE GAUDETTE PARA O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADORA DE SERVIÇOS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Complementar nº 014/09 de 15 de Dezembro de 2009,

Resolve:

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. SIMONE GAUDETTE, do cargo em Comissão de Coordenadora de Serviços.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativos a contar de 02 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2295/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
17 de fevereiro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3167/15

PORTARIA Nº 3167/15

EXONERA A SRA. JULIANA TWARDOWSKI DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE DIVISÃO DE MERENDA ESCOLAR E SUPRIMENTOS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Complementar nº 014/09 de 15 de Dezembro de 2009,

Resolve:

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. JULIANA TWARDOWSKI, do cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Merenda Escolar e Suprimentos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativos a contar de 02 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2444/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
17 de fevereiro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3168/15

PORTARIA Nº 3168/15

NOMEIA A SRA. SIMONE GAUDETTE PARA O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE DIVISÃO DE MERENDA ESCOLAR E SUPRIMENTOS

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Complementar nº 014/09 de 15 de Dezembro de 2009,

Resolve:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. SIMONE GAUDETTE, para o cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Merenda Escolar e Suprimentos, percebendo a remuneração prevista no fator 28 do Anexo XI da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009 e suas alterações.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 03 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
18 de fevereiro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3169/15

PORTARIA Nº 3169/15

NOMEIA A SRA. JULIANA TWARDOWSKI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE DIVISÃO DE FROTA E TRANSPORTE ESCOLAR.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Complementar nº 014/09 de 15 de Dezembro de 2009,

Resolve:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. JULIANA TWARDOWSKI, para o cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Frota e Transporte Escolar, percebendo a remuneração prevista no fator 28 do Anexo XI da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009 e suas alterações.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 03 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
18 de fevereiro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3170/15

PORTARIA Nº 3170/15

RENOVA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO SERVIDOR SR. ANDERLEI TESSAROLO DEGERING.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina, sob a justificativa da ausência de candidato em concurso público e/ou processo seletivo.

Resolve:

Art. 1º - Renova o limite do prazo de contrato em caráter temporário do Médico Clínico Geral ACT ao Sr. ANDERLEI TESSAROLO DEGERING, estipulado na Portaria nº 3085, de 28 de novembro de 2014, para a data de 11 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 06 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 3085/14.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
24 de fevereiro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3172/15

PORTARIA Nº 3172/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ACT, A SRA. SHIRLEI ELIANE BECKER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

Resolve:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. SHIRLEI ELIANE BECKER, a partir de 12 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 11 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, na Unidade de Saúde PSF1, com carga horária de 44 horas semanais, em virtude de ausência de candidato em concurso público, ficando lotado na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 12 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
24 de fevereiro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3174/15

PORTARIA Nº 3174/15

REDUZ A PEDIDO, CARGA HORÁRIA DA JORNADA DE TRABALHO DA SERVIDORA MARILEU SILVEIRA DE ABREU DO CARGO DE PROFESSOR.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Complementar nº 014/09 de 15 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reduzir a pedido, carga horária da servidora Sra. MARILEU SILVEIRA DE ABREU, ocupante do cargo de Professor, conforme Portaria nº 206/2004 e Concurso Público nº 001/2003, de 40 (quarenta) horas semanais, redução para 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 206/2004.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
03 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 188/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 188/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

A empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12 e Inscrição Estadual nº 253.992.443, estabelecida na Rua Anélio Niccocelli, 1720, bairro Figueirinha - CEP 89270-000, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, TERRAPLANAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, DA RUA 46 - ALBERTO BAUMLE (COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS), NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE QUANTITATIVOS E DEMAIS ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTES PROCESSOS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Conforme disposto na Cláusula Décima Sexta do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 24 de Janeiro de 2015 até 30 de Junho de 2015.

Data da Assinatura: 24/01/2015

Data da Vigência: 30/06/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 001/2015 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Lei Municipal n.º 1.612/2005

RESOLUÇÃO 001/2015

Disposição sobre parecer favorável à aprovação da prestação de contas do ano/exercício de 2014.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CMDCA/Corupá, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.612, de 20 de setembro de 2005, em conformidade com a deliberação da primeira Reunião Ordinária a ser realizada no dia 24 de fevereiro de 2015.

Considerando o Art.11 da Lei Municipal nº 1.612/2005 " Fica criado o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente como captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho de Direitos da Criança e do adolescente, [...]"; Considerando o Art. 13, inc. IV da Lei Municipal nº 1.612/2005, compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente "Liberar os recursos a serem aplicados em benefício de criança e adolescente, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente"; Considerando o Art. 2 da Resolução 137/2010/CONANDA: "Os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente devem ser vinculados aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente [...]

órgãos formuladores, deliberativos e controladores das ações de implementação da política dos direitos da criança e do adolescente, responsáveis por gerir os fundos, fixar critérios de utilização e o plano de aplicação dos seus recursos, conforme o disposto no

§2º do Art. 260 da Lei nº 8.069 de 1990;
Considerando que o Art. 12 da Resolução 137/2010/CONANDA nos trás que a definição quanto à utilização dos recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com o disposto no artigo 7º (leia-se 9º), deve competir única e exclusivamente aos Conselhos dos Direitos.

DECRETO:

ART. 1º - Aprovar o custeio das ações proposta no plano de ação e no plano de aplicação de recursos do FIA, mediante pré-aprovação constante nas atas de reuniões ordinárias do ano/exercício de 2014, através dos recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Corupá.

Art. 2º - Validar a avaliação do cumprimento do plano de ação e aplicação do FIA e ratificar que os planos estão sendo devidamente executados.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 25 de Fevereiro de 2015.

FELIPE RAFAELI RODRIGUES

PRESIDENTE DO CMDCA

RESOLUÇÃO 003/2015 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Lei Municipal n.º 1.612/2005

RESOLUÇÃO 003/2015

Dispõe sobre a participação de Conselheira Tutelarem Capacitação na cidade de São Francisco do Sul-SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CMDCA/Corupá, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.612, de 20 de setembro de 2005, em conformidade com a deliberação da Primeira Reunião Ordinária a ser realizada no dia 24 de fevereiro de 2015..

Considerando o Art.11 da Lei Municipal nº 1.612/2005 " Fica criado o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente como captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho de Direitos da Criança e do adolescente, [...]"; Considerando o Art. 13, inc. IV da Lei Municipal nº 1.612/2005, compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente "Liberar os recursos a serem aplicados em benefício de criança e adolescente, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente"; Considerando o Art. 2 da Resolução 137/2010/CONANDA: "Os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente devem ser vinculados aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente [...] órgãos formuladores, deliberativos e controladores das ações de implementação da política dos direitos da criança e do adolescente, responsáveis por gerir os fundos, fixar critérios de utilização e o plano de aplicação dos seus recursos, conforme o disposto no §2º do Art. 260 da Lei nº 8.069 de 1990;

Considerando que o Art. 12 da Resolução 137/2010/CONANDA nos trás que a definição quanto à utilização dos recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com o disposto no artigo 7º (leia-se 9º), deve competir única e exclusivamente aos Conselhos dos Direitos.

Considerando o Art. 15 da Resolução 137/CONANDA: " A aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, liberada pelo Conselho de Direitos, deverá ser destinada para o financiamento de ações governamentais e não-governamentais relativas à: IV - programas e projetos de capacitação e formação

profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente".

Considerando o ofício 342/2014 Conselho Tutelar, solicitando o pagamento de despesas a Conselheira Tutelar Sra. Grace Raquel BenkendorfRaasch em Capacitação no dia 25 de Novembro de 2014, na cidade de São Francisco do Sul-SC.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o custeio através de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo: capacitação na cidade de São Francisco do Sul/SC com o Dr. Murilo José Digiácomo, Procurador de Justiça do Estado do Paraná no dia 25 de novembro de 2014.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 25 de fevereiro de 2015.

FELIPE RAFAELI RODRIGUES

PRESIDENTE DO CMDCA

RESOLUÇÃO 004/2015 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Lei Municipal n.º 1.612/2005

RESOLUÇÃO 004/2015

DISPÕE SOBRE A COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA SELEÇÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CMDCA/Corupá, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.612, de 20 de setembro de 2005, em conformidade com a deliberação da Primeira Reunião Ordinária a ser realizada no dia 24 de fevereiro de 2015.

RESOLVE

Art. 1º - Indicar os seguintes conselheiros de direito para comporem na condição de membros à Comissão Eleitoral responsável pela eleição dos Conselheiros Tutelares do Município de Corupá, com as funções previstas em Lei:

01- Felipe Rafaeli Rodrigues;

02- Elizete Cardoso;

03- Lauro Berner;

04-Kamille Rainiak.

Art. 2º- Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Corupá (SC), 25 de Fevereiro de 2015.

FELIPE RAFAELLI RODRIGUES

Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO 005/2015 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 001/2015 – CMDCA – CORUPÁ/SC.

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Lei Municipal n.º 1.612/2005

RESOLUÇÃO 005/2015

DISPÕE SOBRE O LANÇAMENTO DO EDITAL 001/2015 PARA PROCESSO SELETIVO DE ESCOLHA DE MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CMDCA/Corupá, usando das atribuições que lhe

são conferidas pela Lei Municipal nº 1.612, de 20 de setembro de 2005, em conformidade com a deliberação da Primeira Reunião Ordinária a ser realizada no dia 24 de fevereiro de 2015.

RESOLVE

Art. 1º - Lançar Edital que abrem inscrições para Processo Seletivo de escolha de membro do Conselho Tutelar, conforme Edital nº 001/2015.

Art. 2º- Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Corupá (SC), 05 de Março de 2015.

FELIPE RAFAELLI RODRIGUES

Presidente do CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORUPÁ- SC

Lei Municipal nº. 1.612 /2005

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 001/2015 – CMDCA – CORUPÁ/SC.

Torna Público as diretrizes do Processo Complementar de Escolha dos Membros Conselho Tutelar de Corupá, fixa período de inscrições, estabelece calendário, critérios de classificação e dá outras providências.

FELIPE RAFAELI RODRIGUES, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº. 1.612/2005 torna público que abrem as inscrições para Processo Seletivo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar de Corupá, sendo 01 (um) membro titular e os demais suplentes, classificados na ordem de votação, com mandato eletivo contado da posse até dia 25 de Maio de 2015, de acordo com as normas que seguem a legislação em vigor:

Cargo: Conselheiro (a) Titular

Nº. de Vagas: 01 (um) Titular

A partir do 2º serão considerados suplentes.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Conforme determinação Federal (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA artigo 132), o Conselho Tutelar deve ser composto de 05 (cinco) membros titulares. De acordo com Lei Municipal nº. 1.612/2005, os demais que preencherem todos os requisitos serão considerados suplentes de acordo com o número de votos recebidos. Assim, abrem-se 01 (uma) vaga para membro titular, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para o candidato (a) mais votado e a partir do 2º serão considerados suplentes.

1.2 Na qualidade de membros eleitos, os conselheiros (as) tutelares não serão considerados funcionários públicos dos quadros da Administração Municipal, mas como a atividade do Conselho Tutelar é permanente, os conselheiros terão a seguinte remuneração:

a) Para a jornada de 20 horas semanais R\$ 611,98 (seiscentos e onze reais e noventa e oito centavos), mais auxílio alimentação de acordo com a carga horária.

1.3 No caso de servidores públicos serão observados o disposto no art. 20 da Lei Municipal nº 1.612/2005.

2 DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições dos candidatos serão realizadas na Sede da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação, mediante o preenchimento do requerimento próprio, no período de inscrição, sito à Rua: Otto Hillbrecht, 370, Bompland - Corupá/SC, e cópias dos seguintes documentos essenciais:

- a) Cédula de Identidade - RG e CPF;
- b) Título de Eleitor ou Certidão de Quitação Eleitoral;
- c) Comprovante de residência no Município de no mínimo 02 (dois) anos;
- d) Comprovante da atuação profissional ou voluntária, de no mínimo 02 (dois) anos com criança ou adolescente, em entidade ou instituições legalmente constituídas;
- e) Certificado ou diploma de conclusão de ensino médio;
- f) Certidão negativa de antecedentes criminais (original);
- g) 1 (uma) foto ¾ (recente).

2.1.1 As fotocópias dos documentos previstos nas letras "a, b, c, d, e" deverão vir acompanhadas dos respectivos originais ou cópia autenticada.

2.2 Será admitida inscrição por procuração.

2.3 As inscrições deverão ser feitas no período de 07/04/2015 a 28/04/2015 das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 16h00min, na Sede da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação - Sito à Rua: Otto Hillbrecht, 370 - Bomplandt.

2.4 Não serão admitidas inscrições após o período fixado no item anterior deste edital.

3 DOS REQUISITOS

3.1 Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar serão exigidos os seguintes requisitos:

- a) Reconhecida idoneidade moral;
- b) Idade igual ou superior a 21 (vinte e um) anos;
- c) Residir no município de Corupá no período mínimo de 2 (dois) anos;
- d) Estar no gozo de seus direitos políticos;
- e) Comprovante de experiência de, no mínimo 02 (dois) anos de atendimento de criança e/ou adolescente, em entidade ou instituição legalmente constituída;
- f) Ensino médio completo;
- g) 100% (cem por cento) de participação no processo de capacitação;
- h) Aprovação no exame de aferição de conhecimentos específicos acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

4 DAS ETAPAS DE CLASSIFICAÇÃO

4.1 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será composto das seguintes etapas:

- a) Inscrições dos candidatos;
- b) Processo de capacitação dos candidatos, compreendendo o curso de capacitação, com carga horária de 08 (oito) horas, e aplicação de prova objetiva de conhecimento específico do Estatuto da Criança e do Adolescente com redação atualizada, contendo 30 questões objetivas de múltipla escolha, com duração de até 03 (três) horas;
- c) Votação.

4.2 Será publicado edital com nome dos candidatos que obtiveram o deferimento de suas inscrições definitivas, estando aptos a participar do processo de capacitação com prova de aferição de conhecimentos específicos acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente, atingindo as notas mínimas constantes no item 4.4.2 deste edital.

4.3 Homologada a inscrição, os candidatos participarão do curso de capacitação, com carga horário de 08 (oito) horas, no dia e horário fixado no item 9 (nove) deste Edital, abrangendo as normas de Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como as peculiaridades e aspectos práticos do exercício da função de conselheiro, sendo considerado aprovados aqueles que atingirem frequência de 100% (cem por cento).

4.4 O candidato (a) aprovado(a) no curso de capacitação, prestará uma prova objetiva de conhecimentos específicos abrangendo as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como as peculiaridades e aspectos práticos do exercício da função de conselheiro(a) tutelar.

4.4.1 A prova objetiva de conhecimentos específicos terá duração máxima de 03 (três) horas.

4.4.2 Considerar-se-á aprovado na prova objetiva de conhecimentos específicos o candidato (a) que obtiver no mínimo 60% (sessenta por cento) de acertos ou 6,0 (seis) pontos, computados de 0 (zero) à 10,0 (dez) nas questões da prova, sendo que quem não atingir a porcentagem mínima supramencionada na prova, estará automaticamente excluído do processo.

4.5 O curso de capacitação e a prova objetiva de conhecimentos específicos do Estatuto da Criança e do Adolescente serão realizados na Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

4.6 O não comparecimento ao curso de capacitação com frequência de 100% (cem por cento), cumpridas a rigor e a prova objetiva, exclui o candidato (a) do processo de escolha do Conselho.

4.7 Os candidatos (as) aprovados (as) no processo de capacitação e prova objetiva estarão aptos a participar do processo de escolha, sendo publicado em edital os nomes e as respectivas notas dos mesmos.

5 DA PROPAGANDA ELEITORAL

5.1 Toda a propaganda eleitoral será realizada sob a responsabilidade dos candidatos (as), podendo ser imputada a solidariedade quanto aos excessos praticados por seus simpatizantes.

5.2 No dia da escolha dos candidatos, não serão permitidos nenhum tipo de propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste.

6 DA ESCOLHA DOS CANDIDATOS

6.1 A votação será realizada no dia 21/05/2015 (quinta-feira), das 14h00min às 17h30min - na Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação, Sito à Rua: Otto Hillbrecht, 370 - Bairro: Bompland/Corupá - SC.

6.2 A escolha será feita por voto direto, secreto e facultativo do Colégio Eleitoral Restrito composto por todas as pessoas no município que lidam diretamente com o Atendimento a Criança e ao Adolescente tanto da área de Educação (professores em atuação no Município), como os da área da Saúde, dando o voto a todos os técnicos que nela atuam, como, enfim, os da área da Assistência Social, dando-se o voto a todos que atuam em programas especiais de atendimento a criança e adolescente, em processo realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

6.3 Poderão permanecer no local de votação, os membros da Comissão Especial Eleitoral e do Ministério Público.

6.4 Encontrada alguma irregularidade na totalização ou apuração dos votos por parte da Junta Apuradora, esta encaminhará o fato à Comissão Especial Eleitoral, para análise e decisão sobre as providências a serem adotadas.

6.5 Será considerado eleito 01 (um/a) candidato(a), o mais votado, ficando como suplentes a partir do 2º candidato(a).

6.6 Em caso de empate na classificação terão preferência,

sucessivamente, o candidato(a) que:

- a) Obter a maior nota na prova objetiva de conhecimentos específicos;
- b) Tiver maior idade.

7. DO PERÍODO DE ATUAÇÃO

7.1 O candidato (a) escolhido como titular atuará no período compreendido entre a data de sua posse até o dia 09/01/2016, quando assumem os conselheiros (as) escolhidos no processo de escolha unificado (Lei 12.696/2012) confirmar o número e ano da lei.

7.2 Em caso de vacância de uma ou mais vagas dos membros do Conselho Tutelar em atuação até 09/01/2016 será (ão) chamado (os) os candidatos (as) suplentes de acordo com a ordem de classificação, cumprindo a carga horária de 10 hrs (dez horas), 20hrs (vinte horas) ou 40 hrs (quarenta horas) conforme Lei nº 1.612/2005 Art. 22.

7.3 O período de atuação do titular ou suplente (es) escolhidos nesse processo complementar não será computado como um mandato.

8. DAS DIPOSIÇÕES FINAIS.

8.1 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral e deliberados pelo CMDCA.

9 CALENDÁRIO OFICIAL

- a) Publicação do Edital de Convocação e Regulamento: 09/03/2015 a 06/04/2015.
- b) Período de inscrição dos candidatos será a partir do dia 07/04/2015 a 28/04/2015. (horário de funcionamento da Secretaria de Assistência Social - 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 16h00min.
- c) Publicação da relação dos candidatos provisoriamente inscritos: 04/05/2015.
- d) Processo de capacitação nos dias: 05 e 06 de Maio de 2015, das 18h00min às 22h00min - Curso de Capacitação (Normas do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como peculiaridades e aspectos práticos do exercício da função de conselheiro (a)). Dia 07/05/2015 (quinta-feira) das 18h30 às 21h30min (03 horas) - Prova objetiva de conhecimentos específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - para aprovação mínimo de 60% (sessenta por cento) de acertos.
- e) Publicação do Resultado do Processo de Capacitação, prova objetiva dia 11/05/2015.
- f) Período para interposição de Recursos: 12 e 13/05/2015.
- g) Julgamento dos Recursos de 14/05/2015 a 18/05/2015.
- h) Resultado final após julgamento dos Recursos: 19/05/2015 às 17h00min.
- i) Processo de Votação: 21/05/2015 (quinta-feira) - das 14h00min às 17h30min.
- j) Publicação do Resultado da votação: 25/05/2015.
- k) Posse: 27/05/2015 às 09h00min - Local: Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Corupá (SC), 09 DE MARÇO DE 2015 .
FELIPE RAFAEL RODRIGUES
Presidente do Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 001/2015 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)
RESOLUÇÃO Nº 001/2015

Dispõe sobre a aprovação de contas relativa ao exercício 2014. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Primeira Reunião Ordinária realizada no dia 26 de fevereiro de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993- Lei Orgânica da Assistência Social -LOAS e Pela Lei Municipal nº 977 de 1994, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Corupá - CMAS;

Resolve:

1º Aprovar prestação de contas relativa ao ano de 2014, conforme pré-aprovada nas resoluções 01,02,03,04,05,06,07 e 08 de 2014.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 26/02/2015.

Celso Garcia

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 002/2015 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)
CORUPÁ
RESOLUÇÃO Nº 002/2015

Dispõe da aprovação dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social de Corupá (FMAS) referente aos Benefícios Eventuais.

Art. 1º Aprovar a prestação de contas do cofinanciamento dos Benefícios Eventuais, proveniente do FEAS, no valor de R\$ 3.259,43; Parágrafo Único. Os Benefícios Eventuais referem-se às provisões suplementares e provisórias, prestadas ao cidadão e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Art. 2º Os recursos serão destinados ao custeio de Benefícios Eventuais para a provisão de auxílio natalidade, auxílio funeral, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Art. 3º Os recursos cofinanciados de que trata esta resolução não poderão ser aplicados em itens referentes à órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentadura, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos, e outros itens inerentes à área da saúde, como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leite, dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoa que tenha necessidade de uso, conforme expresso na Resolução nº 39 do CNAS.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 26/02/2015.

Celso Garcia

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 003/2014 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)
CORUPÁ
RESOLUÇÃO Nº 003/2014

Dispõe sobre a aprovação e reprogramação de saldo do cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social de Corupá (FMAS).

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições Resolve:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas do cofinanciamento da Proteção Social Básica, proveniente do FEAS, no valor de R\$ 36.959,00;

Art. 2º Aprovar a reprogramação de saldo da partilha de recursos referentes ao cofinanciamento da Proteção Social Básica, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social, no valor de R\$ 16.969,54 sendo que deste, 100% destina-se a custeio.

Art. 3º Aprovar o plano de aplicação.

Art. 4º Que os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município no âmbito da Proteção Social Básica segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução nº 109/ 2009, e conforme plano de aplicação apresentado e aprovado por este Conselho.

Corupá, 26/02/2015.

Celso Garcia

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO DO EDITAL Nº001/2015, PARA CARGOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL EM 2015.

Corupá, 04 de março de 2015.

Resultado de Homologação das inscrições do Processo Seletivo do Edital Nº001/2015, para cargos da Administração Municipal em 2015.

Segue abaixo, o resultado oficial de Homologação das inscrições do Processo Seletivo do Edital Nº 001/2015, na área da Educação, Saúde, Infraestrutura e Administração.

A homologação será publicada nos órgãos oficiais e competentes da Prefeitura de Corupá.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Edital de homologação das inscrições na área de Educação, Saúde, Infraestrutura e Administração nº 001/2015

Lista de Insritos:

Nº de Inscrição	Nome do candidato	Cargo	Data de inscrição
01	Adão Euclides	Operador de Máquina (Trator de esteira)	10/02/2015
02	Thays Ribeiro da Silva	Odontólogo	12/02/2015
03	Luciane Priscila Karsten	Odontólogo	17/02/2015
04	Luiz Alberto Remor	Odontólogo	10/02/2015
05	Francelina Cristina Gonçalves Freire	Odontólogo	18/02/2015

06	Adilson Morales Vieira	Técnico em Segurança do Trabalho	19/02/2015
07	Bruna de Hello dos Santos	Fonoaudióloga (20h)	23/02/2015
08	Edilene Silva Cesar	Odontólogo	24/02/2015
09	Anderson Dorval Raduenz	Odontólogo	24/02/2015
10	Nilo Urbanski	Técnico em Segurança do Trabalho	26/02/2015
11	Bruna Petry	Nutricionista	27/02/2015
12	Timothy Ernst Furlong	Odontólogo	27/02/2015
13	Ana Paula Merchiori Spiandorello	Odontólogo	27/02/2015
14	Cleverton Felipe Sicora Ferreira	Operador de Máquina I (Trator de Esteira)	27/02/2015
15	Samara Roberto Dalzoto	Odontólogo	02/03/2015
16	Patricia Demenek Visentim	Técnico em Segurança do Trabalho	02/03/2015
17	Tiago Milnitz	Técnico em Segurança do Trabalho	02/03/2015
18	Julio Cesar dos Santos	Odontólogo	03/03/2015
19	Maria Luci Mattos	Odontólogo	03/03/2015
20	André Dalcastagne	Técnico em Segurança do Trabalho	03/03/2015

Observação: Para os cargos de Médico Pediatra, Médico Ginecologista e Fonoaudiólogo (35h) não houve inscrição.

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2015

O Município de Curitibanos de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO LEVE PARA A SECRETARIA DE OBRAS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO MINIMA CONSTANTE NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 18:00 horas do dia 23/03/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 24/03/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 10 de Março de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

DECRETO 09/2015

DECRETO nº 009, de 02 de Março de 2015.

Estabelece a forma de lançamento e os vencimentos do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, e da Taxa de Coleta de Lixo, relativos ao ano fiscal de 2015, e dá outras providências.

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO, Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52, combinado com o art. 72, inciso I, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990, e com fundamento nos artigos 242 a 246 e 370 a 375 da Lei Complementar nº 17, de 20 de Dezembro de 2002,

DECRETA:

Art. 1º - O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, e a Taxa de Coleta de Lixo, no ano fiscal de 2015, serão lançados, com valores expressos em Reais com opção de pagamento em parcela única ou em quatro parcelas mensais.

§ 1º - O vencimento dos tributos, parcelados na forma deste artigo, ocorrerá de acordo com o seguinte calendário:

Nº PARCELA	VENCIMENTO
1a Parcela	25/04/2015
2a Parcela	25/05/2015
3a Parcela	25/06/2015
4a Parcela	25/07/2015

§ 2º - Ao contribuinte será facultado optar pelo pagamento integral dos tributos em parcela única, com ou sem desconto, como segue:

I - Pagamento em Parcela Única, com vencimento em 25 de abril de 2015, mediante desconto de 15% (quinze por cento) do montante devido, já calculado no carnê;

II - Pagamento em Parcela Única sem desconto, com vencimento em 25 de maio de 2015, já calculado no carnê.

§ 3º - A impugnação do lançamento deverá ser interposta no prazo, até o vencimento da primeira parcela.

§ 4º - A improcedência da impugnação do lançamento importará na cobrança da multa, juros e demais acréscimos financeiros desde a data do vencimento do tributo.

Art. 2º - Na forma do art. 248 do Código Tributário Municipal, são isentos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana:

I - O imóvel cedido gratuitamente para funcionamento de quaisquer serviços públicos, Federais, Estaduais ou Municipais, relativamente às partes cedidas e enquanto ocupadas pelos citados serviços;

II - A propriedade imóvel unifamiliar única do sujeito passivo, quando e enquanto por ele ocupada como moradia, com renda mensal familiar inferior a 02 (dois) salários mínimos, desde que a área edificada não ultrapasse a 60 (sessenta) metros quadrados.

III - Os aposentados e pensionistas que, percebam mensalmente

quantia não superior a um salário mínimo e que possuam apenas uma propriedade, quando e enquanto por ele ocupada como moradia.

§ 1º - O requerimento para isenção deve ser apresentado anualmente pelo sujeito passivo junto ao setor tributário do Município até o dia 15 ou primeiro dia útil do mês do vencimento da primeira parcela do imposto, devidamente instruído com os elementos comprobatórios de seu direito, e serão decididas pelo(a) Secretário Municipal de Administração e Finanças, e sua cassação se dará uma vez verificado não mais existirem os pressupostos que autorizam sua concessão.

§ 2º - As isenções concedidas no ano fiscal poderão ser revistas de ofício no caso de alteração da situação do contribuinte que o exclua do direito ao benefício.

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 02 de Março de 2015; 27º ano de Fundação; 25º ano de Emancipação Política.

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO

Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho/SC.

O presente decreto foi publicado na forma regulamentar.
Doutor Pedrinho, 02 de março de 2015.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

DECRETO 10/2015

DECRETO nº 010, de 02 de março de 2015.

Inativa inscrições de Pessoas Físicas ou Jurídicas do Cadastro Mobiliário Municipal, e dá outras providências.

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO, Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52 combinado com o art. 72, inciso I, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990, fundado no artigo 232 da Lei Complementar nº 17, de 20/12/2002; e

Considerando-se que os contribuintes relacionados neste Decreto não atualizaram sua inscrição, não se encontram em atividade ou não foram localizados, por motivo de mudança de endereço/cidade, falecimento, encerramento das atividades, etc., conforme constatado pelas Fiscalizações Fazendária e de Posturas do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam inativadas as inscrições das Pessoas Físicas ou Jurídicas abaixo identificadas, no Cadastro dos Contribuintes da Taxa de Fiscalização de Localização e de Funcionamento e do Imposto sobre Serviços, com efeitos retroativos a 31 de dezembro de 2014:

Nº DE ORDEM	RAZÃO SOCIAL	CPF/CNPJ	CADASTRO ECONÔMICO
01	Odair Cardoso de Mattos 20496386808	19.316.315/0001.70	1666
02	Valdineia Kisner 04360271948	18.281.638/0001.03	1649
03	Elrita Erdmann Engel - ME	17.662.571/0001.94	1637

04	Vitrohart Madeiras LTDA EPP	03.560.741/0001.15	1421
05	Liptus do Brasil - Eireli	16.639.433/0001.21	1620
06	RW Cabides e Utilidades LTDA ME	10.463.547/0001.87	1568
07	Evanir de Castilho ME	04.894.032/0001.39	1266
08	Roque Rafaela Confecções LTDA ME	12.118.205/0001.55	1539
09	Carla Graciela Schreiber	19.208.303/0001.22	1665
10	Kathia Wollinger ME	14.730.710/0001.81	1596
11	Douglas Franciel Vaipao Farias 0741000014	18.941.857/0001.71	1657
12	Marlene Gencio Kruzenski ME	14.411.734/0001.78	1589
13	WR Móveis LTDA ME	09.475.620/0001.51	1485
14	Giancarlo Jaeger	003.832.709-01	1402
15	Paulo Romberto Moser ME	01.252.810/0001.06	516
16	Daiana Cula Farias 05938841917	15.212.818/0001.45	1613

Art. 2º - A contar de 31 de dezembro de 2014 tornam-se inidôneos, para todos os efeitos legais, os documentos fiscais autorizados pela Fazenda Municipal aos contribuintes mencionados no artigo anterior, que estejam inscritos como prestadores de serviços.

Art. 3º - As inativações referidas no art. 1º não impedem que, posteriormente, sejam lançados e/ou cobrados tributos e respectivas penalidades decorrentes da falta de recolhimento ou da prática, comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial, de outras irregularidades pelo contribuinte ou por seus sócios ou administradores.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 02 de março de 2015;
27º ano de Fundação; 25º ano de Emancipação Política.

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO

Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Doutor Pedrinho, SC, 02 de março de 2015.

EDIR ANA FRAINER MAZZI
Técnica em Contabilidade.

PORTARIA 033/2015

PORTARIA nº 033, de 02 de Março de 2015.

Constitui Comissão Técnica dos Processos Seletivos nº 01, 02, 03, 04 e 05/2015.

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO, Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e fundamentado no Artigo 19 do Regulamento de Concurso Público, aprovado pelo Decreto nº 25, de 20 de maio de 2010, Resolve:

CONSTITUIR

Comissão Técnica que se responsabilizará pela elaboração, aplicação e correção das provas dos Processos Seletivos 01, 02, 03, 04 e 05/2015, desta municipalidade, bem como pelo assessoramento no julgamento de eventuais recursos relacionados às provas, composta pelos seguintes membros:

NOME	CPF
Nelson Ratzmann	216.724.079-15
Adamir Isidoro Kolacki	620.869.109-59
Grace Jennifer Trautmann Ratzmann	636.640.203-59

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 02 de março de 2015;
27º ano de Fundação; 25º ano de Emancipação Política.

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO

Prefeito em Exercício de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA 034/2015

PORTARIA nº 034, de 04 de Março de 2015.

Concede exoneração a Servidora Larissa Bowens.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c art. 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e com fundamento nos artigos 477 e 487 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e artigo 49, VII, da Lei Complementar nº 50, de 16/10/2006; Resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO

A servidora LARISSA BOWENS, ocupante do emprego público de Médico Clínico Geral, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social, para o qual foi nomeado pela Portaria nº 079, de 27/06/2014, a contar desta data.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 04 de março de 2015;
27º ano de Fundação; 25º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Erval Velho**PREFEITURA****EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 007/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 014/2015

Edital de Pregão Presencial nº 007/2015

Objeto: Aquisição de alimentação preparada tipo quentinha/ marmita.

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 23/03/2015.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Júnior
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇO 002/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

Processo Licitatório nº 005/2015

Edital de Tomada de Preço nº 002/2015

Objeto: Construção e Instalação de Equipamentos de Academia da Saúde.

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 27/03/2015.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Silvano Rodrigo Pratto
Gestor do Fundo Municipal de Erval Velho.

Faxinal dos Guedes**PREFEITURA****EXTRATO DE EDITAL 00012015 - CONCORRÊNCIA - CENTRO ESPORTIVO**

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. AVISO DE LICITAÇÃO. Modalidade: Concorrência pública nº 0001/2015. Processo licitatório nº: 0018/2015. Objeto: Contratação de empresa para a construção de centro esportivo, localizado na Rua São Pedro, Bairro São Cristóvão, Faxinal dos Guedes - incluindo materiais e mão de obra. Data do recebimento: 29/04/2015 às 09h00minh. Data da Abertura: 29/04/2015 às 09h15min. Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300. Amparo legal: Leis 8.666/93 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 09 de março de 2015.

GERALCI JOÃO AMPOLINI

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA.

Forquilha

PREFEITURA

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 21/PMF/2015

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 21/PMF/2015

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 21/PMF/2015, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA A CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, URBANIZAÇÃO E ACESSIBILIDADE DE PASSEIOS PÚBLICOS COM EXTENSÃO TOTAL DE 643,00M E ÁREA DE PASSEIOS DE 1.479,25M², DAS RUAS JOÃO JOSÉ BACK E PROFESSOR ARLINDO JUNKES, CENTRO, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC.

Às nove horas do dia seis de março do ano de dois mil e quinze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 21/PMF/2015. Abertos os trabalhos pelo Presidente, Sr. Valdecir Tiscoski, o mesmo informou que as empresas FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, BF CONSTRUÇÕES LTDA EPP e CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA protocolaram tempestivamente seus envelopes no Setor de Compras desta Prefeitura. Determinada a abertura dos envelopes n. 01 da HABILITAÇÃO, a comissão analisou os documentos de habilitação, juntamente com o participante da empresa BF Construções Ltda e o engenheiro civil Sr. Luiz Renato Steiner. Assim, por estar tudo em conformidade com o disposto do edital, as mesmas foram habilitadas para a próxima fase - da Proposta de Preços (envelope 02). As empresas participantes renunciaram expressamente o prazo para interposição de recurso na forma da lei configurando a decadência deste. Decide esta comissão em dar continuidade a este processo licitatório com a abertura da segunda etapa. Aberto os envelopes nº. 02 da Proposta de Preço, os preços globais apresentados foram: FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, o valor de R\$ 162.736,62 (cento e sessenta e dois mil setecentos e trinta e seis reais e sessenta e dois centavos); BF CONSTRUÇÕES LTDA EPP, o valor de R\$ 160.406,00 (cento e sessenta mil quatrocentos e seis reais); e CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA, o valor de R\$ 167.500,00 (cento e sessenta e mil e quinhentos reais). A proposta de menor valor global, pertencente à empresa BF CONSTRUÇÕES LTDA EPP, que estava de acordo com as condições do edital. Assim, decidiu-se por declarar a empresa como vencedora deste processo licitatório. Fica estabelecido o prazo recursal de cinco dias úteis para interposição de recursos, ou renúncia expressa do mesmo. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha, 06 de março de 2015.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

KEND BERNARDO TROMBIM

Membro da Comissão

RENATA PEREIRA FRITZEN
Membro da Comissão

LUIZ RENATO STEINER
Engenheiro Civil

BF CONSTRUÇÕES LTDA EPP
Lauri Luiz Fernandes

AVISO DE ANULAÇÃO FMS Nº 07/2015

ANULAÇÃO

'AVISO DE LICITAÇÃO'

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, tornar sem efeito o Aviso de Licitação FMS nº. 07/2015 publicado em 09 de março de 2015 neste veículo de comunicação, devido ao equívoco da referida publicação.

Forquilha, 10 de março de 2015.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 41/PMF/2015;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de camisetas, uniformes e afins para atendimento às diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, durante o exercício corrente.

DATA DE ABERTURA: Dia 23 de março de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00, 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 10 de março de 2015.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeiro

EXTRATO DE CONTRATO Nº 32/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 32/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO - contratação de empresa especializada para reforma e ampliação da Escola de Educação Básica José Aléssio, com área de 1.337,28 m², localizada na Rua Santa Barbara, 1.197, Cidade Alta, Forquilha/SC, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

VALOR - R\$ 338.800,00 (trezentos e trinta e oito mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA - 270 (duzentos e setenta) dias corridos (prazo de execução + 90 dias) - 27/11/2015

DOTAÇÃO - 0501.1005.4490 (50), (51)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Tomada de Preço nº. 10/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA - 02 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

NOTA DE ANULAÇÃO Nº. 02/PMF/2015-PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/PMF/2015

NOTA DE ANULAÇÃO Nº. 02/PMF/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/PMF/2015

OBJETO: permissão pública para exploração de serviços funerários por até 02 (duas) empresas no município de Forquilha/SC, condicionada a outorga onerosa, em conformidade com a Lei nº 8.987/95 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, com a legislação municipal pertinente.

MOTIVO: A Pregoeira, Sra. Erika De Luca Tiscoski Back e comissão reuniram-se no dia dez do mês de março de dois mil e quinze, às dez horas, para julgamento do memorando interno encaminhado pela procuradoria municipal pautando o Edital de Pregão Presencial nº. 38/PMF/2015. Certificou-se que o processo em questão apresenta como ilegalidade o encaminhamento do objeto como permissão, contrariando a Lei Municipal nº. 2.014/2014, e consequentemente, a realização da licitação na modalidade Pregão Presencial, visto que a delegação de serviço público pelo instituto da concessão exige licitação na modalidade Concorrência. Decide esta comissão por alunar o presente e lançar um novo processo licitatório a fim de garantir a legalidade do mesmo.

Forquilha/SC, 10 de março de 2015.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira Municipal

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo**PREFEITURA****ADITIVO PRORROGA EDITAL ACT Nº 004/2015**

1º ADITIVO AO EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0004, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA INSCRIÇÕES

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

FAZ SABER:

Encontram-se prorrogadas as inscrições do Edital de Seleção para Admissão em Caráter Temporário - ACT, n. 0004, de 10 de fevereiro de 2015, para a função pública de Fonoaudiólogo, até o dia 10 de abril de 2015, na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizada na Av. Rio das Antas, n. 185, Centro, Centro, município de Fraiburgo, SC. Permanecem inalteradas as demais disposições do edital referido, que poderá se encontrado na íntegra na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente aditivo.

Fraiburgo, SC, 10 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0005A_2015 RP 0002-FMS

Aviso de Retificação do Pregão Presencial nº 0005A/2015 - FMS
Registro de Preços nº 0002/2015

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de materiais de consumo e materiais específicos para realização de exames laboratoriais, para uso no Laboratório de Análises Clínicas da Secretaria de Saúde.

Retificação: Fica alterado o horário de credenciamento e de abertura do presente certame para: até as 14:15 horas do dia 23.03.2015 e abertura às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br e e-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 09 de março de 2015.

Nilce Pinz
Secretária Municipal de Saúde

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0029_2015-PMF RP 0019

Aviso do Pregão Presencial nº 0029/2015 - PMF
Registro de Preços Nº 0019/2015 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de uniformes para uso dos Servidores da Secretaria Municipal de Educação. Validade da Ata de Registro de Preços: março a dezembro de 2015 Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 09:15 horas do dia 24.03.2015. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 10 de março de 2015.
Ivo Biazolo
Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0030_2015-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0030/2015 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa do ramo para prestação de serviços de sonorização mecânica, para realização dos encontros semanais do grupo de convivência da terceira idade, a serem realizados no Centro de Convivência da Melhor Idade "Flor de Maçã". Julgamento: Menor preço por LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 14:15 horas do dia 24.03.2015. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 10 de março de 2015.
Ivo Biazolo
Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0031_2015-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0031/2015 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de serviços para instalação de equipamentos condicionadores de ar, aquisição de materiais para instalação de rede de dados estruturada, de persianas, de paredes divisórias, de móveis sob medida, e de cadeiras fixas, para melhoria estrutural e operacional nas instalações do CITRAN, junto a Delegacia de Polícia Civil de Fraiburgo. Julgamento: Menor preço por LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 14:15 horas do dia 25.03.2015. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 10 de março de 2015.
Ivo Biazolo
Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0032_2015-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0032/2015 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa do ramo de transporte de passageiros para execução dos serviços de transporte escolar rodoviário intermunicipal dos alunos especiais até o SESI na cidade de Videira/SC, durante o período de abril a dezembro de 2015. Julgamento: Menor preço por ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 09:15 horas do dia 25.03.2015. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 10 de março de 2015.
Ivo Biazolo
Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0033_2015-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0033/2015 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de tubos galvanizados de 1 1/2" para fechamento das laterais da quadra de areia localizada na Avenida Beira Lago, próximo a academia ao ar livre. Julgamento: Menor preço por ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 10:30 horas do dia 24.03.2015. Abertura: Às 10:30 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 10 de março de 2015.
Ivo Biazolo
Prefeito

DECRETO Nº 046/2015

DECRETO Nº 046, DE 10 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 13 da Lei Nº 2276, de 05 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2015 no valor de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (67)	R\$	29.000,00
Total	R\$	29.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.72.00 – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos 0.1.0300 (66)	R\$	29.000,00
Total	R\$	29.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 10 DE MARÇO DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 047/2015

DECRETO Nº 047, DE 10 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2276, de 05 de Dezembro de 2014;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2015 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), nas seguintes dotações:

11.00 – Secretaria de Ação Social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social		
08.244.0021.2.047 – Manutenção do CRAS		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0514 (166)	R\$	8.000,00
Total		
	R\$	8.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

417213413 – Transf. De Recursos do FNAS – SSCFV	R\$	8.0000,00
TOTAL	R\$	8.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 10 DE MARÇO DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

EXTRATO DE EDITAL ACT Nº 007/2015

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0007 DE 10 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público em diversas áreas do Município de Fraiburgo, para a função pública de Instrutor de Trabalhos Manuais. O preenchimento de vagas será para o ano de 2015, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei

Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 12 a 26 de março de 2014, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

Fraiburgo, 10 de março de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0780/2015

PORTARIA Nº 0780, DE 10 DE MARÇO DE 2015.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato de ANA PAULA MACIEL DE MELO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 091.875.309-02, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 10 de março de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de março de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0781/2015

PORTARIA Nº 0781, DE 10 DE MARÇO DE 2015.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato de FABIANA DE FREITAS WEBER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 026.081.149-11, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 10 de março de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de março de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0782/2015

PORTARIA N.º 0782, DE 10 DE MARÇO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0044 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 00032/2015, da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário JOYCE CRISTINE DE CASTILHO FRANÇA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 085.566.389-88, na função de INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS, com carga horária de 12 horas semanais, no período de 11 de março de 2015 até 31 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de março de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0783/2015

PORTARIA N.º 0783, DE 10 DE MARÇO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário MILENA MAYARA FURLAN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 095.519.149-10, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de março de 2015 até 10 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de março de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0784/2015

PORTARIA Nº 0784, DE 10 DE MARÇO DE 2015.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato de TATIANE ZAPPELINI GUEDES DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 028.373.039-09 contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 10 de março de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de março de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0785/2015

PORTARIA Nº 0785, DE 10 DE MARÇO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0033 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0516/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário HEIDI APARECIDA DE BARROS, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 063.352.009-88, na função de PSICÓLOGO, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 11 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de março de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0786/2015

PORTARIA Nº 0786, DE 10 DE MARÇO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003, de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0517/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário VIRIDIANA SILVA DE MOURA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 006.941.800-41, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0787/2015

PORTARIA Nº 0787, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

Revoga portaria que concedeu Licença para Desempenho de Mandato Classista.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com o art. 88 da Lei Complementar Municipal nº 0109, de 03 de Março de 2010; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 2154/2015, de 04 de março de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 1.761 de 03 de setembro de 2014, que concedeu Licença para Desempenho de Mandato Classista, ao servidor OSMAR GONÇALVES DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 551.156.249-15, nomeado no cargo de provimento efetivo de FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E SAÚDE AMBIENTAL, 40 horas semanais, a partir de 05 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

REC.FEDERAIS 10.03.2015**NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS**

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
10.03.2015	PNAE	AEE	1.180,00
10.03.2015	PNAE	PRÉ-ESCOLA	9.820,00
10.03.2015	PNAE	EJA	780,00
10.03.2015	PNAE	FUNDAMENTAL	1.152,00
10.03.2015	PNAE	CRECHE	18.380,00
10.03.2015	PNAE	FUNDAMENTAL	26.628,00
05.03.2015	PAR	PROINF PAC	37.274,10
05.03.2015	PAR	PROINF PAC	2.635,67

Secretaria de Finanças

Frei Rogério**PREFEITURA****CONTRATO Nº 53/2015, PROJETO LICENCIAMENTO CASCALHEIRA**

CONTRATO Nº 053/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM:

O MUNICÍPIO DE FREI ROGERIO E

LUCIANO GIASSON KREBS

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa a Rua Adolfo Soletti, 750, inscrito no CNPJ/MF 01.616.039/0001-09, neste ato legalmente representado pelo Prefeito Municipal, Senhor, OSNY BATISTA ALBERTON, doravante denominado simplesmente "Contratante", e de outro lado LUCIANO GIASSON KREBS, pessoa física, residente de domiciliado à Rua Euclides Prado, nº 683, na cidade de Curitiba- SC, inscrita no Cadastro de Pessoas físicas - CPF- sob o nº 910 462 709 15, neste ato representada pelo mesmo, doravante denominado de contratado, celebram entre si o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam, na forma abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

1.1. Contratação de serviços de assessoria para elaboração de LAO- (licenciamento de operação corretiva) para atividades de exploração mineral de basalto (cascalho) junta a FATMA..

CLÁUSULA SEGUNDA: DA EXECUÇÃO

2.1. A execução do objeto do presente contrato poderá e deverá ser realizada a distancia e ou de forma presencial no município de Frei Rogério.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PREÇOS E PAGAMENTOS

3.1. Para execução dos serviços mencionados na cláusula anterior a "Contratante" pagará à "Contratada", a importância de R\$ 7.950,00 (sete mil, novecentos e cinquenta reais) que serão pagos imediatamente após a entrega, (protocolo) dos documentos junto à FATMA, através de boleto bancário e ou através da transferência bancária em conta apresentada pela contratada, mediante a apresentação da nota fiscal de prestação de serviços.

3.2. Não haverá reajuste de preço, durante a vigência do presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

4.1. Caberá a CONTRATANTE efetuar o pagamento pela prestação de serviços do objeto do presente Contrato, de acordo com o estabelecido na Cláusula anterior.

4.2. O CONTRATADO obriga-se a prestar os serviços, objeto do presente contrato, de acordo com a Cláusula Segunda, e demais cláusulas enunciadas.

4.1. O CONTRATADO será responsabilizado civil e criminalmente pelos danos causados à Administração Pública, aos equipamentos sob sua responsabilidade ou a terceiros.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes com o presente instrumento estão previstas no orçamento com a seguinte classificação orçamentária:

5.1.1. Órgão 02 - Chefia do Executivo

Unidade 06 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto Atividade 2.005 - Manutenção da Secretaria de Obras e

Serviços Públicos Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0110

Código Reduzido - 135

CLÁUSULA SEXTA - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

6.1 - O presente Contrato está enquadrado dentro do limite de dispensa de Licitação de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações, baseados no que dispõe a lei nº 9.648 de 27 de Maio de 1998, publicada no Diário Oficial no dia 28 de Maio de 1998. (limites de Licitações).

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - A recusa na assinatura do contrato ou a execução parcial ou total do mesmo acarretará nas seguintes penalidades:

7.1.1 - Em caso de recusa na assinatura do contrato, quando regularmente convocado, ou em caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, multa de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

7.1.2 - Em caso de descumprimento de cláusulas contratuais não previstas no item 7.1.1 acima, multa até 15% (quinze por cento) do valor do contratado, de acordo com a gravidade da infração.

7.2 - Concomitantemente as penalidades pecuniárias previstas nesta Cláusula, poderão ser aplicadas ainda às seguintes sanções:

7.2.1 - Advertência;

7.2.2 - Suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 12 (doze) meses;

7.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição.

7.2.4 - Demais consequências previstas neste contrato e na legislação administrativa e civil aplicável e especialmente as constantes do artigo 87 da lei Nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1 - O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguintes hipóteses:

8.1.1 - Não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações e prazos;

8.1.2 - Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

8.1.3 - Lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade da prestação de serviços nos prazos estipulados;

8.1.4 - Paralisação dos serviços, sem causa e prévia comunicação à administração;

8.1.5 - Subcontratação total ou parcial do seu objeto;

8.1.6 - Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

8.1.7 - Cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotados na forma do inciso 1º do artigo 67 da lei 8.666/93;

8.1.8 - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa;

8.1.9 - Supressão por parte da Administração, de compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no inciso 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93.

8.1.10 - Suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 90 (noventa) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao CONTRATADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

8.1.11 - Atraso superior a noventa dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços já executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurando ao CONTRATADO o direito de optar

pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

8.1.12 - Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

8.1.13 - Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência à Administração;

8.1.14 - Judicialmente, nos termos da legislação.

8.2 - Ficam reconhecidos, nos termos da Lei, os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa do Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO.

9.1 - O presente contrato terá vigência a partir do dia 09 de março até o dia 31 de dezembro do ano de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS DAS PARTES.

10.1 - Os direitos das partes contratantes encontram-se inseridos na Lei nº 8.666/93, Lei nº 8.0078-Código de Defesa do Consumidor, e supletivamente no Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO.

11.1 - Os serviços contratados serão fiscalizados pela CONTRATANTE, Prefeitura Municipal. Sempre que julgar necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 - Todos os encargos sociais trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie que venha a ser devido em decorrência do presente contrato, correrão por conta do CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DOS CASOS OMISSOS

13.1 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VINCULAÇÃO.

14.1 - Os serviços ora contratados, pelo seu caráter temporário e específico não gera vínculo empregatício entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO FORO.

15.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba / SC com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 3 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinada.

Frei Rogério, 09 de março de 2015

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

Contratante

LUCIANO GIASSON KREBS

Contratada

TESTEMUNHAS

1)

2)

CONTRATO Nº 54/2015, PROTOCOLO DE DOCUMENTOS LICENÇA CASCALHEIRA

CONTRATO Nº 054/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM:

O MUNICÍPIO DE FREI ROGERIO E O

INSTITUTO DE DES. SUST. DE SANTA CATARINA - INDESSC

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa a Rua Adolfo Soletti, 750, inscrito no CNPJ/MF 01.616.039/0001-09, neste ato legalmente representado pelo Prefeito Municipal, Senhor, OSNY BATISTA ALBERTON, doravante denominado simplesmente Contratante, e de outro lado o INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA - INDESSC, pessoa Jurídica, estabelecida na Rua Coronel Cordova, nº 447, sala 47, na cidade de Lages - SC, inscrito no Cadastro de Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº 07 146 946 0001 00, neste ato representado por seu diretor, doravante denominado de contratado, celebram entre si o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam, na forma abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

1.1. Serviços de protocolo de documentação fundo ao DNPM.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA EXECUÇÃO

2.1. A execução do objeto do presente contrato poderá e deverá ser realizada a distancia e ou de forma presencial no município de Frei Rogério.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PREÇOS E PAGAMENTOS

3.1. Para execução dos serviços mencionados na cláusula anterior a "Contratante" pagará à "Contratada", a importância de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) que serão pagos imediatamente após a entrega, (protocolo) dos documentos junto ao DNPM, através de boleto bancário e ou através da transferência bancária em conta apresentada pela contratada, mediante a apresentação da nota fiscal de prestação de serviços.

3.2. Não haverá reajuste de preço, durante a vigência do presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

4.1. Caberá a CONTRATANTE efetuar o pagamento pela prestação de serviços do objeto do presente Contrato, de acordo com o estabelecido na Cláusula anterior.

4.2. O CONTRATADO obriga-se a prestar os serviços, objeto do presente contrato, de acordo com a Cláusula Segunda, e demais cláusulas enunciadas.

4.1. O CONTRATADO será responsabilizado civil e criminalmente pelos danos causados à Administração Pública, aos equipamentos sob sua responsabilidade ou a terceiros.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes com o presente instrumento estão previstas no orçamento com a seguinte classificação orçamentária:

5.1.1. Órgão 02 - Chefia do Executivo

Unidade 06 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto Atividade 2.005 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0110

Código Reduzido - 135

CLÁUSULA SEXTA - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

6.1 - O presente Contrato está enquadrado dentro do limite de dispensa de Licitação de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações, baseados no que dispõe a lei nº 9.648 de 27 de Maio de 1998, publicada no Diário Oficial no dia 28 de Maio de 1998. (limites de Licitações).

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - A recusa na assinatura do contrato ou a execução parcial ou total do mesmo acarretará nas seguintes penalidades:

7.1.1 - Em caso de recusa na assinatura do contrato, quando regularmente convocado, ou em caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, multa de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

7.1.2 - Em caso de descumprimento de cláusulas contratuais não previstas no item 7.1.1 acima, multa até 15% (quinze por cento) do valor do contratado, de acordo de com a gravidade da infração.

7.2 - Concomitantemente as penalidades pecuniárias previstas nesta Cláusula, poderão ser aplicadas ainda às seguintes sanções:

7.2.1 - Advertência;

7.2.2 - Suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 12 (doze) meses;

7.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição.

7.2.4 - Demais consequências previstas neste contrato e na legislação administrativa e civil aplicável e especialmente as constantes do artigo 87 da lei Nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1 - O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguintes hipóteses:

8.1.1 - Não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações e prazos;

8.1.2 - Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

8.1.3 - Lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade da prestação de serviços nos prazos estipulados;

8.1.4 - Paralisação dos serviços, sem causa e prévia comunicação à administração;

8.1.5 - Subcontratação total ou parcial do seu objeto;

8.1.6 - Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

8.1.7 - Cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotados na forma do inciso 1º do artigo 67 da lei 8.666./93;

8.1.8 - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa;

8.1.9 - Supressão por parte da Administração, de compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no inciso 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93.

8.1.10 - Suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 90 (noventa) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao CONTRATADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

8.1.11 - Atraso superior a noventa dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços já executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurando ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

8.1.12 - Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

8.1.13 - Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência à Administração;

8.1.14 - Judicialmente, nos termos da legislação.

8.2 - Ficam reconhecidos, nos termos da Lei, os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa do Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO.

9.1 - O presente contrato terá vigência a partir do dia 09 de março até o dia 31 de dezembro do ano de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS DAS PARTES.

10.1 - Os direitos das partes contratantes encontram-se inseridos na Lei nº 8.666/93, Lei nº 8.0078-Código de Defesa do Consumidor, e supletivamente no Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO.

11.1 - Os serviços contratados serão fiscalizados pela CONTRATANTE, Prefeitura Municipal. Sempre que julgar necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 - Todos os encargos sociais trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie que venha a ser devido em decorrência do presente contrato, correrão por conta do CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DOS CASOS OMISSOS

13.1 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VINCULAÇÃO.

14.1 - Os serviços ora contratados, pelo seu caráter temporário e específico não gera vínculo empregatício entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO FORO.

15.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba / SC com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 3 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinada.

Frei Rogério, 09 de março de 2015
MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO
Contratante

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA - INDESSC
Contratada

TESTEMUNHAS
1)

2)

DECRETO Nº 697/2015 ABRE DE CRÉDITO NO PPA, LDO E LOA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO.

DECRETO Nº 697/2015, 09 DE MARÇO DE 2015.
ABRE DE CRÉDITO NO PPA, LDO E LOA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da Lei Orgânica do Município de Frei Rogério art. 12, Inciso IV e 13, § 5º da Lei nº 806/2014 de 27/11/2014.
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito no PPA, LDO e LOA da Prefeitura Municipal de Frei Rogério com a seguinte classificação Orçamentária:

Órgão:	02	PODER EXECUTIVO
Unidade:	04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.
Proj./Ativ.	2.020	APLICAÇÃO DO FUNDEB
	3.3.90.00.00.00.00.0.0208	Aplicações Diretas
	140	Aplicações Diretas

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério/SC, 09 de março de 2015.
OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 699/2015 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ATRAVÉS DE RECURSO DE CONVÊNIO NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO Nº 699/2015, 09 DE MARÇO DE 2015.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ATRAVÉS DE RECURSO DE CONVÊNIO NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da lei orgânica do município de Frei Rogério e no art.13, inciso 4º e art. 15 da lei nº 806/2014 de 27 de Novembro 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.021.308,35 (Um milhão, vinte e um mil, trezentos e oito reais e trinta e cinco centavos), com a seguinte classificação orçamentária no orçamento vigente:

Órgão:	02	PODER EXECUTIVO	
Unidade:	04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	
Proj./Ativ.	1.048	CONSTRUÇÃO. AMPLIAÇÃO E REFORMAS, PRÉ ESCOLAS E CRECHE	
67	4.4.90.00.00.00.00.0.0194	Aplicações Diretas	R\$ 1.021.308,35
	TOTAL		R\$ 1.021.308,35

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte para suplementação da dotação orçamentária especificada no artigo primeiro deste decreto, o Termo de Compromisso PAR nº 32342/2014 no valor de R\$ 1.021.308,35 (Um milhão, vinte e um mil, trezentos e oito reais e trinta e cinco centavos), celebrado com o Ministério da Educação, através o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Município de Frei Rogério objetivando a construção de uma escola de acordo com o Plano de Ações Articuladas - PAR.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, SC, 09 de março de 2015.
OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 700/2015 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ATRAVÉS DE RECURSO DE CONVÊNIO NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO.

DECRETO Nº 700/2015, 09 DE MARÇO DE 2015.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ATRAVÉS DE RECURSO DE CONVÊNIO NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da lei orgânica do município de Frei Rogério e no art.13, parágrafo 4º, e art. 15, da lei nº 806/2014 de 27 de novembro 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Adicional no valor de R\$ 245.006,00 (Duzentos e quarenta e cinco mil e seis reais), com a seguinte classificação orçamentária no orçamento vigente:

Órgão:	02	PODER EXECUTIVO	
Unidade:	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Proj./Ativ.	1.054	ABERTURAS DE RUAS, PAVIMENTAÇÃO URBANA E ESTRADAS VICINAIS.	
104	3.3.90.00.00.00.00.0.0631	Aplicações Diretas	R\$ 245.006,00
	TOTAL		R\$ 245.006,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte para suplementação da dotação orçamentária especificada no artigo primeiro deste decreto, o Convênio nº 2014TR 1843 no valor de R\$ 245.006,00 (Duzentos e quarenta e cinco mil e seis reais), celebrado com Estado de Santa Catarina e o Município de Frei Rogério objetivando a aquisição de pedra brita para conservação e manutenção de estradas vicinais.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, SC, 09 de março de 2015.
OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 701/2015 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ATRAVÉS DE RECURSO DE CONVÊNIO NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO.

DECRETO Nº 701/2015, 09 DE MARÇO DE 2015.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ATRAVÉS DE RECURSO DE CONVÊNIO NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da lei orgânica do município de Frei Rogério e no art.13, parágrafo 4º, art.15 da lei nº 806/2014 de 27 de novembro 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 89.997,60 (Oitenta e nove mil, novecentos e noventa e sete reais e sessenta centavos), com a seguinte classificação orçamentária no orçamento vigente:

Órgão:	02	PODER EXECUTIVO	
Unidade:	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Proj./Ativ.	1.054	ABERTURAS DE RUAS, PAVIMENTAÇÃO URBANA E ESTRADAS VICINAIS.	
104	3.3.90.00.00.00.00.0.0631	Aplicações Diretas	R\$ 89.997,60
	TOTAL		R\$ 89.997,60

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte para suplementação da dotação orçamentária especificada no artigo primeiro deste decreto, o Convênio nº 2014TR 2287 no valor de R\$ 89.997,60 (Oitenta e nove mil, novecentos e noventa e sete reais e sessenta centavos), celebrado com Estado de Santa Catarina e o Município de Frei Rogério objetivando a aquisição de pedra brita para conservação e manutenção de estradas vicinais conforme plano de trabalho.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, SC, 09 de março de 2015.
OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 698/2015 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO Nº. 698/2015, 09 DE MARÇO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da lei orgânica do município de Frei Rogério, art. 12, inciso IV e art. 13, parágrafo 3º, da lei nº 806/2014 de 27/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 19.526,50 (Dezenove mil, quinhentos e

vinde e seis reais e cinquenta centavos), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

	CÓDIGO	DISCRIMI- NAÇÃO	VALOR R\$
ORGÃO	02	CHEFIA DO EXECUTIVO	
UND	04	SECRE- TARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.	
PROJ./ATIV.	2.020	APLICAÇÃO DO FUNFEB	
ELEMENTO	3.3.90.00.00.00.00.0208	APLICAÇÕES DIRETAS	
DOTAÇÃO	140		R\$ 19.526,50
	TOTAL		R\$ 19.526,50

Art. 2º - Para respaldo do crédito mencionado no artigo anterior ficam utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2013 no valor R\$ 19.526,50 (Dezenove mil, quinhentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos) da fonte 1.7.2.4.01.02.00.00 das Transferências de Recursos do Fundeb, para a dotação orçamentária do orçamento corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério/SC, 09 de março 2015.
OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal

PRAZO DE VALIDADE DA ATA 15/ 2014 - PUBLICAÇÃO DE MARÇO

O Município de Frei Rogério-SC, neste ato representado pelo prefeito municipal, senhor OSNY BATISTA ALBERTON, torna público aos interessados que a ata de nº 15 /2014, provenientes do processo licitatório nº 02/2014, na modalidade de Pregão Presencial nº 02/2014, Registro de Preços nº 02/2014, do Fundo Municipal de Assistência Social, firmada no dia 04/06/2014, com os seguintes fornecedores:

AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, encontra-se dentro de seu prazo de validade.

Frei Rogério, 04 de março de 2015

Cópia da ata em sua íntegra e ou informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal, na rua Adolfo Soletti, nº 750, ou através do fone 49 3257 0000 eo do e-mail: compras@freirogerio.sc.gov.br

OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal

PRAZO DE VALIDADE DA ATA Nº 24/2014- PUBLICAÇÃO MARÇO

O Município de Frei Rogério-SC, neste ato representado pelo prefeito municipal, senhor OSNY BATISTA ALBERTON, torna público aos interessados que a ata de nº 24 /2014, provenientes do processo licitatório nº 26/2014, na modalidade de Pregão Presencial nº 18/2014, Registro de Preços nº 09/2014, do município de Frei Rogério, firmada no dia 10/12/2014, com o seguinte fornecedor: CESCA & CIA LTDA, FILIAL FREI ROGERIO, encontra-se dentro de seu prazo de validade.

Frei Rogério, 10 de março de 2015

Cópias das atas em sua íntegra e ou informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal, na rua Adolfo Soletti, nº 750, ou através do fone 49 3257 0000 eo do e-mail: compras@freirogerio.sc.gov.br

OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal

PRAZO DE VALIDADE DAS ATAS 21; 22 E 23/2014- PUBLICAÇÃO DE MARÇO

O Município de Frei Rogério-SC, neste ato representado pelo prefeito municipal, senhor OSNY BATISTA ALBERTON, torna público aos interessados que a ata de nº 21; 22 e 23/2014, provenientes do processo licitatório nº 04/2014, na modalidade de Pregão Presencial nº 002/2014, Registro de Preços nº 01/2014, do Fundo Municipal de Saúde de Frei Rogério, cujo objetivo é a aquisição de fraldas, firmadas no dia 04/09/2014, com os seguintes fornecedores:

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA;
GENITICORP DO BRASIL- COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA e,
PLASMEDIC- COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA - ME, respectivamente, encontram-se dentro de seu prazo de validade.

Frei Rogério, 04 de março de 2015

Cópias das atas em sua íntegra e ou informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal, na rua Adolfo Soletti, nº 750, ou através do fone 49 3257 0000 eo do e-mail: compras@freirogerio.sc.gov.br

OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal

PRAZO DE VALIDADE DAS ATAS 12; 13 E 14/2014 - PUBLICAÇÃO DE MARÇO

O Município de Frei Rogério-SC, neste ato representado pelo prefeito municipal, senhor OSNY BATISTA ALBERTON, torna público aos interessados que as atas de nº 12; 13; e 14 /2014, provenientes do processo licitatório nº 01/2014, na modalidade de Pregão Presencial nº 01/2014, Registro de Preços nº 01/2014, do Fundo Municipal de Assistência Social, firmadas no dia 02/06/2014, com os seguintes fornecedores:

ELZA CLE=MENTINA SOLAGNA HAAG - ME;
MF, MERCADO EIRELI - ME e
SILVAN AFELISBINO RICHETER - ME, respectivamente, encontram-se dentro de seu prazo de validade.

Frei Rogério, 02 de março de 2015

Cópias das atas em sua íntegra e ou informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal, na rua Adolfo Soletti, nº 750, ou através do fone 49 3257 0000 eo do e-mail: compras@freirogerio.sc.gov.br

OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal

Galvão**PREFEITURA****COMUNICADO AO PROCESSO DE LICITAÇÃO 005/2015**

COMUNICADO

Às empresas:

Centermedi Comércio de produtos Hospitalares Ltda
Prosaude Distribuidora de Medicamentos Ltda

Ref: Pedido de impugnação ao edital Processo de Licitação nº 005/2015, Pregão Presencial SRP nº 004/2015.

Objeto: Registro de preços para AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA SEREM DISTRIBUIDOS A POPULAÇÃO EM GERAL E MATERIAIS HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O secretário municipal de Administração, a Pregoeira municipal e equipe de apoio nomeada através do Decreto nº 002/2015, em resposta ao pedido de impugnação do Processo de Licitação nº 005/2015, Pregão Presencial SRP nº 004/2015, vem comunicar o NÃO PROVIMENTO, de acordo com a análise e parecer emitido pela Procuradoria Geral do Município, nos termos abaixo:

“O privilégio conferido as ME e EPP possui acolhimento constitucional, conforme disposto no artigo 170, inciso IX da Constituição Federal.

Com a edição da Lei Complementar 147/2014, o município passou a ter obrigatoriedade na aplicação de seus certames, das regras ali estabelecidas.

A simples alegação das empresas, de que a administração economizará e terá produtos de maior qualidade, não permite que a Administração Pública altere seu edital, permitindo a livre participação das empresas, indo totalmente em desconformidade com as regras determinadas por lei.

Ademais, se na conclusão do certame for verificado que realmente não houve participação de nenhuma licitante ME e EPP, ou seja, deserte e, caso a repetição do procedimento licitatório implique prejuízo ao interesse público, a Administração tem os norteamentos legais a fim de promover a aquisição do objeto licitado”.

Galvão - SC, 10 de março de 2015.

Sergio Pacheco

Secretário Mun. de Administração

Alessandra Paula Querino Bernardo

Pregoeira Municipal

Garopaba**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO PR005/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2015

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando o Registro de preços para aquisição parcelada de materiais de enfermagem para atender a Secretaria de Saúde deste Município. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - “PROPOSTA” e nº. 2 - “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 23/03/2015.

A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 23/03/2015, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.garopaba.sc.gov.br

Garopaba, 05 de março de 2015.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PR006/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2015

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o Registro de preços para aquisição parcelada de materiais odontológicos para atender demanda das unidades básicas de saúde do município de Garopaba. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - “PROPOSTA” e nº. 2 - “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 24/03/2015. A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 24/03/2015, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.garopaba.sc.gov.br

Garopaba, 05 de março de 2015

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº03 AO CONTRATO Nº 025/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo; Contrato nº 25/2013; Processo nº. 66/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: Narbal Alves; CPF: 113.214.070-68; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 02 meses, que vigorará de 01/03/2015 até 30/04/2015; Data da Assinatura: 27/02/2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº013.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 013/2015. Processo nº 044/2015; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. CONTRATADO: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI CNPJ: 83.052.191/0026-10; Objeto: Prestação de serviço de assistência técnica e extensão rural, contendo as ações descritas no plano anual de trabalho (PAT). Valor: R\$ 34.420,00 (Trinta e quatro mil quatrocentos e vinte reais). Data da Assinatura: 05/03/2015.

Garuva**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO FMS Nº 001/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMS nº 001/2015
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Registro de preços para aquisição de medicamentos , com entrega de forma parcelada, para suprir as necessidades das Unidades de Saúde da Família e Unidade de Pronto Atendimento do município.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 23/03/2015 as 08:30 horas.

Fase de lances verbais: 26/03/2015 as 08:00 horas.

O Edital completo está disponível para consulta ou retirada no site: www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 09 de março de 2015.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2015

OBJETO: Registro de Preços de macadames e derivados. ENTREGA DOS ENVELOPES até as 9h do dia 31/03/2015, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº 435, Centro. ABERTURA às 9h30min. Íntegra do Edital no Depto. de Compras ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 11/03/2014

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 031/2015

OBJETO: Registro de Preços de materiais para sinalização viária. ENTREGA DOS ENVELOPES até às 9h do dia 26/03/2015, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. ABERTURA às 9h30min no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 11/03/2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 6.263, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

DECRETO Nº 6.263, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as contidas no art. 72, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, e no art. 219, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação de Tulio Sandy de Jesus Gomes, para o cargo de Contador, em virtude da desistência da vaga expressamente manifestada, o qual foi nomeado pelo Decreto n. 6.206/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de fevereiro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 6.286, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.286, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso VI, da Lei Municipal nº 3.620, de 27 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por superávit financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade: 07 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL		
Função: 12 EDUCAÇÃO		
SubFunção: 306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		
Programa: 0010 Gestão de Educação Fundamental		
Atividade: 2046 Merenda Escolar		
Dotação: 313 3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 3.136,51
SubFunção: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL		
Programa: 0009 Gestão de Educação Infantil		
Atividade: 2038 Manutenção da Educação Infantil		
Dotação: 89 3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Art. 2º Fica suplementado, por superávit financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Função: 10 SAÚDE		
SubFunção: 301 ATENÇÃO BÁSICA		
Programa: 0026 Gestao do Fundo Municipal de Saúde		
Atividade: 2152 Ampliar,Manter e Equipar o Fundo Municipal de Saúde		
Dotação: 119 4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 150.000,00

Art. 3º Fica suplementado, por superávit financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente no SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE:

Órgão: 13 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE		
Unidade: 26 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE		
Função: 17 SANEAMENTO		
SubFunção: 512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO		
Programa: 0025 Gestao do SAMAE		
Atividade: 2110 Manutenção da Estrutura Administrativa da Autarquia		
Dotação: 18 3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	R\$ 400.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 06 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 6.287, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.287, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, aprovados para os cargos abaixo especificados, com carga horária e lotação conforme segue:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
FABIO ADRIANO AMARO	AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS III – MECÂNICO PMG	40	1º	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 06 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.288, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.288, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA JAQUELINE MENDES SABEL PARA O CARGO DE SECRETÁRIA ESCOLAR DA EEB NORMA MÔNICA SABEL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Municipal nº 2.612/2005,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora JAQUELINE MENDES SABEL, portadora do CPF nº 770.819.279-04, para exercer o cargo em comissão de Secretária Escolar da EEB Norma Mônica Sabel, nível CC, ref. 45, com 20 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 06 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.289, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.289, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A 1ª E 2ª JUNTAS ADMINISTRATIVAS DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 4º, parágrafo único, e art. 5º, da Lei Complementar n. 5, de 05 de março de 2002;

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados para comporem, como membros da 1ª Junta Administrativa de Recursos de Infrações - Jari de Gaspar, de acordo com as Leis Complementares n. 5, de 05 de março de 2002 e n. 13, de 21 de julho de 2003, e com as atribuições conferidas

pelo Regimento Interno da Jari, os cidadãos abaixo relacionados:

REPRESENTAÇÃO	TITULAR	SUPLENTE
Poder Executivo	Roberto Procópio de Souza	Elisabeth Thomé
Órgão Executivo de Trânsito	Mário Antonio Van-zuiten	Heriberto Frena
Sindicato dos Condutores de Veículos e Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas e Passageiros	Emerson Luiz Andrade	Bruno Facchini

Parágrafo único. Fica designado para desempenhar as funções de secretário da 1ª Jari o Sr. Aldo Avosani, respondendo na sua ausência o Sr. Luiz Otávio Rebouças Bastiani.

Art. 2º Ficam nomeados para comporem, como membros da 2ª Junta Administrativa de Recursos de Infrações - Jari de Gaspar, de acordo com as Leis Complementares n. 5, de 05 de março de 2002 e n. 13, de 21 de julho de 2003, e com as atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Jari, os cidadãos abaixo relacionados:

REPRESENTAÇÃO	TITULAR	SUPLENTE
Poder Executivo	Roberto Oscar Pedrosa da Luz	Scheila Sabrina Lana
Órgão Executivo de Trânsito	Gilberto Rodrigo Goedert	Jeferson Debus
Sindicato dos Condutores de Veículos e Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas e Passageiros	João Alberto Viana	Fábio Campos da Silva

Parágrafo único. Fica designado para desempenhar as funções de Secretário da 2ª Jari o Sr. Marcelo Fontes Schramm, respondendo na sua ausência a Sra. Susana Amaral Olescuk.

Art. 3º As pessoas designadas para exercer a atividade descrita nos artigos 1º e 2º fazem jus à remuneração prevista no art. 6º, §1º da Lei Complementar nº 05/2002, correspondente a 2,5 (dois vírgula cinco) UFM.

Art. 4º Fica nomeado para exercer a função de Coordenador da 1ª e 2ª Jari o Sr. Luciano Amaro Brandt, conforme previsto no item 2.3 do Anexo da Resolução 233/2007 do CONTRAN.

Parágrafo único. A pessoa designada para exercer a atividade descrita no caput deste artigo faz jus à remuneração mensal máxima de 12,5 (doze vírgula cinco) UFM.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 6.202, de 28 de janeiro de 2015.

Gaspar, 06 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 6.290, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.290, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

ALTERA CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA FLAVIANE DALLA COSTA DALL MAGRO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Gaspar, em seu artigo 72 e com fundamento na Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, a partir de 02 de fevereiro de 2015, a carga horária da servidora FLAVIANE DALLA COSTA DALL MAGRO, Professora de Educação Física, lotada com 20 horas semanais, sendo 10 horas na EEB Aninha P. Rosa e 10 horas na EEB Ferandino Dagnoni, ficando com 15 horas na EEB Dolores L. Krauss e 5 horas na EEB Rudolfo Gunther.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 06 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.291, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.291, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

ALTERA CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA MARIANA LOPES.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Gaspar, em seu artigo 72 e com fundamento na Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, a partir de 02 de fevereiro de 2015, a carga horária da servidora MARIANA LOPES, Professora de Artes, lotada com 05 horas semanais na EEB Mário Pederneiras, ficando com 05 horas na EEB Ferandino Dagnoni.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 06 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.292, DE 06 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 6.292, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

ALTERA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR JAN PAULO WEICKERT.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Gaspar, em seu artigo 72 e com fundamento na Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, a partir de 02 de fevereiro de 2015, a carga horária do servidor JAN PAULO WEICKERT, Professor de Educação Física, lotado com 40 horas semanais, sendo 20 horas na EEB Belchior, 10 horas na EEB Rudolfo Gunther e 10 horas na EEB Zenaide Costa, ficando com 10 horas na EEB Belchior, 20 horas na EEB

Angelica Costa e 10 horas EEB Zenaide Costa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 06 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.293, DE 06 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 6.293, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

ALTERA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR JOCI MARCOS CARDOSO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Gaspar, em seu artigo 72 e com fundamento na Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, a partir de 02 de fevereiro de 2015, a carga horária do servidor JOCI MARCOS CARDOSO, Professor de Inglês, lotado com 25 horas semanais na EEB Zenaide S Costa, ficando com 10 horas na EEB Ferandino Dagnoni e 15 horas na EEB Zenaide S Costa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/02/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 06 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.294, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.294, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA MAIARA POLLA DOS SANTOS PARA O CARGO DE DIRETORA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Municipal nº 2.612/2005,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora MAIARA POLLA DOS SANTOS, portadora do CPF nº 048.514.229-54, para exercer o cargo em comissão de Diretora de Assistência Social, nível CC, ref. 55, a partir de 02/03/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/03/2015. .

Gaspar, 06 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº. 6.285, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 6.285, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

REVOGA PARCIALMENTE O DECRETO Nº. 6.161, DE 02 DE JANEIRO DE 2015, QUE BLOQUEIA RECURSOS DE CONVÊNIOS A SEREM POSSIVELMENTE FIRMADOS DURANTE O PRESENTE EXERCÍCIO ATÉ A SUA EFETIVA LIBERAÇÃO PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES AO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica parcialmente revogado o Decreto nº. 6161, de 02 de janeiro de 2015, que "Bloqueia recursos de convênios a serem possivelmente firmados durante o presente exercício até a sua efetiva liberação pelos órgãos competentes ao Município de Gaspar", para o desbloqueio dos valores indicados dos saldos da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento
Unidade: 19 Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento
Função: 15 Urbanismo
Subfunção: 451 Infraestrutura Urbana
Programa: 0019 Constr. Manut. e Melh. na Infraestr. do Munic. por meio da Sec. Munic. de Planej.
Projeto: 1.1113 Implantação de Equipamentos Urbanos e Melhorias em Vias Existentes
Despesa 265 – 3.4.4.9.0 Aplicações diretas
R\$4.010,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 06 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

ERRATA**ERRATA**

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto nº 6.729 de 3 de março de 2015, veiculado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, Edição nº 1697, de 6 de março de 2013, nos seguintes termos:

Onde se lê em seu artigo primeiro:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
CAMILA STOLF MARQUES POTTES LINS	TÉCNICA DE ENFERMAGEM	40	14º	SECRETARIA DE SAÚDE
THAIS SIMONE FRANCA BURTULI	TÉCNICA DE ENFERMAGEM	40	15º	SECRETARIA DE SAÚDE

Leia-se:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
CAMILA STOLF MARQUES POTTES LINS	PSICÓLOGA	40	4º	SECRETARIA DE SAÚDE
THAIS SIMONE FRANCA BURTULI	PSICÓLOGA	40	5º	SECRETARIA DE SAÚDE

Gaspar, 9 DE MARÇO DE 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

LEI Nº 3.628, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 3.628, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos que comercializam combustível informar a seus clientes se a gasolina comercializada é formulada ou refinada.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam os estabelecimentos que comercializem combustível no Município de Gaspar obrigados a afixar placas, em local visível, nas bombas de combustíveis ou próximo a elas, informando ao consumidor se a gasolina comercializada é formulada ou refinada.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - gasolina refinada aquela completamente isenta de substâncias nocivas contidas no petróleo cru, eliminadas pelo processo de refinação; e

II - gasolina formulada aquela composta de resíduos de destilação petroquímicos, adicionados de solventes, com qualidade inferior à gasolina refinada.

Art. 2º A informação de que trata o artigo 1º desta Lei deverá ser veiculada em placas, cartazes, banners ou outros meios, em local visível a todos os consumidores que adentrarem ao posto, com fonte e tamanho que possibilitem sua identificação.

Art. 3º Os preços de venda deverão ser discriminados separadamente para cada tipo de gasolina.

Art. 4º O descumprimento das obrigações estabelecidas na presente Lei sujeitará o infrator às sanções previstas no artigo 56 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor trinta (30) dias após sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 03 de março de 2015.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito

MUNICÍPIO DE GASPAR



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014 / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Função / Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Liquidadas		Despesas Executadas		%		Saldo
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	Inscritas em Restos a Pagar Não Process. (c)	% ((b+c) / total(b+c))	% ((b+c) / a)		
DESPESAS (Exceto intra-orçamentárias) (I)											
	239.844.100,00	256.409.999,96	-659.412,95	143.049.520,94	30.131.235,91	138.284.622,40	4.764.898,54	99,92%	55,79%	113.360.479,02	
Legislativa											
Ação Legislativa	5.320.500,00	5.320.500,00	589.994,74	3.220.773,27	715.029,68	3.220.773,27	0,00	2,25%	60,54%	2.099.726,73	
Essencial à Justiça	5.320.500,00	5.320.500,00	589.994,74	3.220.773,27	715.029,68	3.220.773,27	0,00	2,25%	60,54%	2.099.726,73	
Representação Judicial e Extrajudicial	3.034.500,00	3.112.653,25	172.510,57	2.994.588,54	504.977,66	2.991.984,66	2.603,88	2,09%	96,21%	118.064,71	
Administração	3.034.500,00	3.112.653,25	172.510,57	2.994.588,54	504.977,66	2.991.984,66	2.603,88	2,09%	96,21%	118.064,71	
Administração Geral	24.057.345,00	25.653.594,08	-688.973,93	16.033.366,46	3.171.129,29	15.534.486,71	498.879,75	11,20%	62,50%	9.620.227,62	
Administração Financeira	9.546.000,00	9.744.649,08	-1.392.797,47	6.614.852,65	1.400.159,65	6.581.214,08	33.638,57	4,62%	67,88%	3.129.796,43	
Tecnologia da Informação	13.719.845,00	14.937.845,00	613.804,42	8.606.501,65	1.576.680,58	8.141.760,47	464.741,18	6,01%	57,62%	6.331.343,35	
Comunicação Social	10.000,00	10.000,00	0,00	2.900,00	0,00	2.900,00	0,00	0,00%	29,00%	7.100,00	
Habitação Urbana	681.500,00	861.100,00	90.019,12	809.112,16	194.289,06	808.612,16	500,00	0,57%	93,96%	51.987,84	
Segurança Pública	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	100.000,00	
Policiamento	1.999.500,00	2.609.500,00	281.907,20	1.254.230,82	178.232,33	981.233,19	272.997,63	0,88%	48,06%	1.355.269,18	
Defesa Civil	1.391.500,00	1.721.500,00	17.689,11	570.154,18	97.707,76	537.205,35	32.948,83	0,40%	33,12%	1.151.345,82	
Assistência Social	608.000,00	888.000,00	264.218,09	684.076,64	80.524,57	444.027,84	240.048,80	0,48%	77,04%	203.923,36	
Assistência à Criança e ao Adolescente	9.144.695,00	9.792.535,26	319.913,42	5.760.076,66	1.130.844,07	5.645.588,30	114.488,36	4,02%	58,82%	4.032.458,60	
Assistência Comunitária	2.942.600,00	2.973.005,83	-9.696,26	1.956.177,54	422.563,58	1.900.049,14	56.128,40	1,37%	65,80%	1.016.828,29	
Saúde	6.202.095,00	6.819.529,43	329.609,68	3.803.899,12	708.280,49	3.745.539,16	58.359,96	2,66%	55,78%	3.015.630,31	
Atenção Básica	24.179.500,00	28.128.651,40	3.402.180,44	26.073.319,16	5.690.551,80	25.390.745,59	682.573,57	18,21%	92,69%	2.055.332,24	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	18.547.997,00	19.407.783,97	3.071.240,10	18.347.927,00	3.810.986,53	18.095.744,11	252.182,89	12,82%	94,54%	1.059.856,97	
Vigilância Sanitária	5.083.984,00	7.806.348,43	171.921,01	7.022.709,96	1.644.816,96	6.656.092,03	366.617,93	4,91%	89,96%	783.638,47	
Vigilância Epidemiológica	408.419,00	600.419,00	49.787,09	483.380,62	110.770,97	422.437,91	60.942,71	0,34%	80,51%	117.038,38	
Educação	139.100,00	314.100,00	109.232,24	219.301,58	123.977,34	216.471,54	2.830,04	0,15%	69,82%	94.798,42	
Alimentação e Nutrição	40.601.162,00	44.012.565,24	7.051.803,32	40.070.106,48	8.238.080,27	39.248.416,22	821.690,26	27,99%	91,04%	3.942.458,76	
Ensino Fundamental	1.407.000,00	1.503.383,00	-196.919,74	1.292.123,70	170.069,90	1.270.100,18	22.023,52	0,90%	85,95%	211.259,30	
Educação Infantil	24.797.900,00	25.852.844,35	3.945.333,35	23.692.247,48	4.826.626,65	23.198.333,02	493.914,46	16,55%	91,64%	2.160.596,87	
Cultura	14.396.262,00	16.656.337,89	3.303.389,71	15.085.735,30	3.241.383,72	14.779.983,02	305.752,28	10,54%	90,57%	1.570.602,59	
Urbanismo	869.365,00	858.042,00	10.246,98	168.849,66	22.774,18	151.216,43	17.633,23	0,12%	19,68%	689.192,34	
Defesa Civil	869.365,00	858.042,00	10.246,98	168.849,66	22.774,18	151.216,43	17.633,23	0,12%	19,68%	689.192,34	
Infra-Estrutura Urbana	94.919.466,00	99.345.701,65	-14.493.301,35	24.683.718,53	5.257.425,93	23.040.927,19	1.642.791,34	17,24%	24,85%	74.661.983,12	
Serviços Urbanos	1.321.000,00	1.321.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	1.321.000,00	
	88.867.466,00	93.144.411,61	-14.531.469,55	24.035.846,85	5.173.717,03	22.428.957,48	1.606.889,37	16,79%	25,80%	69.108.564,76	
	4.225.000,00	4.374.290,04	35.653,47	343.278,16	32.215,96	330.281,58	12.996,58	0,24%	7,85%	4.031.011,88	
Continua (1/3)											

Continua (1/3)



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014 / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação (2/3)

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ Realis

Função / Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Despesas Executadas			Saldo		
			Até o Bimestre	Até o Bimestre	Inscritas em Restos a Pagar Não Process. (c)					
						No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% total(b+c)	% ((b+c) / a)
		(a)								
Urbanismo	94.919.466,00	99.345.701,65	-14.493.301,35	24.683.718,53	5.257.425,93	23.040.927,19	1.642.791,34	17,24%	24,85%	74.661.983,12
Transportes Coletivos Urbanos	506.000,00	506.000,00	2.514,73	304.593,52	51.492,94	281.688,13	22.905,39	0,21%	60,20%	201.406,48
Habitação	447.400,00	304.208,10	3.914,84	132.428,74	22.370,26	128.078,46	4.350,28	0,09%	43,53%	171.779,36
Habitação Urbana	447.400,00	304.208,10	3.914,84	132.428,74	22.370,26	128.078,46	4.350,28	0,09%	43,53%	171.779,36
Saneamento	15.070.000,00	16.827.030,85	2.156.177,56	16.062.408,58	3.867.459,55	15.482.546,11	579.862,47	11,22%	95,46%	764.622,27
Saneamento Básico Urbano	15.070.000,00	16.827.030,85	2.156.177,56	16.062.408,58	3.867.459,55	15.482.546,11	579.862,47	11,22%	95,46%	764.622,27
Gestão Ambiental	7.100.000,00	7.128.000,00	25.318,37	170.130,54	27.634,85	108.191,22	61.939,32	0,12%	2,39%	6.957.869,46
Preservação e Conservação Ambiental	7.100.000,00	7.128.000,00	25.318,37	170.130,54	27.634,85	108.191,22	61.939,32	0,12%	2,39%	6.957.869,46
Agricultura	2.260.807,00	2.336.967,00	152.470,01	1.923.235,04	340.069,73	1.919.992,33	3.242,71	1,34%	82,30%	413.731,96
Extensão Rural	2.260.807,00	2.336.967,00	152.470,01	1.923.235,04	340.069,73	1.919.992,33	3.242,71	1,34%	82,30%	413.731,96
Indústria	50.000,00	20.000,00	-381,00	3.933,00	0,00	3.933,00	0,00	0,00%	19,67%	16.067,00
Promoção Industrial	50.000,00	20.000,00	-381,00	3.933,00	0,00	3.933,00	0,00	0,00%	19,67%	16.067,00
Comércio e Serviços	2.139.000,00	2.139.000,00	3.240,00	6.570,00	3.240,00	6.570,00	0,00	0,00%	0,31%	2.132.430,00
Turismo	2.139.000,00	2.139.000,00	3.240,00	6.570,00	3.240,00	6.570,00	0,00	0,00%	0,31%	2.132.430,00
Transporte	2.880.300,00	3.490.450,00	138.970,10	1.640.221,76	318.282,12	1.581.303,70	58.918,06	1,15%	46,99%	1.850.228,24
Transporte Rodoviário	2.880.300,00	3.490.450,00	138.970,10	1.640.221,76	318.282,12	1.581.303,70	58.918,06	1,15%	46,99%	1.850.228,24
Desporto e Lazer	3.055.560,00	3.295.101,13	148.903,89	1.630.929,36	332.898,61	1.628.001,68	2.927,68	1,14%	49,50%	1.664.171,77
Desporto De Rendimento	300.000,00	50.000,00	-1.196,85	48.047,12	4.792,80	48.047,12	0,00	0,03%	95,09%	1.952,88
Desporto Comunitário	1.891.560,00	2.263.374,13	90.509,77	1.296.904,06	258.602,56	1.296.222,10	681,96	0,91%	57,30%	966.470,07
Lazer	864.000,00	981.727,00	59.590,97	285.978,18	69.503,25	283.732,46	2.245,72	0,20%	29,13%	693.574,82
Encargos Especiais	2.584.000,00	1.904.500,00	65.691,89	1.220.634,34	310.235,58	1.220.634,34	0,00	0,85%	64,09%	683.865,66
Serviço Da Dívida Interna	2.584.000,00	1.904.500,00	65.691,89	1.220.634,34	310.235,58	1.220.634,34	0,00	0,85%	64,09%	683.865,66
Reserva de Contingência	131.000,00	131.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	131.000,00
Reserva de Contingência	131.000,00	131.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	131.000,00
Reserva de Contingência do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00
Reserva de Contingência do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00
DESPESAS (Intra-orçamentárias) (II)	155.900,00	160.240,00	-12.162,28	115.862,43	24.289,56	115.862,43	0,00	0,08%	72,31%	44.377,57
TOTAL (III)=(I + II)	240.000.000,00	256.570.239,96	-671.575,23	143.165.383,37	30.155.525,47	138.400.484,83	4.764.898,54	100,00%	55,80%	113.404.856,59

Continua (2/3)



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014 / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação (3/3)

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Função / Subfunção		Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Despesas Executadas			Saldo				
				Até o Bimestre	No Bimestre	Liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar Não Process. (c)		%			
						No Bimestre	Até o Bimestre (b)				(b+c) / total(b+c)	%	
DESPESAS (Intra-orçamentárias)				155.900,00	160.240,00	-12.162,28	115.862,43	24.289,56	115.862,43	0,00	0,08%	72,31%	44.377,57
Administração		8.000,00	8.000,00	-2.629,33	3.870,67			721,29	3.870,67	0,00	0,00%	48,38%	4.129,33
Administração Geral		2.000,00	2.000,00	-997,71	1.002,29			175,83	1.002,29	0,00	0,00%	50,11%	997,71
Administração Financeira		6.000,00	6.000,00	-1.631,62	2.868,38			545,46	2.868,38	0,00	0,00%	47,81%	3.131,62
Assistência Social		6.400,00	6.400,00	-1.111,27	4.188,73			921,66	4.188,73	0,00	0,00%	65,45%	2.211,27
Assistência Comunitária		6.400,00	6.400,00	-1.111,27	4.188,73			921,66	4.188,73	0,00	0,00%	65,45%	2.211,27
Saúde		16.500,00	19.840,00	-3.874,68	13.050,03			2.148,40	13.050,03	0,00	0,01%	65,78%	6.789,97
Atenção Básica		16.500,00	19.840,00	-3.874,68	13.050,03			2.148,40	13.050,03	0,00	0,01%	65,78%	6.789,97
Educação		85.000,00	85.000,00	4.359,73	80.359,73			17.214,99	80.359,73	0,00	0,06%	94,54%	4.640,27
Ensino Fundamental		45.000,00	45.000,00	4.359,73	40.359,73			11.215,58	40.359,73	0,00	0,03%	89,69%	4.640,27
Educação Infantil		40.000,00	40.000,00	0,00	40.000,00			5.999,41	40.000,00	0,00	0,03%	100,00%	0,00
Cultura		1.500,00	2.500,00	-231,74	2.068,26			374,67	2.068,26	0,00	0,00%	82,73%	431,74
Diffusão Cultural		1.500,00	2.500,00	-231,74	2.068,26			374,67	2.068,26	0,00	0,00%	82,73%	431,74
Urbanismo		24.000,00	24.000,00	-3.822,29	5.677,71			963,42	5.677,71	0,00	0,00%	23,66%	18.322,29
Infra-Estrutura Urbana		20.000,00	20.000,00	-874,83	4.625,17			807,93	4.625,17	0,00	0,00%	23,13%	15.374,83
Transportes Coletivos Urbanos		4.000,00	4.000,00	-2.947,46	1.052,54			155,49	1.052,54	0,00	0,00%	26,31%	2.947,46
Agricultura		1.500,00	1.500,00	-524,70	975,30			160,47	975,30	0,00	0,00%	65,02%	524,70
Extensão Rural		1.500,00	1.500,00	-524,70	975,30			160,47	975,30	0,00	0,00%	65,02%	524,70
Transporte		3.000,00	3.000,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	3.000,00
Transporte Rodoviário		3.000,00	3.000,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	3.000,00
Desporto e Lazer		10.000,00	10.000,00	-4.328,00	5.672,00			1.784,66	5.672,00	0,00	0,00%	56,72%	4.328,00
Desporto Comunitário		10.000,00	10.000,00	-4.328,00	5.672,00			1.784,66	5.672,00	0,00	0,00%	56,72%	4.328,00
TOTAL		155.900,00	160.240,00	-12.162,28	115.862,43			24.289,56	115.862,43	0,00	0,08%	72,31%	44.377,57

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Gaspar, Data da emissão 6 de Março de 2015 e hora da emissão 10h e 42m

Pedro Celso Zuchi
Prefeito MunicipalMichael Zimmermann
Secretário Administração e FinançasKate Cristina Müller
Contadora CRC RS 082476/O-8 T-SC

MUNICÍPIO DE GASPAR

MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

Reais

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas	
			Até o bimestre (b)	% ((b/a) x 100)
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	24.501.594,65	24.501.594,65	23.056.318,69	94,10%
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	5.788.700,00	5.788.700,00	5.703.674,54	98,53%
Imposto Sobre a Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.680.000,00	2.680.000,00	2.644.329,37	98,67%
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	11.214.000,00	11.214.000,00	10.392.991,17	92,68%
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.838.300,00	1.838.300,00	1.742.097,39	94,77%
Imposto Territorial Urbano - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00%
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	56.710,00	56.710,00	109.893,01	193,78%
Dívida Ativa dos Impostos	2.190.934,65	2.190.934,65	1.516.579,79	69,22%
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa dos Impostos	732.950,00	732.950,00	946.753,42	129,17%
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	67.859.400,00	67.859.400,00	68.194.309,75	100,49%
Cota-Parte FPM	23.326.000,00	23.326.000,00	23.618.045,35	101,25%
Cota-Parte ITR	64.200,00	64.200,00	43.077,95	67,10%
Cota-Parte IPVA	6.420.000,00	6.420.000,00	6.016.070,83	93,71%
Cota-Parte ICMS	37.129.000,00	37.129.000,00	37.770.593,75	101,73%
Cota-Parte IPI-Exportação	716.900,00	716.900,00	586.531,03	81,81%
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00%
Desoneração ICMS (LC 87/96)	203.300,00	203.300,00	159.990,84	78,70%
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00%
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = (I+II)	92.360.994,65	92.360.994,65	91.250.628,44	98,80%

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	Previsão inicial	Previsão atualizada (c)	Receitas realizadas	
			Até o bimestre (d)	% ((d/c) x 100)
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	7.974.060,00	7.974.060,00	9.051.143,77	113,51%
Provenientes da União	7.234.797,00	7.234.797,00	8.401.173,37	116,12%
Provenientes dos Estados	625.029,80	625.029,80	495.258,80	79,24%
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras Receitas do SUS	114.233,20	114.233,20	154.711,60	135,43%
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00%
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	253.590,00	253.590,00	227.013,92	89,52%
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	8.227.650,00	8.227.650,00	9.278.157,69	112,77%

DESPESAS COM SAÚDE	Dotação inicial	Dotação atualizada (e)	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas	
			Até o bimestre (f)	% ((f/e) x 100)	Até o bimestre (g)	% ((g/e) x 100)
DESPESAS CORRENTES	22.757.000,00	25.829.290,21	24.746.883,21	359,95%	24.163.145,73	340,06%
Pessoal e Encargos Sociais	13.702.310,00	14.032.910,00	13.844.170,71	385,81%	13.844.170,71	385,81%
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	9.054.690,00	11.796.380,21	10.902.712,50	333,41%	10.318.975,02	303,65%
DESPESAS DE CAPITAL	689.000,00	2.284.341,19	1.304.625,98	238,70%	1.205.789,89	226,23%
Investimentos	689.000,00	2.284.341,19	1.304.625,98	238,70%	1.205.789,89	226,23%
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	23.446.000,00	28.113.631,40	26.051.509,19	334,79%	25.368.935,62	317,74%

Continua (1/2)



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

Continuação (2/2)

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

Reais

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas	
			Até o bimestre (h)	% ((h/IVf) x 100)	Até o bimestre (i)	% ((i/IVg) x 100)
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	65.368,69	0,25%	65.368,69	0,26%
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO D	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	7.963.360,00	11.237.501,19	9.241.531,59	35,47%	8.991.580,84	35,44%
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	7.813.360,00	10.558.660,00	9.140.378,84	35,09%	8.913.139,18	35,13%
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros Recursos	150.000,00	678.841,19	101.152,75	0,39%	78.441,66	0,31%
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO E	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AO	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PE	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	7.963.360,00	11.237.501,19	9.306.900,28	35,73%	9.056.949,53	35,70%
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI)	15.482.640,00	16.876.130,21	16.744.608,91	99,22%	16.311.986,09	96,66%
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEG						18,35%
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - ((15 x IIIb)/100)]						3.057.014,64

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	Inscritos	Cancelados/ prescritos	Pagos	A pagar	Parcela considerada no limite
Inscritos em 2014	659.654,71	0,00	0,00	659.654,71	
Inscritos em 2013	895.298,09	16.618,65	864.279,44	14.400,00	
Inscritos em 2012	22.936,60	0,00	0,00	22.936,60	
Total	1.577.889,40	16.618,65	864.279,44	696.991,31	0,00

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO LIMITE - ARTIGO 24, § 1º e 2º	DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo final (não aplicado)
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ARTIGOS 25 e 26	RECURSOS VINCULADOS À DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo final (não aplicado)
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas	
			Até o bimestre (l)	% ((l/total l) x 100)	Até o bimestre (m)	% ((m/total m) x 100)
Atenção Básica	18.014.497,00	19.392.763,97	18.326.117,03	94,50%	18.073.934,14	93,20%
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.883.984,00	7.806.348,43	7.022.709,96	89,96%	6.656.092,03	85,27%
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Vigilância Sanitária	408.419,00	600.419,00	483.380,62	80,51%	422.437,91	70,36%
Vigilância Epidemiológica	139.100,00	314.100,00	219.301,58	69,82%	216.471,54	68,92%
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outras subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL	23.446.000,00	28.113.631,40	26.051.509,19	92,67%	25.368.935,62	90,24%

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Gaspar, Data da emissão 6 de Março de 2015 e hora da emissão 10h e 55m

Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal

Michael Zimmermann
Secretário Administração e Finanças

Kate Cristina Müller
Contadora CRC RS 082476/O-8 T-SC

MUNICÍPIO DE GASPAR

MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

LRF, Art. 48 - Anexo 14

Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No bimestre	Até o bimestre		
RECEITAS					
Previsão Inicial			240.000.000,00		
Previsão Atualizada			240.000.000,00		
Receitas Realizadas		27.841.169,87	153.000.843,31		
Déficit Orçamentário			0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			10.658.454,06		
DESPESAS					
Dotação Inicial			240.000.000,00		
Créditos Adicionais			16.570.239,96		
Dotação Atualizada			256.570.239,96		
Despesas Empenhadas		-671.575,23	143.165.383,37		
Despesas Executadas		30.155.525,47	143.165.383,37		
		30.155.525,47	138.400.484,83		
			4.764.898,54		
Superávit Orçamentário			9.835.459,94		
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		No bimestre	Até o bimestre		
Despesas Empenhadas		-671.575,23	143.165.383,37		
Despesas Executadas		30.155.525,47	143.165.383,37		
Liquidadas		30.155.525,47	138.400.484,83		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			4.764.898,54		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o bimestre			
Receita Corrente Líquida		142.733.221,46			
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No bimestre	Até o bimestre		
Regime Geral de Previdência Social					
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)					
Despesas Previdenciárias Executadas (II)					
Resultado Previdenciário (III) = (I-II)					
Regime Próprio de Previdência dos Servidores					
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	0,00		
Despesas Previdenciárias Executadas (V)		0,00	0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV-V)		0,00	0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta fixada no AMF da LDO (a)	Resultado apurado até o bimestre (b)	% em relação à meta (b/a)	
Resultado Nominal		-34.270.000,00	-13.241.845,62	38,64%	
Resultado Primário		-37.914.913,00	8.186.749,86	-21,59%	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					
Executivo		1.424.168,17	3.989,04	1.403.927,55	16.251,58
Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
Executivo		3.659.412,52	234.543,69	3.142.962,10	281.906,73
Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		5.083.580,69	238.532,73	4.546.889,65	298.158,31

Continua (1/2)



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

Continuação (2/2)

LRF, Art. 48 - Anexo 14

Reais

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% mínimo a aplicar no exercício	% aplicado até o bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	24.113.287,07	25,00%	26,43%
Liquidadas	24.043.427,00		26,35%
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	69.860,07		0,08%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remun.do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	16.536.344,96	60,00%	68,77%
Liquidadas	16.536.344,96		68,77%
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		0,00%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre	Saldo não realizado	
Receitas de Operações de Crédito	0,00	38.288.000,00	
Despesa de Capital Líquida	19.829.566,43	100.555.163,56	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício 2013	10º Exercício 2022	20º Exercício 2032
			35º Exercício 2047
Regime Geral de Previdência Social			
Receitas Previdenciárias (I)			
Despesas Previdenciárias (II)			
Resultado Previdenciário (III = II-I)			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI = IV-V)	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias (VII)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (VIII)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IX = VII-VIII)	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre	Saldo não realizado	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	95.000,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	95.000,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% mínimo a aplicar no exercício	% aplicado até o bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	16.311.986,09	15,00%	18,35%
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente		
Total das Despesas/RCL (%)			0,00%

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Gaspar, Data da emissão 6 de Março de 2015 e hora da emissão 10h e 58m

Pedro Celso Zuchi
 Prefeito Municipal

Michael Zimmermann
 Secretário Administração e Finanças

Kate Cristina Müller
 Contadora CRC RS 082476/O-8 T-SC

MUNICÍPIO DE GASPAR

MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
CONSOLIDAÇÃO GERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / 2014

LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a" - Anexo V

Reais

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c)=(a-b)
0101 - Receitas Imp. e Transf. de Imp. - Educação	731.162,20	345.880,77	385.281,43
0102 - Receitas Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	1.228.320,51	739.546,38	488.774,13
0116 - Contr. de Interv. do Domínio Econômico - CIDE	4.112,31	0,00	4.112,31
0117 - Contr. p/ Custeio Serv. Ilum. Pública - COSIP	475.583,41	348.536,87	127.046,54
0118 - Transf. do Fundeb/Fundef - Profis./Magist.	695.004,33	418.667,45	276.336,88
0119 - Transf. do Fundeb/Fundef - Outr/Desp.Ed.Bas.	197.417,15	195.466,53	1.950,62
0122 - Transferências de Convênios - Educação	306.324,51	0,00	306.324,51
0123 - Transferências de Convênios - Saúde	279.716,03	0,02	279.716,01
0124 - Transferências de Convênios - Outros	2.324.182,03	150.082,74	2.174.099,29
0144 - Fundo Especial do Petróleo	135.728,44	269,78	135.458,66
0145 - Outr. Transf. Decor. Comp. Fianc. Expl. Recur. Nat	257.233,16	0,00	257.233,16
0149 - Progr. Pessoa Port. de Deficiência Física - PPD	21.629,96	0,00	21.629,96
0152 - Outras Transf. de Rec.p/ Fundo Assistencia Social	147.952,30	3.716,60	144.235,70
0153 - Transferência de Convênios - Assistência Social	165.269,37	1.521,99	163.747,38
0154 - Convênio Trânsito - Militar	117.418,05	764,93	116.653,12
0155 - Convênio Trânsito - Civil	179.800,20	485,85	179.314,35
0156 - Convênio Trânsito - Prefeitura	338.480,13	4.258,63	334.221,50
0158 - Salário Educação	1.405.100,18	786,25	1.404.313,93
0160 - Progr. Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	50.914,47	5.551,33	45.363,14
0161 - Progr. Nac. Apoio Transporte Escolar - PNATE	2.031,93	856,57	1.175,36
0162 - Outros Recursos do FNDE	177.088,39	0,00	177.088,39
0163 - Bolsa Família	34.469,39	174,39	34.295,00
0164 - Atenção Básica	431.940,65	29.123,89	402.816,76
0165 - Atenção de Média e Alta Complexidade - MAC	265.047,40	21.935,51	243.111,89
0166 - Vigilância em Saúde	176.171,29	6.681,46	169.489,83
0167 - Assistência Farmacêutica Básica	80.994,78	40.403,01	40.591,77
0170 - Gestão do SUS	240,71	0,00	240,71
0171 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	26.328,35	0,00	26.328,35
0183 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	32,57	0,00	32,57
0189 - Alienações Bens Dest. a Outros Programas	20.062,95	0,00	20.062,95
0301 - Rec.Imp. e Transf. de Imp. - Educação - Exerc. Ant	38.293,62	0,00	38.293,62
0302 - Rec.Imp. e Transf. Impostos - Saúde Exerc. Anter.	-63.064,46	7.720,87	-70.785,33
0316 - Contr. Interv. Domínio Econ. - CIDE - Exerc. Anter	1.877,10	0,00	1.877,10
0317 - Contr. Cust. Ilum. Pública - COSIP - Exerc. Anter.	1.605,46	0,00	1.605,46
0322 - Recursos do Tesouro - Exerc. Ant. - Conv. Educação	114.630,24	0,00	114.630,24
0323 - Transferências de Convênios - Saúde Exerc. Anter.	143.511,66	493,41	143.018,25
0324 - Transferências de Convênios - Outros Exerc. Anter.	19.913,47	0,00	19.913,47
0344 - Fundo Especial do Petróleo - Exerc. Anterior	2.400,61	0,00	2.400,61
0345 - Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira	1.462,54	0,00	1.462,54
0346 - Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA	183,91	0,00	183,91
0347 - Apoio a Pessoa Idosa - API - Exerc. Anter.	22.031,94	0,00	22.031,94
0349 - Progr. Pessoa Port. Defic. Física - Exerc. Anter.	43.289,69	0,00	43.289,69



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
CONSOLIDAÇÃO GERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / 2014

Continuação (2/2)

LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a" - Anexo V

Reais

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c)=(a-b)
0352 - Outras Transf. Recursos do FNAS - Exerc. Ant.	70,69	0,00	70,69
0353 - Transf. Convênio - Assist. Social - Exerc. Ant.	38.738,75	0,00	38.738,75
0354 - Convênio Trânsito - Militar - Exerc. Ant.	49.230,51	0,00	49.230,51
0355 - Convênio Trânsito - Civil - Exerc. Ant.	1.714.651,84	0,00	1.714.651,84
0356 - Convênio Trânsito - Prefeitura - Exerc. Ant.	1.308,00	0,00	1.308,00
0358 - Salário Educação - Exerc. Ant.	358.356,94	0,00	358.356,94
0360 - Progr. Nac.de Alimentação Esc.- PNAE Exerc. Ant.	4.348,25	0,00	4.348,25
0363 - Bolsa Família - Exerc. Ant.	27.224,36	0,00	27.224,36
0364 - Atenção Básica - Exerc. Ant.	316.494,14	-69,71	316.563,85
0365 - Atenção de Média/Alta Comp. Ambul./Hospit. Ex.Ant.	129.941,79	2.039,10	127.902,69
0366 - Vigilância em Saúde - Exerc. Ant.	138.189,14	4.580,05	133.609,09
0367 - Assist. Farmacêutica Básica - Exerc. Ant.	20.235,44	0,00	20.235,44
0370 - Gestão do SUS - Exerc. Ant.	317,13	0,00	317,13
0371 - Outros Rec. Fundo Nac. de Saúde - Exerc. Ant.	14,35	0,00	14,35
0383 - Oper. Crédito Inter. - Outros Progr. Exerc. Ant.	503,94	0,00	503,94
0389 - Alienações Bens Outros Progr. - Exerc. Ant.	67.270,91	0,00	67.270,91
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	13.468.789,11	2.329.474,67	11.139.314,44
0100 - Recursos Ordinários	13.579.092,62	1.638.366,72	11.940.725,90
0172 - Precatórios	0,00	-210.814,52	210.814,52
0300 - Recursos do Tesouro - Exerc. Ant.	8.556.277,98	138.739,58	8.417.538,40
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	22.135.370,60	1.566.291,78	20.569.078,82
TOTAL (III) = (I + II)	35.604.159,71	3.895.766,45	31.708.393,26

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Gaspar, Data da emissão 6 de Março de 2015 e hora da emissão 10h e 18m

Pedro Celso Zuchi
 Prefeito Municipal

Michael Zimmermann
 Secretário Administração e Finanças

Kate Cristina Müller
 Contadora CRC RS 082476/O-8 T-SC

MUNICÍPIO DE GASPAR**MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral****RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA****BALANÇO ORÇAMENTÁRIO****ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL****JANEIRO A DEZEMBRO 2014 / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas			Saldo
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
		(a)				(a-c)
RECEITAS (Exeto Intra-orçamentárias) (I)	239.844.100,00	239.844.100,00	27.817.789,88	11,60%	152.897.348,38	86.946.751,62
Receitas Correntes	143.460.550,00	143.460.550,00	26.230.809,10	18,28%	142.733.221,46	727.328,54
Receita Tributária	27.998.416,40	27.998.416,40	4.179.675,59	14,93%	26.627.782,21	1.368.634,19
Impostos	21.521.000,00	21.521.000,00	3.298.249,23	15,33%	20.483.092,47	1.037.907,53
Taxas	6.443.316,40	6.443.316,40	881.426,36	13,68%	6.144.284,95	299.031,45
Contribuição de Melhoria	32.100,00	32.100,00	0,00	0,00%	404,79	31.695,21
Receitas de Contribuições	2.116.500,00	2.116.500,00	411.399,30	19,44%	2.117.590,89	-1.090,89
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública.	2.116.500,00	2.116.500,00	411.399,30	19,44%	2.117.590,89	-1.090,89
Receita Patrimonial	2.733.559,44	2.733.559,44	547.203,21	20,02%	2.900.818,84	-167.259,40
Receitas Imobiliárias	37.450,00	37.450,00	7.432,31	19,85%	31.474,42	5.975,58
Receitas de Valores Mobiliários	2.320.809,44	2.320.809,44	539.770,90	23,26%	2.869.344,42	-548.534,98
Compensações Financeiras	375.300,00	375.300,00	0,00	0,00%	0,00	375.300,00
Receita de Serviços	10.813.519,35	10.813.519,35	2.053.620,14	18,99%	11.538.923,62	-725.404,27
Transferências Correntes	90.828.251,80	90.828.251,80	17.988.285,40	19,80%	93.523.277,09	-2.695.025,29
Transferências Intergovernamentais	88.248.125,30	88.248.125,30	17.871.945,65	20,25%	92.765.618,61	-4.517.493,31
Transferências de Instituições Privadas	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00%	0,00	110.000,00
Transferências de Pessoas	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00%	386,70	29.613,30
Transferências de Convênios	2.440.126,50	2.440.126,50	116.339,75	4,77%	757.271,78	1.682.854,72
Outras Receitas Correntes	8.972.303,01	8.972.303,01	1.050.625,46	11,71%	6.024.828,81	2.947.474,20
Multas e Juros de Mora	5.435.935,35	5.435.935,35	654.761,43	12,05%	3.088.410,76	2.347.524,59
Indenizações e Restituições	355.571,80	355.571,80	17.942,08	5,05%	166.745,55	188.826,25
Receita da Dívida Ativa	3.095.017,86	3.095.017,86	296.632,37	9,58%	2.293.569,08	801.448,78
Receitas Diversas	85.778,00	85.778,00	81.289,58	94,77%	476.103,42	-390.325,42
Receitas de Capital	96.383.550,00	96.383.550,00	1.586.980,78	1,65%	10.164.126,92	86.219.423,08
Operações de Crédito	38.288.000,00	38.288.000,00	0,00	0,00%	0,00	38.288.000,00
Operações de Crédito Internas	38.288.000,00	38.288.000,00	0,00	0,00%	0,00	38.288.000,00
Alienação de Bens	95.000,00	95.000,00	0,00	0,00%	0,00	95.000,00
Alienação de Bens Móveis	95.000,00	95.000,00	0,00	0,00%	0,00	95.000,00
Transferências de Capital	58.000.550,00	58.000.550,00	1.586.980,78	2,74%	10.164.126,92	47.836.423,08
Transferências de Convênios	58.000.550,00	58.000.550,00	1.586.980,78	2,74%	10.164.126,92	47.836.423,08
RECEITAS (Intra-orçamentárias) (II)	155.900,00	155.900,00	23.379,99	15,00%	103.494,93	52.405,07

Continua (1/3)



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014 / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação (2/3)

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas			Saldo
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
		(a)				(a-c)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	240.000.000,00	240.000.000,00	27.841.169,87	11,60%	153.000.843,31	86.999.156,69
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	240.000.000,00	240.000.000,00	27.841.169,87	11,60%	153.000.843,31	86.999.156,69
DÉFICIT (VI)					0,00	
TOTAL (VII) = (V + VI)	240.000.000,00	240.000.000,00	27.841.169,87	11,60%	153.000.843,31	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para Créditos Adicionais)					10.658.454,06	
Superávit Financeiro					10.658.454,06	

Despesas	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f) = (d+e)	Despesas Empenhadas		Despesas Executadas		Saldo
				No Bimestre	Até o Bimestre	Liquidadas Até o Bimestre (g)	Inscritas Restos a Pagar Não Proc. (h)	
								(f-(g+h))
DESPESAS (Exceto Intra-orçamentárias) (VIII)	239.844.100,00	16.565.899,96	256.409.999,96	-659.412,95	143.049.520,94	30.131.235,91	4.764.898,54	113.360.479,02
Despesas Correntes	124.356.007,60	11.538.262,37	135.894.269,97	16.067.224,74	123.219.954,51	26.265.893,95	2.080.674,31	12.674.315,46
Pessoal e Encargos Sociais	70.127.641,47	3.949.707,33	74.077.348,80	14.351.764,29	70.554.771,79	14.642.181,69	6.914,48	95,24%
Juros e Encargos da Dívida	466.000,00	-107.000,00	359.000,00	-76.033,56	99.308,34	30.851,61	0,00	27,66%
Outras Despesas Correntes	53.762.366,13	7.895.555,04	61.457.921,17	1.791.494,01	52.565.874,38	11.592.860,65	2.073.759,83	85,53%
Despesas de Capital	115.357.092,40	5.027.637,59	120.384.729,99	-16.726.637,69	19.829.566,43	3.865.341,96	2.684.224,23	16,47%
Investimentos	113.239.092,40	5.600.137,59	118.839.229,99	-16.868.363,14	18.708.240,43	3.585.957,99	2.684.224,23	15,74%
Amortização da Dívida	2.118.000,00	-572.500,00	1.545.500,00	141.725,45	1.121.326,00	279.383,97	0,00	72,55%
RESERVA DE CONTINGENCIA	131.000,00	0,00	131.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
RESERVA DE CONTINGENCIA	131.000,00	0,00	131.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
DESPESAS (Intra-orçamentárias) (IX)	155.900,00	4.340,00	160.240,00	-12.162,28	115.862,43	24.289,56	0,00	72,31%
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	240.000.000,00	16.570.239,96	256.570.239,96	-671.575,23	143.165.383,37	30.155.525,47	4.764.898,54	55,80%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%

Continuação (2/3)



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014 / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação (3/3)

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Despesas	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f) = (d+e)	Despesas Empenhadas		Despesas Executadas				Saldo (f-(g+h))
				No Bimestre	Até o Bimestre	Liquidadas		Inscritas Restos a Pagar Não Proc. (h)	%	
						No Bimestre	Até o Bimestre			
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Divida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	240.000.000,00	16.570.239,96	256.570.239,96	-671.575,23	143.165.383,37	30.155.525,47	138.400.484,83	4.764.898,54	55,80%	113.404.856,59
SUPERÁVIT (XII)								9.835.459,94		
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	240.000.000,00	16.570.239,96	256.570.239,96	-671.575,23	143.165.383,37	30.155.525,47		153.000.843,31		

Recargas Intra-orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Recargas Realizadas				Saldo (a-c)	
			No Bimestre (b)		Até o Bimestre (c)			%
Recargas correntes intra-orçamentárias	155.900,00	155.900,00	23.379,99		15,00%	103.494,93	66,39%	52.405,07
Recarga de Serviços	144.600,47	144.600,47	23.379,99		16,17%	103.494,93	71,57%	41.105,54
Outras Recargas Correntes	11.299,53	11.299,53	0,00		0,00%	0,00	0,00%	11.299,53
Recarga da Dívida Ativa	11.299,53	11.299,53	0,00		0,00%	0,00	0,00%	11.299,53
TOTAL	155.900,00	155.900,00	23.379,99		15,00%	103.494,93	66,39%	52.405,07

Despesas Intra-orçamentárias	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f) = (d+e)	Despesas Empenhadas		Despesas Executadas			Saldo (f-(g+h))	
				No Bimestre	Até o Bimestre	Liquidadas		Restos a Pagar Não Proc. (h)		%
						No Bimestre	Até o Bimestre (g)			
Despesas Correntes	155.900,00	4.340,00	160.240,00	-12.162,28	115.862,43	24.289,56	115.862,43	0,00	72,31%	44.377,51
Outras Despesas Correntes	155.900,00	4.340,00	160.240,00	-12.162,28	115.862,43	24.289,56	115.862,43	0,00	72,31%	44.377,51
TOTAL	155.900,00	4.340,00	160.240,00	-12.162,28	115.862,43	24.289,56	115.862,43	0,00	72,31%	44.377,51

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Gaspar. Data da emissão 6 de Março de 2015 e hora da emissão 10h e 40m

Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal

Michael Zimmermann
Secretário Administração e Finanças

Kate Cristina Müller
Contadora CRC PS 082476/O-8 T-SC

MUNICÍPIO DE GASPAR

MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2014 [Dezembro]

LRF, Art. 48 - Anexo VII

Reais

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total Com Pessoal - Dtp	68.602.722,70	48,06%
Limite Máximo (Incisos I, II e III, Art. 20 Da Lrf)	85.639.932,88	60,00%
Limite Prudencial (§ Único, Art. 22 Da Lrf)	81.357.936,23	57,00%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	-27.407.109,97	-19,20%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	171.279.865,75	120,00%
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total Das Garantias Concedidas	0,00	0,00%
Limite Definido Por Resolução Do Senado Federal 22,00%	31.401.308,72	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações De Crédito Internas E Externas	0,00	0,00%
Operações De Crédito Por Antecipação Da Receita	0,00	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	22.837.315,43	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	9.991.325,50	7,00%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado Nos Demonstrativos Respectivos	4.764.898,54	31.905.141,13

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Gaspar, Data da emissão 6 de Março de 2015 e hora da emissão 10h e 15m

Pedro Celso Zuchi
 Prefeito Municipal

Michael Zimmermann
 Secretário Administração e Finanças

Kate Cristina Müller
 Contadora CRC RS 082476/O-8 T-SC

MUNICÍPIO DE GASPAR

MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

LRF, Art. 48 - Anexo 14

Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No bimestre	Até o bimestre		
RECEITAS					
Previsão Inicial			240.000.000,00		
Previsão Atualizada			240.000.000,00		
Receitas Realizadas		27.841.169,87	153.000.843,31		
Déficit Orçamentário			0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			10.658.454,06		
DESPESAS					
Dotação Inicial			240.000.000,00		
Créditos Adicionais			16.570.239,96		
Dotação Atualizada			256.570.239,96		
Despesas Empenhadas		-671.575,23	143.165.383,37		
Despesas Executadas		30.155.525,47	143.165.383,37		
		30.155.525,47	138.400.484,83		
			4.764.898,54		
Superávit Orçamentário			9.835.459,94		
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		No bimestre	Até o bimestre		
Despesas Empenhadas		-671.575,23	143.165.383,37		
Despesas Executadas		30.155.525,47	143.165.383,37		
Liquidadas		30.155.525,47	138.400.484,83		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			4.764.898,54		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o bimestre			
Receita Corrente Líquida		142.733.221,46			
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No bimestre	Até o bimestre		
Regime Geral de Previdência Social					
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)					
Despesas Previdenciárias Executadas (II)					
Resultado Previdenciário (III) = (I-II)					
Regime Próprio de Previdência dos Servidores					
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)					
Despesas Previdenciárias Executadas (V)					
Resultado Previdenciário (VI) = (IV-V)					
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta fixada no AMF da LDO (a)	Resultado apurado até o bimestre (b)	% em relação à meta (b/a)	
Resultado Nominal		-34.270.000,00	-13.241.845,62	38,64%	
Resultado Primário		-37.914.913,00	8.186.749,86	-21,59%	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					
Executivo		1.424.168,17	3.989,04	1.403.927,55	16.251,58
Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
Executivo		3.659.412,52	234.543,69	3.142.962,10	281.906,73
Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		5.083.580,69	238.532,73	4.546.889,65	298.158,31

Continua (1/2)



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

Continuação (2/2)

LRF, Art. 48 - Anexo 14

Reais

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais		
		% mínimo a aplicar no exercício	% aplicado até o bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	24.113.287,07	25,00%	26,43%	
Liquidadas	24.043.427,00		26,35%	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	69.860,07		0,08%	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remun.do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	16.536.344,96	60,00%	68,77%	
Liquidadas	16.536.344,96		68,77%	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		0,00%	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre	Saldo não realizado		
Receitas de Operações de Crédito		0,00	38.288.000,00	
Despesa de Capital Líquida		19.829.566,43	100.555.163,56	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício 2013	10º Exercício 2022	20º Exercício 2032	35º Exercício 2047
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)				
Despesas Previdenciárias (II)				
Resultado Previdenciário (III = II-I)				
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI = IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IX = VII-VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre	Saldo não realizado		
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	95.000,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	95.000,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais		
		% mínimo a aplicar no exercício	% aplicado até o bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	16.311.986,09	15,00%	18,35%	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente			
Total das Despesas/RCL (%)				0,00%

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Gaspar, Data da emissão 6 de Março de 2015 e hora da emissão 10h e 58m

Pedro Celso Zuchi
 Prefeito Municipal

Michael Zimmermann
 Secretário Administração e Finanças

Kate Cristina Müller
 Contadora CRC RS 082476/O-8 T-SC

MUNICÍPIO DE GASPAR

MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
CONSOLIDAÇÃO GERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / 2014

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II

Reais

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadr.	Até o 2º Quadr.	Até o 3º Quadr.
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	3.508.505,40	7.519.185,76	6.523.837,95	6.070.786,70
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual (=IV)	3.124.077,48	7.134.757,84	6.191.453,31	5.765.405,44
Interna	3.124.077,48	7.134.757,84	6.191.453,31	4.016.628,52
Externa	0,00	0,00	0,00	1.748.776,92
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e Não Pagos	384.427,92	384.427,92	332.384,64	305.381,26
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	21.150.797,48	34.910.772,55	38.745.762,37	33.477.896,67
Disponibilidade de Caixa Bruta	22.517.769,22	34.881.218,86	38.714.001,05	35.604.159,71
Demais Haveres Financeiros	57.196,43	57.896,68	57.512,04	51.970,33
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.424.168,17	28.342,99	25.750,72	2.178.233,37
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-17.642.292,08	-27.391.586,79	-32.221.924,42	-27.407.109,97
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	125.046.883,97	131.451.955,79	136.687.472,50	142.733.221,46
% da DC Sobre a RCL	2,8100 %	5,7200 %	4,7700 %	4,2500 %
% da DCL Sobre a RCL	-14,1100 %	-20,8400 %	-23,5700 %	-19,2000 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	120%	0,00	157.742.346,95	164.024.967,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	108%	0,00	141.968.112,25	147.622.470,30

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadr.	Até o 2º Quadr.	Até o 3º Quadr.
Dívida Contratual (IV = V + VI + VII + VIII)	3.124.077,48	7.134.757,84	6.191.453,31	5.765.405,44
Dívida de PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas (VI)	250.185,30	235.422,86	219.139,56	364.182,03
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	250.185,30	235.422,86	219.139,56	364.182,03
Previdenciárias	250.185,30	235.422,86	219.139,56	364.182,03
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida com Instituição Financeira (VII)	2.873.892,18	2.594.655,30	2.205.719,03	2.038.191,61
Interna	2.873.892,18	2.594.655,30	2.205.719,03	2.038.191,61
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais (VIII)	0,00	4.304.679,68	3.766.594,72	3.363.031,80

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadr.	Até o 2º Quadr.	Até o 3º Quadr.
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos	0,00	0,00	0,00	0,00
RP Não-Processados de Exercícios Anteriores	3.659.412,52	1.294.996,45	554.658,50	5.046.805,27
Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua (1/2)



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
CONSOLIDAÇÃO GERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / 2014

Continuação (2/2)

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II

Reais

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadr.	Até o 2º Quadr.	Até o 3º Quadr.
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (X)	-	-	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos (Regime Previdenciário)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Gaspar, Data da emissão 6 de Março de 2015 e hora da emissão 10h e 09m

Pedro Celso Zuchi
 Prefeito Municipal

Michael Zimmermann
 Secretário Administração e Finanças

Kate Cristina Müller
 Contadora CRC RS 082476/O-8 T-SC

MUNICÍPIO DE GASPAR

MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO / 2014 <>> BIMESTRE NOVEMBRO / DEZEMBRO

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ Reais

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	31/Dez/2013	31/Out/2014	31/Dez/2014
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.508.505,40	6.255.181,23	6.070.786,70
DEDUÇÕES (II)	21.150.797,48	39.395.833,47	33.477.896,67
Disponibilidade de Caixa Bruta	22.517.769,22	39.345.081,47	35.604.159,71
Demais Haveres Financeiros	57.196,43	76.502,72	51.970,33
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.424.168,17	25.750,72	2.178.233,37
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-17.642.292,08	-33.140.652,24	-27.407.109,97
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	250.185,30	3.717.077,56	3.727.213,03
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-17.892.477,38	-36.857.729,80	-31.134.323,00

RESULTADO NOMINAL	Período de Referência	
	No Bimestre	Até o Bimestre
RESULTADO NOMINAL	5.723.406,80	-13.241.845,62

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
------------------------------	-------

Meta de Resultado Nominal Fixada no Anexo de Metas Fiscais para o Exercício de Referência -34.270.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	31/Dez/2013	31/Out/2014	31/Dez/2014
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Gaspar, Data da emissão 6 de Março de 2015 e hora da emissão 10h e 44m

Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal

Michael Zimmermann
Secretário Administração e Finanças

Kate Cristina Müller
Contadora CRC RS 082476/O-8 T-SC

MUNICÍPIO DE GASPAR

MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO / 2014 <<>> BIMESTRE NOVEMBRO / DEZEMBRO

RREO - Anexo 6 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ Reais

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Jan a Dez / 2014	Jan a Dez / 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	141.295.640,56	25.714.418,19	139.967.371,97	123.206.346,16
Receita Tributária	27.996.416,40	4.179.675,59	26.627.782,21	23.265.243,96
IPTU	5.788.700,00	279.681,19	5.703.674,54	5.090.570,77
ISS	11.214.000,00	2.011.408,65	10.392.991,17	8.614.627,06
ITBI	2.680.000,00	561.212,13	2.644.329,37	2.671.508,94
IRRF	1.838.300,00	445.947,26	1.742.097,39	1.522.635,35
Outras Receitas Tributárias	6.475.416,40	881.426,36	6.144.689,74	5.365.901,84
Receita de Contribuições	2.116.500,00	411.399,30	2.117.590,89	1.689.381,26
Receita Previdenciária	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	2.116.500,00	411.399,30	2.117.590,89	1.689.381,26
Receita Patrimonial Líquida	412.750,00	7.432,31	31.474,42	446.634,78
Receita Patrimonial	2.733.559,44	547.203,21	2.900.818,84	2.096.507,52
Aplicações Financeiras (-)	2.320.809,44	539.770,90	2.869.344,42	1.649.872,74
Transferências Correntes	90.828.251,80	17.988.285,40	93.523.277,09	82.662.589,45
FPM	18.660.800,00	4.305.063,45	19.095.055,42	16.363.890,44
ICMS	29.703.200,00	5.716.597,46	30.216.476,08	27.164.197,94
Convênios	2.440.126,50	116.339,75	757.271,78	1.244.184,28
Outras Transferências Correntes	40.024.125,30	7.850.284,74	43.454.473,81	37.890.316,79
Demais Receitas Correntes	19.941.722,36	3.127.625,59	17.667.247,36	15.142.496,71
Dívida Ativa	3.978.367,39	506.041,26	3.348.954,30	1.841.867,77
Diversas Receitas Correntes	15.963.354,97	2.621.584,33	14.318.293,06	13.300.628,94
RECEITAS DE CAPITAL (II)	96.383.550,00	1.586.980,78	10.164.126,92	23.771.226,19
Operações de Crédito (III)	38.288.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	95.000,00	0,00	0,00	107.243,00
Transferências de Capital	58.000.550,00	1.586.980,78	10.164.126,92	23.663.983,19
Convênios	58.000.550,00	1.586.980,78	10.261.865,91	23.663.983,19
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	-97.738,99	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	58.000.550,00	1.586.980,78	10.164.126,92	23.663.983,19
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	199.296.190,56	27.301.398,97	150.131.498,89	146.870.329,35

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS				
		No Bimestre	Jan a Dez / 2014	Inscr. RNP	Jan a Dez / 2013	Inscr. RNP
DESPESAS CORRENTES (VIII)	136.054.509,97	26.290.183,51	121.255.142,63	2.080.674,31	105.586.752,14	923.123,02
Pessoal e Encargos Sociais	74.077.348,80	14.642.181,69	70.547.857,31	6.914,48	62.959.971,66	6.533,55
Juros e Encargos da Dívida (IX)	359.000,00	30.851,61	99.308,34	0,00	164.562,12	0,00
Outras de Despesas Correntes	61.618.161,17	11.617.150,21	50.607.976,98	2.073.759,83	42.462.218,36	916.589,47
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	135.695.509,97	26.259.331,90	121.155.834,29	2.080.674,31	105.422.190,02	923.123,02
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	120.384.729,99	3.865.341,96	17.145.342,20	2.684.224,23	34.493.540,37	2.542.018,09
Investimentos	118.839.229,99	3.585.957,99	16.024.016,20	2.684.224,23	33.485.260,00	2.542.018,09
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.545.500,00	279.383,97	1.121.326,00	0,00	1.008.280,37	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	118.839.229,99	3.585.957,99	16.024.016,20	2.684.224,23	33.485.260,00	2.542.018,09
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	131.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	254.665.739,96	29.845.289,89	137.179.850,49	4.764.898,54	138.907.450,02	3.465.141,11

Continua (1/2)



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Continuação (2/2)

JANEIRO A DEZEMBRO / 2014 <<>> BIMESTRE NOVEMBRO / DEZEMBRO

RREO - Anexo 6 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ Reais

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS				
		No Bimestre	Jan a Dez / 2014	Inscr. RNP	Jan a Dez / 2013	Inscr. RNP
RESULTADO PRIMÁRIO (VII + XVIII)	-55.369.549,40	-2.543.890,92		8.186.749,86		4.497.738,22
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				10.658.454,06		8.265.874,04

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
------------------------------	----------------

Meta de Resultado Primário Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o Exercício de Referência

-37.914.913,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Gaspar, Data da emissão 6 de Março de 2015 e hora da emissão 10h e 46m

Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal

Michael Zimmermann
Secretário Administração e Finanças

Kate Cristina Müller
Contadora CRC RS 082476/O-8 T-SC

MUNICÍPIO DE GASPAR



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO / 2014 A DEZEMBRO / 2014

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
		Jan/14	Fev/14	Mar/14	Abr/14	Mai/14	Jun/14	Jul/14	Ago/14	Sep/14	Out/14	Nov/14	Dez/14		
RECEITAS CORRENTES (I)		12.054.323,63	12.737.382,63	14.820.204,16	12.690.508,32	12.449.590,13	12.016.951,61	11.922.205,71	13.402.788,51	12.759.556,48	12.657.789,12	13.483.787,88	15.174.879,52	157.032.430,00	
Receita Tributária		1.479.773,13	2.116.051,32	4.987.145,59	2.199.742,87	1.750.552,98	1.934.124,42	1.863.450,52	2.382.765,73	2.006.357,85	1.728.142,81	1.870.121,13	2.309.554,46	26.627.782,21	
IPTU		138.000,14	725.880,16	3.457.032,17	77.555,97	259.892,47	91.980,56	267.302,19	86.162,57	255.518,36	64.668,76	183.144,37	96.536,82	5.788.700,00	
ISS		776.915,72	706.338,57	838.274,77	939.802,65	744.053,66	730.075,43	810.851,81	1.171.435,40	801.909,46	861.922,05	832.400,52	1.179.008,13	11.214.000,00	
ITBI		208.382,17	160.099,96	96.518,46	209.456,57	177.934,50	314.682,09	176.428,79	192.757,89	321.992,23	224.884,58	306.187,86	255.024,27	2.644.329,37	
IRRF		92.168,86	157.424,56	114.544,04	106.767,26	55.014,56	263.380,30	138.933,70	164.124,67	85.289,69	118.522,49	113.387,87	332.559,39	1.838.300,00	
Outras Receitas Tributárias		264.326,24	366.308,07	480.776,15	866.160,42	513.657,19	534.003,04	469.834,03	768.285,20	541.688,11	458.144,93	435.000,51	446.425,85	6.144.689,74	
Receita de Contribuições		166.698,66	161.185,28	171.016,94	181.459,27	175.134,10	169.226,99	163.884,51	164.910,78	161.326,74	191.348,32	205.965,59	205.433,71	2.117.590,89	
Receita Patrimonial		186.606,72	239.649,24	207.035,10	118.121,63	249.169,54	242.808,14	263.825,73	253.572,78	304.064,66	288.762,09	277.624,69	269.576,52	2.930.559,44	
Receita de Serviços		725.272,73	837.725,56	1.058.359,76	964.299,55	974.837,01	945.345,39	1.039.408,72	953.269,69	985.526,16	1.007.258,91	982.395,94	1.091.224,20	11.538.923,62	
Transferências Correntes		8.993.511,47	8.662.856,94	8.079.398,03	8.894.977,20	8.839.780,54	8.275.846,52	8.084.298,87	9.043.990,70	8.739.295,97	8.929.823,39	9.814.008,81	10.602.134,89	106.959.023,33	
Cota-Parte do FPM		2.379.325,46	2.540.771,59	1.507.173,15	1.720.184,40	2.292.357,23	1.719.119,96	1.476.506,52	1.793.704,22	1.572.331,72	1.486.015,41	1.966.931,40	3.163.624,29	23.326.000,00	
Cota-Parte do ICMS		3.154.800,86	3.049.546,91	3.045.950,30	2.968.294,94	3.017.249,26	3.061.073,05	2.844.608,96	2.994.307,33	3.199.907,02	3.299.108,56	3.639.807,04	3.505.939,52	37.129.000,00	
Cota-Parte do IPVA		252.850,25	367.254,40	498.391,46	683.977,64	452.066,62	584.780,91	663.394,59	594.594,44	625.890,05	592.752,39	403.707,30	305.576,03	6.420.000,00	
Cota-Parte do ITR		342,82	323,64	38,02	26,66	151,24	21,68	24,56	40,42	1.124,70	6.379,24	420,74	66,22	8.959,94	
Transferências da LC 87/1986		13.332,57	13.332,57	0,00	13.332,57	13.332,57	13.332,57	13.332,57	13.332,57	13.332,57	13.332,57	13.332,57	26.665,14	203.300,00	
Transferências da LC 61/1989		50.453,76	42.715,39	41.738,43	45.413,11	49.394,18	47.045,34	48.330,22	49.817,77	46.881,09	50.205,72	57.651,13	56.884,89	716.900,00	
Transferências do FUNDEB		2.057.951,50	2.008.496,60	1.854.010,76	1.868.028,30	2.042.520,53	1.932.904,95	1.789.810,01	1.990.188,00	1.876.195,50	2.041.370,29	2.398.344,68	2.117.452,94	22.481.750,00	
Outras Transferências Correntes		1.084.954,25	640.415,84	1.132.095,91	1.595.719,58	972.708,91	917.560,06	1.248.291,44	1.628.005,95	1.400.633,32	1.440.659,21	1.333.813,95	1.425.925,86	14.058.981,80	
Outras Receitas Correntes		502.960,92	719.914,29	317.248,74	331.907,80	460.116,56	449.600,15	507.337,36	604.278,83	562.985,10	518.453,60	383.671,72	696.953,74	8.972.303,01	
DEDUÇÕES (II)		1.170.482,02	1.203.058,52	1.018.370,62	1.086.265,94	1.164.879,77	1.084.942,73	1.009.255,40	1.085.198,09	1.092.749,70	1.092.695,15	1.216.675,71	1.211.182,59	13.571.880,00	
Contribuição para Plano de Seguridade Social do Servidor															
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB		1.170.482,02	1.203.058,52	1.018.370,62	1.086.265,94	1.164.879,77	1.084.942,73	1.009.255,40	1.085.198,09	1.092.749,70	1.092.695,15	1.216.675,71	1.211.182,59	13.571.880,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		10.883.841,61	11.534.324,11	13.801.833,54	11.604.242,38	11.284.710,36	10.912.950,31	9.912.950,42	12.317.590,42	11.665.806,78	11.565.103,97	12.267.112,17	13.963.696,93	143.460.550,00	

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Gaspar, Data da emissão 6 de Março de 2015 e hora da emissão 10h e 43m

Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal

Michael Zimmermann
Secretário Administração e Finanças

Kate Cristina Müller
Contadora CRC RS 082476/O-8 T-SC

MUNICÍPIO DE GASPAR

MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
CONSOLIDAÇÃO GERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / 2014

LRF, Art. 55, inciso III, alínea "b" - Anexo VI

Reais

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				Disponibilidade de Caixa Líquida (antes da inscrição em restos a pagar não processados do exercício)	Empenhos Não Liquidados Cancelados (inscritos por insuficiência financeira)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
0101 - Receitas Imp. e Transf. de Imp. - Educação	0,00	226.728,61	0,00	68.583,17	385.281,43	0,00
0102 - Receitas Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	7.921,60	365.032,68	29.415,00	294.622,03	488.774,13	0,00
0116 - Contr. de Interv. do Domínio Econômico - CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	4.112,31	0,00
0117 - Contr. p/ Custeio Serv. Ilum. Pública - COSIP	0,00	348.536,87	0,00	1.212,80	127.046,54	0,00
0118 - Transf. do Fundeb/Fundef - Profis./Magist.	0,00	222.087,99	0,00	0,00	276.336,88	0,00
0119 - Transf. do Fundeb/Fundef - Outr/Desp.Ed.Bas.	0,00	94.083,74	0,00	0,00	1.950,62	0,00
0122 - Transferências de Convênios - Educação	0,00	0,00	0,00	72.642,75	306.324,51	0,00
0123 - Transferências de Convênios - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	279.716,01	0,00
0124 - Transferências de Convênios - Outros	12.967,44	129.908,80	7.206,50	130.461,76	2.174.099,29	0,00
0144 - Fundo Especial do Petróleo	0,00	269,78	0,00	47.880,00	135.458,66	0,00
0145 - Outr. Transf. Decor. Comp. Fianc. Expl. Recur. Nat	0,00	0,00	0,00	42.274,60	257.233,16	0,00
0149 - Progr. Pessoa Port. de Deficiência Física - PPD	0,00	0,00	0,00	0,00	21.629,96	0,00
0152 - Outras Transf. de Rec.p/ Fundo Assistencia Social	0,00	3.669,65	0,00	3.723,25	144.235,70	0,00
0153 - Transferência de Convênios - Assistência Social	0,00	1.521,99	0,00	42.540,17	163.747,38	0,00
0154 - Convênio Trânsito - Militar	0,00	764,93	0,00	16.825,46	116.653,12	0,00
0155 - Convênio Trânsito - Civil	0,00	485,85	0,00	5.283,70	179.314,35	0,00
0156 - Convênio Trânsito - Prefeitura	0,00	4.258,63	0,00	52.900,95	334.221,50	0,00
0158 - Salário Educação	0,00	754,80	0,00	648.491,67	1.404.313,93	0,00
0160 - Progr. Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	0,00	5.551,33	0,00	1.933,43	45.363,14	0,00
0161 - Progr. Nac. Apoio Transporte Escolar - PNATE	0,00	856,57	0,00	0,00	1.175,36	0,00
0162 - Outros Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	177.088,39	0,00
0163 - Bolsa Família	0,00	174,39	0,00	50,40	34.295,00	0,00
0164 - Atenção Básica	4.063,80	23.702,12	0,00	105.386,27	402.816,76	0,00
0165 - Atenção de Média e Alta Complexidade - MAC	0,00	19.956,18	0,00	55.038,50	243.111,89	0,00
0166 - Vigilância em Saúde	0,00	6.435,88	0,00	8.654,20	169.489,83	0,00
0167 - Assistência Farmacêutica Básica	0,00	40.403,01	0,00	24.796,95	40.591,77	0,00
0170 - Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	240,71	0,00
0171 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	26.328,35	0,00
0183 - Operações de Credito Internas - Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	32,57	0,00
0189 - Alienações Bens Dest. a Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	20.062,95	0,00
0301 - Rec.Imp. e Transf. de Imp. - Educação - Exerc. Ant	0,00	0,00	0,00	0,00	38.293,62	0,00
0302 - Rec.Imp. e Transf. Impostos - Saúde Exerc. Anter.	0,00	0,00	0,00	87.350,21	-70.785,33	0,00
0316 - Contr. Interv. Domínio Econ. - CIDE - Exerc. Anter	0,00	0,00	0,00	0,00	1.877,10	0,00
0317 - Contr. Cust. Ilum. Pública - COSIP - Exerc. Anter.	0,00	0,00	0,00	0,00	1.605,46	0,00
0322 - Recursos do Tesouro - Exerc. Ant. - Conv. Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	114.630,24	0,00
0323 - Transferências de Convênios - Saúde Exerc. Anter.	0,00	493,41	0,00	22.711,09	143.018,25	0,00
0324 - Transferências de Convênios - Outros Exerc. Anter.	0,00	0,00	0,00	0,00	19.913,47	0,00
0344 - Fundo Especial do Petróleo - Exerc. Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	2.400,61	0,00



MUNICÍPIO DE GASPAR - Consolidação Geral
CONSOLIDAÇÃO GERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / 2014

Continuação (2/2)

LRF, Art. 55, inciso III, alínea "b" - Anexo VI

Reais

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				Disponibilidade de Caixa Líquida (antes da inscrição em restos a pagar não processados do exercício)	Empenhos Não Liquidados Cancelados (inscritos por insuficiência financeira)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
0345 - Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	1.462,54	0,00
0346 - Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA	0,00	0,00	0,00	0,00	183,91	0,00
0347 - Apoio a Pessoa Idosa - API - Exerc. Anter.	0,00	0,00	0,00	0,00	22.031,94	0,00
0349 - Progr. Pessoa Port. Defic. Física - Exerc. Anter.	0,00	0,00	0,00	0,00	43.289,69	0,00
0352 - Outras Transf. Recursos do FNAS - Exerc. Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	70,69	0,00
0353 - Transf. Convênio - Assist. Social - Exerc. Ant.	0,00	0,00	0,00	21.794,00	38.738,75	0,00
0354 - Convênio Trânsito - Militar - Exerc. Ant.	0,00	0,00	0,00	3.107,04	49.230,51	0,00
0355 - Convênio Trânsito - Civil - Exerc. Ant.	0,00	0,00	0,00	7.106,13	1.714.651,84	0,00
0356 - Convênio Trânsito - Prefeitura - Exerc. Anter.	0,00	0,00	0,00	1.308,00	1.308,00	0,00
0358 - Salário Educação - Exerc. Anter.	0,00	0,00	0,00	8.672,25	358.356,94	0,00
0360 - Progr. Nac.de Alimentação Esc.- PNAE Exerc. Anter.	0,00	0,00	0,00	0,00	4.348,25	0,00
0363 - Bolsa Família - Exerc. Ant.	0,00	0,00	0,00	14.252,98	27.224,36	0,00
0364 - Atenção Básica - Exerc. Ant.	0,00	19,20	0,00	9.112,67	316.563,85	0,00
0365 - Atenção de Média/Alta Comp. Ambul./Hospit. Ex.Ant.	60,00	1.979,10	0,00	8.300,10	127.902,69	0,00
0366 - Vigilância em Saúde - Exerc. Ant.	0,00	4.580,05	0,00	11.812,97	133.609,09	0,00
0367 - Assist. Farmacêutica Básica - Exerc. Ant.	0,00	0,00	0,00	4.138,00	20.235,44	0,00
0370 - Gestão do SUS - Exerc. Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	317,13	0,00
0371 - Outros Rec. Fundo Nac. de Saúde - Exerc. Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	14,35	0,00
0383 - Oper. Crédito Inter. - Outros Progr. Exrc. Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	503,94	0,00
0389 - Alienações Bens Outros Progr. - Exerc. Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	67.270,91	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	25.012,84	1.502.255,56	36.621,50	1.822.967,50	11.139.314,44	0,00
0100 - Recursos Ordinários	4.206,18	554.632,98	232.317,79	2.277.187,09	12.137.473,77	0,00
0172 - Precatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	210.814,52	0,00
0300 - Recursos do Tesouro - Exerc. Ant.	0,00	115.209,84	0,00	664.743,95	8.417.538,40	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	4.206,18	669.842,82	232.317,79	2.941.931,04	20.765.826,69	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	29.219,02	2.172.098,38	268.939,29	4.764.898,54	31.905.141,13	0,00

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Gaspar, Data da emissão 6 de Março de 2015 e hora da emissão 10h e 14m

Pedro Celso Zuchi
 Prefeito Municipal

Michael Zimmermann
 Secretário Administração e Finanças

Kate Cristina Müller
 Contadora CRC RS 082476/O-8 T-SC

Grão Pará

PREFEITURA

PORTARIA N 101-2015-C. MUN. EDUCAÇÃO

PORTARIA N.101 /2015
DE 03 DE MARÇO DE 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei Municipal nº 883, de 07 de outubro de 1997, com as alterações da Lei Municipal nº 1.093, de 25 de setembro de 2001, e Lei Municipal nº 1.318, de 1º de julho de 2004.

RESOLVE

Art. 1º - Nomear os membros integrantes do Conselho Municipal de Educação para o biênio 2015/2016, ficando assim constituído:

Representantes da Associação Grãoparaense de Desenvolvimento Social -AGRADES

Titular: Emir Müller Bratti

Suplente: Rosilda Perin Böger

Representantes da Associação de Pais e Professores - A.P.P. da Rede Estadual de Ensino

Titular: Clécia Ponciano Bonin

Suplente: Márcia Borghesan Bagio

Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Titular: Edinara Hereck Bussolo

Suplente: Jane Bonin

Representantes da Rede Municipal de Educação

Titular: Neide Leal Weber

Suplente: Juliana Miriam Macieski Kafka

Representante da Câmara de Dirigentes Logistas - CDL

Titular: Reginaldo Cechetto

Representantes da Associação de Pais e Professores - A.P.P. da Rede Municipal de Ensino

Titular: Fabiano Guizoni Kafka

Suplente: Alcione Maira Furtado

Representante da Câmara Municipal de Vereadores

Titular: Dulcilene Wessler Guizoni Dacorégio

Representante da Educação Especial

Titular: Rosinete Michels Dacorégio Perin

Representantes da Rede Estadual de Ensino

Titular: Aleçandra Michels Junkes Schmidt

Suplente: Vanderlene Ballmann Heinzen

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
03 de março de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 03 de março de 2015.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA N 102-2015-INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL FUNDEB

PORTARIA N.102/2015

DE 03 DE MARÇO DE 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei Municipal n. 1.459/2007, de 24 de abril de 2007, e alterações posteriores,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear os membros integrantes do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, para o biênio 2015/2016, ficando assim constituído:

Representantes do Conselho Municipal de Educação - CME

Titular: Rosinete Michels Dacorégio Perin

Suplente: Emir Müller Bratti

Representantes dos Diretores das Escolas Básicas Públicas

Titular: Neide Leal Weber

Suplente: Juliana Miriam Macieski Kafka

Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública

Titular: Rosimere Crozeta Machado Del Canale

Suplente: Maximiano da Silva Leandro

Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública - Indicado pela Entidade de Estudantes Secundaristas

Titular: Debora Daiane Micarone Torres Alves de Oliveira

Suplente: Mayany Rubia Micarone de Sá

Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica

Titular: Aleçandra Michels Junkes Schmidt

Titular: Fabiano Guizoni Kafka

Suplente: Vanderlene Ballmann Heinzen

Suplente: Alcione Maira Furtado

Representantes do Poder Executivo Municipal

Titular: Valmir Jacinto Ballmann

Suplente: Osmar Luiz Dacorégio

Representantes do Poder Executivo Municipal - Secretaria Municipal de Educação ou Órgão Educacional equivalente

Titular: Edinara Hereck Bussolo

Suplente: Jane Bonin

Representantes da Educação Básica Pública

Titular: Odícia Galvani Pickler

Suplente: Fátima Alberton

Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Básicas Públicas

Titular: Sandra Aparecida Dacorégio Weber Blasius

Suplente: Patrícia Heidemann Inácio

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
03 de março de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 03 de março de 2015

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Secretaria da Administração e Fazenda

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATO AD 04.15 CONTRATO 52.2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : Ad 04/2015 - Contrato Nº: 52/2013
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA
Contratada...: Techinfo Informática Ltda Me
Valor : 980,00 (novecentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 10/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2013
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE DE SERVIÇO DE INTERNET BANDA LARGA CAPACIDADE MINIMA DE 02 MEGA BYTE, LINK DEDICADO FULL COM 100% DE GARANTIA DE BANDA E 01 FIXO IP FIXO DESTINADO A UNIDADE DE SAÚDE DA LINHA OURO VERDE INTERIOR DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC

EXTRATO ADITIVO 01.2015 CONTRATO 27.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : Ad 01/2015 - Contrato Nº: 27/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
Contratada...: UNIMEV/SC COOPERATIVA DE MÉDICOS VETERINÁRIOS
Valor : 27.416,28 (vinte e sete mil quatrocentos e dezesseis reais e vinte e oito centavos)
Vigência : Início: 10/03/2015 Término: 11/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSPEÇÃO NAS AGROINDÚSTRIAS DO MUNICÍPIO CONFORME LEI 2531/2013, TENDO CARGA HORÁRIA DE 48 HORAS MENSAIS, ATENDENDO AO SERVIÇO DE INSPEÇÃO ESTADUAL (SIE).

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 16.15 AQUISIÇÃO DE SERVIDOR E NOBREAK

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº16/2015.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Saúde, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 25/15, Edital de Pregão Nº 16/15, Objeto: Aquisição de SERVIDOR E NOBREAK instalados na Secretaria Municipal de Saúde; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 23/03/15; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 23/03/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba - SC, maiores informações, pelo telefone:

0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 10 de março 2015.
SIRLEI MARIA SCALCO CERETTA,
Ordenadora do FMS

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 37.15 MÃO DE OBRA DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REFORMAS DE RUAS COM PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº37/2015.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 43/15, Edital de Pregão Presencial Nº 37/15, Objeto: Aquisição de MÃO DE OBRA DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REFORMAS DE RUAS PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES; recebimento de propostas até às 08:00 horas do dia 23/03/15; a abertura do Edital será às 08:00 horas do dia 23/03/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba - SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 10 de março 2015.
Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 38.15 AQUISIÇÃO DE LIVROS PROJETO DE MÚSICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº38/2015.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 44/15, Edital de Pregão Presencial Nº 38/15, Objeto: Aquisição de LIVROS PROJETO DE MÚSICA COM CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 23/03/15; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 23/03/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba - SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 10 de março 2015.
Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Guaramirim**PREFEITURA****EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO PMAT N.º10743490000001-73**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO PMAT N.º10743490000001-73

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM-SC
CONTRATANTE: MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
CONTRATADO: CAIXA ECNÔMICA FEDERAL

OBJETO: A CAIXA concede e a CREDITADA aceita um Financiamento no valor de R\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais) que será restituído nas épocas próprias e nas condições fixadas neste Título, mediante pagamento na Agencia originaria da operação ou onde a CAIXA indicar, observadas as condições firmadas nesta Cédula de Credito Bancário.

O empréstimo concedido pela CAIXA é lastreado em recursos do BNDES, equivalente a até 90,00% do valor do investimento de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), nas condições estabelecidas no PMAT – Programa de Modernização da Administração Tributaria e de Gestão dos Setores Sociais Básicos.

A CREDITADA do presente financiamento encontra-se devidamente autorizada, quanto a sua capacidade de endividamento, conforme Ofício STN Nº 4744/2014COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 24/11/2014,

PREÇO: O valor total acertado é de R\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais)

PRAZO: O presente convenio, será da data de sua assinatura ate o dia 16.01.2023.

DATA: 10.03.2015

SIGNATÁRIOS: Lauro Frohlich pelo Município de Guaramirim e CAIXA ECNÔMICA FEDERAL pela contratada.

CÂMARA MUNICIPAL**HOMOLOGAÇÃO****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Tendo analisado o julgamento da Tomada de Preços nº 002/2015, efetuado pela Comissão Interna de Licitação Aurélio Tadeu Tomaselli (Presidente), Ady Esterlita Persuhn Denker (Membro), Irineu José Veiga (Membro), bem como examinados os documentos referentes a habilitação e propostas técnicas e de preço apresentadas, constatei regularidade no procedimento licitatório, tanto no que se refere ao julgamento quanto na decisão apresentada adjudicando o objeto licitado à empresa:

ClicZoom Propaganda e Publicidade Ltda, cujo valor é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Isto posto, HOMOLOGO a ata de julgamento do Processo Licitatório nº 002/2015, determinando que seja dado ciência ao participante.

Guaramirim/SC, 03 de Março de 2015.

Evaldo João Junckes
Presidente

Guarujá do Sul**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO - FMS 11 E 12 / FMAS 07 E 08**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 07/2015

PROCESSO LICITATORIO Nº.15/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

CONTRATADO: COMERCIO DE ARTIGOS DE INFORMATICA IRA-CEMINHA LTDA

OBJETO: Aquisição de Ar Condicionado tipo split para serem utilizados no Fundo Municipal de Saúde e no Fundo Municipal de Assistência Social do município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 2.050,00

VIGENCIA: 30/05/2015

Guarujá do Sul, SC, 10 de março de 2015.

Adelise de Oliveira,
Gestora do FMAS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 08/2015

PROCESSO LICITATORIO Nº.15/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

CONTRATADO: MARIA CIRLEI DA VEIGA ME

OBJETO: Aquisição de Ar Condicionado tipo split para serem utilizados no Fundo Municipal de Saúde e no Fundo Municipal de Assistência Social do município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 2.650,00

VIGENCIA: 30/05/2015

Guarujá do Sul, SC, 10 de março de 2015.

Adelise de Oliveira,
Gestora do FMAS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 11/2015

PROCESSO LICITATORIO Nº.15/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

CONTRATADO: COMERCIO DE ARTIGOS DE INFORMATICA IRA-CEMINHA LTDA

OBJETO: Aquisição de Ar Condicionado tipo split para serem utilizados no Fundo Municipal de Saúde e no Fundo Municipal de Assistência Social do município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 4.100,00

VIGENCIA: 30/05/2015

Guarujá do Sul, SC, 10 de março de 2015.

Vera Lurdes Segat,
Secretária Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 12/2015
PROCESSO LICITATORIO Nº.15/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº.
09/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
CONTRATADO: MARIA CIRLEI DA VEIGA ME
OBJETO: Aquisição de Ar Condicionado tipo split para serem utilizados no Fundo Municipal de Saúde e no Fundo Municipal de Assistência Social do município de Guarujá do Sul.
VALOR TOTAL: R\$ 19.875,00
VIGENCIA: 30/05/2015
Guarujá do Sul, SC, 10 de março de 2015.
Vera Lurdes Segat,
Secretária Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO Nº 117 - PAULA ANDRESSA K. CASTELO BRANCO CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D´OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

Resolve:

Art. 1º Convocar a Senhora PAULA ANDRESSA KVIECZINKI CASTELO BRANCO, brasileira, inscrita no CPF sob o nº006.661.529-18, reclassificada em 117º. Lugar no Processo Seletivo nº 001/2013/SMECE, homologado pelo Decreto Municipal nº 3248/2014, para o Cargo de Professor de Educação Infantil - Habilitado, para assumir 40hs no período Matutino/Vespertino no CMEI Valdete Souza Nodari, em substituição a professora Rosemari Aparecida Danielli Hack no período de 09 de março a 07 de abril de 2015 ou enquanto perdurar seu afastamento.

. 2º A convocada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d´Oeste para manifestar-se sobre a vaga.

Art. 3º A posse do aprovado, ora convocado, realizar-se-á a medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Prefeitura Municipal de Herval d´Oeste (SC) em 06 de março de 2015.

Lourdes Ferreira Brandão

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Ciente em ____/____/____

PAULA ANDRESSA K. CASTELO BRANCO

PORTARIA Nº 396/2015

PORTARIA Nº 396/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d´Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão por Nova Habilitação Profissional, à Servidora SIRLANDA MARIA RODRIGUES PASINATO (Matr. 2572), nascida aos 27/01/1979, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 6, Referência "E", do anexo XI, da LC 316/2013, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível - 10, Referência "A", do anexo XI, da LC 316/2013, a contar de 09 de março de 2015, tendo em vista a Conclusão do Curso de Pós-Graduação em nível de Mestrado, com fulcro no art. 33, da Lei Complementar 316/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d´Oeste - (SC), em 09 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 397/2015

PORTARIA Nº 397/2015

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE,

AVERBAR O TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO, do Servidor JOÃO OLIVIO NEVES DOS SANTOS (matr. 197), ocupante do cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de Técnico de Edificações e Manutenção, Nível - 5, Referência - "H", conforme Certidão nº 20022040.1.00022/14-6 de 21/05/2014, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, referente aos períodos de 24/04/1974 a 30/09/1975, de 21/10/1975 a 28/10/1975, de 22/12/1975 a 11/03/1976, de 04/06/1976 a 30/09/1976, de 06/11/1976 a 06/11/1978, de 10/11/1980 a 19/08/1985, de 18/11/1985 a 03/06/1986, de 04/07/1986 a 10/07/1986, de 11/07/1986 a 16/07/1986, de 01/10/1986 a 31/08/1987, de 08/09/1987 a 07/06/1989, de 12/06/1989 a 19/10/1989 (totalizando 12 anos, 04 meses e 20 dias); aos períodos de 16/04/1990 a 10/03/2015, (totalizando 24 anos e 11 meses e 05 dias), conforme Certidão nº 134 de 10/03/2015, expedida pela Prefeitura de Herval d' Oeste; perfazendo para fins de aposentadoria, um cômputo geral de efetivo tempo de contribuição de 37 anos, 03 meses e 20 dias.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 09 de março de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito de Herval d' Oeste

PORTARIA Nº 398/2015

PORTARIA Nº 398/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora ROZEMARI APARECIDA DANIELI HACK (Matr. 590), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 6, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo XI da LC Nº 316/2013, referente ao período aquisitivo compreendido entre 31 de janeiro de 2014 e 30 de janeiro de 2015, para serem gozadas a partir de 10 de março de 2015 a 08 de abril de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Março de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 399/2015

PORTARIA Nº 399/ 2015

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

CONCEDER Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição - Comum ao Servidor Público Municipal JOÃO OLIVIO NEVES DOS SANTOS e DECLARAR a vacância do cargo ocupado, o qual exercia as funções inerentes ao cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Edificações e Manutenção do Quadro Geral de Carreira deste Município, Matrícula nº 197, Nível 5, Referência "H", 40 horas semanais, com fundamento nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005, a partir de 11 de março de 2015.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste (SC), 10 de março de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito de Herval d' Oeste

PORTARIA Nº 400/2015

PORTARIA Nº 400/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora VANESSA ELIZA MAZIERO (Matr. 4107), para exercer a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo XI da LC nº 316/2013, turno vespertino, Educação Infantil, junto ao CMEI Valdete Souza Nodari, em substituição à servidora Rozemari Aparecida Danieli Hack, a partir de 10 de março de 2015, até o retorno do servidor efetivo, limitado ao término do ano letivo de 2015, reclassificada em 123º lugar pelo Processo Seletivo nº 001/2013/SMECE/HO, de 11 de dezembro de 2013, homologado em 05 de fevereiro de 2014, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Março de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

DECRETO Nº 2764/2015

DECRETO Nº 2764 DE 05 DE MARÇO DE 2015.

INSTITUI O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IBIAM E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIAM, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Ibiam,

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir o Fórum Municipal de Educação, que tem por finalidade realizar a Conferência Municipal de Educação de Ibiam, para elaborar, acompanhar e avaliar o Plano Municipal de Educação, bem como, a implementação de suas deliberações e promover as articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum Estadual e Nacional de Educação.

Parágrafo único - O Fórum Municipal de Educação é um órgão permanente, constituído por representantes de órgão e entidades públicas governamentais e não governamentais e da sociedade civil, com atuação e abrangência no município de Ibiam.

Art. 2º. Compete ao Fórum Municipal de Educação, devidamente assessorado pela Comissão Executiva do PME, nomeado por portaria específica:

I - Participar do processo de concepção, implementação e avaliação da política municipal de educação;

II - Acompanhar, junto a Câmara Municipal, a tramitação de projetos de leis referentes à política municipal de educação, em especial a de projetos de leis dos planos decenais de educação definidos no artigo 214 da Constituição Federal, com alterações da Emenda à Constituição 59/2009;

III - Elaborar seu Regimento Interno e aprovar "ad referendum" o Regimento Interno da conferência municipal de educação;

IV - Zelar para que o fórum e a conferência de educação do Município estejam articulados à Conferência Nacional de Educação;

V - Planejar e coordenar a realização da conferência municipal de educação, bem como divulgar as suas deliberações;

VI - Colaborar na elaboração do Plano Municipal de Educação, no acompanhamento de sua implementação e na avaliação de seus processos e resultados;

VII - Convocar, planejar e coordenar a realização da Conferência Municipal de Educação e mobilizar escolas e sociedade civil no que couber, em relação à Conferência Municipal de Educação;

VIII - Oferecer suporte técnico para organização e realização da Conferência Municipal de Educação;

IX - Acompanhar indicadores educacionais, articulando-se com observatórios de monitoramento de indicadores disponíveis;

X - Planejar e organizar espaços de debates sobre as políticas de educação;

XI - Coordenar a discussão e sistematizar as contribuições sobre temáticas relevantes à educação por ocasião de reuniões do fórum, sessões especiais e outros eventos;

XII - Contribuir na organização da Conferência Municipal e na elaboração do Plano Municipal de Educação;

XIII - Acompanhar e avaliar a implementação das deliberações da Conferência Municipal de Educação;

XIV - Realizar outras ações pertinentes.

Art. 3º. O Fórum terá acesso às informações e estatísticas educacionais, necessárias para o bom desempenho de seu trabalho.

Art. 4º. O Fórum Municipal de Educação será integrado pelas

seguintes representatividades:

a) Secretaria Municipal de Educação - SEMED:

- Secretário(a) Municipal de Educação;

- Diretores Escolares da Rede Municipal de Ensino;

- Secretária Escolar do CEM Eliziane Titon;

- Orientadora Educacional;

- Supervisora Escolar;

b) Câmara Municipal de Vereadores:

- Representante da Câmara Municipal;

c) Conselho Municipal de Educação:

- Três conselheiros titulares do COMED.

d) Conselho Municipal do FUNDEB:

- Três conselheiros titulares.

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar:

- Três membros titulares do CAE.

f) Representantes da Escola de Educação Básica Heriberto Hulse

- Três membros da equipe diretiva.

g) Associações de Pais e Mestre - APPs:

- Nomeação de três pais de alunos de cada APP (Rede Municipal e Rede Estadual)

h) Representante dos profissionais da educação:

- Nomeação de dois representantes de cada nível de escolaridade ofertado, da Rede Municipal e Estadual de Ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio).

i) Educação Especial:

- Dois pais de aluno.

j) Conselho Tutelar:

- Todos os conselheiros ativos.

k) Ensino Superior:

- Dois representantes dos alunos universitários.

l) Ensino Técnico Profissionalizante:

- Dois representantes dos alunos do ensino técnico.

m) Secretaria Municipal da Saúde:

- Um representante de coordenação dos programas de saúde da família;

- Dois representantes dos agentes de saúde.

n) Secretaria Municipal de Assistência Social:

- Dois representantes.

o) Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

- Um representante

p) (outros).

§ 1º - Demais órgãos ou entidades interessadas em participar, poderão inscrever-se, de acordo com as normas constantes no Regimento Interno.

§ 2º - Os alunos da Educação Básica, por serem menor de idade, serão convidados a fazer parte do fórum, através de mobilização a ser coordenada pela equipe de planejamento e coordenação do PME, na quantidade e representatividade a ser definida pela mesma.

Art. 5º. Os representantes de que trata o art. 4º deste Decreto, serão indicados pelos dirigentes/responsáveis dos órgãos, entidades e representatividades a que pertencem e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º. Os representantes de que trata o art. 4º deste decreto não serão remunerados por sua atuação, a qualquer título, sendo o exercício de suas atividades considerado de relevante interesse público.

Art. 7º. A estrutura e os procedimentos operacionais do Fórum Municipal de Educação constarão do seu Regimento Interno, aprovado em reunião convocada para esse fim, observadas as disposições deste decreto.

Art. 8º. O cronograma de ação para realização do Fórum Municipal de Educação e de elaboração do Plano Municipal de Educação terá

a seguinte organização:

ETAPA	PERÍODO DE EXECUÇÃO
I – Portaria de nomeação da Equipe de Planejamento e Coordenação	Fevereiro de 2015
II – Decreto de Instituição do Fórum Municipal de Educação	Março de 2015
III – Portaria de composição dos representantes do Fórum Municipal de Educação	Abril de 2015
IV – Trabalhos da Comissão Executiva	Março, Abril e Maio 2015
V – Assembléia do Fórum Municipal de Educação para definição das metas do Plano Municipal de Educação	Abril de 2015
VI – Trabalho de sistematização do Plano Municipal de Educação para envio ao Poder Legislativo	Abril e Maio de 2015

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ibiam (SC), em 05 de março de 2015.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO MUNICIPAL ADM. E FAZENDA

Ilhota

PREFEITURA

DECRETO 56 2015

Decreto nº 56, de 27 de fevereiro de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO PRESENTE EXERCÍCIO.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de ILHOTA/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, IV, da Lei Orgânica do Município e conforme autorização prevista no inciso I do artigo 7º da Lei nº 4.320, de 17/03/64, e de conformidade com a arts. Lei Municipal nº 1784, de 17 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º- Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito especial, no valor de R\$ 165.000,00(Cento e sessenta e cinco mil reais), por conta da excesso de arrecadação, conforme abaixo demonstrado:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

Unidade: 07.01 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM - DMER

Atividade: 1.005 - PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE RUAS, REURBANIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO

Elemento:()3.3.90.00.00.00.00.01.0064 - Aplicações Diretas ..
..... R\$ 150.000,00

Órgão: 19 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade: 1 - DEPARTAMENTO DE CULTURA

Atividade: 2.018 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Elemento:()4.4.90.00.00.00.00.01.0064 - Aplicações Diretas ..
..... R\$ 15.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como recursos para as atividades criadas no artigo 2º deste decreto, o resultado do excesso de arrecadação do exercício corrente conforme quadro anexo I:

I-Recurso do convenio nº2014TR002816 junto a SDR de Blumenau SDR4056/2014 R\$150.000,00

II- Recurso referente ao convenio 2014003239
..... R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ilhota, 06 de março de 2015.

DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

ANEXO I

Recurso proveniente do convênio Estado via SDR Blumenau Processo nº SDR15 4056/2014:

Nome da Fonte de Recursos	Valores apurados
Convênio do Estado	
Fonte: 64 – Convênio do Estado	
Arrecadação	0.00
Provável Arrecadação	150.000,00
Total	150.000,00
Previsão orçamentária para o exercício de 2015	0,00
= Total do provável excesso de arrecadação	150.000,00

DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

MARCIO ALEXANDRE DOS SANTOS
Contador CRC 0308-21

FIXA O CALENDÁRIO DE TRIBUTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2015

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de ILHOTA/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, IV, da Lei Orgânica do Município e consoante art. 236, § 1º do Código Tributário Municipal, Lei 0908/98,

DECRETA:

Art.1º. O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU - referente ao exercício de 2013, terá o vencimento nas seguintes datas:

I - Pagamento antecipado ou em cota única:

a) - Vencimento em 10/06/2015, com desconto de 10% (dez por cento).

II - Pagamento parcelado. O pagamento poderá ser efetuado de forma parcelada, em até 7 (sete) parcelas mensais, desde que a parcela mínima não seja inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), sendo os vencimentos previstos para as seguintes datas:

- a) 1ª parcela com vencimento em 10 de junho de 2015;
- b) 2ª parcela com vencimento em 10 de julho de 2015;
- c) 3ª parcela com vencimento em 10 de agosto de 2015;
- d) 4ª parcela com vencimento em 10 de setembro de 2015;
- e) 5ª parcela com vencimento em 10 de outubro de 2015;
- f) 6ª parcela com vencimento em 10 de novembro de 2015;
- g) 7ª parcela com vencimento em 10 de dezembro de 2015.

Art.2º. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - , o Alvará e demais tributos e taxas, terão em vencimento em 15/04/2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ilhota, 27 de fevereiro de 2015.

DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

Imarui

PREFEITURA

AVISO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA PMI Nº. 001/2015

O Município de Imaruí/SC, torna público aos interessados que se encontra aberta Concorrência Pública do tipo preço e técnica para contratação de empresa para levantamento e identificação dos possíveis créditos sonegados quanto ao ISSQN de empresa operantes no território do município. Entrega e abertura da propostas e documentação: 30 de abril de 2015, às 14:00 horas. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109 - Centro - Imaruí/SC. O edital ficará a disposição de 2ª a 6ª feira das 08:00h as 12:00h e das 13:00h as 17:00h, no setor de licitação, ou pelo e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br. Informações no fone 48 3643-0161

Imaruí, 10 de Março de 2015.

Manoel Viana de Sousa
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 016, DE 09 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 016, DE 09 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do art. 61 da Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar abaixo descrito na importância de R\$29.500,00 (vinte e nove mil e quinhentos reais), conforme segue:

ÓRGÃO - 08	SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			
UNIDADE - 08.01	SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			
PROJ/ATIV. - 2.045	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			
Dotação- -Elemento	Cód.resu- mido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90	115	0.6.024	Aplicações Diretas	29.500,00
Total Suplementação				29.500,00

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º deste Decreto serão utilizados recursos provenientes de Supéravit de recursos provenientes de convênios vinculados ao Governo do Estado.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2013-2016 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 03 de março de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 017, DE 09 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 017, DE 09 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do art. 61 da Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar abaixo descrito, em favor do Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$28.000,00 (vinte e oito mil reais), conforme segue:

ÓRGÃO - 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE 14.06	INVESTIMENTOS			
PROJ/ATIV. - 1.100	PROGRAMA REQUALIFICAÇÃO DE UBS-CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO			
Dotação- -Elemento	Cód.resu- mido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90	45	0.6.023	Aplicações Diretas	28.000,00
Total Suplementação				28.000,00

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º deste Decreto serão utilizados recursos provenientes de Supêrvit de recursos provenientes de convênios vinculados ao Governo do Estado.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2013-2016 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 03 de março de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 018, DE 09 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 018, DE 09 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do art. 61 da Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar abaixo descrito na importância de R\$15.000,00 (quinze mil reais), conforme segue:

ÓRGÃO - 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. - 1.010	AQUISIÇÃO DE ÁREA, CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS			
Dotação- -Elemento	Cód.resu- mido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90	43	0.6.022	Aplicações Diretas	15.000,00
Total Suplementação				15.000,00

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º deste Decreto serão utilizados recursos provenientes de Supêrvit de recursos provenientes de convênios vinculados ao Governo do Estado.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2013-2016 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 03 de março de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

EDITAL N.º 001/2015 CONVOCAÇÃO PARA A SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA PLANO MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

EDITAL N.º 001/2015

CONVOCAÇÃO PARA A SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA

PLANO MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Manoel Viana de Sousa, Prefeito Municipal de Imaruí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, CONVIDA todos os cidadãos residentes e as associações representativas deste município a participarem da SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA do Plano DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, que será realizada no local e horário abaixo indicado.

OBJETIVO: Tornar público os estudos relativos ao planejamento das ações do PMGIRS - arranjo regional; as diretrizes, estratégias, programas, ações e metas para o manejo diferenciado dos resíduos sólidos; agenda de implementação do Plano e monitoramento em conformidade com a Lei Federal nº 10.305/2010.

LOCAL, DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

local: Câmara Municipal de Vereadores

Data: 07 de abril de 2015 (terça-feira).

Horário: 18h30m em primeira convocação e as 19h00m em segunda convocação, com qualquer número de presentes.

Imaruí, 10 de março de 2015.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

LEI Nº. 1.848, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº. 1.848, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A FIRMAR TERMO DE PERMISSÃO DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO E GRATUITO, DAS DEPENDÊNCIAS DA ESCOLA MUNICIPAL "MENINA FLOR", NA LOCALIDADE DE NAZARÉ, COM A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO NAZARÉ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto nos arts. 61, V e 91 da Lei orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, LEI:

Art. 1º - Fica o Município de Imaruí autorizado a firmar Termo de Permissão de Uso de Bem Público, a título precário e gratuito, das dependências da Escola Municipal "Menina Flor", na localidade de Nazaré, com a Associação Comunitária do Nazaré, associação civil sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº18.783.748/0001-73, conforme minuta do Termo de Permissão anexo, que fica fazendo parte integrante da presente Lei.

Parágrafo único. A permissão de uso de que trata o caput deste artigo se dará pelo prazo máximo de 10 (dez) anos, podendo ser renovada por igual período.

Art. 2º - O imóvel de que trata este artigo será destinado exclusivamente para a instalação e funcionamento da Associação, não sendo permitido, em qualquer tempo, o uso diverso da destinação aqui prevista, bem como a transferência da Permissão de uso a terceiros.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, 11 de março de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

TERMO DE OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO EM CARÁTER PRECÁRIO DE BEM IMÓVEL

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE IMARUÍ, pessoa jurídica de direito público interno, pelo seu órgão representativo a Prefeitura Municipal de Imaruí com sede nesta cidade, inscrita no CNPJ sob nº82.538.851.0001/57, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal MANOEL VIANA DE SOUSA, brasileiro, casado, economista, domiciliado e residente nesta cidade de ora em diante denominados simplesmente PERMITENTE, concede PERMISSÃO DE USO A TÍTULO PRECÁRIO E GRATUITO das dependências da Escola Municipal "Menina Flor", localizada na Comunidade de Nazaré, Imaruí a Associação Comunitária de Nazaré, associação civil sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº18.783.748/0001-73, de ora em diante denominado simplesmente PERMISSIONÁRIO, estabelecendo as cláusulas e condições da permissão de uso da forma abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto do presente Termo é a permissão de Uso, para ocupação, a título precário e gratuito, das dependências da Escola Municipal supramencionada.

CLÁUSULA SEGUNDA - O imóvel acima descrito será destinado exclusivamente para a instalação e funcionamento do PERMISSIO-NÁRIO, não sendo permitido, em qualquer tempo, o uso diverso da destinação aqui prevista, bem como a transferência da Permissão de uso a terceiros.

CLÁUSULA TERCEIRA - A presente permissão de uso poderá ser revogada de pleno direito, a qualquer tempo pelo PERMITENTE sem Direito de indenização ao PERMISSIONÁRIO.

§ 1º A revogação da presente permissão de uso dar-se-á por simples notificação, por escrito, do PERMITENTE ao PERMISSIO-NÁRIO, estabelecendo-se prazo para a desocupação do bem, independente de qualquer notificação ou interpelação judicial, respondendo o PERMISSIONÁRIO por quaisquer danos que tenha causado no estabelecimento.

§ 2º O PERMISSIONÁRIO não terá direito a qualquer retenção, reclamação, indenização por eventuais prejuízos, nem a restituição de despesas pela realização de reparos ou manutenções efetuadas no bem, ainda que necessários.

§3º O PERMISSIONÁRIO mediante apresentação de um projeto executivo e com autorização prévia, poderá efetuar mudanças ou reforma no imóvel ora cedido para atender suas necessidades, desde que previamente autorizado pela PERMITENTE, sendo que não receberá nenhum tipo de indenização pelo ato.

CLÁUSULA QUARTA - Fica expressamente reservado ao PERMITENTE o poder discricionário de, a qualquer tempo, alterar,

modificar ou revogar a presente Permissão de Uso, unilateralmente, mediante notificação extrajudicial, com antecedência de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único: Ficará a permissão de uso rescindida de pleno direito e independentemente de notificação ou interpelação de qualquer natureza, nas hipóteses de:

a) Alteração, pelo PERMISSIONÁRIO, da destinação prevista ou qualquer outra julgada inconveniente pela PERMITENTE, bem como executar atividades contrárias ao interesse público;

b) Transferência, parcial ou totalmente, Direitos adquiridos com esta permissão de uso;

c) Riscos à segurança do público;

d) Oferecimento do bem ou de suas benfeitorias como garantia de obrigações; e

c) conveniência da PERMITENTE.

CLÁUSULA QUINTA - A presente permissão, tendo em vista o caráter não econômico do seu objeto é a título gratuito, ficando o PERMISSIONÁRIO responsável pela manutenção, conservação e pagamento de luz e demais despesas decorrentes da utilização do imóvel.

CLÁUSULA SEXTA - Enquanto durar a permissão de uso, o PERMISSIONÁRIO defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados, sob pena de indenização dos danos.

CLÁUSULA SÉTIMA - O presente termo de outorga, de caráter precário, tem previsão legal no art. 61, inciso VIII da Orgânica do Município de Imaruí.

CLÁUSULA OITAVA - Finda as razões que justificam a presente permissão de uso, o imóvel pertencente ao PERMITENTE deverá ser desocupado imediatamente.

CLÁUSULA NONA - As partes elegem o Foro da Comarca de Imaruí, Santa Catarina, para dirimir toda e qualquer dúvida oriunda do presente Termo, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Imaruí/SC, de de 2013.

Manoel Viana de Sousa
Prefeito de Imaruí

FULANO DE TAL
Representante da UCEBAN

Testemunhas: 1
Nome:
CPF:

Testemunhas: 2
Nome:
CPF:

O presente Termo de Convênio foi devidamente analisado pela Procuradoria Jurídica do Município de Imaruí.

Evelyn Scapin
Procuradora Jurídica
OAB/SC: 35.924

LEI Nº. 1.849, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº. 1.849, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO, AO HOSPITAL DE CARIDADE E MATERNIDADE SÃO JOÃO BATISTA DE IMARUÍ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autoriza a repassar até R\$60.000,00 (sessenta mil reais) a título de recursos financeiros, mediante celebração de convênio ao Hospital de Caridade e Maternidade São João Batista, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 84.203.132/0001-00, com sede na Avenida Celso Ramos, n.14, Centro, Imaruí/SC.

I - O valor mencionado no caput deste artigo será pago em até 01 (uma) parcela, a contar da vigência desta Lei.

II - o repasse será realizado, mediante transferência bancária para a conta corrente de titularidade da instituição beneficiada.

III - A efetividade do repasse financeiro fica condicionada à existência de recursos, consignados no Orçamento Municipal.

Art. 2º. Os recursos, objeto deste artigo, serão destinados a custear as despesas advindas da manutenção dos serviços prestados pela entidade, principalmente aqueles relacionados ao atendimento médico de urgência e emergência do Hospital.

Art. 3º- As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações consignadas no Fundo Municipal de Saúde, Projeto Atividade 2.050, Órgão 16, conforme segue:

3.3.50.43.00.00.00.00 0.1.000.000000
Subvenções Sociais

Art. 4º- A entidade prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas legais aplicáveis à matéria, sobretudo, em consonância com as disposições do Decreto municipal nº01/2014;

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Imaruí, SC, 11 de março de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

LEI Nº. 1.850, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº. 1.850, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS E AUTORIZA A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto no art. 15 da LC n. 004/2007 e art. 56 da LC n.005/2008, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, LEI:

Art.1º - Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, O Poder Executivo Municipal poderá contratar pessoal por tempo determinado, em regime de admissão em caráter temporário, submetidos ao regime jurídico administrativo e as

condições previstas nesta Lei.

§1º. A admissão de pessoal observará o número de contratações, as funções, a carga horária semanal, a remuneração mensal e habilitação exigida, em conformidade com o Anexo I, II e III, que passa a fazer parte integrante desta Lei.

§2º. A contratação a que se refere este artigo somente será possível se ficar comprovada a impossibilidade de suprir a necessidade temporária com o pessoal do próprio quadro e desde que não reste candidato aprovado em concurso público legalmente válido aguardando nomeação.

§3º. Para atender o disposto no caput deste artigo serão criados os cargos dispostos no ANEXO IV desta lei.

Art.2º - Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público, para fins desta Lei, além de outras situações previstas na legislação municipal, aquela que comprometa a prestação contínua e eficiente dos serviços próprios da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude e que não possa ser satisfeita com a utilização dos recursos humanos que dispõe a Administração Pública Municipal, especialmente para a execução dos seguintes serviços:

I - substituição do membro efetivo do magistério público municipal temporariamente afastado de suas funções, por qualquer motivo;

II - excesso de matrículas;

III - desdobramento de turmas;

IV - atendimento de programas que a administração tenha como contrapartida o oferecimento de recursos humanos;

V - execução de convênios celebrados com outras esferas de governo ou outras entidades governamentais, quando o Quadro de Pessoal do Município não dispuser de servidores para atender ao objeto preconizado;

VI - assegurar, na falta de pessoal permanente, a continuidade da prestação de serviços essenciais;

Parágrafo único. É vedado o desvio de função de pessoa contratada na forma desta Lei, sob pena de nulidade do contrato.

Art.3º - O recrutamento de pessoal a ser contratado nos termos desta Lei será amparado no Processo Seletivo de provas e títulos, conforme Edital 01/2015, dentro de critérios estipulados pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude órgão interessado no ajuste, sujeito à ampla e prévia divulgação.

Art.4º As contratações de que trata esta Lei obedecerão aos seguintes prazos:

I - na hipótese do inciso I do artigo 2º - professor contratado para substituição de ocupantes de cargos efetivos afastados temporariamente das funções - a contratação vigorará enquanto perdurar a substituição.

II - na hipótese dos inciso II e III do artigo 2º enquanto houver alunos suficientes para manter a turma, respeitando-se a duração do ano letivo.

III - na hipótese dos inciso IV e V do artigo 2º enquanto estiver vigente o programa ou convênio, desde que a Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude seja obrigada a fornecer os recursos humanos.

IV - As contratações que tiverem de exceder o prazo do ano letivo deverão ser justificadas.

Art.5º As contratações somente poderão ser realizadas com

observância da dotação orçamentária específica e mediante prévia autorização do Chefe do Executivo Municipal e do Secretário Municipal da Administração.

Art.6º É proibida a contratação, nos termos desta Lei, de servidores da Administração Municipal, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos demais Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas, exceto nas situações de acumulação prevista no art.37, inciso XVI, da CF. Parágrafo único. Sem prejuízo da nulidade do contrato, a infração do disposto neste artigo importará responsabilidade administrativa da autoridade contratante e do contratado, inclusive solidariedade quanto à devolução dos valores pagos ao contratado.

Art.7º Aos professores contratados temporariamente farão jus à remuneração estabelecida em Lei específica, respeitando-se a Lei Federal nº 11.738/08, acrescendo-se a gratificação por ministração de aula, conforme art. 42, da LC nº 005/08.

Parágrafo único. Os vencimentos serão proporcionais à carga horária estabelecida no contrato.

Art.8º - O servidor contratado nos termos desta Lei não poderá:
I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - ser novamente contratado, com fundamento nesta Lei, antes do encerramento de seu contrato anterior, salvo se houver compatibilidade de horários e o cargo for acumulável.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo importará na rescisão do contrato, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

Art.9º - O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por conveniência da Administração Pública, sendo comunicado o contratado com antecedência de 30 (trinta) dias

III - por iniciativa do contratado;

IV- quando o contratado incorrer em qualquer falta disciplinar;

V - quando o cargo for ocupado por servidor efetivo.

Parágrafo único: Fica assegurado aos contratados com base nesta Lei:

a) - férias de trinta dias ininterruptos, após completar doze meses de efetivo exercício, acrescido do adicional de um terço;

b) - gratificação natalina com base na última remuneração, proporcional ao tempo de efetivo serviço;

c) - férias indenizadas, proporcional ao tempo de efetivo serviço, quando não completado o tempo de exigido no inciso I, do caput deste artigo;

d) - o pagamento de diárias e adiantamento de despesa de acordo com a tabela aplicada ao funcionalismo; e

e) - revisão da remuneração de acordo com o índice de reposição concedida aos servidores efetivos.

Art. 10 - As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei serão apuradas mediante processo administrativo, concluído nos prazos previstos em Lei, assegurada a ampla defesa.

Art.11 - Os contratados com base nesta Lei, vinculam-se ao regime geral de previdência social (RGPS), nos termos do art.40, §13, da CF. (Redação da EC-20/98).

Art.12 - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações consignadas no Orçamento das Unidades, Órgãos ou Secretarias, em cada exercício.

Art.13 - Esta Lei entrará em vigor no dia na data da publicação, retroagindo os seus efeitos a 18.02.2015.

Art.14 - Revogam-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 11 de março de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

ANEXO I - QUADRO RESUMIDO DA RELAÇÃO DE CONTRATAÇÕES DE PROFESSORES PARA O ANO LETIVO DE 2015, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

QTDE	CARGO	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO
33	Professor de Educação Infantil	Desenvolver o exercício da docência em classes de educação infantil, nas unidades escolares do sistema municipal de ensino.	10, 20, ou 30 HORAS.	- Lic. em Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil; - Curso Normal Superior com habilitação em Educação Infantil. - Formação no ensino médio em Magistério, com habilitação em Educação Infantil. - Declaração de matrícula e frequência na 3ª fase, no mínimo, curso Pedagogia
74	Professor de anos iniciais/anos finais/séries finais	Desenvolver o exercício da docência em classes do ensino fundamental nos anos iniciais/anos finais/séries finais nas unidades escolares do sistema municipal de ensino.	20 HORAS.	- Lic. em Pedagogia com Habilitação em anos iniciais (conforme área de atuação); - Curso Normal Superior com habilitação em Anos iniciais (conforme área de atuação). - Formação no ensino médio em Magistério, com habilitação em Anos iniciais (conforme área de atuação). - Licenciatura no curso da área respectiva; - Declaração de matrícula e frequência na 3ª fase, no mínimo, curso respectivo.

OUTROS CARGOS

CARGOS	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA
Auxiliar de Serviços Gerais	20	40 h
Nutricionista	01	20 h
Psicólogo - NAE	01	40 h
Fonoaudióloga - NAE	01	20 h
Pedagogo - NAE	01	40 h
Motorista	09	40 h
Agente Educador	20	40 h

ANEXO II - QUADRO RESUMIDO DA QUANTIDADE POR ESCOLA

UNIDADE ESCOLAR	AMPLIAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL ACT	ANOS INICIAIS ACT	ANOS FINAIS-ACT
E.E.F.M. Guilhhermina Ana Pereira	40 h	-	-	30h
C.E.I. Olimpio C. Valente	-	20 h	-	-
E.E.F.M..Larice C. Caldas	20 h	210 h	60 h	190 h

E.E.F.M. Pe. Itamar L. Costa	20 h	20 h	40 h	50 h
E.E.F.M. Pref. Portinho Bittencourt	300 h	-	-	470 h
C.E.I.M. Carlos Gomes	240 h	360 h	-	40 h
C.E.I.M. Herculano Vicente Luís	40 h	10 h	40 h	20 h
E.E.F.M. José Tomás Ribeiro	40 h	10 h	80 h	60 h
E.E.F. José Tomás Ribeiro	-	20 h	80 h	230 h
TOTAL	700 h	650 h	300 h	1.090 h

ANEXO III - RELAÇÃO DA REALIDADE DAS UNIDADES ESCOLARES PARA 2015, COM EFETIVOS, AMPLIAÇÕES E CONTRATAÇÕES DE ACT

E.E.F.M GUILHERMINA ANA PEREIRA

PROFESSORES EFETIVOS	CARGO	CARGA HORÁRIA
Geani Balbino G. Fernandes	Professor II de Anos Iniciais	20 horas
Ilza Domiciano Nogueira	Professor II de Anos Iniciais	20 horas(Responsável)
Jucélia Martins Fernandes	Professor II de Anos Iniciais	20 horas
Regina dos Santos Viana	Professor II de Anos Iniciais	20 horas
Regina Célia Pereira Leal	Professor de Ed. Física	20 horas
Vanilda da Silva da Silveira	Professor II de Educ. Infantil	20 horas
Rosileia Silveira	Professor II de Educ. Infantil	20 horas
TOTAL: 07 professores		TOTAL : 140 horas

VAGAS P/ AMPLIAÇÃO (PROFESSORES AMPLIADOS)

02 professores	Professor II de Anos Iniciais	40 horas
TOTAL:02 Professores		Total: 40 horas

VAGAS-CONTRATAÇÃO-ACTs	CARGO	CARGA HORÁRIA
01 professor	Inglês	20 horas
01 professor	Artes	10 horas
TOTAL: 02 professores		TOTAL : 30 horas

C.E.I. Olímpio Córdova Valente

PROFESSORES EFETIVOS	CARGO	CARGA HORÁRIA
01 professor	Professor II Educ. Infantil	20 horas
TOTAL: 01 professor		TOTAL : 20 horas

E.E.F.M. Prof.^a Larice C. Caldas

PROFESSORES EFETIVOS	CARGO	CARGA HORÁRIA
Cecilia Faust Rodrigues	Professor II de Anos Iniciais	20 horas (Aposentada)
Eliane Alcebiades Nunes	Professor II de Anos Iniciais	20 horas (Licença s/vencimento)

Joelma Alves da Rocha Miguel	Professor II de Anos Iniciais	20 horas (Licença s/vencimento)
Maria Aparecida Reis Brasil	Professor II de Ed. Infantil	40 horas (Remoção)
Nadir Westrup Back	Professor II de Anos Iniciais	20 horas
Silvana da Silva Paulo	Professor II de Ed. Infantil	20 horas
Sonia Gabriela Nunes Goulart	Professor II de Ed. Infantil	20 horas (Licença s/vencimento)
Vanessa Osvaldo Faust	Professor II de Anos Iniciais	20 horas (Diretora)
Odimar Cargnin	Professor III/Cie. e matemática	40 horas(Secretário U.E)
TOTAL: 09 professores		TOTAL : 220 horas

VAGAS P/ AMPLIAÇÃO (PROFESSORES AMPLIADOS)

01 professor	Anos Iniciais	20 horas
TOTAL: 01 professor		Total: 20 horas

VAGAS-CONTRATAÇÃO-ACTs	CARGO	CARGA HORÁRIA
11 professores	Educação Infantil	210 horas
03 professor	Anos Iniciais	60 horas
01 professor	Português	20 horas
01 professor	Matemática	20 horas
01 professor	História	20 horas
01 professor	Geografia	20 horas
01 professor	Ciências	20 horas
01 professor	Inglês	30 horas
01 professor	Ed. Física	30 horas
01 professor	Ens. Religioso	10 horas
01 professor	Arte	20 horas
TOTAL: 23 professores		TOTAL : 460 horas

E.E.F.M Padre Itamar Luis da Costa

PROFESSORES EFETIVOS	CARGO	CARGA HORÁRIA
Alessandra Rodrigues C. de Sousa	Professor II de Anos Iniciais	40 horas (20 apoio pedagógico)
Lourival dos Passos	Professor II de Anos Iniciais	20 horas(Responsável Direção)
Marli dos Passos	Professor II de Anos Iniciais	20 horas
TOTAL: 03 professores		TOTAL : 80 horas

VAGAS P/ AMPLIAÇÃO (PROFESSORES AMPLIADOS)

01 professor	Professor II de Anos Iniciais	20 horas
TOTAL: 01 professor		TOTAL: 20 horas

VAGAS-CONTRATAÇÃO-ACTs	CARGO	CARGA HORÁRIA
01 professor	Educação Infantil	20 horas
02 professores	Professor II de Anos Iniciais	40 horas
01 professor	Inglês	20 horas
01 professor	Artes	10 horas

01 professor	Educação física	20 horas
TOTAL: 05 professores		TOTAL : 110 horas

E.E.F.M. Pref. Portinho Bittencourt

Professores Efetivos	Cargo	Carga Horária
Adelia Maria Moretti Bossle	Professor III/Ciências	20 horas
Adriana C. Pacheco Pereira	Professor II Anos Iniciais	20 horas
Albertina Jose de Oliveira	Professor II Anos Iniciais	20 horas
Ana Maria Vieira Fernandes	Professor II Anos Iniciais	20 horas
Clamir Pereira Nunes Gonzaga	Professor III/Geografia	20 horas
Cristiane de Carvalho Dias	Professor II Anos Iniciais	20 horas
Cristiane dos Santos Carvalho	Professor II Anos Iniciais	20 horas
Custodia Castro de Souza	Professor II Anos Iniciais	20 horas (Afastada)
Elisete Machado Rodrigues	Professor II Anos Iniciais	20 horas
Evaldo da Silva	Professor II Anos Iniciais	20 horas(Secretário U.E)
Giovanna Barreto Damas	Professor II Anos Iniciais	20 horas(Pedagógico)
Ivoneete Canhola Faust	Professor III /Historia	20 horas
Jair Paulo	Professor III/Historia	20 horas (Afastado)
Jaqueline Garcia Hermes- meyer	Professor II Anos Iniciais	20 horas
Josiane P. de Souza Thiesen	Professor II Anos Iniciais	40 horas(Diretora Auxiliar)
Josiani Correia Venâncio	Professor II Anos Iniciais	20 horas(Diretora)
Juliana Speck Sousa	Professor II Anos Iniciais	20 horas(Licenças/vencimento)
Karina de Sousa da Silva	Professor II Anos Iniciais	20 horas (afastada)
Lília Santos da Rosa Fernandes	Professor II Anos Iniciais	40 horas
Lindomar Amaro Cardoso da Silva	Professor II Anos Iniciais	40 horas
Maria Aparecida Antunes Balbino	Professor II Anos Iniciais	20 horas
Maria Cristina da Silva Souza	Professor II Anos Iniciais	40 horas (afastada)
Maria de F. Thiesen de Oliveira	Professor II Anos Iniciais	20 horas
Maria Luisa Correa	Professor III/Inglês	40 horas
Marli Terezinha de Souza Martins	Professor II Anos Iniciais	40 horas
Marta da Silva Maia	Professor II Anos Iniciais	20 horas (Afastada)
Miria Natalia Vieira da Silva	Professor II Anos Iniciais	20 horas
Rogério Matias Justino	Professor II Anos Iniciais	20 horas
Rosa Manoel Cardoso	Professor II Anos Iniciais	20 horas
Roseli de Fatima Maciel Coelho	Professor II Anos Iniciais	20 horas
Rosilene Joao Felipe	Professor II Anos Iniciais	20 horas
Sirley de Souza Cardoso	Professor II Anos Iniciais	20 horas
Saionara Medeiros	Professor II Anos Iniciais	20 horas
Valdete Manoel da Silva	Professor II Anos Iniciais	20 horas
Vanderleia Ivete Marques Mattos	Professor II Anos Iniciais	40 horas (Afastada),
TOTAL: 37 professores		TOTAL: 840 horas

VAGAS P/ AMPLIAÇÃO (PROFESSORES AMPLIADOS)		
15 professores	Professor II Anos Iniciais	300 horas
TOTAL: 15 professores		TOTAL: 300 horas
VAGAS-CONTRATAÇÃO- -ACTs	CARGO	CARGA HORÁRIA
03 professor	Português	60 horas
02 professor	Matemática	40 horas
02 professor	História	30 horas
02 professor	Geografia	30 horas
02 professor	Ciências	50 horas
03 professores	Inglês	60 horas
04 professores	Ed. Física	100 horas
02 professor	Ens. Religioso	30 horas
03 professores	Arte	70 horas
TOTAL: 23 professores		TOTAL : 470 horas

C.E.I.M. Carlos Gomes

PROFESSORES EFETIVOS	CARGO	CARGA HORÁRIA
Arminda Monteiro Goulart	Professor II Educ.Infantil	20 horas
Cleusa Da Silva Cardoso	Professor II Educ.Infantil	40 horas
Cristiany Sousa De Oliveira Martins	Professor II Educ.Infantil	20 horas(apoio pedagógico)
Eliane Silveira	Professor II Educ.Infantil	40 horas (Diretora)
Eliege Damas Mendes	Professor II Educ.Infantil	20 horas
Jucineia Jose Luiz Lessa	Professor II Educ.Infantil	20 horas
Lélia Regina Raimundo	Professor II Educ.Infantil	20 horas (afastada)
Lisiane Da Cunha Barreto	Professor II Educ.Infantil	20 horas
Luana Matos Oliveira Vieira	Professor II Educ. Infantil	40 horas
Luciene Amaro Cardoso Alves	Professor II Educ.Infantil	20 horas
Lutgar Joao Ribeiro	Professor II Educ.Infantil	20 horas
Marileia Matos Bittencourt	Professor II Educ.Infantil	20 horas
Marileia Rosa De Souza	Professor II Educ.Infantil	20 horas
Maristela F. Da Silva Francisco	Professor II Educ.Infantil	20 horas
Marta Da Silva Maia	Professor II Educ.Infantil	20 horas (afastada)
Rosangela Ramos Teixeira	Professor II Educ. Infantil	40 horas
Rosicleia Teixeira	Professor II Educ.Infantil	20 horas
Suzimara Pereira	Professor II Educ.Infantil	20 horas
Vilma Da Silva	Professor II Educ.Infantil	20 horas
Waleria Arcenio Sebastiao	Professor II Educ.Infantil	20 horas
Maria Aparecida Reis Brasil	Professor II Educ.Infantil	40 horas
TOTAL: 21 professores		TOTAL : 520 horas
(PROFESSORES AMPLIADOS)		
12 professores	Professor II Educ.Infantil	240 horas
PROFESSORES ACTs	CARGO	CARGA HORÁRIA
17 professores	Professor II Educ.Infantil	360 horas
02 professor	Ed. Física	40 horas

TOTAL: 19 professores	TOTAL : 400 horas
-----------------------	-------------------

C.E.I.M Herculano Vicente Luís

PROFESSORES EFETIVOS	CARGO	CARGA HORÁRIA
Dinimar Dias Castro	Professor II Educ. Infantil	20 horas
Rosa Teixeira Pacheco	Professor II Educ. Infantil	20 horas
TOTAL: 02 professores		TOTAL : 40 HORAS
(PROFESSORES AMPLIADOS)		
02 professores	Professor II Educ. Infantil	40 horas
PROFESSORES ACTs	CARGO	CARGA HORÁRIA
01 professor	Professor II Educ. Infantil	10 horas
02 professores	Professor II Anos Iniciais	40 horas
01 professor	Ed. Física	20 horas
TOTAL: 04 professores		TOTAL : 70 horas

E.E.F.M. José Tomás Ribeiro

PROFESSORES EFETIVOS	CARGO	CARGA HORÁRIA
Wilza Carla A. Cardoso Brasil	Professor II Educ. Infantil	20 Horas
Miriam Valmiria Vieira	Professor II Anos Iniciais	20 Horas (Diretora)
Miriangarete Edgar Alves	Professor II Anos Iniciais	20 Horas
Rosania Castro Silva de Oliveira	Professor II Anos Iniciais	20 Horas
Marilda Guilherme de Oliveira	Professor II Anos Iniciais	20 Horas
Adriana Lima Vergilio	Professor II Educ. Infantil	40 Horas
Total: 06 Professores		Total : 140 Horas

VAGAS P/ AMPLIAÇÃO (PROFESSORES AMPLIADOS)

01 professor	Professor II Educ. Infantil	20 Horas
01 professor	Professor Anos Iniciais	20 Horas
TOTAL: 02 professores		TOTAL: 40 horas

VAGAS-CONTRATAÇÃO-ACTs	CARGO	CARGA HORÁRIA
01 professor	Professor II Educ. Infantil	10 Horas
04 Professores	Professor II Anos Iniciais	80 Horas
01 Professor	Inglês	20 Horas
01 Professor	Arte	10 Horas
01 Professor	Ed. Física	30 Horas
Total: 07 Professores		Total : 150 Horas

E.E.F.M. Vereador Osvaldo Siqueira

PROFESSORES EFETIVOS	CARGO	CARGA HORÁRIA
Minervina de Lourdes Rosa Alves	Professor II Anos Iniciais	40 horas (licença)
Cacilda de Souza Padilha	Professor II Educ. Infantil	20 horas

Maria Aparecida Alves Costa Ramos	Professor II Anos Iniciais	40 horas
Patrícia Avelino Alves	Professor II Anos Iniciais	20 horas (Diretora)
Total: 04 Professores		Total : 120 Horas

VAGAS-CONTRATAÇÃO-ACTs	CARGO	CARGA HORÁRIA
01 Professor	Educação Infantil	20 horas
04 Professores	Professor II Anos Iniciais	80 horas
01 Professor	Português	30 horas
01 Professor	Matemática	30 horas
01 Professor	História	20 horas
01 Professor	Geografia	20 horas
01 Professor	Ciências	20 horas
01 Professor	Inglês	40 horas
01 Professor	Ed. Física	40 horas
01 Professor	Ens. Religioso	10 horas
01 Professor	Arte	20 horas
Total: 13 professores		Total : 290 Horas

EJA - ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

VAGAS-CONTRATAÇÃO-ACTs	PROFESSORES	CARGA HORÁRIA
01 Professor	História	10 horas
01 Professor	Geografia	10 horas
01 Professor	Ciências	10 horas
01 Professor	Arte	10 horas
01 Professor	Ed. Física	10 horas
01 Professor	Ling. Portuguesa	10 horas
01 Professor	Inglês	10 horas
01 Professor	Matemática	10 horas
Total: 08 professores		Total : 80 Horas

FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA PARA AS TURMAS QUE POSSAM SURTIR EM 2015.

OUTROS CARGOS

CARGOS	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA
Auxiliar de Serviços Gerais	20	40 h
Nutricionista	01	20 h
Psicólogo - NAE	01	40 h
Fonoaudióloga - NAE	01	20 h
Pedagogo - NAE	01	40 h
Motorista	09	40 h
Agente Educador	20	40 h

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 040, DE 09 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 040, DE 09 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), para novo item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE IMBITUBA		
Construindo o Futuro		
08.243.0015-2.126		
4.4.90.00.00.00.00.00.03.025	Aplicações	
0 (0006)	Diretas	90.000,00
Total		90.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro do Programa de Atenção a Criança apurados em exercícios anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 09 de março de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andrea Aguiar
Secretária Executiva

EDITAL SEAGP Nº 017/2015

EDITAL SEAGP Nº 017/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 18/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 18/2014, divulgado através do Edital nº 18/2014, de 10 de outubro de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 18/2014, de 05 de Janeiro de 2015, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 18/2014, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração

e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 11 de Março a 10 de Abril de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 11 de março de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 017/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Tecnico em Enfermagem

Lidia de Fatima Quinto Martins

EDITAL SEAGP Nº 018/2015

EDITAL SEAGP Nº 018/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2011, divulgado através do Edital nº 001/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2011, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 11 de Março a 10 de Abril de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão,

independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 11 de Março de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 018/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Motorista

Leandro Alex Dornelles

EXTRATO DE ABERTURA - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEDUC/SETEC Nº 03/2015

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEDUC/SETEC Nº 03/2015

EXTRATO DE ABERTURA

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, considerada a ausência de candidatos habilitados e/ou aprovados no Processo Seletivo Simplificado objeto do Edital PMI/CERSP/PSS nº 18/2014, conforme aferido pela Secretaria Municipal de Educação, a Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que realizará Processo Seletivo Simplificado para contratação de profissionais para suprir vacâncias temporárias no Quadro de Pessoal das Secretarias Municipal de Educação e do Esporte.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital, em caráter excepcional, consistirá de Análise de Títulos, tendo como objetivo o recrutamento e a seleção de profissional para suprir vagas na área de Educação Física.

Disciplina	Formação mínima exigida
Educação Física II	- Licenciatura em Educação Física
Educação Física II	- Bacharel em Educação Física
Educação Física I	- Atestado de frequência de no mínimo 3º semestre em Licenciatura em Educação Física
Educação Física I	- Atestado de frequência de no mínimo 3º semestre em Bacharel em Educação Física

*RT = Reserva Técnica

1.2 Para candidatar-se às vagas em aberto neste edital, o candidato

deverá comprovar a formação mínima exigida, conforme detalhado no quadro acima.

As inscrições serão realizadas no período de 11 a 17 de Março de 2015 na Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública. Localizada a Rua : Ernani Cortin, nº 601, Centro, Imbituba, Santa Catarina das 13:00 às 19:00 e/ou via SEDEX.

Edital completo: Disponível na internet www.imbituba.sc.gov.br/ Editais / Editais Seduc/ Editais Seduc

EXTRATO: PMI SEDUCE 2015/36 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 2015/36 A00

Contratada: JOSE CANDIDO ESPINDOLA ME

C.N.P.J: 01.394.452/0001-68

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ADEQUADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA.

Valor: R\$142.883,50 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 184/2014 Pregão 112/2014

Imbituba, 03 de março de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Jose Candido Espindola Me

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUCE 2015/37 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 2015/37 A00

Contratada: KAC LTDA

C.N.P.J: 04.492.199/0001-73

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ADEQUADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA.

Valor: R\$128.578,50 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 184/2014 Pregão 112/2014

Imbituba, 03 de março de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Kac Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUCE 2015/38 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 2015/38 A00

Contratada: LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA ME

C.N.P.J: 08.897.022/0001-08

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ADEQUADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA.

Valor: R\$88.097,50 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 184/2014 Pregão 112/2014

Imbituba, 03 de março de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Luciane Constantino da Silva Me

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUCE 2015/39 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 2015/39 A00

Contratada: NAFI COMERCIO ATACADISTA LTDA ME

C.N.P.J: 10.788.485/0001-83

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ADEQUADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA.

Valor: R\$44.520,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 184/2014 Pregão 112/2014

Imbituba, 03 de março de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Nafi Comercio Atacadista Ltda Me

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUCE 2015/41 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 2015/41 A00

Contratada: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

C.N.P.J: 03.612.312/0004-97

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ADEQUADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA.

Valor: R\$2.982,50 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 184/2014 Pregão 112/2014

Imbituba, 03 de março de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Nutriport Comercial Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUCE 2015/42 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 2015/42 A00

Contratada: RIP FIBRAS IND. E COM. DE ALIMENTOS NATURAIS LTDA

C.N.P.J: 08.882.687/0001-48

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ADEQUADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA.

Valor: R\$33.125,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 184/2014 Pregão 112/2014

Imbituba, 03 de março de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Rip Fibras Ind. E Com. De Alimentos Naturais Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEAST 2015/01 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEAST 2015/01 A00

Contratada: MOTIVA TREINAMENTOS LTDA ME

C.N.P.J: 13.578.407/0001-42

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE PARA PALESTRA EM COMEMORAÇÃO AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER.

Valor: R\$5.000,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 05/2015 Dispensa 01/2015

Imbituba, 09 de março de 2015.

Selma Elias Whestphal

Secretária Municipal da Seast

Contratante

Motiva Treinamentos Ltda Me

Representante Legal

Contratada

PORTARIA PMI/GGP Nº 152/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 152, de 05 de março de 2015.

Dispõe sobre a exoneração a pedido de Assessora IV, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a Sra. ELISANGELA HERCÍLIO FONTES, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 042.585.919-39, do cargo/função de Assessora IV junto a Secretaria Municipal de Saúde, nomeada através da PORTARIA PMI/GGP nº 120, de 25 de fevereiro de 2015, para exercer o respectivo cargo/função, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 06 de março de 2015.

Imbituba, 05 de março de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 153/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 153, de 05 de março de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora LUCIMAR FORTUNATO RODRIGUES, Auxiliar de Enfermagem, inscrita no CPF sob o n.º 789.575.839-04, admitida em 01 de agosto de 1994, matrícula nº 282, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2009 a 2014	01.04.2015 a 30.04.2015
	01.12.2015 a 30.12.2015
	01.04.2016 a 30.04.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de março de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 154/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 154, de 05 de março de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor RAUL MINATTO LEAL, Contador, inscrito no CPF sob o n.º 554.446.440-53, admitido em 17 de fevereiro de 2009, matrícula nº 4631, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição	Conversão
2009 a 2014	01.04.2015 a 30.05.2015	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de março de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 155/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 155, de 10 de março de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de servidores de carreira em funções gratificadas de Gerentes, dos órgãos superiores, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, ainda com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores de carreira abaixo descritos, nas funções gratificadas de Gerentes, para a atuação junto aos respectivos órgãos superiores.

GERENTES – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Gerente de Pessoal	SEAGP	Andreza Barcelos Carvalho	051.581.209-94	11/03/2015
Gerente de Mapeamento Sistemático Cadastral	SEFAZ	Ricardo Luiz da Silva	432.872.719-20	11/03/2015
Gerente de Atualização Cadastral Imobiliária	SEFAZ	Jailson Maria	507.284.589-34	11/03/2015
Gerente de Infraestrutura Regional/Norte	SEAPI	Vilmo Martins	459.863.989-04	11/03/2015

Art. 2º Os servidores de carreira nomeados para a função gratificada de Gerente, perceberão gratificação de 50% (cinquenta por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 31, § 2º, III da LC nº 4.514/2015.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de 11 de março de 2015.

Imbituba, 10 de março de 2015.

Elísio Sgrott
Prefeito Municipal
(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL
Nº 06/2015 (SEAST)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEAST
PROCESSO Nº 07/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 23 de março de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de material de expediente para SEAST, CREAS e CRAS.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 11 de março de 2015.
Selma Elias Westphal
Secretária SEAST

**PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL
Nº 07/2015 (SEAST)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEAST
PROCESSO Nº 08/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 17:00 horas do dia 23 de março de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de material gráfico para a SEAST e seus respectivos programas e serviços.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 11 de março de 2015.
Selma Elias Westphal
Secretária SEAST

**PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL
Nº 08/2015 (SEAST)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEAST
PROCESSO Nº 09/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 18:00 horas do dia 23 de março de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição e instalação de ponto eletrônico e senha eletrônica necessários para a informatização da estrutura física onde são realizadas a gestão das famílias atendidas na SEAST.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 11 de março de 2015.
Selma Elias Westphal
Secretária SEAST

Indaial**PREFEITURA****DECRETO Nº 1315/15**

. DECRETO Nº 1315/15

. De 10 de março de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no MUNICIPIO DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.115/14

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 55.164,00 (cinquenta e cinco mil e cento e sessenta e quatro reais) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
21.001.0006.0181.0021.2308.33	03000004	55.164,00
39000000000000		

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 10 de março de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 10 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2015

MUNICIPIO DE INDAIAL

Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Indaial

Licitatório nº 040/2015.

Inexigibilidade nº 001/2015-25331

Objeto: Contratação de palestras para formação e treinamento dos profissionais do abrigo Institucional..

Entrega dos envelopes: 11/03/2015

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2015

MUNICIPIO DE INDAIAL

Licitatório nº 041/2015.

Inexigibilidade nº 006/2015-10430

Objeto: Contratação de apresentações artísticas/musicais para a realização da 45ª FIMI.

Entrega dos envelopes: 11/03/2015.

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2015

MUNICIPIO DE INDAIAL

Licitatório nº 042/2015.

Inexigibilidade nº 007/2015-10430

Objeto: Formação de professores da educação infantil, com a temática "Culturas Infantis".

Entrega dos envelopes: 11/03/2015.

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2015

MUNICIPIO DE INDAIAL

Licitatório nº 043/2015.

Inexigibilidade nº 008/2015-10430

Objeto: Formação de professores da educação infantil, com a temática "Contação de Histórias".

Entrega dos envelopes: 11/03/2015.

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

Iomerê**PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015**

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial nº 17/2015

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 17/2015 para aquisição de materiais esportivos. A abertura das propostas se dará no dia 24/03/2015 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 10 de março de 2015

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

Irineópolis**PREFEITURA****DECRETO N.º 2.779/2015**

DECRETO Nº. 2.779, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

APROVA O PLANO DE CONTINGÊNCIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - PLANCON - DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso VII, do art. 65 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o PLANO DE CONTINGÊNCIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - PLANCON - do Município de Irineópolis.

Parágrafo único. O PLANO DE CONTINGÊNCIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - PLANCON - do Município de Irineópolis é parte integrante deste Decreto como Anexo Único.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis (SC), 05 de Março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N.º 086/2015

PORTARIA Nº. 086/2015.

EXONERA SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os incisos VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art 1º - Exonerar a pedido, em data de 16/03/2015, o servidor EDSON LUIZ ROSA do cargo de Provimento em Comissão de Coordenador do Sistema de Controle Interno, para o qual foi nomeado através da Portaria nº 216/2005 de 01/06/2005.

Art 2º - Exonera-lo igualmente a seu pedido, do cargo efetivo de Agente Administrativo para o qual foi nomeado através da Portaria nº 182/2002, de 26/08/2002.

Art 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 16/03/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 10 de Março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 088/2015

PORTARIA N.º 088/2015.

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001, e, amparado nas disposições contidas no Art. 181 da LC 01/97, de 30/12/1997,

Resolve:

Art 1º - PRORROGAR, por 30 (trinta) dias, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo Disciplinar, nº 004/2014, instaurado através da Portaria nº 232/2014 de 02/05/2014.

Art 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 10 de Março de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 089/2015

PORTARIA N.º 089/2015.

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001, e, amparado nas disposições contidas no Art. 181 da LC 01/97, de 30/12/1997,

Resolve:

Art 1º - PRORROGAR, por 30 (trinta) dias, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo Disciplinar, nº 006/2014, instaurado através da Portaria nº 457/2014 de 30/09/2014.

Art 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 10 de Março de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 090/2015

PORTARIA N.º 090/2015.

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001, e, amparado nas disposições contidas no Art. 181 da LC 01/97, de 30/12/1997,

Resolve:

Art 1º - PRORROGAR, por 30 (trinta) dias, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo Disciplinar, nº 007/2014, instaurado através da Portaria nº 511/2014 de 20/11/2014.

Art 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 10 de Março de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 091/2015

PORTARIA N.º 091/2015.

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001, e, amparado nas disposições contidas no Art. 181 da LC 01/97, de 30/12/1997,

Resolve:

Art 1º - PRORROGAR, por 30 (trinta) dias, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo Disciplinar, nº 008/2014, instaurado através da Portaria nº 546/2014 de 30/12/2014.

Art 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 10 de Março de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Itá**PREFEITURA****AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2015,
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 24 de março de 2015, para contratação de um facilitador de Oficinas regido pela NOB SUAS, sendo um professor de Dança. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 24 de março de 2015 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá-SC, 10 de março de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Itaiópolis**PREFEITURA****EXTRATO DO EDITAL - PR Nº 14/2015**

Processo Licitatório nº 18/2015 - Pregão Presencial nº 14/2015 - Objeto: registro de preços para contratação de empresa(s) para prestar(em) serviços de lavagem de veículos, caminhões e máquinas. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 26 de março de 2015, até às 09hs10min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 26 de março de 2015, às 09hs15min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaipolis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 10 de março de 2015.

José Heraldo Schritke

Itapiranga

PREFEITURA

CREDENCIAMENTO 002/2015 - CAMARA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CAMARA DE VEREADORES
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
PARA CREDENCIAMENTO Nº 02/2015

A Câmara de Vereadores do Município de Itapiranga - SC, torna público que encontra-se aberto o Edital de Chamamento Publico para Credenciamento nº 02/2015 para recebimento de propostas e habilitação para contratação de serviços de imprensa escrita para divulgação de atos oficiais e institucionais da Câmara de Vereadores, para o ano de 2015. Entrega da documentação e propostas até às 17:15 horas do dia 16 de março de 2015. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Secretaria da Câmara ou pelo fone (49) 3677-0448 ou por email: diretoria@camaraitapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 09 de março de 2015.
Gabriel Celuppi
Presidente da Camara

CREDENCIAMENTO 003/2015 - CAMARA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CAMARA DE VEREADORES
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
PARA CREDENCIAMENTO Nº 03/2015

A Câmara de Vereadores do Município de Itapiranga - SC, torna público que encontra-se aberto o Edital de Chamamento Publico para Credenciamento nº 03/2015 para recebimento de propostas e habilitação para contratação de serviços de radiofusão de publicação de atos oficiais, avisos e informações da Câmara de Vereadores, para o ano de 2015. Entrega da documentação e propostas até às 17:30 horas do dia 16 de março de 2015. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Secretaria da Câmara ou pelo fone (49) 3677-0448 ou por email: diretoria@camaraitapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 09 de março de 2015.
Gabriel Celuppi
Presidente da Camara

DISPENSA 001/2015 - CAMARA VERADORES

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CAMARA DE VEREADORES

Processo Licitatório nº 01/2015
Dispensa de Licitação nº 01/2015
Partes: Câmara de Vereadores de Itapiranga e CIGA
Objeto: Contratação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores (PGVC) aprovado pelo CIGA, nos termos da Resolução CIGA nº 16/2011.
Fundamento: Inciso XXVI, artigo 24, da Lei nº 8.666/93
Valor: R\$ 2.612,50

Vigencia: 31/12/2015

Itapiranga - SC., 03 de março de 2015
Gabriel Celuppi
Presidente da Camara

DISPENSA Nº 68/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 68/2015
Dispensa de Licitação nº 68/2015
Partes: Município de Itapiranga e Esporte Clube Cometa.
Objeto: Locação do Estádio do Cometa para treinamento e preparação física das equipes de competição e escolinhas do departamento de esportes nos naipes masculino e feminino para o ano de 2015.
Fundamento: Inciso X, do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993
Vigência: 30/11/2015
Valor: R\$ 30.005,00

Itapiranga - SC., 10 de março de 2015
Milton Simon
Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº 07/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 7/2015 - FMS

OBJETO: Contratação de serviços odontológicos para confecção de próteses dentárias a pessoas necessitadas conforme edital de credenciamento nº 001/2015.
Contratado: Vanderlei Jantsch - ME
CNPJ: 17.135.451/0001-39
Valor: R\$ 217.800,00
Vigência: 31/12/2015
Fundamento: Caput do artigo 25 da Lei nº 8.666.

Itapiranga - SC., 10 de março de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 57/2015

Portaria nº 57 de 5 de março de 2015.
Concede licença gestante à servidora municipal.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39 de 12/07/2011.
Resolve:
Art.1º. Conceder Licença Gestante à servidora municipal Carlise Diel matrícula nº 14016/14, no período de 5/3/2015 até 31/8/2015.
Art.2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 5 de março de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 58/2015

Portaria nº 58 de 5 de março de 2015.
Concede licença gestante à servidora municipal.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39 de 12/07/2011.

Resolve:

Art.1º. Conceder Licença Gestante à servidora municipal Tatiane Penz matrícula nº 14122/03, no período de 5/3/2015 até 31/8/2015.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 5 de março de 2015.

Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 59/2015

Portaria nº 59 de 9 de março de 2015

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações;

Resolve:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 9 de março de 2015, Dinéia Ferreira Mendes, para exercer as funções do cargo de provimento efetivo de Servente, com 40 horas semanais, tendo em vista aprovação no concurso público nº 01/2013, exercendo as atribuições do referido cargo de conformidade com a Legislação Municipal supra mencionada.

Art. 2º - A servidora municipal estará vinculada ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrada no nível 585 classe A-03.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 9 de março de 2015.

Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 60/2015

Portaria nº 60 de 9 de março de 2015.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011.

Resolve:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio à servidora municipal Janete Frantz Baumann, matrícula nº 11824/02 pelo período de 03 (três) meses iniciando-se em data de 10/3/2015 até 9/6/2015, referente o período aquisitivo de 1º/4/2007 até 31/3/2012.

Art. 2º. Converter o período de 10/3/2015 até 9/5/2015 correspondente a 2/3 (dois terços) da licença em abono especial, em conformidade com o § 2º do Art. 103 da Lei Complementar nº 39/2011.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 9 de março 2015.

Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial do Estado - DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

RETIFICA EXTRATO DO CONTRATO Nº 71/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 71/2015/RH

PARTES: Município de Itapiranga e LUIS CARLOS DALL SOTO

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Educação Física
Nível salarial: 578

Classe - Referencia: B-01

VIGÊNCIA: 23/02/2015 a 14/12/2015

Itapiranga - SC, 23 de fevereiro de 2015.

Milton Simon
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

ATA TOMADA DE PREÇO DE Nº 02-2015

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	10/03/2015	Horário início: 09h30min
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 02/2015 Nº 10/2015

OBJETO:

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção do Abrigo Provisório Recanto Feliz, no Balneário Princesa do Mar, compreendendo 350,02m², conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2191/2014. Observando que a Licitação foi publicada em Jornal Diário de circulação no estado, Diário Oficial dos Municípios, site e mural público municipal, no dia 09/02/2015 a fim de ampla divulgação. Retiraram edital as empresas: C.L.D. CONSTRUTORA E INCORPORAÇÃO LTDA ME, CNPJ/MF: 12.296.247/0001-86, CONSTRUFORT OBRAS LTDA ME, CNPJ/MF: 08.423.578/0001-62, ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ/MF: 18.985.854/0001-30, J. LUMA CONSTRUTORA LTDA ME, CNPJ/MF: 08.969.679/0001-33, SOLO ENGENHARIA LTDA ME, CNPJ/MF: 08.743.714/0001-00, FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA ME, CNPJ/MF: 20.985.955/0001-52. Exatamente as 09h00min encerraram os prazos para protocolo de envelopes de propostas. Protocolaram envelopes as empresas:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
10/03/2015	863	08h:43m	ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA	18.985.854/0001-30
10/03/2015	864	08h:43m	J. LUMA CONSTRUTORA LTDA ME	08.969.679/0001-33

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Ainda nesta fase, foi verificado que a empresa J. LUMA CONSTRUTORA LTDA ME descumpriu o prazo estipulado no item 2.4.6.2. para a apresentação da garantia da proposta (até 3 (três) dias úteis anteriores à data marcada para a entrega dos envelopes e o licitante realizou o protocolo na data de 09/03/15). Tendo em vista que em caso de sua desclassificação restaria apenas uma licitante participando do certame, e com o intuito de aumentar a competitividade e consequentemente alcançar a proposta mais vantajosa para a administração pública, a CPL não considerou este, como um motivo de inabilitação. Em seguida foram abertos os envelopes de habilitação da empresa licitante, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado que os atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa J. LUMA CONSTRUTORA LTDA ME tratam da construção de um barracão, suscitando dúvidas quanto à sua compatibilidade com o objeto licitado e consequentemente quanto ao atendimento mínimo de 40% exigido no edital. Contudo, por trata-se se questão de ordem técnica, a CPL entendeu conveniente suspender a sessão pública a fim de solicitar parecer técnico referente ao citado, conforme o item 6.4 do edital. Nada mais havendo digno de nota, suspendeu-se a presente sessão pelo prazo

necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme.

ISABELA RAICK DUTRA POHL PRESIDENTE	
FERNANDA CRISTINA ROSA VICE-PRESIDENTE	JULIANA CRISTINA SOARES SPECK MEMBRO
Licitantes presentes:	
J. LUMA CONSTRUTORA LTDA ME ELVINO AUGUSTO JUNIOR CNPJ/MF: 983.398.189-53	

DECRETO MUNICIPAL Nº 2389/2015 – EXONERA GERENTE DO ÓRGÃO TRIBUTÁRIO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

DECRETO MUNICIPAL NO 2389/2015

Data: 06 de março de 2015.

EXONERA GERENTE DO ÓRGÃO TRIBUTÁRIO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado o Sr. AMARILDO JOSÉ ZAGONEL, do cargo de Gerente do Órgão Tributário, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 06 de março de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2390/2015 – EXONERA CHEFE DA DIVISÃO DE CADASTRO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO, DO ÓRGÃO TRIBUTÁRIO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

DECRETO MUNICIPAL NO 2390/2015

Data: 06 de março de 2015.

EXONERA CHEFE DA DIVISÃO DE CADASTRO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO, DO ÓRGÃO TRIBUTÁRIO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado o Sr. LUCIANO PELLISSARI, do cargo de Chefe da Divisão de Cadastro Mobiliário e Imobiliário, do Órgão tributário municipal.

Art. 1º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 06 de março de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2391/2015 – NOMEIA GERENTE DO ÓRGÃO TRIBUTÁRIO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

DECRETO MUNICIPAL NO 2391/2015

Data: 06 de março de 2015.

NOMEIA GERENTE DO ÓRGÃO TRIBUTÁRIO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado o Sr. LUCIANO PELISSARI, no cargo de Gerente do Órgão Tributário, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 06 de março de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DM2357/2015–DISPÕESOBREOESTABELECIMENTO DO DESDOBRAMENTO DAS METAS FISCAIS ANUAIS DE RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL APROVADAS PELA LEI MUNICIPAL Nº 545/2014 – LDO 2015.

DECRETO MUNICIPAL NO 2357/2015

Data: 16 de Janeiro de 2015

DISPÕE SOBRE O ESTABELECIMENTO DO DESDOBRAMENTO DAS METAS FISCAIS ANUAIS DE RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL APROVADAS PELA LEI MUNICIPAL Nº 545/2014 - LDO 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art.1º Fica estabelecido o desdobramento das metas fiscais anuais de resultado primário e nominal aprovadas pela Lei Municipal nº 545/2014 - LDO 2015, em metas bimestrais, em cumprimento ao disposto no art. 9º, da Lei Complementar nº 101/2000, conforme abaixo:

I- Resultado Primário

RESULTADO PRIMÁRIO	
1º BIMESTRE	5.221.956
2º BIMESTRE	5.293.311
3º BIMESTRE	5.372.644
4º BIMESTRE	5.402.020
5º BIMESTRE	5.978.401
6º BIMESTRE	-3.732.000

II - Resultado Nominal

RESULTADO NOMINAL	
1º BIMESTRE	-4.975.355
2º BIMESTRE	-860.005
3º BIMESTRE	-503.437
4º BIMESTRE	-732.197
5º BIMESTRE	-1.373.457
6º BIMESTRE	20.000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 16 de Janeiro de 2015

Sergio Ferreira de Aguiar

Prefeito Municipal

DM2358/2015–DISPÕESOBREOESTABELECIMENTO DO DESDOBRAMENTO DAS METAS DE RECEITA, CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2015.

DECRETO MUNICIPAL NO 2358/2015

Data: 16 de Janeiro de 2015

DISPÕE SOBRE O ESTABELECIMENTO DO DESDOBRAMENTO DAS METAS DE RECEITA, CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRTA

Art. 1º Fica estabelecido os Demonstrativos de Programação Financeira, do Cronograma de Execução Mensal de Desembolso por Destinação de Recursos e do Desdobramento das Receitas Previstas em Metas Bimestrais de Arrecadação por Destinação de Recursos, em conformidade com os artigos 8º e 13, da Lei Complementar 101/2000 - LRF, conforme os anexos 1, 2 e 3, partes integrantes do presente Decreto.

Parágrafo único - Os anexos de que trata o caput têm a seguinte nomenclatura:

I - Anexo 1 - Desdobramento das Receitas por Destinação de Recursos em Metas Bimestrais de Arrecadação - Exercício 2014 (LRF art. 13);

II - Anexo 2 - Demonstrativo do Cronograma de Execução Mensal de Desembolso por Destinação de Recurso - Exercício 2014 (LRF art. 8º);

III - Anexo 3 - Demonstrativo da Programação Financeira - Exercício 2014 (LRF art. 8º).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 16 de Janeiro de 2015

Sergio Ferreira de Aguiar\

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: EDITAL Nº 015/2015 - SUPERVISOR (A) ESCOLAR

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES N.º 15/2015.

Terezinha Fávoro da Silveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 36 da Lei Municipal N.º 075/01 de 24 de dezembro de 2001 torna público pelo presente Edital às normas do procedimento que nortearão o Edital de processo seletivo de admitidos em caráter temporário/vaga remanescente do Edital 42/2014 para complementação do quadro de Supervisor (a) Escolar que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, em um período compreendido entre 16/03/2015 a 18/12/2015 ou até o preenchimento da vaga por concurso público.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para contratação, em caráter temporário, para complementação do quadro de profissionais que atuarão na escola de Ensino Fundamental, por período determinado ou até o preenchimento da vaga por concurso público.

- 1.2 - Os candidatos deverão atender as atribuições contidas na Lei 075/01 nos anexos II e III;
- 1.3 - As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho indicado pelo setor de Recursos Humanos; b) ter disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Secretaria Municipal de Educação;
- 1.4 - O contratado fará jus ao vale transporte para deslocar-se ao trabalho, desde que comprove a necessidade com comprovante de residência;
- 1.5 - O contratado fará jus a auxílio alimentação, férias e 13º salários proporcionais;
- 1.6 - A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se o mesmo ao regime geral de previdência social, ficando o contratado obrigado a cumprir as normas disciplinares constantes do Regulamento do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipal e Leis Municipais nº 075/2001; 155/2003 e 044/2014.
- 1.7 - Os contratados, durante a prestação de serviço temporário, serão avaliados continuamente, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento com prazos e produtividade. Caso seu aproveitamento não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido, com aviso antecipado de 30 dias conforme Lei Complementar Municipal nº 16/2007.

2. DAS INSCRIÇÕES:

2.1 - As inscrições para entrega de currículo será dia 11 e 12 de março de 2015. Local: Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges, n.º 201 - Itapema do Norte, em Itapoá. Horário: das 8h00min às 13h30min.

3. QUADRO DE VAGAS:

Vagas	Área	CH
1	Supervisor (a) Escolar	40h

3.1 - Os candidatos classificados no presente processo seletivo e que momentaneamente não houver disponibilidade de vaga, aguardarão a consequente abertura das vagas e o respectivo (chamamento) ou (contato) na época própria por e-mail e/ou telefone.

4. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO:

- 4.1 - Para inscrever-se é necessário apresentar o currículo constando escolaridade, experiência profissional, cursos de aperfeiçoamento na área (se houver), com nome, endereço, telefone e e-mail completo.
- 4.2 - A classificação ocorrerá com base nas informações do currículo apresentado, tendo como base a formação de acordo com a área pretendida.
- 4.3 - A classificação será publicada dia 13 de março de 2015 às 12hs.
- 4.4 - Não havendo currículos para classificação e publicação na respectiva data citada, a mesma classificação poderá ser publicada posteriormente, num prazo de cinco dias.

5. CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO (no ato da contratação, entregue ao RH).

- 1- Cédula de Identidade (RG)
- 2- Cadastro de Pessoa Física (CPF)
- 3- Título de Eleitor
- 4- Certidão de Quitação Eleitoral (internet)
- 5- Certidão de nascimento ou casamento
- 6- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão)
- 7- Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação
- 8- Uma foto recente

- 9- Comprovante de residência
- 10- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.
- 11- Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC)
- 12- Certidão de Nascimento dos Filhos
- 13- Certidão de Regularização do CPF (internet)
- 14- Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece)
- 15- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece)
- 16- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (Termo de Responsabilidade)
- 17- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece)
- 18- Tipagem sanguínea
- 19- Laudo médico
- 20- Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº:
- 21- Comprovante de quitação militar.

6 - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- 5.1 - A inscrição deverá ser realizada com a entrega de currículo na Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges nº 201, Itapema do Norte, Itapoá;
- 5.2 - O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo;
- 5.3- Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão da Secretaria Municipal de Educação.

Itapoá, 10 de março de 2015.
Terezinha Fávoro da Silveira
Secretaria de Educação

SECRETARIA DE SAÚDE: CLASSIFICAÇÃO EDITAL Nº 010/2015 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM

CLASSIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 010/2015 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais, torna público a Classificação do Processo Seletivo Simplificado para o cargo de Auxiliar de Enfermagem.

CLASS.	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1ª	Priscila Alves de Oliveira Lazzaretti Ferreira	88
2ª	Noeli Souza da Silva	70
3ª	Terezinha do Carmo Alves Czarnecki	66
4ª	Janaina Chagas Vieira	64

Itapoá, 10 de Março de 2015.
Marciane Rech
Enfermeira Coordenadora ESF

Joseane Maria Soares de Lima
Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz
Agente Administrativo II

TERMO ADITIVO Nº 15/2015

TERMO ADITIVO Nº 15/2015 QUE VISA ADITIVAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 86/2014. (2º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Secretário de Obras e Serviços Públicos, o Sr. JEFERSON RUBENS GARCIA, portador do CI.RG nº 2195991 SSP/SC e do CNPF/MF nº 791.929.639-00 e pelo Prefeito Municipal, o Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 873994 SSP/PR e do CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e de outro lado a Empresa EMPREITEIRA FORTUNATO LTDA, com sede á Rua XV de Novembro, nº 4190, Bairro: Glória na cidade de Joinville/SC, CEP: 89.216-201, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 82.607.623/0001-91 e Inscrição Estadual n.º 25505648-6, representada neste ato por procuradora, a Sra. ADRIANA LORENZI CAMACHO, portadora do CNPF/MF nº 769.462.239-34 e Cédula de Identidade Profissional nº OAB/SC nº 25203-B, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo que visa aditar o Contrato Administrativo nº 86/2014 o qual firmou a Contratação de empresa com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para 2900 metros de pavimentação asfáltica em vias de ligação, conforme projeto básico, memorial descritivo e planilha orçamentária, partes integrantes do Edital, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA Nº 04/2014 - PROCESSO Nº 108/2014, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo visa a concessão de reequilíbrio econômico-financeiro para o item 3.15 Cimento asfáltico de petróleo a granel (CAP 50/70), a adição de um percentual de 9,99% ao respectivo contrato e a prorrogação do prazo pelo período de 30 (trinta) dias em conformidade com justificativas, projetos e planilhas orçamentárias em anexo ao processo.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Concede o reequilíbrio econômico-financeiro para o item 3.15 Cimento asfáltico de petróleo a granel (CAP 50/70), tendo em vista os aumentos sofridos pelo produto, passando do valor de R\$ 1.139,01 (um mil cento e trinta e nove reais e um centavo) ao valor de R\$ 1.634,30 (um mil seiscentos e trinta e quatro reais e trinta centavos), totalizando uma diferença de R\$ 53.180,11 (cinquenta e três mil cento e oitenta reais e onze centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: DO ADITIVO

Acresce ao objeto da licitação um percentual de 9,99% o qual perfaz o valor de R\$ 179.553,39 (cento e setenta e nove mil, quinhentos e cinquenta três reais e trinta e nove centavos) referente a adequações e melhorias a serem realizadas no projeto inicial, em conformidade com justificativas, projetos e planilhas orçamentárias em anexo ao processo.

CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO

Prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 86/2014, em 30 (trinta) dias contados a partir do dia 11/03/2015, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO

Altera cláusula quinta "do preço", acrescentando o valor de R\$ 232.733,50 (duzentos e trinta e dois mil setecentos e trinta e três reais e cinquenta centavos) que corresponde às alterações de reequilíbrio econômico-financeiro na forma da Cláusula Primeira, somado às alterações referentes ao aditivo na forma da Cláusula Segunda.

CLÁUSULA SEXTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 86/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 86/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Itapoá/SC, 09 de março de 2015.

CONTRATANTE SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL MUNICIPIO DE ITAPOÁ	CONTRATADA EMPREITEIRA FORTUNATO LTDA ADRIANA LORENZI CAMACHO
JEFERSON RUBENS GARCIA SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Testemunhas:	
Nome: CNPJ/MF:	Nome: CPF/MF:

Joaçaba

PREFEITURA

ATA 15/2014/03 PMJ TA 01

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2014/03 PMJ - TA 01

Aos 10 (dez) dias do mês de março de 2015, o MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, centro, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, representado neste ato pelo Prefeito, Sr. Rafael Laske, como órgão gerenciador, e a empresa POSTO DE COMBUSTÍVEIS BORDIGNON LTDA, estabelecida na Avenida Santa Terezinha, 900, em Joaçaba, SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.583.334/0001-40, representada neste ato pelo Sr. DOACIR BORDIGNON, inscrito no CPF sob o nº 249.651.629-00 e C.I. nº 562.669, doravante denominada DETENTORA, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO à Ata de Registro de Preços nº 15/2014/03 PMJ, firmada em 18/12/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 88/2014/PMJ, instaurado pelo Edital PP nº 61/2014/PMJ para Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é o Registro de Preços de combustíveis e lubrificantes, visando eventuais requisições futuras, destinados a manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, observando-se o disposto no inciso II, "d", do art. 65 da Lei 8.666/93.

Este instrumento tem por objeto alterar o preço do item 2 do fornecedor registrado, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, passando o mesmo a ter a seguinte redação, a partir do dia 11 de março de 2015:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	MARCA	VALOR UNITÁRIO INICIAL R\$	VALOR UNITÁRIO REVISADO R\$
2	Óleo Diesel S-10 (litro)	lto	PETROBRÁS	2,717	3,02

Permanecem inalteradas a ratificadas as demais condições da Ata de Registro de Preços nº 15/2014/03PMJ.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA, SC, 10 de março de 2015.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
Prefeito

POSTO DE COMBUSTÍVEIS BORDIGNON LTDA
DOACIR BORDIGNON

Testemunhas:

1. _____
2. _____

HOMOLOG PL 14/2015 PP 07/2015 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 14/2015/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015/PMJ

O Secretário Municipal de Infraestrutura de Joaçaba, Venilton Rogério Teles, no uso de suas atribuições, Resolve:
HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 14/2015/PMJ.

- Modalidade: PP 07/2015/PMJ.

Objeto: o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de massa asfáltica usinada a quente, para aplicação a frio, embalada em saco de 25 (vinte e cinco) quilos, destinada a reparos da pavimentação existente em diversas ruas do Município de Joaçaba.

-Empresas Vencedoras:

COMPACT PAV - TECNOLOGIA EM ASFALTO LTDA-ME

Valor Total: R\$ 49.000,00

Fiscal das Atas de Registro de Preços: JOSÉ MARTINS.

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 10 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Venilton Rogério Teles

Secretário de Infraestrutura

PORTARIA N.º 4055

PORTARIA Nº 4.055 DE 04 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) IARA HECKLER VASTRES, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 06 de agosto de 2012 a 05 de agosto de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 02 de março de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de março de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4056

PORTARIA Nº 4.056 DE 04 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) LUCIANE FRANK, Psicóloga, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 15 de março de 2012 a 14 de março de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 02 de março de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de março de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4057

PORTARIA Nº 4.057 DE 04 DE MARÇO DE 2015

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, Resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 10 de agosto de 2015 do(a) Servidor(a) Sr.(a) JOAO FELIPE MOLOSSI SILVA, para exercer as funções de MEDICO - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de processo seletivo n.º 04/2014/FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 10 de fevereiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 04 de março de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4058

PORTARIA Nº 4.058 DE 06 DE MARÇO DE 2014

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Resolve:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) VALDIR ANTONIO MEIRA, Operador de Máquinas, Classe "A-III", para a Classe "A-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 06 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4059

PORTARIA Nº 4.059 DE 06 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, Resolve:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) VALDIRENE FERNANDES DA SILVA, Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "B-IV", para a Classe "B-V", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 06 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4060

PORTARIA Nº 4.060 DE 06 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Resolve:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) VALDIRENE MOTERLE, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, Auxiliar de Serviços Internos, Classe "B-VIII", para a Classe "B-IX", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 06 de março de 2015
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4061

PORTARIA Nº 4.061 DE 06 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Resolve:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) VALERIA TEREZINHA FERREIRA, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-IV", para a Classe "A-V", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 06 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4062

PORTARIA Nº 4.062 DE 06 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Resolve:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) VALKIRIA SUZANA MARTINS TREVISAN, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, Técnico de Administração, Classe "D-IV", para a Classe "D-V", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 06 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4063

PORTARIA Nº 4.063 DE 06 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Resolve:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) VÂNIA BRANDALIZE, lotado(a) no(a) Divisão da Procuradoria - Gabinete do Prefeito Municipal, Advogado, Classe "C-IX", para a Classe "D-I", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 06 de março de 2015
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4064

PORTARIA Nº 4.064 DE 06 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, Resolve:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) VERA LUCIA RADAPELLI WOLFF, Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "B-VI", para a Classe "B-VII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 210 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 06 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4065

PORTARIA Nº 4.065 DE 06 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Resolve:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) VERONI DE ASSIS RODRIGUES, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura, Vigia, Classe "B-IX", para a Classe "C-I", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 06 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4066

PORTARIA Nº 4.066 DE 06 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Resolve:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) VERONICA SALETE ALVES PEREIRA, Auxiliar de Saúde Bucal, Classe "E-II", para a Classe "E-III", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 06 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4067

PORTARIA Nº 4.067 DE 06 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Resolve:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) VITORINO ANTONIO NICHELE, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura, Motorista, Classe "B-VII", para a Classe "B-VIII", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 06 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4068

PORTARIA Nº 4.068 DE 06 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Resolve:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) WALDOMIRO JOÃO SOARES, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Motorista, Classe "A-III", para a Classe "A-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 06 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4069

PORTARIA Nº 4.069 DE 06 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Resolve:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) WANDERLEI DE OLIVEIRA, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura, Operador de Máquinas, Classe "B-VIII", para a Classe "B-IX", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 06 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4070

PORTARIA Nº 4.070 DE 06 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Resolve:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ZAIRA DE MARCO TERES, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Monitor Social, Classe "A-IX", para a Classe "B-I", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 06 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4071

PORTARIA Nº 4.071 DE 06 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, Resolve:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ZELIA APARECIDA MARTINS, Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "B-VI", para a Classe "B-VII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 06 de março de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4072

PORTARIA Nº 4.072 DE 10 DE MARÇO DE 2015

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure possível infração disciplinar por parte do servidor Claiton Luiz de Souza Pinto conforme memorando interno da Secretaria Municipal de Educação, bem como, parecer jurídico.

2º DESIGNAR os servidores, ROSANGELA PELICIELLI, JULIO CESAR BISSANI e SULANY DE FATIMA B. WELTER, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 10 de março de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA REPASSE DE RECURSOS**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA REPASSE DE RECURSOS
(FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES)**

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob o Nº 82.939.380/0001-99, através do FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES, neste ato representado por seu Diretor, Sr. Rony Edson Lenz, torna público o PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO destinado à seleção de organizações da sociedade civil atuantes na área da prática esportiva, para entabulação de parceria com o Município de Joaçaba, na forma de termo de fomento esportivo:

1 - Fica incluso o Parágrafo único ao item 1.4 do Edital de Chamamento Público com a seguinte redação:

1.4 (...)

Parágrafo único - No caso do somatório dos valores conquistados pelas entidades desportivas ultrapassar o limite máximo global (R\$ 320.000,00) estabelecido no presente Edital, haverá uma redução proporcional para todas as entidades, com base de cálculo na pontuação obtida.

2 - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba (SC) para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste Edital, esgotadas as vias administrativas.

Joaçaba (SC), 09 de março de 2015.

Rony Edson Lenz

Diretoria de Esportes

RESOLUÇÃO Nº 02/2015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 02/2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

"DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE DOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL"

O Secretário de Assistência Social de Joaçaba (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, Resolve:

Art. 1º Fica fixado o seguinte horário de expediente do Centro de Referência da Melhor Idade - CRMI, mantido pela Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Joaçaba, nos seguintes termos:

SERVIÇO	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS
CRMI	1230 hs às 18:30 hs

Art. 2º As eventuais alterações de horário deverão ser prévia e formalmente autorizadas pela Secretaria de Assistência Social.

Art. 3º Somente será permitido serviço extraordinário para atender situações excepcionais e temporárias, mediante autorização prévia e formal da Secretaria de Assistência Social, sendo vedada a adoção sistemática de "banco de horas".

Art. 4º Fica alterada a resolução nº 01 de 02 de fevereiro de 2014.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data da publicação.

Joaçaba (SC), em 10 de março de 2014.

MÁRIO WOLFART

Secretário Municipal de Assistência Social

CELSO FELIPE BORDIN

Secretário Municipal de Gestão Administrativa

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO A CONVOCAÇÃO

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista que decorreu o prazo de 30 dias da convocação do candidato(a) Sr(a) MARINEZ MACIEL DA SILVA, Cargo de Auxiliar de Serviços Internos, classificado em 67º lugar, referente ao Concurso Público n.º 001/2011, sem que a convocação fosse atendida, fica registrado a perda da vaga pelo referido candidato.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 10 de março de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

02/2015 PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 10/03/2015		Válido até: 10/03/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de massa asfáltica usinada a quente, para aplicação a frio, embalada em saco de 25 (vinte e cinco) quilos, destinada a reparos da pavimentação existente em diversas ruas do Município de Joaçaba.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	Massa asfáltica (CBUQ) usinada a quente, para aplicação a frio.	SC	COMPACT PAV - TECNOLOGIA EM ASFALTO LTDA - ME (10713)	ASFALTEC PAV	0	9,8000	1
---	---	----	---	--------------	---	--------	---

Composição básica:
" Agregados pétreos - CAP 50/70 modificado por aditivo, processos e mistura - não emulsionado.

Aplicação:
" Manutenção de pavimento (tapa buraco), construção e reparação de lombas físicas e rampas para cadeirantes, fixação de grades de bocas de lobo, etc.

Estocagem:
" Por até 12 (doze) meses contados da data de fabricação.

Capacidade:
" Aplicação em buracos com água e em períodos de chuva sem a perda de coesão e aderência ao pavimento antigo.

Requisitos:
" O produto deverá estar de acordo com as normas e legislação pertinentes.

Embalagem:
" Sacos com 25 kg (vinte e cinco quilos)

NACIONAL ASFALTOS LTDA - EPP (10958)	RESTAURA FACIL	0	9,9000	2
--------------------------------------	----------------	---	--------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 10/03/2015		Válido até: 10/03/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de massa asfáltica usinada a quente, para aplicação a frio, embalada em saco de 25 (vinte e cinco) quilos, destinada a reparos da pavimentação existente em diversas ruas do Município de Joaçaba.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA - EPP (11449)	PAVSUL PAVFACIL	0	12,0500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 10/03/2015		Válido até: 10/03/2016				
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de massa asfáltica usinada a quente, para aplicação a frio, embalada em saco de 25 (vinte e cinco) quilos, destinada a reparos da pavimentação existente em diversas ruas do Município de Joaçaba.								
Item	Especificação		Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2015

PROCESSO Nº 14/2015

- (10713) - COMPACT PAV - TECNOLOGIA EM ASFALTO LTDA - ME
- (10958) - NACIONAL ASFALTOS LTDA - EPP
- (11449) - PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA - EPP

Joaçaba, 10 de Março de 2015.

SIMAE**ATA DE REGISTRO DE PREÇO JHL 02/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02/2015

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0001/2015, na Ata de julgamento de preços, homologada em 06/03/2015, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando à contratação de empresa(s) para a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimentos de peças em geral e acessórios, por hora trabalhada, de mecânica, elétrica, funilaria e pintura destinada à manutenção de equipamentos acoplados aos veículos da frota do SIMAE, durante o exercício financeiro de 2015.

1.2 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva constarão de:

- a) execução de reparos, conservação e recuperação dos equipamentos;
- b) fornecimento, de peças e acessório a serem utilizados na execução de serviços de reparos, conservação e recuperação referidos na alínea anterior, observando as disposições constantes neste Edital conforme a seguir:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	100,00	HR	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA EQUIPAMENTOS ACOPLADOS AOS VEICULOS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE GUINDASTE MUNK HIDRÁULICO COM CAPACIDADE 4000 KG-F/M, DUAS LANÇAS HIDRÁULICAS E UMA LANÇA MANUAL, MARCA ARGOS- ACOPLADO AO VEICULO FIAT IVECO PLACAS MKJ-1354 TECNICA ESGOTO RETROESCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO FORD CARGO PLACA MEB-6131 TECNICA AGUA RETROESCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO VOLKS VW10.160 PLACAS QHC-7075 - TECNICA AGUA	VIEIRA	107,50	10.750,00
2	90,00	HR	SERVIÇOS DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA EQUIPAMENTOS ACOPLADOS AOS VEICULOS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE GUINDASTE MUNK HIDRÁULICO COM CAPACIDADE 4000 KGF/M, DUAS LANÇAS HIDRÁULICAS E UMA LANÇA MANUAL, MARCA ARGOS- ACOPLADO AO VEICULO FIAT IVECO PLACAS MKJ-1354 TECNICA ESGOTO RETROESCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO FORD CARGO PLACA MEB-6131 TECNICA AGUA RETROESCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO VOLKS VW10.160 PLACAS QHC-7075 - TECNICA AGUA	VIEIRA	107,50	9.675,00
3	40,00	HR	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA EQUIPAMENTOS ACOPLADOS AOS VEICULOS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE GUINDASTE MUNK HIDRÁULICO COM CAPACIDADE 4000 KG-F/M, DUAS LANÇAS HIDRÁULICAS E UMA LANÇA MANUAL, MARCA ARGOS- ACOPLADO AO VEICULO FIAT IVECO PLACAS MKJ-1354 TECNICA ESGOTO RETROESCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO FORD CARGO PLACA MEB-6131 TECNICA AGUA RETROESCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO VOLKS VW10.160 PLACAS QHC-7075 - TECNICA AGUA	VIEIRA	122,00	4.880,00

4	40,00	HR	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA EQUIPAMENTOS ACOPLADOS AOS VEICULOS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE GUINDASTE MUNK HIDRÁULICO COM CAPACIDADE 4000 KGF/M, DUAS LANÇAS HIDRÁULICAS E UMA LANÇA MANUAL, MARCA ARGOS- ACOPLADO AO VEICULO FIAT IVECO PLACAS MKJ-1354 TECNICA ESGOTO RETROESCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO FORD CARGO PLACA MEB-6131 TECNICA AGUA RETROESCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO VOLKS VW10.160 PLACAS QHC-7075 - TECNICA AGUA	VIEIRA	100,00	4.000,00
Total						29.305,00

1.3 O regime da execução do contrato é indireta - empreitada por preço unitário.

1.4 O presente Contrato, assim como a Licitação da qual decorreu, não obriga o SIMAE a aquisição de todos os objetos nas quantidades acima indicadas, sendo solicitados de acordo com as necessidades da Administração.

1.5 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.5.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.5.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.6 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.5.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0001/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS VEICULOS COM OS EQUIPAMENTOS ACOPLADOS

4.1 Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade da Administração, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação.

4.2 A CONTRATADA retirará o veículo com o equipamento acoplado a ser consertado em até 24 (vinte e quatro) horas no local indicado pelo Responsável.

4.2.1 Em caso de emergência a CONTRATADA retirará o veículo com o equipamento acoplado em até duas horas no local indicado pelo Responsável.

4.2.2 Na hipótese de retirada do veículo com o equipamento acoplado pela CONTRATADA os empregados da empresa deverão apresentar-se identificados com credenciais da empresa, sem as quais não serão autorizados a remover o veículo.

4.2.3 O transporte dos veículos deverá ser realizado em outros veículos do tipo "guincho" e nenhum custo pelo transporte deverão ser repassados a Contratante;

4.3 A cada serviço, a CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA um orçamento que deverá ser por este preparado;

4.3.1 O orçamento deverá ser preparado de forma detalhada, abrangendo:

- a) nome, código do fabricante do equipamento e quantidade de peças;
- b) número de horas dos serviços a serem executados;
- c) prazo para realização dos serviços;
- d) placa e quilometragem constante no hodômetro do veículo.

4.3.2 A detentora do Registro de Preços deverá entregar ao requisitante o orçamento prévio acima descrito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após equipamento estar disponível;

4.4 Após a aprovação do orçamento prévio a CONTRATADA deverá executar os serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias para os casos de retífica de motor e 5 (cinco) dias para os demais serviços;

4.5 A CONTRATADA poderá requerer prorrogação dos prazos fixados antes de findos, mediante justificativa formal conforme disposto no Anexo do edital.

4.6. No ato da entrega dos serviços a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.

4.7 O recebimento do serviço, objeto desta licitação, ocorrerá:

- a) Provisoriamente: A recepção provisória dos equipamentos será feita pelo Motorista, designado pela Administração para conduzir o veículo com o equipamento acoplado, sendo que deverá realizar um teste de direção e funcionamento do equipamento, de modo a verificar o

seu correto funcionamento, relativo aos serviços executados. Após tal teste, será emitido Termo de Recebimento Provisório assinado pelas partes, em até 02 (dois) dias da entrega dos veículos;

b) Definitivamente: A recepção definitiva dos equipamentos será feita pelo motorista, designado pela Administração para conduzir o referido veículo cujo equipamento esteja acoplado, após o decurso do prazo de observação ou vistoria da qualidade dos serviços disponibilizados que comprove a adequação do serviço aos termos contratuais, no máximo 02 (dois) dias contados a partir do recebimento provisório e mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes.

4.8 Após o aceite definitivo, o gestor do contrato deverá encaminhar a nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

4.9 A emissão do aceite não exclui a responsabilidade civil do prestador por vícios de qualidade dos serviços executados, das peças ou acessórios substituídos ou disparidade com as especificações técnicas exigidas neste Termo e/ou por ela atribuídas e posteriormente comprovadas pela Administração, sendo facultado a administração submeter as peças e serviços executados à perícia, com objetivo de eliminar qualquer dúvida existente na qualificação e classificação dos mesmos.

4.10 A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o Edital e seus Anexos.

4.11 Os serviços prestados terão prazo mínimo de garantia de:

- a) 100 (cem) horas para serviços prestados;
- b) 100 (cem) horas para peças e acessórios comprados no balcão; e
- c) 100 (cem) horas para peças e acessórios instalados na oficina.

4.12 A garantia das peças e serviços deverá ser cumprida, mesmo após o termino ou rescisão do contrato, até o termo final, conforme definidos nas letras: "a", "b" e "c";

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado a partir do recebimento definitivo dos serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo responsável pela fiscalização do contrato, bem como o relatório de execução dos serviços contendo a quantidade de horas trabalhadas por equipamento (marca, modelo/ano e nº. da placa), em até 05 (CINCO) dias após entrega da nota fiscal a contento.

5.2 Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança:

- a) Os comprovantes de regularidade perante o INSS e o FGTS.

5.3 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.4 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.5 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.6 As despesas decorrentes de aquisição dos objetos desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 2061 2062

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01. 14.01

ELEMENTO: 3.3.90.39.19

6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras além das previstas no Anexo I do Edital:

- a) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- b) Corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;
- c) permitir a fiscalização e o acompanhamento de pessoa indicada pelo CONTRATANTE, na execução do contrato; para fins de acompanhamento da qualidade da execução dos serviços e verificação da qualidade das peças utilizadas no(s) equipamento(s);
- d) fornecer equipamentos de proteção individual (EPI's) aos empregados;
- e) observar as normas de saúde, segurança e medicina do trabalho.

7.2 O não cumprimento dos prazos estipulados no Edital e seus Anexos poderão resultar na suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta Ata e na Lei.

7.3 Será facultado a Administração, através de Comissão Própria ou Mista, a realização de vistoria/auditoria nas dependências das fornecedoras, para avaliar se as condições das instalações físicas, pessoal, aparelhamento e ferramentaria atendem à todas as exigências para execução dos serviços detalhados no Anexo I do Edital.

7.4 A inobservância das exigências presentes nesse Contrato acarretará na aplicação de penalidade, bem como a rescisão contratual.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9 PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
 - b) Multa:
 - 1- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
 - 2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
 - c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.
- 9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), em 06 de março de 2015.

Eliane Aparecida Ceron Vier

Pregoeiro

Equipe de Apoio:

Mônica Saraiva Romani

Vinicius Viecei Melo

ALAIR CRISTIANE DE OLIVEIRA GOMES

Vieira e Vieira Manutenção de Veículos LTDA EPP

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 283/2012 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 283/2012 - 5º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: SULCATARINENSE MINERAÇÃO ARTEFATOS DE CIMENTO BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 76.614.254/0001-61, estabelecida à Estrada Geral Tijucas s/nº km 03 - Biguaçu/SC - cep: 88.160-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO.

A Contratação de Empresa de Engenharia para Execução de Serviços de Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário, das Redes Coletoras, das Ligações Macro e Microdrenagem do Ribeirão Ponte Grande, a Urbanização da Avenida Ponte Grande e do Sistema Integrado Ponte Grande, no Município de Lages, em conformidade com os projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias/quantitativas, partes do Edital correlato.

De acordo com Solicitação do Eng. Fiscal Sr. Dieferson Branger e planilha de reprogramação aprovada e enviada pela Empresa PROSUL, e Parecer Jurídico favorável, dá-se as Seguintes alterações:

DO ACRÉSCIMO:

Fica ADITIVADO ao valor inicial contratado R\$ 508.980,07 (quinhentos e oito mil novecentos e oitenta reais e sete centavos);

DA SUPRESSÃO:

Fica SUPRIMIDO ao valor inicial contratado R\$ 508.980,07 (quinhentos e oito mil novecentos e oitenta reais e sete centavos).

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 10 de Março de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 79/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 79/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: MANTOMAC COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, inscrito no CNPJ nº 79.879318/0002-25, com sede a Rua Alwin Rutzen, 101 - Bairro Itoupavazinha - Blumenau/SC CEP 89.066-345.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 82/2015, correlato à inexigibilidade de Licitação 01/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Manutenção de 04 (quatro) Moto niveladoras da marca Komatsu GD 555-3, sendo 02 (duas) máquinas a serviço da Secretaria da Infraestrutura e 02 (duas) a serviço da Secretaria da Agricultura

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2015;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura até 31/12/2015.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 70.281,60 (setenta mil duzentos e oitenta e um reais e sessenta centavos)

Lages, 09 de Março de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 80/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 80/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ANTONIO CARLOS KOERICH, inscrito no CPF nº 138.124.089-53, com sede a Rua Esteves Junior, 120 - apt. 1202 ed. Halen - Bairro Centro - Florianópolis/SC CEP 88.015-130.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 73/2015, correlato à Dispensa de Licitação 31/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Locação de imóvel para uso da Secretaria da Habitação

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2015;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura até 31/12/2015

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais

Lages, 04 de Março de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 81/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 81/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ESTRUTURAL ADMINISTRAÇÃO LTDA, inscrito no CNPJ nº 03.133.393/0001-08, com sede a Rua Antônio Renor Zeppelini, 165 - Bairro São Francisco - Lages/SC CEP 88.506-437

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 72/2015, correlato à Dispensa de Licitação 30/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Locação de Imóvel para Utilização do PROCON.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2015;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura até 31/12/2015

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais

Lages, 25 de Fevereiro de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 82/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 82/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ELCI PEREIRA BORGES, inscrito no CPF nº 069.243.609-04, com sede a Rua Eleutério da Silva Furtado, 755 - Bairro Centenário - Lages/SC CEP 88.512-060

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 70/2015, correlato à Dispensa de Licitação 25/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Locação de imóvel situado a Rua Eleutério da Silva Furtado s/n. - Centenário - Lages/SC, a ser utilizado como anexo a EMEB Antônio Joaquim Henriques.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2015;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura até 31/12/2015

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 616,85 (seiscentos e dezesseis reais e oitenta e cinco centavos) mensais

Lages, 10 de Fevereiro de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 83/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 83/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: GIORDAN HEIDRICH, inscrito no CPF nº 949.077.909-10, com sede a Rua Frei Gabriel, 280 - Bairro Centro - Lages/SC CEP 88.502-030

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 68/2015, correlato à Dispensa de Licitação 13/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Locação de Imóvel Sito a Rua frei Gabriel, 280, Centro Lages/SC - em uso Pela Diretoria de Recursos Humanos, Secretaria Municipal de Administração

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2015;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura até 31/12/2015

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 4200,00 (quatro mil e duzentos reais) mensais

Lages, 12 de Fevereiro de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 84/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 84/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ADILSON CÓRDOVA BRANCO, inscrito no CPF nº 006.197.259-23, com sede a Rua Salvador Pucci Sobrinho, 562 - Bairro Varzea - Lages/SC CEP 88.511-540

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 81/2015, correlato à Dispensa de Licitação 41/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Locação de Imóvel para Uso Reciclagem de Pneus

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2015;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura até 31/12/2015

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 1.337,43 (um mil trezentos e trinta e sete reais e quarenta e três centavos) mensais

Lages, 06 de Março de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

Lauro Muller**PREFEITURA****CANCELAMENTO EDITAL DE PREGAO Nº27/2015 PMLM**

CANCELAMENTO EDITAL DE PREGAO Nº27/2015 PMLM
PROCESSO Nº27/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que o certame previsto para dia 17 de março de 2015 às 09:00h, processo licitatório Pregão presencial para contratação de empresa para realização de projeto ocupacional, tendo como objetivo a contratação de 6 instrutores/professores para capacitação em trabalhos manuais das técnicas de Pintura, Richilieu, Patchwork, com início no mês de Abril e termino em Novembro de 2015, sendo os mesmos, voltados aos 35 grupos de inclusão Social do município de Lauro Muller/SC, para o desenvolvimento das atividades inclusivas, para início imediato, emergencial e cumprimento de mandatos judiciais, de acordo com os quantitativos estimados e especificações constantes abaixo- Desenvolvimento do objeto, parte integrante do presente edital durante o exercício de 2015, esta cancelado por solicitação da administração devido a problemas com a dotação orçamentaria, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 10 de março de 2015.
ALAN CROSETTA
Presidente da Comissão de Licitação.

DECRETO Nº 016/2015

DECRETO Nº 016/2015.
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014
(Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07.01 - Fundo Municipal de Saúde
07.01 - Fundo Municipal de Saúde
1.008 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE
DOTAÇÃO 4
4.4.90.00.00.0023 - Aplicação Direta R\$ 20.000,00
Total: R\$ 20.000,00 Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do excesso de arrecadação verificado até o momento na fonte 0023 (Transferências de Convênios).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2015.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

DECRETO Nº 017/2015

DECRETO Nº 017/2015.
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014
(Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 137.300,00 (Cento e Trinta e Sete Mil e Trezentos Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

08.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
08.01 - Fundo Municipal de Agricultura
1.033 - Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos
DOTAÇÃO 121
4.4.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 137.300,00
Total: R\$ 137.300,00 Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do excesso de arrecadação verificado até o momento na fonte 0116 (Recursos Ordinários):

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2015.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

DECRETO Nº 018/2015

DECRETO Nº 018/2015.
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014
(Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.01 - Fundo Municipal de Saúde
2015 - - Gerenciamento e Manut. Dos Serviços de saúde

DOTAÇÃO NOVA

4.4.90.00.00.3180 - Aplicação Direta R\$ 40.000,00

Total: R\$ 40.000,00 Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do superávit financeiro da fonte 3180 (Recursos do PMAQ), verificada no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

DECRETO Nº 019/2015

DECRETO Nº 019/2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014
(Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 22.200,00 (Vinte e Dois Mil e Duzentos Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 - Gerenciamento e Manut. Dos Serviços de Saúde

DOTAÇÃO NOVA

3.1.90.00.00.1194 - Aplicação Direta R\$ 22.200,00

Total: R\$ 22.200,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação nas seguintes dotações orçamentárias:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 - Gerenciamento e Manut. Dos Serviços de Saúde

DOTAÇÃO 19

3.3.90.00.00.1194 - Aplicação Direta R\$ 22.200,00

Total: R\$ 22.200,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

DECRETO Nº 020/2015

DECRETO Nº 020/2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014
(Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 13.974,32 (Treze Mil, Novecentos e Setenta e Quatro Reais e Trinta e Dois Centavos), para reforço do seguinte item orçamentário:

07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

1.008 - Reforma e Ampliação de Unidades de Saúde

DOTAÇÃO NOVA

4.4.90.00.00.0323 - Aplicação Direta R\$ 13.974,32

Total: R\$ 13.974,32 Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do superávit financeiro da fonte 0023 (Transferências de Convênios), verificada no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº30/2015 PMLM

Inexigibilidade de Licitação Nº30/2015 PMLM

PROCESSO Nº30/2015

Objeto: Inexigibilidade de Licitação de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar para a Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Educação de LAURO MULLER/SC., conforme resolução Nº. 26 do FNDE, conforme credenciamento por chamada publica 01/2015 PMLM.

Contratada: ANDREA SERGIO

Contratante: Prefeitura Municipal de Lauro Muller.

Valor: R\$ 12.990,00 (doze mil novecentos e noventa reais) a ser dividido entre os credenciados.

Vigência: 09/03/2015 a 31/12/2015.

Lauro Muller, 09 de março de 2015.

ALAN CROSETTA.

Presidente da Comissão de Licitação

Lindóia do Sul

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO 15/22015 PMLS

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015

Pedro Ari Parizotto - Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para contratação de empresa, para confecção de material gráfico, as 08:30 horas do dia 24 de março de 2015, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 09 de março de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO 16/2015

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de forma parcelada de alimentos, no dia 25 de março de 2015, as 08:30, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 do mesmo dia, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site, www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 10 de março de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

CONTRATO PML Nº 047.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 0472015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 014/2015

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 008/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 03 (três) dias do mês de março do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Licínio Cordova, 89-D, Bairro São Cristóvão, na cidade de Chapecó/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 05.919.156/0001-94, neste ato representada por sua sócia administradora, RENATA RAQUEL AHLF, brasileira, solteira, empresária, portadora da cédula de identidade nº 4.256.445 e inscrita no CPF/MF Nº 005.351.199-92, residente e domiciliada na Rua Eurico Gaspar Dutra, 581-E, Bairro São Cristóvão, no Município de Chapecó/SC, doravante denominado FORNECEDOR 1.

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 014/2015, Pregão Presencial nº 008/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de gêneros alimentícios e material de limpeza e higiene, de forma parcelada, destinados as atividades desenvolvidas na Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e os Fundos Especiais, em conformidade com as especificações no Anexo do Edital, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
9	250,00	UN	Álcool gel 70%, com 500 ml, em embalagem pump	4,04	1.010,00
			Detergente liquido embalagem com 05 lt, biodegradavel, com glicerina, testado dermatologicamente o produto deverá apresentar característica de fluidez, viscosidade e concentração que garante um bom rendimento. Aplicação: remoção de gordura de louças, talheres, panelas. Embalagem devera conter externamente os dados de identificação, procedência, numero de registro no ministério da saúde.		
32	80,00	UN		7,32	585,60

35	40,00	UN	Escova sanitária c/ suporte	3,85	154,00
68	300,00	UN	Multiuso - galão com 05 litros	7,65	2.295,00
83	40,00	UN	Rodo duplo 30cm	3,38	135,20

1.2.O FORNECEDOR 1 AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 4.179,80 (quatro mil cento e setenta e nove reais e oitenta centavos);

1.3. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município de Luzerna, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega das mesmas em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.4. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.5. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade;

1.6. Os produtos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.7. A validade do produto fornecido não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data do fornecimento.

1.8. O objeto deverá ser entregue ao servidor responsável pelo Setor de Compras do Município de Luzerna, nas dependências da sede do paço municipal, de segunda a sexta-feira, das 13horas às 18h30min.

1.9. Os materiais deverão estar em conformidade com as normas e legislação pertinentes para cada um e apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.10. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.11. O FORNECEDOR deverá prestar a garantia mínima do fabricante para os produtos entregues, substituindo os que comprovadamente apresentarem algum defeito.

1.12. Por ocasião da entrega, o proponente vencedor deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos.

1.13. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.14. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.15. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.16. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.17. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.

1.18. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal

apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.19. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.20. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação do documento fiscal devidamente atestado por servidor municipal competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700) email: compras@luzerna.sc.gov.br ;

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o edital de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.2. Manter, durante a execução do Contrato todas as condições

de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3.Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4.Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5.Exigir do Município, documento de Autorização emitido pelo setor municipal competente, para liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2.As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à proponente Contratada juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3.A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4.O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5.Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6.Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela Contratada da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela proponente Contratada ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2.A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º,6º e 8º do mesmo artigo;

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d.Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço

registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços, nos termos que segue, de acordo com o parecer contábil:

Modalidade de Aplicação – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

Categoria Economia – 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

06. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade: 0601.04.122.0007.2006 – Manutenção do Departamento de Administração

Reduzido: 018

Fonte 00: Recursos Ordinários

08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade: 0801.12.365.0028.2028 – Manutenção Da Educação Básica – Infantil

Fonte 01: Receita de Impostos e Transf. de Impostos Educação

Atividade: 0801.12.361.0031.2030 – Manutenção da Educação Básica – Fundamental

Fonte 01: Receita de Impostos e Transf. de Impostos Educação

Atividade: 0803.27.812.0049.2040 – Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes

Fonte 00: Recursos Ordinários

09. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade: 0901.20.606.0052.2042 – Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Fonte 00: Recursos Ordinários

11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade: 1101.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos

Fonte 00: Recursos Ordinários

Atividade: 1101.26.782.0067.2060 – Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais do Município

Fonte 00: Recursos Ordinários

13. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Fonte 02: Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde

13. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUZERNA

Atividade: 1201.08.244.0025.2026 – Manutenção da Assistência Social Geral

Fonte 00: Recursos Ordinários

Atividade: 1201.08.244.0025.2084 – Manutenção do CRAS

Fonte 00: Recursos Ordinários

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de

Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do §1º do art.65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 03 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONTRATANTE	RENATA RAQUEL AHLF AP OESTE DISTRIB. DE ALIMEN- TOS LTDA FORNECEDOR 1
--	--

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CONTRATO PML Nº 048.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 0482015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 014/2015

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 008/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 03 (três) dias do mês de março do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

2 - CAPINZAL CENTER LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Carmelo Zocolli, na cidade de Capinzal/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.383.088/0001-17, neste ato representada por seu sócio administrador ENIO DELAZERI, brasileiro, casado, do comércio, portador da cédula de identidade nº 11/R 1.870.202 e inscrito no CPF/MF nº 453.533.100-63, residente e domiciliado à Rua Carmelo Zocolli, s/n, no Município de Capinzal/SC, doravante denominado FORNECEDOR 2;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 014/2015, Pregão Presencial nº 008/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de gêneros alimentícios e material de limpeza e higiene, de forma parcelada, destinados as atividades desenvolvidas na Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e os Fundos Especiais, em conformidade com as especificações no Anexo do Edital, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	100,00	UN	Açúcar refinado embalagem plástica de 5 kg. Referencia para qualidade do produto: união "ou equivalente ou de melhor qualidade".	9,23	923,00
3	1.000,00	UN	Água sanitária embalagem c/01 lt- cloro ativo	0,99	990,00
6	700,00	UN	Álcool etílico hidratado 70%, desinfetante, 500 ml.	2,17	1.519,00
10	150,00	UN	Álcool gel 70%, com 50 ml antisséptico hidratante para as mãos, testado dermatologicamente.	3,29	493,50
11	200,00	UN	Amaciante perfumado embalagem com 05 litros cada, concentrada, para uso em qualquer tecido, composição mínima: cloreto de dialquil, água imidazolina, essência, corante e conservante a embalagem deverá constar externamente os dados de identificação, procedência, numero de lote, validade e número do registro do ministério da saúde.	5,95	1.190,00
14	500,00	UN	Café torrado e moído, duplamente embalado, sendo a primeira embalagem em caixa protetora de papelão e a segunda em embalagem a vácuo laminada, torração escura, com selo de pureza abic, embalagem pacote com 500 gramas. Referencia para qualidade dos produtos: mellita, pilão, "ou equivalente ou de melhor qualidade".	5,69	2.845,00
20	100,00	CX	Chá de diversos sabores - caixa com 15 unidades	2,30	230,00
21	150,00	UN	Chá misto de flores e frutas diversos sabores, caixa com 30 gramas e 15 saquinhos	2,88	432,00
22	3.000,00	UN	Copo descartável 180 ml - com 100 unidades	1,90	5.700,00
23	200,00	UN	Copo descartável de 300 ml - com 50 un	1,81	362,00
24	1.000,00	UN	Copo descartável 80 ml - com 100 unidades	1,96	1.960,00
27	500,00	UN	Desinfetante 2 litros	2,19	1.095,00
28	500,00	UN	Desinfetante limpador solúvel, 2 litros	2,59	1.295,00
29	270,00	UN	Desinfetante p/ banheiro, contendo 1(uma) rede plástica + 1(um) gancho e 1 (uma) pedra de no mínimo 25 gr.	0,86	232,20

30	500,00	UN	Desinfetante sanitário 500 ml. Composição: tensoativos não iônicos, preservante, solvente, sequestrante, conservador de ph, aromatizantes, corantes, essência e veículo.	1,10	550,00
31	2.000,00	UN	Detergente liquido embalagem com 500 ml, biodegradável, com glicerina, testado dermatologicamente o produto deverá apresentar característica de fluidez, viscosidade e concentração que garante um bom rendimento. Aplicação: remoção de gordura de louças, talheres, panelas. Embalagem deves conter externamente os dados de identificação, procedência, numero de registro no ministério da saúde.	0,94	1.880,00
33	800,00	UN	Erva mate, 1ª qualidade. Referencia para qualidade do produto tertúlia 'ou equivalente ou e melhor qualidade".	8,99	7.192,00
34	40,00	UN	Escova de lavar, cerdas sintéticas, p/ roupas	1,38	55,20
37	90,00	UN	Espanja de aço para brilho em inox	1,24	111,60
39	60,00	CX	Filtro de papel para café tamanho 103 - caixa com 40 unidades. Referencia para qualidade do produto melitta "ou equivalente ou de melhor qualidade".	1,85	111,00
41	80,00	PCT	Fósforo - caixinha em madeira com lixa tradicional. Conteúdo: 40 fósforos. Maço: 10 caixinhas.	1,45	116,00
42	20,00	UN	Garrafa térmica air pot flandrez com 1,8 litros. Composição: corpo em chapa de flandrez e ampola de vidro. Dimensões: comprimento - 19,5 cm. Altura - 38,3 cm. Largura: 14,5 cm.	58,00	1.160,00
49	220,00	PCT	Lã de aço com 08 unidades - 60g cada	0,74	162,80
69	60,00	UN	Pá para lixo	1,29	77,40
70	80,00	UN	Pá de lixo plástica com cabo longo (80cm) especificações: 26,5x27x13,5 cm.	3,40	272,00
72	500,00	PCT	Papel higiênico golfrado picotado, folha dupla especial, rolo com 30m, pacote de 4un	2,59	1.295,00

73	800,00	UN	Papel higiênico 300mt x 10cm, folha simples nobre luxo, 100% celulose, na cor branca, gofrado de 1ª qualidade. Qualidade do papel: sem sujidade, homogênea, suave e macio, resistente, com boa absorção, neutro, de primeira qualidade. Isento de materiais estranhos (partículas lenhosas, metálicas, fragmentos de materiais plásticos e outros).	2,14	1.712,00
75	3.000,00	UN	Papel toalha interfolhas, folha intercalada 100% fibra natural, virgem, cor branca alta alvura 100% de fibras naturais sem pigmentação oriunda da utilização de apares de material impresso, com alto poder de absorção, com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, macio, medindo 21 x 23 cm, com gramatura de 28 à 30, embalagem de papel com 1.000 folhas acondicionadas com 05 maços. Sendo necessário a verificação e testados nos padrões da ANVISA.	4,99	14.970,00
82	100,00	UN	Rodo com espuma de 30 cm - de boa qualidade	3,85	385,00
84	20,00	UN	Rodo duplo com 40cm	3,99	79,80
87	450,00	UN	Sabão em pó biodegradável grão azul convencional, múltipla ação, de primeira qualidade com andiodores para secagem a sombra e alto poder de limpeza e remoção de manchas. Deves constituir-se de pó granulado e homogêneo, apresentar aroma agradável e ser inócua a pele. Composição: componente ativo tensoativo catiônico, alcalinizantes coadjuvantes, enzima branqueadora, alvejante, corante, fragrância e agua, embalagem contendo 01 kg, com registro na agencia nacional de vigilância sanitária.	3,49	1.570,00
88	60,00	UN	Sabonete, 90gr	0,55	33,00
98	200,00	UN	Saponáceo 300g em pó	0,79	158,00
99	380,00	UN	Saponáceo líquido - 300 ml	1,59	604,20
101	200,00	UN	Suco em pó - pacote c/ 500 gr	2,10	420,00
105	120,00	UN	Vassoura de nylon, com cabo.	4,10	492,00
108	300,00	UN	Flanela amarela, dimensão 38 x 58 cm 100% algodão, costura nas bordas reforçada, produto de qualidade.	1,15	345,00

109	200,00	UN	Vassoura de palha colonial, com cabo de madeira, 4 fios, palha com 60 cm de comprimento, feitas a mão, reforçadas, resistentes, cor característica da palha, com boa aparência, produto de 1º qualidade.	9,00	1.800,00
112	160,00	UN	Toalha de lavabo 100%algodão com aproximadamente 50x 85cm	4,99	798,40

1.2.O FORNECEDOR 2 - CAPINZAL CENTER LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 55.617,60 (cinquenta e cinco mil seiscientos e dezessete reais e sessenta centavos);

1.3. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município de Luzerna, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega das mesmas em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.4. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.5. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade;

1.6. Os produtos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.7. A validade do produto fornecido não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data do fornecimento.

1.8. O objeto deverá ser entregue ao servidor responsável pelo Setor de Compras do Município de Luzerna, nas dependências da sede do paço municipal, de segunda a sexta-feira, das 13horas às 18h30min.

1.9. Os materiais deverão estar em conformidade com as normas e legislação pertinentes para cada um e apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.10. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.11. O FORNECEDOR deverá prestar a garantia mínima do fabricante para os produtos entregues, substituindo os que comprovadamente apresentarem algum defeito.

1.12. Por ocasião da entrega, o proponente vencedor deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos.

1.13. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.14. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.15. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.16. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da

solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.17. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.

1.18. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.19. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.20. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação do documento fiscal devidamente atestado por servidor municipal competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700) email: compras@luzerna.sc.gov.br ;

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**4.1. Cabe ao FORNECEDOR:**

- 4.1.1. Executar o objeto de acordo com o edital de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;
- 4.1.2. Manter, durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;
- 4.1.5. Exigir do Município, documento de Autorização emitido pelo setor municipal competente, para liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA**DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;**5.1.2. Multa;****5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;****5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.**

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à proponente Contratada juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de

Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela Contratada da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela proponente Contratada ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA**DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

CLÁUSULA SÉTIMA**DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação

das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços, nos termos que segue, de acordo com o parecer contábil:

Modalidade de Aplicação – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
Categoria Economia – 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
06. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
Atividade: 0601.04.122.0007.2006 – Manutenção do Departamento de Administração
Reduzido: 018
Fonte 00: Recursos Ordinários
08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Atividade: 0801.12.365.0028.2028 – Manutenção Da Educação Básica – Infantil
Fonte 01: Receita de Impostos e Transf. de Impostos Educação
Atividade: 0801.12.361.0031.2030 – Manutenção da Educação Básica – Fundamental
Fonte 01: Receita de Impostos e Transf. de Impostos Educação
Atividade: 0803.27.812.0049.2040 – Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes
Fonte 00: Recursos Ordinários
09. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Atividade: 0901.20.606.0052.2042 – Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
Fonte 00: Recursos Ordinários
11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS
Atividade: 1101.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos
Fonte 00: Recursos Ordinários
Atividade: 1101.26.782.0067.2060 – Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais do Município
Fonte 00: Recursos Ordinários
13. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Fonte 02: Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
13. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUZERNA
Atividade: 1201.08.244.0025.2026 – Manutenção da Assistência Social Geral
Fonte 00: Recursos Ordinários
Atividade: 1201.08.244.0025.2084 – Manutenção do CRAS
Fonte 00: Recursos Ordinários

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de

Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do §1º do art.65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 03 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONTRATANTE	ENIO DELAZERI CAPINZAL CENTER LTDA FORNECEDOR 2
--	---

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CONTRATO PML Nº 049.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 049/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 014/2015

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 008/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 03 (três) dias do mês de março do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

3 - COR & ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Severino Slongo, na cidade de Lacerdópolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 05.758.684/0001-09, neste ato representada pelo seu procurador ROBERTO ANTÔNIO TESSARO, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 11/R-2.140.493 e inscrito no CPF/MF sob o nº 518.086.929-34, residente e domiciliado na Rua Artur Pereira Alves, 655, Bairro Jardim Cidade Alta, na cidade de Joaçaba/SC, doravante denominado FORNECEDOR 3;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 014/2015, Pregão Presencial nº 008/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de gêneros alimentícios e material de limpeza e higiene, de forma parcelada, destinados as atividades desenvolvidas na Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e os Fundos Especiais, em conformidade com as especificações no Anexo do Edital, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
5	1.200,00	UN	Álcool 96 graus	3,25	3.900,00
8	100,00	UN	Álcool gel 70% - refil com 800 ml	7,85	785,00
12	35,00	UN	Balde plástico - 10 litros	2,60	91,00
13	25,00	UN	Balde plástico, 14,5 litros	4,65	116,25
38	1.000,00	PCT	Esponja verde/amarela c/ 3 un 92x65x43mm descrição do produto: manta não tecido, de fibras sintéticas, unidas com resina a prova d' água, impregnada com material abrasivo e aderida a espuma de poliuretano com bactericida. Propriedades físicas: espessura total (mm): 18 cor: amarelo (espuma) e verde (fibra)	1,15	1.150,00
43	12,00	UN	Garrafa térmica com 03 litros de pressão, com alavanca para bombeamento. Dimensões: comprimento - 21 cm. Altura - 38,5 cm. Largura - 18 cm. Capacidade da garrafa: 3 litros	82,00	984,00
51	200,00	PCT	Lenço úmido - pacote com 70 unidades de 20 x 12 cm	1,65	330,00
53	1.000,00	UN	Limpador para limpeza pesada com cloro ativo - 500 ml	2,00	2.000,00
54	10,00	UN	Lixeiro com tampa e pedal com capacidade de 30 litros com as dimensões 32x29x40 depolipropileno, na cor branco	39,90	399,00
55	15,00	UN	Lixeiro grande com tampa e pedal - 50 litros	37,00	555,00
56	8,00	UN	Lixeiro grande com tampa basculante, 105 litros, na cor gelo	94,00	752,00
57	8,00	UN	Lixeiro grande com tampa basculante, 50 litros, na cor gelo	47,00	376,00
61	60,00	UN	Lustra móveis 500 ml	3,60	216,00
62	400,00	PAR	Luva de borracha forrada p/ limpeza, tamanho m	1,55	620,00
63	400,00	PAR	Luva de borracha forrada p/ limpeza, tamanho g	1,55	620,00
64	400,00	PAR	Luva de borracha forrada para limpeza - tamanho p	1,55	620,00
65	30,00	PAR	Luva de procedimento não cirúrgico, c/100 un, tam. P descrição: produzida em látex de borracha natural, levemente pulverizada com pó-absorvível, ambidestra, lisa, não estéril, embalagem com 100 unidades no tamanho p.	13,30	399,00

66	30,00	CX	Luva de procedimento não cirúrgico, c/ 100 un, tam. M Luva de procedimento não cirúrgico, c/100 un, tam. P descrição: produzida em látex de borracha natural, levemente pulverizada com pó-absorvível, ambidestra, lisa, não estéril, embalagem com 100 unidades no tamanho m.	13,30	399,00
67	30,00	CX	Luva de procedimento não cirúrgico, c/ 100 un, tam g. Luva de procedimento não cirúrgico, c/100 un, tam. P descrição: produzida em látex de borracha natural, levemente pulverizada com pó-absorvível, ambidestra, lisa, não estéril, embalagem com 100 unidades no tamanho g.	13,30	399,00
71	20,00	UN	Palha de aço nº 0, material sintético e pigmento.	0,60	12,00
74	120,00	UN	Papel toalha para cozinha - pacote com 02 rolos 22x20 cm, com círculos de absorção. Sem sujidade, homogênea, suave e macio, resistente, com boa absorção, neutro, de primeira qualidade. Isento de materiais estranhos (partículas lenhosas, metálicas, fragmentos de materiais plásticos e outros).	1,70	204,00
78	200,00	UN	Pilha palito alcalina c/ 02 unidades	2,25	450,00
79	200,00	UN	Pilha pequena alcalina com 04 unidades	4,52	904,00
80	300,00	UN	Purificador de ar aerosol 400 ml	5,60	1.680,00
85	40,00	UN	Rodo em alumínio de 60 cm base em alumínio polido de alta resistência, cabo em alumínio polido nos comprimentos de no mínimo 1,3cm, suporte para fixação do cabo, borracha com ótima aderência, eficiente na secagem de fácil substituição do refil.	31,00	1.240,00

90	100,00	UN	Sabonetes antissépticos com 5 litros. Sabonetes cremosos perolados antissépticos, hidratante emoliente neutro, sem aroma. Concentração alta, ph neutro. Apresentação: embalagem de polietileno. Composição: sabonete líquido com propriedades antimicrobianas. Contém um agente de largo espectro bactericida efetivo contra bactérias gram- negativas pertinente. Possui laudo comprobatório de ação bactericida frente cepas de salmonellacholeraesuis, escherichia colli, staphylococcus aureus. Princípio ativo (bactericida) : irgasan dp 300 (troclosan).	24,00	2.400,00
91	350,00	UN	Saco de lixo 15 litros - rolo com 50 unidades	2,80	980,00
97	200,00	UN	Sacola plástica 25x34 - com 1000 unidades	17,30	3.460,00
100	200,00	UN	Shampoo infantil 350 ml. Composição: água, lauret sulfato de sódio, lauret sulfosuccinato disódico, cocamidopropil betaina, dea cocamida, dioleato de peg-120 metilglucosa, perfume, cloruro de sódio, edta tetrasódio, trietanolamina, poloxâmero 124, formaldeído, metilcloroitiazolinona, amarillo ácido 23.	5,00	1.000,00
103	30,00	PCT	Talco infantil - 200g: óxido de zinco, metilparabeno, propilparabeno, caulim, essência.	4,40	132,00
104	120,00	UN	Touca descartável, c/100 un confeccionada em tnt(tecido não tecido), 100 % hipoalergênica, de uso de proteção individual, na cor branca- embalagem com 100 unidades.	5,80	696,00
107	250,00	UN	Pano de chão, tipo saca alvejada, medindo 50 x 70, para limpeza, branca, dupla, 100% de algodão, pre amaciado, super resistente com trama grossa bem fechada, com gramatura de 160 a 180 g. Com costura em orvelok. Embalado em caso plástico transparente.	1,47	367,50
110	200,00	UN	Pano de algodão para limpeza (bolsa - fio 100% algodão) cor branca - 60 x 60 cm.	1,60	320,00
115	100,00	UN	Disco para enceradeira na cor verde com 33 cm	16,00	1.600,00
116	100,00	UN	Disco para enceradeira na cor amarela com 33 cm	17,00	1.700,00

			Lenço de papel contendo no mínimo as seguintes especificações: caixa com 150 unidades, tamanho de 21,5x22,2cm, sem perfume, ultra suave, descartável.		
118	1.000,00	UN		4,80	4.800,00

1.2.O FORNECEDOR 3 - COR & ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 36.626,75 (trinta e seis mil seiscentos e vinte e seis reais e sessenta e cinco centavos);

1.3. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município de Luzerna, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega das mesmas em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.4. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.5. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade;

1.6. Os produtos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.7. A validade do produto fornecido não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data do fornecimento.

1.8. O objeto deverá ser entregue ao servidor responsável pelo Setor de Compras do Município de Luzerna, nas dependências da sede do paço municipal, de segunda a sexta-feira, das 13horas às 18h30min.

1.9. Os materiais deverão estar em conformidade com as normas e legislação pertinentes para cada um e apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.10. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.11. O FORNECEDOR deverá prestar a garantia mínima do fabricante para os produtos entregues, substituindo os que comprovadamente apresentarem algum defeito.

1.12. Por ocasião da entrega, o proponente vencedor deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos.

1.13. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.14. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.15. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.16. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.17. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações

estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.

1.18. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.19. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.20. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação do documento fiscal devidamente atestado por servidor municipal competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700) email: compras@luzerna.sc.gov.br ;

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o edital de acordo com o

estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.2. Manter, durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de Autorização emitido pelo setor municipal competente, para liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à proponente Contratada juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete)

dias corridos após o recebimento pela Contratada da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela proponente Contratada ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços

constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços, nos termos que segue, de acordo com o parecer contábil:

Modalidade de Aplicação – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

Categoria Economia – 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

06. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade: 0601.04.122.0007.2006 – Manutenção do Departamento de Administração

Reduzido: 018

Fonte 00: Recursos Ordinários

08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade: 0801.12.365.0028.2028 – Manutenção Da Educação Básica – Infantil

Fonte 01: Receita de Impostos e Transf. de Impostos Educação

Atividade: 0801.12.361.0031.2030 – Manutenção da Educação Básica – Fundamental

Fonte 01: Receita de Impostos e Transf. de Impostos Educação

Atividade: 0803.27.812.0049.2040 – Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes

Fonte 00: Recursos Ordinários

09. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade: 0901.20.606.0052.2042 – Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Fonte 00: Recursos Ordinários

11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade: 1101.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos

Fonte 00: Recursos Ordinários

Atividade: 1101.26.782.0067.2060 – Manutenção e Conservação das

Estradas Vicinais do Município

Fonte 00: Recursos Ordinários

13. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Fonte 02: Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde

13. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUZERNA

Atividade: 1201.08.244.0025.2026 – Manutenção da Assistência Social Geral

Fonte 00: Recursos Ordinários

Atividade: 1201.08.244.0025.2084 – Manutenção do CRAS

Fonte 00: Recursos Ordinários

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de

Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do §1º do art.65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 03 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONTRATANTE	ROBERTO ANTONIO TESSARO COR & ARTE COM. E DISTRIB. LTDA FORNECEDOR 3
--	---

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO PML Nº 050.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 050/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 014/2015

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 008/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 03 (três) dias do mês de março do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

4 - F.R.GIUSTI COMERCIAL LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Caetano Natal Branco, 5480, Centro, no Município de Luzerna/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 10.602.348/0001-02, neste ato representada por seu sócio administrador RODRIGO GIUSTI, portador da cédula de identidade nº 11/R-2.824.441 e inscrito no CPF/MF sob o nº 018.900.239-57, doravante denominado FORNECEDOR 4;.

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 014/2015, Pregão Presencial nº 008/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de gêneros alimentícios e material de limpeza e higiene, de forma parcelada, destinados as atividades desenvolvidas na Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e os Fundos Especiais, em conformidade com as especificações no Anexo do Edital, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
45	30,00	un	Glp de gás com 13 kg	49,00	1.470,00

1.2.O FORNECEDOR 4 - F.R.GIUSTI COMERCIAL LTDA ME, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 1.470,00 (hum mil quatrocentos e setenta reais);

1.3. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município de Luzerna, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega das mesmas em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.4. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.5. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade;

1.6. Os produtos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.7. A validade do produto fornecido não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data do fornecimento.

1.8. O objeto deverá ser entregue ao servidor responsável pelo Setor de Compras do Município de Luzerna, nas dependências da sede do paço municipal, de segunda a sexta-feira, das 13horas às 18h30min.

1.9. Os materiais deverão estar em conformidade com as normas e legislação pertinentes para cada um e apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.10. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agencias ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.11. O FORNECEDOR deverá prestar a garantia mínima do fabricante para os produtos entregues, substituindo os que comprovadamente apresentarem algum defeito.

1.12. Por ocasião da entrega, o proponente vencedor deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos.

1.13. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.14. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.15. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.16. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.17. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.

1.18. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir

da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.19. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.20. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação do documento fiscal devidamente atestado por servidor municipal competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700) email: compras@luzerna.sc.gov.br ;

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o edital de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.2. Manter, durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as

obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de Autorização emitido pelo setor municipal competente, para liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1..2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à proponente Contratada juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela Contratada da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo

Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela proponente Contratada ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60

(sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços, nos termos que segue, de acordo com o parecer contábil:

Modalidade de Aplicação – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 Categoria Economia – 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes
 PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 06. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
 Atividade: 0601.04.122.0007.2006 – Manutenção do Departamento de Administração
 Reduzido: 018
 Fonte 00: Recursos Ordinários
 08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
 Atividade: 0801.12.365.0028.2028 – Manutenção Da Educação Básica – Infantil
 Fonte 01: Receita de Impostos e Transf. de Impostos Educação
 Atividade: 0801.12.361.0031.2030 – Manutenção da Educação Básica – Fundamental
 Fonte 01: Receita de Impostos e Transf. de Impostos Educação
 Atividade: 0803.27.812.0049.2040 – Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes
 Fonte 00: Recursos Ordinários
 09. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 Atividade: 0901.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
 Fonte 00: Recursos Ordinários
 11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS
 Atividade: 1101.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos
 Fonte 00: Recursos Ordinários
 Atividade: 1101.26.782.0067.2060 – Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais do Município
 Fonte 00: Recursos Ordinários
 13. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
 Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 Fonte 02: Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
 13. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUZERNA
 Atividade: 1201.08.244.0025.2026 – Manutenção da Assistência Social Geral
 Fonte 00: Recursos Ordinários
 Atividade: 1201.08.244.0025.2084 – Manutenção do CRAS
 Fonte 00: Recursos Ordinários

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma;
 9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.
 10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.
 10.3. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de

Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do §1º do art.65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 03 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONTRATANTE	RODRIGO GIUSTI F.R.GIUSTI COMERCIAL LTDA ME FORNECEDOR 4
--	--

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO PML Nº 051.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 051/2015
 PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 014/2015
 PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 008/2014
 VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 03 (três) dias do mês de março do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

5 - MERCADO RZ LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua XV de novembro,357, Centro, no Município de Videira/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.373.157/0001-15, neste ato representada por sua sócia administradora SALETE VARISA PARIZOTTO, brasileira, maior, casada, comerciante, portadora da cédula de identidade nº 11-R-1.701.003 e inscrita no CPF/MF sob o nº 518.025.209-10, residente e domiciliada na Rua Joaquim Moreira dos Santos, 22, Bairro Centro, na cidade de Videira/SC, doravante denominado FORNECEDOR 5;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 014/2015, Pregão Presencial nº 008/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de gêneros alimentícios e material de limpeza e higiene, de forma parcelada, destinados as atividades desenvolvidas na Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e os Fundos Especiais, em conformidade com as especificações no Anexo do Edital, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
2	3.000,00	UN	Água mineral sem gás - 500 ml	0,87	2.610,00
50	2.200,00	LT	Leite longa vida integral. Referencia para qualidade dos produtos: tirol "ou equivalente ou de melhor qualidade".	1,93	4.246,00
76	70,00	UN	Pasta cristal 500 g	3,00	210,00
77	100,00	UN	Pilha média alcalina - pacote com 02 unidades	4,65	465,00
94	300,00	UN	Saco de lixo 100 litros - rolo azul com 50 unidades	7,93	2.379,00
102	100,00	UN	Suco líquido, em embalagem tetra pak, contendo: proteína de soja, suco de fruta natural sem conservante, vitamina b2, b3, b6, b12, c, ácido fólico, minerais e zinco. - 0% de lactose e colesterol, com baixo teor de calorias.	2,98	298,00
111	200,00	UN	Toalha de banho 100% algodão com aproximadamente 70 cm x 1,4 cm.	8,70	1.740,00
114	250,00	UN	Água mineral sem sifão - com 20 litros	12,50	3.125,00

1.2.O FORNECEDOR 5 - MERCADO RZ LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 15.073,00 (quinze mil e setenta e três reais);

1.3. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município de Luzerna, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega das mesmas em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.4. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.5. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade;

1.6. Os produtos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.7. A validade do produto fornecido não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data do fornecimento.

1.8. O objeto deverá ser entregue ao servidor responsável pelo Setor de Compras do Município de Luzerna, nas dependências da sede do paço municipal, de segunda a sexta-feira, das 13horas às 18h30min.

1.9. Os materiais deverão estar em conformidade com as normas e legislação pertinentes para cada um e apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.10. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.11. O FORNECEDOR deverá prestar a garantia mínima do fabricante para os produtos entregues, substituindo os que

comprovadamente apresentarem algum defeito.

1.12. Por ocasião da entrega, o proponente vencedor deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos.

1.13. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.14. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.15. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.16. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.17. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.

1.18. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.19. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.20. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação do documento fiscal devidamente atestado por servidor municipal competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700) email: compras@luzerna.sc.gov.br ;

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

**CLÁUSULA QUARTA
DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o edital de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.2. Manter, durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de Autorização emitido pelo setor municipal competente, para liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o fornecimento.

**CLÁUSULA QUINTA
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à proponente Contratada juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as

circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela Contratada da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela proponente Contratada ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**CLÁUSULA SEXTA
DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

**CLÁUSULA SÉTIMA
DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços, nos termos que segue, de acordo com o parecer contábil:

Modalidade de Aplicação – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

Categoria Economia – 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

06. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade: 0601.04.122.0007.2006 – Manutenção do Departamento de Administração

Reduzido: 018

Fonte 00: Recursos Ordinários

08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade: 0801.12.365.0028.2028 – Manutenção Da Educação Básica – Infantil

Fonte 01: Receita de Impostos e Transf. de Impostos Educação

Atividade: 0801.12.361.0031.2030 – Manutenção da Educação Básica – Fundamental

Fonte 01: Receita de Impostos e Transf. de Impostos Educação

Atividade: 0803.27.812.0049.2040 – Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes

Fonte 00: Recursos Ordinários

09. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade: 0901.20.606.0052.2042 – Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Fonte 00: Recursos Ordinários

11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade: 1101.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos

Fonte 00: Recursos Ordinários

Atividade: 1101.26.782.0067.2060 – Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais do Município

Fonte 00: Recursos Ordinários

13. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Fonte 02: Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde

13. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUZERNA

Atividade: 1201.08.244.0025.2026 – Manutenção da Assistência Social Geral

Fonte 00: Recursos Ordinários

Atividade: 1201.08.244.0025.2084 – Manutenção do CRAS

Fonte 00: Recursos Ordinários

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de

Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do §1º do art.65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 03 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONTRATANTE	SALETE VARISA PARIZOTTO MERCADO RZ LTDA FORNECEDOR 5
--	--

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CONTRATO PML Nº 052.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 052/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 014/2015

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 008/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 03 (três) dias do mês de março do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

6 - OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Silvino Ciarini, nº 530 A, Bairro dos Industriários, na cidade de Concórdia/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 11.499.653/0001-83, neste ato representada por sua sócia-administradora, DAIANE ROSA, brasileira, separada judicialmente, empresária, portadora da cédula de identidade nº 2.134.107 e inscrita no CPF/MF sob o nº 949.233.889-00, residente e domiciliada na Rua Maria Mafessoni Rosa, 196, Bairro dos Industriários, em Concórdia/SC, doravante denominado FORNECEDOR 6;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 014/2015, Pregão Presencial nº 008/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de gêneros alimentícios e material de limpeza e higiene, de forma parcelada, destinados as atividades desenvolvidas na Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e os Fundos Especiais, em conformidade com as especificações no Anexo do Edital, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
15	150,00	UN	Cera em pasta 375gr	5,65	847,50
16	30,00	UN	Cera em pasta c/ 13 kg	137,00	4.110,00
17	300,00	UN	Cera líquida vermelha, para todos os tipos de piso. Composição: carnaúba, dispersão acrílica metalizada, solvente, tensoativos não iônicos, coadjuvante, alcalinizante, plastificante, 1,2 benzoisothiazolinona 3 , e água, embalagem com 750 ml.	2,13	639,00
18	200,00	UN	Cera líquida incolor, para todos os tipos de piso. Composição: carnaúba, dispersão acrílica metalizada, solvente, tensoativos não iônicos, coadjuvante, alcalinizante, plastificante, 1,2 benzoisothiazolinona 3 , e água, embalagem com 750 ml.	2,13	426,00
19	100,00	UN	Cera líquida amarela, para todos os tipos de piso. Composição: carnaúba, dispersão acrílica metalizada, solvente, tensoativos não iônicos, coadjuvante, alcalinizante, plastificante, 1,2 benzoisothiazolinona 3 , e água, embalagem com 750 ml.	2,13	213,00
25	50,00	UN	Hastes flexíveis - cotonetes	0,80	40,00
36	90,00	UN	Esponja de aço com 2 unidades, (p/ cozinha)	0,76	68,40
40	300,00	CX	Fósforo extra longos com 50 un	1,34	402,00
44	12,00	UN	Garrafa térmica de mesa com 01 litro. Dimensões do produto: largura - 13,8 cm. Altura - 27 cm. Comprimento - 16,8 cm.	18,00	216,00
58	50,00	UN	Lixeiro telado 10 litros	2,90	145,00
60	80,00	UN	Lustra móveis 200 ml	2,05	164,00
81	200,00	UN	Querosene - 800 ml	6,45	1.290,00
86	400,00	PCT	Sabão em barra - pacote com 5 unidades 200g	3,40	1.360,00
92	350,00	UN	Saco de lixo 30 litros - rolo com 50 unidades	4,99	1.746,50
93	300,00	UN	Saco de lixo 50 litros - rolo com 50 unidades	5,15	1.545,00
95	100,00	UN	Saco plástico picotado 25x35x0,17 - com 500 unidades	9,90	990,00
106	250,00	UN	Vassoura para jardim	7,80	1.950,00
119	10,00	UN	Coador de pano - grande	1,35	13,50

1.2.O FORNECEDOR 6 - OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 17.555,90 (dezesete mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos);

1.3. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de

forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município de Luzerna, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega das mesmas em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.4. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.5. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade;

1.6. Os produtos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.7. A validade do produto fornecido não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data do fornecimento.

1.8. O objeto deverá ser entregue ao servidor responsável pelo Setor de Compras do Município de Luzerna, nas dependências da sede do paço municipal, de segunda a sexta-feira, das 13horas às 18h30min.

1.9. Os materiais deverão estar em conformidade com as normas e legislação pertinentes para cada um e apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.10. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.11. O FORNECEDOR deverá prestar a garantia mínima do fabricante para os produtos entregues, substituindo os que comprovadamente apresentarem algum defeito.

1.12. Por ocasião da entrega, o proponente vencedor deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos.

1.13. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.14. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.15. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.16. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.17. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.

1.18. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.19. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.20. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação do documento fiscal devidamente atestado por servidor municipal competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700) email: compras@luzerna.sc.gov.br ;

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o edital de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.2. Manter, durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de Autorização emitido pelo setor municipal competente, para liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o fornecimento.

**CLÁUSULA QUINTA
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à proponente Contratada juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela Contratada da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela proponente Contratada ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**CLÁUSULA SEXTA
DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

CLÁUSULA SÉTIMA**DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de

cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços, nos termos que segue, de acordo com o parecer contábil:

Modalidade de Aplicação – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 Categoria Economia – 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes
 PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 06. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
 Atividade: 0601.04.122.0007.2006 – Manutenção do Departamento de Administração
 Reduzido: 018
 Fonte 00: Recursos Ordinários
 08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
 Atividade: 0801.12.365.0028.2028 – Manutenção Da Educação Básica – Infantil
 Fonte 01: Receita de Impostos e Transf. de Impostos Educação
 Atividade: 0801.12.361.0031.2030 – Manutenção da Educação Básica – Fundamental
 Fonte 01: Receita de Impostos e Transf. de Impostos Educação
 Atividade: 0803.27.812.0049.2040 – Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes
 Fonte 00: Recursos Ordinários
 09. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 Atividade: 0901.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
 Fonte 00: Recursos Ordinários
 11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS
 Atividade: 1101.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos
 Fonte 00: Recursos Ordinários
 Atividade: 1101.26.782.0067.2060 – Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais do Município
 Fonte 00: Recursos Ordinários
 13. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
 Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 Fonte 02: Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
 13. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUZERNA
 Atividade: 1201.08.244.0025.2026 – Manutenção da Assistência Social Geral
 Fonte 00: Recursos Ordinários
 Atividade: 1201.08.244.0025.2084 – Manutenção do CRAS
 Fonte 00: Recursos Ordinários

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do §1º do art.65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 03 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONTRATANTE	DAIANE ROSA OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA FORNECEDOR 6
--	---

TESTEMUNHAS:

- _____
- _____

CONTRATO PML Nº 053.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 053/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 014/2015

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 008/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 03 (três) dias do mês de março do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretária da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

7 - PRO LIMPE COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a Avenida XV de Novembro, nº 379, sala 01, Centro, na cidade de Capinzal/SC, CEP 89665-000, inscrita no CNPJ sob o nº 13.467.809/0001-70, neste ato representada por sua sócia-administradora, AIRTON SILVA DA MOTTA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 3304628 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 947328769-00, doravante denominado FORNECEDOR 7;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 014/2015, Pregão Presencial nº 008/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de gêneros alimentícios e material de limpeza e higiene, de forma parcelada, destinados as atividades desenvolvidas na Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e os Fundos Especiais, em conformidade com as especificações no Anexo do Edital, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
4	800,00	UN	Água sanitária - embalagem de 5 litros com cloro ativo	4,50	3.600,00
7	50,00	UN	Álcool gel a 70% - galão de 5 litros	20,00	1.000,00
26	800,00	UN	Desengordurante 500 ml	1,70	1.360,00
52	300,00	UN	Limpa vidro desembaçante - com 500 ml	1,80	540,00
59	15,00	UN	Lixeiro telado 30 litros	18,00	270,00
89	40,00	UN	Sabonete líquido - com 5 litros	9,00	360,00
113	250,00	UN	Pano de prato 100% algodão alta absorção medindo 85x 80cm com costura nas bordas reforçada, produto de 1º qualidade.	1,50	375,00
117	20,00	UN	Rodo em alumínio de 100 cm base em alumínio polido de alta resistência, cabo em alumínio polido nos comprimentos de no mínimo 1,3cm, suporte para fixação do cabo, borracha com ótima aderência, eficiente na secagem de fácil substituição do refil.	42,00	840,00

1.2.O FORNECEDOR 7 - PRO LIMPE COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 8.345,00 (oito mil trezentos e quarenta e cinco reais);

1.3. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município de Luzerna, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega das mesmas em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.4. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.5. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade;

1.6. Os produtos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.7. A validade do produto fornecido não poderá ser inferior a 90

(noventa) dias, contados da data do fornecimento.

1.8. O objeto deverá ser entregue ao servidor responsável pelo Setor de Compras do Município de Luzerna, nas dependências da sede do paço municipal, de segunda a sexta-feira, das 13horas às 18h30min.

1.9. Os materiais deverão estar em conformidade com as normas e legislação pertinentes para cada um e apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.10. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.11. O FORNECEDOR deverá prestar a garantia mínima do fabricante para os produtos entregues, substituindo os que comprovadamente apresentarem algum defeito.

1.12. Por ocasião da entrega, o proponente vencedor deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos.

1.13. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.14. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.15. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.16. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.17. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.

1.18. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.19. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.20. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços

registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação do documento fiscal devidamente atestado por servidor municipal competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700) email: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o edital de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.2. Manter, durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de Autorização emitido pelo setor municipal competente, para liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à proponente Contratada juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela Contratada da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela proponente Contratada ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos

orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços, nos termos que segue, de acordo com o parecer contábil:

Modalidade de Aplicação – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

Categoria Economia – 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

06. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade: 0601.04.122.0007.2006 – Manutenção do Departamento de Administração

Reduzido: 018

Fonte 00: Recursos Ordinários

08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade: 0801.12.365.0028.2028 – Manutenção Da Educação Básica – Infantil

Fonte 01: Receita de Impostos e Transf. de Impostos Educação

Atividade: 0801.12.361.0031.2030 – Manutenção da Educação Básica – Fundamental

Fonte 01: Receita de Impostos e Transf. de Impostos Educação

Atividade: 0803.27.812.0049.2040 – Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes

Fonte 00: Recursos Ordinários

09. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade: 0901.20.606.0052.2042 – Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Fonte 00: Recursos Ordinários

11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade: 1101.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos

Fonte 00: Recursos Ordinários

Atividade: 1101.26.782.0067.2060 – Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais do Município

Fonte 00: Recursos Ordinários

13. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Fonte 02: Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde

13. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUZERNA

Atividade: 1201.08.244.0025.2026 – Manutenção da Assistência Social Geral

Fonte 00: Recursos Ordinários

Atividade: 1201.08.244.0025.2084 – Manutenção do CRAS

Fonte 00: Recursos Ordinários

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação,

desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do §1º do art.65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 03 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONTRATANTE	AIRTON SILVA DA MOTTA PRO LIMPE COM. DE PROD. DE LIMPEZA LTDA ME FORNECEDOR 7
--	--

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CONTRATO PML Nº 054.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 054/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 014/2015

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 008/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 03 (três) dias do mês de março do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

8 - TIAGO PIRES DE MELO ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Severino Fuga, nº 117, Fundos, Bairro Vila Pedrini, na cidade de Joaçaba/SC, CEP 89600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 12.782.188/0001-56, neste ato representada por TIAGO PIRES DE MELO, brasileiro, maior, capaz, portador da cédula de identidade nº 4.434.562 e inscrito no CPF/MF sob o nº 041.284.089-02, doravante denominado FORNECEDOR 8 ;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 014/2015, Pregão Presencial nº 008/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de gêneros alimentícios e material de limpeza e higiene, de forma parcelada, destinados as atividades desenvolvidas na Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e os Fundos Especiais,

em conformidade com as especificações no Anexo do Edital, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
46	15,00	UN	GLP DE GÁS P-45	194,00	2.910,00

1.2.O FORNECEDOR 8 - TIAGO PIRES DE MELO ME, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 2.910,00 (dois mil novecentos e dez reais);

1.3. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município de Luzerna, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega das mesmas em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.4. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.5. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade;

1.6. Os produtos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.7. A validade do produto fornecido não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data do fornecimento.

1.8. O objeto deverá ser entregue ao servidor responsável pelo Setor de Compras do Município de Luzerna, nas dependências da sede do paço municipal, de segunda a sexta-feira, das 13horas às 18h30min.

1.9. Os materiais deverão estar em conformidade com as normas e legislação pertinentes para cada um e apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.10. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.11. O FORNECEDOR deverá prestar a garantia mínima do fabricante para os produtos entregues, substituindo os que comprovadamente apresentarem algum defeito.

1.12. Por ocasião da entrega, o proponente vencedor deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos.

1.13. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.14. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.15. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.16. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.17. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.

1.18. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal

apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.19. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.20. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação do documento fiscal devidamente atestado por servidor municipal competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700) email: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o edital de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.2. Manter, durante a execução do Contrato todas as condições

de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3.Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4.Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5.Exigir do Município, documento de Autorização emitido pelo setor municipal competente, para liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o fornecimento

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2.As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à proponente Contratada juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3.A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4.O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5.Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6.Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela Contratada da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela proponente Contratada ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço

registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços, nos termos que segue, de acordo com o parecer contábil:

Modalidade de Aplicação – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
Categoria Economia – 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
06. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
Atividade: 0601.04.122.0007.2006 – Manutenção do Departamento de Administração
Reduzido: 018
Fonte 00: Recursos Ordinários
08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Atividade: 0801.12.365.0028.2028 – Manutenção Da Educação Básica – Infantil
Fonte 01: Receita de Impostos e Transf. de Impostos Educação
Atividade: 0801.12.361.0031.2030 – Manutenção da Educação Básica – Fundamental
Fonte 01: Receita de Impostos e Transf. de Impostos Educação
Atividade: 0803.27.812.0049.2040 – Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes
Fonte 00: Recursos Ordinários
09. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Atividade: 0901.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
Fonte 00: Recursos Ordinários
11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS
Atividade: 1101.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos
Fonte 00: Recursos Ordinários
Atividade: 1101.26.782.0067.2060 – Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais do Município
Fonte 00: Recursos Ordinários
13. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Fonte 02: Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
13. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUZERNA
Atividade: 1201.08.244.0025.2026 – Manutenção da Assistência Social Geral
Fonte 00: Recursos Ordinários
Atividade: 1201.08.244.0025.2084 – Manutenção do CRAS
Fonte 00: Recursos Ordinários

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma;
9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.
10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.
10.3. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de

Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do §1º do art.65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 03 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONTRATANTE	TIAGO PIRES DE MELO TIAGO PIRES DE MELO ME FORNECEDOR 8
--	---

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO PML Nº 055.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 055/2015
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 014/2015
PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 008/2014
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 03 (três) dias do mês de março do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

9 - VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.275.370/0001-18, com endereço na Rua Prefeito Domingos Machado de Lima, nº 533, Loja 01, Centro, em Concórdia/SC, CEP: 89700-000, representada por seu sócio administrador, Sr. VALÉRIO SAMUEL VANCIN, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 14/R 1.879.223-SSP-SC e inscrito no CPF/MF sob nº 949.928.519-91, residente e domiciliado à Rua João Mosele, nº 72, Centro, Concórdia/SC, doravante denominado FORNECEDOR 9;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 014/2015, Pregão Presencial nº 008/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de gêneros alimentícios e material de limpeza e higiene, de forma parcelada, destinados as atividades desenvolvidas na Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e os Fundos Especiais, em conformidade com as especificações no Anexo do

Edital, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
47	900,00	PCT	Guardanapo de papel branco grande - 33cmx-33cm - pacote com 50 unidades	0,70	630,00
48	500,00	PCT	Guardanapo de papel branco pequeno - 20cmx-20cm - pacote com 50 unidades	0,38	190,00

1.2.O FORNECEDOR 9 - VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 820,00 (oitocentos e vinte reais);

1.3. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município de Luzerna, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega das mesmas em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.4. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.5. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade;

1.6. Os produtos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.7. A validade do produto fornecido não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data do fornecimento.

1.8. O objeto deverá ser entregue ao servidor responsável pelo Setor de Compras do Município de Luzerna, nas dependências da sede do paço municipal, de segunda a sexta-feira, das 13horas às 18h30min.

1.9. Os materiais deverão estar em conformidade com as normas e legislação pertinentes para cada um e apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.10. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.11. O FORNECEDOR deverá prestar a garantia mínima do fabricante para os produtos entregues, substituindo os que comprovadamente apresentarem algum defeito.

1.12. Por ocasião da entrega, o proponente vencedor deverá fazer constar das embalagens dos produtos a identificação da sua empresa e a data da entrega dos mesmos.

1.13. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.14. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.15. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.16. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da

solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.17. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.

1.18. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.19. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.20. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação do documento fiscal devidamente atestado por servidor municipal competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700) email: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

- 4.1.1. Executar o objeto de acordo com o edital de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;
- 4.1.2. Manter, durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;
- 4.1.5. Exigir do Município, documento de Autorização emitido pelo setor municipal competente, para liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o fornecimento

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- 5.1.1. Advertência;
 - 5.1.2. Multa;
 - 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
 - 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à proponente Contratada juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
- 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

- 5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela Contratada da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela proponente Contratada ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo

máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços, nos termos que segue, de acordo com o parecer contábil:

Modalidade de Aplicação – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
Categoria Economia – 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
06. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
Atividade: 0601.04.122.0007.2006 – Manutenção do Departamento de Administração
Reduzido: 018
Fonte 00: Recursos Ordinários
08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Atividade: 0801.12.365.0028.2028 – Manutenção Da Educação Básica – Infantil
Fonte 01: Receita de Impostos e Transf. de Impostos Educação
Atividade: 0801.12.361.0031.2030 – Manutenção da Educação Básica – Fundamental
Fonte 01: Receita de Impostos e Transf. de Impostos Educação
Atividade: 0803.27.812.0049.2040 – Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes
Fonte 00: Recursos Ordinários
09. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Atividade: 0901.20.606.0052.2042 – Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
Fonte 00: Recursos Ordinários
11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS
Atividade: 1101.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos
Fonte 00: Recursos Ordinários
Atividade: 1101.26.782.0067.2060 – Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais do Município
Fonte 00: Recursos Ordinários
13. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Fonte 02: Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
13. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUZERNA
Atividade: 1201.08.244.0025.2026 – Manutenção da Assistência Social Geral
Fonte 00: Recursos Ordinários
Atividade: 1201.08.244.0025.2084 – Manutenção do CRAS
Fonte 00: Recursos Ordinários

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de

Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do §1º do art.65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 03 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONTRATANTE	VALÉRIO SAMUEL VANCIN VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA FORNECEDOR 9
--	--

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

DECRETO 2007

DECRETO Nº 2007 de 10 de março de 2015.

"DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE LUZERNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no exercício das funções inerentes ao seu cargo e em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Luzerna, ELAINE WEIRICH, no uso de suas atribuições de acordo com a Lei nº 045 de 26.05.1997 alterada pela Lei nº 1332 de 16 de dezembro de 2014,

RESOLVEM:

Art.1º- Convocar a I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, a realizar-se no dia 08 de abril de 2015, das 13h30min no Auditório do Colégio de Educação Básica Padre Nóbrega, na cidade de Luzerna(SC), com o fim de Mobilizar o Sistema de Garantia de Direitos e a população em geral para a Implementação e Monitoramento da Política Nacional e o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

Art.2º- A I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE terá como Tema: Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes - Fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art.3º- A Coordenação Geral da I Conferência ficará a cargo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 4º- À Comissão Organizadora da Conferência caberá:
I. Orientar e acompanhar a realização e resultados da I Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
II. Preparar e acompanhar a operacionalização da I Conferência Municipal;
III. Dar suporte técnico-operacional durante o evento;

- IV. Organizar e coordenar a I Conferência Municipal;
- V. Mobilizar o público alvo para participar da Conferência.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições do Decreto 1996 de 18 de fevereiro de 2015.

Luzerna(SC), 10 de março de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

ELAINE WEIRICH

Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

DECRETO 2008

DECRETO Nº 2008 de 10 de março de 2015.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do art. 19 da Lei nº 1.311 de 11/11/14,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL na importância de R\$ 2.902.877,43 (dois milhões, novecentos e dois mil, oitocentos e setenta e sete reais e quarenta e três centavos), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios e recursos de alienação, destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna - SIMAE:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.061 - Operação e Manutenção do Sistema de Água - Urbano

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0089-32

Valor: R\$ 2.877,43

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 1.052 - Construção, Ampliação, Reforma e Reaparelhamento do Sistema de Esgoto

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000- 29

Valor: R\$ 2.450.000,00

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 1.053 - Construção, Ampliação, Reforma e Reaparelhamento do Sistema de Água Rural

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000- 30

Valor: R\$ 160.000,00

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.060 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SIMAE

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000- 31
Valor: R\$ 290.000,00

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de março de 2015.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

DECRETO 2009

DECRETO Nº 2009 de 10 de março de 2015.

"ESTABELECE NORMAS DE ORGANIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS PARA ADIANTAMENTO E DIÁRIAS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA.

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:
CAPÍTULO I
DO ADIANTAMENTO

SEÇÃO I
Da Conceituação de Adiantamento

Art. 1º - Entende-se por adiantamento a entrega de numerário a servidor, designado por ato legal do Executivo, sempre precedida de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas, nos casos expressamente definidos na legislação vigente, que por sua natureza não possam ou não convém, subordinar-se ao processo ordinário ou comum.

Art. 2º- Os pagamentos a serem efetuados através do regime de adiantamento instituído pela Lei nº 610 de 15/09/2005 restringir-se-á a casos previstos neste Decreto e sempre em caráter de exceção, sendo dispensada a exigência de depósito bancário.

SEÇÃO II
Da Concessão

Art. 3º - Cabe ao Chefe do Poder Executivo, expedir ato de nomeação do servidor responsável pelo adiantamento.

Art. 4º - O adiantamento deve ser feito, preferencialmente, a servidor investido em cargo efetivo e será formalizada pela Nota de Empenho, conforme formulários instituídos e mediante pagamento com um depósito bancário em conta específica em favor do responsável.

Art.5º- Dos ofícios requisitórios de adiantamento constarão, necessariamente, as seguintes informações:

- I. dispositivo legal em que se baseiam;
- II. identificação da espécie da despesa;
- III. nome completo, cargo ou função do servidor responsável pelo adiantamento;
- IV. Recurso a ser utilizado;
- V. prazo de aplicação.

Parágrafo Único - Na hipótese de adiantamento único, o ofício requisitório deverá esclarecer esse fato e fixando o período de aplicação.

Art.6º- Os processos de adiantamento terão sempre andamento preferencial e urgente.

Art.7º- Autorizada, a despesa será empenhada e paga com depósito na conta bancária em favor do responsável indicado no processo.

Art.8º- Cabe ao Setor de Contabilidade verificar, antes de registrar o empenho, se foram cumpridas as disposições deste Decreto.
Parágrafo Único - Constatando algum defeito processual não dará prosseguimento ao processo, devendo devolvê-lo informado para os reparos que se fizerem necessários.

Art.9º- Efetuado o pagamento, o Setor de Contabilidade inscreverá o nome do responsável em conta denominada Responsáveis por Adiantamento - subordinada ao Grupo de Controle no Balanço Patrimonial.

Art.10 - Não se fará adiantamento a servidor em alcance, assim considerado aquele que:

I.Deixar de prestar contas nos prazos mencionados neste Decreto e na legislação de regência da matéria;

II.Deixar de atender notificação da Contabilidade, da Controladoria Geral do Município ou do Tribunal de Contas do Estado para regularizar a prestação de contas dentro do prazo expressamente fixado;

III. Der causa a perda, extravio, dano ou prejuízo ao Erário, ou, ainda, ao que tenha praticado atos ilegais, ilegítimos ou anti-econômicos;

IV. A quem já seja responsável por dois adiantamentos.

SEÇÃO III
Do Período de Aplicação

Art.11 - O período de aplicação corresponde a no máximo 30 (trinta) dias a contar do dia do recebimento do recurso adiantamento.

Art.12 - O adiantamento solicitado em base mensal somente poderá ser aplicado durante o mês a que se refere ou durante o período de 30 (trinta) dias a contar da data da entrega do dinheiro ao responsável.

Art.13 - No caso de adiantamento único, o período de aplicação será aquele estabelecido no ofício requisitório conforme art. 5º, Parágrafo Único.

Art.14 - Nenhum pagamento poderá ser efetuado fora do período de aplicação.

SEÇÃO IV
Das Despesas

Art.15 - Poderão realizar-se sob o regime de adiantamento os pagamentos das seguintes espécies de despesa:

- I. com material de consumo;
com serviços de terceiros;
- II. com diárias e ajuda de custo;
- III. com transportes em geral;
- IV. despesas judiciais de pequena monta;
- V. com representação eventual;
- VI. extraordinária e urgente, cuja realização não permite delongas;
- VII. que tenha de ser efetuada em lugar distante da sede da Administração Municipal, ou em outro Município;
miúda e de pronto pagamento.
- VIII. com alimentação em estabelecimento de assistência ou de educação quando as circunstâncias não permitirem o regime comum de fornecimento;
- IX. de diligência administrativa;
- X. de aquisição de livros, revistas e publicações especializadas, destinadas a bibliotecas ou órgãos da Administração Municipal;
- XI. com indenização e outras despesas de acidente do trabalho.

Art.16 - As despesas com artigos em quantidade maior, de uso ou consumo remoto, correrão pelos itens orçamentários próprios e seguirão o processamento normal da despesa, não sendo feitos adiantamentos para despesas já realizadas, nem sendo permitido

que se efetuem despesas maiores que as quantias já adiantadas, caso isto ocorra o servidor arcará com as despesas que superarem o valor adiantado.

Art.17- O adiantamento não poderá ser aplicado em despesa diferente daquela para a qual foi autorizada.

Art.18 - A cada pagamento efetuado o responsável exigirá o correspondente comprovante: Nota Fiscal, Nota simplificada, cupom, recibo, etc; de forma discriminada.

§ 1º- Todos os documentos fiscais e recibos deverão ser nominais em nome da Prefeitura ou Fundo.

§ 2º- Para passagens de ônibus e/ou avião o recibo poderá ser emitido em nome do servidor, dado a sua peculiaridade.

Art.19 - Os comprovantes de despesa não poderão conter rasuras, emendas, borrões e valor ilegível, não sendo admitidas, em hipótese alguma, segundas vias, ou outras vias, fotocópias ou qualquer outra espécie de reprodução.

Art.20 - Cada pagamento será convenientemente justificado, esclarecendo-se a razão da despesa, o destino da mercadoria ou do serviço e outras informações que possam melhor explicar a necessidade da operação.

Art. 21 - Em todos os comprovantes de despesa constará o atestado de recebimento do material ou da prestação do serviço.

SEÇÃO V

Do Saldo Remanescente

Art.22 - O saldo de adiantamento não utilizado deverá ser depositado em conta da Prefeitura ou Fundo deverá constar o nome do responsável e a identificação do adiantamento cujo saldo está sendo restituído.

Art.23 - O prazo para recolhimento do saldo não utilizado será de 3 (três) dias úteis, a contar do termo final do período de aplicação.

Art.24 - A Diretoria de Fazenda classificará o valor do saldo recebido, quando no mesmo exercício, como ingresso mediante emissão de Nota de Anulação de Empenho.

Art.25- A Contadoria Geral à vista da guia de recolhimento emitirá a nota de anulação correspondente, juntando uma via ao processo, e registrará a anulação nos Sistemas de Livros de Contabilidade adotados.

Art.26 - No mês de dezembro todos os saldos de adiantamento serão incontinentemente recolhidos à Tesouraria até o último dia útil, mesmo que o período de aplicação não tenha expirado.

Art.27 - Eventualmente e de maneira justificada, algum saldo de adiantamento for recolhido no exercício seguinte, o valor será classificado como receitas diversas do exercício em que se efetuou o recolhimento.

SEÇÃO VI

Da Prestação De Contas

Art. 28 - No prazo de 10 (dez) dias, a contar do termo final do período de aplicação, o responsável prestará contas da aplicação do adiantamento recebido.

Parágrafo Único - A cada adiantamento corresponderá uma prestação de contas.

Art. 29 - A prestação de contas far-se-á mediante entrada, no Setor de Contabilidade, dos seguintes documentos:

I. balancete de Prestação de Contas (Anexo I);

II. relação de todos os documentos de despesa incluindo: número e data do documento, espécie do documento, nome do interessado e valor da despesa, constando no final da relação a soma da despesa realizada (Anexo II);

III. Todos os documentos de despesas deverão ser colados em folha de ofício A4 individualizados e enumerados conforme vai constar no Anexo II.

IV. cópia da guia de recolhimento do saldo se houver;

V. cópia da Nota de Empenho e da Nota de Anulação se houve saldo recolhido;

VI. documentos das despesas realizadas, dispostos em ordem cronológica, na mesma sequência da redação mencionada no inciso III;

VII. os documentos mencionados no inciso VI, se forem de medidas reduzidas, serão colados em folhas brancas tamanho ofício, em cada folha poderão ser colados quantos documentos forem possíveis sem que fiquem sobrepostos uns aos outros;

VIII. em cada documento constarão, obrigatoriamente, atestado de recebimento do material ou da prestação do serviço; a finalidade da despesa; o destino do material e outros esclarecimentos que se fizerem necessários á perfeita caracterização da despesa.

Art.30 - Não serão aceitos documentos rasurados, ilegíveis, com data anterior ou posterior ao período da aplicação do adiantamento ou que se refiram a despesa não classificável na espécie de adiantamento concedido.

Parágrafo Único - Somente serão aceitos documentos originais, não se admitindo outras vias, fotocópias ou outra espécie de reprodução.

CAPÍTULO II

DA DIÁRIA

SEÇÃO I

Da Conceituação De Diária

Art.31 - Auxílio pecuniário concedido a título de indenização pelas despesas extraordinárias com alimentação e hospedagem.

Art.32 - As diárias são devidas quando do deslocamento de servidores da municipalidade do seu local de trabalho conforme descrição de roteiro, nas seguintes hipóteses:

I. representar a Municipalidade;

II. por estrita necessidade do serviço;

III. para participar em congresso evento similar visando aperfeiçoamento técnico, cultural, científico ou artístico;

IV. para participar de treinamento inerente ao seu cargo;

V. por convocação para prestar depoimento fora da sede de sua repartição, na condição de testemunha, denunciado ou indiciado em processo administrativo disciplinar;

VI. como membro ou Secretário de Comissão Disciplinar.

Art. 33 - As diárias não são devidas nas seguintes situações:

I. Se o servidor não estiver no efetivo exercício de seu respectivo cargo ou função.

II. Se o deslocamento da sede de serviço constituir exigência permanente do exercício do cargo.

III. Se o servidor se deslocar dentro do mesmo Município.

Art.34 - Os valores das diárias são fixados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, que levará em consideração:

I. O cargo ou função ocupado pelo servidor.

II. A cidade de destino, no caso de viagem no território nacional.

Art.35 - Nos casos em que o prazo de afastamento inicialmente estabelecido tiver que ser prorrogado, o servidor, quando do seu retorno, solicita complementação das diárias, utilizando um novo formulário, igual ao que usou para requerer as diárias e devendo apresentar um relatório explicitando tal necessidade, anexando,

inclusive, documentos comprobatórios.

Art.36- O servidor está obrigado a restituir, no prazo máximo de 3 (três) dias, os valores recebidos a título de diárias quando:

I. por qualquer motivo, deixar de viajar, situação em que a devolução será do valor integral.

II. retornar à sede antes da data final prevista para o seu afastamento, sendo que, neste caso, a devolução será das diárias recebidas em excesso.

Art.37 - Quando do seu retorno, o servidor, no prazo de 10 (dez) dias, deve repassar aos demais servidores os conhecimentos/ informações adquiridos, quando se tratar de curso, palestra, seminário, congresso ou outro evento do gênero.

Art.38 - Os documentos que comprovam a diária deverão ser nominais ao beneficiado sem rasuras e leitura legível, são documentos que comprovam a diária:

I - Documento de estadia do hotel;

II - Comprovante de Refeição (almoço, janta ou café);

III - Certificado do Curso;

IV - Cópia da Lista de presença.

Art.39 - A prestação de contas das diárias concedidas deverá ser entregue no Setor de Controle Interno.

Art.40 - Os comprovantes deverão conter carimbo e assinatura de certificado de recebimento do serviço.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41 - Caberá ao Setor de Controle Interno a tomada de contas dos adiantamentos.

Art. 42 - Recebidas as prestações de contas, o Controle Interno verificará se as disposições do presente Decreto foram inteiramente cumpridas, fazendo as exigências necessárias e fixando prazos razoáveis para que os responsáveis possam cumpri-las.

Art.43 - Se as contas forem consideradas em ordem, o Controle Interno certificará o fato no local apropriado do documento.

Art.44 - Com o parecer do Controle Interno, o processo será encaminhado ao Setor de Contabilidade que o encaminhará diretamente ao Chefe do Poder Executivo, para aprovação ou não aprovação das contas, voltando ao Setor de Contabilidade para as seguintes providências:

I - no caso de as contas terem sido aprovadas:

a) baixar a responsabilidade inscrita na conta Responsáveis por Adiantamento do Ativo Compensado;

b) convidar o responsável para tomar ciência, no próprio processo;

c) arquivar o processo de prestação de contas apenso ao processo que autorizou o adiantamento, em local seguro onde ficará à disposição do Tribunal de Contas e do Sistema de Controle Interno;

II - na hipótese da aprovação das contas condicionada a determinadas exigências:

a) providenciar o cumprimento das exigências determinadas;

b) adotar as medidas indicadas no inciso anterior;

III - não tendo sido aprovadas as contas, seguir a orientação determinada pelo Prefeito em seu despacho final.

Art. 45 - O Setor de Contabilidade organizará um calendário para controlar as datas em que deverão entrar as prestações de contas de adiantamentos e diárias concedidos, e dele dará ciência ao controle interno.

Art.46 - No primeiro dia útil imediato ao vencimento do prazo para prestação de contas, se estas não tiverem sido apresentadas, o

Setor de Controle Interno oficiará diretamente ao responsável, concedendo-lhe o prazo final e improrrogável de 3 (três) dias úteis para fazê-lo.

Parágrafo Único - Na cópia do ofício o responsável assinará o recebimento da via original, colocando de próprio punho a data do recebimento.

Art. 47 - Não sendo cumprida a obrigação de prestação de contas, após o vencimento do prazo final estabelecido no artigo anterior, o Controle Interno iniciará a abertura de procedimento administrativo nos termos de legislação vigente.

CAPÍTULO IV

DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Art.48 - A Tomada de Contas Especial será instaurada pela Contabilidade Geral do Município acompanhado pelo Controle Interno, visando à apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e à qualificação do dano, quando:

I - Não for apresentada a prestação de contas no prazo de até 10 (dez) dias;

II - Não for aprovada a prestação de contas, apesar de eventuais justificativas apresentadas, em decorrência de:

a) Não execução do adiantamento;

b) Atendimento parcial dos objetivos avançados;

c) Desvio de finalidade;

d) Impugnação de despesas;

e) Não aplicação dos recursos;

f) Não devolução de eventuais saldos;

III - Ocorrer qualquer outro fato do qual resulte prejuízo ao Erário.

Art. 49 - A instauração da Tomada de Contas Especial obedecerá Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 50 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições do Decreto 677 de 10 de novembro de 2005.

Luzerna(SC), 10 de março de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

ANEXO I

BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ADIANTAMENTO

Servidor Responsável:		Ato Nomeação:
Entregue em ____/____/____.	Dotação Orçamentária:	
Banco:	Agencia:	Conta Corrente
Período de Aplicação de ____/____/____ á ____/____/____.		
Histórico	Receitas R\$	Despesas R\$
TOTAL		
Data: ____/____/____		
Ass.Servidor Responsável		

Recebido pela Contadoria Geral do Município em ____/____/____.

Assinatura:

Certificamos haver examinado a Prestação de Contas, encontrando-a exata, opinamos pela sua () aprovação () não aprovação.

Data: ____/____/____.

Contadoria
Geral do Município

ANEXO II

PRESTAÇÃO DE CONTAS/ RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE DESPESA

Servidor Responsável:	Ato Nomeação:		
Período de Aplicação de ____/____/____ á ____/____/____.			
Ordem	Empresa/ Prestador Serviço	N.F./Recibo	Valor R\$
TOTAL			
Data: __/__/__.			
Carimbo/Assinatura Responsável			

DECRETO 2010

DECRETO Nº 2010 de 10 de março de 2015.
 “FIXA VALOR DE DIÁRIAS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PRO-
 VIDÊNCIAS.”

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 36, 37 e 38 da Lei Complementar nº 035/04 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1.º- Ficam fixados os valores de diárias, a título de indenização de despesas de viagem e no interesse do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), conforme a Tabela a seguir descrita:

CLASSIFICAÇÃO DAS FUNÇÕES	DIÁRIA NORMAL	50%	200%
servidores	160,00	240,00	480,00
Vice-Prefeito, Secretários e Assessor Jurídico	200,00	300,00	600,00
Prefeito Municipal	250,00	375,00	750,00

§1º- Quando do deslocamento para as cidades a seguir identificadas, o valor da “Diária Normal” será acrescido da importância correspondente a:

I. 200% (duzentos por cento) - Capital Federal, e viagens internacionais.

II. 50% (cinquenta por cento) - Capital do Estado de Santa Catarina e Capitais de outros Estados.

§2º- As despesas provenientes do deslocamento até o local de embarque e do desembarque, ao local de trabalho e/ou hospedagem e vice-versa, serão objeto de adiantamento e comprovadas mediante documentos próprios, e somente serão aceitas quando os servidores se deslocarem de suas sedes utilizando passagens terrestres ou aéreas.

Art.20- A diária será paga de forma antecipada, a título de indenização das despesas de alimentação e estadia, excetuadas as despesas de transporte e locomoção urbana.

§1º- A autorização para deslocamento e para concessão de di-
ária será deferida pelo Prefeito Municipal ou Gestor dos Fundos
Especiais a qual o beneficiário está vinculado, sempre mediante
disponibilidade orçamentária e financeira;

§2º - Os pedidos de diária deverão ser realizados com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data de partida, excetuando-se as viagens emergenciais e as realizadas pelo Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Assessores e Gestores dos Fundos Especiais;

§3º- As viagens emergenciais deverão ser expressamente justificadas pelo ordenador da despesa ou ainda por pessoa por ele designada, no ato da solicitação;

§4º- Os pedidos de concessão de diária, quando o deslocamento tiver início a partir de sexta-feira, sábado, domingo ou feriado, ou término nestes dias, deverão ser expressamente justificados no ato da solicitação.

Art.3º - A diária será concedida por dia de deslocamento, assim entendido o período de 24 (vinte e quatro) horas contadas da partida do servidor.

§1º - Considera-se uma diária a fração igual ou superior a 12 (doze) horas;

§2º - Será concedida meia diária quando o período de deslocamento for igual ou superior a quatro horas e inferior a doze horas;

§3º- Aos deslocamentos com horário inferior a 04 (quatro) horas será concedido um quarto de diária;

§4º- Quando a viagem ultrapassar o período a que se refere o §1º e não completar nova diária, o servidor terá direito ao recebimento de diária proporcional ao período de deslocamento;

Art.4º - O pagamento de diárias deverá ser comprovado em até 10 (dez) dias do retorno da viagem com os seguintes documentos:

I - Roteiro de Viagem, que deverá consignar:

a) Identificação do servidor - nome, matrícula, cargo, função ou emprego;

b) Deslocamentos - data e hora da saída e da chegada à origem e local de destino:

c) Meio de transporte utilizado;

d) Descrição sucinta do objetivo da viagem;

e) Número de diárias e cálculo do montante devido;

f) Quitação do credor;

g) Nome, cargo, emprego ou função e assinatura da autoridade concedente.

II - Documento comprobatório da efetiva realização da viagem, ordem de tráfego, bilhete de passagem, relatório, ata de presença, nota fiscal ou outros documentos, emitidos preferencialmente no local de destino da viagem;

III - Justificativa, firmada pelo ordenador da despesa, da urgência e inadiabilidade ou da conveniência de uso de transporte aéreo ou de veículo particular do servidor; este quando cadastrado no órgão público, na forma da legislação vigente, quando cabível.

Parágrafo Único - Os documentos comprobatórios deverão ser emitidos nominais ao beneficiário em viagem.

Art.5º - Quando o retorno ao Município se der em prazo menor que o previsto, serão restituídas em até 03 (três) dias após o retorno, as diárias recebidas em excesso.

Art.6º - Fica vedada a concessão de diária ao beneficiário que estiver com prestação de contas em atraso.

Art.7º - É assegurado o intervalo interjornada de 11 (onze) horas previsto no art.66 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, devendo este intervalo ser mantido antes e após o retorno do beneficiário.

§1º- O intervalo interjornada poderá ser reduzido e/ou suprimido, quando da necessidade de viagens emergenciais cuja urgência não permita a realização do período de intervalo na sua totalidade, desde que expressamente justificada por superior;

§2º- O intervalo interjornada poderá ser reduzido e/ou suprimido em viagens realizadas pelo Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Assessores e Gestores dos Fundos Especiais.

Art.8º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 1483 de 27/04/2012.

Luzerna(SC), 10 de março de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

LEI 1351

LEI Nº 1351 de 10 de março de 2015.

"CRIA A POLÍTICA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Art.1º- Esta Lei cria a POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, dispondo sobre seus princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos, através do SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, o ÓRGÃO AMBIENTAL MUNICIPAL e o FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.

Art.2º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I. meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

II. degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;

III. poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota;

d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

IV. poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

V. recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS, DIRETRIZES E INSTRUMENTOS

Art. 3º - São princípios da POLÍTICA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE:

I. ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

II. racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;

III. planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

IV. proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

V. controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

VI. incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;

VII. acompanhamento do estado da qualidade ambiental;

VIII. recuperação de áreas degradadas;

IX. proteção de áreas ameaçadas de degradação;

X. educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Art. 4º - São objetivos da POLÍTICA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE:

I. proteger e melhorar a qualidade do meio ambiente para as presentes e futuras gerações;

II. compatibilizar o desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;

III. remediar ou recuperar áreas degradadas;

IV. assegurar a utilização adequada e sustentável dos recursos ambientais;

V. gerar benefícios sociais e econômicos;

VI. incentivar a cooperação com outros Municípios e a adoção de soluções consorciadas em relação a gestão ambiental;

VII. proteger e recuperar processos ecológicos essenciais para a reprodução e manutenção da biodiversidade;

VIII. fazer cumprir os critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais; e

IX. desenvolver programas de difusão e capacitação para o uso e manejo dos recursos ambientais nas propriedades rurais.

X. impor ao poluidor e ao predador, a obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

XI. promover ações consorciadas com Municípios da região em relação à preservação ambiental.

Art. 5º- São diretrizes da POLÍTICA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE:

I. a integração das ações nas áreas de saneamento ambiental, saúde pública, recursos hídricos, desenvolvimento local e ação social;

II. a cooperação administrativa entre os órgãos municipais e estaduais do meio ambiente;

III. cooperação entre o poder público, o setor produtivo e a

sociedade civil;

IV. a cooperação institucional entre os órgãos do Estado os demais Municípios, estimulando a busca de soluções consorciadas ou compartilhadas;

V. o desenvolvimento de programas de capacitação técnica na área do meio ambiente;

VI. a preferência nas compras e aquisições de produtos compatíveis com os princípios e diretrizes desta Lei;

VII. a limitação pelo poder público das atividades poluidoras ou degradadoras, visando à recuperação das áreas impactadas ou a manutenção da qualidade ambiental;

VIII. a adoção, pelas atividades de qualquer natureza, de meios e sistemas de segurança contra acidentes que acarrete risco à saúde pública ou ao meio ambiente;

IX. a criação de serviços permanentes de segurança e prevenção de acidentes danosos ao meio ambiente; e

X. a instituição de programas de incentivo à recuperação de vegetação nas margens dos mananciais.

Art.6º - São instrumentos da POLÍTICA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE:

I. os padrões de qualidade ambiental;

II. o zoneamento ambiental;

III. a avaliação de impactos ambientais;

IV. o licenciamento ambiental;

V. fiscalização e aplicação de sanções e medidas compensatórias devidas ao não cumprimento das medidas necessárias à proteção do meio ambiente ou correção da degradação ambiental;

VI. a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público Municipal,

VII. o SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES SOBRE O MEIO AMBIENTE;

VIII. a Educação Ambiental;

IX. o CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - CMMA;

X. o FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE;

XI. os planos, projetos, programas e ações, desenvolvidos pelo Município ou em consórcio público, relacionados à gestão ambiental pública;

CAPÍTULO III

DO SISTEMA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Art.7º - Os órgãos e entidades, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o SISTEMA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - SIMMA, assim estruturado:

I. Órgão Consultivo e Deliberativo - CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE: CMMA, responsável pelo acompanhamento da implementação da Política Municipal do Meio Ambiente, bem como dos demais planos relativos à área;

II. Órgão Executivo - Órgão Ambiental Municipal - representado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, responsável pela execução da Política Municipal do Meio Ambiente;

III. as demais Secretarias Municipais e organismos da Administração Municipal, direta e indireta, bem como as instituições governamentais e não governamentais com atuação no Município, cujas ações, enquanto órgãos seccionais, interferirão no desenvolvimento socioeconômico, integrado e sustentável, na pesquisa, preservação e conservação dos recursos ambientais presentes e nos padrões desapropriação e utilização destes recursos.

CAPÍTULO IV

DO ÓRGÃO AMBIENTAL MUNICIPAL

Art. 8º - À SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE caberá executar a POLÍTICA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE nos termos desta Lei, bem como:

I. definir, implantar e administrar os espaços geográficos e seus

componentes a serem especialmente protegidos;

II. incentivar a execução de pesquisas e capacitação tecnológica para a resolução dos problemas ambientais locais e disponibilizar as informações sobre estas questões;

III. preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do Município e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa de material genético;

IV. preservar o equilíbrio do ecossistema local, promovendo o seu manejo sustentável, assim como sua restauração;

V. proteger e preservar a biodiversidade;

VI. promover a captação de recursos financeiros junto a órgãos e entidades públicas e privadas e orientar a aplicação destes em atividades relacionadas com a preservação, conservação, recuperação e pesquisa ambiental, assim como melhoria da qualidade de vida da população local;

VII. estimular e contribuir para a recuperação de vegetação em áreas urbanas, objetivando, especialmente, atingir índices mínimos de cobertura vegetal;

VIII. aprovar, mediante Licenças, Certidões, Autorizações Ambientais, planos, programas, atividades e obras públicas ou privadas, que possam causar impacto significativo ao meio ambiente nos limites do território do Município, nos termos da legislação em vigor;

IX. manifestar-se oficialmente, em caráter deliberativo e com base em parecer técnico, sobre a qualidade, condições e viabilidade ambiental de empreendimentos efetiva e potencialmente poluidores, com impacto ambiental no município, em procedimentos de licenciamento ambiental de competência dos órgãos Estaduais ou Federais, sob pena de nulidade das licenças eventualmente emitidas;

X. exigir, sempre que necessário, a adoção de medidas mitigadoras e/ou compensatórias que deverão ser adotadas pelo empreendedor antes do início da implantação do empreendimento, tanto nos licenciamentos de sua competência, como nos de competência estadual ou federal;

XI. convocar audiências públicas, nos termos da legislação em vigor, conforme dispuser a regulamentação desta Lei, para informar e ouvir a opinião da população local a respeito de planos, programas, atividades e obras públicas ou privadas potencialmente causadoras de impactos ambientais no Município, assim como sobre as medidas mitigadoras e compensatórias a serem exigidas;

XII. assessorar o Poder Executivo Municipal nas questões relativas ao uso do solo urbano ou rural e demais temas relacionados à proteção, conservação e recuperação do meio ambiente;

XIII. celebrar com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, que tenham cometido infrações ambientais no Município, Termos de Ajustamento de Conduta, nos termos da legislação em vigor, objetivando a paralisação e a recuperação dos danos ambientais;

XIV. articular com os órgãos executores da política de saúde no Município, e demais áreas da administração pública municipal, os planos, programas e projetos, de interesse ambiental, visando uma eficiente integração, bem como a adoção de medidas pertinentes, especialmente as de caráter preventivo, no que diz respeito aos impactos ambientais sobre a saúde pública, inclusive em ambiente de trabalho.

Parágrafo Único - Para execução de suas atribuições, tornando-se capacitado, o Órgão Ambiental Municipal poderá valer-se de técnicos da Administração Municipal ou em Consórcio, conforme Contrato de Programa específico.

CAPÍTULO V

DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 9º - São ações administrativas do Município:

I. executar e fazer cumprir, em âmbito municipal, as Políticas Nacional, Estadual e Municipal do Meio Ambiente e demais políticas relacionadas à proteção do meio ambiente;

II. exercer a gestão dos recursos ambientais no âmbito de suas

atribuições;

III. formular, executar e fazer cumprir a Política Municipal do Meio Ambiente;

IV. promover, no Município, a integração de programas e ações de órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal, relacionados à proteção e à gestão ambiental;

V. articular a cooperação técnica, científica e financeira, em apoio às Políticas Nacional, Estadual e Municipal do Meio Ambiente;

VI. promover o desenvolvimento de estudos e pesquisas direcionados à proteção e à gestão ambiental, divulgando os resultados obtidos;

VII. organizar e manter o Sistema Municipal de Informações sobre Meio Ambiente;

VIII. prestar informações aos Estados e à União para a formação e atualização dos Sistemas Estadual e Nacional de Informações sobre Meio Ambiente;

IX. elaborar o Plano Diretor, observando os zoneamentos ambientais;

X. definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos;

XI. promover e orientar a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a proteção do meio ambiente;

XII. controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, na forma da lei;

XIII. exercer o controle e fiscalizar as atividades e empreendimentos cuja atribuição para licenciar ou autorizar, ambientalmente, for cometida ao Município;

XIV. observadas as atribuições dos demais entes federativos, promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos:

a) que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Estaduais do Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade; ou

b) localizados em unidades de conservação instituídas pelo Município, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);

XV. observadas as atribuições dos demais entes federativos aprovar:

a) a supressão e o manejo de vegetação, de florestas e formações sucessionárias em florestas públicas municipais e unidades de conservação instituídas pelo Município, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);

b) a supressão e o manejo de vegetação, de florestas e formações sucessionárias em empreendimentos licenciados ou autorizados, ambientalmente, pelo Município.

Parágrafo Único - Para execução destas ações o Município está autorizado a celebrar convênios de cooperação com a União, Estado e com outros Municípios, nos termos da legislação em vigor.

CAPÍTULO VI

DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Art.10 - Fica instituído o FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FMMA, com o objetivo de implementar ações destinadas a uma adequada gestão dos recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, de forma a garantir um desenvolvimento integrado e sustentável e a elevação da qualidade de vida da população local.

CAPÍTULO VII

DA CONSTITUIÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Art. 11 - Constituirão recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente:

I. dotações orçamentárias a ele destinadas;

II. créditos adicionais suplementares a ele destinados;

III. produto de multas impostas por infração à Legislação Ambiental, lavradas pelo Município ou repassadas pelo Fundo Estadual do Meio Ambiente;

IV. produto de licenças ambientais emitidas pelo Município;

V. doações de pessoas físicas e jurídicas;

VI. doações de entidades nacionais e internacionais;

VII. recursos oriundos de acordos, contratos, consórcios e convênios;

VIII. preços públicos cobrados por análises de projetos ambientais e/ou dados requeridos junto ao cadastro de informações ambientais do Município;

IX. rendimentos obtidos com a aplicação de seu próprio patrimônio;

X. indenizações decorrentes de cobranças judiciais e extrajudiciais de áreas verdes, devidas em razão de parcelamento irregular ou clandestino do solo;

XI. compensação financeira ambiental;

XII. outras receitas eventuais.

§1º - As receitas descritas neste artigo serão depositadas em conta específica do Fundo, mantida em instituição financeira oficial, instalada no Município.

§2º - Os recursos do Fundo poderão ser aplicados no mercado de capitais, quando não estiverem sendo utilizados na consecução de suas finalidades, objetivando o aumento de suas receitas, cujos resultados serão revertidos a ele.

CAPÍTULO VIII

DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

Art.12- Compete ao CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE estabelecer as diretrizes, prioridades e programas de alocação dos recursos do Fundo, em conformidade com a POLÍTICA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, obedecidas as diretrizes Federais e Estaduais.

Art.13 - O FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE será administrado pela Secretaria responsável pela gestão do meio ambiente no Município, observadas as diretrizes fixadas pelo CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE.

CAPÍTULO IX

DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO

Art. 14 - Os recursos do FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE serão aplicados na execução de projetos e atividades que visem:

I. custear e financiar as ações de controle, fiscalização e defesa do meio ambiente, exercidas pelo Poder Público Municipal;

II. financiar planos, programas, projetos e ações, governamentais ou não-governamentais que visem:

a) a proteção, recuperação ou estímulo ao uso sustentado dos recursos naturais no Município;

b) o desenvolvimento de pesquisas de interesse ambiental;

c) o treinamento e a capacitação de recursos humanos para a gestão ambiental;

d) o desenvolvimento de projetos de educação e de conscientização ambiental;

e) o desenvolvimento e aperfeiçoamento de instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações constantes na Política Municipal do Meio Ambiente;

f) outras atividades, relacionadas à preservação e conservação ambiental, previstas em resolução do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Art.15- O CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE editará resolução estabelecendo os termos de referência, os documentos obrigatórios, a forma e os procedimentos para apresentação e aprovação de projetos a serem apoiados pelo FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, assim como a forma, o conteúdo e a periodicidade dos relatórios financeiros e de atividades que deverão ser apresentados pelos beneficiários.

Art.16- Não poderão ser financiados pelo FUNDO MUNICIPAL DO

MEIO AMBIENTE, projetos incompatíveis com a POLÍTICA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, assim como com quaisquer normas e/ou critérios de preservação e proteção ambiental, presentes nas Legislações Federal, Estadual ou Municipal vigentes.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art.17 - As disposições desta Lei serão regulamentadas por Decreto do Poder Executivo, ouvido o CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE.

Art.18 - No presente exercício, fica o Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial, no montante necessário para atender às despesas com a execução desta Lei.

Art.19 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

LEI 1352

LEI Nº 1352 de 10 de março de 2015.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DESPESAS PARA A REALIZAÇÃO DO PROERD - PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas de até R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) objetivando a realização do PROERD - PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA junto ao do ensino fundamental do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) em parceria com a POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, através do 26º BPM.

Parágrafo Único - As despesas referem-se à formatura e aquisição da premiação a ser concedida a participantes do Programa.

Art.2º- As despesas provenientes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária nº 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - elemento - 3.3.90.30.15 - Material para festividades e homenagens e 3.3.90.31.99 - Outras Premiações - Fonte 02 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI
Nº 015/15 de 10 de março de 2015.

Egrégia Câmara de Vereadores:

Encaminhamos para merecer a digna ponderação dos Nobres Pais o apenso Projeto de Lei que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DESPESAS PARA A REALIZAÇÃO DO

PROERD - PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Os objetivos do PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E A VIOLÊNCIA - PROERD, entre outros, visa desenvolver um sistema de prevenção à violência e ao uso indevido de drogas para crianças e adolescentes, através da educação, usando métodos que priorizem a moral, os bons costumes, a afetividade e os modelos de vida sadia e saudável, de acordo com a nossa realidade.

Somos sabedores que a drogadição tornou-se um problema tanto de saúde quanto de segurança pública.

A violência principalmente urbana também tem causado espanto e preocupação, pois, tornou-se o principal assunto em nossos teledjornais.

Destarte, o Executivo Municipal não poderia furta-se em apoiar e incentivar essa iniciativa da Polícia Militar, e envidar todos os esforços para que o Programa aconteça mais este ano em Luzerna, pois acredita na importância e nos resultados do PROERD.

Diante do acima exposto, contamos com a especial atenção dos Nobres Edis na aprovação deste Projeto de Lei, para possibilitar a realização do PROERD, alertando nossos jovens para o caminho sadio e sem volta das drogas e da violência.

CORDIALMENTE

Moisés Diersmann

Prefeito de Luzerna

LEI 1353

LEI Nº 1353 de 10 de março de 2015.

"ALTERA O ART. 1º DA LEI Nº 1005 DE 04 DE OUTUBRO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art.1º- O art. 1º da Lei nº 1005 de 04 de outubro de 2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

"art.1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir por COMPRA para complemento e alargamento da Rua da Amizade pelo montante de R\$ 32.629,47(trinta e dois mil, seiscentos e vinte e nove reais e quarenta e sete centavos) os imóveis a seguir descritos:

a) Parte do lote urbano, integrante da Matrícula Imobiliária sob nº 11.763, registrada no Cartório do Registro de Imóveis 1º Ofício, da Comarca de Joaçaba(SC), com as seguintes confrontações: Inicia-se se no marco denominado '2', desde, segue por rua, dividindo-o com RUA DA AMIZADE; Daí segue por rua confrontando com RUA DA AMIZADE com o azimuth de 95º04'43" e a distância de 7.61 m até o marco '3' (E=8.666 m e N=19.398 m); Daí segue por linha seca confrontando com NADIR CAVALLI E PEDRO GABRIEL CAVALLI (Área remanescente da matrícula 11.763) com o azimuth de 184º55'38" e a distância de 8.93 m até o marco '8' (E=7.899 m e N=10.502 m); Daí segue por linha seca confrontando com NADIR CAVALLI E PEDRO GABRIEL CAVALLI (Área remanescente da matrícula 11.763) com o azimuth de 178º22'19" e a distância de 6.16 m até o marco '7' (E=8.074 m e N=4.345 m); Daí segue por linha seca confrontando com NADIR CAVALLI E PEDRO GABRIEL CAVALLI (Área remanescente da matrícula 11.763) com o azimuth de 154º43'36" e a distância de 1.41 m até o marco '6' (E=8.676 m e N=3.069 m); Daí segue por rua confrontando com RUA DA

AMIZADE com o azimute de 273°10'46" e a distância de 5.66 m até o marco '1' (E=3.025 m e N=3.383 m); Daí segue por rua confrontando com NADIR CAVALLI E PEDRO GABRIEL CAVALLI (Área da matrícula 11.762) com o azimute de 353°22'33" e a distância de 16.71 m até o marco '2' (E=1.087 m e N=20.071 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 100,67 m², avaliado em R\$ 24.169,99 (vinte e quatro mil, cento e sessenta e nove reais e noventa e nove centavos).

b) lote urbano integrante da Matrícula Imobiliária nº 11.762 registrada no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba(SC), com as seguintes características: Inicia-se se no marco denominado '1', desde, segue por rua, dividindo-o com Rua da Amizade; Daí segue por rua confrontando com Rua da Amizade com o azimute de 359°53'58" e a distância de 16.71 m até o marco '2' (E=0.000 m e N=20.260 m); Daí segue por rua confrontando com Rua da Amizade com o azimute de 99°50'30" e a distância de 1.10 m até o marco '3' (E=1.087 m e N=20.071 m); Daí segue por rua confrontando com Rua da Amizade com o azimute de 173°22'33" e a distância de 16.80 m até o marco '4' (E=3.025 m e N=3.383 m); Daí segue por rua confrontando com Rua da Amizade com o azimute de 273°10'46" e a distância de 3.00 m até o marco '1' (E=0.029 m e N=3.550 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 34,25 m², avaliado em R\$ 8.459,48 (oito mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e quarenta e oito centavos)."

Art.2º - Os demais artigos e disposições vigentes da Lei nº 1005 de 04 de outubro de 2011, permanecem inalterados.

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

LEI 1354

LEI Nº 1354 de 10 de março de 2015.

"CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS - COMUPA DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS - COMUPA, órgão colegiado de caráter permanente, consultivo e deliberativo, tendo como atribuição desenvolver estudos e propor diretrizes, medidas e ações voltadas para a defesa e proteção dos animais no MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC).

Art.2º- São objetivos e competências do CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS - COMUPA:

I. atuar:

a) na proteção e defesa dos animais, quer sejam os chamados de estimação ou domésticos, bem como os animais de fauna silvestre;

b) na conscientização da população sobre a necessidade de se adotar os princípios da posse responsável e proteção ecológica dos animais;

c) na defesa dos animais feridos e abandonados;

II. colaborar na execução de Programa de Educação Ambiental, junto a Secretaria responsável, na parte que concerne a proteção de animais e seus habitats;

III. solicitar e acompanhar as ações dos órgãos da Administração, Direta ou Indireta, que têm incidência no desenvolvimento dos programas de proteção e defesa dos animais;

IV. colaborar e participar nos planos e programas de controle das diversas zoonoses, (leshimaniose, raiva, febre imaculosa, etc.);

V. coordenar e encaminhar ações que visem, no âmbito do Município, junto à sociedade civil, a defesa e a proteção dos animais;

VI. propor a realização de campanhas:

a) de esclarecimento à população quanto ao tratamento digno que deve ser dado aos animais;

b) de adoção de animais visando o não abandono;

c) de registro de cães e gatos;

d) de vacinação dos animais;

e) para o controle reprodutivo de cães e gatos;

f) de palestras educativas nas escolas municipais;

IX. evidenciar esforços junto a outras esferas de governo a fim do aprimoramento da legislação e dos serviços de proteção aos animais.

Art.3º- O CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS - COMUPA terá a seguinte composição:

I. 01 (um) representante da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;

II. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social;

III. 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes

IV. 01 (um) representante da Vigilância Sanitária Municipal;

V. 02 (dois) membros de entidades representativas da sociedade civil, regularmente constituídas, atuantes na defesa, proteção e conservação da vida e defesa dos animais;

VI. 01 (um) médico veterinário, indicado pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária;

VII. 01 (um) representante das Associações de Moradores de Luzerna.

§1º - Para cada membro do Conselho será indicado um suplente da mesma área de atuação.

§2º- Os membros do Conselho terão mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez e podendo ser reeleitos para mandatos posteriores.

§3º- As funções de membro do Conselho não serão remuneradas, sendo consideradas como serviço público relevante.

§4º- Os representantes do Poder Público serão designados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

§5º- Os representantes da sociedade civil serão escolhidos em Fórum promovido e organizado pela Secretaria de Saúde e Bem Estar Social.

Art.4º- O CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS - COMUPA poderá solicitar a colaboração de órgãos e instituições municipais, estaduais e federais, públicas ou privadas, para o desenvolvimento de suas ações, programas e projetos.

Art.5º- As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

LEI COMPLEMENTAR 131

LEI COMPLEMENTAR Nº 131 de 10 de março de 2015.

"DISPÕE SOBRE A TAXA MUNICIPAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS PELO MUNICÍPIO DE LUZERNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art.1º- Fica instituída a TAXA MUNICIPAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS no âmbito do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC).

Art.2º- A TAXA MUNICIPAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS tem como fato gerador o exercício do poder de polícia ou a prestação de serviços pelo Município ou Consórcio Público através de atribuições delegadas, para análise prévia de licenças ambientais, análise de estudos de impacto ambiental, autorização de corte de vegetação, autorização para tratamento ou disposição de resíduos, pareceres técnicos e outras atividades de acordo com a legislação ambiental vigente.

Art.3º- O contribuinte da TAXA MUNICIPAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS é a pessoa física ou jurídica cuja atividade esteja sujeita às leis ambientais e que requerer serviço sujeito à sua incidência ou for o destinatário do exercício do poder de polícia.

Art.4º- Os serviços e atividades sujeitos à TAXA MUNICIPAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS são os especificados no Anexo Único desta Lei.

Art.5º- A TAXA MUNICIPAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS será recolhida até a data do requerimento do serviço ou atividade.

Art.6º- Os valores arrecadados relativos à TAXA MUNICIPAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS serão integralmente recolhidos ao FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FMMA que determina através na Lei de criação a aplicação dos recursos arrecadados.

Art.7º- Os valores constantes do Anexo Único serão reajustados anualmente mediante ato do Poder Executivo Municipal.

Art.8º- Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

ANEXO ÚNICO**TAXA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS****1. NORMAS GERAIS PARA DETERMINAÇÃO DOS VALORES DA TAXA DE SERVIÇOS AMBIENTAIS:**

1.1. A determinação do valor da taxa, a quantificação do serviço e o cronograma de execução serão definidos quando da solicitação por parte do interessado.

1.2. Não poderá haver duplicação de componentes de custo para efeito de cobrança de um ou mais serviços, quando existirem fatores comuns na equação de preços.

1.3. A cobrança dos serviços solicitados será realizada na hora do pedido, sendo que nenhum serviço será autorizado pelo

responsável sem o comprovante do respectivo pagamento.

1.4. O valor máximo para efeito de cobrança dos serviços de licenciamento será o valor correspondente ao da classe III item B, definidos nas Tabelas 02 e 03.

2.DETERMINAÇÃO DO VALOR DA TAXA PELA ANÁLISE DE LICENÇAS AMBIENTAIS:

Para a determinação dos valores a serem cobrados pelos pedidos de análise das Licenças Ambientais de que trata a Lei nº 5.793, de 15 de outubro de 1980, regulamentada pelo Decreto nº 14.250, de 05 de junho de 1981, e o Decreto Federal nº 99.274, de 06 de junho de 1990, as atividades são enquadradas em três classes I, II e III, em função do porte e do potencial poluidor/degradador, conforme Tabela nº 01:

TABELA Nº 01

ENQUADRAMENTOS DAS ATIVIDADES POTENCIALMENTE CAUSADORAS DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR GERAL				
	P	M	G	
PORTE	I	I	I	
DO EMPRE-	II	II	II	
ENDIMENTO	III	III	III	

2.1. O potencial poluidor/degradador da atividade é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função dos efeitos causados sobre o solo, ar e água. O potencial poluidor/degradador geral é o maior dentre os potenciais considerados sobre cada um dos recursos ambientais analisados.

2.2. O porte do empreendimento, também é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função de critérios estabelecidos nas ResoluçõesConsema nº 01/2006, 02/2006, 04/08, 14/12, bem como as demais resoluções do CONAMA, CONSEMA ou Conselho Municipal do Meio Ambiente, que dispõe sobre Licenciamento, Cadastramento ou Autorização Ambiental.

2.3. O potencial poluidor/degradador e o porte do empreendimento estão definidos na Resolução acima mencionada.

TABELA Nº 02

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS EM REAIS (R\$)

	CLASSE					
	I		II		III	
	A	B	A	B	A	B
	P,P ou M,P	P,M	M,M ou G,P	P,G	M,G ou G,M	G,G
LAP	212,52	317,47	634,96	951,15	1.268,64	1.902,31
LAI	528,71	792,41	1.588,24	2.377,23	3.169,65	4.754,48
LAO	1.057,42	1.586,13	3.407,37	4.754,47	6.339,30	9.508,96
TOTAL	1.798,65	2.696,01	5.630,57	8.082,85	10.777,59	16.165,75

TABELA Nº 03

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS ANUAL EM REAIS (R\$) PARA AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS, PECUÁRIAS E FLORESTAIS

	CLASSE					
	I		II		III	
	A	B	A	B	A	B
	P,P ou M,P	P,M	M,M ou G,P	P,G	M,G ou G,M	G,G
LAP	209,92	240,06	386,96	464,41	774,67	928,84
LAI	581,18	696,38	1.161,06	1.393,27	1.058,59	2.786,57
LAO	387,03	464,41	774,03	928,84	1.548,09	1.857,71

TOTAL	1.178,13	1.400,85	2.322,05	2.786,52	3.381,35	5.573,12
-------	----------	----------	----------	----------	----------	----------

TABELA Nº 04

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS, ANUAL, EM REAIS (R\$) PARA AS ATIVIDADES DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA, EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS, PECUÁRIA E FLORESTAL, PARA PORTE ATÉ Q(I)<50

LAP	LAI	LAO	TOTAL
R\$ 126,35	315,89	R\$ 386,64	R\$ 828,89

TABELA Nº 05

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS, ANUAL, EM REAIS (R\$) PARA AS ATIVIDADES DE BENEFICIAMENTO, FIAÇÃO E TECELAGEM DE FIBRAS TÊXTEIS VEGETAIS, ATÉ O LIMITE DE AU = 500,00 M2

LICENÇAS	LAP	LAI	LAO	TOTAL
P, M	126,88	306,66	623,89	1.057,43

TABELA Nº 06

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS, ANUAL, EM REAIS (R\$) PARA AS ATIVIDADES DE FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS TÊXTEIS, COM ESTAMPARIA E/OU TINTURA, ATÉ O LIMITE DE AU = 500,00 m2, CONFECÇÕES DE ROUPAS E ARTEFATOS TÊXTEIS DE CAMA, MESA, COPA E BANHO, COM TINGIMENTO ATÉ O LIMITE DE AU 500,00M2 E SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE LAVAÇÃO, TINGIMENTO, ALVEJAMENTO, ESTAMPARIA E/OU AMACIAMENTO, COM PORTE DE 200,00m2 A 500,00m2

LICENÇAS	LAP	LAI	LAO	TOTAL
P,G	190,33	459,96	935,81	1.586,10

TABELA Nº 07

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS, ANUAL, EM REAIS (R\$) PARA AS ATIVIDADES DE FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS TÊXTEIS, COM ESTAMPARIA E/OU TINTURA, ATÉ O LIMITE DE AU = 500,00 m2, CONFECÇÕES DE ROUPAS E ARTEFATOS TÊXTEIS DE CAMA, MESA, COPA E BANHO, COM TINGIMENTO ATÉ O LIMITE DE AU 500,00m2 E SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE LAVAÇÃO, TINGIMENTO, ALVEJAMENTO, ESTAMPARIA E/OU AMACIAMENTO, COM PORTE DE 200,00m2 A 500,00m2

LICENÇAS	LAP	LAI	LAO	TOTAL
P,M	136,14	329,04	669,44	1.134,62

2.4. As Licenças Ambientais de Operação terão prazo de validade de 04 (quatro) anos, podendo por decisão motivada, o prazo ser dilatado ou reduzido com aumento ou diminuição proporcional nos valores a serem cobrados pelo Município;

2.5. A cobrança da Análise dos Pedidos de Licenças Ambientais será efetuada em cada uma das fases do processo de licenciamento, conforme determina a legislação em vigor;

2.6. Nos casos de pedidos de renovação de Licenças, será cobrado o valor referente à classificação da atividade;

2.7. Nas tabelas acima, cada classe apresenta duas subdivisões (A e B) sendo que nestas a primeira letra indica o porte da atividade e a segunda letra estabelece o potencial poluidor.

3. DETERMINAÇÃO DA ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA E RESPECTIVO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA:

Quando o licenciamento se fizer mediante apresentação de

Estudos de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, conforme determina a legislação ambiental em vigor, a determinação dos preços a serem cobrados pelos serviços prestados, conforme fórmula abaixo:

3.1. Custo total das análises

CT = TT + VT + CE + CA, onde:

a) Trabalho Técnico

TT = T x H (R\$ 61,01/hora)

b) Vistoria Técnica

VT = T x D (R\$ 149,13/dia) + V x R (R\$ 0,89/Km)

c) Consultoria Externa

CE = Cc x H

d) Custo Administrativo

CA = (TT + VT + CE) x 0,10

Legenda:

CT	Custo Total
TT	Trabalho Técnico
VT	Vistoria Técnica
CE	Consultoria Externa
CA	Custo Administrativo
H	Número de Horas Trabalhadas
D	Número de Dias Trabalhados
R	Total de Km Rodados
T	Número de Técnicos
V	Número de Veículos
Cc	Custo de Consultoria por Hora

4. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL SIMPLIFICADA DE CORTE DE VEGETAÇÃO, AUTORIZAÇÃO DE CORTE/SUPRESSÃO OU EXPLORAÇÃO DE VEGETAÇÃO E REPOSIÇÃO FLORESTAL:

Pr (R\$) = 12,24 para corte isolado de até 05 (cinco) árvores em zona urbana

Pr (R\$) = 75,23 para corte isolado de 06 (seis) até 20 (vinte) árvores em zona urbana

Pr (R\$) = 137,23 + 0,03 x AM para corte/supressão de vegetação em zona urbana, com área de corte de até 5,0 ha;

Pr (R\$) = 75,23 parapara corte de árvores em área urbana ou rural que acarretem risco a vida ou ao patrimônio;

Pr (R\$) = 75,23 para aproveitamento de árvores mortas ou caídas em propriedades ou posses de comunidades tradicionais;

Pr (R\$) = 75,23 para corte eventual em zona rural (20m³ ou 20 unidades)

Pr (R\$) = 137,23 para corte/supressão ou exploração de vegetação para fins agrossilvopastoris, no limite de até 2,0 ha.

Isento - para corte/supressão ou exploração de vegetação no caso de pequenos produtores rurais ou posses das populações tradicionais, limitando em até 2,0 ha por ano;

Isento - autorização municipal para transporte de produtos e subprodutos florestais no caso de pequenos produtores rurais ou posse rural familiar.

5. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE AUTORIZAÇÃO DE CORTE DE VEGETAÇÃO - AUC, PARA FLORESTAS PLANTADAS EM ÁREAS PROTEGIDAS (APP, UC, ETC), COM RECOMPOSIÇÃO VEGETAL:

Pr(R\$) = 137,23 para AU até 3,0 ha;

Pr(R\$) = 137,23 + 20 x AU para área útil em hectare de 3,0 até 10,0 ha.

Legenda:

AU	área útil
AM	área em metros quadrados

6. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS (APP,UC, ETC) POR MEIO DE PLANTIO:

Pr(R\$) = 75,23 para intervenção em APP até o limite máximo 5.000m²

Pr(R\$) = 75,23 + 0,03 x AM para intervenção em APP acima de 5.000m²

7. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS (APP,UC, ETC) POR MEIO DE ENROCAMENTO, MURO DE ARRIMO OU GABIÃO:

Pr(R\$) = 212,52 para intervenção até o limite 100 metros lineares.

8. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE DIAGNÓSTICO AMBIENTAL NOS CASOS DE EM QUE ESTIVER RELACIONADO A ATIVIDADE OU EMPREENDIMENTO NÃO PASSÍVEL DE LICENCIAMENTO OU QUE DEPENDA DE CADASTRAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DAS DEMAIS ATIVIDADES:

Pr(R\$) = 212,52

9. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE ANÁLISE, VISITÓRIA E ASSINATURA DOS PEDIDOS DE AVERBAÇÃO DA RESERVA LEGAL:

Pr(R\$) = 75,23 para propriedades com área até 50,00 ha.

Pr(R\$) = 75,23 para propriedades com área acima de 50,00 ha.

Isento: Averbação da Reserva Legal para pequeno produtor rural ou posse rural familiar, conforme legislação Federal.

10. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE CONSULTA AMBIENTAL PARA TERRAPLENAGEM URBANA E RURAL:

Pr(R\$) = 75,23 para AM menor que 1.000m²

Pr(R\$) = 75,23 + 0,03 x AM, para AM maior que 1.000m²

11. CERTIDÕES E DECLARAÇÕES DIVERSAS:

Pr = R\$ 75,81

12. AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AuA

Pr = R\$ 75,81

12.1 AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AuA para a suinocultura

Pr = R\$ 37,90

Conforme consta na Resolução nº 01/06, entenda-se porte Único = Autorização Ambiental - AuA

13. AUTORIZAÇÃO PARA TRATAMENTO E/OU DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS ORIUNDOS DE OUTROS ESTADOS:

13.1. Resíduos Classe I

Pr = R\$ 25,26 por tonelada

13.2. Resíduo Classe II

Pr = R\$ 10,10 por tonelada

14. PARECER TÉCNICO EM GERAL, EXCLUINDO-SE A ANÁLISE DO EIA/RIMA:

Pr = R\$ 202,17

15. AGROTÓXICO:

15.1.	Aplica-se à Tabela nº 03 para o Licenciamento Ambiental de empresas com atividades abaixo relacionadas:
15.1.1.	Atividade de aplicação aérea de agrotóxico
15.1.2.	Central de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos
15.2	Autorizações Ambientais:
15.2.1	Aplicação nas lavouras de agrotóxicos por aeronaves: Pr = R\$ 37,90 por propriedade/ano.
15.2.2.	Aplicação de agrotóxico em ambientes urbanos: Pr = R\$ 37,90
15.2.3.	Aplicação de agrotóxico em ambiente de armazenagem em contêiner (expurgo): Pr = R\$ 13,27
15.2.4.	Central de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos: Pr = R\$ 37,90
15.2.5.	Atividades referentes à comercialização de agrotóxicos: Pr = R\$ 37,90

16. CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA:

O Licenciamento Ambiental da atividade acima enquadra-se na Tabela nº 02.

Quando comprovada a utilização para uso em atividade agrícola, pecuária e florestal, será utilizada a Tabela nº 04.

Os poços tubulares profundos já existentes, que não disponham de Licenciamento Ambiental, pagarão apenas os custos referentes a Licença Ambiental de Operação - LAO.

13. LISTAGEM DE VALORES PARA A ATIVIDADE DA SUINOCULTURA:

01.54.00	- Granja de suínos - terminação Pr = R\$ 25,61 + 0,10 x NC
01.54.01	- Unidade de Produção de Leito - UPL Pr = R\$ 25,61 + 0,17 x NM
01.54.02	- Granja de suínos - Creche Pr = R\$ 25,61 + 0,04 x NC
01.54.03	- Granja de suínos - Ciclo Completo Pr = R\$ 25,61 + 0,50 x NM

Acrescenta-se ao valor calculado o fator de correção de 1,0 para Licença Ambiental Prévia - LAP, de 1,50 para Licença Ambiental de Instalação - LAI e de 1,25 para Licença Ambiental de Operação - LAO.

14. LISTAGEM DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E SILVICULTURAS, EXCETO AQUELAS JÁ ENQUADRADAS NA TABELA Nº 03 E NO ÍTEM 5:

01.12.01	Culturas Permanentes Pomares e Cultivos de Palmáceas e Musáceas Pr = R\$ 25,61 + 2,15 x AU
01.35.00	Florestamento e Reflorestamento de Essências Arbóreas Pr = R\$ 25,61 + 2,15 x AU
01.40.00	Projeto Agrícola Irrigado Pr = R\$ 25,61 + 2,15 x AU

01.51.00	Criação de Animais Confinados de Grande Porte (bovinos, eqüinos, etc.) Pr = R\$ 25,61 + 0,16 x AU
01.52.00	Criação de Animais Confinados de Médio Porte (suínos, ovinos, caprinos, etc.) Pr = R\$ 25,61 + 0,17 x AU
01.70.00	Criação de Animais Confinados de Pequeno Porte (avicultura, cunicultura) Pr = R\$ 25,61 + 0,0008 x NC
01.70.01	Depósito de Cama de Aviário e/ou Dejetos Orgânicos Pr = R\$ 37,90 + 15 x AU
01.80.00	Incubatório de Aves Pr = R\$ 37,90 + 35 x AU
03.31.00	Unidades de Produção de Peixes em Sistema de Policultivo em Açudes (SISTEMA I): Pr = R\$ 25,61 + 3,75 x AU
03.31.01	Unidades de Produção de Peixes em Sistema de Policultivo em Viveiros (SISTEMA II): Pr = R\$ 24,26 + 35 x AU
03.31.02	Unidades de Produção de Peixes em Sistema de Monocultivo em Águas Mornas (SISTEMA III): Pr = R\$ 25,61 + 7 x AU
03.31.03	Unidades de Piscicultura em Monocultivo de Águas Frias (SISTEMA IV) Pr = R\$ 25,61 + 210 x AU
03.31.05	Unidades de Produção de Alevinos (SISTEMA VI) Pr = R\$ 25,61 + 7 x AU
26.50.00	Abate de animais em abatedouros, frigoríficos e charqueadas, com ou sem industrialização de produtos de origem animal Pr = R\$ 25,61 + 0,14 x NC/dia Aplica-se esta fórmula para atividades com abate de até 1.000 cabeças dia.

Acrescenta-se ao valor calculado o fator de correção de 1,0 para Licença Ambiental Prévia - LAP, de 1,50 para Licença Ambiental de Instalação - LAI e de 1,25 para Licença Ambiental de Operação - LAO.

Legenda:

Pr	Preço Básico da Licença
AU	Área Útil em Hectare
AM	Área em m²
NC	Nº de Cabeças
NM	Nº de Matrizes
LAP	Licença Ambiental Prévia
LAI	Licença Ambiental de Instalação
LAO	Licença Ambiental de Operação
AuA	Autorização Ambiental
AuC	Autorização de Corte de Vegetação

Macieira

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO_ PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0012

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0012/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0009/2015

REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2015

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, nº 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. Emerson Zanella, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0012/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0009/2015, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, REGISTRO DE PREÇO nº 0001/2015 que até 09h00min, do dia 24 de março de 2015, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3264, de 05 de janeiro de 2015, estará recebendo propostas para o Registro de Preço, para a contratação futura de empresa especializada para o fornecimento de combustível - gasolina comum - destinado ao abastecimento dos veículos e máquinas da Frota municipal do Município de Macieira, conforme quantidades, especificações e condições constantes no Anexo I do Edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 24/03/2015, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0009/2015, através do e-mail compras2@macieira.sc.gov.br ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2019, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira - SC, 09 de março de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Mafra**PREFEITURA****EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2015**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2015.

FORNECEDOR: SUPERAUTO SC DISTRIBUIDORA LTDA.
CNPJ: 17.895.893/0001-83
OBJETO: Aquisição de peças para revisão dos 10.000 km dos veículos Renault Sandero placa MLS 3597 e Renault Sandero placa MLS 3747, pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde, considerando o período de garantia dos veículos.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso XVII, com alterações posteriores.
VALOR: R\$ 462,00 (Quatrocentos e sessenta e dois reais).

Mafra, (SC) 10 de março de 2.015.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 049/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 049/2015.

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 00.802.002/0001-02
VALOR: R\$ 6.120,00 (Seis mil cento e vinte reais).

FORNECEDOR: ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR EIRELI - EPP
CNPJ: 02.607.956/0001-81
VALOR: R\$ 5.900,00 (Cinco mil e novecentos reais).

OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados à Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso IV, com alterações posteriores.

Mafra, (SC) 10 de março de 2.015.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**LEI MUNICIPAL Nº 4087/2015**

LEI MUNICIPAL Nº 4087, de 10 de março de 2015.
DISPÕE SOBRE REFORMA ADMINISTRATIVA DA CÂMARA DE VEREADORES DE MAFRA, ESTABELECE NOVO VALOR DE VENCIMENTOS DOS CARGOS COMISSIONADOS DE ASSESSOR JURÍDICO, ASSESSOR LEGISLATIVO, ASSESSOR DE IMPRENSA, DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, ALTERA AS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE ASSESSOR LEGISLATIVO E REVOGA O ART. 17 DA LEI MUNICIPAL Nº 3661 DE 29 DE ABRIL DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Vereador Edenilson Schelbauer, faz saber a todos os habitantes deste Município, que promulga a presente Lei Municipal, na conformidade do artigo 32, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Mafra:

TÍTULO I - DO VALOR DE VENCIMENTOS DOS CARGOS COMISSIONADOS DE ASSESSOR JURÍDICO, ASSESSOR LEGISLATIVO, ASSESSOR DE IMPRENSA, DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO.

Art. 1º O vencimento do cargo de Assessor Jurídico da Câmara de Vereadores de Mafra, constante do Art. 16 da Lei nº 3661 de 29 de abril de 2011, passa a ser de R\$ 4.850,00 (quatro mil e oitocentos e cinquenta reais).

Art. 2º O vencimento do cargo de Assessor Legislativo da Câmara de Vereadores de Mafra, constante do Anexo I, da Resolução nº 6/2007, de 04 de abril de 2007, passa a ser de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Art. 3º O vencimento do cargo de Assessor de Imprensa da Câmara de Vereadores de Mafra, constante do Anexo I, da Resolução nº 6/2007, de 04 de abril de 2007, passa a ser de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

Art. 4º O vencimento do cargo de Diretor Administrativo e Financeiro da Câmara de Vereadores de Mafra, constante do Anexo I, da Resolução nº 6/2007, de 04 de abril de 2007, passa a ser de R\$ 4.750,00 (quatro mil, setecentos e cinquenta reais).

Art. 5º Fica fazendo parte integrante da presente Lei, o Anexo I referente à estimativa do impacto orçamentário-financeiro dos vencimentos criados por esta Lei no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e o Anexo II referente a Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, previsto no art. 16, incisos I e II, no art. 17 e no art. 21, inciso I, todos da Lei nº 101/2000, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

TÍTULO II - ALTERA AS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE ASSESSOR LEGISLATIVO

Art. 6º Ficam alteradas as atribuições do Cargo de Provisório em Comissão de Assessor Legislativo da Câmara Municipal de Mafra/SC, estampados no Anexo III, da Resolução nº 6/2007.

Art. 7º Ao Assessor Legislativo compete:

- a) Assessorar o Vereador na execução de atividades legislativas;
- b) Reunir legislação, projetos e propostas de interesse do Vereador;
- c) Preparar matérias relativas a pronunciamentos e proposições

do Vereador;

d) Efetuar o atendimento de pessoas;

e) Informar o Vereador sobre prazos e providências das proposições em tramitação na Câmara;

f) Assessorar as Comissões Técnicas Especiais e/ou Permanentes, em plenário;

g) Monitorar o andamento dos projetos de lei, proposições ou outras demandas que tramitem pelas Comissões;

h) Auxiliar os Vereadores na análise de projetos, proposições, requerimentos e outras demandas cuja tramitação exija a avaliação das Comissões;

i) Intermediar o contato entre os membros das Comissões;

j) Relacionar informações e documentos que possam contribuir com o trabalho das comissões técnicas;

k) Assessorar o trabalho das Comissões, no encaminhamento de ofícios, elaboração da pauta de discussões, gravação e transcrição de atas e agendamento de reuniões.

l) Se fazer presente quando convocado nas sessões da Câmara, Ordinárias, Extraordinárias, Especiais, Solenes e Audiências Públicas.

TÍTULO III - REVOGA O ART. 17 DA LEI MUNICIPAL Nº 3661 DE 29 DE ABRIL DE 2011.

Art. 8º Fica revogado o Art. 17 da Lei Municipal nº 3661 de 29 de abril de 2011.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 1º de fevereiro de 2015.

Art. 10 Revogam-se as disposições em contrário.

Mafra/SC, 10 de março de 2015.
VER. EDENILSON SCHELBAUER
Presidente da Câmara Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 4088/2015

LEI MUNICIPAL Nº 4088, de 10 de março de 2015.
CRIA E ESTABELECE VALORES DAS GRATIFICAÇÕES AOS SERVIDORES EFETIVOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Vereador Edenilson Schelbauer, faz saber a todos os habitantes deste Município, que promulga a presente Lei Municipal, na conformidade do artigo 32, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Mafra:

Art. 1º O Poder Legislativo Municipal concederá Gratificação na importância de 45% (quarenta e cinco por cento) calculado sobre o vencimento básico do cargo, aos servidores do Legislativo que sejam membros da Comissão Permanente de Licitação - CPL e da Equipe de Apoio do Pregão; e na importância de 65% (sessenta e cinco por cento), calculado sobre o vencimento básico do cargo, ao Pregoeiro e ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Parágrafo Único No caso de afastamento do titular da CPL, da Equipe de Apoio do Pregão, do Pregoeiro ou do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, por período superior a 15 (quinze) dias, caberá ao servidor nomeado como suplente, a Gratificação proporcional aos dias trabalhados quando designado para substituir seu respectivo titular.

Art. 2º O Poder Legislativo Municipal concederá Gratificação na importância de 65% (sessenta e cinco por cento) calculado sobre o vencimento básico do cargo, aos servidores do Legislativo que sejam responsáveis pela operação do sistema de áudio e vídeo nas Sessões Ordinárias e Extraordinárias do plenário da Câmara.

Parágrafo Único Para fazerem jus a Gratificação do caput deste artigo, os servidores devem cumprir os horários regulares estabelecidos pelo Regimento Interno e o Estatuto dos Servidores de Mafra, em período integral durante os dias úteis, e estenderem o lapso temporal de serviço durante o período noturno nos dias de Sessões.

Art. 3º O Poder Legislativo Municipal concederá Gratificação na importância de 25% (vinte e cinco por cento) calculado sobre o vencimento básico do cargo, aos servidores do Legislativo que sejam integrantes da Comissão Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar e a Comissão de Avaliação e Desempenho.

Art. 4º O direito à gratificação de que dispõe essa Lei perdurará enquanto o servidor estiver na qualidade de titular nas respectivas funções.

Art. 5º A importância da remuneração mensal em espécie do servidor limita-se à soma dos valores percebidos pelo Prefeito do Município de Mafra.

Art. 6º Não será permitido o acúmulo de Gratificação a um mesmo servidor.

Art. 7º Ao Presidente da Câmara Municipal cabe a livre concessão e cassação do benefício, através de Portaria, consignando os motivos da concessão.

Art. 8º Fica fazendo parte integrante da presente Lei, o Anexo I referente a estimativa do impacto orçamentário-financeiro das gratificações criadas por esta Lei no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e o Anexo II referente a Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, previstos no art. 16, incisos I e II, no art. 17 e no art. 21, inciso I, todos da Lei Nº. 101/2000, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 9º As despesas decorrentes da Gratificação correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 1º de fevereiro de 2015.

Mafra/SC, 10 de março de 2015.
VER. EDENILSON SCHELBAUER
Presidente da Câmara Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 4089/2015

LEI MUNICIPAL Nº 4089, de 10 de março de 2015.
REGULAMENTA O ANEXO II, DO QUADRO GERAL DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, POR CATEGORIA FUNCIONAL, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL, NÍVEL E Nº DE VAGAS, DA RESOLUÇÃO Nº 06, DE 04 DE ABRIL DE 2007 QUE "DISPÕE SOBRE O QUADRO DE PESSOAL, PLANO DE CARGOS, VENCIMENTOS E DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Vereador Edenilson Schelbauer, faz saber a todos os habitantes deste Município, que promulga a presente Lei Municipal, na conformidade do artigo 32, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Mafra:

Art. 1º Ficam enquadrados os cargos de Assistente Legislativo, Assistente de Administração e Finanças, Técnico em Contabilidade, Auxiliar Legislativo e Guarda Patrimonial, constantes no Anexo II, do Quadro geral de Cargos de Provimento Efetivo, por categoria

funcional, habilitação profissional, nível e número de vagas, da Resolução nº 06, de 04 de Abril de 2007 que Dispõe sobre o quadro de pessoal, plano de Cargos, Vencimentos e Desenvolvimento Funcional da Câmara Municipal de Mafra.

Art. 2º Conforme disposto no caput do artigo 1º desta lei, o Anexo II, do Quadro geral de Cargos de Provisão Efetivo, por categoria funcional, habilitação profissional, nível e número de vagas, da Resolução nº 06, de 04 de Abril de 2007 que Dispõe sobre o quadro de pessoal, plano de Cargos, Vencimentos e Desenvolvimento Funcional da Câmara Municipal de Mafra, passa a vigorar com a seguinte redação:

GRUPO I - ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR
SIGLA: ANS

CARGO	NÍVEL	VAGAS	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Assistente Legislativo			
Assistente de Administração e Finanças	B-8 I-7	01 01	Portador de diploma ou certificado de conclusão de curso superior.

GRUPO II - ATIVIDADES TÉCNICO-PROFISSIONAIS
SIGLA: ATP

CARGO	NÍVEL	VAGAS	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Técnico em Contabilidade	H-7	01	Certificado de conclusão do curso Técnico em Contabilidade, Registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

GRUPO III - SERVIÇOS GERAIS AUXILIARES
SIGLA: SGA

CARGO	NÍVEL	VAGAS	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Auxiliar Legislativo			
Guarda Patrimonial	A-3 A-3	01 02	Certificado de conclusão do ensino médio.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra/SC, 10 de março de 2015.
VER. EDENILSON SCHELBAUER
Presidente da Câmara Municipal

Marema

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL/FMAS N. 001/2015

Município de Marema/FMAS-Fundo Mun. de Assist. Social.

A Prefeitura Municipal de Marema/FMAS-Fundo Municipal de Assistência Social - SC FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Processo Licitatório/FMAS n. 002/2015 - Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 001/2015 para aquisição de Alimentos, produtos de limpeza, material escolar, permanente, utilitários e cursos para atendimento aos Programas do Departamento. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 31/03/2015, às 08h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 31/03/2015 às 08h00min. Maiores informações ou a cópia da íntegra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta-feira, das 07h30min às 11h30mi, e das 13h30min às 17h30min, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site www.marema.sc.gov.br

Marema, 09 de março de 2015
MARCOS PEDRO BATISTEL
Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº. 3078 DE 05 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº. 3078 DE 05 DE MARÇO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.520,00 (Hum mil, quinhentos e vinte reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MEDICA
0602.010.301.0190.2101 - Manutenção do Serviço de Atendimento à População
0602 - 33900000 - Aplicações Diretas
0602 - 33805 - Saúde Bucal R\$ 1.520,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 05 de Março de 2015
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

LICITAÇÃO 14.2015 - PP 11.2015 - VENDA CONTAS PÚBLICAS

PREFEITURA DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 14/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2015-PMM

A Prefeitura de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores realizará licitação na Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Maior Lance ou Oferta, objetivando a contratação de INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, OFICIAL OU PRIVADA, para prestação de serviços de pagamento de salários/proventos dos servidores/funcionários ativos, inativos, ACTS, comissionados, estagiários e pensionistas da Administração Direta e Indireta, bem como para viabilizar as operações de empréstimos consignados em folha de pagamento dos servidores. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 25.03.2015. ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 25.03.2015. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Massaranduba, Fone: (47)3379-4600 e site www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 09 Março de 2015.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO N.º 029/2015

DECRETO n.º 029/2015

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.663/2014, de 17 de Novembro de 2014.

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais), nestes termos:

06 – SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO	
060115.452.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais/Desenvol. Urbano	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 – Aplicações Diretas (118)	R\$ 800.000,00
Total	R\$ 800.000,00

Art. 2.º Para atender os créditos que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulações parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

06 – SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO	
060115.452.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais/Desenvol. Urbano	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 – Aplicações Diretas (117)	R\$ 800.000,00
Total	R\$ 800.000,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de fevereiro de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças.

DECRETO N.º 030/2015.

DECRETO n.º 030/2015.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.663/2014, de 17 de Novembro de 2014.

DECRETA

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 94.000,00 (Noventa e quatro mil reais), nestes termos:

09- FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA	
0901.08.243.2023 – Manutenção Fundo Infância e Adolescência - FIA	
3.1.71.00.00.00.00.00.0080.0 – Aplicações Diretas (149)	R\$ 40.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00.0080.0 – Aplicações Diretas (236)	R\$ 40.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00.0080.0 – Aplicações Diretas (237)	R\$ 14.000,00
Total	R\$ 94.000,00

Art. 2.º As suplementações das Dotações Orçamentárias de que trata o artigo 1º, correrá por conta de parte do excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte específica.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Fevereiro de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças.

DECRETO N.º 032/2015

DECRETO n.º 032/2015

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.663/2014, de 17 de Novembro de 2014.
DECRETA

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 176.000,00 (Cento e setenta e seis mil reais), nestes termos:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
130110301.2056 – Manutenção do PMAQ/NASF	
3.1.90.00.00.00.00.00.0757.0 – Aplicações Diretas (53)	R\$ 56.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0757.0 – Aplicações Diretas (54)	R\$ 120.000,00
Total	R\$ 176.000,00

Art. 2.º As suplementações das Dotações Orçamentárias de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada do recursos repassado pelo Fundo Nacional de Saúde.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 03 de Março de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças.

LEI Nº 1.680/2014.

LEI nº 1.680/2014.

RATIFICA PROTOCOLO DE INTENÇÕES COM A FINALIDADE DE INSTITUIR O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, Estado de Santa Catarina. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificado pelo Município de Turvo/SC, Protocolo de Intenções com a finalidade de instituir o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE - CIASS, objetivando a instituição do serviço socioassistencial, e de saúde de alta complexidade, na modalidade abrigo institucional para crianças e adolescentes, bem como Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, o qual será composto pelos municípios de Turvo/SC, Jacinto Machado/SC, Ermo/SC, Timbé do Sul/SC, Meleiro/SC e Morro Grande/SC ficando desde já autorizado o Chefe do Poder Executivo a manifestar expressa anuência, em assembléia, em relação à aprovação do respectivo estatuto.

Art. 2º O Consórcio Intermunicipal de Assistência Social e Saúde será constituído sob a forma de consórcio público, com personalidade jurídica de direito público, mediante publicação do competente Estatuto.

Art. 3º Fica o Município de Meleiro autorizado a firmar contrato de rateio com o Consórcio Intermunicipal de Assistência Social e Saúde, de acordo com cada programa de atendimento, visando atender as finalidades do consórcio, conforme estabelecido no protocolo de intenções, que através da presente Lei passa a denominar-se Contrato de Consórcio, nos termos do Anexo Único, parte integrante da presente Lei.

Art. 4º Fica aplicada, para reger as relações jurídicas entre Município de Turvo/SC, Jacinto Machado/SC, Ermo/SC, Timbé do Sul/SC, Meleiro/SC e Morro Grande/SC o Consórcio Intermunicipal de Assistência Social e Saúde, a Lei federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Meleiro, SC, 23 de Dezembro de 2014.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças.

PORTARIA N.º 120/2015

PORTARIA n.º 120/2015

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, Resolve:
PRORROGAR

Art. 1º A Portaria nº 072/2015 da Senhorita CAMILA RODRIGUES,

ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em substituição à servidora Maria Rosângela Bordignon Dal Pont, em virtude de Licença Prêmio, até o retorno da mesma.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 10 de Março de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 118/2015

PORTARIA Nº 118/2015

TRATA DA CONSTITUIÇÃO E NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MELEIRO.

JONNEI ZANETTE, PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO, no uso de suas atribuições, considerando.

Art. 1º. Fica Constituído a Comissão do Plano Municipal de Educação, constantes na nominata abaixo discriminada:

a) Representantes do Secretaria Municipal de Educação

Titular: Jairo Luiz Canela

Suplente: Ana Paula de Luca

b) Representante do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Ana Lúcia Pereira Carradore

Suplente: Cleusa Maria Machado Scardueli

c) Representante dos Professores da Educação Básica Pública:

Titular: Michelia Fabris Fernandes

Suplente: Paula Beatriz Conti Reús

d) Representante dos Diretores da Educação Básica Pública:

Titular: Rosilane Bitencourt Marcelino Magagnin

Suplente: Cristiane Albano Meister

e) Representante da Sociedade Civil

Titular - Osmar Minatto

Suplente- Nialva Nice Mezzari Del Moro

f) Representante da Câmara de Vereadores

Titular - Rogerio Casagrande Junior

Suplente - Natival Jose Rechia

Art. 1º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro, SC 09 de março de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Modelo

PREFEITURA

CONTRATO ADM.009/2015 - REUNIDAS

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato: 009/2015

Contratada: REUNIDAS TURISMO S.A

Valor: R\$ 7.500,00

A Gestora do Fundo Municipal de saúde de Modelo, SC, MARCIA TERESINHA JACOBY, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato n.009/2015, com o objetivo da aquisição de transporte coletivo regular intermunicipal e interestadual de passageiros, através de linhas regulares e autorizadas pelo poder concedente competente, para atender a necessidade de pacientes que necessitam de tratamento médico-hospitalar fora do Município de Modelo.

Modelo (SC), 10 de março de 2015

Márcia Teresinha Jacoby

GESTORA FMS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO 013/14 - S&M

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato Administrativo n. 013/2014

Termo aditivo: 002/2014

Contratada: S&M TRANSPORTES LTDA ME

O Prefeito Municipal de Modelo - SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Termo aditivo 002/2014, ao Contrato nº 13/2014, ficando aditada a Cláusula quarta, com o prazo de vigência do contrato de prestação de serviços para o ano letivo de 2015, por conveniência administrativa e de comum acordo entre as partes.

Modelo (SC), 29 de dezembro de 2014

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO 014/14 - ALNSELMO JACOBY

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato Administrativo n. 014/2014

Termo aditivo: 003/2014

Contratada: ANSELMO MATIAS JACOBY

O Prefeito Municipal de Modelo - SC, CLÓVIS LUCIO SCHLOSSER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Termo aditivo 003/2015, ao Contrato nº 14/2014, ficando aditada a Cláusula Primeira, com ampliação do objeto.

Modelo (SC), 05 de fevereiro de 2015

CLÓVIS LUCIO SCHLOSSER

Prefeito Municipal

RELAÇÃO DE ENSALAMENTO PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA E LOCAL DA PROVA - CONCURSO PÚBLICO 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 001/2015

Nos termos do Edital nº 001/2015, O Instituto de Consultoria em Administração Pública - ICAP e a Comissão de Acompanhamento tornam público a RELAÇÃO DE ENSALAMENTO PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA E LOCAL DA PROVA, conforme abaixo:

PROVA: DIA 15 DE MARÇO DE 2015.

ABERTURA DOS PORTÕES ÀS 08h20min.

FECHAMENTO DOS PORTÕES ÀS 08h50min.

PROVA ESCRITA DAS 09H ÀS 12H.

PROVA ESCRITA:

Local: ESCOLA REUNIDA MUNICIPAL PROFESSORA GRISELDI MARIA MULLER

Endereço: RUA CRISTÓVÃO COLOMBO, S/N, Modelo - SC.

PROVA DE TÍTULOS:

Local: ESCOLA REUNIDA MUNICIPAL PROFESSORA GRISELDI MARIA MULLER

Endereço: RUA CRISTÓVÃO COLOMBO, S/N, Modelo - SC.

IMEDIATAMENTE APÓS A REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA, NA SALA DE COORDENAÇÃO.

PROVA PRÁTICA:

Local: GARAGEM DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MODELO.

Endereço: RUA DO COMÉRCIO, 1304, CENTRO, Modelo - SC.

SALA 01

AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
108436	RAFAEL FELIPE ESCHER
108178	WILLIAN LOIR SCHLOSSER TERNUS
AUXILIAR EDUCACIONAL	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
108374	ADILCI SIEBAUER
108193	AMANDA BATISTA BORGES
108337	ANDRESSA NEMERSKI
108296	CATIANE APARECIDA BEGNINI
108066	CINAIDE BALDINA LAMBRECHT
108065	CRISTIANA MARLI PFEIFER
108258	DAIANE MICHELE SCHUH
108220	DIANA CHAVES
108076	DONISETE EUZÉBIO
108377	ELIZETE PAVALICINI RAUBER
108410	ELOISE KNORST
108267	IVETE REGINA RINTZEL
108366	JAINÉ ANDRESSA ALBANI
108107	JANICE BILLIG
108268	JUCÉLIA APARECIDA DE QUADRO
108372	JUCIÉLI VANI
108320	JULIANA WERLANG
108188	JULIANE PICCOLI SCHMITT
108060	PATRÍCIA BIGOLIN GRANZOTO

108216	ROSILENE TRAVERSSINI BIRK
108455	SANDRA LIANI PULTER
108386	SIMONE DEOLIVEIRA STEFFENS
108246	VERONICE STRAPAZZON BALDIN
	TOTAL: 25
	SALA 02
AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
108364	ALTAIR EVANDRO RINTZEL
108161	BRUNA FERNANDA KUSTER RAUEN
108286	ELISANDRA ANA JUNGES
108467	JANETE TIECKER
108110	NEIVA TEREZINHA DE CAMPOS DA COSTA
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EXTENOS	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
108202	ELIANE RODRIGUES DA SILVA
108484	IVETE MARIA PLETSCH DA LUZ
108387	JULIETA ORTIZ
OPERADOR DE MÁQUINAS	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
108378	ALDAIR VALDECIR WALL
108367	ANDRE CARLOS SCHLOSSER
108443	ANDREI ZANCO
108067	EVAIR RODRIGO KOTTWITZ
108391	GEOVANI LUIS ALBANI
108466	JEAN CARLO NERES
108227	JEFFERSON LUIZ DA COSTA MORAES
108477	JOSEMAR VALENTE
108265	LEOCIR JOSÉ CANTELE
108380	MARCELO FICAGNA
108271	NELVO ALBANI
108282	VOLNEI ALBANI
	TOTAL: 20
	SALA 03
MOTORISTA	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
108382	ADEMIR SOUZA LEITE TURMINA
108402	ALMERINDO JOSE RINTZEL
108396	ARCIZIO NICOLAU WERNER
108165	CLAIRTON JOSÉ BEVILAQUA
108434	CLAUDEMIR TEODORO
108400	ELTON BAUERMANN
108389	ERALDO FACCO
108490	ERIVELTO JOSÉ PISONI
108062	GELSON SIMAO
108063	GILSON HISTER
108393	GUSTAVO NUNES PORTELLA

108224	IVANOR NASCIMENTO
108276	JOEL FERNANDO EBERHART
108064	JOEL MACIEL
108132	JOSE CELSO SEIBEL
108376	JOSIMAR MACHADO
108225	JUCIANO GREGORIO WRZESINSKI
108129	JULIANO TOMALOK
108124	JUNIOR CARLOS BOIANI
108388	LIAMARA DE SOUZA
108098	MAURÍCIO HENRIQUE RAUBER
108295	RODRIGO ALBERTO RAUBER
108243	SILVANDRO CECATTO
108327	TIAGO MARTINS
	TOTAL: 24
	SALA 04

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20H

INSCRIÇÃO	CANDIDATO
108175	ADRIELI OLTRAMARI
108108	CLAISE TERESINHA KRAEMER CEREZOLLI
108405	CLAUDIA INÊS SCHMITZ ALGAYER
108177	CRISTIANE FUZINATO
108135	DANIELA FRANDOLOSO MARINS
108385	DERLICE TURMINA
108071	DIANA CENTA BERNARDY
108336	DIRLEI MARINS ALLEBRANDT
108381	ELISETE MARIA SPEROTTO BAMPI
108319	ELIZANDRA KOMINKIEWICZ WRZESINSKI
108279	ELIZETE MÜLLER SCATOLIN
108192	GLACI BALDIN SIEBAUER
108261	GRAZIANE FRIGO HASLINGER
108074	HELLEN ALVES DE ANDRADE
108365	JANETE TEREZINHA EBERHARDT
108403	KELLY CRISTINA DA CRUZ VALMORBIDA
108395	LOVANI TEREZINHA BARON
108061	LÚCIAEUZÉBIO
108287	LUCIA ILETE KIRCH FRANDOLOSO
108194	MAGALEI SALETE JOHANN DE GREGORI
108312	MAGALI CARMEN SIGNOR
	TOTAL: 21
	SALA05

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20H

INSCRIÇÃO	CANDIDATO
108478	MARINÊS MARIA KEGLER EBERHART
108257	MARISA SALETE VIEIRA GRAEFF
108331	MICHELI CRISTIANE DA VEIGA KRIESER
108215	MIRIAM FREY CECATTO
108488	MIRTES PESCADOR SGANZERLA
108384	NILDA SALETE CUOCHINSKI
108210	RAQUEL CRISTINA COIMBRA DE PAULA
108075	ROSANE CRISTINA JACOBY

108330	ROSANE VALENTE FREY
108370	ROSANGELA KNORST DEOTTI
108468	SANDRA KARINA TEIXEIRA THOMAS
108444	SANDRA LETICIA SCHUSTER LAMBRECHT
108328	SIDRIANA FATIMA BACH METDLER
108077	SIMPLICIA MARIA DA CUNHA
108379	SIRLEI MARINS DA COSTA
108438	VANESSA DA SILVA
108078	VIVIANE BALDIN
108139	MAILA PATRICIA NAZARIO ROCHA
108407	MARGARETE ASSIS DE ALMEIDA SOUZA
108394	MARGARETE SCHLINTWEIN TURELLA

TOTAL: 20

5.1.7. Normas para a realização da prova escrita:

5.1.7.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização da prova no horário e data estabelecidos pelo Edital, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o início das provas, munidos de documento de identificação original (com fotografia).

5.1.7.1.1. É indispensável aos candidatos que tenham consigo no dia da realização da prova o Comprovante de Inscrição, o qual servirá para solucionar qualquer pendência.

5.1.7.2. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 5.1.2.2 (8h50min), mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

5.1.7.3. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

Modelo, SC, 10 de março de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito do Município de Modelo

Navegantes

PREFEITURA

10ª. CHAMADA DO CONCURSO PÚBLICO.

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 018/2015

EDITAL DE 10ª CHAMADA DO CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA OS CARGOS DE MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, através da Secretaria de Administração, torna pública a décima chamada dos candidatos do Concurso Público, conforme estabelecido no Edital do Concurso Público 001/2013 para o provimento das funções de monitor.

Da Chamada

1.1. Serão chamados para o provimento a partir de 16 de março de 2015 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Concurso nº001/2013 e 001/2014, conforme segue:

1.2.

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CH	PERÍODO
MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	05	20	VESPERTINO

1.3. A chamada para a escolha de vagas e entrega de documentos acontecerá no mês de MARÇO do ano de 2015 na Prefeitura Municipal de Navegantes, sito à Rua: João Emílio, nº 100 Centro, Navegantes.

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/03	08:30 h	PREFEITURA NAVEGANTES

2 . Das Exigências para a Contratação

2.1. Os candidatos aprovados serão chamados, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

2.2. Para fins de contratação serão exigidos na data prevista neste Edital, item 5., os seguintes documentos:

a. Comprovação da idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data de posse;

b. 1 Foto 3X4

c. 2 Cópias do documento de identidade;

d. 2 Cópias do CPF;

e. Situação Cadastral do CPF (consultar no site www.receita.fazenda.gov.br / Aplicações/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp) ;

f. 2 Cópias do Comprovante de Residência;

g. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;

h. Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino);

i. Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação;

j. Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente;

k. Apresentar laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelos médicos do trabalho oficiais do município; conforme data agendada neste edital ,no item 4., na Junta Médica, sito á Rua Conselheiro João Gaya, nº 996, TELEFONE: 3249-0188.

l. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição;

m. Comprovante da Escolaridade e da Especialidade exigida para o cargo Autenticada em Cartório; O candidato NÃO HABILITADO

devera apresentar o atestado de frequência no ensino superior ORIGINAL.

n. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios;

o. Certidão de Nascimento dos dependentes;

p. 1 Cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos;

q. 1 Cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 7(sete) anos;

r. Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezesete) anos, deverá anexar aos documentos necessários a admissão cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente;

s. 1 Cópia da Carteira Profissional com Número, Série, U.F. e Data de Expedição ;

t. 1 Cópia do Conselho de Registro Profissional;

u. 1 Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (se o cargo exigir);

v. 1 Cópia do Número de PIS/PASEP;

w. 1 Cópia do Ato de Exoneração do Cargo que exercia , se Funcionário Público;

x. Certidões de Negativas de Antecedentes Criminais da Justiça Federal(www.trf4.jus.br), da Justiça Estadual(no Fórum de sua Cidade) e da Justiça Eleitoral(www.tse.gov.br)

2.3. O (a) Candidato(a) que não apresentar toda a documentação exigida na data agendada será eliminado automaticamente.

2.4. A aprovação neste Processo Seletivo Concurso Público não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro de Servidores Públicos Cíveis da Prefeitura Municipal de Navegantes.

2.5. A efetivação é de competência do Prefeito de Navegantes, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

3. Dos candidatos a serem chamados

3.1. Cargo: Monitor de Educação Infantil - 30h - 001/2013 (30 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	CARULINI ALEXANDRINA
02	JOCILENE NASCIMENTO
03	ANA PAULA BERKENBROCK
04	NILZA BERNARDES DE SOUZA BETTEGA
05	ROSEMERI MARIA PEREIRA

4. Do agendamento dos exames admissionais:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	12/03	08:30 h	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.

5. Da entrega de documentos:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/03	08:30 h	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes

A falta de quaisquer dos documentos, acima listados, no dia marcado para a entrega implicará na perda da vaga escolhida.

6. Das Disposições Finais

6.1. A convocação para apresentação será feita por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios, no site da Prefeitura Municipal de Navegantes, e no mural público da Prefeitura Municipal de Navegantes.

6.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Administração.

Navegantes (SC), 10 de fevereiro de 2015.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito Municipal

Benilde Perão

Secretária da Administração

9ª. CHAMADA DO CONCURSO PÚBLICO.

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 017/2015

EDITAL DE 9ª CHAMADA DO CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA OS CARGOS DE MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, INTERPRETE DE LIBRAS E AGENTE DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, através da Secretaria de Administração, torna pública a nona chamada dos candidatos do Concurso Público, conforme estabelecido no Edital do Concurso Público 001/2013 E 001/2014 para o provimento das funções de monitor, interprete de libras e agente de educação.

1. Da Chamada

1.1. Serão chamados para o provimento a partir de 16 de março de 2015 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Concurso nº001/2013 e 001/2014, conforme segue:

1.2.

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CH	PERÍODO
MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	02	20	VESPERTINO
AGENTE DE EDUCAÇÃO 20H	15	20	MAT/VESP
AGENTE DE EDUCAÇÃO 30H	03	30	VESPERTINO
AGENTE DE EDUCAÇÃO 40H	02	40	MAT/VESP
INTERPRETE DE LIBRAS 20 H	01	20	VESP

1.3. A chamada para a escolha de vagas e entrega de documentos acontecerá no mês de MARÇO do ano de 2015 na Prefeitura Municipal de Navegantes, sito à Rua: João Emílio, nº 100 Centro, Navegantes.

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/03	08:30 h	PREFEITURA NAVEGANTES
AGENTE DE EDUCAÇÃO 20H	13/03	08:50 h	PREFEITURA NAVEGANTES
AGENTE DE EDUCAÇÃO 30H	13/03	09:40 h	PREFEITURA NAVEGANTES
AGENTE DE EDUCAÇÃO 40H	13/03	10:30 h	PREFEITURA NAVEGANTES
INTERPRETE DE LIBRAS 20 H	13/03	10:45 h	PREFEITURA NAVEGANTES

2. Das Exigências para a Contratação

2.1. Os candidatos aprovados serão chamados, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

2.2. Para fins de contratação serão exigidos na data prevista neste

Edital, item 5., os seguintes documentos:

- Comprovação da idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data de posse;
- 1 Foto 3X4
- 2 Cópias do documento de identidade;
- 2 Cópias do CPF;
- Situação Cadastral do CPF (consultar no site [www.receita.fazenda.gov.br / Aplicações/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp](http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATCTA/CPF/ConsultaPublica.asp));
- 2 Cópias do Comprovante de Residência;
- Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino);
- Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação;
- Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente;
- Apresentar laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelos médicos do trabalho oficiais do município; conforme data agendada neste edital, no item 4., na Junta Médica, sito à Rua Conselheiro João Gaya, nº 996, TELEFONE: 3249-0188.
- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição;
- Comprovante da Escolaridade e da Especialidade exigida para o cargo Autenticada em Cartório; O candidato NÃO HABILITADO deverá apresentar o atestado de frequência no ensino superior ORIGINAL.
- Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios;
- Certidão de Nascimento dos dependentes;
- 1 Cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos;
- 1 Cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 7(sete) anos;
- Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezessete) anos, deverá anexar aos documentos necessários a admissão cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente;
- 1 Cópia da Carteira Profissional com Número, Série, U.F. e Data de Expedição;
- 1 Cópia do Conselho de Registro Profissional;
- 1 Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (se o cargo exigir);
- 1 Cópia do Número de PIS/PASEP;
- 1 Cópia do Ato de Exoneração do Cargo que exercia, se Funcionário Público;
- Certidões de Negativas de Antecedentes Criminais da Justiça Federal(www.trf4.jus.br), da Justiça Estadual(no Fórum de sua Cidade) e da Justiça Eleitoral(www.tse.gov.br)

2.3. O (a) Candidato(a) que não apresentar toda a documentação exigida na data agendada será eliminado automaticamente.

2.4. A aprovação neste Processo Seletivo Concurso Público não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro de Servidores Públicos Cíveis da Prefeitura Municipal de Navegantes.

2.5. A efetivação é de competência do Prefeito de Navegantes, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

3. Dos candidatos a serem chamados

3.1. Cargo: Monitor de Educação Infantil - 30h - 001/2013 (30 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	SOLANGE KOLLN
02	JULIANA CAROLINE MOROSKI

3.2. Cargo: AGENTE DE EDUCAÇÃO - 20h - 001/2014 (20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	PATRICIA LILIAN BOZZANO SOARES
02	FABIANNE PAULINO DE OLIVEIRA
03	JEANNINE FERREIRA BOING DA SILVA
04	SORILEI APARECIDA THIELE DAPPER
05	SONIA REGINA GASPAR PROGETTI DE OLIVEIRA
06	GILMARA FÁTIMA DOS SANTOS
07	MARIA GISELE DA SILVEIRA
08	JULIA NATIELI DE LIMA FREITAS
09	NELSI MIRANDA DETTONI
10	ALBERTINA KUNTZ VIEIRA DA SILVA
11	CINTIA CRISTIANE NUNES DA COSTA
12	ALINE DE LIMA VIEIRA
13	CAROLINE SOUZA SANTOS
14	MIRIAN MARIA GESSER DE MATOS
15	IVANI DE BORBA

3.3. Cargo: AGENTE DE EDUCAÇÃO - 30h - 001/2014 (30 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	MARIA LÚCIA SANTOS FRANCO
02	MARIANA FERREIRA ARAUJO
03	PAMELA OHANA RAMOS

3.4. Cargo: AGENTE DE EDUCAÇÃO - 40h - 001/2014 (40 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	TAISE DE AUGUSTINHO
02	NATÁLIA DOS SANTOS

3.5. Cargo: INTERPRETE DE LIBRAS - 20h - 001/2014 (20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	JUSCELINO LOURENCETTI MARI

4. Do agendamento dos exames admissionais:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	12/03	08:30 h	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
AGENTE DE EDUCAÇÃO 20H	12/03	08:30 h	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
AGENTE DE EDUCAÇÃO 30H	12/03	09:30 h	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
AGENTE DE EDUCAÇÃO 40H	12/03	09:30 h	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
INTERPRETE DE LIBRAS 20 H	12/03	09:30 h	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.

5. Da entrega de documentos:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/03	08:30 h	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
AGENTE DE EDUCAÇÃO 20H	13/03	08:50 h	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
AGENTE DE EDUCAÇÃO 30H	13/03	09:40 h	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
AGENTE DE EDUCAÇÃO 40H	13/03	10:30 h	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
INTERPRETE DE LIBRAS 20 H	13/03	10:45 h	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes

A falta de quaisquer dos documentos, acima listados, no dia marcado para a entrega implicará na perda da vaga escolhida.

6. Das Disposições Finais

6.1. A convocação para apresentação será feita por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios, no site da Prefeitura Municipal de Navegantes, e no mural público da Prefeitura Municipal de Navegantes.

6.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Administração.

Navegantes (SC), 10 de fevereiro de 2015.

Roberto Carlos de Souza
Prefeito Municipal

Benilde Perão
Secretária da Administração e

ATA PREGÃO PRESENCIAL 28/2015. PMN

Ata PREGÃO PRESENCIAL 28/2015. PMN
AO(S) 10 DE MARÇO DE 2015, ÀS 9:00 HORAS, NA SEDE DA(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 71 DE 29 DE JANEIRO DE 2015. ESTIVERAM PRESENTES NO ATO DE ABERTURA, O PREGOEIRO A EQUIPE DE APOIO E REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S) ABAIXO:
CCME COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA-ME (5944), BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME (9819), VALDIR DO AMARAL FILHO - ME (11042), ADL COMERCIAL EIRELI (12825), MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (12920), RP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (14240), RIGEL COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (14466). INICIALMENTE PROCEDEU-SE A LEITURA DO TEOR DAS MESMAS COM OS ESCLARECIMENTOS E ANÁLISE NECESSÁRIOS, POR ORDEM DE ENTRADA E, RUBRICADAS TODA A DOCUMENTAÇÃO ATINENTE, TENDO O SEGUINTE PARECER DA COMISSÃO:
ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DOS LICITANTES RP COMERCIO, MM COMERCIO, VALDIR DO AMARAL, BAGATOLI, CCME, RIGEL, ADL COM. TODOS DEVIDAMENTE CREDENCIADOS E POSSUIDORES DO BENEFICIO DAS ME/EPP, - FOI INFORMADO TAMBÉM QUE A EMPRESA TECNOAL ENCAMINHOU 2 ENVELOPES (PROPOSTA E HABILITAÇÃO) MAS NÃO ESTAVA PRESENTE E NÃO ENCAMINHOU O TERCEIRO ENVELOPE (ITEM 3.8 OBS) SENDO DESCLASSIFICADA, APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE E FORNECIMENTO DOS CREDENCIAMENTOS PARA OS LICITANTES VERIFICAREM, PASSOU-SE PARA A PRÓXIMA ETAPA. FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTAS, ASSINADO PELOS MEMBROS DA COMISSÃO E PELOS LICITANTES, E VERIFICADO QUE O LICITANTE CCME COLOCOU A VALIDADE DA PROPOSTA DE 30 DIAS, QUANDO NO EDITAL EXIGIA NO MÍNIMO 60 DIAS, E

SUA MARCA COTADA NÃO ATENDIA A CILINDRADA SOLICITADA (O LICITANTE FOI DESCLASSIFICADO), APÓS PASSOU-SE PARA ETAPA DE LANCES. NESTA ETAPA FOI VENCEDOR O LICITANTE MM COMERCIO, EM SEGUIDA FOI ABERTO SUA HABILITAÇÃO E CONSTATADO QUE O MESMO ATENDEU COM AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL, NÃO HOUVE MENÇÃO DE RECURSOS, MOMENTO EM QUE ENCERRA A SESSÃO E ENCAMINHA OS AUTOS A AUTORIDADE COMPETENTE.

NADA MAIS HAVENDO A CONSTAR, LAVROU-SE O PRESENTE TERMO QUE SERÁ ASSINADO PELOS PRESENTES.

DOUGLAS LEMOS - - PREGOEIRO
MARIA BENEDITA CORREA -FÉRIAS - PREGOEIRA SUBSTITUTA

CARLA CLAUDINO - - EQUIPE DE APOIO.
FRANCIELA JUSTINO - - EQUIPE DE APOIO.
PEDRO PAULO DA COSTA - - EQUIPE DE APOIO.
ADRIANA CORRÊA -- EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 10 DE MARÇO DE 2015.

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015 PMN ASFALTECSUL

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015 PMN

Aos 10 dias de março de 2015, às 15:15 horas, reuniu-se o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados pela Portaria número 71 de 29/01/2015, com intuito de analisar e julgar o recurso e a impugnação ao recurso do Pregão Presencial nº 20/2015, cujo OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA A QUENTE COM CAMINHÃO ESPECIAL E EQUIPAMENTOS PARA FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CAUQ (CONCRETO USINADO QUENTE) E FRIO PARA ATENDER A NECESSIDADE E MANUTENÇÃO DE REPAROS DA MANTA DE ASFALTO DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

PRELIMINARMENTE

O Pregoeiro e a Equipe de Apoio, ao receber o recurso, verificou que foi protocolado tempestivamente e na forma prevista em lei, decidindo, portanto, recebê-lo, passando a analisá-lo, com fulcro nos fatos e fundamentos a seguir descritos.

---RECURSO Protocolado pela empresa ASFALTECSUL MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA - CNPJ 156192222/0001-64 em 06/03/2015.

Do Recurso:

Em síntese, manifesta-se a empresa ASFALTECSUL MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA arguindo:

1 - O recorrente requer a anulação do certame, menciona que caso ocorra a habilitação da PAVSUL será cristalino um nítido propósito de impedir que outras empresas plenamente qualificadas participassem do certame, contrariando o objetivo da lei.

DA DECISÃO:

Diante do exposto, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio decide pela IMPROCEDÊNCIA do recurso conforme segue:

1 - O recurso foi indeferido, não há mínima possibilidade de anulação do certame, visto que o mesmo ocorreu conforme previsto em lei, inclusive o item nº 01 houve vencedor e o mesmo atendeu com o solicitado no edital não havendo o porquê da anulação. O objeto do presente recurso (item nº02 reparador asfáltico [...]) que havia sido vencido na etapa de lances pela ASFALTECSUL só

não foi homologada em seu favor pois após abertura do envelope de habilitação foi constatado que a licitante ESQUECEU DE COLOCAR O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E O REGISTRO NO IBAMA, abrindo precedente para que fosse aberto o envelope de habilitação do segundo colocado (que por sua vez também não atendeu o item 5.7.1 registro junto ao IBAMA) fato já explanado na decisão do recurso desta licitante.

Ao contrário do que explanou a recorrente, em momento algum esta Administração visou dar preferencia para licitante A ou B, mas sim seguir as normas legais e editalícias, o que de fato aconteceu.

Finalizando, mantem-se a decisão que inabilitou o licitante ASFALTECSUL, dá-se como fracassado o item nº02 (reparador asfáltico [...]) e caso conveniente confeccione-se novo edital para aquisição do item nº02.

- Publique-se

É a decisão.

Navegantes, 10 de março de 2015.

DOUGLAS LEMOS

Pregoeiro

MARIA BENEDITA CORRÊA

Pregoeira substituta

Equipe de apoio:

PEDRO PAULO DA COSTA

CARLA CLAUDINO

ADRIANA CORREA

FRANCIELE JUSTINO

Ratificando:

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015 PMN PAVSUL

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015 PMN

Aos 10 dias de março de 2015, às 17:15 horas, reuniu-se o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados pela Portaria número 71 de 29/01/2015, com intuito de analisar e julgar o recurso e a impugnação ao recurso do Pregão Presencial nº 20/2015, cujo OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA A QUENTE COM CAMINHÃO ESPECIAL E EQUIPAMENTOS PARA FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CAUQ (CONCRETO USINADO QUENTE) E FRIO PARA ATENDER A NECESSIDADE E MANUTENÇÃO DE REPAROS DA MANTA DE ASFALTO DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

PRELIMINARMENTE

O Pregoeiro e a Equipe de Apoio, ao receber o recurso, verificou que foi protocolado tempestivamente e na forma prevista em lei, decidindo, portanto, recebê-lo, passando a analisá-lo, com fulcro nos fatos e fundamentos a seguir descritos.

---RECURSO Protocolado pela empresa PAVSUL ASFALTOS E

PAVIMENTAÇÕES LTDA EPP - em 06/03/2015.

Do Recurso:

Em síntese, manifesta-se a empresa PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA EPP arguindo:

1 - O recorrente requer sua habilitação uma vez que as exigências se prestam ao fabricante da matéria prima, o que não é o caso do recorrente, pois é um mero distribuidor cita legislação, jurisprudência, e finaliza requerendo alternativamente a anulação do certame.

DA DECISÃO:

Diante do exposto, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio decide pela IMPROCEDÊNCIA do recurso conforme segue:

1 - O recurso foi indeferido, após segunda análise, frisa-se que o licitante não atendeu o disposto no item 5.7.1 quanto à apresentação do registro junto ao IBAMA, motivo de sua inabilitação, mesmo mencionando que tal registro é pertinente ao fabricante, o licitante que não possuía o mesmo deveria impugnar o edital no prazo previsto em lei, solicitando a retirada de tal exigência, sendo que aquele que não impugna nem questiona tal edital concorda com seus termos.

8.1 Até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório do presente Pregão, aplicando-se neles subsidiariamente as disposições contidas na Lei 8.666/93.

8.1.1 Em se tratando de licitante, o prazo para impugnação é de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

Finalizando, mantem-se a decisão que inabilitou o licitante PAVSUL, dá-se como fracassado o item nº02 (reparador asfáltico [...]) e caso conveniente confeccione-se novo edital para aquisição do item nº02.

- Publique-se

É a decisão.

Navegantes, 10 de março de 2015.

DOUGLAS LEMOS
Pregoeiro

MARIA BENEDITA CORRÊA
Pregoeira substituta

Equipe de apoio:

PEDRO PAULO DA COSTA

CARLA CLAUDINO

ADRIANA CORREA

FRANCIELE JUSTINO

Ratificando:

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA IV CONVOCAÇÃO AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 11 2015 PMN

ATA IV CONVOCAÇÃO AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015 PMN

Aos 06 dias do mês de março de 2015 os responsáveis pela análise das amostras referente o pregão nº 11/2015 PMN, objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA A PREFEITURA E CENTROS EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, verificaram e deram o parecer - aprovação/reprovação dos produtos apresentados conforme segue:

ITENS	LICITANTES 3º COLOCADOS CONVOCADOS P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL	Aprovação/reprovação	
18	IMPEL		
35	TAYU		
37	SATELITE		
42	RARIDADE		

Obs.; OS LICITANTES INTERESSADOS QUE TIVEREM SUAS AMOSTRAS REPROVADAS DEVERÃO RETIRAR AS MESMAS NO PRAZO DE 24 HORAS DESTA PUBLICAÇÃO.

Douglas Lemos - Pregoeiro
Maria Benedita - Pregoeira substituta
Equipe de apoio:
Adriana Correa
Carla Claudino
Franciele Justino
Pedro Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 01/2015 FMS (RETIFICADO)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015 FMS

----retificado---

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO DE DIAGNOSTICO DO RAIOS X DA POLICLINICA DE MACHADOS, ATRAVES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 23/03/2015 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 23/03/2015 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 10 de março de 2015.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 51/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE PRODUTOS (GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS) DESTINADOS AO PROGRAMA DE ATENÇÃO AO IDOSO (PAI) ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 23/03/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 23/03/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 10 de março de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 03/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
TOMADA DE PREÇO Nº 03/2015 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE COMPREENDENDO SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, PLANEJAMENTO E IMPLANTAÇÃO COM INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TREINAMENTO, CUSTOMIZAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS ORIUNDOS DE SISTEMAS LEGADOS, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO CORRETIVA, EVOLUTIVA E LEGAL DO SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA DE SAÚDE, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 13/04/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 13/04/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 10 de março de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

DECRETO 186 SUSPENDE ATOS REF. DESAPROPRIAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 186 DE 9 DE MARÇO DE 2015
SUSPENDE TODOS OS ATOS VISANDO À FORMALIZAÇÃO DA DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA HAVIDA, ANTE A PASSAGEM DA RUA ONÓRIO BORTOLATO, HÁ MAIS DE 20 ANOS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, inciso XV da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO terem sido iniciados os procedimentos visando à formalização extrajudicial e sem ônus de ato desapropriatório em área de terra pertencente a Mendes Sibara Engenharia Ltda, Marilena Álvares dos Santos e Pedro Álvares dos Santos, que teve por objeto a passagem da Rua Onório Bortolato, consolidada, de fato, há mais de 20(vinte) anos no Município,
CONSIDERANDO que recentemente esta Municipalidade foi Notificada Extrajudicialmente pelo Sr. José Luiz de Souza, o qual se apresentou como suposto proprietário da área em questão, e sob

a qual passa a Rua Onório Bortolato, objeto da desapropriação em questão,
CONSIDERANDO que o Município não pretende preterir direito de terceiros, até que o conflito se solucione, dirimindo-se quem é o real proprietário do imóvel;

DECRETA:

Art. 1 º Ficam suspensos todos os atos que visam a finalizar a formalização extrajudicial e sem ônus da desapropriação indireta havida, ante a passagem da Rua Onório Bortolato, ocorrida há mais de 20 (vinte) anos neste Município.

Art. 2 º Os efeitos jurídicos do presente Decreto passam a vigor a partir da sua publicação, para os devidos fins de direito.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO 188 DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 188 DE 10 DE MARÇO DE 2015
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA E INTERESSE SOCIAL A INTERVENÇÃO EM ÁREAS DE RESTINGA E DUNAS DA PRAIA DE NAVEGANTES, NO POLÍGONO QUE ESPECIFICA, PARA FINS DE EXECUÇÃO DE PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III,

CONSIDERANDO que as dunas e a restinga são áreas de preservação permanente protegidas pela Lei Federal 12651/2012,
CONSIDERANDO a existência, no Município de Navegantes, de vegetação de formação pioneira de influência marinha protegida pela Resolução CONAMA N º 261/1999, como fixadora de dunas;
CONSIDERANDO que o Código Urbanístico de Navegantes (Lei Complementar Nº 055/2008) considera as margens do rio Itajaí-Açu como Macrozona Portuária,
CONSIDERANDO a existência do Projeto de Recuperação e Proteção da Área de Dunas e Restinga da Orla de Navegantes, devidamente aprovado pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA de Santa Catarina e da Fundação de Meio Ambiente de Navegantes - FUMAN, através da retirada de espécies exóticas invasoras, remoção de estruturas presentes no campo de dunas, implantação de deck e passarelas e restauração de áreas de preservação permanente, aumento da sinalização da área, dentre outras atividades,
DECRETA:

Art. 1 º Fica instituída como de utilidade pública, a intervenção de baixo impacto para fins de execução do 1º Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD, aprovado pelo IBAMA, nas dunas de Navegantes no polígono abaixo descrito:

Ponto UTM E (m) UTM N (m)
1 733.905 7.021.413, 2 734.141 7.023.305, 3 734.358 7.024.661, 4

734.701 7.026.359, 5 735.017 7.027.655, 6 735.208, 7.028.463, 7 735.848 7.029.955, 8 736.067, 7.030.360, 9 736.370 7.030.645, 10 736.442 7.030.622, 11 736.083 7.030.095, 12 735.615, 7.029.129, 13 735.484, 7.028.928, 14 735.106, 7.027.643, 15 734.502, 7.024.638, 16 734.071, 7.022.165, 17 734.105, 7.021.309.

Art. 2 o Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ERRATA DA 9ª. CHAMADA DO PROCESSO SELETIVO.

PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 016/2015

EDITAL DE 9ª CHAMADA DO PROCESSO SELETIVO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR (A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, PROFESSOR(A) DAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, MONITORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E AGENTES DE SERVIÇOS GERAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, através da Secretaria de Administração, torna pública nona chamada dos candidatos do Processo Seletivo, conforme estabelecido no Edital do Processo Seletivo nº 005/2014 para o provimento das funções de professor (a) de educação infantil, professor(a) de anos iniciais do ensino fundamental, professor(a) das séries finais do ensino fundamental, monitores de educação infantil, agentes de serviços gerais.

1. Da Chamada

1.1. Serão chamados para o provimento a partir de 16 de MARÇO de 2015 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Processo Seletivo nº 005/2014, conforme segue:

1.2.

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CH	PERÍODO
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	11	20	MAT/VESP
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	03	20	VESP
PROFESSOR SÉRIES FINAIS – ED. FÍSICA	08	20	MAT/VESP
MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	20	30	MAT/VESP
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	18	40	INTEGRAL

1.3. A chamada, para escolha de vagas e entrega de documentos, acontecerá no mês de MARÇO do ano de 2015 na Prefeitura Municipal de Navegantes, sito à Rua: João Emílio, nº 100 Centro, Navegantes.

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/03	13:30	PREFEITURA NAVEGANTES
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	13/03	14:30	PREFEITURA NAVEGANTES
PROFESSOR SÉRIES FINAIS – ED. FÍSICA	13/03	14:50	PREFEITURA NAVEGANTES

MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/03	15:20	PREFEITURA NAVEGANTES
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	13/03	16:30	PREFEITURA NAVEGANTES

2. Das Exigências para a Contratação

2.1. Os candidatos aprovados serão chamados, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

2.2. Para fins de contratação serão exigidos na data prevista neste Edital, item 5., os seguintes documentos:

a. Comprovação da idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data de posse;

b. 1 Foto 3X4

c. 2 Cópias do documento de identidade;

d. 2 Cópias do CPF;

e. Situação Cadastral do CPF (consultar no site [www.receita.fazenda.gov.br / Aplicações/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp](http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATCTA/CPF/ConsultaPublica.asp));

f. 2 Cópias do Comprovante de Residência;

g. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;

h. Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino);

i. Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação;

j. Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente;

k. Apresentar laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelos médicos do trabalho oficiais do município; conforme data agendada neste edital, no item 4., na Junta Médica, sito à Rua Conselheiro João Gaya, nº 996, TELEFONE: 3249-0188.

l. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição;

m. Comprovante da Escolaridade e da Especialidade exigida para o cargo Autenticada em Cartório; O candidato NÃO HABILITADO devesse apresentar o atestado de frequência no ensino superior ORIGINAL.

n. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios;

o. Certidão de Nascimento dos dependentes;

p. 1 Cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos;

q. 1 Cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 7(sete) anos;

r. Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezesete) anos, deverá anexar aos documentos necessários a admissão cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente;

s. 1 Cópia da Carteira Profissional com Número, Série, U.F. e Data de Expedição;

t. 1 Cópia do Conselho de Registro Profissional;

u. 1 Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (se o cargo exigir);

v. 1 Cópia do Número de PIS/PASEP;

w. 1 Cópia do Ato de Exoneração do Cargo que exercia, se Funcionário Público;

x. Certidões de Negativas de Antecedentes Criminais da Justiça Federal(www.trf4.jus.br), da Justiça Estadual(no Fórum de sua Cidade) e da Justiça Eleitoral(www.tse.gov.br)

2.3. O (a) Candidato(a) que não apresentar toda a documentação exigida na data agendada será eliminado automaticamente.

2.4. A aprovação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro de Servidores Públicos Cíveis da Prefeitura Municipal de Navegantes.

2.5. A contratação é de competência do Prefeito de Navegantes, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

3. Dos candidatos a serem chamados

3.1. Cargo: Professor de Educação Infantil

Classif.	Candidato
01	ELIDIANE TAMAGNO
02	FERNANDA GALVEZ NOCETTI COUTO
03	RUTHE SILVA DOS ANJOS
04	ANGELA RAMOS LIMA
05	ANA CANDIDO NOCETTI CASTRO RODRIGUES
06	GABRIELA REINERT
07	GEISA CARLA RODRIGUES DOS SANTOS
08	ADLINE DA SILVA RÉGIS
09	PAMELLA CRISTINA RIBEIRO
10	ELISANGELA APARECIDA DE OLIVEIRA WEIMER
11	ERIKA MICHELLE GRANJA BARRETO

3.2. Cargo Professor de Anos Iniciais do Ensino Fundamental (20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	KATIA CILENE KLOPPPEL MIRANDA
02	LUCILÉIA MARIA BENTO MIGUEL
03	JOELMA ROMÃO

3.3. Cargo Professor de Series Finais do Ensino Fundamental Disciplina - EDUCAÇÃO FÍSICA - (20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	ANDRÉ LUIZ DA LUZ
02	JOÃO LUIZ ABEN ATHAR DE ALENCAR JUNIOR
03	GILBERTO DA ROSA JUNIOR
04	BIANCA KAROLINE LOPES GOOSSEN
05	ALESSANDRO ROBERTO FERNANDES
06	GERMOCI VAILATTE DE OLIVEIRA
07	MARIA VERONICA DA SILVA CHAGAS
08	JULIANA LUCINÉIA ANDRE DE SOUZA

3.4. Cargo: Monitor de Educação Infantil (30 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	ERICA HELENA DE SOUZA
02	ELICA DA SILVA
03	LUIZ FELIPE FURTADO
04	PRISCILA ODETE DA SILVA
05	DIEINI SIQUEIRA
06	ANDRESSAN ALVES DA SILVA
07	BRUNA MONIQUE GONÇALVES BITTENCOURT
08	JULIANA DEL MORO GARCIA
09	ANA FLAVIA MDE JESUS
10	NELSI MIRANDA DETTONI
11	CLAUDIA MARIA CIPRIANO
12	CATIANE ALVES
13	JUCIMARA MAIL INOCENCIO BONDAVALLI
14	JOSCEMERI BATISTA DE LIMA GRUTTNER
15	PRISCILA ELISA MAFRA CARDOSO
16	CHRISTIANE EUFRAZIO
17	JULIANA DOS SANTOS
18	ROSELAINE SAUSEN LENZ
19	VANESSA FRANCINE COSTA PRESTES
20	FRANCIELLE APARECIDA MANOEL

3.5.Cargo: Agente de Serviços Gerais (40 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	LUZIANE ALVES DA SILVA

02	MARCIA PIRES DOS SANTOS
03	ROSANE DOS PASSOS
04	JAQUELINE DE ALMEIDA FIAO
05	LAYS DE OLIVEIRA REIS
06	CLEODIR TURELLA
07	MARIA APARECIDA ESPINDOLA
08	TEREZA DE LIMA
09	KELLI SUELLEN DE SOUZA
10	MARIA ISOLETE DECKER
11	ELOA DUTRA DA SILVA KOZAREVICK
12	MARIA DA GLORIA PEREIRA MASS
13	ECLAIR CORDEIRO
14	TATIANE DA SILVA
15	ELIZANGELA MARIA DA SILVA RIBEIRO
16	MARILENE DOS MSANTOS ZANATO
17	VALLERIA DA SILVA
18	IVONE MARIA PAULINO DE MELLO

4. Do agendamento dos exames admissionais:

CARGO	Dia	Hora	Local:
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/03	08:30	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	13/03	08:30	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
PROFESSOR SÉRIES FINAIS – ED. FÍSICA	13/03	08:30	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/03	09:30	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	13/03	09:30	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.

5. Da entrega de documentos:

CARGO	Dia	Hora	Local:
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/03	13:30	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	13/03	14:30	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
PROFESSOR SÉRIES FINAIS – ED. FÍSICA	13/03	14:50	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/03	15:20	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	13/03	16:30	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes

A falta de quaisquer dos documentos, acima listados, no dia marcado para a entrega implicará na perda da vaga escolhida.

6. Das Disposições Finais

6.1. A convocação para apresentação será feita por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios, no site da Prefeitura Municipal de Navegantes, e no mural público da Prefeitura Municipal de Navegantes .

6.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Administração.

Navegantes (SC), 09 de março de 2015.

Roberto Carlos de Souza
Prefeito Municipal

Benilde Perão
Secretária da Administração e Logística

Nova Trento

PREFEITURA

CANCELAMENTO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2015

CANCELAMENTO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2015

AVISO DE CANCELAMENTO

O Pregoeiro da Prefeitura de Nova Trento comunica que foi cancelado o processo referente ao Edital nº 022/2015 - Pregão Presencial nº 012/2015, que tem por objeto a Aquisição parcelada de equipamentos, utensílios e móveis para a Secretaria de Educação e Esportes. O cancelamento foi definido tendo em vista a necessidade de se alterar o Edital em especial no que tange ao objeto licitado. Novo edital será publicado oportunamente no DOM/SC (Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina) e no Jornal O Trentino.

Aprígio José Botameli
Pregoeiro

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2015 (MAGISTÉRIO)

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2015
CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES

O Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, com base no art. 5º, da Lei Municipal nº 2.553/2014, de 21 de outubro de 2014, torna público que, conforme solicitação e justificativa constante no Ofício nº 56/2015, de 09 de março de 2015, expedido pela Secretaria Municipal de Educação, deste Órgão Público, necessita contratar em caráter de URGÊNCIA:

- 01 (um) Professor para atuar como "Contador de Histórias" - Educação Infantil e Anos Iniciais, em caráter temporário:

- a) Remuneração (Habilitado): R\$ 576,04
- b) Remuneração (Não Habilitado): R\$ 389,76
- c) Carga Horária: 10h / Semanais;
- d) Lotação: Escola de Ensino Fundamental Aguti;
- e) Prazo do Contrato: até 45 (quarenta e cinco) dias;
- f) Regime Jurídico: Estatutário (ACT);
- g) Regime Previdenciário: Vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;
- h) Forma de Seleção: Títulos e Documentos.

- 01 (um) Professor de Educação Religiosa, em caráter temporário:

- a) Remuneração (Habilitado): R\$ 576,04;
- b) Remuneração (Não Habilitado): R\$ 389,76;
- c) Carga Horária: 10h / Semanais;
- d) Lotação: Escola de Ensino Fundamental Professor Francisco João Valle - Trinta Réis;
- e) Prazo do Contrato: até 45 (quarenta e cinco) dias;
- f) Regime Jurídico: Estatutário (ACT);
- g) Regime Previdenciário: Vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;
- h) Forma de Seleção: Títulos e Documentos.

As inscrições serão realizadas através de formulário próprio (Anexo I e II), a ser preenchido pessoalmente pelo candidato. Na inscrição o candidato poderá inscrever-se em apenas 01 vaga. Os

interessados deverão manifestar seu interesse no setor de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Nova Trento, do dia 11 de março de 2015 a 12 de março de 2015, das 13:30h as 17:30h, munidos dos seguintes documentos:

- Cópia do RG;
- Cópia do CPF;
- Cópia do Título Eleitoral;
- Cópia da Carteira de Trabalho e inscrição no PIS/PASEP;
- Cópia do Comprovante de Residência;
- Cópia do Comprovante da última eleição, em regularidade com a justiça eleitoral;
- Cópia da Certidão de Serviço Militar (Masculino);
- Atestado de Frequência Semestral Faculdade (para Não Habilitados);
- Cópia do Diploma Escolar Ensino Médio (para Não Habilitados);
- Cópia do Diploma de Curso Superior (Graduação/ Pós-Graduação/Mestrado/ Doutorado);
- Cópia de Certificados (Capacitação/ Aperfeiçoamento);
- Certidão de Tempo de Serviço;

A análise curricular será realizada pela Comissão de Chamamento Público, e dar-se-á mediante somatório de pontos entre 0 (zero) a 10 (dez), conforme critérios das tabelas abaixo, sendo considerado válido para fins de pontuação, apenas as capacitações e aperfeiçoamentos concluídos a partir do ano de 2012:

TABELA DE PONTUAÇÃO PARA HABILITADOS

Pós-graduação	Pontuação
Especialização na área/disciplina específica	05
Especialização na área da Educação	03

TABELA DE PONTUAÇÃO PARA NÃO HABILITADOS

Fase do Curso de Graduação	Pontuação
Acadêmico a partir do 8º semestre	05
Acadêmico do 7º semestre	4,5
Acadêmico do 6º semestre	4,0
Acadêmico do 5º semestre	3,5
Acadêmico do 4º semestre	3,0
Acadêmico do 3º semestre	2,5
Acadêmico do 2º semestre	2,0
Acadêmico do 1º semestre	1,5
Licenciatura plena em outras áreas da Educação	1,0

TABELA DE PONTUAÇÃO PARA CURSOS DE CAPACITAÇÃO/APERFEIÇOAMENTO

Horas de capacitação/aperfeiçoamento	08 a 80 h	81 a 200	Acima de 201h
Pontos	1	2	3

TABELA DE PONTUAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO

Tempo de Serviço	01 a 20 meses	21 a 40	Acima de 41 meses
Pontos	1	1,5	2

Havendo empate entre os classificados, o critério de desempate será a maior idade. O resultado da classificação será publicado no dia 13 de março de 2015, no mural da Secretaria Municipal de Educação do Município, no site oficial da Prefeitura (www.nova-trento.sc.gov.br) e no DOM/SC.

Mais informações pelo telefone: (48) 3267-3236, ou comparecer ao setor de RH na Prefeitura Municipal de Nova Trento.

Nova Trento, 09 de março de 2015.
 Josemar Guilherme Franzoi
 PREFEITO MUNICIPAL, em exercício.

(ANEXO I)
 HABILITADOS

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Prefeitura Municipal de Nova Trento

Inscrição para Chamamento Público nº 004/2015

Nº de Inscrição: ____/____ (Preenchimento pela Prefeitura)

Nome do Candidato:

Cargo:

RG:

Data de Nasc.: _____ Sexo M() F()

CPF:

Título Eleitoral:

Estado Civil:

E-mail:

Endereço:

Bairro:

Município:

Estado: _____ Fone: _____

Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Chamamento Público. Responsabilizo-me pelas informações aqui prestadas, inclusive pela fidelidade das cópias dos documentos apresentados.

Local e Data:

 Assinatura do Candidato

Tempo de Serviço: ____a ____m ____d
 Horas de Capacitação/Aperfeiçoamento: _____

O próprio candidato faz o cálculo/análise e preenche

Habilitação	Pontuação
Graduação	
Pós -Graduação	
Cursos de Capacitação/Aperfeiçoamento	
Tempo de Serviço	
Total de Pontos	

Ficha de Inscrição

Chamamento Público nº 004/2015

Número da Inscrição: ____/____

Nome do(a) Candidato(a):

Cargo:

Local e Data:

 Assinatura do Candidato

(ANEXO I)
 NÃO HABILITADOS

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Prefeitura Municipal de Nova Trento

Inscrição para Chamamento Público nº 004/2015

Nº de Inscrição: ____/____ (Preenchimento pela Prefeitura)

Nome do Candidato:

Cargo:

RG:

Data de Nasc.: _____ Sexo M() F()

CPF:

Título Eleitoral:

Estado Civil:

E-mail:

Endereço:

Bairro:

Município:

Estado: _____ Fone: _____

Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Chamamento Público. Responsabilizo-me pelas informações aqui prestadas, inclusive pela fidelidade das cópias dos documentos apresentados.

Local e Data:

 Assinatura do Candidato

Tempo de Serviço: ____a ____m ____d
 Horas de Capacitação/Aperfeiçoamento: _____

O próprio candidato faz o cálculo/análise e preenche

Habilitação	Pontuação
Fase do Curso de Graduação	
Cursos de Capacitação/Aperfeiçoamento	
Tempo de Serviço	
Total de Pontos	

Ficha de Inscrição

Chamamento Público nº 004/2015

Número da Inscrição: ____/____

Nome do(a) Candidato(a):

Cargo:

Local e Data:

 Assinatura do Candidato

PORTARIA Nº 197/2015

PORTARIA Nº 197/2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 011/2014, de 05/12/2014, convocada conforme Decreto nº 019/2015 "A", MARIA JULIA FELLER PFLEGER, matrícula nº 6592, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 30 (trinta) horas semanais (Educação Infantil - Contador de Histórias), na Creche Ciranda Cirandinha - Santo Antonin, Município de Nova Trento, a contar de 09 de fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de fevereiro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 09 de fevereiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esporte, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora MARIA JULIA FELLER PFLEGER, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Nicolau Bado, s/n, Bairro Besenello, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 918.331.169-68, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, e observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 30 (trinta) horas semanais (Educação Infantil - Contador de Histórias), na Creche Ciranda Cirandinha - Santo Antonin, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.169,29 (hum mil cento e sessenta e nove reais e vinte e nove centavos), pagos na mesma data a

que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 09 de fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3

(um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 06 (seis) horas diárias, totalizando 30 (trinta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de fevereiro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Maria Julia Feller Pfleger

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de fevereiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 266/2015

PORTARIA Nº 266/2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 235/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 11/2014, de 05/12/2014, convocada conforme Decreto nº 019/2015 "A", FABIANA SEMIANO, matrícula nº 6623, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Anos Iniciais) na Escola de Ensino Fundamental Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, no Município de Nova Trento, a contar de 27 de fevereiro de 2015 a 11 de abril de 2015, em substituição a titular Cleide Aparecida Vinotti, afastada conforme a Portaria nº 272/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 27 de fevereiro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 27 de fevereiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora FABIANA SEMIANO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Geral, s/n, Bairro Salto, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 029.974.769-76, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Anos Iniciais) na Escola de Ensino Fundamental Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, no Município de Nova Trento, em substituição a titular Cleide Aparecida Vinotti, afastada conforme a Portaria nº 272/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.152,09 (hum mil cento e cinquenta e dois reais e nove centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 27 de fevereiro de 2015 a 11 de abril de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 27 de fevereiro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Fabiana Semiano

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 27 de fevereiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 267/2015

PORTARIA Nº 267/2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 236/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 11/2014, de 05/12/2014, convocada conforme Decreto nº 019/2015 "A", REALINA LIBARDO FANTINI, matrícula nº 6624, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil) no Centro de Educação Infantil Padre Rossi, a contar de 27 de fevereiro de 2015 a 11 de abril de 2015, em substituição a titular Cleide Aparecida Vinotti, afastada conforme a Portaria nº 272/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 27 de fevereiro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 27 de fevereiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora REALINA LIBARDO FANTINI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Anselmo Picolli, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 540.672.789-34, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil) no Centro de Educação Infantil Padre Rossi, em substituição a titular Cleide Aparecida Vinotti, afastada conforme a Portaria nº 272/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.152,09 (hum mil cento e cinquenta e dois reais e nove centavos), pagos na mesma data a que

tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 27 de fevereiro de 2015 a 11 de abril de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3

(um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 27 de fevereiro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Realina Libardo Fantini

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 27 de fevereiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 307/2015

PORTARIA Nº 307/ 2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 795/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 07/2014, de 22/07/2014, convocada pelo Decreto nº 159/2014, BRUNA GARBARI, matrícula nº 6462, para exercer o cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Centro de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 09 de março de 2015 até a realização do Concurso Público nº 002/2015, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 09 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora BRUNA GARBARI, brasileira, convivente em união estável, residente e domiciliada na Rua Rubens Mafezzoli, s/nº, Bairro Ponta Fina Norte, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 067.563.759-70, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Centro de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 09 de março de 2015 até a realização do Concurso Público nº 002/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Bruna Garbari

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 308/2015

PORTARIA Nº 308/ 2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 796/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 07/2014, de 22/07/2014, convocada pelo Decreto nº 159/2014, DANIELA DALLA'BRIDA GIACOMINI, matrícula nº 6463, para exercer o cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Creche Ciranda Cirandinha Santo Antonin - Ponta Fina Norte, Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 09 de março de 2015 até a realização do Concurso Público nº 002/2015, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 09 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora DANIELA DALLA'BRIDA GIACOMINI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Brusque, s/n, Bairro Espraído, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 060.096.759-01, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Creche Ciranda Cirandinha Santo Antonin - Ponta Fina Norte, Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 09 de março de 2015 até a realização do Concurso Público nº 002/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Daniela Dalla'brida Giacomini

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 309/2015

PORTARIA Nº 309/ 2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 797/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 07/2014, de 22/07/2014, convocada pelo Decreto nº 159/2014, MARIA MADALENA SCHEREIBER VIANA, matrícula nº 6464, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola de Educação Fundamental João Bayer Sobrinho - Claraíba, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 09 de março de 2015 até a realização do Concurso Público nº 002/2015, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 09 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora MARIA MADALENA SCHEREIBER VIANA, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua dos Imigrantes, nº 656, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 573.423.699-34, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola de Educação Fundamental João Bayer Sobrinho - Claraíba, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 09 de março de 2015 até a realização do Concurso Público nº 002/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Maria Madalena Schreiber Viana

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 003/2015
PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 001/2015 - REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 001/2015
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 10/03/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.
CONTRATADO: AP OESTE DISTR. E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA -EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.801,25 (Dois mil, oitocentos e um reais e vinte cinco centavos).
CONTRATADO: NOAL & TREVISOL LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 830,96 (Oitocentos e trinta reais e noventa seis centavos).
CONTRATADO: SCS COMÉRCIO LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.938,39 (Dois mil, novecentos e trinta oito reais e trinta nove centavos).

DATA: 10/03/2015
DIRCEU MEZOMO
Secretario De Saúde E Promoção Social/gestor Fms.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 023/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2014
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2014
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 10/03/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, PROTETORES DE CÂMARAS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital;

CONTRATADO: SUL REAL COMERCIO DE PNEUS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.310,00 (Cinco mil trezentos e dez reais).

Novo Horizonte/SC, Dia 10-03-2015
ELI MARIOTT
Prefeito Municipal

EXTRATO DO PL Nº 021/15-TOMADA DE PREÇOS Nº 001/15

MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório Nº 021/2015
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015
Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: Constitui objeto da presente licitação seleção de proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA À EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE 07 (SETE) EDIFICAÇÕES POPULARES EM ALVENARIA, COM ÁREA DE 56,61 M2 CADA, A SEREM EDIFICADAS NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, com recursos advindos do Contrato de Repasse nº 1.005.105-40/2013-Ministério das Cidades, em regime de execução indireta de empreitada por preço unitário, conforme Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma físico-financeiro, descritos nos Anexos III - VII e demais Anexos parte integrante deste edital.

Entrega dos envelopes até as 08h50min, no dia 30/03/2015
A abertura dos envelopes da habilitação ocorrerá a partir das 09h
Cópia deste ato convocatório poderá ser obtida na sala de Licitações da Prefeitura Municipal, de Segunda a Sexta-Feira, no horário das 07:30h as 11:30h e das 13:30h às 17:30 horas através de cópia em cd ou pen-drive (Edital, Anexos e Projetos), no site www.novohorizonte.sc.gov.br, apenas o edital.
Fundamentação legal: Lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores

Novo Horizonte (SC) em 11 de Março de 2015.
ELI MARIOTT
Prefeito Municipal.

Orleans

PREFEITURA

2.594

LEI N.2.594 DE 03 DE MARÇO DE 2015.

"AUTORIZA REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS A ENTIDADES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, FAZ saber aos habitantes do Município de Orleans que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a repassar recursos financeiros na importância de R\$ 62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos reais), em parcela única, para as seguintes entidades, conforme quadro a seguir:

ENTIDADE	CNPJ	VALOR R\$
Pastoral da Criança	00.975.471/00001-15	2.500,00
Ass. de Senhoras de Rotaryanos	02.736.305/00001-91	20.000,00
Grupo de Escoteiros Encosta da Serra	18.997.382/00001-35	5.000,00
FEBAVE – Casa da Cidadania	82.975.236/0001-08	5.000,00
Associação Orleanense de Ação Social	05.157.738/0001-80	30.000,00

Parágrafo Único. O valor a ser transferido para cada entidade deverão ser depositados em conta específica para este fim, sendo que o objeto de execução é o especificado no plano de aplicação, constante do anexo único, parte integrante desta Lei.

Art.2.º As Entidades beneficiadas com a presente transferência, terão o prazo de 90 (noventa dias), para cumprir com o Plano de aplicação, e até 31/06/2015 para apresentar para a Câmara de Vereadores e para o Executivo Municipal a respectiva prestação de contas, que deverá conter:

- Ofício de encaminhamento, devidamente assinando por seu representante legal;
- Comprovante de despesas;
- Extrato bancário;
- Conciliação bancária;
- Outras informações pertinentes.

Parágrafo Único. O não cumprimento do Caput do Art. 2 desta Lei, ficará a entidade obrigada a devolver em até 48 horas, devidamente corrigidos, os recursos transferidos pelo Município, ficando impedida de celebrar novos convênios pelo prazo de 02 (dois) anos.

Art.3.º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito - 3.3.50.00 - Transf. Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

Art.4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 03 de março de 2015; 130 anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração, aos três dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração Interino

ANEXO ÚNICO PLANO DE APLICAÇÃO

ENTIDADE	OBJETO	VALOR R\$
Pastoral da Criança	Aquisição de ingredientes para preparação de Multimistura	2.500,00
Ass. de Senhoras de Rotaryanos	Aquisição de máquina para corte de fralda.	20.000,00
Grupo de Escoteiros Encosta da Serra	Realização do Congresso Estadual dos Escoteiros	5.000,00
FEBAVE – Casa da Cidadania	Auxílio na manutenção da Casa da Cidadania	5.000,00
Associação Orleanense de Ação Social	Execução de atividades de assistência social e promoção social e demais atividades fins da entidade.	30.000,00

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 003 DE 10 DE FEVEREIRO.

Senhor Presidente,
Senhores (as) Vereadores (as),

Cumprimentando cordialmente Vossas Excelências, tenho a satisfação de encaminhar para apreciação desta Casa Legislativa o anexo Projeto de Lei que AUTORIZA REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS A ENTIDADES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O referido Projeto de Lei tem por objetivo repassar recursos financeiros para diversas entidades do Município, objetivando assim o apoio da Administração Municipal na realização de suas atividades e obrigações estatutárias, uma vez que, estas entidades desempenham papel fundamental perante toda sociedade orleanense.

Na certeza que o presente Projeto de Lei receberá acolhida favorável dos Senhores Vereadores, solicito que o mesmo votado e aprovado o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores.

Atenciosamente,

Orleans/SC, em 10 de fevereiro de 2015; 130 anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

2.595

LEI Nº 2.595 DE 03 DE MARÇO DE 2015..

"CONCEDE REPOSIÇÃO DAS PERDAS AOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DE ORLEANS, PARA A ATUAL LEGISLATURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais, faz saber aos habitantes do Município de Orleans que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Com base no art. 3º da Lei 2.205 de 17 de junho de 2008, fica concedida a reposição de 7,12% (sete virgula doze por cento), aos subsídios dos Vereadores do Município de Orleans, da atual legislatura.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a contar a 01 de fevereiro de 2015.

Art. 3º Faz parte integrante desta Lei o Anexo I, que trata da tabela do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) impressa do site (www.portalbrasil.net/inpc.htm).

Orleans/SC, em 03 de março de 2015; 130 anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Política.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração, aos três dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração Interino

2.596

LEI Nº 2.596 DE 03 DE MARÇO DE 2015..

“CONCEDE REPOSIÇÃO DAS PERDAS AOS SUBSÍDIOS DO PREFEITO E VICE-PREFEITO DO ATUAL MANDATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais, faz saber aos habitantes do Município de Orleans que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Com base no art. 24, inciso XXII da Lei Orgânica do Município de Orleans, bem como, no artigo 3º da Lei 2.203 de 17 de junho de 2008, , fica concedida a reposição de 7,12% (sete virgula doze por cento), aos subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Orleans, do atual mandato.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a contar a 01 de fevereiro de 2015.

Art. 3º Faz parte integrante desta Lei o Anexo I, que trata da tabela do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) impressa do site (www.portalbrasil.net/inpc.htm).

Orleans/SC, em 03 de março de 2015; 130 anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Política.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração, aos três dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração Interino

AVISO Nº 57/2015 SISTEMA DE INFORMATICA

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2015

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS, IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA NA MODALIDADE ASP (APPLICATION SERVICE PROVIDER), TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO EM GESTÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, COM VISTAS À DISPONIBILIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA E DECLARAÇÃO MENSAL DE SERVIÇOS

ELETRÔNICA, E APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I).

Recebimento das Propostas: até o dia 26/03/2015 às 13h45m.

Abertura das Propostas: dia 26/03/2015, às 14h00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

Orleans, 10 de Março de 2015.
Eduardo Bertoncini
Secretário de Administração

AVISO Nº 58/2015 AVEIA E AZEVEM

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2015

Tipo : Menor Preço/Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE AVEIA E AZEVÉM PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA

Recebimento das Propostas: até o dia 26/03/2015 às 15h: 45m.

Abertura das Propostas: dia 26/03/2015, às 16h: 00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

ORLEANS, 10 de Março de 2015.
EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração

AVISO Nº 59/2015 GINASIO RIO DAS FURNAS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 59/2015.

Tipo: Menor Preço/Global

Objeto: CONSTRUÇÃO DA PRIMEIRA ETAPA DO GINASIO DE ESPORTES DA COMUNIDADE DE RIO DAS FURNAS, ORLEANS, SC, CONFORME CONVENIO Nº 2014TR003613, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA E O MUNICIPIO DE ORLEANS

Recebimento das Propostas: até o dia 26/03/2015 às 17h30m.

Abertura das Propostas: dia 26/03/2015, às 17h30m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

Orleans, 10 de Março de 2015.
Eduardo Bertoncini
Secretário de Administração

Palhoça

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.793, DE 09 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 1.793, DE 09 DE MARÇO DE 2015.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA. Estabelece Alterações na Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, No uso de suas atribuições legais e com base no art. 66 da Lei Complementar nº 149, de 26 de dezembro de 2013, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica transformada a nomenclatura de 01 (um) cargo em comissão de Assessor Técnico, código DAS III e respectiva remuneração, do Gabinete do Prefeito Municipal, previsto na Lei Complementar nº 149, de 26 de novembro de 2013, passando a ser denominado de Assessor Técnico Administrativo.

Art. 2º O cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico Administrativo, constantes da Lei Complementar e alterado pelo presente Decreto, poderá ser ocupado, privativamente, por bacharel em Administração, mediante deliberação do Comitê Gestor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Palhoça, 09 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N.º006/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO N.º006/2015, SEGUNDO TERMO DE VALOR AO CONTRATO N.º 031/2014 - Convite n.º 19/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HANG EMPREITEIRA E MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP. OBJETO: Fica acrescido o valor de R\$ 57.180,07 (cinquenta e sete mil cento e oitenta reais e sete centavos). DATA: 04/02/2015.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º011/2015

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º011/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º011/2015 - contratante : MUNICÍPIO DE PALHOÇA - contratada pessoa jurídica MADESTILO COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE MADEIRAS LTDA. OBJETO: Locação de imóvel para funcionamento e instalação do Setor de Transporte, Garagem e Depósito de medicamentos. VALOR: R\$ 171.100,00 (cento e setenta e um mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "548"17.01.2.145.3.3.90.00.00.00.00/3.3.90.39.10; "357" 17.01.2.141.3.3.90.00.00.00.00/3.3.90.39.10.

DATA: 05/03/2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 189, DE 10 DE MARÇO DE 2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 189, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

VENCIMENTO BASE DO MAGISTÉRIO. Aplica o piso salarial nacional do magistério público da educação básica no âmbito do Município de Palhoça/SC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a pagar o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica do Município de Palhoça, nos termos da Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, regulamentada pela Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

Art. 2º O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica da rede municipal de Palhoça/SC será de R\$ 1.917,78 (um mil, novecentos e dezessete reais e setenta e oito centavos) mensais para a formação em nível médio na modalidade normal, de acordo com a Lei Federal nº 11.738, de 16 de junho de 2008.

Parágrafo Único. O valor do piso salarial profissional nacional fixado no caput deste artigo é o valor referência do vencimento dos profissionais do magistério público da educação básica, para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º A remuneração prevista no caput do art. 2º refere-se ao reajuste efetuado pelo MEC/MF, no percentual de 13,01% (treze vírgula zero um por cento) em janeiro de 2015 e deverá ser aplicado, exclusivamente, aos professores municipais que recebem o piso do magistério.

Art. 4º Aplica-se o disposto nesta Lei Complementar aos servidores ativos e inativos, aos pensionistas que possuem remuneração igual ao piso do magistério.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta de dotações específicas do orçamento vigente do Município, suplementado se necessário.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de janeiro de 2015.

Palhoça, 10 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.203, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 4.203, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

COMED. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Altera a Lei Municipal nº 2.446, de 11 de outubro de 2006 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 3º e seus incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII da Lei Municipal nº 2.446, de 11 de outubro de 2006, passarão a vigorar

com a seguinte redação:

“Art. 3º O Conselho Municipal de Educação - COMED, órgão colegiado de composição paritária, é composto pelos seguintes membros e seus respectivos suplentes:

I - 09 (nove) representantes do Poder Executivo:

- a) um servidor da Secretaria Municipal de Educação de Palhoça;
- b) um servidor representando o setor administrativo das unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino;
- c) um diretor/coordenador das unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino;
- d) um professor das unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino;
- e) um servidor do setor de Vigilância Sanitária;
- f) um servidor da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- g) um representante do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Palhoça - SITRAMPA;
- h) um representante do Núcleo de Atendimento Especializado da Rede Municipal de Palhoça - NAEP;
- i) um representante vinculado ao Conselho Deliberativo Escolar do Sistema Municipal de Ensino.

II - 09 (nove) representantes de entidades não governamentais:

- a) um representante atuando no Conselho Comunitário e/ou Associações de Bairros conveniados com o Município;
- b) um representante atuando nas organizações não governamentais (ONGs) que atuam na área educacional;
- c) um representante atuando nas instituições vinculadas às pessoas com deficiência, com sede no Município (APAE);
- d) um representante dos Diretores de Escolas Particulares do Sistema Municipal de Ensino, escolhido por sua entidade representativa;
- e) um representante dos professores das Escolas Particulares do Sistema Municipal de Ensino, escolhido por sua entidade representativa;
- f) um indígena representando sua Comunidade;
- g) um representante das Instituições de Ensino Superior Particular;
- h) um representante de pais vinculados as Associações de Pais e Professores (APPs) das Escolas Municipais;
- i) um representante da OAB do Município de Palhoça.” (N.R.)

Art. 2º O § 6º do art. 3º da Lei Municipal nº 2.446, de 11 de outubro de 2006, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º (...)

§ 6º O Presidente e o Vice-Presidente deverão ser escolhidos entre os membros do Conselho, que detenham a condição de titulares de cargos efetivos do magistério público municipal, ou, sejam profissionais da educação vinculados às instituições de ensino do Município.” (N.R.)

Art. 3º O art. 8º da Lei Municipal nº 2.446, de 11 de outubro de 2006, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º O Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, poderá disponibilizar um servidor efetivo para atuar como Secretário Executivo e um servidor efetivo para atuar como Consultor Técnico Pedagógico do Conselho, observado o disposto no § 7º do art. 3º desta Lei.” (N.R.)

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 10 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 24/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2015

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 23 de março de 2015, às 9:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na Contratação de empresa para fornecimento de marmitas para Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Secretaria Regional Sul, no Sistema de Registro de Preços, conforme discriminado nos anexos deste edital. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoça.sc.gov.br.

Palhoça, 10 de março de 2015.

PREGOEIRA.

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 361/2015.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 361/2015.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A INSTITUIÇÃO CONSELHO COMUNITÁRIO DO ALTO ARIRIÚ PARA ATENDIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Conselho Comunitário do Alto Aririú, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e seis dias do mês de janeiro ano de dois mil e quinze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 131/2015.

DL Nº 01/2015

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA**

Relação dos Processos e Licitações

(Período de 01/03/2015 a 10/03/2015)

Página: 1/1

Processo	Data Proc.	Objeto do Processo	Licitação	Forma Julgamento	Homologação	Total Licitado
Ano do Processo: 2015						
4	09/03/2015	CONTRATAÇÃO DA ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS PARA PRESTAÇÃO E VENDA DE PRODUTOS QUE ATENDAM AS NECESSIDADES DA CAMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA - CONTRATO Nº 9912371470/2015.	1/2015 - DL	MENOR PREÇO POR ITEM	09/03/2015	20.000,00
Total Geral:						20.000,00

Papanduva

PREFEITURA

DECRETO Nº 2507, DE 02.03.2015 - SUBDIVISÃO DE IMÓVEL DE IVANILDA BARABACH

DECRETO Nº 2507, 02 DE MARÇO DE 2015.

APROVA SUBDIVISÃO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE IVANILDA BARABACH.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

DECRETA

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade de IVANILDA BARABACH, com a área total de 800,00m² (oitocentos metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Narciso Guebert, distante 11,80 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Tenente Ernesto Greinert, com base no ponto OPP, neste Município de Papanduva/SC - devidamente registrado sob a matrícula nº 5.878, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 02(duas) Áreas, sendo:

Descrição do Lote "35A"- 400,00m²

Localização: O imóvel está localizado no lado ímpar da Rua Narciso Guebert, distante 11,80 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Tenente Ernesto Greinert, com base no ponto OPP.

Frente:- 10,00 metros com o Município pela Rua Narciso Guebert, lado ímpar;

Fundos:- 10,00 metros com a Matrícula nº 4.354-Papanduva/SC de ELIO JUNIOR HELLINGER;

Lado Direito:- 23,60 metros com a Matrícula nº 2.579-Papanduva/SC de LOURDES KOSSAR e outros, Lote nº 01; 16,40 metros com a Matrícula nº 7.843-Papanduva/SC de INGRID WOSGERAU SEIDEL, Lote nº 02;

Lado Esquerdo:- 40,00 metros com o Lote "35B" Desmembrado.

Descrição do Lote "35B" - 400,00m²

Localização: O imóvel está localizado no lado ímpar da Rua Narciso Guebert, distante 21,80 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Tenente Ernesto Greinert, com base no ponto OPP.

Frente:- 10,00 metros com o Município pela Rua NARCISO GUEBERT, lado ímpar;

Fundos:- 10,00 metros com a Matrícula nº 4.354-Papanduva/SC de ELIO JUNIOR HELLINGER;

Lado Direito:- 40,00 metros com o Lote "35A" Desmembrado;

Lado Esquerdo:- 40,00 metros com a Matrícula nº 3.699-Papanduva/SC de IVANILDA BARABACH, Lote 37.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 02 de março de 2015.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

De acordo:

Orlando Marcelo Vieira
Procurador Jurídico

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

Paulo Lopes

PREFEITURA

DECRETO Nº 07/2015

DECRETO Nº 07/2015.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica autorizado, no orçamento fiscal de 2015, suplementar a dotação abaixo, no limite de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0801 - SEC. DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇO URBANOS R\$ 60.000,00
26.782.0008.1.035 - Pavimentação de Ruas R\$ 60.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0080.000000 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais):

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 30.000,00
04.122.0002.1.006 - Aquisição de Veículo R\$ 30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0080.000000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

0401 - SECRETARIA DE FINANÇAS R\$ 30.000,00
04.123.0003.1.008 - Aquisição de Veículo R\$ 30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0080.000000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 11 de março de 2015.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

LEI COMPLEMENTAR Nº 40/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 40/2015

Altera o art. 270 da Lei n. 956, de 17 de dezembro de 2002, que instituiu o Código Tributário do Município de Paulo Lopes.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, na forma do art. 66, inciso III, faz saber a todos que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º - Fica alterado o art. 270, da Lei nº. 956, de 17 de dezembro de 2002, que instituiu o Código Tributário do Município de Paulo Lopes, que passa a vigor da seguinte forma:

"Art. 270. O contribuinte que se encontrar em dívida ativa, poderá realizar o parcelamento da dívida em até 18 (dezoito) parcelas mensais e sucessivas, sendo autorizado imediatamente pelo Chefe da Unidade de Finanças, após requerimento do interessado."

Parágrafo 1º: O parcelamento de que trata o "caput" deste artigo

será realizado exclusivamente para fins de parcelamento da dívida ativa.

Parágrafo 2º: O referido parcelamento será acrescido de multas, juros e atualizações permitidas em lei.

Parágrafo 3º: O contribuinte poderá usufruir do parcelamento apenas uma única vez.

Parágrafo 4º: Somente será aceito parcelamento em até 18 (dezoito) vezes nas dívidas ativas adquiridas até o ano de 2014 (dois mil e quatorze).

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 11 de março de 2015.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

LEI Nº 1637/2015

LEI Nº 1637/2015.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, no orçamento fiscal de 2015, suplementar a dotação abaixo, no limite de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0801 - SEC. DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇO URBANOS R\$ 60.000,00
26.782.0008.1.035 - Pavimentação de Ruas R\$ 60.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0080.000000 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais):

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 30.000,00
04.122.0002.1.006 - Aquisição de Veículo R\$ 30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0080.000000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

0401 - SECRETARIA DE FINANÇAS R\$ 30.000,00
04.123.0003.1.008 - Aquisição de Veículo R\$ 30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0080.000000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 11 de março de 2015.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

LEI Nº1635/2015

LEI Nº1635/2015

Concede revisão geral anual à remuneração dos Servidores Públicos do Poder Legislativo de Paulo Lopes, e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou o Projeto de Lei nº. 07/2015 e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido, em conformidade com Art. 37, X da Constituição Federal, revisão geral anual a todos os servidores do Poder Legislativo de Paulo Lopes, a partir de 01/03/2015 com o aumento de 6,22 % (seis vírgula vinte e dois por cento) conforme inflação medida pelo INPC relativo ao período 01/2014 à 12/2014 sobre o vencimento, vigentes em 28/02/2015, inclusive gratificações.

Art. 2º - A despesa desta lei corre por conta das dotações do Orçamento Fiscal vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 11 de março de 2015.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

LEI Nº1636/2015

LEI Nº1636/2015

Altera a Lei Municipal 964 de 03 de março de 2003, e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, na forma do art. 66, inciso III, faz saber a todos que a câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - O art. 2º da Lei n. 964/2003, passa a vigorar da seguinte forma:

Art. 2º. O valor da gratificação de plantão na Secretaria Municipal de Saúde fica fixado da seguinte forma:

I - Enfermeiro: R\$40,00 a hora/plantão;

II - Técnico em Enfermagem: R\$28,00 a hora/plantão;

Art. 2º - Para efeitos desta lei, os plantões serão realizados em períodos compreendidos aos sábados, domingos e feriados.

Art. 3º - A despesa desta lei corre por conta do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as Leis n. 1.265/2008 e 1.472/2011, e todas as demais disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 11 de março de 2015.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

PORTARIA Nº 093/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 093/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e conforme a justificativa nº 29/2015, resolve.

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Marcelo Santana, brasileiro, portador do CPF nº 015.003.239-00 matrícula nº 11103, classificado no Processo Seletivo nº 003/2014, em 4º lugar, para atuar no Cargo de Motorista, com carga horária de 220 horas mensais, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, partir 02/03/2015 ate que se realize o Concurso Público, em substituição ao efetivo Jose Airtom Rodrigues, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 02 de Março de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 094/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 094/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 30/2015, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Janete dos Anjos Medeiros Lourenço brasileira, portadora do CPF nº 613.396.609-20, matrícula nº11104, ensino superior completo, classificada na segunda posição do Processo Seletivo nº 003/2014, para atuar no Cargo de Professora II, com carga horária de 20hs semanais, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/03/2015 até 19/12/2015, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 02 de Março de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 095/2015ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 095/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 31/2015, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Denize Aparecida da Rosa brasileira, portadora do CPF nº 025.467.489-55, matrícula nº10994, ensino superior completo, classificada na terceira posição do Processo Seletivo nº 003/2014, para atuar no Cargo de Professora II, com carga horária de 20hs semanais, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/03/2015 até 19/12/2015, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 02 de Março de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 096/2015ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 096/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 32/2015, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Luiza Santos Virgilio, brasileira, portadora do CPF nº 071.627.549-02, matrícula nº11106, ensino superior completo, classificada na quarta posição do Processo Seletivo nº 003/2014, para atuar no Cargo de Professora II, com carga horária de 20hs semanais, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/03/2015 até 19/12/2015, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 02 de Março de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 097/2015ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 097/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 33/2015, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Ana Regina Moreira dos Santos, brasileira, portadora do CPF nº 417.205.989-91, matrícula nº 11107, ensino superior completo, classificada na quinta posição do Processo Seletivo nº 003/2014, para atuar no Cargo de Professora II, com carga horária de 20hs semanais, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/03/2015 até 19/12/2015, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 02 de Março de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 098/2015ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 098/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 34/2015, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Deise Alexandre Cabral, brasileira, portadora do CPF nº 017.991.119-89, matrícula nº11108, ensino superior completo, classificada na sexta posição do Processo Seletivo nº 003/2014, para atuar no Cargo de Professora II, com carga horária de 20hs semanais, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/03/2015 até 19/12/2015, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 02 de Março de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 099/2015ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 099/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 35/2015, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Gisele Noemia Marcos, brasileira, portadora do CPF nº 052.523.339-39, matrícula nº 11109, classificada na sétima posição do Processo Seletivo nº 003/2014, para atuar no Cargo de Professora II, com carga horária de 20hs semanais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/03/2015 até 19/12/2015, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 02 de Março de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 100/2015ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 100/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 36/2015, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Marilene Dagmar Pires, brasileira, portadora do CPF nº 009.253.259-45, matrícula nº 11110, ensino superior completo, classificada na nona posição do Processo Seletivo nº 003/2014, para atuar no Cargo de Professora II, com carga horária de 20hs semanais, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/03/2015 até 19/12/2015, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 02 de Março de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 101/2015ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 101/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 37/2015, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Tânia Ramos da Silva, brasileira, portadora do CPF nº 017.711.319-77 matrícula nº 11111, ensino superior completo, classificada na primeira posição do Processo Seletivo nº 003/2014, para atuar no Cargo de Professora II, com carga horária de 20hs semanais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/03/2015 até 19/12/2015, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 02 de Março de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 102/2015ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 102/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 38/2015, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Ana Paula Ramos, brasileira, portadora do CPF nº 069.495.529-98 matrícula nº 11112, ensino superior incompleto, classificada na primeira posição do Processo Seletivo nº 003/2014, para atuar no Cargo de Professora II anos iniciais, com carga horária de 20hs semanais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/03/2015 até 19/12/2015, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 02 de Março de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº. 05/2015**

PORTARIA Nº. 05/15

OZIEL EVALDO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, assim como lhe confere o art. 14 da Lei Orgânica do Município, com base no Prejulgado 1277 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

RESOLVE

Autorizar a servidora Luceni Firmino Silvano Fermiano, contadora, efetiva, do Poder Executivo, a desempenhar temporariamente, por 30 dias, em regime de urgência, os serviços contábeis desta Casa Legislativa, devido a vacância do cargo de contador da Câmara, em face do pedido de exoneração do funcionário efetivo.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Paulo Lopes, 10 de março de 2015.
Oziel Evaldo Silva
Presidente

Publicada a presente Portaria em 10 de março de 2015.

PORTARIA Nº. 06/2015

PORTARIA Nº. 06/15

OZIEL EVALDO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, assim como lhe confere o art. 14 da Lei Orgânica do Município, com base no Prejulgado 1277 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e na Lei 1144 de 22 de fevereiro de 2006.

RESOLVE

Conceder o pagamento de gratificação no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) a servidora Luceni Firmino Silvano Fermiano, contadora, efetiva, do Poder Executivo, a desempenhar temporariamente, por 30 dias, em regime de urgência, os serviços contábeis desta Casa Legislativa, devido a vacância do cargo de contador da Câmara, em face do pedido de exoneração do funcionário efetivo.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Paulo Lopes, 10 de março de 2015.
Oziel Evaldo Silva
Presidente

Publicada a presente Portaria em 10 de março de 2015.

Penha**PREFEITURA****CONTRATO Nº 20/2015 -FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20/2015 - FMS

CONTRATADO: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA".

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MULETAS, CAMA HOSPITALAR, CADEIRA DE RODAS, CADEIRA DE BANHO E ANDADOR DE ALUMÍNIO PARA SER UTILIZADO PELOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC
VALOR TOTAL R\$ 20.030,00 (Vinte mil e trinta reais),
VIGÊNCIA: até 31.12.2015

Penha, 10 de Março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

PELA PREFEITURA

CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO Nº01/2014-FMAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a)s candidato(a)s para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 19/03/2015, das 08:00hs às 12:00hs ou das 13:30hrs às 17:30hrs, conforme Edital de Processo Seletivo nº 01/2014 - FMAS.

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL - CRAS - 20 horas

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
002	0000326	VLADEMIR MONETA VIEIRA

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL - CREAS - 30 horas

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
002	0000179	MARIA HELENA GONÇALVES

O(a)s candidato(a)s deverão apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal;

k) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00.

l) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;

m) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal;

n) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;

o) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual / Federal, passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato; pelo site www.trf4.jus.br;

p) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

q) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;

r) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

s) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha;

t) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não-cumprimento dos prazos, a não-apresentação da documentação prevista ou a não-comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 10 de março de 2015.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

DECRETO Nº 2261/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2261/2015

NOMEIA: o Sr. DAVI JOAQUIM DE FREITAS, para ocupar o cargo em comissão de COORDENADOR OPERACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO, da Secretaria de Planejamento contar desta data.

Penha/SC, 06 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

LEI Nº 2741

LEI Nº 2741/2015

"MODIFICA REDAÇÃO DO ART. 16 DA LEI 1071/90 - LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PENHA, REDUZINDO O PERÍODO DE RECESSO LEGISLATIVO"

MÁRIO GUARACY DE SOUZA, Prefeito do Município de Penha em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 16 da Lei nº. 1071/90 - Lei Orgânica Municipal de Penha que passa a vigorar com a seguinte redação:

"...

Art. 16 - A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente na sede do Município de vinte (20) de janeiro a dezessete (17) de julho e de primeiro (1º) agosto a vinte (20) de dezembro.

§1º Os períodos de 18 a 31 de julho e de 21 de dezembro a 19 de janeiro são considerados Recesso Legislativo.

..."

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Penha/SC, 09 de março de 2015.

MÁRIO GUARACY DE SOUZA

Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

PORTARIA Nº82

PORTARIA Nº 82/2015

AUTORIZA SERVIDOR DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Mário Guaracy de Souza, Prefeito do Município de Penha em exercício, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e nos termos do Artigo 92, II, da Lei Orgânica do Município e considerando a Normatização do Controle Interno:

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar o servidor EDUARDO SIZENANDO DA SILVA, portador da Cédula de identidade RG nº 3059149 a dirigir veículos oficiais pertencentes à frota municipal obedecida às restrições de sua CNH nº 01734783326 categoria "AB".

Art. 2º - A presente autorização não exime o servidor das responsabilidades inerentes à condução de veículos oficiais, nem o resguarda de eventuais ações regressivas em caso de danos ao patrimônio público ou alheio.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, vigente até 05/04/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Penha, 09 de março de 2015

MÁRIO GUARACY DE SOUZA

Prefeito Municipal em exercício

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos nove dias do mês de março do ano 2015.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 78/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA Nº 78/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Assistente Social a Sra. LUCIMAR TIBUSCKI PFEFFER, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a partir 06/03/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 06 de março de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

PP04/2015 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2015 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015 - FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA SER UTILIZADO NAS DEPENDÊNCIAS DO PRONTO ATENDIMENTO 24H P.A E NO NÚCLEO DE ATENÇÃO A MULHER DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES ATÉ: 23/03/2015

ATÉ AS: 17h00min

LOCAL: Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, nº 08, Centro, Penha/SC, Setor de Licitações e Contratos.

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 24/03/2015

HORÁRIO: 09h00min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala das Licitações, sito a Avenida Nereu Ramos, nº. 19 - Sala 01 (ao lado da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico), Centro - Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento 13:30 às 17:30.

Penha/SC, 10 de março de 2015.
Mário Guaracy de Souza
Prefeito Municipal e.e

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 019/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 019/2015
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 24 DE MARÇO DE 2015, licitação modalidade Pregão Presencial nº 019/2015, visando a "AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS MODELO TAÇA".

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 24/03/2015, até às 14:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC,
10 DE MARÇO DE 2015
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 020/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 020/2015
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 24/03/2015, licitação modalidade Pregão Presencial n. 020/2015, tendo como objeto a aquisição de 350 (trezentos e cinquenta) litros de larvicida biológico - BTI (bacillus thuringiensis israelense), destinado ao controle do mosquito borrachudo.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 24/03/2015 até as 10:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou solicitação através do e-mail compras@pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO,
10 DE MARÇO DE 2015
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Ponte Serrada

PREFEITURA

AVISO DE REVOGAÇÃO 2015

AVISO DE REVOGAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0017/2015
PREGÃO PRESENCIAL N.º 0013/2015

O Município de

Ponte Serrada torna público aos interessados, a revogação da licitação supracitada, OBJETO: Contratação de empresa especializada na área de engenharia ambiental, agricultura e infra-instrutora, para realização de serviços no município de Ponte Serrada.

Informações Complementares: Demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 10 de março de 2015.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL 06/2015- FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 06/2015- FMS PREGÃO PRESENCIAL
N.º 05/2015 - FMS

O Município de

Ponte Serrada, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando a AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, DE FORMA PARCELADA, PARA SER UTILIZADO CONFORME A NECESSIDADE NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Recebimento de Envelopes: até as 07:50MIN do dia 24/03/2015.
Abertura: às 08h00min horas do dia 24/03/2015.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 10 de março de 2015.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO 022/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0022/2015 PREGÃO PRESENCIAL
N.º 0015/2015

O Município de

Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando a Contratação de empresa que possua profissional habilitado (maestro) para ministrar aulas para coral, com carga horária de 04 horas semanais, no período noturno. Recebimento de Envelopes: até as 07:50MIN do dia 24/03/2015. Abertura: às 08h00min horas do dia 24/03/2015.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 10 de março de 2015.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo**PREFEITURA****PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 011/2015 PMPB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 011/2015 PMPB

Tipo de licitação: Menor preço global;

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de refeições prontas, tipo "marmitex", para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 24/03/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 24/03/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 10 de março de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal

PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 012/2015 PMPB – 005/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 012/2015 PMPB - 005/2015 FMS

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Contratação de empresa para manutenção e reparo dos veículos leves (motocicletas) de utilização das Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Porto Belo, com fornecimento de peças, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 25/03/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 25/03/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 10 de março de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO 001/2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001 /2015

" FICAM AUTORIZADO O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, EXMO.SR. EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO E O VICE-PREFEITO, EXMO. SR. GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI A AUSENTAREM-SE DO MUNICÍPIO, CONFORME DETERMINA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E O REGIMENTO INTERNO.

JONAS AMADEU RAULINO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo, em conformidade com o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município, através do presente instrumento, após aprovação em Plenário, Promulga o presente Decreto:

Art. 1º - Ficam autorizado o Prefeito do Município de Porto Belo, Exmo. Sr. Evaldo José Guerreiro Filho e o Vice-Prefeito Giovanni Paolo Voltolini a ausentarem-se do País entre os dias 12 a 22 de março para realização de viagem internacional (Estados Unidos) onde participarão do evento Sea Trade com o objetivo primordial em divulgar os atrativos turísticos e atrair um número cada vez maior de escalas de cruzeiros marítimos à nossa cidade, conforme determina o § 1º, inciso I do artigo 88º e artigo 111 da Lei Orgânica e artigo 25º alínea "a" do Regimento Interno do Município de Porto Belo.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seu jurídico e legais efeitos.

Sala das Sessões, 10 de março de 2015.

Ver. Jonas Amadeu Raulino

Presidente

Paço Legislativo Vereador Amadeu Serafim Raulino

"Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos"

RESOLUÇÃO Nº 012/2015

RESOLUÇÃO Nº 012 /2015

" FICA AUTORIZADO O VEREADOR FRANCISCO SCOTTINI A AUSENTAR-SE DO MUNICÍPIO, CONFORME DETERMINA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E O REGIMENTO INTERNO.

JONAS AMADEU RAULINO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo, em conformidade com o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município, através do presente instrumento, após aprovação em Plenário, PROMULGA a presente RESOLUÇÃO:

Art. 1º - Fica autorizado o Vereador Francisco Scottini a ausentar-se do País entre os dias 12 a 22 de março para realização de viagem internacional (Estados Unidos) onde participarão do evento Sea Trade com o objetivo primordial em divulgar os atrativos turísticos e atrair um número cada vez maior de escalas de cruzeiros marítimos à nossa cidade, conforme determina o § 2º, inciso II do artigo 88º da Lei Orgânica e artigo 126º, inciso II do Regimento Interno do Município de Porto Belo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seu jurídico e legais efeitos.

Sala das Sessões, 10 de março de 2015.

Ver. Jonas Amadeu Raulino

Presidente

Paço Legislativo Vereador Amadeu Serafim Raulino

"Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos"

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 664/2015

DECRETO Nº 664, de 02 de março de 2015.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.262, de 07 de julho de 2014 (LDO) e Artigo 5º, Inciso II, da Lei Municipal nº 4.291, de 04 de dezembro de 2014 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 170.808,03 (Cento e setenta mil, oitocentos e oito reais e três centavos):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0207 – SEC. MUN. TRANSP. OBRAS E SERVS. PÚBL.		
PROJETO	1016 – Aquisição de Equipamentos Rodoviários		
MODALIDADE	4490 – 170 – Aplicações Diretas	91	170.808,03
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		170.808,03

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação decorrente do Convênio 1020256-20/2014, no exercício 2015, na Fonte 170.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 02 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA PAULO RUBENS BUCH
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

DECRETO Nº 665/2015

DECRETO Nº 665, de 03 de março de 2015.

Dispõe sobre crédito especial, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 4.305, de 03 de março de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito especial no orçamento próprio do Fundo Municipal de Saúde, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 590.000,00 (Quinhentos e noventa mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
UNIDADE	0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2096 – PMAQ – AB		
MODALIDADE	3190 – 450 – Aplicações Diretas	38	150.000,00
MODALIDADE	3390 – 450 – Aplicações Diretas	39	80.000,00
MODALIDADE	4490 – 450 – Aplicações Diretas	40	70.000,00
ATIVIDADE	2097 – NASF – Núcleo Apoio Saúde da Família		
MODALIDADE	3190 – 450 – Aplicações Diretas	35	160.000,00

MODALIDADE	3390 – 450 – Aplicações Diretas	36	40.000,00
MODALIDADE	4490 – 450 – Aplicações Diretas	37	40.000,00
ATIVIDADE	2099 – HIV/AIDS		
MODALIDADE	3390 – 458 – Aplicações Diretas	41	40.000,00
MODALIDADE	4490 – 458 – Aplicações Diretas	42	10.000,00
	TOTAL DO CRÉDITO		590.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação do Exercício, nas respectivas Fontes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 03 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI JAIR GIRALDI Secretário Municipal de Finanças Secretário Municipal de Saúde e Contabilidade

DECRETO Nº 666/2015

DECRETO Nº 666, de 09 de março de 2015.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.262, de 07 de julho de 2014 (LDO) e da Lei Municipal nº 4.291, de 04 de dezembro de 2014 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 72.000,00 (Setenta e dois mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0207 – SEC. MUN. TRANSP. OBRAS E SERVS. PÚBL.		
PROJETO	1026 – Melhoria Aterro Sanitário		
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	42	72.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		72.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação do exercício, na Fonte 100 - Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 09 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

DECRETO Nº 667/2015

DECRETO Nº 667, de 09 de março de 2015.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.262, de 07 de julho de 2014 (LDO) e 4.291, de 04 de dezembro de 2014 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento próprio do Fundo Municipal de Saúde, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
UNIDADE	0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2075 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica e Ambiental		
MODALIDADE	4490 – 451 – Aplicações Diretas	30	70.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		70.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Excesso de Arrecadação, na Fonte 170.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 09 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI JAIR GIRALDI

Secretário Municipal de Finanças Secretário Municipal de Saúde e Contabilidade

EXTRATO DE ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2015- FUNREBOM

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 001/2015 - FUNREBOM

Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 003/2014 - FUNREBOM

Partes: Município de Porto União e Auto Posto Iguazu LTDA.

Do Registro de Preços:

Altera-se para R\$ 3,20 (três reais e vinte centavos) o valor do litro da gasolina comum bomba - posto e para R\$ 2,96 (dois reais e noventa e seis centavos) o litro do óleo diesel B S10 bomba - posto.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 09 de março de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO 007/2015- EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 007/2015 - EDUCAÇÃO

Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 114/2014 - EDUCAÇÃO.

Partes: Município de Porto União e Bitur Transportadora Turística Ltda.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL

Altera-se para R\$ 4,91 (quatro reais e noventa e um centavos) o valor do quilômetro rodado, devido ao reequilíbrio financeiro.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 06 de março de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL
003/2015 - FAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 003/2015- FAS

Extrato de Edital de Pregão Presencial 003/2015- FAS

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de artigos de cama e banho, pijamas para manutenção do CREAS. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 24 de março de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 10 de março de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL
012/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 025/2015- Prefeitura

Extrato de Edital de Pregão Presencial 012/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para contratação de serviços gráficos para o desenvolvimento de ações do projeto "Educação em Saúde Ambiental". O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 25 de março de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 10 de março de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Pouso Redondo**PREFEITURA****AGRICULTURA FAMILIAR 001 2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº008/2015

CHAMADA PÚBLICA Nº01/2015

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 09:00 Horas do dia 20.03.2015, para Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para os alunos da rede de educação básica pública, matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental do município. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133.

Pouso Redondo, em 10 de Março de 2015.

Nair Goulart

Prefeita Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2015
EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2015
CARTA CONVITE Nº 04/2015

EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 14:15 (quatorze horas e quinze minutos), do dia 19 (dezenove) de março de 2015, no Setor de Licitações, as propostas para CARTA CONVITE, que tem como objeto a contratação de empresa especializada no ramo de concursos públicos, elaboração de edital, aplicação e correção de provas, a serem realizados no Município de Presidente Castello Branco/SC, para os cargos constantes no Anexo I do presente Edital e detalhamento dos serviços constantes no Anexo II. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 10 DE MARÇO DE 2015.
Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

PORTARIA 0178/RH
PORTARIA Nº 0178/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Corrigir e convalidar a Portaria n. 0167/RH, de 09/03/2015, publicada no DOM dia 10/03/2015, referente Licença para Tratamento de Saúde da servidora LEILA APARECIDA POSSAMAI sendo o período correto da Licença: De 18/02/2015 a 24/03/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de março de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA Nº 0123/2015
PORTARIA Nº. 0123/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 170, da lei complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Designar, no período de 25/02/2015 a 26/03/2015, de acordo com Art. 46 e 47 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, a servidora municipal LAIANA DA SILVA OSSEMER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, atualmente desenvolvendo as atribuições da função comissionada de Chefe da Divisão de Treinamento e Desenvolvimento da Secretaria Municipal de Administração, para exercer as atribuições do cargo de Diretor do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, durante o impedimento do titular por motivo de Férias. Com opção pelo vencimento do cargo comissionado de Diretor do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, fundamentado no Art. 57 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11 da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de janeiro de 2015.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
vf

PORTARIA Nº 0153/RH

PORTARIA N. 0153/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 30 a 40, dos autos da Sindicância Administrativa n. 027/2013, instaurada pela Portaria n. 1321/RH de 04 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 07 de novembro de 2013 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 42 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 027/2013, instaurada para apuração da denúncia de que servidores integrantes da Guarda Municipal, do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul estariam utilizando de forma irresponsável um veículo Kart apreendido sob a responsabilidade daquele órgão, tendo em vista que os referidos servidores agiram em conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, ao retirar o veículo para limpeza do estabelecimento e verificação quanto ao funcionamento adequado do mesmo, não gerando assim, nenhuma eventual infração disciplinar e responsabilidade administrativa.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 04 de março de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0155/RH

PORTARIA N. 0155/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 87 a 89, dos autos da Sindicância Administrativa n. 026/2013, instaurada pela Portaria n. 1255/RH de 14 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 30 de outubro de 2013 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 91 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 027/2013, instaurada para apuração dos fatos relatados no memorando SMA/RH n. 251/2013, onde o servidor Douglas Oliveira dos Santos, em tese, teria transgredido o Art. 158, inciso I, da Lei Complementar n. 207/2010, tendo em vista a ocorrência de preclusão lógica, impossibilitando a Comissão Sindicante de arguir as sanções de advertência ou suspensão quanto ao caso em questão.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 04 de março de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0156/RH

PORTARIA N. 0156/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 144 a 151, dos autos da Sindicância Administrativa n. 025/2013, instaurada pela Portaria n. 1195/RH de 02 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 04 de outubro de 2013 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 153 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 025/2013, instaurada para apuração da responsabilidade pelo acidente de trabalho ocorrido no dia 22 de janeiro de 2013, durante a manutenção da Estrada Blumenau, Bairro Bela Aliança, nesta municipalidade, tendo em vista a ocorrência de caso fortuito, onde não há qualquer infração administrativa aplicável ao fato.

Art. 2º. Determinar que o Departamento de Recursos Humanos, por meio da Divisão de Medicina e Segurança no Trabalho, elabore um programa de prevenção de acidente de trabalho no prazo de 180 dias para elidir novas ocorrências.

Art. 3º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 04 de março de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0157/RH

PORTARIA N. 0157/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 43 a 53, dos autos da Sindicância Administrativa n. 012/2014, instaurada pela Portaria n. 0460/RH de 29 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 06 de maio de 2014 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 55 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 012/2014, instaurada para apuração dos fatos ocorridos no CE Ruth Schroeder Ohf, envolvendo a servidora Solânia Kohl, relatados no Memorando SME/GAB N. 185/2014, da Secretaria Municipal de Educação e Memorando Nº 006/2014, da referida Unidade Escolar, tendo em vista a não comprovação de que a referida servidora tenha praticado qualquer infração disciplinar relacionada no

Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul.

Art. 2º. Determinar que seja notificada a Secretaria Municipal de Educação para providenciar a motivação da contratação de servidor(a) para auxiliar na cozinha da escola, considerando o aumento repentino da demanda de trabalho e que, até o momento, não houve adequação para solucionar em definitivo o problema de organização das atividades na cozinha da unidade escolar.

Art. 3º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 04 de março de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0160/RH

PORTARIA N. 0160/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 75 a 85, dos autos da Sindicância Administrativa n. 003/2014, instaurada pela Portaria n. 0101/RH de 05 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 11 de fevereiro de 2014 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 88 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 003/2014, instaurada para apuração dos fatos envolvendo a vigilância na Secretaria de Obras e Centro de Eventos Hermann Hinrich Purnhagem, relatados no Memorando n. 20/2014, do Departamento de Patrimônio, tendo em vista que não houve qualquer irregularidade por meio dos vigias ou qualquer servidor relacionado com sua profissão.

Art. 2º. Determinar que seja notificada a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos para providenciarem no prazo de 180 dias os reparos necessários nos estabelecimentos em questão, bem como a instalação de câmeras de vigilância eletrônica.

Art. 3º. Determinar que o Departamento de Recursos Humanos, por meio da Divisão de Treinamento e Desenvolvimento, providencie e coloque a disposição de todos os vigias do Município de Rio do Sul, curso básico de vigilância, defesa pessoal e zelo sobre o patrimônio público, garantindo nesse sentido, segurança adequada aos servidores em questão e do patrimônio público municipal.

Art. 4º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 05 de março de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0161/RH

PORTARIA N. 0161/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 51 a 61, dos autos da Sindicância Administrativa n. 020/2014, instaurada pela Portaria n. 0672/RH de 06 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 11 de junho de 2014 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 63 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 020/2014, instaurada para apuração dos fatos envolvendo a servidora Rosana Andrea dos Santos, relatados no Memorando SME/GAB Nº 298/2014, da Secretaria Municipal de Educação, tendo em vista que inexistiu comprovação que a servidora praticou qualquer infração disciplinar relacionada no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio do Sul.

Art. 2º. Determinar que seja submetido na íntegra o presente processo de Sindicância Administrativa ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MP/SC), para ciência e análise do órgão perante a apuração de eventual responsabilidade penal.

Art. 3º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 06 de março de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

TERMO DE CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO Nº 006/2014 - ANGÉLICA MARIA TAMBOSI

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ANGÉLICA MARIA TAMBOSI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação no cargo de provimento ACT Terapeuta Ocupacional, 30 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 006/2014.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 10 de março de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO Nº 009/2014 - MARCIANE RAMOS FLORENCIO**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) MARCIANE RAMOS FLORENCIO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação no cargo de provimento ACT Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 009/2014.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 10 de março de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO Nº 009/2014 - MARISA RODRIGUES VIEIRA**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) MARISA RODRIGUES VIEIRA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação no cargo de provimento ACT Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 009/2014.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 10 de março de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Salto Veloso**PREFEITURA****ERRATA EM ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2014

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que efetuou correção em ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO

Objeto: Aquisição de Botijão de sêmen, colhedora de forragens, distribuidor de dejetos e carretão agrícola para a Secretaria de Agricultura,

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 12/12/2014.

Onde se lê "aos vinte e quatro de novembro de 2014"

O correto é "aos 12 de dezembro de 2014".

Maiores informações, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 10 de março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 162/2015

PORTARIA Nº. 162/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerada a pedido, a partir desta data, a Sra. RUBIA RODRIGUES ESCANDIEL, do cargo de AUXILIAR DE LIMPEZA 40hrs semanais, nomeada pela Portaria nº 071/2015 lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 05 de Março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 163/2015

PORTARIA Nº. 163/2015

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLAUDEMIR CESCA Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

Resolve:

Artigo 1º. Fica prorrogada nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para o Sr. ARCELINO ANTONIO

DA LUZ, pelo período de 09/03/2015 a 08/06/2015, correspondente a 92 dias conforme atestado médico e perícia médica partes integrantes da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 09 de Março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 164/2015

PORTARIA Nº. 164/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. FRANCISLENE DOS SANTOS, matrícula funcional nº 1109, do cargo de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, da Secretaria de Educação.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 09 de março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 165/2015

PORTARIA Nº. 165/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerado a pedido, a partir desta data, o Sr. NARCISO JOSÉ VIEIRA, do cargo de OPERARIO BRAÇAL 40hrs semanais, nomeado pela Portaria nº 122/2015 lotado na Secretaria de transportes Obras e Urbanismo.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 09 de Março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 166/2015

PORTARIA Nº. 166/2015

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

Resolve:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, a Sra. FRANCISLENE DOS SANTOS, nos termos do artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações, para exercer o cargo de provimento efetivo de ATENDENTE DE CRECHE - 40 horas semanais, lotada na Secretaria Educação, com vencimentos referentes ao código CPE 02, do Anexo II, Tabela II, Grupo II.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 10 de março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 167/2015

PORTARIA Nº. 167/2015

"NOMEIA COORDENADOR DE LIMPEZA URBANA DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO - SC. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº16/2010 de 23/12/2010, Anexo I, Quadro de Pessoal do Município,

Resolve,

Artigo 1º. Fica nomeado para o cargo de Coordenador de Limpeza Urbana, cargo em comissão, nível CC-6, com 20 horas semanais, a partir desta data o Sr. JOÃO GONÇALVES DE SOUZA.

Artigo 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Vigente.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso-SC, 10 de março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PROCESSO 17/2015 - DISPENSA 04/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA

Processo 17/2015

Dispensa 04/2015

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se efetuou o processo de compra na modalidade de DISPENSA que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Contratação de empresa estatuariamente estabelecida, e sem fins lucrativos, para fornecimento de treinamento e capacitação no desenvolvimento empresarial, nas empresas do Município de Salto Veloso

Contratado: Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina - FACISC

Valor: R\$30.000,00 (Trinta mil reais)

Salto Veloso (SC), 03 de março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO Nº63/2015 UTILIDADE PUBLICA POSTO DE SAUDE

DECRETO Nº. 063, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEIS URBANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

=====

Art. 1º - Fica DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial o lote urbano abaixo descrito, objeto da Matrícula Nº. 10.143, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Erê/SC, localizado no centro da cidade, na Município de Santa Terezinha do Progresso/SC, Comarca de Campo Erê, Estado de Santa Catarina; Lote Registrado sob Nº 06-A, no ORI da Comarca de Campo Erê/SC, de propriedade de José Lorenzi Netto e Oneide Lorenzi, inscritas nos CPFs sob Nº 257.898.489-15 e 016.261.309-14, consecutivamente, com endereço na Rua Ernesto Francisco Cardoso, S/N, na cidade de Santa Terezinha do Progresso /SC, CEP: 89983-000, a saber:

- Lote Urbano Nº 06-A, da Quadra Nº 13, com a área de 853,63 m²;

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação;
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina,
aos 06 dias do mês de Março do ano de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

Fica registrado e publicado na data supra e local de costume.

DECRETO Nº64/2015 COMISSÃO AVALIAÇÃO

DECRETO N. 065, de 06 de Março de 2015

DISPÕE SOBRE CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL (IS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

=====

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Municipal de Avaliação, composta pelos seguintes membros: - (Thais Gabriela Fluck Zanin, Eroni Allebrandt, Eliseu Spiscker, Noeli Vanin e Márcia Weschenfelder Schmidt).

Art. 2º - O objetivo da Comissão de Avaliação será basicamente avaliar, em moeda corrente nacional, o imóvel: Lote Urbano Nº 06-A, situada nesta Cidade e Município de Santa Terezinha do Progresso/SC, Comarca de Campo Erê/SC, com área de "OITOCENTOS E CINQUENTA E TRÊS METROS E SESENTA E TRÊS CENTÍMETROS QUADRADOS" (853,63 m²), sem edificações, para fins de aquisição, por desapropriação, por via Amigável.

Art. 3º - O laudo de avaliação deverá ser encaminhado ao Prefeito Municipal, no prazo máximo de 05 (Cinco) dias, a partir da publicação do presente Decreto.

Art. 4º - O serviço da Comissão será considerado de caráter relevante, não sendo-lhes atribuído qualquer remuneração, nem tampouco se caracterizando qualquer vínculo para fins deste objeto, entre a Prefeitura Municipal e os seus componentes, incluindo a não geração de direito ou obrigação social ou trabalhista.

Art. 5º - As despesas decorrentes da realização deste Decreto correm por conta do Orçamento Municipal.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 06 de Março de 2014.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

PORTARIA Nº 056/2015 DETERMINA AFASTAMENTO

PORTARIA Nº 056/2015

DETERMINA AFASTAMENTO TEMPORÁRIO DE SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Com fundamento no art. 135 do Estatuto dos Servidores do Município de Santa Terezinha do Progresso, fica determinado o afastamento da servidora Solange Detofol, ocupante do cargo de controladora interna, pelo período de duração do processo administrativo 001/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 10 de Março de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

PROCESSO LICITATÓRIO 30/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 30/2015 na MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL n. 4/2015 para AQUISIÇÃO DE VEICULO PASSAGEIRO MINIBUS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, CFE CONVENIO N. 2014TR002555. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 08:45 horas do dia 24/03/2015, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 09:00 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001. Santa Terezinha do Progresso (SC), 09/03/2015. Jacob Gilmar Junges - Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO 31/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 31/2015 na MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL n. 5/2015 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (LIXO HOSPITALAR) PROVENIENTE DOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 14:00 horas do dia 24/03/2015, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 14:15 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001. Santa Terezinha do Progresso (SC), 09/03/2015. Jacob Gilmar Junges - Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO 32/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 32/2015 na MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL n. 6/2015 para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM SAÚDE, ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO E PROFISSIONAL PARA CONFECCAO DE PROTESES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 08:30 horas do dia 27/03/2015, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 09:00 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001. Santa Terezinha do Progresso (SC), 09/03/2015. Jacob Gilmar Junges - Prefeito Municipal.

Santiago do Sul**PREFEITURA****CONTRATO 34/2015**

EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	34/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA GUARANY
Objeto	Locação de imóvel com área de 336m².
Valor	R\$ 7.767,75 (sete mil setecentos e sessenta e sete reais e setenta e cinco reais).
Vigência	09 de março à 31 de dezembro de 2015
Processo nº. 26/2015.	
Dispensa por Justificativa Nº. 05/2015.	
Santiago do Sul-SC, 09 de março de 2015.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO	
Processo Administrativo Nº. 26/2015	
Edital: Dispensa por Justificativa Nº. 05/2015	
Fornecedor	SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA GUARANY BENEFICENTE
Objeto	Locação de imóvel pavilhão com tamanho de 24x14m², localizado na Av. Jacob Corso, Nº.510, Centro, na cidade de Santiago do Sul, próximo ao Centro Recreativo e Esportivo - CREC, para o período de 10 de março à 31 de dezembro de 2015.
Valor	R\$ 7.767,75 (sete mil setecentos e sessenta e sete reais e setenta e cinco reais).
Santiago do Sul-SC, 09 de março de 2015.	
VANDERCI ANTONIO PEDROTTI	
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO	

EDITAL 22/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 26/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 22/2015.
Tipo: Unitário.
Objeto: Aquisição de materiais hidráulicos para manutenção/conserto/ instalação da rede de abastecimento de água do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal Nº.714/2014 de 03 de abril de 2014.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 24 de março de 2015.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 24 de março de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 09 de março de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

São Bento do Sul**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 58/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 23 de março de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNET LINK 5MBs/10MBs, NÃO DEDICADO, COM DISPONIBILIDADE MÉDIA MENSAL DE 99% MÍNIMO, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS (CREAS E BOLSA FAMÍLIA, CRAS SERRA ALTA, CRAS CENTENÁRIO, CRAS CRUZEIRO E CONSELHO TUTELAR) PELO PERÍODO DE MARÇO DE 2015 A MARÇO DE 2016, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 09 de março de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Pregoeiro

CONVÊNIO Nº 001/2015

TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/2015

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E O SÃO BENTO HANDEBOL CLUBE

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo Presidente da Fundação Municipal de Desportos HÉLCIO CARLOS LIEBL, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.095.080, CPF nº 506.758.779-20, residente e domiciliado à Rua Affonso Hussmann, 54, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado o SÃO BENTO HANDEBOL CLUBE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.676.599/0001-88, estabelecido à Rua João Wenceslau Pscheidt, nº 650, Bairro Brasília, São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato

representada por seu Presidente DOUGLAS FERNANDO GAEDKE, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 978.784, CPF/MF nº 626.728.789-00, residente e domiciliado à Rua João Wenceslau Pscheidt, nº 650, Bairro Brasília, São Bento do Sul, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, na Lei Municipal nº 3477 de 04 de março de 2015, no Decreto Municipal nº 034, de 25

de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objetivo transferir recursos financeiros para a Entidade realizar as atividades esportivas na modalidade de HANDEBOL, mediante treinamento técnico e esportivo de cunho teórico e prático, além de disputas nas modalidades eleitas desta natureza, como forma de incentivo e inclusão social, nos termos deste instrumento, bem como no Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 780/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), repassados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em até 10 parcelas, conforme necessidade, mediante apresentação do Plano de Aplicação para cada parcela. O recurso relativo à primeira parcela será transferido no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação do convênio autorizado pela presente lei.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada na Caixa Econômica, Agência 0628, Conta Corrente nº 00003147-9 a favor do São Bento Handebol Clube.

CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos
Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento
Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições
Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

- I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira, Segunda e Terceira e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;
- II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;
- III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;
- IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;
- V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;
- VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC e a Fundação Municipal de Desportos de qualquer responsabilidade concernente à

Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;

VII. Promover o chamamento de pessoas interessadas para as atividades esportivas mencionadas na cláusula primeira deste Termo de Convênio;

VIII. Promover a seleção das pessoas, havendo necessidade;

IX. Proporcionar local adequado para o aprendizado perseguido pelo presente instrumento;

X. Fornecer material esportivo necessário para serem alcançados os objetivos deste Convênio;

XI. Designar instrutor, ou instrutores, com formação técnica, com conhecimento comprovado da modalidade;

XII. Promover treinos técnicos e partidas sob o constante no objetivo deste convênio;

XIII. Apresentar relação completa (nome, CPF, idade, tipo de apoio/benefício) dos atletas atendidos pelo presente Convênio, juntamente com relatório dos materiais adquiridos, relatório das competições e das atividades desenvolvidas em cada período, ou seja, correspondente a cada parcela dos recursos recebidos;

XIV. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;

II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e

III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento;
- b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;
- e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;
- f) Extrato bancário com movimentação completa do período;
- g) Conciliação bancária, quando for o caso;
- h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;
- j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação

da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, 09 de março de 2015.

HÉLCIO CARLOS LIEBL

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

DOUGLAS FERNANDO GAEDKE

Presidente do São Bento Handebol Clube

TESTEMUNHAS:

LUIZ NERI PEREIRA

CLAUDIA MOREIRA DE SOUZA

CPF 739.027.649-53

CPF 791.399.579-34

DECRETO Nº 880/2015

DECRETO Nº 0880, DE 09 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) no orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 23 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 03 - Sistema de Esgoto Sanitário

Atividade: 2.065 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Esgotamento Sanitário

3.3.90.39.00.00.00 600 - Outros Serv. Terc. PJ

R\$ 80.000,00

Unidade: 04 - Saneamento Geral

Atividade: 2.066 - Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia

3.3.90.35.00.00.00 600 - Serviços de Consultoria

R\$ 190.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, na fonte de recursos 0200 - RECURSOS DE OUTRAS FONTES - EXERCÍCIO CORRENTE, no valor de R\$ 270.000,00.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto nº 0871, de 02 de março de 2015.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 09 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2015 FMS

Extrato de Processo Licitatório

Dispensa de Licitação nº 23/2015 FMS

OBJETO: Dispensa de Licitação para contratação emergencial de empresa especializada para fornecimento de medicamentos alopatícos, éticos, similares e genéricos prescrito por médicos para pacientes do SUS deste município, conforme Revista ABC Farma, que não façam parte da farmácia básica, pelo período de 03 meses ou da homologação do processo 22/2015, conforme art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: Cia Latino Americana de Medicamentos

Valor: R\$ 90.000,00

São Bento do Sul, 09 de março de 2015.

Edemilson Benedito de Assis - Diretor de Suprimentos e Patrimônio
Deodato Raul Hruschka - Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EDITAL 002/2015

PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL N.º 002/2015

A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, através da Secretaria Municipal de Administração, torna público que fará realizar Processo Seletivo Simplificado para a contratação de pessoal, atendendo a Administração Direta e Indireta, admitidos em caráter temporário, conforme dispõe o art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município, art. 61 Inciso VII e Lei Complementar nº 2.397 de 09 de setembro de 2009.

1. DOS CARGOS

1.1 O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento das vagas, referentes aos cargos disposto no quadro a seguir sempre que houver necessidade de contratação temporária, atendendo Lei Complementar nº 2.397 de 09 de Setembro de 2009.

Cargo	Carga Horária	Vencimento	Requisitos
Auxiliar de Serviços – Prefeitura Municipal	40 horas	R\$ 809,26 (p/ 40 horas)	Ensino Fundamental Incompleto
Instrutor de Informática	40	R\$1.682,48 (p/ 40 horas)	Ensino Técnico de Nível Médio em Informática
Professor Educação Especial - Interprete de Libras	20/40 horas	R\$ 2.139,96 (p/ 40 horas)	Habilitado = Habilitado = Certificado de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena Letras de LIBRAS/ou Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia – em Educação Especial, com habilitação em Deficiência Auditiva com Comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, mínimo de 120 (cento e vinte horas)/ Licenciatura Plena em Pedagogia c/ Pós em LIBRAS.

Professor Educação Especial - Interprete de Libras	20/40 horas	R\$ 1.665,59 (p/ 40 horas)	Não Habilitado = Certidão de Frequência a partir da 2ª FASE em Curso de Licenciatura Plena de LIBRAS / ou Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Médio (Magistério- Séries Iniciais) com Comprovante de mínimo de 120 (cento e vinte horas) de curso em LIBRAS, ou Habilitação em Pedagogia cursando Pós-Graduação em LIBRAS .
--	-------------	----------------------------	---

Este Processo Seletivo Simplificado terá validade para o ano de 2015.

1.3 Os candidatos aprovados e classificados poderão ser admitidos para o preenchimento das vagas que vierem a surgir, dentro do prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado, ficando a admissão dentro do interesse e conveniência da administração.

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Processo Seletivo será regido por este Edital, eventuais retificações e/ou aditamentos, e será realizado sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

2.1.1 É de responsabilidade exclusiva do candidato, acompanhar todas as publicações referentes a este Processo Seletivo.

2.2. A aprovação no Processo Seletivo não ensejará a obrigatoriedade da admissão para o serviço público, que se dará apenas em decorrência das necessidades da administração e da existência de vagas.

2.3. Aplica-se ao pessoal contratado nos termos da Lei 2397/2009 o disposto na Consolidação das leis do Trabalho, aplicando-se supletivamente os deveres e proibições previstos do regime jurídico dos servidores municipais.

3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1 O período das inscrições de 12 de março de 2015 a 20 de março de 2015.

3.2 Para inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado previsto neste Edital, o candidato deverá, fazer sua inscrição durante o período de inscrições junto à Prefeitura Municipal de São Bento do Sul no Depto de Recursos Humanos sito à Rua Jorge Lacerda, 75- Centro, no horário das 8:00 horas às 16:00 horas.

3.3 O candidato deverá preencher a ficha de inscrição e verificar a exatidão das declarações nela contidas, ficando, após a assinatura, inteiramente responsável pelas informações prestadas;

3.4 Em hipótese alguma será admitida inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por instrumento procuratório com fins específicos.

3.5 Somente será considerado inscrito o candidato cuja inscrição for deferida pela Comissão do Processo Seletivo, considerando-se os critérios exigidos neste Edital.

3.6 O teor do Edital estará disponível no "site" www.saobentodosul.sc.gov.br, no link Editais de RH, e publicado no Diário Oficial dos Municípios, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção deste documento.

3.7 São condições de inscrição:

3.7.1 Nacionalidade brasileira;

3.7.2 O gozo dos direitos civis e políticos;

3.7.3 A quitação das obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as obrigações militares;

3.7.4 Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, comprovando estar em dia com o órgão regulamentador da profissão;

3.7.5 Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da admissão;

3.7.6 Ser aprovado em exame médico pré-admissional;

3.8 Ao preencher sua Ficha de inscrição, o candidato estará declarando formalmente que preenche as condições de inscrição relacionadas no item 3.7 deste Edital.

3.9 Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração quanto à identificação do candidato ou quanto ao cargo.

3.10 A inscrição do candidato importa no conhecimento e na aceitação das condições estabelecidas no presente Edital.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS CARGOS

4.1 Os cargos previstos no quadro do item 1.1 serão de Escolaridade e de Tempo de Serviço.

4.2 A classificação final dos candidatos, para cada cargo, será feita em ordem decrescente de pontos.

4.3 Grau de Instrução:

Pós Graduação	05 pontos
Ensino Superior Completo	04 pontos
Ensino Médio Completo	03 pontos
Ensino Fundamental	02 ponto
Ensino Fundamental Incompleto	01 ponto

4.4 Tempo de Serviço no exercício de cargo público ou emprego público:

a) Até 05 anos: 2,5 pontos

b) De 06 anos a 10 anos: 05 pontos

c) Acima de 10 anos: 7,5 pontos

5 - CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

5.1 Para o caso de empate, entre candidato, após a classificação final, serão aplicados os critérios de:

5.1.1 Que tenha maior número de dependentes até 16 anos;

5.1.2 Que seja mais idoso.

5.2 A lista com o resultado final será divulgada no site www.saobentodosul.sc.gov.br, no link Editais de RH e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

5.3 O candidato terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de divulgação da listagem para entrar com pedido de reconsideração da classificação, junto à Secretaria Municipal de Administração.

6. DO REGIME JURÍDICO

6.1 Os habilitados e classificados no processo seletivo serão admitidos sob regime Administrativo Especial, conforme Lei Complementar nº 2.397 de 09 de Setembro de 2009.

7. DAS EXIGÊNCIAS PARA A ADMISSÃO

7.1 Os candidatos classificados serão admitidos obedecendo rigorosamente à ordem de classificação por cargo função.

7.2 A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso automático no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul. A admissão é de competência da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

7.3 Por ocasião da admissão serão exigidos do candidato habilitado os seguintes documentos, sob pena de exclusão do presente processo:

- ABERTURA DE CONTA CORRENTE no Banco Caixa Econômica Federal - SBS;

- Documentos necessários para Abertura da conta corrente: Identidade, CPF, Comprovante de Residência (mês atual) e Comprovante de Renda (Expedido pelo Depto. Recursos Humanos da PMSBS).

- 01 Foto 3x4

- Exame Pré-admissional; (Realizado no Posto Central, com

agendamento no RH)

- Declaração negativa de que não exerce cargo ou emprego público;
- Declaração de que não percebe Aposentadoria ou Benefício proveniente de Regime Próprio de Previdência Social, e ou, do Regime Geral de Previdência Social, relativo a emprego público;
- Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art.151 da Lei 228/2001;
- Declaração de Bens que constituem o seu Patrimônio;
- Certidões Negativas expedidas pelos cartórios de Crimes e Fiscais da Comarca - de São Bento do Sul através do site www.tjsc.jus.br
- Fotocópias (xerox):
- Cédula de Identidade;
- C.P.F.;
- Título de Eleitor e comprovante de votação da última Eleição;
- Certidão de Nascimento, e ou, Casamento;
- Certidão de Nascimento e da Carteira de Vacinação dos Filhos menores de 14 anos, (páginas contendo o nome e comprovação das vacinas);
- Atestado de Frequência Escolar dos Filhos entre 06 e 14 anos;
- Certificado de Alistamento Militar;
- Comprovante de Residência Atual;
- Comprovante de Escolaridade Diploma ou Certificado de conclusão; com apresentação do original no ato da admissão;
- Carteira de vacina contra Rubéola. (Frente e Verso)
- Nº do PIS/PASEP e sua data de Cadastro;
- Carteira de Trabalho onde consta a Foto e os dados Pessoais.

7.4 Será excluído do Processo Seletivo Simplificado o candidato que:

- a) Fizer em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexistente;
- b) Não mantiver atualizado seu endereço. Em caso de alteração do endereço constante da "FICHA DE INSCRIÇÃO", o candidato deverá comparecer à Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Recursos Humanos sito à Rua Jorge Lacerda nº 75 - Centro, e preencher documento indicando seu cargo função - fazendo menção expressa que se relaciona ao Processo Seletivo Simplificado objeto deste Edital.

8. DA ESCOLHA DE VAGA

8.1 - A escolha da vaga ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e será realizada pela Secretaria Municipal de Administração através do Departamento de Recursos Humanos.

8.2 - A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato não podendo ser realizada por meio de procuração;

8.3 - No surgimento de vagas caberá a Secretaria Municipal de Administração através do Departamento de Recursos Humanos realizar a chamada para contratação via telefone, email ou através de correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, com aviso de recebimento (AR);

8.4 O candidato terá o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados a partir da data de recebimento da comunicação via telefone, e-mail ou de correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, com aviso de recebimento (AR), para se apresentar.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 O Poder Executivo do Município de São Bento do Sul - SC não se responsabiliza por eventual prejuízo do candidato na fase de admissão, decorrentes de:

- a) endereço não atualizado;
- b) endereço de difícil acesso;
- c) correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;
- d) correspondência recebida por terceiros.

9.2. Durante o prazo de validade do Processo Seletivo o candidato aprovado deverá manter seu endereço atualizado, devendo em caso de alteração do mesmo comunicar oficialmente ao

- Departamento de Recursos Humanos.

9.3. Durante o prazo de validade do Processo Seletivo, será respeitada a ordem de classificação obtida pelos candidatos para admissão nas vagas existentes ou que porventura vierem a existir, de acordo com suas necessidades e disponibilidade financeira, não havendo obrigatoriedade de contratação de todos os candidatos.

9.4 Os casos omissos e situações não previstas neste edital, serão analisadas e deferidas pela Comissão Organizadora deste Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal de São Bento do Sul.

9.5 A homologação do resultado deste Processo Seletivo Simplificado será efetuada por cargo função.

9.6 O Edital, resultado final e homologação serão publicados no Diário dos Municípios e disponibilizados no "site" www.saobentodosul.sc.gov.br - no link /EditaisRH

9.7 É vedada a inscrição neste Processo Seletivo Simplificado de quaisquer membros da Comissão organizadora.

9.8 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação das condições estabelecidas no teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

9.9 Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo.

São Bento do Sul-SC, 09 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2015 FMD

EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2015 - FMD

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, e a Empresa AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA - ME.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na Prestação de Serviços de Arbitragem para os Campeonatos realizados pela Fundação Municipal de Desportos no ano de 2015, conforme Pregão Presencial nº 003/2015, de 29 de janeiro de 2015.

DO VALOR: R\$ 75.583,20 - Valor Total

DA VIGÊNCIA: 9 (nove) meses e 30 (trinta) dias, a contar de 02 de março de 2015 e a terminar em 31 de dezembro de 2015.

São Bento do Sul, 02 de março de 2015.

ASS: HÉLCIO CARLOS LIEBL, pela Fundação.

AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA - ME, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2015 FMD

EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2015 - FMD

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, e a Empresa ROSEMARY FURST XAVIER BRANCO - ME.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na Prestação de Serviços de Mão de Obra de Eletricista, para Instalações e Manutenções na Fundação Municipal de Desportos e seus Departamentos (Centro de Treinamento da Ginástica Olímpica, Ginásio de Esportes Annes Gualberto e Piscina Pública Municipal), conforme Compra Direta nº 046/2015, de 02 de março de 2015.

DO VALOR: R\$ 7.840,00 - Valor Total

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 04 de março de 2015 e a terminar em 03 de março de 2016.

São Bento do Sul, 04 de março de 2015.
ASS: HÉLCIO CARLOS LIEBL, pela Fundação.
ROSEMARI FURST XAVIER BRANCO - ME, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 011/2015 FMD

EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2015 - FMD

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, e a Empresa LAVAÇÃO TAIÓ LTDA - ME.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na Prestação de Serviços de Lavagem e Pulverização dos veículos da Fundação Municipal de Desportos do Município de São Bento do Sul no ano de 2015, conforme Compra Direta nº 047/2015, de 02 de março de 2015.

DO VALOR: R\$ 3.800,00 - Valor Total

DA VIGÊNCIA: 9 (nove) meses e 27 (vinte e sete) dias, a contar de 04 de março de 2015 e a terminar em 31 de dezembro de 2015

São Bento do Sul, 04 de março de 2015.
ASS: HÉLCIO CARLOS LIEBL, pela Fundação.
LAVAÇÃO TAIÓ LTDA - ME, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 082/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 082/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Publicidade que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa EDITORA A GAZETA DO NORTE LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa jornalística de grande circulação no planalto norte de Santa Catarina, para fins de publicação de atos oficiais do Município, pelo período de até 60 meses, conforme Pregão Presencial nº 36/2015.

DO VALOR: R\$ 34.500,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 27 de fevereiro de 2015.
ASS: ALCIONEI FRANÇA DA SILVA, pela Secretaria de Administração do Município.
EDITORA A GAZETA DO NORTE LTDA, como Contratada.

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2015 FMS

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS ALOPÁTICOS, ÉTICOS, SIMILARES E GENÉRICOS PRESCRITO POR MÉDICOS PARA PACIENTES DO SUS DESTES MUNICÍPIO, CONFORME REVISTA ABC FARMA, QUE NÃO FAÇAM PARTE DA FARMÁCIA BÁSICA, PELO PERÍODO DE 03 MESES OU DA HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO 22/2015.

II - Contratado: Cia Latino Americana de Medicamentos

III - Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação:

Caracterização da Situação Emergencial que Justifica a Dispensa:

A Dispensa de Licitação se funda no art. 24, IV, da Lei 8.666/93. A Dispensa de Licitação se exige devido a esta Administração Municipal ter instaurado o edital de Pregão Presencial nº 2/2015 FMS, para contratação de empresa especializada para fornecimento de medicamentos alopáticos, éticos, similares e genéricos prescrito por médicos para pacientes do SUS deste município, conforme revista abc farma, que não façam parte da farmácia básica. Contudo, o referido processo licitatório foi prejudicado, pois a única empresa a apresentar proposta foi inabilitada por falta de documentação.

Assim sendo faz-se necessária a contratação emergencial dos serviços até que estes sejam regularmente outorgados por meio de processo licitatório, por tratar-se de situação que envolve saúde pública e acesso da população à serviços públicos essenciais. Não é preciso maiores divagações para demonstrar a impossibilidade de paralisação dos referidos serviços, até a conclusão do processo licitatório que se encontra em franco andamento, sem que ocorram prejuízos à saúde pública.

Em relação à justificativa do valor foi efetuado pelo Fundo Municipal de Saúde três orçamentos para se estabelecer o melhor desconto referente a revista abc farma para a aquisição dos medicamentos. Onde se estabeleceu a empresa CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS, com um desconto de 15% sobre o valor referente como a melhor oferta.

São Bento do Sul/SC, 06 de março de 2014.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

Deodato Raul Hruschka
Presidente Fundo Municipal de Saúde

LEI Nº 3479/2015

LEI Nº 3479, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA REPASSE DE CONTRIBUIÇÃO PARA SÃO BENTO MOTOR CLUBE

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. O Poder Executivo Municipal fica autorizado a repassar ao São Bento Motor Clube, inscrito no CNPJ sob nº 83.787.432/0001-11, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em parcela única.

Art. 2º. O valor repassado destina-se a custear parte das despesas para realização da 1ª Etapa do Campeonato Catarinense de Automobilismo, nos dias 13 e 14 de março do corrente ano, de acordo com o plano de trabalho constante no Processo Administrativo nº 1212/2015.

Art. 3º. A prestação de contas dos recursos repassados deverá ser feita junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 - que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e firmar convênio com o Município de São Bento do Sul, e o Decreto nº 0098/2013 - que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º. O beneficiário prestará contas dos recursos em até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento, sob pena de ressarcimento ao município.

Art. 5º. As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de março de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 091, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.**

Portaria/SAMAE/SBS Nº 091, de 09 de fevereiro de 2015.
"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085/15, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao servidor VALDIR DOS SANTOS ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS OPERACIONAIS, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2º - As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão de 09/03/2015 a 28/03/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 72 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 72 de 04 de março de 2015.
"DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR os servidores OSNI PAULO LANGA, matrícula nº 480 e FERNANDO JOSÉ SCHWETLER, matrícula nº 453, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 03/2015, firmado com a empresa SEGVILLE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI - EPP, CNPJ: 14.576.552/0001-57.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 084, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

Portaria/SAMAE/SBS Nº 084, de 09 de fevereiro de 2015.
"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085/15, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada

pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao servidor JOEL PIRES DE LIMA ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, lotado nesta Autarquia, 30 (trinta) dias de férias referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º - As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão de 09/03/2015 a 07/04/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 085, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

Portaria/SAMAE/SBS Nº 085, de 09 de fevereiro de 2015.
"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085/15, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao servidor CLEIA REGINA HIRT ocupante do cargo de provimento efetivo de TELEFONISTA, lotado nesta Autarquia, 30 (trinta) dias de férias referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2º - As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão de 16/03/2015 a 14/03/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 086, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

Portaria/SAMAE/SBS Nº 086, de 09 de fevereiro de 2015.
"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085/15, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao servidor ELOIR SEBASTIÃO ANDRÉ ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE REDE DE ÁGUA E ESGOTO, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2º - As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão de 23/03/2015 a 11/04/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 087, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

Portaria/SAMAE/SBS Nº 087, de 09 de fevereiro de 2015.
"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085/15, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao servidor FRIDOLINO VAN DEN BOOM ocupante do cargo de provimento efetivo de ANALISTA DE SANEAMENTO II, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º - As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão de 09/03/2015 a 28/03/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 088, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

Portaria/SAMAE/SBS Nº 088, de 09 de fevereiro de 2015.
"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085/15, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao servidor IVANA APARECIDA PEREIRA ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE ETA/ETE, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º - As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão de 09/03/2015 a 28/03/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 089, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

Portaria/SAMAE/SBS Nº 089, de 09 de fevereiro de 2015.
"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085/15, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao servidor MARCOS LUÍS PEREIRA DUARTE ocupante do cargo de provimento efetivo de ANALISTA DE SANEAMENTO I, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º - As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão de 12/03/2015 a 31/03/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 090, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

Portaria/SAMAE/SBS Nº 090, de 09 de fevereiro de 2015.
"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085/15, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao servidor RUBENS AUERBACH ocupante do cargo de provimento efetivo de LEITURISTA, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2º - As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão de 09/03/2015 a 28/03/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 24 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 24 de 04 de março de 2015.
"DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de

representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR o servidor VALDIR GROSSKOPF matrícula nº 381, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 16/2014, firmado com a empresa BAVÁRIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ: 06.339.641/0003-13.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 25 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 25 de 04 de março de 2015.

"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR o servidor VALDIR GROSSKOPF matrícula nº 381, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 17/2014, firmado com a empresa OFICINA AUTO SERVICE LTDA. - EPP, CNPJ: 72.519.200/0001-66.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 26 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 26 de 04 de março de 2015.

"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR o servidor VALDECIR RIBEIRO matrícula nº 330, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 18/2014, firmado com a empresa CATARINENSE ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA, CNPJ: 03.720.956/0001-56.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 27 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 27 de 04 de março de 2015.

"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR os servidores OLEGÁRIO SLUMINSKI matrícula nº 90 e RONEI LAERCIO ALVES LOURENÇO matrícula nº 415, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 20/2014, firmado com a empresa BANCO BRACCE S.A.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 28 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 28 de 04 de março de 2015.

"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR os servidores OLEGÁRIO SLUMINSKI matrícula nº 90 e RONEI LAERCIO ALVES LOURENÇO matrícula nº 415, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 21/2014, firmado com a empresa BANCO ITAÚ UNBANCO S.A.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 29 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 29 de 04 de março de 2015.

"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR os servidores OLEGÁRIO SLUMINSKI matrícula nº 90 e RONEI LAERCIO ALVES LOURENÇO matrícula nº 415, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 22/2014, firmado com a empresa BANCO BANRISUL - BANCO DO ESTADO DO RS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 30 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 30 de 04 de março de 2015.

“DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO”

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR os servidores OLEGÁRIO SLUMINSKI matrícula nº 90 e RONEI LAERCIO ALVES LOURENÇO matrícula nº 415, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 23/2014, firmado com a empresa BANCO BRADESCO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 31 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 31 de 04 de março de 2015.

“DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO”

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR os servidores OLEGÁRIO SLUMINSKI matrícula nº 90 e RONEI LAERCIO ALVES LOURENÇO matrícula nº 415, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 24/2014, firmado com a empresa BANCO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 32 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 32 de 04 de março de 2015.

“DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO”

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de

representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR os servidores OLEGÁRIO SLUMINSKI matrícula nº 90 e RONEI LAERCIO ALVES LOURENÇO matrícula nº 415, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 25/2014, firmado com a empresa BANCO DO BRASIL.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 33 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 33 de 04 de março de 2015.

“DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO”

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR os servidores OLEGÁRIO SLUMINSKI matrícula nº 90 e RONEI LAERCIO ALVES LOURENÇO matrícula nº 415, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 26/2014, firmado com a empresa BANCO HSBC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 34 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 34 de 04 de março de 2015.

“DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO”

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR os servidores OLEGÁRIO SLUMINSKI matrícula nº 90 e RONEI LAERCIO ALVES LOURENÇO matrícula nº 415, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 27/2014, firmado com a empresa BANCO CECRED - COOPERATIVA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 35 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 35 de 04 de março de 2015.

“DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO”

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR os servidores OLEGÁRIO SLUMINSKI matrícula nº 90 e RONEI LAERCIO ALVES LOURENÇO matrícula nº 415, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 28/2014, firmado com a empresa BANCO SANTANDER S.A.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 36 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 36 de 04 de março de 2015.

“DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO”

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR os servidores MARIA LOURDES SPERKA, matrícula nº 400 e OSVALCIR PETERS, matrícula nº 355, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 31/2014, firmado com a empresa ENKLE SOLUÇÕES CIBERNÉTICAS LTDA.-ME, CNPJ: 10.592.674/0001-86.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 37 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 37 de 04 de março de 2015.

“DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO”

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR os servidores MARIA LOURDES SPERKA, matrícula nº 400 e OSVALCIR PETERS, matrícula nº 355, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 32/2014,

firmado com a empresa PRIME TREINAMENTOS ESPECIAIS LTDA, CNPJ: 06.279.171/0001-88.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 38 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 38 de 04 de março de 2015.

“DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO”

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR o servidor VALDIR GROSSKOPF matrícula nº 381, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 37/2014, firmado com a empresa HIDROPEÇAS COM. DE PEÇAS E ACCESS. P/ VEÍCULOS LTDA, CNPJ: 09.553.003/0001-27.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 39 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 39 de 04 de março de 2015.

“DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO”

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR o servidor VALDIR GROSSKOPF matrícula nº 381, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 38/2014, firmado com a empresa VERONEZI E CIA LTDA - EPP, CNPJ: 00.087.797/0001-06.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 40 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 40 de 04 de março de 2015.
"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR os servidores OLEGÁRIO SLUMINSKI matrícula nº 90 e RONEI LAERCIO ALVES LOURENÇO matrícula nº 415, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 39/2014, firmado com a empresa BANCO SICREDI COOPERATIVO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 41 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 41 de 04 de março de 2015.
"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR o servidor OSNI PAULO LANGA, matrícula nº 480, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 42/2014, firmado com a empresa SEGVILLE VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI - EPP, CNPJ: 14.576.552/0001-57.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 42 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 42 de 04 de março de 2015.
"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR o servidor OSNI PAULO LANGA, matrícula nº 480, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 46/2014, firmado com a empresa CRISTIAN DIAS - ME, CNPJ: 20.151.438/0001-88.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 43 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 43 de 04 de março de 2015.
"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR o servidor FERNANDO JOSÉ SCHWETLER, matrícula nº 453, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 47/2014, firmado com a empresa DRYLLER COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE HIDRÓXIDOS LTDA, CNPJ: 08.444.204/0002-04.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 44 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 44 de 04 de março de 2015.
"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR os servidores IVANA APARECIDA PEREIRA, matrícula nº 370 e GENÉSIO ALCINDO KOBUS, matrícula nº 366, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 52/2014, firmado com a empresa CONTINENTAL EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA - ME, CNPJ: 17.130.283/0001-99.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 45 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 45 de 04 de março de 2015.
"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR o servidor VALDECIR RIBEIRO matrícula nº 330, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 53/2014, firmado com a empresa ADEMIR BERTOLI - ME, CNPJ: 01.546.380/0001-27.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 46 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 46 de 04 de março de 2015.
"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º Designar a servidora IVANA APARECIDA PEREIRA matrícula nº 370, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 58/2014, firmado com a empresa BSA - BUREAU DESERVIÇOS EM ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA, CNPJ: 06.157.369/0001-99.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 47 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 47 de 04 de março de 2015.
"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR o servidor JOSÉ AULISIO DOS SANTOS, matrícula nº 470, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 59/2014, firmado com a empresa AMBIENTAL AJARDINAMENTOS LTDA - ME, CNPJ: 10.280.929/0001-75.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 48 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 48 de 04 de março de 2015.
"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR o servidor ZENILDO JOÃO FERREIRA DE FRANÇA matrícula nº 423, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 61/2014, firmado com a empresa TERRAPLANAGEM CHAVES LTDA. - ME, CNPJ: 03.047.666/0001-93.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 49 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 49 de 04 de março de 2015.
"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR os servidores IVANA APARECIDA PEREIRA, matrícula nº 370 e GENÉSIO ALCINDO KOBUS, matrícula nº 366, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 62/2014, firmado com a empresa CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTOS LTDA, CNPJ: 82.130.170/0001-55.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 50 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 50 de 04 de março de 2015.

"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º Designar o servidor RONEI LAERCIO ALVES LOURENÇO, matrícula nº 415, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 63/2014, firmado com a empresa SANEGRAPH CONSULTORIA EM SISTEMAS DE INFORMÁTICA E SANEAMENTO S/S LTDA, CNPJ: 01.903.128/0001-28.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 51 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 51 de 04 de março de 2015.

"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR o servidor RENATO JOSÉ QUOST, matrícula nº 332, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 64/2014, firmado com a empresa BANRISUL CARTÕES S.A, CNPJ: 92.934.215/0001-06.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 52 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 52 de 04 de março de 2015.

"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR os servidores MARIA LOURDES SPERKA, matrícula nº 400 e OSVALCIR PETERS, matrícula nº 355, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 65/2014,

firmado com a empresa MERKADIA INTERNET EIRELI - ME, CNPJ: 07.829.299/0001-30.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 53 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 53 de 04 de março de 2015.

"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR os servidores OLEGÁRIO SLUMINSKI matrícula nº 90 e RONEI LAERCIO ALVES LOURENÇO matrícula nº 415, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 66/2014, firmado com a empresa BANCO BANCOOB - COOPERATIVO DO BRASIL S/A.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 54 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 54 de 04 de março de 2015.

"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR o servidor VALDIR GROSSKOPF matrícula nº 381, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 68/2014, firmado com a empresa MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, CNPJ: 61.074.175/0001-38.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 55 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 55 de 04 de março de 2015.

"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR o servidor JOSÉ AULISIO DOS SANTOS, matrícula nº 470, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 71/2014, firmado com a empresa AMBIENTAL AJARDINAMENTOS LTDA - ME, CNPJ: 10.280.929/0001-75.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 56 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 56 de 04 de março de 2015.

"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação especial de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR o servidor VALDIR GROSSKOPF matrícula nº 381, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 72/2014, firmado com a empresa OFICINA AUTO SERVICE LTDA. - EPP, CNPJ: 72.519.200/0001-66.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 57 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 57 de 04 de março de 2015.

"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR os servidores IVANA APARECIDA PEREIRA, matrícula nº 370 e ANTÔNIO VALDEMIR BAIER, matrícula nº 446, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 74/2014, firmado com a empresa CONTINENTAL EMPREITEIRA

DE MÃO DE OBRA LTDA - ME, CNPJ: 17.130.283/0001-99.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 58 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 58 de 04 de março de 2015.

"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR o servidor FERNANDO JOSÉ SCHWETLER, matrícula nº 453, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 78/2014, firmado com a empresa QUIMISA S/A, CNPJ: 43.683.069/0001-70.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 59 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 59 de 04 de março de 2015.

"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR a servidora IVANA APARECIDA PEREIRA, matrícula nº 370, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 83/2014, firmado com a empresa SOLO ENGENHARIA LTDA.-ME, CNPJ: 08.743.714/0001-00.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 60 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 60 de 04 de março de 2015.

"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º Designar os servidores IVANA APARECIDA PEREIRA matrícula nº 370 e VALDECIR RIBEIRO matrícula nº 330, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 85/2014, firmado com a empresa TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES INDUSTRIAIS LTDA, CNPJ: 77.371789/0001-11.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 61 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 61 de 04 de março de 2015.

"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR o servidor ANTÔNIO VALDEMIR BAIER, matrícula nº 446, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 86/2014, firmado com a empresa SANEBRÁS SANEAMENTO LTDA - ME, CNPJ: 83.621.284/0001-60.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 62 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 62 de 04 de março de 2015.

"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR os servidores FERNANDO JOSÉ SCHWETLER, matrícula nº 453 e MARCOS ANTONIO LEITHOLD, matrícula nº 391, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato

nº 87/2014, firmado com a empresa DRJ RÁDIOCOMUNICAÇÃO LTDA - ME, CNPJ: 83.159.087/0001-71.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 63 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 63 de 04 de março de 2015.

"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR o servidor VALDIR GROSSKOPF matrícula nº 381, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 88/2014, firmado com a empresa MAGALY CELISA DEORACKI MACHADO - MEI, CNPJ: 18.319405/0001-52.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 64 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 64 de 04 de março de 2015.

"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º Designar o servidor MARCOS GERTLER matrícula nº 162, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 92/2014, firmado com a empresa SOLO E ROCHA SONDAGENS E ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 10.841.143/0001-80.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 65 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 65 de 04 de março de 2015.
"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º Designar a servidora IVANA APARECIDA PEREIRA matrícula nº 370, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 93/2014, firmado com a empresa TERRAPLANAGEM CHAVES LTDA. - ME, CNPJ: 03.047.666/0001-93.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 66 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 66 de 04 de março de 2015.
"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º Designar a servidora IVANA APARECIDA PEREIRA matrícula nº 370, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 94/2014, firmado com a empresa HIDROMEYER ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA - ME, CNPJ: 07.353.837/0001-63.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 67 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 67 de 04 de março de 2015.
"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR o servidor PAULO SCHWIRKOWSKI, matrícula nº 474, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 95/2014, firmado com a empresa LASKE & FEYH S/S DE ADVOCACIA, CNPJ: 00.532.330/0001-28.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 68 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 68 de 04 de março de 2015.
"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR o servidor PAULO SCHWIRKOWSKI, matrícula nº 474, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 96/2014, firmado com a empresa ANCORA PRIME ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA - ME, CNPJ: 00.564.860/0001-58.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 69 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 69 de 04 de março de 2015.
"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR o servidor ANTÔNIO VALDEMIR BAIER, matrícula nº 446, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 98/2014, firmado com a empresa SANEBRÁS SANEAMENTO LTDA - ME, CNPJ: 83.621.284/0001-60.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 70 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 70 de 04 de março de 2015.

“DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO”

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º Designar a servidora IVANA APARECIDA PEREIRA matrícula nº 370, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 99/2014, firmado com a empresa BSA - BUREAU DESERVIÇOS EM ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA, CNPJ: 06.157.369/0001-99.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 71 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 71 de 04 de março de 2015.

“DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO”

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR os servidores IVANA APARECIDA PEREIRA, matrícula nº 370 e LUCIANO SOJI SASSAKI, matrícula nº 476, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 01/2015, firmado com a empresa CONSTRUTORA INCORPORADORA JARAGUA LTDA, CNPJ nº 84.433.705/0001-92.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 73 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 73 de 04 de março de 2015.

“DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO”

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR os servidores IVANA APARECIDA PEREIRA, matrícula nº 370 e LUCIANO SOJI SASSAKI, matrícula nº 476, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº

04/2015, firmado com a empresa SUB MAR Serviços Subaquáticos Ltda - ME, CNPJ: 01.333709/0001-71.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 74 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 74 de 04 de março de 2015.

“DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO”

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR os servidores IVANA APARECIDA PEREIRA, matrícula nº 370 e LUCIANO SOJI SASSAKI, matrícula nº 476, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 04/2015, firmado com a empresa RESTELO CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA - EPP, CNPJ: 08.431.343/0001-12.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 75 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 75 de 04 de março de 2015.

“DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO”

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR os servidores OSNI PAULO LANGA, matrícula nº 480 e IVANA APARECIDA PEREIRA, matrícula nº 370, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 06/2015, firmado com o RANIERI RENATO RONCHI, CPF Nº 589.872.319-68.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 76 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 76 de 04 de março de 2015.
"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º Designar o servidor ABEL VOLINGER DOS SANTOS, matrícula nº 469, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 07/2015, firmado com a empresa TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES INDUSTRIAIS LTDA, CNPJ: CNPJ/MF nº. 77.371789/0001-11.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 77 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 77 de 04 de março de 2015.
"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR o servidor KARLA SOFIA DIENER CUBAS, matrícula nº 479, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 08/2015, firmado com a empresa SOFTEXPERT SOFTWARE S.A, CNPJ: 00.449.824/0001-43.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 78 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 78 de 04 de março de 2015.
"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR os servidores MARIA LOURDES SPERKA, matrícula nº 400 e OSVALCIR PETERS, matrícula nº 355, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 09/2015, firmado com a empresa WBT INTERNET LTDA. - EPP, CNPJ:

10.783.976/0001-31.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 79 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 79 de 04 de março de 2015.
"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR os servidores IVANA APARECIDA PEREIRA, matrícula nº 370 e LUCIANO SOJI SASSAKI, matrícula nº 476, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 10/2015, firmado com a empresa CONSTRUTORA INCORPORADORA JARAGUA LTDA, CNPJ nº 84.433.705/0001-92.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 80 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 80 de 04 de março de 2015.
"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR o servidor RENATO JOSÉ QUOST, matrícula nº 332, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 12/2015, firmado com a empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 79.283.065/0001-41.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 81 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 81 de 04 de março de 2015.
"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR o servidor RENATO JOSÉ QUOST, matrícula nº 332, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 14/2015, firmado com a empresa CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTÁGIOS CIN, CNPJ: 03.233.240/0001-24.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 82 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 82 de 04 de março de 2015.
"DESIGNA SERVIDOR PARA
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul/SC, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que determina a designação de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos, resolve:

Art. 1º DESIGNAR o servidor PAULO SCHWIRKOWSKI, matrícula nº 474, em caráter especial para proceder à fiscalização do contrato nº 15/2015, firmado com a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, CNPJ: 00.456.865/0001-67.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

São Carlos**PREFEITURA****AVISO N.29/2015 - CONVITE**

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Aviso de Licitação
Processo Adm. Nº.29/2015
Edital:Convite p/compras e serv.- N.29/2015.

Tipo : Menor preço

Objeto:Contratação de serviços profissionais de assessoria, consultoria com vistas ao planejamento em controle interno. Entrega dos Envelopes:08:30hrs -dia 20de março de 2015.Abertura dos Envelopes:08:30 horas- dia 20 de março de 2015.O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Demetrio Lorenz, 747, nos dias úteis, das Segunda/ Sexta, horário de expediente, fone 014 493325.3000.

São Carlos, 10 de março de 2015-
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

AVISO N.30/2015-DISPENSA

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Processo Adm. Nº.:30/2015
Edital:Dispensa de Lic p/ e Serv. N. 30/2015
Tipo : Preço compatível ao praticado no Mercado
Objeto: locação de imóvel p exploração de serviços de estacionamento na VII Expainco 2015
Contratado: GUIOMAR ROBERTO KLAUS
Valor : R\$2.600,00(dois mil e seiscentos reais))
Justificativa: Fundamentada no art 24 , inciso V da Lei Lic. N.8666/93.Vigência: até 30.03.2015

SAO CARLOS, 10 de março de 2015-
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

NOTA DE ANULAÇÃO PROC N.12/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS
CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Demétrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 -São Carlos -SC
OUTRAS MODALIDADES Nr.: 12/2015 -OU
Processo Administrativo: 12/2015 Processo de Licitação: 12/2015
Data do Processo: 04/02/2015
Objeto: PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIO-FEIRA E ESTACIONAMENTO NAS FESTIVIDADE DA VII EXPAINCO
2015 Motivo: NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 4 / 2015
O PROPONENTE PARTICIPANTE FOI DESCLASSIFICADA CFME ART 9º DA LEI 8.666/93

São Carlos, 9 de Março de 2015
-CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

RESUMO CONT N14-2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.:14 /2015

Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

Contratada...:OK EVENTOS E MONTAGEM LTDA - ME

Objeto :CONTRATAÇÃO DE LOCAÇÃO COM MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS

P/SHOWS - CFME TABELA EM ANEXO - RIDER DOS ARTISTAS CHIMARRUTS E MILIONÁRIO

JOSÉ RICO

Valor :R\$92.500,00(noventa e dois mil e quinhentos reais)

Vigência :30.09.2015

Licitação :20/2015

SAO CARLOS, 04 de março de 2015.

CLEOMAR WEBER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

São Domingos**PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO N. 028/2015**

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 028/2015 - INEXIGIBILIDADE N. 003/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O GRUPO TALAGAÇO NO DIA 11 DE ABRIL DE 2015, EM COMEMORAÇÃO AO 52º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO - ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC.

Com base nas informações constantes no Processo Licitatório n. 028/2015, referente à inexigibilidade n. 003/2015, bem como no parecer emitido pela Assessoria Jurídica e em cumprimento aos termos do artigo 26, caput, da Lei n. 8.666/93, e alterações posteriores, ACOLHO O RELATÓRIO e RATIFICO a inexigibilidade 003/2015, em favor da empresa Talagaço Promoções Artísticas Ltda ME, CNPJ n. 05.149.008/0001-38, com o valor total de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), fundamentada no Art. 25, III, da Lei n. 8.666/93 e suas alterações.

Publique-se e cumpra-se.

São Domingos, 10 de março de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

São Joaquim**PREFEITURA****PROCESSO 06/2015 FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 06/2015

PREGÃO PRESENCIAL 05/2015 - REGISTRO DE PREÇO

(cotas reservada de até 25% para Microempresa e Empresas de Pequeno Porte)

OBJETO: Aquisição de medicamento para Farmácia Básica, SAMU e Processos Judiciais.

Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 24/03/2015 às 09:30 horas

Valor estimado: R\$: 524.086,12

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 10 de março de 2015.

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

São José**PREFEITURA****ABERTURA DO LEILÃO PÚBLICO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E BENS INSERVÍVEIS Nº 001/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DO LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2014 - Processo nº 400/2014. 1. OBJETO: Leilão público de veículos, equipamentos e bens inservíveis. 2. PRAZOS: Os lances ocorrerão no dia 26 de Março de 2015 a partir das 14h30min (com previsão de duração até as 18h00min), no Galpão do Patrimônio, Rodovia BR 101, km 200, nº 4.983, Serraria, São José/SC (Fone: (48) 32581402). 3. OBTENÇÃO DO EDITAL: o Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações do Município de São José/SC, no horário das 13h00min às 18h00min, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100

Waldemar Bornhausen Neto

Secretário de Administração

CONTRATO/CT: Nº 008/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 008/2015 - PR 115/2014 - Processo 294/2014 - Contratado: UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO. Objeto: Contratação de empresa para prestar serviços de assistência à saúde, na segmentação ambulatorial hospitalar com obstetrícia, com preço mensal por usuário inscrito e coparticipação de 50% em consultas, exames e terapias, registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com atendimento e cobertura na região da Grande Florianópolis, compreendidos os municípios de Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Canelinha, Florianópolis, Garopaba, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São João Batista, São José, São Pedro de Alcântara e Tijucas, utilizando-se de profissionais, clínicas, hospitais e laboratórios próprios, contratados ou referenciados, sob forma de plano privado de assistência à saúde. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 01 (um) ano, contados a partir deste termo. Valor: R\$145,00 (cento e quarenta e cinco reais) por beneficiário inscrito. Data da Assinatura do Contrato: 27 de janeiro de 2015.

CONTRATO/CT: Nº 018/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 018/2015 - TP 028/2014 - Processo 350/2014 - Contratado: ANDRESUL EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA. Objeto: Contratação de empresa para readequação da sala de apoio/estudos, troca de forro e instalações elétricas, GLP e prevenção de incêndio na unidade CEI Los Angeles, São José/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 210 (duzentos e dez) dias, contados a partir deste termo e o prazo de execução será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da assinatura da Autorização de Execução de Serviços. Valor: R\$67.075,81 (sessenta e sete mil, setenta e cinco reais e oitenta e um centavos). Data da Assinatura do Contrato: 13 de fevereiro de 2015.

DECRETO Nº 4059/2015

DECRETO Nº 4059/2015
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
RENATA MORGANA GOULART DE AMORIM	Agente Serviços Gerais	23/02/2015

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de fevereiro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4060/2015

DECRETO Nº 4060/2015
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013;

Embasado no Acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça SC, nos autos da apelação civil em mandato de segurança nº 064.00.001304-1, no que diz respeito à permanência de servidora gestante ou de licença gestação e parecer nº 700/2013/PGM;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam dispensadas as seguintes servidoras, admitidas por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA DE DISPENSA
ANA PAULA MANOEL VIEIRA	Auxiliar de Sala	25/02/2015
DAIANE CATARINA CIPOLATO GOMES	Auxiliar de Sala	23/02/2015
LEILANE STEFFENS	Auxiliar de Ensino	24/02/2015

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de fevereiro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4076/2015

DECRETO Nº 4076/2015
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 001/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. ANDRÉ LINHARES DA SILVA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Analista Jurídico, com carga horária de 30 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de março de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4077/2015

DECRETO Nº 4077/2015
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 001/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. GUSTAVO COELHO RIBEIRO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Contador, com carga horária de 30 horas semanais, com lotação na Secretaria de Finanças.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de março de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4100/2015

DECRETO Nº 4.100/2015

TORNA SEM EFEITO O DECRETO Nº 3.695/2014

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que a servidora desistiu da vaga,

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o decreto nº 3.695/2014, datado de 18/12/2014, que nomeia a senhora ANA LUCIA BATISTA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4101/2015

DECRETO Nº 4.101/2015

TORNA SEM EFEITO O DECRETO Nº 3.645/2014

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que a servidora desistiu da vaga,

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o decreto nº 3.645/2014, datado de 18/12/2014, que nomeia a senhora LETICIA SILVEIRA SEGATA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4102/2015

DECRETO Nº 4.102/2015

TORNA SEM EFEITO O DECRETO Nº 3.591/2014

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que a servidora desistiu da vaga,

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o decreto nº 3.591/2014, datado de 18/12/2014, que nomeia a senhora KALLINE FRANCIELE CAMBOIM para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4103/2015

DECRETO Nº 4.103/2015

TORNA SEM EFEITO O DECRETO Nº 3.701/2014

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que a servidora desistiu da vaga,

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o decreto nº 3.701/2014, datado de 18/12/2014, que nomeia a senhora MARCIA DA SILVA FALCAO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4104/2015

DECRETO Nº 4.104/2015

TORNA SEM EFEITO O DECRETO Nº 3.554/2014

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que o servidor desistiu da vaga,

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o decreto nº 3.554/2014, datado de 18/12/2014, que nomeia o senhor DANIEL SWOBODA MURIALDO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4105/2015

DECRETO Nº 4.105/2015

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
ISABELA DA SILVA PEREIRA	Agente Serviços Gerais	02/03/2015

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4106/2015

DECRETO Nº 4.106/2015

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

NOME	CARGO	DATA
BIANCA DE SOUZA	Professor-H	02/03/2015
DEBORA DE FARIAS FRAGA FARACO	Professor-M	02/03/2015
DIEGO GRASEL BARBOSA	Professor-H	02/03/2015
ELAINE MARIA MARTINS	Professor-H	02/03/2015
ELIANA DE ANDRADE	Auxiliar de Ensino	02/03/2015
ELIANE DA SILVA II	Auxiliar de Ensino	02/03/2015
LARA KRISTIAN SCHERER	Auxiliar de Ensino	02/03/2015
NOEMY CRUZ DE ALMEIDA	Professor-M	02/03/2015
RAFAEL FERREIRA DE OLIVEIRA	Professor-H	02/03/2015
RENATA CRISTINI DA ROSA	Auxiliar de Ensino	02/03/2015
SILVANA LAURECI CHAVES DA SILVA	Auxiliar de Ensino	02/03/2015
SIMONE APARECIDA DE AMORIM	Professor-M	02/03/2015

Art. 1º - Ficam dispensados, a pedido, os seguintes servidores, admitidos por Processo Seletivo.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 4107/2015

DECRETO Nº 4.107/2015

EXONERA SERVIDOR DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora LAIANA DE FATIMA BOBATO ORKIEL, portadora do CPF nº 049.296.199-98, concursada, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com uma carga horária semanal correspondente a 22 horas aulas, com exercício de suas funções junto ao Centro Educacional Municipal Santa Terezinha.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/03/2015.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4108/2015

DECRETO Nº 4.108/2015

EXONERA SERVIDOR DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora ROSIANE ALTIVA DA SILVEIRA, portadora do CPF nº 004.867.809-02, concursada, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Ensino, com uma carga horária semanal correspondente a 20 horas, com exercício de suas funções junto ao Centro Educacional Municipal Santa Ana.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/03/2015.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4109/2015

DECRETO Nº 4.109/2015

EXONERA SERVIDOR DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora TANIA MARTINS SILVA, portadora do CPF nº 378.179.309-53, concursada, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Ensino, com uma carga horária semanal correspondente a 30 horas, com exercício de suas funções junto ao Centro de Educação Infantil Ondina Schmidt Gerlach.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/03/2015.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4110/2015

DECRETO Nº 4.110/2015

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2014, datado de 22 de setembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam contratados para o ano letivo de 2015 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
ANA CAROLINA JUNKES	Auxiliar de Sala	40 Horas	02/03/2015
ANA LUCIA DE SOUZA II	Professor-M	40 Horas	02/03/2015
ANA PAULA BOMBAS-SARO	Professor-H	25 Horas Aulas	02/03/2015
ELAINE MARIA MARTINS	Professor-H	22 Horas Aulas	02/03/2015
JANE JORGE TAVARES	Auxiliar de Ensino	20 Horas	02/03/2015
JORGE RICARDO JARDIM FLOR	Professor-H	40 Horas Aulas	02/03/2015
JOSIANE PEREIRA DE FREITAS	Professor-M	40 Horas	02/03/2015
JULIANA DE ARAUJO HOFFMANN	Auxiliar de Sala	40 Horas	02/03/2015
KARINE SCHUTZ	Professor-H	40 Horas Aulas	02/03/2015
MARCIO JOSE SCHITZ	Professor-H	40 Horas Aulas	02/03/2015
MARIA AMELIA TESTA	Auxiliar de Ensino	30 Horas	02/03/2015
MARIA TATIANA ALVES DE CASTRO	Professor-M	20 Horas	02/03/2015
MAURICIO SZARAZGAT	Professor-H	24 Horas Aulas	02/03/2015
NELI JUNKES DA SILVA	Professor-H	37 Horas Aulas	02/03/2015
NILZA DE CASSIA LIMA	Professor-H	21 Horas Aulas	02/03/2015
REGIANE GESSER	Professor-M	20 Horas	02/03/2015
REGINA DA SILVA FARIA	Auxiliar de Ensino	20 Horas	02/03/2015
ROSANA CERQUEIRA DA SILVA	Professor-M	40 Horas	02/03/2015
SANDRA LUCIANA OLIVEIRA	Professor-M	40 Horas	02/03/2015
SCHEILA DUTRA	Auxiliar de Sala	40 Horas	02/03/2015
VALDECIR DE ARAUJO LOPES	Professor-M	30 Horas	02/03/2015
VANESSA DORONEI SILVEIRA	Professor-H	40 Horas Aulas	02/03/2015

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/03/2015.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4111/2015

DECRETO Nº 4.111/2015

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2014, datado de 22 de setembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam contratados para o ano letivo de 2015 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORARIA	DATA ADMISSÃO
ALESSANDRA DOS PASSOS	Auxiliar de Ensino	40 Horas	03/03/2015
ANDREA FERNANDES DEMICIANO DA SILVA	Auxiliar de Ensino	30 Horas	03/03/2015
CASSIA ALMIRA COELHO DA SILVA	Professor-H	37 Horas Aulas	03/03/2015
CLAUDIA ARRUDA DE SENNE	Professor-M	40 Horas	03/03/2015
CRISTIANI PIANEZZER MATOS	Professor-M	40 Horas	03/03/2015
JALICE APARECIDA MONTEIRO	Auxiliar de Ensino	20 Horas	03/03/2015
JUÇARA AZEVEDO NONATO	Auxiliar de Ensino	40 Horas	03/03/2015
JULIANA MARQUES DA SILVA	Professor-M	40 Horas	03/03/2015
LENISE TERESINHA MULLER MARQUES	Auxiliar de Ensino	20 Horas	03/03/2015
MARCELO LUIZ ZIMMERMANN	Professor-H	27 Horas Aulas	03/03/2015
RENETE MULLER	Professor-M	40 Horas	03/03/2015
SILVIA REGINA DA SILVEIRA PINTO	Auxiliar de Ensino	20 Horas	03/03/2015
VALDIR DOS SANTOS JUNIOR	Professor-H	39 Horas Aulas	03/03/2015

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/03/2015.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4113/2015

DECRETO Nº 4113/2015

INSTITUI O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos II, IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Fórum Municipal de Educação - FME, coordenado pela Secretaria Municipal de Educação de São José, de caráter permanente, que tem por finalidade elaborar, acompanhar e avaliar o plano municipal de educação e promover as articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum de Educação Estadual e demais municípios.

Art. 2º - Compete ao Fórum Municipal de Educação - FME:

I - Participar do processo de concepção, implementação e avaliação da política municipal de educação;

II - Elaborar, acompanhar e avaliar o Plano Municipal de Educação;

III - Elaborar seu regimento, bem como o da Conferência Municipal de Educação, para aprovação das metas do plano;

IV - Acompanhar e avaliar o processo de implementação das deliberações da Conferência Municipal de Educação e sua articulação com as deliberações das Conferências Estadual e Nacional de Educação;

V - Planejar e organizar espaços para discussão com a sociedade, visando o debate sobre as Políticas da Educação;

VI - Organizar, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, a Conferência Municipal de Educação.

Art. 3º - O Fórum Municipal de Educação será integrado por membros representantes dos seguintes órgãos e entidades:

- Secretaria Municipal de Educação - SME, representada por:

Direção de Ensino, Setor de Ensino Fundamental, Setor de Educação Infantil, Setor de Educação de Jovens e Adultos, Setor de Educação Especial, Setor de Educação Física, Setor de Programas Federais, Setor de Recursos Humanos, Setor de Escolas Profissionais, Setor Administrativo-Financeiro, Setor de Nutrição, Setor de Educação das Relações Étnico-Raciais e Gênero, Setor de Convênios e Filantrópicas, Casa do Educador;

- Associação de Pais e Amigos dos excepcionais - APAE

- Centro Universitário Municipal de São José - USJ

- Comissão da Criança e Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil

- Comissão de Educação e Cultura, Saúde, Assistência Social e Defesa do Consumidor da Câmara Municipal de Educação - CMSJ

- Conselho Tutelar Sede - CTSJ - Sede

- Conselho Municipal de Educação de São José - CME/SJ

- Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE

- Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José - FMCT/SJ

- Gerência Regional de Educação - GERED

- Secretaria Municipal de Assistência Social de São José - SMAS/SJ

- Secretaria Municipal de Saúde - SMS/SJ

- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC/SC

- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Santa Catarina - SENAI/SC

- Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina - SINEPE

- Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de São José - SINTRAM/SJ

Parágrafo Único - Demais órgãos ou entidades interessadas em participar, poderão inscrever-se, de acordo com as normas constantes no Regimento Interno.

Art. 5º - Os representantes de que trata o art. 4º deste Decreto, serão indicados pelos dirigentes dos órgãos e entidades a que pertencem e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único - Serão Indicados um titular e um suplente para cada órgão ou entidade, conforme art. 4º deste Decreto.

Art. 6º - Os representantes de que trata o art. 4º deste Decreto

não serão remunerados por sua atuação, a qualquer título, sendo o exercício de suas atividades considerado de relevante interesse público.

Art. 7º - A estrutura e os procedimentos operacionais do Fórum Municipal de Educação constarão do seu Regimento Interno, aprovado em reunião convocada para esse fim, observada as disposições deste decreto.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4117/2015

DECRETO Nº 4117/2015

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora VERA REGINA LUCIO do cargo de Vice Reitora Administrativa - CCM 9, com lotação na Fundação Municipal Educacional.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de março de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4118/2015

DECRETO Nº 4118/2015

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor CELSO JOÃO DE SOUZA JUNIOR do cargo de Chefe da Biblioteca Pública Municipal - CCM 3, com lotação na Fundação Municipal de Cultura e Turismo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de março de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4119/2015

DECRETO Nº 4119/2015

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital N.º 002/2014/SMS;

DECRETA:

Art.1º- Ficam admitidos os seguintes servidores contratados por processo seletivo, exercentes de funções temporárias:

	Servidor	Função	Secretaria	Carga Horária Contratação
I	Karoline Portilho	Técnico de Enfermagem	Secretaria de Saúde	30h/s
II	Aline Dutra Coelho	Técnico de Enfermagem da Família	Secretaria de Saúde	40h/s

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4120/2015

DECRETO Nº 4120/2015

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, LARISSA ANTONELLA AZEVEDO, Psicóloga, matrícula: 32.942-8, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 04 de março de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4121/2015

DECRETO Nº 4121/2015

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, TATIANI DA SILVA LINO, Assistente Social, matrícula: 35.631-0, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de março de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4122/2015

DECRETO Nº 4122/2015

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora EVANETE SCHIESLER DE SOUZA, matrícula: 3.085-6, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com lotação no Gabinete da Prefeita.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 25 de fevereiro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

RESULTADO INEXIGIBILIDADE Nº 022/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	Data: 09/03/2015 Processo: 416/2014
--	--

Resultado Inexigibilidade Nº 022/2014

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 416/2014 - Inexigibilidade Nº 022/2014

OBJETO: INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PARADIGMA BUSINESS SOLUTIONS S/A PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÕES LEGAL E TECNOLÓGICA E INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE COMPRAS ELETRÔNICAS WBC, UTILIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

1 - A Comissão Permanente de Licitação, com os poderes que lhe confere o Decreto nº 3.764/2015 de 09 de janeiro de 2015, após examinar todas as peças que integram o presente processo licitatório, conclui pela sua regularidade, observados os preceitos da Lei nº 8.666/1993.

2 - Após a abertura das propostas fica classificada a empresa abaixo:

Fornecedor	Lote	Item	Qtde	Valor Unitário	Valor Total do Item
PARADIGMA BUSINESS SOLUTIONS S/A	1	1	12,0	R\$ 18.144,33	R\$ 217.731,96

Valor Total	Valor Total Extenso
R\$ 217.731,96	duzentos e dezessete mil setecentos e trinta e um reais e noventa e seis centavos

São José, 09 de março de 2015.

CARLOS ALFREDO SCHMIDT Presidente / CPL	PAULO DUTRA Membro
--	-----------------------

KETY SILVA TRIERVEILER
Membro

RAMON S. CAMPOS MARTINS
Membro

REJANE MAGALI S. MEDEIROS
Membro

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO N.431/2015**

RESOLUÇÃO Nº. 431, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

CRIA O SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, inciso III, "a", c/c art. 74, II, "a", 1, do Regimento Interno instituído pela Resolução nº. 164, de 20 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica criado o Serviço de Informações ao Cidadão vinculado à Chefe de Gabinete, com a finalidade de coordenar a gestão dos pedidos de acesso à informação no âmbito da Câmara Municipal de São José.

Art. 2º - Compete ao Serviço de Informações ao Cidadão:

- I - receber pedidos de acesso à informação;
- II - repassar os pedidos às unidades competentes para a resposta;
- III - acompanhar a tramitação dos pedidos;
- IV - monitorar o cumprimento dos prazos para fornecimento da informação pelas unidades;
- V - receber as informações produzidas pelas unidades competentes e repassar aos interessados;
- VI - atender e orientar o público interessado;
- VII - prestar informações sobre a tramitação de documentos nas unidades integrantes da estrutura da Câmara;
- VIII - supervisionar o portal e adotar ou sugerir providências para a alimentação das informações e/ou atualizações;

RESOLUÇÃO Nº. 431, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

IX - fazer relatórios diários dos pedidos protocolizados.

§ 1º - O responsável pelo Serviço de Informação ao Cidadão responderá imediatamente o pedido quando a informação estiver disponível e não exigir o concurso de outra unidade, podendo, ainda, indicar o local do Portal para consulta quando a informação estiver disponibilizada.

§ 2º - A unidade detentora da informação é competente para informar, deferir ou indeferir o pedido, cabendo ao Presidente da Câmara decidir os recursos interpostos em face do indeferimento ou negativa de atendimento de pedido de informação.

Art. 3º - O interessado poderá acessar as informações produzidas pela Câmara Municipal de São José por meio de:

- I - consulta ao portal www.cmsj.sc.gov.br;
- II - formulário eletrônico disponibilizado no portal;
- III - e-mail: contato@cmsj.sc.gov.br;
- IV - pedido entregue no protocolo;
- V - correspondência encaminhada pelo correio.

Parágrafo único - O pedido de acesso à informação será dirigido ao Serviço de Informações ao Cidadão da Câmara Municipal de São José e deve conter o nome do requerente, a qualificação, o endereço para resposta, incluindo número do telefone e correio eletrônico e a especificação da informação desejada.

Art. 4º - O responsável pelo Serviço de Informação ao Cidadão deve atender o pedido no prazo legal de 20 dias contados da data da protocolização da correspondência ou da data do recebimento do pedido enviado em meio eletrônico, observados os seguintes prazos internos:

RESOLUÇÃO Nº. 431 DE 02 DE MARÇO DE 2015.

- I - 2 (dois) dias para o responsável pelo SIC processar e encaminhar o pedido à unidade competente;
- II - 16 (dezesesseis) dias para a unidade que detém a informação preparar a resposta;
- III - 2 (dois) dias para o responsável pelo SIC preparar o encaminhamento da resposta ao interessado ou comunicar dia, hora e local para consulta no recinto da Câmara;
- IV - 5 (cinco) dias para o Presidente decidir o recurso, quando proposto.

Parágrafo único - O prazo mencionado no caput poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa e ciência ao interessado.

Art. 5º - O pedido de informação poderá ser atendido por meio de informação ou parecer elaborado pela unidade competente, fornecimento de cópia de documento ou emissão de certidão.

Art. 6º - As informações mencionadas no artigo 5º serão fornecidas por meio eletrônico, telefone ou pelo correio no endereço indicado pelo interessado, podendo ainda a Câmara disponibilizar as informações no Portal ou em suas dependências para consulta em meio documental.

§ 1º - Quando o pedido envolver o fornecimento de cópia de documento, a reprodução será feita pela Diretoria de Administração após a apresentação do comprovante de recolhimento do valor do custo da reprografia, em conformidade com as normas estabelecidas na Lei nº 12.527/2011 e nesta Resolução.

§ 2º - A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato.

RESOLUÇÃO Nº. 431, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

§ 3º - Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, serão informados ao requerente, por escrito, o lugar e a forma pela qual poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, ficando a Câmara desonerada da obrigação de seu fornecimento direto.

§ 4º - Quando o pedido se referir a processo que contenha informação sigilosa ou pessoal ou outro assunto de ordem legal, a unidade competente deve requerer o pronunciamento da Procuradoria Jurídica.

Art. 7º - O serviço de busca e o fornecimento de informações produzidas no âmbito da Câmara Municipal são gratuitos, ressalvados os pedidos de cópia de documentos cujo fornecimento implica na cobrança do valor do custo do serviço e do material utilizado para a sua reprodução nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 12.527/2011.

Art. 8º - Ficam isentos do pagamento a que se refere o artigo 7º:

- I - a pessoa cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei n. 7.115, de 29 de agosto de 1983;
- II - os pedidos fundados na Lei Federal nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, quando a informação requerida for indispensável:
 - a) à instrução de defesa ou oferecimento de denúncia de irregularidades administrativas na órbita pública;
 - b) à propositura de ação de impugnação de mandato eletivo por abuso do poder econômico, corrupção ou fraude;
 - c) para assegurar as garantias individuais e a defesa do interesse público;

III - os pedidos formulados pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário.

RESOLUÇÃO Nº. 431, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Art. 9º - O custo da reprodução de documentos mediante cópias reprográficas corresponderá ao valor atualmente estabelecido no Contrato nº. 010/2014 - contrato de serviços out sourcing, firmado com este Poder Legislativo.

Art. 10 - Fica revogada a Resolução nº. 350/2013 e demais disposições em contrário.

Art. 11 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 02 de Março de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Presidente

RESOLUÇÃO N.432/2015

RESOLUÇÃO Nº. 432, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

ESTABECE PROCEDIMENTOS PARA RECEBIMENTO, PROTOCOLIZAÇÃO, AUTUAÇÃO DE DOCUMENTOS E RESPECTIVA TRAMITAÇÃO NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, inciso III, "a", c/c art. 74, II, "a", 1, do Regimento Interno instituído pela Resolução nº. 164, de 20 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º - Todos os documentos e expedientes dirigidos à Câmara Municipal de São José serão recebidos no Serviço de Protocolo.

Art. 2º - Compete ao responsável pelo Serviço de Protocolo abrir as correspondências oficiais, protocolizar e providenciar os respectivos registros.

Parágrafo único - A protocolização consiste no registro de entrada da documentação, contendo o número de ordem gerado, a data e o horário do seu recebimento.

Art. 3º - Após protocolizadas, as correspondências serão encaminhadas à Assessoria da Presidência para triagem e distribuição.

Art. 4º - Compete à Assessoria da Presidência:

I - submeter ao Presidente os documentos que requeiram a sua manifestação e cumprir as determinações requeridas;

RESOLUÇÃO Nº. 432, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

II - dar encaminhamento aos documentos que não se enquadram na regra do inciso I;

III - manter registro e controle da tramitação interna das correspondências em meio físico mediante o uso de livros de protocolo ou formulários apropriados, ou por meio de registro em sistema informatizado quando definitivamente implantados.

Art. 5º - O documento que ensejar a constituição de um processo será submetido à autuação.

Parágrafo único - Autuação é o procedimento destinado à colocação de capa, a descrição clara e objetiva do assunto tratado na documentação e a determinação da numeração para formação de processo administrativo e legislativo.

Art. 6º - A Diretoria Legislativa procederá à autuação dos expedientes que comporão o processo legislativo e a Diretoria

Administrativa autuará os documentos inerentes aos processos administrativos no âmbito da Câmara.

Art. 7º - Os Diretores são responsáveis pela coordenação das atividades dos departamentos vinculados à sua Diretoria e pela elaboração das orientações e disciplinamento dos serviços afetos à sua área de atuação.

Art. 8º - A redação, numeração e expedição da correspondência oficial no âmbito da Câmara obedecerão aos seguintes critérios:

I - os ofícios serão padronizados e numerados em ordem crescente, renovável anualmente, anotando-se, após o número, a sigla da "CMSJ" e ano de expedição, separados por barra;

III - o Diretor é responsável pela redação de ofício do Presidente cujo assunto requeira a manifestação de sua diretoria;

RESOLUÇÃO Nº. 432, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

IV - uma cópia do ofício ficará arquivada na Diretoria responsável por sua elaboração e outra no arquivo geral da Câmara;

V - a expedição dos ofícios será feita pelo serviço de protocolo supervisionado pelas Diretorias de Administração e Legislativa.

Parágrafo único - Os memorandos serão padronizados, elaborados, numerados e expedidos pelos Diretores e Chefes de Departamentos, os quais manterão uma cópia nos arquivos da respectiva unidade.

Art. 9º - As correspondências aos Vereadores com base na Lei nº 12.527/2011, que tratam do processo legislativo serão, protocolizadas e encaminhadas ao Departamento Legislativo.

Art. 10 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São José, 02 de Março de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Presidente

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.26/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº26/2015
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº 26/2015, Edital de Pregão Nº 26/2015, para Registro de Preço, sendo o Objeto: registro de preço para aquisição de pneus novos para uso nas máquinas, tratores, caminhões, ônibus e veículos da municipalidade, bem como para as viaturas do 4º pelotão da polícia militar do município. Recebimento das propostas até às 14:00 horas do dia 23/03/2015. Abertura dos envelopes às 14:00 horas do dia 23/03/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou.

São José do Cedro - SC.
Antonio Plinio de Castro Silva
Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2015, TP Nº 001/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 27/03/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2015, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 001/2015, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE EDIFICAÇÃO PARA ABRIGAR O BLOCO DE APOIO E ÁREAS PAVIMENTADAS QUE INTEGRAM A ACADÊMIA DE SAÚDE, NO BAIRRO SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2015, PR Nº 006/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 24/03/2015, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015, OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO ZERO KM PARA USO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, E UM VEÍCULO ZERO KM PARA USO NAS AÇÕES REALIZADAS PELA EQUIPE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.sao-lourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2015, SRP - PR Nº 023/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 24/03/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2015, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) E RE-COMPOSITOR DE PISTA USINADO A QUENTE (CBUQ) EMBALADO EM SACAS DE 25KG, A SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2015 - ICSL

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 001/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Nº 001/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO ARTISTA "MARCELO CAMINHA E GRUPO" PARA APRESENTAÇÃO DE SHOW MUSICAL NO TEATRO MUNICIPAL PROFESSOR ARNO IGNÁCIO ETGES, E UM WORKSHOP DE VIOLÃO GAÚCHO A ALUNOS SELECIONADOS PELO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO, A SEREM REALIZADOS NO DIA 15 DE MARÇO DE 2015, FAZENDO PARTE DA PROGRAMAÇÃO DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO PARA O ANO DE 2015.

CONTRATANTE: INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CNPJ: 08.806.043/0001-70

CONTRATADA: CAMINHA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - ME - CNPJ: 06.325.240/0001-42.

VALOR: R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)

TOTAL GERAL: R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: D - 02/2015 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção das Atividades do Instituto Cultural de São Lourenço.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: Da assinatura do contrato até 31/03/2015, admitindo-se prorrogação, conforme o art. 57, inc. II, da Lei 8.666/1993.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de março de 2015.

ALTAMIR LEMES DA ROSA

Presidente da Autarquia do ICSL

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

ERRATA AO EDITAL Nº 002-A/2015 DE CLASSIFICAÇÃO DE ANÁLISE DE CURRÍCULUM VITAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ENSINO

ERRATA AO EDITAL Nº 002-A/2015 DE CLASSIFICAÇÃO DE ANÁLISE DE CURRÍCULUM VITAE

A COMISSÃO DE ANÁLISE DE CURRÍCULOS INSTITUÍDA PELA PORTARIA Nº 030/2015, APÓS ANÁLISE DOS CURRÍCULOS APRESENTADOS DE ACORDO COM AS NORMAS DO EDITAL Nº 002/2015 DELIBERA OS SEGUINTE CLASSIFICADOS CANDIDATOS POR FUNÇÃO A SABER:

CLASSIFICAÇÃO PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS
DISCIPLINA DE CIÊNCIAS

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
DAYSE MARIA TERRA FABRICIO PEREIRA	2.0	-	6.0	13/04/1962	49 – 8822 979 9181 6223 8834 4174	8.0
MADALENA ZANCAN	2.0	0.50	5.5	01/10/1981	49-3627 0160 84361944	8.0
EMANUELI PRISCILA DE OLIVEIRA	2.0	1.0	0.80	12/08/1985	49-9142 2703 9825 4307	3.80

NÃO HABILITADOS -PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS
DISCIPLINA DE CIÊNCIAS

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	TOTAL
SIMONE MAIA BRACHT	-	-	2.7	22/03/2006	49 -9105 9268	2.7
CRISTIANO DALLA COSTA	-	-	-	18/11/1987	49- 9187 2850	-
ANDRÉ LUIZ DALL'ACQUA	-	-	-	25/06/1980	49 – 9112 096 9181 3138	

OBSERVAÇÃO: A CANDIDATA SAMARA CRISTINA GUINAMI FOI DESCLASSIFICADA POR NÃO APRESENTAR DOCUMENTOS QUE COMPROVAM OS DADOS DO CURRÍCULO.

CLASSIFICAÇÃO PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS
DISCIPLINA DE GEOGRAFIA

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
LIANE FÁTIMA CHRISTAMANN	2.0	1.0	6.0	30/10/1979	49 – 9111 7413	9.0
JOSEANE LANCINI	2.0	0.20	6.0	01/07/1981	49 – 9947 0225 8836 5663	8.20

CLECI DOSSANTOS DALSOTTO	2.0	-	-	05/06/1965	49 – 3621 1368 9996 0205	2.0
<p>NÃO HABILITADOS - PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS</p> <p>DISCIPLINA DE GEOGRAFIA</p> <p>NOME</p> <p>GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO</p> <p>PONTUAÇÃO CURSOS</p> <p>TEMPO DE SERVIÇO</p> <p>DATA DE NASCIMENTO</p> <p>TELEFONE</p> <p>TOTAL</p> <p>ANDRÉ LUIZ DALL'ACQUA</p> <p>-</p> <p>-</p> <p>-</p> <p>25/06/1980</p> <p>49 – 9112 2096 9181 3138</p> <p>-</p> <p>CLASSIFICAÇÃO PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS</p> <p>DISCIPLINA DE HISTÓRIA</p>						
NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
LIANE FÁTIMA CHRISTAMANN	2.0	1.0	6.0	30/10/1979	49 – 9111 7413	9.0
SIDINEI RODRIGUES ALVES DA SILVA JANOWITZ	2.0	1.0	3.3	29/04/1979	49- 3621 2571 9195 2571	6.3
ANDRIA RAMOS	1.0 (GRADUAÇÃO)	-	2.9	01/01/1983	49 – 9124 8430	3.9
MATEUS RODRIGO NASCIMENTO	1.0 (GRADUAÇÃO)	1.0	0.8	18/07/1988	49 – 9827 0062	2.8
DANIELI LOPES DA SILVA	1.0 (GRADUAÇÃO)	-	-	19/09/1984	49 – 8806 3236	1.0
PEDRO ALVES PINHEIRO	1.0 (GRADUAÇÃO)	-	-	19/05/1987	49 3622 7263 9107 0734	1.0

NÃO HABILITADOS - PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS

DISCIPLINA DE HISTÓRIA

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
ANDRÉ LUIZ DALL'ACQUA	-	-	-	25/06/1980	49 – 9112 2096 9181 3138	-

CLASSIFICAÇÃO PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS
DISCIPLINA DE MATEMÁTICA

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
DAYSE MARIA TERRA FABRICIO PEREIRA	2.0	-	6.0	13/04/1962	49 – 8822 1979 9181 6223 8834 4174	8.0
ÍRIS LÚCIA WRONSKI	2.0	-	6.0	26/02/1963	49 - 9118 7114	8.0
LORIANE SMANIOTTO	2.0	0.20	3.9	25/01/1981	49 – 9112 1873	6.10
ADRIANA BALESTRO FRITZEN	2.0	0.50	0.6	10/03/1985	49 -9966 7279	3.0
HELOISA DA CUNHA GOHLKE	2.0	1.0	-	25/11/1987	49 – 3622 5066 8812 4414	3.0
JULHANA FÁTIMA FLACH	2.0	-	0.8	22/07/1984	49 – 9125 6303	2.8
ANA PAULA MENEGOTTO MENDES	1.0 (GRADUAÇÃO)	0.40	1.4	09/03/1976	49 – 8831 7363	2.8

NÃO HABILITADOS - PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS
DISCIPLINA DE MATEMÁTICA

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
DIOSER DALLA VECCHIA	6º PERÍODO	1.0	1.8	09/03/1988	49 – 8833 0393	2.8
CLERICE SIVIERO	6º PERÍODO	-	2.5	08/09/1973	49 – 9182 3617 9152 1690	2.5
ADRIANA AUGUSTA CORÁ	3º PERÍODO	0.20	2.4	22/03/1988	49- 9135 0461	2.60

CLASSIFICAÇÃO PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS
DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
DAIANE LENIR VACCARIN MOREIRA	2.0 La Salle	1.0	5.8	08/11/1982	49 – 9927 7289 8437 9415	8.8
ELAINE MÜLLER	2.0	0.10	6.0	11/02/1980	49 – 9125 3800	8.10
ROSANA DE MOURA LISOT	2.0	-	6.0	20/08/1981	49 – 9916 4749 9821 1010 3621 2590 R – 22	8.0
PATRÍCIA ALESSI	2.0	1.0	2.0	26/02/1992	49 – 9151 6295	5.0
FERNANDA STANGA AZEVEDO	2.0	1.0	1.4	01/05/1992	49 – 8409 4358 3627 0156	4.4
ÉDINA REGINA CASSEL KEMPA	2.0	-	2.2	03/11/1977	49 – 8819 3400 8417 1785	4.2
DANIELE ZAPPANI	2.0	0.20	1.5	06/05/1991	49 – 9158 1209	3.25
THIAGO KEMPA	1.0 (GRADUAÇÃO)	-	6.0	11/12/1978	49 - 8826 6757 9191 8222	7.0
DENISE FÁTIMA DALPASQUALE	1.0 (GRADUAÇÃO)	-	6.0	15/04/1972	49 – 9812 9820	7.0
SINARA BIEGER	1.0 (GRADUAÇÃO)	1.0	4.4	18/08/1992	-	6.4
SAMARA JÉSSICA DA VEIGA	1.0 (GRADUAÇÃO)	-	4.5	10/10/993	49 – 9168 5918	5.5
JORGE LUIZ MASCARELLO RODRIGUES	1.0 (GRADUAÇÃO)	-	-	03/07/1965	49 – 8411 4876	1.0
JAICON MELVIS DILLI	1.0 (GRADUAÇÃO)	-	-	09/07/1979	49 – 3622 4707 9108 7503	1.0

NÃO HABILITADOS -PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS
DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
LEONARDO DANYEL PEDROZO	8º PERÍODO	0.30	-	01/07/1994	49 – 9985 6179	0.30

CLEIDIANE FOLLMANN	7º PERÍODO	-	-	27/06/1993	49 – 8809 2214	-
DOMINIQUE BELTRAME	6º PERÍODO	0.40	-	24/08/1992	49 9139 2988	0.40
RICARDO CASAGRANDE	5º PERÍODO	-	-	28/01/1992	49 – 9171 9593	-

OBSERVAÇÃO: A CANDIDATAMARINÊS A. DOS SANTOS FACCIOFOI DESCLASSIFICADA POR NÃO APRESENTAR DOCUMENTOS QUE COMPROVAM OS DADOS DO CURRÍCULO.

CLASSIFICAÇÃO PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS
DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
SILVANA RIBEIRO DOS SANTOS	1.0 (GRADUAÇÃO)	-	2.0	18/01/1974	49 – 8501 0406	3.0
ANDRÉ LUIZ DALL'ACQUA	1.0 (GRADUAÇÃO)	-	-	25/06/1980	49 – 9112 2096 9181 3138	-

CLASSIFICAÇÃO PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS
DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
JANE SIMON	2.0	-	3.1	06/02/1983	49 9807 4665 9165 1380	5.1
JESSICA KARINA DESBESELL	1.0 (GRADUAÇÃO)	-	6.0	12/06/1984	49 – 8879 4840	7.0
JANAÍNA PAULA MARQUES DA ROSA	1.0 (GRADUAÇÃO)	-	5.4	14/01/1985	49 – 9118 5165	6.4
ELIS REGINA FRIGERI	1.0 (GRADUAÇÃO)	0.20	4.0	05/05/1987	49 – 3622 6638 9168 1410	5.20
SALETE ROSELEI ALMEIDA BÉE	1.0 (GRADUAÇÃO)	0.20	1.5	04/08/1064	49 – 9964 7060	2.7
CLEUDES MARIA MAZIERO	1.0 (GRADUAÇÃO)	-	-	31/12/1959	49 – 9166 1909	1.0
IRACI LURDES BAPTISTA ANTUNES						

ALINE FLACH VON DENTZ	1.0 (GRADUAÇÃO)	-	0.7	26/01/1991	49 – 9949 1769	0.7
-----------------------	--------------------	---	-----	------------	----------------	-----

NÃO HABILITADOS -PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS
DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
JONNY DAYLLON	-	-	1.0	14/08/1989	49 – 9964 7060 9147 4033	1.0
VERENICE TRESSOLDI	-	-	-	05/09/1989	49 - 91441448	-

CLASSIFICAÇÃO PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS
DISCIPLINA DE LÍNGUA INGLESA

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
GABRIELA KETLIIN DE SOUZA RUEDEL	2.0	0.10	5.7	12/03/1986	49 – 8433 6995	7.8
JESSICA KARINA DESBESELL	1.0 (GRADUAÇÃO)	-	6.0	12/06/1984	49 – 8879 4840	7.0
SALETE ROSELEI ALMEIDA BÉE	1.0 (GRADUAÇÃO)	0.20	1.5	04/08/1064	49 – 9964 7060	2.70
IRACI LURDES BAPTISTA ANTUNES	1.0 (GRADUAÇÃO)	0.20	1.6	03/06/1970	49 – 9953 9201	2.26
ALINE FLACH VON DENTZ	1.0 (GRADUAÇÃO)	-	0.7	26/01/1991	49 – 9949 1769	0.7

NÃO HABILITADOS -PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS
DISCIPLINA DE LÍNGUA INGLESA

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
JONNY DAYLLON	-	-	1.0	14/08/1989	49 – 9964 7060 9147 4033	1.0

CLASSIFICAÇÃO PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS
DISCIPLINA DE LÍNGUA ESPANHOLA

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
ELONI TERESINHA GRANDO	1.0 (GRADUAÇÃO)	-	6.0	16/07/1966	49 – 8805 8515	7.0

NÃO HABILITADOS -PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS
DISCIPLINA DE LÍNGUA ESPANHOLA

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
VERENICE TRESSOLDI	-	-	-	05/09/1989	49 - 91441448	-

OBSERVAÇÃO: A CANDIDATA FABIANI LIBERACI HOPPE CÂMARA FOI DESCLASSIFICADA POR NÃO APRESENTAR DOCUMENTOS QUE COMPROVAM OS DADOS DO CURRÍCULO.

CLASSIFICAÇÃO PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS
DISCIPLINA DE ARTES

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
AHLANA BIÁ NAUE PETRI PEREIRA	1.0 (GRADUAÇÃO)	1.0	3.9	25/09/1991	49 – 9175 7801	5.9
GYSLAINE CECÍLIA CORDEIRO DE MELLO						

NÃO HABILITADOS -PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS
DISCIPLINA DE ARTES

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
EMANUELI PRISCILA DE OLIVEIRA	2.0	1.0	0.80	12/08/1985	49-9142 2703 9825 4307	3.80
JULIANE BARROS	-	-	-	27/10/1975	41 – 9931 5719	-

CLASSIFICAÇÃO - OPERADOR DE MÁQUINAS

NOME	ESCOLARIDADE	CNH	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
EGON INÁCIO BOTH	-	00278516989	5.0	18/03/1975	49 – 3622 3708	5.0

OBSERVAÇÃO:

- O CANDIDATO NEUDI DISEGNA FOI DESCLASSIFICADO POR NÃO POSSUIR HABILITAÇÃO E ESCOLARIDADE PARA EXERCER A FUNÇÃO.

- OS CANDIDATOS UBIRATAN DALPOSSO BELLÓE LUIZ ALEXANDRE RALDI FORAM DESCLASSIFICADOS POR NÃO SE ENQUADRAREM EM NEM UM DOS ITENS CONSTANTES NO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 27 de fevereiro de 2015.

Comissão de Avaliação

Terezinha Osmari Bagatini

Olema Teresa Trevisol

Catarina Ledi Bataglin

Dalianne Cássia Zanchet Camilotti Martiny

Julio Antonio Bagetti

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEI Nº 7.095- DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO III DO ARTIGO 2º DA LEI MUNICIPAL N. 7.056 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.095/2015

DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO III DO ARTIGO 2º DA LEI MUNICIPAL N. 7.056 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O inciso III, do art. 2º, da Lei Municipal n. 7.056, de 21 de novembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º

.....

III - 10.546,9176m², referente a vias públicas;

.....

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 06 de março de 2015

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

LEI Nº 7.096 -DÁ NOVA REDAÇÃO AOS INCISOS XX, XXI E XXII, E ACRESCENTA O INCISO XXIII TODOS DO ART. 1º DA LEI Nº 6.553 DE 23 DE SETEMBRO 2011.

LEI Nº 7.096/2015

DÁ NOVA REDAÇÃO AOS INCISOS XX, XXI E XXII, E ACRESCENTA O INCISO XXIII TODOS DO ART. 1º DA LEI Nº 6.553 DE 23 DE SETEMBRO 2011.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os incisos XX, XXI e XXII do art. 1º, da Lei Municipal n. 6.553, de 23 de setembro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º

XX - Lote urbano A-20, com área de 391,50m², constante de parte da chácara nº 16, (antigo da Travessa Belém), com área de 2,04m² e de parte dos lotes urbanos nº 41 e 43 e 44, com áreas respectivas de 6,81m², 158,05m² e 224,60m², confrontando em conjunto: Ao Norte, com o lote urbano A-21, por linha seca de 29,00m; ao Leste, por uma Rua Projetada, numa extensão de 13,50m; ao Sul, com o lote urbano A-19, por linha seca de 29,00m; ao Oeste, com parte dos lotes urbanos A-22 e A-23, por linha seca de 13,50m.

XXI - Lote urbano A-21, com área de 393,675m², constante de parte dos lotes urbanos nº 41 e 43 e 44, com áreas respectivas de 77,72m², 1,995m² e 313,96m², confrontando em conjunto: Ao Norte, com a chácara nº 17, por linha seca de 29,10m; ao Leste, por uma Rua Projetada, numa extensão de 12,33m; ao Sul, com o lote urbano A-20, por linha seca de 29,00m; ao Oeste, com parte do lote urbano A-23, por linha seca de 14,82m.

XXII - Lote urbano A-22, com área de 2.039,04m², (destinado à área de uso institucional), constante de parte da chácara nº 16, (antigo traçado da Rua Alberico Azevedo e da Travessa Belém), com área de 1.124,525m² e de parte dos lotes urbanos nº 41, 42, 43 e 45, com áreas respectivas de 64,38m², 697,86m², 114,165m² e 38,11m², confrontando em conjunto: Ao Norte, com o lote urbano A-23, (área verde), por linha seca de 31,09m; ao Leste, com parte do lote urbano A-20, com os lotes urbanos A-19, A-18, A-17 e A-16, por linha seca de 68,07m; ao Sul, com a Rua Rudolfo Spier, numa extensão de 2,16metros e 25,14m; ao Sudoeste, com as Ruas Rudolfo Spier e Alberico Azevedo, por um raio de 5,00m; ao Oeste, com a Rua Alberico Azevedo, numa extensão de 58,82m.

Art. 2º Fica acrescido o inciso XXIII, ao art. 1º da Lei Municipal n. 6.553, de 23 de setembro de 2011, com a seguinte redação:

XXIII - Lote urbano A-23, com área de 841,60m², (destinado à área verde), constante de parte da chácara nº 16, (antigo traçado da Rua Alberico Azevedo e da Travessa Belém), com área de 161,47m² e de parte dos lotes urbanos nº 41 e 43, com áreas respectivas de 646,09m² e 34,04m², confrontando em conjunto: Ao Norte, com a chácara nº 17, por linha seca de 31,20m; ao Leste, com o lote urbano A-21 e com parte do lote urbano A-20, por linha seca de 25,75m; ao Sul, com o lote urbano A-22 (área de uso institucional), por linha seca de 31,09m; ao Oeste, com a Rua Alberico Azevedo, numa extensão de 28,39m.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 10 de março de 2015

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

LEI Nº 7.097 - AUTORIZA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO – FUNCULTURA A CONCEDER APOIO À REALIZAÇÃO DO XVI MOTOCÃO E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.097/2015

AUTORIZA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO - FUNCULTURA A CONCEDER APOIO À REALIZAÇÃO DO XVI MOTOCÃO E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO - FUNCULTURA autorizada a conceder ao MOTO GRUPO CÃES DO ASFALTO, com sede e foro neste Município, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.922.206/0001-67, declarado de utilidade pública no Município pela Lei Municipal nº 4.875, de 16 de outubro de 2001, apoio correspondente à disponibilização de infraestrutura fixa e móvel, para a realização do XVI MOTOCÃO.

Art. 2º O evento, que movimentará os setores do comércio e serviços e inclusive faz parte do calendário de festividades populares de São Miguel do Oeste, será realizado nos dias 13, 14 e 15 de março de 2015, na Praça Walnir Bottaro Daniel.

Art. 3º O teto de gastos financeiros referentes ao apoio descrito no art. 1º não poderá superar o valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), sendo que qualquer despesa realizada será suportada a conta de recursos da FUNCULTURA, devendo esta obedecer aos princípios regimentais do processo licitatório, em consonância com a legislação em vigor.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 10 de março de 2015

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 06/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE CREDENCIAMENTO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2015
INEXIGIBILIDADE Nº 04/2015
CREDENCIAMENTO N. 01/2015

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Miguel do Oeste - SC, partir do Gestor leva ao conhecimento dos interessados que fará CREDENCIAMENTO tendo como objeto credenciamento de profissionais para prestar serviços técnicos através de sessões de fisioterapia domiciliar e ambulatorial destinados aos pacientes da Secretaria Municipal de Saúde de São Miguel do Oeste - SC, conforme Prescrição medica e autorização da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 20 de março de 2015.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 10 de março de 2015.

AIRTON JOSÉ MACARINI SEGUNDO

Gestor do Fundo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 36/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2015
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2015

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Sr. Prefeito Municipal o Sr. João Carlos Valar, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, Tipo Menor Preço Por Item.

OBJETO: Contratação de empresa para implementar, continuamente, o Programa Jornal na Escola na Rede Municipal de Ensino Fundamental de São Miguel do Oeste - SC, com o fornecimento de materiais didáticos específicos, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 14 de abril de 2015.

Abertura: às 09 hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 10 de março de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara**PREFEITURA****PORTARIA N.º 133/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 133/2015

Revoga a Portaria nº. 119/2015 que concede férias a servidora MARICELIA LOHN DA SILVA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, inciso XVI, da Lei Orgânica do Município, e considerando a supremacia do interesse público,

RESOLVE:

Art. 1.º- Revogar a Portaria nº. 119/2015 que concede férias a servidora MARICELIA LOHN DA SILVA, devido à extrema necessidade de prestação de serviços junto ao CEI Profª. Leonida Vieira Francener.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de março de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 134/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 134/2015

Concede férias a servidora RAINILDES PITZ JUNCKES.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora RAINILDES PITZ JUNCKES, ocupante do cargo de Assessora de Gabinete, férias por 18 dias que gozará a partir de 10/03/2015 a 27/03/2015, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto nº. 217/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de março de 2015.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 135/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 135/2015
Concede férias ao servidor VALÉRIO LUIZ PAULI.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara,
no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o dis-
posto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor VALÉRIO LUIZ PAULI, ocupante do
cargo de Chefe de Controle de Patrimônio, Transportes e Serviços,
férias por 18 dias que gozará a partir de 11/03/2015 a 28/03/2015,
referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja
vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto nº.
217/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de março de 2015.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 136/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222.
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 136/2015
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA VIVIANE
JUNKES LOPES.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara,
no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o dis-
posto no Artigo 10 da Lei 19/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo men-
cionada, haja vista, ter completado mais três anos de serviço pres-
tado junto a esta Instituição:

- VIVIANE JUNKES LOPES - AGENTE ADMINISTRATIVA - LETRA C.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de março de 2015.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2015-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000
- SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2015-FMS

PROCESSO Nº. 13/2015-FMS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de empresa especializada em locação de equipamentos para monitoramento e vigilância eletrônica para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 25 de março de 2015 às 14h.

Abertura do Processo: 25 de março de 2015 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 11 de março de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2015-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000
- SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2015-FMS
PROCESSO Nº. 14/2015-FMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: contratação de empresa especializada em seguros para veículos da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 30 de março de 2015 às 14h.

Abertura do Processo: 30 de março de 2015 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br)

br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 11 de março de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000
- SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2015-PMS
PROCESSO Nº. 38/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: aquisição de condicionadores de ar e ventilador para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 23 de março de 2015 às 14h.

Abertura do Processo: 23 de março de 2015 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 11 de março de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000
- SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2015-PMS
PROCESSO Nº. 39/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: aquisição de veículos novos zero quilômetros para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 24 de março de 2015 às 14h.

Abertura do Processo: 24 de março de 2015 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 11 de março de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA - DISCUSSÃO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO 2016

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

O Prefeito Municipal de Schroeder, Excelentíssimo Senhor Osvaldo Jurck e o Diretor de Finanças, Senhor Elmer Sandro Quadros, convidam todos os interessados para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, para Discussão de Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2016.

DATA: 24 de março de 2015 (terça-feira)

HORÁRIO: 18h

LOCAL: Câmara Municipal de Vereadores

Avenida dos Imigrantes, 2.520 - Schroeder - SC

DECRETO Nº 3.265/2015, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 3.265/2015, de 10 de março de 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 15 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal da Administração do Município de Schroeder - LC nº. 004/98, de 19/05/1998:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Giselle Tomaselli Obenaus	64	65
Kamile Leoni Molina Negherbon	78	79
Lucia Helena dos Reis Souza do Carmo	121	122
Marina Fernandes	32	33
Marli Schrank de Oliveira	19	20
Naira Luisa Gneipel Steinhacher	09	10
Patrícia da Silva Senem	61	62

Art. 2º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 25 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Daniella Maria Volani de Souza	C-3-I	C-4-I

Debora Maria Almeida Magalhães Brito	A-1	A-2
Elisa Andreia da Silva de Assis	C-7-III	C-8-III
Geziane Machado	A-2	A-3
Gracieli Schwingel	C-3-II	C-4-II
Ivanete Barbosa	B-2	B-3
Jacqueline Wanderley Marasca	C-1-I	C-2-I
Joice Lenhardt Rosa	C-2	C-3
Leonilda Decker Jarschel	B-11-III	B-12-III
Marilei Aparecida de Barros Velasques Gaspar	A-10-I	A-11-I
Merilin Aline Raasch Steffens	C-1-I	C-2-I
Noeli Maske Kraemer	C-1	C-2
Rosimeri Sara Boshammer Stein	C-13-IV	C-14-IV
Sandriago Bitencourt	C-1	C-2

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 10 de março de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.266/2015, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 3.266/2015, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE MÉDICO - ESF PARA ATENDER A NECESSIDADE DE ESPECIAL INTERESSE PÚBLICO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando a informação repassada pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio de ofício nº 013/2015 - SMS, datado de 03 de março de 2015, para a contratação de 01 (um) profissional MÉDICO - ESF para atuar na Secretaria Municipal de Saúde;

Considerando que esta contratação será por substituição do servidor, Sr. César Gattermann Xavier Carvalho que pediu demissão no dia 24 de fevereiro de 2015;

Considerando que no Processo Seletivo nº 002/2014 - ESF/NASF foi disponibilizada vaga, onde 2 candidatos foram aprovados, porém a lista já foi exaurida;

Considerando que o Concurso Público nº 002/2011 ainda está

vigente, porém, a lista de candidatos já foi exaurida;

Considerando que o referido Secretário já foi orientado a proceder com os ditames para realização de novo processo seletivo que permitirá a contratação em caráter temporário ACT's e concurso público para suprir possíveis demandas nas áreas da Saúde;

Considerando que os profissionais da Saúde são indispensáveis para os bons andamentos dos trabalhos e o atendimento aos munícipes conforme legislação específica.

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu art. 6º, a Saúde como um direito social pétreo e inalienável;

DECRETA:

Art. 1º Autoriza-se a contratação pelo Poder Executivo Municipal de 01 (um) profissional MÉDICO - ESF para atuar na equipe do Programa Estratégia Saúde da Família - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da efetiva contratação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 10 de março de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 37/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 37/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 16/2015-PMS - Pregão Presencial nº. 09/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 03.734.219/0001-02, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 5.588, Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de material elétrico para manutenção da rede elétrica interna na Escola Municipal Professor Santos Tomaselli da Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	TOMADA 10A 2P+T (DUPLA) BRANCA EMBUTIR)	5	PÇ	6,60	33,00
03	TOMADA 10A 2P+T + 1 TECLA SIMPLES BRANCA EMBUTIR	2	PÇ	6,65	13,30
04	TOMADA 10A 2P+T (TRIPLA) BRANCA EMBUTIR	2	PÇ	10,40	20,80
05	INTERRUPTOR 1 TECLA SIMPLES BRANCA EMBUTIR	6	PÇ	3,75	22,50
07	TOMADA PARA TELEFONE BRANCA EMBUTIR	3	PÇ	8,50	25,50
08	INTERRUPTOR 2 TECLAS SIMPLES BRANCA EMBUTIR	12	PÇ	6,75	81,00
09	TOMADA 20A 2P+T(-SIMPLES) BRANCA DE EMBUTIR	3	PÇ	6,75	20,25
12	INTERRUPTOR 1 TECLA SIMPLES + 1 TOMADA 2 P + T 10A BRANCA EMBUTIR	7	PÇ	6,80	47,60
13	TAMPA CEGA 4X2 BRANCA EMBUTIR	7	PÇ	1,10	7,70
14	ELETRODUTO PVC 3/4 CINZA	10	PÇ	7,15	71,50
20	COTOVELO PARA ELETRODUTO 3/4" CZ	5	PÇ	2,50	12,50
22	PARAFUSO CHIPS 4,5 X 40 CHATA PHILIPS	100	PÇ	0,09	9,00
24	DISJUNTOR DIN MONOFASICO 20A	15	PÇ	5,85	87,75
25	DISJUNTOR DIN MONOFASICO 16A	15	PÇ	5,85	87,75
26	DISJUNTOR DIN MONOFASICO 32A	5	PÇ	6,00	30,00
27	DISJUNTOR DIN MONOFASICO 40A	5	PÇ	7,45	37,25
28	DISJUNTOR DIN TRIFASICO 70 A	1	PÇ	70,68	70,68
29	FITA ISOLANTE PRETA ROLO DE 20 MT	20	PÇ	3,25	65,00
52	MIGUELÃO MONTADO BR OU MR	30	PÇ	1,13	33,90
TOTAL R\$					776,98

Valor do contrato: R\$ 776,98 (setecentos e setenta e seis reais e noventa e oito centavos)

Data da Assinatura: 10/03/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 38/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 38/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 16/2015-PMS - Pregão Presencial nº. 09/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COMERCIAL VITÓRIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 18.138.763/0001-69, estabelecida na Rua Wally Emilia Mohr, nº 60, sala 02, Bairro Água Verde, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89254-525

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de material elétrico para manutenção da rede elétrica interna na Escola Municipal Professor Santos Tomaselli da Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	TOMADA 10A 2P+T (SIMPLES) BRANCA EMBUTIR	60	PÇ	3,88	232,80
10	PLUG MACHO 2 P+ T 10A CZ OU BR	4	PÇ	3,25	13,00
30	CABO FLEX 10 MM VERDE	150	MT	3,25	487,50
31	CABO FLEX 6 MM PRETO	1000	MT	1,80	1.800,00
32	CABO FLEX 6 MM AZUL	1000	MT	1,80	1.800,00
33	CABO FLEX 6 MM VERDE	1000	MT	1,80	1.800,00
34	CABO FLEX 4 MM PRETO	1500	MT	1,23	1.845,00
35	CABO FLEX 4 MM AZUL	1500	MT	1,23	1.845,00
36	CABO FLEX 4 MM VERDE	1500	MT	1,23	1.845,00
37	CABO FLEX 2,5 MM PRETO	1000	MT	0,73	730,00
38	CABO FLEX 2,5 MM AZUL	1000	MT	0,73	730,00
39	CABO FLEX 2,5 MM VERDE	1000	MT	0,73	730,00
40	CABO FLEX 1,5 MM AZUL	1000	MT	0,47	470,00
41	CABO FLEX 1,5 MM PRETO	1000	MT	0,47	470,00
42	CABO FLEX 1,5 MM VERDE	1000	MT	0,47	470,00
53	HASTE TERRA 5/8» X 2,40 MT	4	PÇ	26,70	106,80
54	PRESILHA PARA HASTE TERRA 5/8"	6	PÇ	5,45	32,70
TOTAL R\$					15.407,80

Valor do contrato: R\$ 15.407,80 (quinze mil quatrocentos e sete reais e oitenta centavos)

Data da Assinatura: 10/03/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 39/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 39/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 16/2015-PMS - Pregão Presencial nº. 09/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.688.301/0001-03, estabelecida na rua Marechal Castelo Branco, nº. 5.234, Centro, no município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de material elétrico para manutenção da rede elétrica interna na Escola Municipal Professor Santos Tomaselli da Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
06	INTERRUPTOR 2 TECLAS SIMPLES + 1 TOMADA 2 P + T 10A BRANCA EMBUTIR	2	PÇ	8,30	16,60
11	INTERRUPTOR 3 TECLAS SIMPLES BRANCA EMBUTIR	5	PÇ	6,90	34,50
15	ABRACADEIRA PLASTICA 3/4" CINZA	15	PÇ	0,47	7,05
16	LUVA PARA ELETRODUTO 3/4" CINZA	10	PÇ	0,77	7,70
17	CURVA PARA ELETRODUTO 3/4" 90° CINZA	5	PÇ	1,90	9,50
18	CAIXA PARA CONDULETE CINZA	4	PÇ	4,10	16,40
19	ADAPTADOR PARA ELETRODUTO 3/4" CZ	6	PÇ	0,65	3,90
21	BUCHA PLASTICA M6 TIJOLO OCO	100	PÇ	0,10	10,00
23	CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO 42 DISJUNTORES SOBREPOR FERRO COM BARRAMENTO	1	PÇ	480,00	480,00
44	EMENDA PARA ELETROCALHA 100X100	25	PÇ	4,10	102,50
45	CURVA VERTICAL INTERNA PARA ELETROCALHA 100X100	2	PÇ	14,00	28,00
46	CURVA VERTICAL EXTERNA PARA ELETROCALHA 100X100	2	PÇ	20,00	40,00
47	PARAFUSO LENTILHA 1/4"	500	PÇ	0,08	40,00
48	PORCA PARA PARAFUSO LENTILHA 1/4"	500	PÇ	0,07	35,00
49	ARRUELA PARA PARAFUSO LENTILHA 1/4"	500	PÇ	0,06	30,00
50	CANAleta 20X10 COM FITA DUPLA FACE	10	PÇ	5,30	53,00
51	CANAleta DERIVAÇÕES (CURVAS)	20	PCT	0,90	18,00
55	CURVA HORIZONTAL 100X100	2	PÇ	19,00	38,00
56	LUVA DE ACABAMENTO 100X100	2	PÇ	14,00	28,00
57	CABO DE COBRE NU 25 MM	15	PÇ	9,90	148,50
58	TAMPA PARA ELETROCALHA 100X100	2	PCT	16,80	33,60
59	ABRACADEIRA DE NYLON 35X280MM	2	PCT	30,00	60,00
60	IDENTIFICAÇÃO PARA DISJUNTOR (ETIQUETA)	1	PÇ	23,00	23,00
TOTAL R\$					1.263,25

Valor do contrato: R\$ 1.263,25 (um mil duzentos e sessenta e três reais e vinte e cinco centavos)

Data da Assinatura: 10/03/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 40/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 40/2015-PMS

Dispensa de Licitação nº. 12/2015-PMS

Processo nº. 40/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FLORENÇA VEICULOS SA, inscrita no CNPJ sob o nº. 77.968.980/0003-07 estabelecida na Rua XV de Novembro, nº 3800, Bairro Glória, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.216-201.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa especializada para revisão de 15000km, Fiat Palio WK attrac, 1.4, ano 2013,

modelo 2014, placa MLL8680, lotado no Conselho Tutelar e revisão do Fiat Uno 1.0, ano/modelo 2014, placa MLN 8252 lotado no CREAS do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Óleo motor sintético 5w30 - Fiat Uno 1.0, ano/modelo 2014, placa MLN8252.	03	Litros	33,00	99,00
02	Jogo de palhetas dianteiro novo - Fiat Uno 1.0, ano/modelo 2014, placa MLN8252.	01	Unidade	100,21	100,21
03	filro óleo fire - Fiat Uno 1.0, ano/modelo 2014, placa MLN8252.	01	Unidade	27,90	27,90
04	r/r limpador palheta limpador - Fiat Uno 1.0, ano/modelo 2014, placa MLN8252.	01	Unidade	1,62	1,62
05	Jogo de palheta dianteiro (PAL 01) - Fiat Palio WK attrac 1.4, ano 2013, modelo 2014, placa MLL8680.	01	Unidade	72,04	72,04
06	Óleo motor 5W30 Sintético - Fiat Palio WK attrac 1.4, ano 2013, modelo 2014, placa MLL8680.	03	Litros	33,00	99,00
07	Elemento filtro ar apl. - Fiat Palio WK attrac 1.4, ano 2013, modelo 2014, placa MLL8680.	01	Unidade	28,87	28,87
08	Filtro combustível - Fiat Palio WK attrac 1.4, ano 2013, modelo 2014, placa MLL8680.	01	Unidade	23,19	23,19
09	paraflu UP ultraprotection LT Fiat Palio WK attrac 1.4, ano 2013, modelo 2014, placa MLL8680.	01	Unidade	30,65	30,65
10	Filtro óleo fire - Fiat Palio WK attrac 1.4, ano 2013, modelo 2014, placa MLL8680.	01	Unidade	27,90	27,90
11	Higienização ar condicionado - Fiat Palio WK attrac 1.4, ano 2013, modelo 2014, placa MLL8680.	01	Unidade	131,22	131,22
12	r/r palheta limpador - Fiat Palio WK attrac 1.4, ano 2013, modelo 2014, placa MLL8680.	01	Unidade	1,62	1,62
13	Balanceamento 4 rodas - Fiat Palio WK attrac 1.4, ano 2013, modelo 2014, placa MLL8680.	01	Unidade	40,50	40,50
14	Geometria - Fiat Palio WK attrac 1.4, ano 2013, modelo 2014, placa MLL8680.	01	Unidade	55,08	55,08
15	limp. Sist. Arrefecimento fl03 - Fiat Palio WK attrac 1.4, ano 2013, modelo 2014, placa MLL8680.	01	Unidade	100,44	100,44
TOTAL R\$					839,24

Valor do contrato: R\$ 839,24 (Oitocentos e trinta e nove reais e vinte e quatro centavos).

Data da Assinatura: 10/03/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 41/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 41/2015-PMS

Dispensa de Licitação nº. 13/2015-PMS

Processo nº. 41/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: AGÊNCIA COSMOS DE VIAGENS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 76.366.673/0001-21, estabelecida na Rua Donaldo Gehring, nº 50, Centro, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-470.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de passagem aérea de Curitiba/PR à Brasília/DF para atender as necessidades do Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Voo 6240 - gol, saída dia 10/03/2015 às 08h38min, de Curitiba-PR (Afonso Pena), com destino a Brasília/DF(Presidente Juscelino Kubitschek).	1	Unidade	496,54	496,54
02	Voo 1079 - gol, saída dia 12/03/2015 às 20h18min, de Brasília/DF (Presidente Juscelino Kubitschek), com destino a Curitiba/PR (Afonso Pena).	1	Unidade	255,93	255,93
TOTAL R\$					752,47

Valor do contrato: R\$ 752,47 (setecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e sete centavos).

Data da Assinatura: 10/03/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

II ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 20/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

II ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 20/2015-PMS

PROCESSO Nº. 35/2015-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data e item referente ao Edital de Pregão Presencial Registro de Preços nº. 20/2015-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de caminhão novo basculante com caçamba, com potência mínima de 270cv, tração mínima de 6x4 tracionado, com capacidade mínima de 12 metros cúbicos de acordo com o contrato de repasse nº. 805933/2014/MAPA/CAIXA e contrapartida do Município para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório, ficando assim determinado:

Leia-se:

1.2 Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

a) Data: 27 de março de 2015.

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h.

d) Abertura do processo: às 14h15min.

3.1.3 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 27 de março de 2015 às 14h, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor de Licitações, conforme item 1.2-b.

ANEXO VIII
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 20/2015-PMS
TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REFERÊNCIA	VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA
01	Caminhão Basculante tração mínima 6x4, trcado e traçado: Veiculo novo cor branca de fabricação nacional, ano e modelo 2015, cabina com ar condicionado, acionamento elétricos nos vidros e portas, alarme sonoro de ré, tacógrafo eletrônico com registro diário ou registro semanal ou digital, motor diesel de 06 cilindros em linha turbocooler, mínimo 270 CV de potencia, sistema de injeção de combustível direta com gerenciamento eletrônico, direção servo-assistida totalmente hidráulica, transmissão manual com no mínimo 10 marchas para frente e 2 ré, suspensão dianteira feixe de molas semi-elípticas com amortecedores telescópicos de dupla ação e barra estabilizadora, suspensão traseira com molas semi-elípticas invertidas para operação em terrenos irregulares, freios de serviço a ar comprimido de dois cilindros a tambor, freio de estacionamento com acionamento pneumático, freio a motor eletro-pneumatico podendo atuar com freio de serviço, pneus dianteiros e traseiros 10.00 R 20 PR 16 com câmara, ou pneu dianteiro e traseiro 275/80 R 22.5 sem câmara, peso bruto total 23.000 km; Basculamento padrão, bomba hidráulica hidrodinâmica - acoplada, com tomada de força, cilindros hidráulicos; Caçamba de 12m³ no ferro confeccionada em aço, espessura nas laterais 3/16" e no fundo 1/4", travessas e colunas de reforço em perfis "U".	01	Unidade	268.000,00	268.000,00
TOTAL R\$ REFERÊNCIA					268.000,00

Schroeder, 10 de março de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5.971/2015, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 5.971/2015, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o afastamento por Licença Maternidade para a servidora, Sra. Samanta Patricia Doring Sievers, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 10 de março de 2015.
OSVALDO JURCK MAYKEL ROBERTO LAUBE
Prefeito Municipal Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 5.972/2015, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº. 5.972/2015, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da servidora Sra. Cladis Marci Hackbarth, com efeitos retroativos a partir de 06 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 10 de março de 2015.
OSVALDO JURCK ORLANDO TECILLA
Prefeito Municipal Secretário de Saúde

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 5.973/2015, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 5.973/2015, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Sandra Kelly Linzmeyer, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 10 de março de 2015.
OSVALDO JURCK MAYKEL ROBERTO LAUBE
Prefeito Municipal Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 5.974/2015, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 5.974/2015, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o afastamento por Licença Maternidade para a servidora, Sra. Grazielle Baniski Pacheco, com efeitos retroativos a partir de 04 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 10 de março de 2015.
OSVALDO JURCK ORLANDO TECILLA
Prefeito Municipal Secretário de Saúde

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA NO 01/2015-PMS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA No 01/2015-PMS

Processo nº. 09/2015-PMS

O Prefeito Municipal OSVALDO JURCK, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR o credenciamento da rádio:

- RÁDIO BRASIL NOVO LTDA., inscrita no CNPJ nº 79.873.204/0001-97.

Sendo o valor a ser pago de R\$ 27,00 (vinte e sete reais), por inserção de 30 segundos, para o credenciamento de entidades prestadoras de serviços especializados de emissoras de radiofusão e ondas médias AM e FM, empresas permissionárias a prestar serviços nos Municípios de Jaraguá do Sul, Guaramirim, Corupá e Schroeder, com captação pela população da zona urbana e rural do Município de Schroeder/SC, para veiculação de publicidade dos atos oficiais, avisos, eventos, e campanhas de municipalidade de Schroeder, com inserções de 30 segundos cada, distribuídos nas rádios credenciadas, com abrangência Municipal e Regional para suprir as necessidades das Secretarias de Planejamento e Gestão e Finanças, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Saúde e Assistência Social e Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC.

Schroeder, 10 de março de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA NO 02/2015-PMS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA No 02/2015-PMS

PROCESSO Nº. 29/2015-PMS

O Prefeito Municipal OSVALDO JURCK no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei nº. 11947/09, de 16 de junho de 2009 e Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR o credenciamento do grupo formal de agricultores familiares.

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, sendo:

- VALDINO SIEVERS, CPF nº 690.423.069-04:

ITEM	DESCRIÇÕES	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO
07	BATATA DOCE - produto fresco, de boa qualidade, tamanho uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	KG	3,00
09	BROCÓLIS - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas	KG	4,00
13	CHUCHU - produto fresco, de boa qualidade, tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	KG	2,65
14	COUVE FLOR - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas.	PEÇA	4,50
17	MILHO VERDE EM ESPIGA (DESCASCADO) - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, grãos sem ferimentos, firmes, sem manchas. Espiga intacta, sem parasitas.	ESPIGA	0,89
22	REPOLHO BRANCO - produto fresco, para salada, cabeças fechadas, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas.	PEÇA	2,99

- JOÃO LUIS BRUMULLER, CPF nº 928.655.269-68:

ITEM	DESCRIÇÕES	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO
04	BANANA CATURRA - produto CLIMATIZADO, de boa qualidade e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	KG	1,10

- ENIO ELDO SCHEIDT, CPF nº 384.331.099-87:

ITEM	DESCRIÇÕES	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO
03	ALFACE (Tipo lisa, crespa, americana ou roxa) - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas.	PEÇA	2,89
08	BETERRABA - produto fresco, de boa qualidade, tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	KG	3,00
16	ESPINAFRE - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas. Folhas sem manchas, bem desenvolvidas, e sem danos físicos.	KG	4,00
20	PEPINO MÉDIO PARA SALADA - produto fresco, de boa qualidade, tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	KG	3,55

28	VAGEM - produto fresco, de boa qualidade, tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	KG	5,00
----	---	----	------

- MARGARETE BRAND, CPF nº 947.783.029-15:

ITEM	DESCRIÇÕES	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO
08	BETERRABA - produto fresco, de boa qualidade, tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	KG	3,00
10	CEBOLINHA (TEMPERO) – maço contendo folhas íntegras, bem desenvolvidas, frescas, coloração uniforme. Com talos, sem raízes, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas.	MAÇO	2,85
11	CENOURA - produto fresco, de boa qualidade, tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	KG	2,95
15	COUVE MANTEIGA - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas. Folhas sem manchas, bem desenvolvidas, e sem danos físicos.	MAÇO	3,00
16	ESPINAFRE - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas. Folhas sem manchas, bem desenvolvidas, e sem danos físicos.	MAÇO	4,00
19	MORANGO - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas.	BANDEJA 250 g	4,20
20	PEPINO MÉDIO PARA SALADA - produto fresco, de boa qualidade, tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	KG	3,55
22	REPOLHO BRANCO – produto fresco, para salada, cabeças fechadas, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas.	PEÇA	2,99
24	SALSINHA (TEMPERO) - maço contendo folhas íntegras, bem desenvolvidas, frescas, coloração uniforme. Com talos, sem raízes, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas.	MAÇO	2,85
27	TOMATE CEREJA - produto fresco, de boa qualidade, tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	BANDEJA 250 g	2,50
28	VAGEM - produto fresco, de boa qualidade, tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	KG	5,00

- SELMA DRAEGER, CPF nº 824.371.819-20:

ITEM	DESCRIÇÕES	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO
02	AIPIM DESCASCADO CONGELADO – tipo branco, grau normal de evolução no tamanho, cor própria, sem fermentos, não fibroso, descascado, lavado, congelado e embalado em plástico transparente com identificação: nome do produto, data de fabricação e data de validade. Embalagens de 1 ou 5 kg.	KG	2,95

- SIDINEI JAIR STREIT, CPF nº 986.563.849-53:

ITEM	DESCRIÇÕES	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO
21	POLPA DE FRUTA CONCENTRADA DIVERSOS SABORES – produto congelado, para confecção de suco. Sem resíduos de impurezas, e sem sabor amargo. Embalado em plástico transparente com identificação: nome do produto, data de fabricação e data de validade. Embalagens de 1 kg.	KG	14,00

- CRISTIANO GOTTHILF ERN, CPF nº 854.310.879-91:

ITEM	DESCRIÇÕES	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO
01	AGRIÃO – produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas.	MAÇO	3,50
03	ALFACE (Tipo lisa, crespa, americana ou roxa) - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas.	PEÇA	2,89
08	BETERRABA - produto fresco, de boa qualidade, tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	KG	3,00
10	CEBOLINHA (TEMPERO) – maço contendo folhas íntegras, bem desenvolvidas, frescas, coloração uniforme. Com talos, sem raízes, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas.	MAÇO	2,85
11	CENOURA - produto fresco, de boa qualidade, tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	KG	2,95

15	COUVE MANTEIGA - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas. Folhas sem manchas, bem desenvolvidas, e sem danos físicos.	MAÇO	3,00
19	MORANGO - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas.	BANDEJA 250 g	4,20
23	RÚCULA - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas.	MAÇO	3,99
24	SALSINHA (TEMPERO) - maço contendo folhas íntegras, bem desenvolvidas, frescas, coloração uniforme. Com talos, sem raízes, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas.	MAÇO	2,85
27	TOMATE CEREJA - produto fresco, de boa qualidade, tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	BANDEJA 250 g	2,50

Schroeder, 10 de março de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ATA CHAMADA PÚBLICA 01/2015-PMS (SEQUÊNCIA 04)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	OUTRAS MODALIDADES Nr.: 1/2015 - OU Processo Administrativo: Processo de Licitação: 9/2015 Data do Processo: 05/02/2015
	Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 15/2015 (Sequência: 4)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

credenciamento de entidades prestadoras de serviços especializados de emissoras de radiofusão e ondas médias AM e FM, empresas permissionárias a prestar serviços nos Municípios de Jaraguá do Sul, Guaramirim, Corupá e Schroeder, com captação pela população da zona urbana e rural do Município de Schroeder/SC, para veiculação de publicidade dos atos oficiais, avisos, eventos, e campanhas de municipalidade de Schroeder, com inserções de 30 segundos cada, distribuídos nas rádios credenciadas, com abr

A comissão reuniu-se para o ato de abertura do envelope da empresa RÁDIO BRASIL NOVO LTDA., referente ao credenciamento de entidades prestadoras de serviços especializados de emissoras de radiofusão e ondas médias AM e FM, empresas permissionárias a prestar serviços nos Municípios de Jaraguá do Sul, Guaramirim, Corupá e Schroeder, com captação pela população da zona urbana e rural do Município de Schroeder/SC, para veiculação de publicidade dos atos oficiais, avisos, eventos, e campanhas de municipalidade de Schroeder, com inserções de 30 segundos cada, distribuídos nas rádios credenciadas, com abrangência Municipal e Regional para suprir as necessidades das Secretarias de Planejamento e Gestão e Finanças, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Saúde e Assistência Social e Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do MUNICÍPIO DE SCHROEDER/SC. A empresa RÁDIO BRASIL NOVO LTDA., apresentou envelope de habilitação e após rubricado o mesmo foi aberto. Cujos documentos foram rubricados e examinados pela presidente e membros da comissão. Considerando que o edital de chamada pública é um processo que vem formalizar um ato contratual com as empresas que prestam atendimento referente ao objeto especificado, não prevendo concorrência, pois a administração prevê as cláusulas às quais as requerentes devem se enquadrar. Diante da manifestação da intenção de credenciamento da empresa RÁDIO BRASIL NOVO LTDA. e que diante do fato da empresa estar respeitando as exigências do edital e apresentando toda a documentação de acordo com as exigências do edital, resultando assim habilitada. Será procedida à homologação do pedido de credenciamento da empresa RÁDIO BRASIL NOVO LTDA. Sendo que o resultado será publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC. A presidente encerra a sessão e pede-se que a ata será repassada a empresa participante.

Schroeder, 10 de Março de 2015

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Leonice Engler Kafer	- - Membro
Gelson Stein	- - Membro
Cheila Adriane Klitzke	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- - Membro Suplente
Eloir José Wendt	- - Membro Suplente

ATA CHAMADA PÚBLICA 02/2015-PMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	OUTRAS MODALIDADES Nr.: 2/2015 - OU Processo Administrativo: Processo de Licitação: 29/2015 Data do Processo: 20/02/2015
	Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 17/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC

A comissão reuniu-se para o ato de abertura dos envelopes dos senhores VALDINO SIEVERS, JOÃO LUIS BRUMULLER, ENIO ELDO SCHEIDT, MARGARETE BRAND, SELMA DRAEGER, SIDINEI JAIR STREIT e CRISTIANO GOTTHILF ERN, para a aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC. Os senhores VALDINO SIEVERS, JOÃO LUIS BRUMULLER, ENIO ELDO SCHEIDT, MARGARETE BRAND, SELMA DRAEGER, SIDINEI JAIR STREIT e CRISTIANO GOTTHILF ERN, apresentaram envelopes de habilitação e após rubricado os envelopes de habilitação os mesmos foram abertos. Cujos documentos foram rubricados e examinados pela presidente e membros da comissão. Considerando que o edital de chamada publica é um processo que vem formalizar um ato contratual com os grupos formais de empreendedor rural e de empreendedores familiares rurais que prestam atendimento referente ao objeto especificado, não prevendo concorrência, pois a administração prevê as cláusulas às quais as requerentes devem se enquadrar. Diante da manifestação da intenção de credenciamento dos senhores VALDINO SIEVERS, JOÃO LUIS BRUMULLER, ENIO ELDO SCHEIDT, MARGARETE BRAND, SELMA DRAEGER, SIDINEI JAIR STREIT e CRISTIANO GOTTHILF ERN e que diante do fato das documentações apresentada estarem respeitando as exigências do edital, resulta assim habilitado. O senhor VALDINO SIEVERS, esta credenciado para os itens 07, 09, 13, 14, 17 e 22. O senhor JOÃO LUIS BRUMULLER, esta credenciado para o item 04. O senhor ENIO ELDO SCHEIDT, esta credenciado para os itens 03, 08, 16, 20 e 28. A senhora MARGARETE BRAND, esta credenciada para os itens 08, 10, 11, 15, 16, 19, 20, 22, 24, 27 e 28. A senhora SELMA DRAEGER, esta credenciada para o item 02. O senhor SIDINEI JAIR STREIT, esta credenciado para o item 21. O senhor CRISTIANO GOTTHILF ERN, esta credenciado para os itens 01, 03, 08, 10, 11, 15, 19, 23, 24 e 27. Será procedida a homologação dos pedidos de credenciamento dos senhores VALDINO SIEVERS, JOÃO LUIS BRUMULLER, ENIO ELDO SCHEIDT, MARGARETE BRAND, SELMA DRAEGER, SIDINEI JAIR STREIT e CRISTIANO GOTTHILF ERN. O resultado será publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC. A presidente encerra a sessão.

Schroeder, 10 de Março de 2015

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Leonice Engler Kafer	- - Membro
Gelson Stein	- - Membro
Cheila Adriane Klitzke	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- - Membro Suplente
Eloir José Wendt	- - Membro Suplente

DISPENSA Nº 12/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 12/2015 - DL**

Processo Nr.: 40/2015
 Data: 10/03/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: FLORENCA VEICULOS S A

Código: 13028

Endereço: R XV DE NOVENBRO,3800 -

Cidade: Joinville - SC

CNPJ: 77.968.980/0003-07

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada para revisão de 15000km, Fiat Palio WK attrac. 1.4, ano 2013, modelo 2014, placa MLL8680, lotado no Conselho Tutelar e revisão do Fiat Uno 1.0, ano/modelo 2014, placa MLN 8252 lotado no CREAS do Município de Schroeder/SC

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	3,00	Óleo motor sintético 5w30 - Fiat Uno 1.0, ano/modelo 2014, placa MLN8252	LT	33,00	99,00
2	1,00	jogo de palhetas dianteiro novo - Fiat Uno 1.0, ano/modelo 2014, placa MLN8252.	UN	100,21	100,21
3	1,00	filro óleo fire - Fiat Uno 1.0, ano/modelo 2014, placa MLN8252	UN	27,90	27,90
4	1,00	r/r limpador palheta limpador - Fiat Uno 1.0, ano/modelo 2014, placa MLN8252.	UN	1,62	1,62
5	1,00	jogo de palheta dianteiro (PAL 01) - Fiat Palio WK attrac 1.4, ano 2013, modelo 2014, placa MLL8680.	UN	72,04	72,04
6	3,00	óleo motor 5W30 Sintético - Fiat Palio WK attrac 1.4, ano 2013, modelo 2014, placa MLL8680.	LT	33,00	99,00
7	1,00	elemento filtro ar apl. - Fiat Palio WK attrac 1.4, ano 2013, modelo 2014, placa MLL8680.	UN	28,87	28,87
8	1,00	filtro combustível - Fiat Palio WK attrac 1.4, ano 2013, modelo 2014, placa MLL8680.	UN	23,19	23,19
9	1,00	paraflu UP ultraprotection LT -Fiat Palio WK attrac 1.4, ano 2013, modelo 2014, placa MLL8680.	UN	30,65	30,65
10	1,00	filtro óleo fire - Fiat Palio WK attrac 1.4, ano 2013, modelo 2014, placa MLL8680.	UN	27,90	27,90
11	1,00	higienização ar condicionado - Fiat Palio WK attrac 1.4, ano 2013, modelo 2014, placa MLL8680.	UN	131,22	131,22
12	1,00	r/r palheta limpador - Fiat Palio WK attrac 1.4, ano 2013, modelo 2014, placa MLL8680.	UN	1,62	1,62
13	1,00	balanceamento 4 rodas -Fiat Palio WK attrac 1.4, ano 2013, modelo 2014, placa MLL8680.	UN	40,50	40,50
14	1,00	geometria -Fiat Palio WK attrac 1.4, ano 2013, modelo 2014, placa MLL8680.	UN	55,08	55,08
15	1,00	limp. Sist. Arrefecimento fl03 - Fiat Palio WK attrac 1.4, ano 2013, modelo 2014, placa MLL8680.	UN	100,44	100,44

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 12/2015 - DL**

Processo Nr.: 40/2015
Data: 10/03/2015

Folha: 2/2

JUSTIFICATIVA

Prevenção e conservação do veículo • Fiat Uno 1.0, ano/modelo 2014, placa MLN8252. Contrato para revisão será feito com concessionária autorizada da Fiat afim de permanecer com a garantia de 1 ano.
Prevenção e conservação do veículo Fiat Palio WK attrac 1.4, ano 2013, modelo 2014, placa MLL8680. Contrato para revisão será feito com concessionária autorizada da Fiat afim de permanecer com a garantia de 1 ano (vigente até abril de 2015).

Schroeder, 10 de Março de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

5/3/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 5 de Março de 2015

Valor da Despesa:

839,24 (oitocentos e trinta e nove reais e vinte e quatro centavos)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA Nº 13/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 13/2015 - DL**

Processo Nr.: 41/2015
Data: 10/03/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: AGÊNCIA COSMOS DE VIAGENS LTDA.
Endereço: RUA DONALD GEHRING,50
Cidade: Jaraguá do Sul - SC
CNPJ: 76.366.673/0001-21

Código: 7578

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de passagem aérea de Curitiba/PR à Brasília/DF para atender as necessidades do Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Voo 6240 - gol, saída dia 10/03/2015 às 08h38min, de Curitiba-PR (Afonso Pena), com destino a Brasília/DF (Presidente Juscelino Kubitschek).	UN	496,54	496,54
2	1,00	Voo 1079 - gol, saída dia 12/03/2015 às 20h18min, de Brasília/DF (Presidente Juscelino Kubitschek), com destino a Curitiba/PR (Afonso Pena).	UN	255,93	255,93

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Passagem aérea para o Secretário Maykel Roberto Laube, para audiência no FNDE, com Deputados Federais e Senadores em Brasília/DF.

Schroeder, 10 de Março de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 13/2015 - DL**

Processo Nr.: 41/2015
Data: 10/03/2015

Folha: 2/2

5/3/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 5 de Março de 2015

Valor da Despesa: 752,47 (setecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e sete centavos)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 050/2015

DECRETO Nº 050/2015 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015
"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO
ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 1010/2014 de 02/12/2014 e Decreto nº 49/2015 de 13/02/2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 162.661,05 (cento e sessenta e dois mil, seiscentos e sessenta e um reais e cinco centavos), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1010/2014 de 02/12/2014,

Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária: 07.01 - Departamento de Agricultura
Projeto/Atividade: 1.904 - Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos
Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas
Fonte: 0.3.0083 - Superávit Alienação de Bens
Despesa: 108 R\$ 162.661,05

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 162.661,05 (cento e sessenta e dois mil, seiscentos e sessenta e um reais e cinco centavos), são provenientes do Superávit Financeiro do Exercício anterior apurado pelo Decreto nº 049/2015 de 13/02/2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta/SC, 13 de fevereiro de 2015.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

DECRETO Nº 063/2015

DECRETO Nº 63/2015 DE 04 DE MARÇO DE 2015
"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita Municipal de Serra Alta (em exercício), Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 1010/2014 de 02/12/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 31.440,64 (trinta e um mil,

quatrocentos e quarenta reais e sessenta e quatro centavos), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1010/2014 de 02/12/2014 a saber:

Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 - Departamento de Educação
Projeto/Atividade: 2.500 - Manutenção do Ensino Básico
Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - Aplicações Diretas
Fonte: 0.1.0028 - Transferência do FNDE - Quota Salário Educação
Despesa: 109 R\$ 31.440,64

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 31.440,64 (trinta e um mil, quatrocentos e quarenta reais e sessenta e quatro centavos), serão anulados da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 - Departamento de Educação
Projeto/Atividade: 2.500 - Manutenção do Ensino Básico
Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas
Fonte: 0.1.0028 - Transferência do FNDE - Quota Salário Educação
Despesa: 45 R\$ 31.440,64

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 31.440,64
(trinta e um mil, quatrocentos e quarenta reais e sessenta e quatro centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta/SC, 04 de Março de 2015.
BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

DECRETO Nº 064/2015

DECRETO Nº 064/2015 DE 04 DE MARÇO DE 2015
"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO
ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita Municipal de Serra Alta (em exercício), Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 1010/2014 de 02/12/2014 e Decreto nº 49/2015 de 13/02/2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 535.494,28 (Quinhentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte e oito centavos), nos programas e verbas abaixo discriminadas e constantes dos anexos da Lei Municipal nº 1010/2014 de 02/12/2014,

Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DES. ECONÔMICO

Unidade Orçamentária: 03.01 - Departamento de Administração
 Projeto/Atividade: 1.330 - Apoio a Segurança Pública
 Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas
 Fonte: 00.03.0045 - Superávit - FUNREBOM
 Despesa: 117
 R\$ 4.943,44

Fonte: 00.03.0054 - Superávit - Convênio Trânsito - Polícia Militar
 Despesa: 120
 R\$ 3.207,01
 Fonte: 00.03.0055 - Superávit - Convênio Trânsito - Polícia Civil
 Despesa: 121
 R\$ 6.596,64
 Fonte: 00.03.0056 - Superávit - Convênio Trânsito - Prefeitura
 Despesa: 122
 R\$ 6.964,35

Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
 Unidade Orçamentária: 04.01 - Departamento de Contabilidade
 Projeto/Atividade: 0.400 - Encargos Gerais do Município
 Natureza da Despesa: 4.6.90.00 - Aplicações Diretas
 Fonte: 00.03.0000 - Superávit - Recursos Ordinários
 Despesa: 110
 R\$ 200.000,00

Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
 Unidade Orçamentária: 05.01 - Departamento de Educação
 Projeto/Atividade: 2.500 - Manutenção do Ensino Básico
 Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas
 Fonte: 00.03.0028 - Superávit - Transferência FNDE - QSE
 Despesa: 123
 R\$ 17.437,90

Projeto/Atividade: 2.510 - Manutenção da Merenda Escolar
 Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas
 Fonte: 00.03.0060 - Superávit - Transferência FNDE - PNAE
 Despesa: 124
 R\$ 2.532,48

Projeto/Atividade: 2.550 - Manutenção da Creche
 Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas
 Fonte: 00.03.0022 - Superávit - Convênios da Educação
 Despesa: 114
 R\$ 82.352,61

Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 Unidade Orçamentária: 07.01 - Departamento de Agricultura
 Projeto/Atividade: 1.904 - Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos
 Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas
 Fonte: 00.03.0024 - Superávit - Transferência Convênios Outros
 Despesa: 115
 R\$ 102.870,98

Órgão: 08.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS
 Unidade Orçamentária: 08.01 - Departamento de Transportes
 Projeto/Atividade: 2.110 - Manutenção da Secretaria dos Transportes
 Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas
 Fonte: 00.03.0016 - Superávit - CIDE
 Despesa: 112
 R\$ 1.323,01
 Fonte: 00.03.0068 - Superávit - Fundo Especial do Petróleo
 Despesa: 116
 R\$ 7.511,81

Unidade Orçamentária: 08.02 - Departamento DE Obras e Serviços Urbanos
 Projeto/Atividade: 1.120 - Pavimentação de Ruas, Passeios e

Ciclovias

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas
 Fonte: 00.03.0083 - Superávit - Operações de Crédito Internas
 Outros Programas
 Despesa: 125
 R\$ 12.491,25

Projeto/Atividade: 2.120 - Manutenção dos Serviços Urbanos
 Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas
 Fonte: 00.03.0017 - Superávit - COSIP
 Despesa: 113
 R\$ 22.122,20

Órgão: 11.00 - SECRETARIA ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Unidade Orçamentária: 11.03 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Projeto/Atividade: 2.900 - Manutenção do Fundo de Assistência Social
 Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas
 Fonte: 00.03.0052 - Superávit - Transferências do FNAS
 Despesa: 119
 R\$ 42.014,00

Projeto/Atividade: 2.920 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
 Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas
 Fonte: 00.03.0052 - Superávit - Transferências do FNAS
 Despesa: 118
 R\$ 23.126,60

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 535.494,28 (Quinhentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte e oito centavos), são provenientes do Superávit Financeiro do Exercício anterior apurado pelo Decreto nº 049/2015 de 13/02/2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de Março de 2015.
 BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO
 Prefeita Municipal (em exercício)

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
 Secretário de Administração

DECRETO Nº 065/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO Nº 065/2015 de 04 DE MARÇO DE 2015
 "DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS E SEUS DETALHAMENTOS, ORIUNDAS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita Municipal de Serra Alta (em exercício), Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e na forma do inciso II do Art. 5º da Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1010/2014 de 02/12/2014).

DECRETA :

Art. 1º - A composição do Superávit Financeiro do Fundo Municipal de Saúde - FMS, apurado no Balanço Anual de 2014, obedecerá os

valores de acordo com as Destinações de Recursos e seus respectivos Detalhamentos de acordo com a relação abaixo:

Nº CONTA BANCÁRIA – RECURSOS ORDINÁRIOS	DR P/ 2014	VALOR R\$
BCO BRASIL – CTA 5.395-3 – MOVIMENTO	00.03.0003	12.372,44
BCO CAIXA – CTA 109-7 – MOVIMENTO	00.03.0003	2.955,09
BCO SICOOB – CTA 12.189-7 – MOVIMENTO	00.03.0003	1.444,64
TOTAL DA FONTE ORDINÁRIA		16.772,17
- Restos a Pagar Recursos ordinários		11.135,99
- Superávit Recursos Ordinários		5.636,18

Nº CONTA BANCÁRIA – FONTE 34	DR P/ 2014	VALOR R\$
BCO BRASIL – CTA 5.396-1 – PISO DE ATENÇÃO BÁSICA	00.03.0034	1.820,56
BCO BRASIL – CTA 5.398-8 – SAÚDE BUCAL	00.03.0034	6.850,51
BCO BRASIL – CTA 5.397-x – ESF	00.03.0034	2.657,93
BCO BRASIL – CTA 5.399-6 – ACS	00.03.0034	1.226,28
BCO BRASIL – CTA 5.608-1 – PMAQ	00.03.0034	1.324,71
- Superávit – Fonte 34		13.879,99

Nº CONTA BANCÁRIA – FONTE 35	DR P/ 2014	VALOR R\$
BCO BRASIL – CTA 5.237-X – MAC	00.03.0035	7.280,25
- Superávit – Fonte 35		7.280,25

Nº CONTA BANCÁRIA – FONTE 36	DR P/ 2014	VALOR R\$
BCO BRASIL – CTA 5.238-8 – VIGILÂNCIA SANITÁRIA	00.03.0036	17.721,96
- Superávit – Fonte 36		17.721,96

Nº CONTA BANCÁRIA – FONTE 37	DR P/ 2014	VALOR R\$
BCO BRASIL – CTA 5.400-3 – FARMÁCIA BÁSICA	00.03.0037	4.359,73
BCO BRASIL – CTA 5.235-3 – AFB	00.03.0037	1.657,99
- Superávit – Fonte 37		6.017,72

COMPOSIÇÃO DO SUPERÁVIT		
TOTAL RECURSOS ORDINÁRIOS		16.772,17
TOTAL RECURSOS VINCULADOS		44.899,92
- Restos a Pagar – Recursos Ordinários		11.135,99
- Restos a Pagar – Recursos Vinculados		0,00
TOTAL DO SUPERÁVIT		50.536,10

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de março de 2015.
BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO
Prefeita Municipal (em exercício)

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

DECRETO Nº 066/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO Nº 066/2015 DE 04 DE MARÇO DE 2015
“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita Municipal de Serra Alta (em exercício), Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 1010/2014 DE 02/12/2014 em especial o Decreto nº 065/2015 de 04/03/2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.536,10 (cinquenta mil, quinhentos e trinta e seis reais e dez centavos), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1010/2014 de 02/12/2014.

Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 10.01 - Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 2.800 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas
Fonte: 00.03.0003 - Recursos ordinários
Despesa: 17 R\$ 5.636,18
Fonte: 00.03.0064 - Transferências do SUS - Atenção Básica
Despesa: 18 R\$ 13.879,99
Fonte: 00.03.0065 - Transferências do SUS - MAC
Despesa: 19 R\$ 7.280,25
Fonte: 00.03.0067 - Transferências do SUS - AFB
Despesa: 21 R\$ 6.017,72

Projeto/Atividade: 2.810 - Vigilância em Saúde
Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas
Fonte: 00.03.0066 - Recursos ordinários
Despesa: 20 R\$ 17.721,96

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 50.536,10 (cinquenta mil, quinhentos e trinta e seis reais e dez centavos), são provenientes do Superávit Financeiro do Exercício anterior apurado pelo Decreto nº 065/2015 de 04/03/2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta/SC, 04 de março de 2015.
BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015

Tipo: Menor Preço por item.

OBJETO: Contratação de Serviços de Instrutores habilitados nas áreas de danças de rua, hip-hop, típica italiana, patinação, música e treinamento desportivo p/ auxiliar nos trabalhos desenvolvidos pela Secretaria de Educação (Departamento de Cultura e Esporte), enfatizando a importância da atividade esportiva e valorização e preservação do patrimônio cultural, além de incentivar os talentos locais.

Entrega dos Envelopes : 08:30 horas do dia 24 de Março de 2015.

Abertura dos Envelopes : 09:00 horas do dia 24 de Março de 2015.

O Edital encontra-se disponível no site do Município www.serraalta.sc.gov.br e maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas.

SERRA ALTA, 11 de março de 2015.

BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO

PREFEITA EM EXERCÍCIO

Siderópolis**PREFEITURA****10 2015 FMS PUBLICAÇÃO MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA**

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDERÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO FMS Nº 10/2015 PREGÃO FMS Nº. 02/2015

O Município de Siderópolis, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público as empresas interessadas que de conformidade com a Lei Nº 10.520/02, Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 24/03/2015, às 14:00 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA) no referido setor, na Rua Presidente Dutra, nº01/Centro, se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de receber propostas para o Fornecimento parcelado de Materiais de Limpeza, conforme as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, durante o exercício de 2015, o edital já está disponível no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br ou através de solicitação no e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br. Maiores informações: (48) 3435-3188.

Siderópolis, 10 de março de 2015.

Fabiola Cardoso Comin

Pregoeira

Sombrio**PREFEITURA****EXTRATO DE CONVENIO Nº. 010/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº. 010/2015

CONCEDENTE: O Município de Sombrio.

PROPONENTE: Associação Esportiva Juventude de Sombrio - SC.05.155.223/0001-41

OBJETO: O Presente Convênio tem por objetivo a concessão de auxílio financeiro destinado a educação de crianças, adolescentes e adultos, através do esporte (futebol e geral).

VIGÊNCIA: 02/03/2015 a 31/12/2015

VALOR: R\$ 20.600,00 vinte mil e seiscentos reais).

EXTRATO DE CONVENIO Nº. 011/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº. 011/2015

CONCEDENTE: O Município de Sombrio.

PROPONENTE: Associação Cultural Esportiva de Nova Guarita - CENG.

CNPJ Nº. 12.195.920/0001 - 91

OBJETO: O Presente Convênio tem por objetivo a concessão de auxílio financeiro destinado através do esporte (Escolinha de Futebol), recreação e trabalho sociais que envolvam famílias e ou pessoas carentes da comunidade no desenvolvimento comunitário.

VIGÊNCIA: 02/03/2015 a 31/12/2015

VALOR: R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

Tigrinhos**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO 022-2015**

EXTRATO DE CONTRATO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS
PROCESSO LICITATÓRIO 012/2015

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS - torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado no dia 02/03/2015 o contrato nº. 022/2015 no com ROSI INACIA REICHERT - CNPJ: 19.762.606/0001-92 no valor de R\$ 1.000,00 (mensais), para Ministrar Ensino de Patinação, durante o exercício de 2015.

TIGRINHOS/SC, em 10 de março de 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO 021-2014 SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TIGRINHOS - torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado primeiro termo aditivo para adição e supressão de itens da contratação referente o contrato nº. 021/2014, cujo objeto é a contratação de empresa civil para fornecimento de materiais e mão de obra para execução do projeto de reforma da Unidade Básica de Saúde.

TIGRINHOS/SC, em 10 de Março de 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 789/2015

LEI MUNICIPAL Nº. 789/2015, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A AUXILIAR FINANCEIRAMENTE A ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a auxiliar financeiramente, em parcelas mensais, no valor de até 4.000,00 (quatro mil reais), a Associação de Estudantes do Município de Tigrinhos, no período de fevereiro de 2015 a dezembro de 2015, para fretamento de ônibus para o transporte dos alunos associados de Tigrinhos a Maravilha.

Art. 2º. Fica ainda autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar o repasse mensal de auxílio-transporte de até R\$ 70,00 (setenta) reais para cada aluno associado que utilizar transporte próprio até a cidade de Maravilha, e desta cidade, se dirigir a outros polos educacionais da região em ônibus fretado durante o período em que houver aulas.

§ 1º. Não será permitido ao estudante usufruir de dois auxílios ao

mesmo tempo.

§ 2º. Para receber o auxílio transporte de até R\$ 70,00 (setenta) reais, o aluno deverá comprovar a despesa mediante apresentação de Nota Fiscal da empresa prestadora de serviço, sendo que a Associação dos Estudantes de Tigrinhos realizará o pagamento direto na conta corrente de referida empresa.

Art. 3º. Os recursos financeiros repassados deverão ser utilizados no transporte diário dos alunos acadêmicos e de cursos técnicos aos respectivos locais onde se encontram matriculados, e serão distribuídos proporcionalmente à distância e o número de acadêmicos.

Art. 4º. A Associação de Estudantes do Município de Tigrinhos deverá prestar contas, mensalmente, dos recursos recebidos, observando o disposto na Instrução Normativa nº 14, emitida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, sob pena de suspensão imediata dos repasses, juntando os seguintes documentos: cópia dos comprovantes de despesa, balancete financeiro, extrato bancário de conta específica, declaração do Presidente e Tesoureiro da entidade de que os recursos foram recebidos e aplicados para os fins a que se destinaram e declaração da Instituição Educacional de que houveram aulas no mês.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
ÓRGÃO: 05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

UNID 05.01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ ATIV.: 2.127 - AUXILIO FINANCEIRO ACADÊMICOS DO MUNICÍPIO

33.50 - transferências a instituições privadas sem fins lucrativos.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tigrinhos/SC, 11 de Março de 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

PORTARIA 063/2015

PORTARIA Nº. 063/2015.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LOTAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica alterada a lotação da servidora Pública Municipal LAINE TEREZINHA BOTTEGA MANFRIN, inscrito sob a Matrícula Nº. 383/03, que se encontrava exercendo a função de Coordenadora do CREAS, passando a mesma a exercer suas funções junto ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Tigrinhos/SC.

Art. 2º. A alteração de que trata o artigo 1º é efetuada tendo em vista a imperiosa e necessidade pública.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em onze de março de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

PORTARIA 064/2015

PORTARIA Nº. 064/2015.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDORA LUCIANE PISSATTO, SENDO CONVERTIDA EM ABONO PECUNIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida licença prêmio a pedido da Servidora Pública, a Sra. LUCIANE PISSATTO, efetiva no cargo de Controle Interno, cadastrado na matrícula nº. 358/01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, relativo ao período de Julho de 2007 a Julho de 2013, sendo convertido em Abono Pecuniário, conforme Art. 126 § 3º da Lei Municipal 777//2014, conforme requerimento do mesmo e seu deferimento.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em onze de março de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

PORTATARIA 062/2015

PORTARIA Nº. 062/2015.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR E REDUÇÃO DE CARGA DA HORÁRIA DO CARGO DE DIRETOR GERAL - CC 05.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei etc.

CONSIDERANDO, supremo interesse administrativo, consubstanciado pela necessidade da contratação de servidor comissionado para Atuar no Departamento de Transporte Escolar;

CONSIDERANDO, que a necessidade apresentada pelo Município autoriza a redução da carga horária do cargo de Diretor (CC-05) para 20 horas;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o senhor DILMAR JOSÉ SIMONETTI, para exercer o cargo de CC 05 - DIRETOR GERAL, com 20 (vinte) horas semanais, a contar a partir de 10 de Março de 2015, percebendo a remuneração prevista na legislação municipal vigente, observando

a redução da carga horária.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA EM, 10 DE MARÇO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dez de março de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

Timbé do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 09/2015_FMS

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 09/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Hospclin Comércio Atacadista de Materiais Hospitalares Eireli ME

Objeto: Fornecimento parcelado material médico hospitalar para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde do município de Timbé do Sul, para o ano de 2015.

Valor: R\$76.076,75 (setenta e seis mil, setenta e seis reais e setenta e cinco centavos) global estimado

Vigência: de 27/02/2015 a 31/12/2015

EXTRATO DO CONTRATO 10/2015_FMS

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 10/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: La Dalla Porta Junior EPP

Objeto: Fornecimento parcelado material médico hospitalar para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde do município de Timbé do Sul, para o ano de 2015.

Valor: R\$13.334,00 (treze mil, trezentos e trinta e quatro reais) global estimado

Vigência: de 27/02/2015 a 31/12/2015

EXTRATO DO CONTRATO 11/2015_FMS

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 11/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Plasmedic Comercio de Materiais para Uso Medico e Laboratorial Ltda.

Objeto: Fornecimento parcelado material médico hospitalar para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde do município de Timbé do Sul, para o ano de 2015.

Valor: R\$11.521,50 (onze mil, quinhentos e vinte e um reais e cinqüenta centavos) global estimado

Vigência: de 27/02/2015 a 31/12/2015

EXTRATO DO CONTRATO 12/2015_FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 12/2015
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: Altermed Material Medico Hospitalar Ltda.
Objeto: Fornecimento parcelado de medicamentos para suprir o atendimento básico à população do município de Timbé do Sul, para o ano de 2015.
Valor: R\$17.717,80 (dezesete mil, setecentos e dezesseite reais e oitenta centavos) global estimado
Vigência: de 27/02/2015 a 31/12/2015

EXTRATO DO CONTRATO 13/2015_FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 13/2015
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: Elosul Medicamentos e Materiais Hospitalares Ltda.
Objeto: Fornecimento parcelado de medicamentos para suprir o atendimento básico à população do município de Timbé do Sul, para o ano de 2015.
Valor: R\$99.392,00 (noventa e nove mil, trezentos e noventa e dois reais) global estimado
Vigência: de 27/02/2015 a 31/12/2015

EXTRATO DO CONTRATO 14/2015_FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 14/2015
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: La Dalla Porta Junior EPP
Objeto: Fornecimento parcelado de medicamentos para suprir o atendimento básico à população do município de Timbé do Sul, para o ano de 2015.
Valor: R\$24.172,25 (vinte e quatro mil cento e setenta e dois reais e vinte e cinco centavos) global estimado
Vigência: de 27/02/2015 a 31/12/2015

EXTRATO DO CONTRATO 15/2015_FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 15/2015
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: Hosplclin Comércio Atacadista de Materiais Hospitalares Eireli ME
Objeto: Fornecimento parcelado de material odontológico manutenção da Secretaria Municipal de Saúde do município de Timbé do Sul, para o ano de 2015
Valor: R\$42.466,50 (quarenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos) global estimado
Vigência: de 02/03/2015 a 31/12/2015

EXTRATO DO CONTRATO 16/2015_FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 16/2015
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: La Dalla Porta Junior EPP
Objeto: Fornecimento parcelado de material odontológico manutenção da Secretaria Municipal de Saúde do município de Timbé do Sul, para o ano de 2015.
Valor: R\$7.924,38 (sete mil, novecentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos) global estimado
Vigência: de 02/03/2015 a 31/12/2015

EXTRATO DO CONTRATO 17/2015_FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 17/2015
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: Dentalmed Distribuidora de Produtos Médicos e Odontológicos Ltda ME
Objeto: Fornecimento parcelado de material odontológico manutenção da Secretaria Municipal de Saúde do município de Timbé do Sul, para o ano de 2015.
Valor: R\$3.165,01 (três mil cento e sessenta e cinco reais e um centavo) global estimado
Vigência: de 02/03/2015 a 31/12/2015

PORTARIA 14/2015

PORTARIA Nº 86, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.
Concede Licença Maternidade

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 467/88, de 16 de dezembro de 1988.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Susana dos Santos, matrícula nº 2899, ocupante do Cargo de Professor, do Quadro de Pessoal do Município de Timbé do Sul, pelo período de 120 dias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 31 de outubro de 2014.
Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

ATA DE HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 05 2015 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº. 05/2015 - PMT

Às nove horas e dez minutos, do nono dia, do mês de março de dois mil e quinze, no auditório da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Bárbara Luiza Poffo de Azevedo e, representando a empresa CONTRUTORA TERTEL LTDA ME, o Sr. Alcione Gilberto Radünz, representando a empresa PAULO ROBERTO VOLLES ME, o Sr. Paulo Roberto Volles, a empresa CONSTRUTORA F & F LTDA EPP apresentou os documentos de credenciamento, porém, o representante não esteve presente na sessão, para abertura dos envelopes de Habilitação da Tomada de Preços nº 05/2015 - PMT.

Entregaram, tempestivamente, os envelopes de Habilitação e Proposta, as seguintes empresas: CONTRUTORA TERTEL LTDA ME, PAULO ROBERTO VOLLES ME e CONSTRUTORA F & F LTDA EPP.

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. A senhora Presidente em prosseguimento, passou à abertura do envelope Habilitação, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, de todos os documentos neles contidos.

Aberta a palavra, o representante da empresa CONTRUTORA TERTEL LTDA ME, em relação aos documentos de habilitação das demais empresas participantes se manifestou no seguinte sentido:

- CONSTRUTORA F & F LTDA EPP: O Certificado de Registro Cadastral apresentado está sem a devida autenticação; A Demonstração da Saúde Financeira está sem a assinatura do contador; A Declaração de Inidoneidade mencionou outro Município e não o de Timbó; Não apresentou a Certidão de Pessoa Física do CREA ou CAU; O contrato de serviço com o profissional foi apresentado sem autenticação; o currículo está sem a assinatura do profissional; a Certidão de Acervo Técnico - CAT não comprova o método construtivo enxaimel; a Declaração de Vistoria do local está sem a assinatura do profissional técnico e do proprietário.

- PAULO ROBERTO VOLLES ME: Não apresentou a Certidão de Pessoa Jurídica e Física do CREA ou CAU; o Atestado de Capacidade Técnica não está autenticado pelo CREA ou CAU e não possui assinatura reconhecida do contratante; não apresentou contrato com o profissional técnico; A ART nº 4663406-9 menciona empresa executora Terraplanagem Medeiros Ltda e não Paulo Roberto Volles Me.

O representante da empresa PAULO ROBERTO VOLLES ME, em relação aos documentos apresentados pelas demais empresas, se manifestou no seguinte sentido:

- CONSTRUTORA F & F LTDA EPP: que a empresa não é especializada no método construtivo enxaimel, pois não comprovou experiência.

- CONTRUTORA TERTEL LTDA ME: A Certidão de Acervo Técnico - CAT apresentada não é do método construtivo enxaimel, mas sim apenas do estilo enxaimel.

A Comissão verificou ainda que em relação aos documentos da empresa CONTRUTORA TERTEL LTDA ME, faltou apresentar a Certidão de Regularidade relativa a Seguridade Social (INSS), haja que a certidão negativa de débitos federais apresentada não contempla os débitos previdenciários.

Na sequência a Presidente suspendeu a sessão para análise dos documentos e, encaminhamento dos mesmos ao Setor de Contabilidade e Setor de Engenharia, tendo em vista a necessidade de análise e parecer contábil destes documentos, em especial do item 7.1.4 - Qualificação Econômico-Financeira e parecer técnico dos documentos de habilitação estabelecidos no item 7.1.6 - Qualificação Técnica.

Os envelopes de PROPOSTA deverão permanecer no Setor de Licitação, devidamente lacrado, até a data designada para sua abertura.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos representantes presentes e pelos Membros da Comissão. Registre-se, publique-se, intímem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Presidente

ANDREA TAISE FRANZ
Secretária

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO
Membro

CONTRUTORA TERTEL LTDA ME
PAULO ROBERTO VOLLES ME

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 12 2015 PMT

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2015 PMT

Homologada em 10/03/2015 a Tomada de Preços nº. 12/2015 - PMT, referente a contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para execução das obras de pavimentação, sinalização, drenagem, implantação de passeio e ciclovia da Rua Carlos Strey, neste município, no âmbito do Programa Planejamento Urbano, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, conforme Termos de Compromisso nº 783490/2013/SC (processo 2622.1004312-12/2013 e anexos parte I, II e III) e nº 799791/2013/SC (processo 2622.1013730-94/2013 e anexos parte I, II e III) objetivando a execução de ações relativas ao MCID/PLANEJ URBANO - Pavimentação. EMPRESA VENCEDORA: Empreiteira de Mão de Obra Adrimar Ltda. VALOR: R\$ 912.033,07 (novecentos e doze mil e trinta e três reais e sete centavos).

Timbó, 10 de março de 2015
ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 25 2015 PMT REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão Nº 25/2015 PMT

OBJETO: registro de preço para aquisição de diversos gêneros alimentícios perecíveis e pouco perecíveis, destinados aos Núcleos de Educação Infantil (NEI), Unidades Pré-Escolares (UPE) e Escolas da rede pública municipal de ensino fundamental, para cumprimento do cardápio no período de abril de 2015 até abril

de 2016, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 15h00min do dia 23 de março de 2015. ABERTURA: dia 23/03/2015 às 15h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 09/03/2015.
SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário Municipal de Educação

AVISO TOMADA DE PREÇOS N.º 01 2015 FUMTUR - CONSTRUÇÃO DO CENTRO GASTRONÔMICO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

AVISO DE Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia Nº 01/2015 - FUMTUR

OBJETO: contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia objetivando a total execução (compreendendo material e mão-de-obra) para construção do "Centro Gastronômico", a ser executado na rua Professor Julius Scheidemantel (anexo Pavilhão de Esportes Henry Paul), conforme memorial descritivo, orçamento, cronograma físico-financeiro, projeto e demais anexos ao edital. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 27 de março de 2015. ABERTURA: dia 27 de março de 2015 às 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

TIMBO (SC), 10/03/2015
Jorge R. Ferreira
Gestor do Fundo Municipal de Turismo

SAMAE

PORTARIA N. SAMAE- 046, DE 09 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA N. SAMAE- 046, DE 09 DE MARÇO DE 2015

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó - SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3679, de 01/12/2014;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
VANDERLEI GESSNER (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	16/09/1983	008.950.429-16	44 horas	09/03/2015 a 31/03/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

CARLA T. R. GEISLER
Diretora Presidente em exercício

PORTARIA N. SAMAE- 047 DE 10 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA N. SAMAE- 047 DE 10 DE MARÇO DE 2015

Concede Promoção por Nova Titulação ao servidor Diego Zatelli

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012 e com fundamento nos arts. 20 a 25 da Lei Complementar n. 137 de 02 de Julho de 1998,

RESOLVE

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO, ao Servidor ocupante de cargo efetivo, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
DIEGO ZATELLI	32	33	09/03/2015	RH 49/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 048 DE 10 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA N. SAMAE- 048 DE 10 DE MARÇO DE 2015

Concede Licença Prêmio convertida em Pecúnia Total ao Servidor Felipe Thales Schiochet

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012 e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar n. 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE

Art.1º Conceder Licença Prêmio convertida em pecúnia total ao Servidor FELIPE THALES SCHIOCHET ocupante de cargo efetivo de Operador de ETA/ETE, lotado no SAMAE, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 03.12.2009 a 03.12.2014, conforme Processo RH n. 27/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 06/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS
Processo Licitatório nº 06/2015 - PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa(s) para prestação de serviços de jardinagem nas áreas de domínio público compreendendo toda parte de manutenção, fornecimento de mudas de flores e demais itens, em conformidade com as especificações do Anexo I, durante o exercício financeiro de 2015.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h00 min do dia 26/03/2015, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

DECRETO 1988

DECRETO N.º 1.988/2015

"NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei Municipal n.º 1498, de 06 de abril de 2004, alterada pela lei nº 1.830/214:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeadas para constituir o CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE (CONDEMA), para o exercício 2015/2016, do Município de Treze Tílias, as seguintes pessoas:

1 - Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

Titular - MARCELO MANTOVANI

2 - Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular - JOSÉ CARLOS TOPOROSKI

3 - Representante da EPAGRI:

Titulares - WALTER GRAFF ZANG

4 - Representante da CIDASC:

Titulares - CARLOS DRESCH

5 - Representante do Setor Empresarial:

Titulares: ROSALINDA FELDER KOROLL

6) Representante da Sociedade Civil Organizada:

Titulares: MARIA ANA UNTERBERGER

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,

05 de março de 2015

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO 1989

DECRETO N.º 1.989/2015

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - CONDEMA

Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal do Meio Ambiente - CONDEMA e dá outras providências.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de TREZE TÍLIAS, Estado Santa Catarina, no uso de suas Atribuições, aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal do meio Ambiente CONDEMA, a saber:

CAPÍTULO I

DA NATUREZA

Art. 1º - O Conselho Municipal do meio Ambiente - CONDEMA, órgão consultivo, deliberativo, normativo e de assessoramento do Poder Executivo Municipal, composto paritariamente por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, tem como objetivos básicos as análises, aprovações, implantações, e acompanhamento de projetos de significativo impacto ambiental local, visando a preservação e conservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental do Município de TREZE TÍLIAS.

CAPÍTULO II

DA FINALIDADE

Art. 2º. Conselho Municipal do meio Ambiente - CONDEMA é responsável pela avaliação da Política Municipal do meio Ambiente e o cumprimento dos princípios constitucionais de participação, publicidade e cooperação na gestão do meio ambiente, em conformidade com os órgãos que compõem o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), bem como seus respectivos regulamentos, tendo como competências:

I-Assessorar, estudar e propor às instâncias do Governo Municipal diretrizes das políticas governamentais para o meio ambiente e seus recursos;

II - Deliberar sobre os padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida;

III-Garantir dispositivos de acesso à informação à comunidade sobre as políticas, diretrizes, normas, regulamentos e procedimentos ambientais;

IV-Propor ao poder executivo e/ou ao legislativo, projetos de lei, decretos e regulamentações referentes à proteção conservação ambiental no Município;

V - Manter intercâmbio, apreciar, apresentar sugestões e proceder, quando julgar necessário, à realização de estudos sobre alternativas e possíveis consequências ambientais associadas a projetos públicos e/ou privados, requisitando aos órgãos do Sisnama competentes, bem como a entidades privadas, as informações indispensáveis à apreciação dos estudos ambientais pertinentes e seus respectivos relatórios de impactos ambientais, no caso de empreendimentos ou atividades e impacto local para fins do exercício da competência do licenciamento ambiental municipal, bem como das atividades potencialmente poluidoras previstas em listagem aprovada por Resoluções do CONSEMA e CONDEMA;

VI - Fiscalizar os Licenciamentos de atividades locais efetivas ou potencialmente poluidoras, a ser concedidos pela União, pelos Estados, e Município, visando o controle e a manutenção da

qualidade do meio ambiente, com vistas ao uso racional dos recursos naturais;

VII - Sugerir ao Órgão Ambiental Municipal, Estadual e Federal, a concessão de incentivos e benefícios fiscais e financeiros, visando à melhoria da qualidade ambiental; e/ou determinar a perda ou restrição de benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público, em caráter geral ou condicional, e a perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

VIII - Exigir dos órgãos competentes o poder de polícia relacionados com a Política

Municipal do Meio Ambiente;

IX - Definir parâmetros e dar pareceres sobre manutenção a projetos de jardinagem e arborização das vias e logradouros públicos;

X - Sugerir prioridades para o atendimento de projetos a serem executados pelo Executivo Municipal, em conformidade com a legislação em vigor, bem como exercer a fiscalização, o controle e o fomento à proteção dos recursos ambientais;

XI - Promover a integração na gestão dos recursos hídricos com a gestão ambiental, articular a viabilidade técnica, econômica e financeira de programas e projetos de investimento e apoiar a integração entre as políticas públicas e setoriais, visando o desenvolvimento sustentável das bacias hidrográficas;

XII - Promover a articulação e a integração entre o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), com iniciativas locais que promovam a participação de todas das instituições e segmentos da Comunidade para propor políticas públicas ambientais de estudos, monitoramento, planos, programas e projetos às diretrizes e metas estabelecidas para a Bacia Hidrográfica, com vistas a garantir a conservação e a proteção dos recursos ambientais;

XIII - Acompanhar a implementação e administração do Unidades de Conservação no Município;

XIV - Apreciar e decidir a respeito das infrações ambientais, em segunda instância administrativa, os recursos interpostos em razão de aplicação de penalidades baseadas em legislação ambiental municipal;

XV - Encaminhar aos órgãos competentes as denúncias de danos ao patrimônio histórico, cultural e ambiental de que tomar conhecimento;

XVI - Incentivar o uso de mecanismos de desenvolvimentos limpos (MDL's) no âmbito do município;

XVII - Incentivar a estruturação e o fortalecimento institucional do Comitê de Bacia Hidrográfica local;

XVIII - Avaliar regularmente a implementação e a execução da política e normas ambientais do município;

XIX - Estabelecer sistema de divulgação de suas atividades;

XX - Promover a integração dos órgãos colegiados do meio ambiente;

XXI - Deliberar sobre os casos omissos, elaborar e alterar o seu regimento interno, submetendo-o a deliberação do CONDEMA e à aprovação do Prefeito Municipal;

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 3º. A estrutura organizacional do Conselho Municipal do Meio Ambiente é Composta de:

I -Plenário;

II -Presidência;

III -Secretaria Executiva; e

IV -Câmaras Técnicas Permanentes e Especiais;

Parágrafo único - O Presidente do CONDEMA poderá instituir Câmaras Técnicas Especiais, por proposição aceita pelo Plenário, com objetivos e prazo de duração determinados, para desenvolver trabalhos com base em estudos, pesquisas e investigações consignados em processos a serem remetidos à Presidência, que encaminhará ao Plenário do CONDEMA para apreciação.

Subseção I

Das Reuniões e Deliberações

Art. 4º. O plenário do CONDEMA reunir-se-á, ordinariamente, uma

vez por trimestre e extraordinariamente, por convocação de seu Presidente, ou de seu substituto na forma deste Regimento, ou atendendo à iniciativa formalizada de 2/3 (dois terços) de seus Conselheiros.

§ 1º. Na primeira reunião anual, o plenário do CONDEMA aprovará o calendário de reuniões ordinárias para o ano vigente.

§ 2º. As reuniões extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de quarenta e oito horas, por escrito ou durante as reuniões ordinárias.

§ 3º. A Plenária poderá ser convocada extraordinariamente pelo seu Presidente ou atendendo à iniciativa formalizada de 2/3 (dois terços) de seus Conselheiros.

§ 4º. O quórum mínimo das Reuniões Plenárias do CONDEMA será de metade de seus membros e de maioria simples dos presentes para manifestações de caráter deliberativo e normativo.

a. Em segunda chamada, o CONDEMA poderá se reunir com número inferior ao quórum do parágrafo anterior, observado o mínimo de 20% dos membros, para os encaminhamentos de caráter consultivo.

b. Para questões de caráter normativo e/ou deliberativo deverá ser Obrigatoriamente respeitado o quórum deste parágrafo. Não havendo quórum até a hora estabelecida para o início da sessão, será dada uma tolerância de trinta minutos para a chegada dos demais membros. Persistindo o número abaixo do quórum mínimo, lavrar-se-á termo de presença, ficando o expediente e a ordem do dia transferido para a próxima reunião ordinária, podendo o Presidente convocar reunião extraordinária para deliberar sobre a pauta.

Art. 5º. Ao Plenário compete:

I - discutir e deliberar sobre assuntos relacionados com a competência do Conselho;

II -julgar e decidir sobre assuntos encaminhados à sua apreciação; e

III - julgar os recursos interpostos decorrentes das infrações ambientais Municipais;

Art. 5º. As matérias a serem submetidas à apreciação do CONDEMA serão organizadas preferencialmente de acordo com a ordem cronológica de entrada e escala de distribuição. As decisões serão adotadas pelo voto da maioria simples dos Conselheiros presentes à reunião e só poderão ser modificadas, revistas ou reconsideradas por 2/3 (dois terços) dos membros do Plenário, cabendo ao Presidente os votos simples e de qualidade.

§ 1º. As votações serão abertas, registrando-se em ata a declaração nominal de voto quando a pedido de algum Conselheiro, ou se assunto tratado for de caráter polêmico.

§ 2º.Os pedidos de reconsideração deverão ser formulados, no prazo de cinco dias úteis da publicação da decisão impugnada, através de petição fundamentada dirigida ao Presidente.

Art. 6º. As reuniões do CONDEMA obedecerão à pauta apresentada pelo Presidente.

§ 1º. Qualquer Conselheiro poderá solicitar inclusão de matéria na pauta da reunião do dia mediante solicitação assinada por pelo menos um terço dos membros presentes, apresentada com até 10(dez) minutos de antecedência para o início da reunião, mediante aprovação pelo plenário, respeitada a ordem do dia previamente estabelecida.

§ 2º. As matérias incluídas na pauta que, por qualquer motivo, não forem apreciadas, deverão constar obrigatoriamente da ordem do dia da sessão ordinária imediata, ou em decorrência de sua urgência e ou relevância, em reunião extraordinária.

Art. 7º. Qualquer Conselheiro poderá pedir retificação da Ata quando de sua votação, devendo a retificação ser aprovada por maioria simples dos Conselheiros presentes.

§ 1º.As retificações constarão da própria ata.

§ 2º. A Ata, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente, Secretário Executivo e demais Conselheiros presentes à sessão.

Art. 8º. Iniciada a ordem do dia, o relator procederá à leitura de seu relatório e proferirá o seu voto fundamentado.

§ 1º. O Presidente abrirá a discussão, concedendo a palavra ao

membro do CONDEMA que a solicitar.

§ 2º. Durante a leitura do relatório e voto do relator, não será permitido aparte.

Art. 9º. Para cada matéria submetida à apreciação do CONDEMA haverá um relator.

Art. 10º. O relator terá o prazo definido pelo presidente do CONDEMA, para apresentar seu voto que deverá ser distribuído aos demais Conselheiros com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão.

Parágrafo único. Não sendo relatado processo em duas reuniões ordinárias consecutivas, o Presidente designará novo relator, quando a apreciação da matéria será transferida improrrogavelmente para a sessão subsequente.

Art. 11º. A apreciação de processos constantes na ordem do dia obedecerá a seguinte disposição:

I - instalação dos trabalhos pela Presidência do Conselho;

II - discussão e aprovação da ata da reunião anterior;

III - apresentação do parecer pelo relator;

IV - discussão de matérias da pauta do dia;

V - apreciação dos pareceres e deliberações oriundas das Câmaras Técnicas;

VI - agenda livre para, a critério da Presidência do Conselho, serem discutidos ou levados ao conhecimento do Plenário assuntos de interesse geral; e

VII - encerramento da reunião pela Presidência do Conselho.

§ 1º. Desde que solicitado por qualquer Conselheiro e aprovado por 2/3 dos membros presentes, poderá ser dispensada a leitura do relatório cuja cópia tenha sido antecipadamente distribuída ao Colegiado, procedendo-se, porém, à leitura da(s) sua(s) conclusão(ões).

§ 2º. O relator disporá de até vinte minutos para expor seu relatório e voto, tendo, ainda, dez minutos para explicar eventual alteração de posição antes de proclamado o resultado.

§ 3º. Qualquer Conselheiro poderá falar sobre a matéria em discussão durante três minutos, prorrogáveis, a juízo do Presidente, por mais três minutos.

§ 4º. Após as considerações finais do relator, o Presidente procederá à votação e proclamará o resultado, só admitindo o uso da palavra para o encaminhamento da votação ou invocação de questão de ordem.

§ 5º. A questão de ordem a que se refere o parágrafo anterior só poderá referir-se ao descumprimento de normas regimentais, ou legais ou para esclarecimento das mesmas, e quando atinentes à matéria em apreciação.

Art. 12º. Um ou mais Conselheiros poderão formular pedido de vista da matéria incluída na ordem do dia.

§ 1º. Formulado o pedido de vista, a matéria será automaticamente retirada da ordem do dia, ficando a discussão e votação transferidas para a próxima reunião do Colegiado.

§ 2º. Considerar-se-á intempestivo o pedido de vista formulado após o encerramento da discussão do respectivo processo.

§ 3º. Em caso de pedido de vista de mais de um Conselheiro, os Conselheiros que a solicitaram, terão prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, para exame do respectivo processo, para efeitos de ordem, em caso de prazo sucessivo, o direito a preferência será do membro mais idoso para o mais jovem.

Art. 13º. O Plenário decidirá sobre os pedidos de preferência para discussão e votação de qualquer matéria incluída na ordem do dia.

Art. 14º. Os votos dos Conselheiros poderão ser transcritos em ata, consignando-se o autor.

Art. 15º. Das reuniões ordinárias e extraordinárias serão lavradas atas assinadas pelos membros do CONDEMA presentes, distribuídas cópias aos Conselheiros e arquivadas por ordem cronológica, ficando sob a responsabilidade da Secretaria Executiva.

Art. 16º. O Presidente do CONDEMA poderá, convidar técnicos, especialistas e/ou representantes de instituições com atuação na área ambiental, para participar das suas reuniões possibilitando aos mesmos emitir parecer sobre assunto de sua especialidade.

Art. 17º. As deliberações do plenário serão tomadas por maioria

simples dos presentes, cabendo ao Presidente ou seu substituto na forma deste Regimento, no caso de empate, o voto de qualidade.

Art. 18º. As deliberações de competência do CONDEMA, no que couber, serão aprovadas por Resoluções, assinadas pelo Presidente ou seu substituto, na forma deste Regimento, e numeradas cronologicamente.

Parágrafo único. As demais decisões serão formalizadas através de pareceres ou enunciados que, aprovados pelo Plenário, serão assinados pelo Presidente ou seu substituto, na forma deste Regimento, e numerados cronologicamente.

Art. 19º. As decisões da Plenária serão formalizadas em Resoluções e outras deliberações, sendo imediatamente publicada na imprensa oficial do Município ou em jornal local de grande circulação ou afixadas em local de grande acesso público, após cada sessão.

Parágrafo único. Os pareceres ou enunciados serão encaminhados aos interessados, para efeito de orientação no tocante à adoção de medidas que visem à defesa e preservação do meio ambiente.

Art. 20º. O suplente da CONDEMA poderá, na ausência ou impedimento do seu titular, comparecer e votar nas reuniões do Plenário.

Subseção II

Da Presidência

Art. 21º. O Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente será o Presidente do CONDEMA, sendo, na sua ausência, substituído pelo Vice Presidente, eleito por maioria simples, dentre os Conselheiros aptos a votar e serem votados

Art. 22º. Compete ao Presidente do CONDEMA:

I - Presidir as reuniões do Conselho, decidir questões de ordem, apurar e proclamar resultados das votações;

II - convocar as reuniões;

III - submeter ao Plenário matéria para sua apreciação e deliberação;

IV - designar relatores e despachar processos;

V - subscrever as Resoluções aprovadas pelo CONDEMA;

VI - representar o CONDEMA em suas relações com terceiros ou indicar um Conselheiro para esta finalidade;

VII - convidar pessoas ou entidades para participarem das reuniões do CONDEMA;

VIII - encaminhar aos órgãos do Poder Executivo Municipal e suas Autarquias ou Fundações, informações, pleitos, representações, etc., com vistas ao pleno exercício dos poderes do CONDEMA;

IX - baixar as normas da Política Municipal do meio Ambiente formuladas e aprovadas pelo Conselho e, outras diretrizes de competência do CONDEMA, procedendo sua implementação e fiscalização;

X - de ofício, ou por proposta de qualquer membro do Conselho, solicitar a órgãos públicos federais, estaduais ou municipais e as entidades privadas que se interessem pela política do meio ambiente, o apoio técnico necessário ao exame das matérias a serem discutidas e definidas pelo Plenário, respeitada a competência privativa do CONDEMA;

XI - outras atribuições que lhe forem conferidas pelo CONDEMA.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no inciso IV deste artigo, o Relator, no prazo de quinze dias, prorrogáveis por mais quinze, apresentará relatório circunstanciado sobre a matéria objeto de parecer ou decisão, que será submetido à votação do Plenário, na forma do artigo 18 deste Regimento.

Subseção III

Da Secretaria Executiva

Art. 23º. A Secretaria Executiva será dirigida por um(a) Secretário(a) Executivo(a), Conselheiro(a), designado pelo Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 24º. Os serviços administrativos da Secretaria Executiva serão desenvolvidos com o apoio técnico e operacional de servidores requisitados de órgãos e entidades da Administração Municipal.

Art. 25º. Os documentos enviados ao Conselho, bem como os recursos administrativos, serão recebidos, registrados e autuados

pela Secretário Executivo.

Art. 26º. Os documentos enviados ao CONDEMA serão complementados com informações referentes ao assunto neles abordados e encaminhados à Presidência do Conselho para exame, se for o caso, pelas Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Estudos.

§ 1.A Presidência poderá mandar devolver ao interessado documentos recebidos que tratem de assuntos que possam ser solucionados por outro órgão ou entidade da Administração Municipal.

§ 2. O prazo para a apresentação dos relatórios das Câmaras Técnicas, das Comissões e dos Grupos de Estudos será fixado pela Presidência do Conselho.

§ 3. Os recursos administrativos recebidos e autuados pela Secretaria Executiva serão encaminhados a Câmara Técnica de Recursos Administrativos pelo Presidente.

Art. 27º.O(A) Secretário(a) Executivo(a) do Conselho deverá comparecer a todas as reuniões do Plenário, incumbindo-lhe secretariar os trabalhos das reuniões.

Parágrafo único - O(a) Secretário Executivo, quando ausente a qualquer reunião plenária ou de Câmara Técnica, terá designado o seu substituto pelo Presidente do CONDEMA.

Art. 28º.São atribuições da Secretaria Executiva:

I - assinar as correspondências juntamente com o Presidente;

II - preparar, junto com a Presidência, as pautas de reuniões;

III - assessorar a Presidência e o Plenário na organização das matérias submetidas ao CONDEMA, para decisão ou parecer;

IV - receber e encaminhar à Presidência e ao Plenário as matérias submetidas ao CONDEMA;

V - organizar e manter em arquivo toda a documentação de interesse do CONDEMA, inclusive as correspondências recebidas e enviadas;

VI - outras atribuições que lhe forem conferidas pela Presidência e pelo Plenário.

VII - fornece suporte técnico, administrativo e jurídico ao Conselho e ao seu presidente, através de manifestações nos processos administrativos em tramitação no CONDEMA, podendo para tanto requisitar apoio técnico alheio ao Conselho, preferencialmente através de equipe disponibilizada por meio de Consórcio Público;

CAPÍTULO III

DAS CÂMARAS TÉCNICAS

Art. 29º. Ficam instituídas as seguintes Câmaras Técnicas Permanentes junto ao CONDEMA, tendo como objetivo analisar e relatar ao plenário, processos, planos, projetos e atividades, no âmbito dos seguintes assuntos:

I - Saneamento Ambiental;

II - Educação Ambiental;

III - Zoneamento Ambiental;

IV - Fiscalização Ambiental;

V - Gestão de Unidades de Conservação e Proteção da Paisagem;

VI - Especializada de Recursos Administrativos e de Avaliação de Assuntos Jurídicos.

Sessão I

Da composição

Art. 30º.As Câmaras Técnicas, observado o critério de representação paritária, serão, constituídas a critério do Presidente do CONDEMA.

Art. 31º. As Câmaras Técnicas serão compostas por membros do plenário do CONDEMA, ou por profissionais habilitados, cidadãos com experiência no âmbito das atribuições de cada Câmara Técnica, indicados por membros do CONDEMA e designado por seu Presidente, objetivando atender à diversidade de interesses multidisciplinares de seus componentes.

Art. 32º. As Câmaras Técnicas serão presididas por um de seus integrantes, indicado pelo presidente do CONDEMA ou eleito dentre os membros do Plenário.

Art. 33º. A substituição de um membro de Câmara Técnica será feita mediante solicitação do responsável por sua indicação e posterior designação pelo presidente do CONDEMA.

Art. 34º. A ausência não justificada a três reuniões consecutivas

ou cinco alternadas em período anual, sem prévia justificativa aceita pelo Plenário, implicará a substituição do membro da Câmara Técnica.

Sessão II

Da competência

Art. 35º. As Câmaras Técnicas terão as seguintes competências:

I - As Câmaras Técnicas deverão atender às solicitações que lhes forem encaminhadas pelo presidente do CONDEMA;

II -Opinar sobre consulta formulada na área de sua especialidade;

III - Submeter à apreciação do plenário, assunto da área de sua atuação que entenderem necessários ou convenientes;

IV -Apreciar os processos que lhe forem submetidos e sobre eles emitir parecer que será objeto de decisão do plenário, promovendo inclusive, as diligências determinadas;

V - Promover a elaboração de estudos, pesquisas e levantamentos a serem utilizados nos trabalhos do plenário;

Art. 36º. As competências e características específicas das Câmaras Técnicas Permanentes serão estabelecidas pelo Regimento Interno das Câmaras Técnicas, elaborado pelos integrantes da plenária do CONDEMA, aprovado por metade mais um de seus membros e editado por Decreto do Executivo Municipal, sendo o mesmo procedimento previsto para futuras alterações.

Sessão III

Do funcionamento

Art. 37º.O Presidente do CONDEMA estabelecerá o prazo de funcionamento de cada Câmara Técnica Especial.

Art. 38º.O Presidente da Câmara Técnica poderá relatar processos ou designar relatores que participarão da votação para decisão de encaminhamentos.

Parágrafo único - Em cada Câmara Técnica, o processo já devidamente ordenado e informado, será encaminhado ao relator.

Art. 39º.As Câmaras Técnicas se reunirão com quórum de metade mais um de seus membros.

Parágrafo único- em caso de tomada de decisões de encaminhamento, deverá ser observado o quórum de maioria simples dos mesmos.

Art. 40º. A Câmara Técnica de Fiscalização Ambiental terá seu funcionamento permanente na análise de processos de fiscalização.

Sessão IV

Da Assessoria Jurídica

Art. 41º.A Câmara Especializada de Recursos Administrativos e de Avaliação de Assuntos Jurídicos, contará com o Assessor Jurídico do CONDEMA como um de seus membros, devendo emitir parecer sobre recursos a serem decididos em segunda instância pelos plenários do CONDEMA, bem como questões jurídicas a ela encaminhadas pelos presidentes das demais Câmaras Técnicas.

Art. 42º. A Assessoria Jurídica é parte integrante da Secretaria Executiva do CONDEMA e a ela subordinada.

Parágrafo único -A Assessoria Jurídica será composta por 1(um) único Técnico designado pelo Presidente do CONDEMA, devendo a escolha recair obrigatoriamente em técnico de nível superior, com registro profissional junto à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

Sessão V

Da Assessoria Técnica

Art. 43º. A Assessoria Técnica será de responsabilidade do Órgão Ambiental Municipal, que poderá valer-se de técnicos próprios ou em Consórcio Público com esta atribuição.

CAPÍTULO IV

DOS RECURSOS

Art. 44º. Os recursos serão encaminhados a Câmara Técnica de Recursos Administrativos e distribuídos ao Relator pelo presidente da Câmara mediante sorteio pela Secretaria Executiva, de forma igualitária, tendo por base a relação dos membros do CONDEMA, abrindo-se prazo de 20 dias para a devolução do processo com o respectivo Parecer.

Art. 45º. Os processos de recursos que versem sobre matéria idêntica e interpostos pelo mesmo interessado, serão distribuídos, por conexão, ao mesmo Relator.

Art. 46º. O relatório elaborado será assinado pelo Conselheiro Relator e sua apresentação será por ele efetuada, ou, quando não for possível, pela Secretaria Executiva.

Art. 47º. O Conselheiro titular ou suplente, representante do Órgão Ambiental Municipal não poderá ser Relator ou votar em processo de recursos interpostos de decisão da mesma Entidade que representa.

Parágrafo Único. O mesmo critério se aplica a entidades a quem forem delegadas competências de fiscalização e autuação, nos processos a elas concernentes.

Art. 48º. A intimação da decisão do Conselho ao recorrente, após a publicação do acórdão no Diário Oficial do Estado, será efetuada pela Secretaria Executiva.

Art. 49º. Transitada em julgado a decisão, será o processo baixado ao Órgão Ambiental pela Secretaria Executiva para dar cumprimento à decisão do Conselho.

Art. 50º. O Presidente decidirá sobre o encaminhamento, em diligência, dos processos de recurso aos órgãos e entidades, a pedido do Conselheiro Relator.

Parágrafo Único. A diligência interrompe o prazo fixado para a apresentação do relatório pelo tempo que transcorrer.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 51º. O desempenho das funções de representante do CONDEMA não será remunerado, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 52º. Os Órgãos e Entidades da Administração Municipal, integrantes do Sistema Municipal do meio Ambiente, quando solicitadas pelo presidente do CONDEMA, deverão prestar as informações necessárias à execução das atribuições do Conselho.

Art. 53º. Os recursos humanos, materiais e financeiros necessários ao funcionamento do CONDEMA serão providos por dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 54º. Os atos do CONDEMA são de domínio público, ficando sua eficácia condicionada à publicidade administrativa, a ser realizada de forma resumida, no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina ou veículo de comunicação de circulação local.

Art. 55º. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento serão solucionados pela Presidência do Conselho, ouvido o Plenário.

Treze Tílias (SC) 06 de março de 2015

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

O Presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO 1990

DECRETO Nº 1.990/2015

"CRIA E DENOMINA PONTO DE TÁXI NO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial a lei nº 1687/2010:

DECRETA:

Art. 1º. Fica CRIADO neste Município, o ponto de táxi localizado na Rua José Bonifácio próximo ao Monumento aos agricultores.

Parágrafo único. O Ponto de Táxi, descrito no caput deste artigo, fica denominado como PONTO DE TÁXI N.º 10, com 01 (um) veículo licenciado, podendo ser alterado este quantitativo, mediante decreto do Executivo Municipal.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias, 09 de março de 2015.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada o presente Decreto do Diário Oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Trombudo Central

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL FMS 004/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 004/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: FARMACIA TROMBUDO LTDA - ME
Valor : 15.750,00 (quinze mil setecentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 05/02/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTAVEIS ADULTO E INFANTIL PARA FORNECIMENTO A POPULAÇÃO DO MUNICIPIO Trombudo Central, 9 de Março de 2015

EXTRATO CONTRATUAL FMS 005/2015

Contrato Nº.: 005/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: SUPERMERCADO PORTO LTDA
Valor : 1.145,00 (um mil cento e quarenta e cinco reais)
Vigência : Início: 05/02/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTAVEIS ADULTO E INFANTIL PARA FORNECIMENTO A POPULAÇÃO DO MUNICIPIO Trombudo Central, 9 de Março de 2015

EXTRATO CONTRATUAL FMS 006/2015

Contrato Nº.: 006/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDOCENTRAL
Contratada...: Inovadora Serviços Em Tecnologias da Informação LT
Valor : 5.189,91 (cinco mil cento e oitenta e nove reais e noventa e um centavos)
Vigência : Início: 05/02/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Recursos : Dotação:
Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO E ASSESSORIA TÉCNICA DO SISTEMA G_MUS PARA A SECRETARIA DE SAUDE Trombudo Central, 9 de Março de 2015

EXTRATO CONTRATUAL FMS 007/2015

Contrato Nº.: 007/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: ALINE DE ALMEIDA SCARDINE SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI
Valor : 30.000,00 (trinta mil reais)
Vigência : Início: 05/02/2015 Término: 30/07/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM PEDIATRIA, GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA Trombudo Central, 9 de Março de 2015

EXTRATO CONTRATUAL FMS 008/2015

Aditivo Nº : 008/2015 - Contrato Nº: 001/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: POSTO MIMO LTDA
Valor : 57.940,00 (cinquenta e sete mil novecentos e quarenta reais)
Vigência : Início: 11/02/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : 1º TERMO ADITIVO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (ÓLEO DIESEL NOS PADRÕES NORMAIS DE CONSUMO, GASOLINA AMARELA COMUM MISTURADA COM ÁLCOOL, OLEO DIESEL BS 10 E ÁLCOOL) DE ACORDO COM AS NORMAS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MECANIZADA DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DIRETAMENTE DA BOMBA DO FORNECEDOR Trombudo Central, 9 de Março de 2015

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 011/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 011/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: FUNDACAO OSNY J. GONCALVES
Valor : 25.340,00 (vinte e cinco mil trezentos e quarenta reais)
Vigência : Início: 04/02/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO NA MODALIDADE DE TELEVISÃO ABERTA, COM O OBJETIVO DE PRODUZIR, EXECUTAR E VEICULAR INSERÇÕES DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DE INTERESSE PÚBLICO COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 30 (TRINTA) SEGUNDOS CADA INSERÇÃO Trombudo Central, 9 de Março de 2015

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 012/2015

Contrato Nº.: 012/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada.: ALEXANDRE VENTURI
Valor : 14.300,00 (quatorze mil trezentos reais)
Vigência : Início: 05/02/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL, LOCALIZADO NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, COM METRAGEM IGUAL OU SUPERIOR A 115M², SEM OBSTACULOS (COLUNAS) NA SALA PRINCIPAL, COM NO MÍNIMO 02 BANHEIROS, PARA UTILIZAÇÃO PELO GRUPO DE DANÇAS DA SECRETARIA DE CULTURA DO MUNICÍPIO
Trombudo Central, 9 de Março de 2015

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 013/2015

Contrato Nº.: 013/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada.: DANIEL JOSE DE ABREU 00381317900
Valor : 24.200,00 (vinte e quatro mil e duzentos reais)
Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ENSINO DE AULAS DE GAITA, TECLADO E VIOLÃO PARA GRUPOS DA SECRETARIA DE CULTURA DO MUNICÍPIO
Trombudo Central, 9 de Março de 2015

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 014/2015

Contrato Nº.: 014/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada.: VALDECIR PINCEGER 05733236906
Valor : 14.520,00 (quatorze mil quinhentos e vinte reais)
Vigência : Início: 09/02/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ENSINO DE AULAS DE GAITA, TECLADO E VIOLÃO PARA GRUPOS DA SECRETARIA DE CULTURA DO MUNICÍPIO
Trombudo Central, 9 de Março de 2015

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 015/2015

Contrato Nº.: 015/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada.: JAIME GUILHERME DA SILVA ME
Valor : 170.208,00 (cento e setenta mil duzentos e oito reais)
Vigência : Início: 11/02/2015 Término: 11/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTALEINFANTIL DE TROMBUDO CENTRAL
Trombudo Central, 9 de Março de 2015

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 016/2015

Contrato Nº.: 016/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada.: REGIANE MAECHESE-ME
Valor : 93.024,00 (noventa e três mil e vinte e quatro reais)
Vigência : Início: 11/02/2015 Término: 11/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTALEINFANTIL DE TROMBUDO CENTRAL
Trombudo Central, 9 de Março de 2015

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 017/2015

Aditivo Nº : 017/2015 - Contrato Nº.: 002/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada.: POSTO MIMO LTDA
Valor : 1.239.143,50 (um milhão duzentos e trinta e nove mil cento e quarenta e três reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 11/02/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 62/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : 1º TERMO ADITIVO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (ÓLEO DIESEL NOS PADRÕES NORMAIS DE CONSUMO, GASOLINA AMARELA COMUM MISTURADA COM ÁLCOOL, OLEO DIESEL BS 10 E ÁLCOOL) DE ACORDO COM AS NORMAS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MECANIZADA DO MUNICÍPIO DIRETAMENTE DA BOMBA DO FORNECEDOR.
Trombudo Central, 9 de Março de 2015

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 018/2015

Contrato Nº.: 018/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: CERVALE SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA EPP
Valor : 76.692,80 (setenta e seis mil seiscentos e noventa e dois reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 19/02/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO
Trombudo Central, 9 de Março de 2015

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 019/2015

Contrato Nº.: 019/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: CERVALE SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA EPP
Valor : 71.907,26 (setenta e um mil novecentos e sete reais e vinte e seis centavos)
Vigência : Início: 19/02/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS BÁSICOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO
Trombudo Central, 9 de Março de 2015

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 020/2015

Contrato Nº.: 020/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: SUPERMERCADO 4J LTDA - ME
Valor : 1.013,42 (um mil e treze reais e quarenta e dois centavos)
Vigência : Início: 23/02/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERCADORIA)
PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO
Trombudo Central, 9 de Março de 2015

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 021/2015

Contrato Nº.: 021/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E CONSULTORIA LTDA
Valor : 4.098,30 (quatro mil e noventa e oito reais e trinta centavos)
Vigência : Início: 23/02/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE PARA GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL (EDUCA-CIM)
Contratada...: IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E
Vigência : Início: 23/02/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Recursos : Dotação:
Trombudo Central, 9 de Março de 2015

EXTRATO CONTRATUAL PMTC 022/2015

Contrato Nº.: 022/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada...: W.L.A ASSESSORIA LTDA
Valor : 32.879,00 (trinta e dois mil oitocentos e setenta e nove reais)
Vigência : Início: 25/02/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA ÁREA ADMINISTRATIVA TRIBUTARIA DO MUNICÍPIO, COMPREENDENDO AS ATIVIDADES DESCRITAS NO EDITAL
Trombudo Central, 9 de Março de 2015

Tunápolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 02/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS/SC torna público que fará realizar Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "menor preço por item" para a contratação de empresa especializada para dar publicidade aos atos oficiais e/ou propaganda institucional exarados pela Câmara Municipal de Tunápolis, em órgão da imprensa escrita (jornal).

Local: Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis - Rua da Matriz nº 53, Centro - Tunápolis/SC.

Entrega dos envelopes e credenciamento: 24 de Março de 2015, às 17h15min.

Abertura dos Envelopes: 24 de Março de 2015, às 17h30min.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Secretaria da Câmara Municipal ou pelo telefone 49) 3632-1300, das 13:00 às 18:00 horas.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 34/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 34/2015

Edital de Pregão Presencial nº 29/2015

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da

Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação,

na modalidade de Pregão Presencial, que Constitui na Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços com reforma de parquinhos de escolas Municipais, conformidade com as especificações dos Anexos

Entrega das propostas até às 14h30min do dia 24/03/2015.

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 10 de março de 2015.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Urussanga

PREFEITURA

AVISO PR 15/2015/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 15/2015/PMU

Objeto: aquisição parcelada de peças e serviços de chapeação e pintura em veículos da frota municipal. Recebimento dos envelopes: até às 13h30 do dia 24/03/2015, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 - Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: Às 13h30 do dia 24/03/2015, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br

Rosane Zatta

Pregoeira

EXTRATOS DE CONTRATOS 122/15, 123/15, 124/15, 125/15, 126/15 E 127/15

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Contrato: 122/2015

Processo de Licitação: 11/2015

Data de Assinatura: 03/03/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: PERKSON PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP

CNPJ/CPF: 00.444.086/0001-41

Objeto: fornecimento parcelada de peças e serviços mecânicos para máquinas pesadas e equipamentos.

Valor Global: R\$ 22.799,57

Extrato do Contrato: 123/2015

Processo de Licitação: 11/2015

Data de Assinatura: 03/03/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: VOLCAP COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA. - ME

CNPJ/CPF: 17.333.628/0001-01

Objeto: fornecimento parcelada de peças e serviços mecânicos para máquinas pesadas e equipamentos.

Valor Global: R\$ 24.665,17

Extrato do Contrato: 124/2015

Processo de Licitação: 11/2015

Data de Assinatura: 03/03/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: HIDRAMIX COMÉRCIO E RECUPERAÇÃO DE BOMBAS E COMANDOS LTDA. - ME

CNPJ/CPF: 09.594.382/0001-01

Objeto: fornecimento parcelada de peças e serviços mecânicos para máquinas pesadas e equipamentos.

Valor Global: R\$ 34.789,82

Extrato do Contrato: 125/2015

Processo de Licitação: 11/2015

Data de Assinatura: 03/03/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: JÚLIO SILVESTRI FILHO - ME
CNPJ/CPF: 15.608.150/0001-50
Objeto: fornecimento parcelada de peças e serviços mecânicos para máquinas pesadas e equipamentos.
Valor Global: R\$ 12.460,06

Extrato do Contrato: 126/2015
Processo de Licitação: 11/2015
Data de Assinatura: 03/03/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: GAMAPE COMÉRCIO DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERVIÇOS LTDA EPP
CNPJ/CPF: 02.341.788/0001-25
Objeto: fornecimento parcelada de peças e serviços mecânicos para máquinas pesadas e equipamentos.
Valor Global: R\$ 19.720,10

] Extrato do Contrato: 127/2015
Processo de Licitação: 14/2015
Data de Assinatura: 09/03/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: BELA VISTA ARTEFATOS DE CIMENTOS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 05.783.700/0001-13
Objeto: fornecimento parcelada de artefatos de cimento.
Valor Global: R\$ 26.472,50

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 01/2015

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 01/2015

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, de um lado, CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ nº 00.811.276/0001-50; e de outro, FUNDAÇÃO MARCONI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 75.565.697/0001-47, com base no art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, na Cláusula Décima Segunda (12.1, "a") do Contrato nº 01/2015, bem como com fulcro no prejulgado nº 1.528, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem rescindir amigavelmente o Contrato nº 01/2015, que tem como objeto a Contratação de Rádio AM ou FM, com abrangência no Município de Urussanga, no período de fevereiro a dezembro de 2015, para transmissões, ao vivo, das Reuniões Ordinárias, Extraordinárias e Solenes da Câmara Municipal de Urussanga, obedecidas integralmente as especificações e exigências previstas no Edital de Credenciamento nº 001/2015.

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

A Presidente da Câmara Municipal de Urussanga/SC, Vereadora Daniela Piacentini Visintim, no uso de suas atribuições, de acordo com o que determina os incisos II e XXIII, ambos do art. 38, do Regimento Interno da Casa, c/c o art. 15, da Resolução nº 11, de 31 de maio de 2006, promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO Nº 02, de 04 de MARÇO de 2015.
ALTERA o PARÁGRAFO ÚNICO, DO ART. 1º, DA RESOLUÇÃO Nº 25, DE 29 DE SETEMBRO DE 2014.

Art. 1º. O parágrafo único do art. 1º, da Resolução nº 25, de 29 de setembro de 2014, que institui e constitui Comissão Especial para a realização de licitação para a contratação de empresa especializada em elaboração, organização e execução de concursos públicos, passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo único. A Comissão instituída é constituída pelos seguintes servidores efetivos e comissionados do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Urussanga:

Claudete Sávio Simas - Presidente;
Andresa Baldassar dos Santos - Secretária; e
Maria do Carmo Medeiros - membro.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Urussanga/SC, 04 de março de 2015.

Vereadora Daniela Piacentini Visintim
Presidente

Vereadora Izoete Duarte V. Gastaldon
1ª Secretária

Vereador João Batista Bom
2º Secretária

Registrada e publicada a presente Resolução no dia quatro de março de dois mil e quinze, no mural da Câmara Municipal de Urussanga e no site www.camaurussanga.sc.gov.br.

Vereadora Izoete Duarte Vieira Gastaldon
1ª Secretária

Videira**PREFEITURA****DECRETO Nº 11.704/15**

DECRETO Nº 11.704/15, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.185/14 de 10 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Fundação Municipal de Esportes de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 24.172,09 (vinte e quatro mil, cento e setenta e dois reais e nove centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

18 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FMEV	
01 – Fundação Municipal de Esportes	
2.076 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes	
3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.3.0378.0 – Aplicações Diretas	R\$ 24.172,09
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	
	R\$ 24.172,09

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2.014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.705/15

DECRETO Nº 11.705/15, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.506/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 3656/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.506/15, que nomeou FERNANDA PAULA DE ALMEIDA, para exercer o emprego público de Odontólogo - ESF, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.706/15

DECRETO Nº 11.706/15, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Odontólogo - Estratégia Saúde da Família

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JOÃO PAULO PARISOTTO ANDRIOLLI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 005/2012, homologado em 02 de julho de 2013, para exercer o emprego público de Odontólogo - Estratégia Saúde da Família, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

ENCERRAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015-PMV, a qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E DESCUPINIZAÇÃO, SENDO O ÓRGÃO GERENCIADOR O MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, INFRAESTRUTURA, ADMINISTRAÇÃO E POLÍCIA MILITAR) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL) foi encerrada em razão da dúvida gerada quanto a metragem e o quantitativo de serviços a serem realizados em cada local. Informações na Av. Manoel Roque, nº 188, fone (49) 3566-9026 ou 3566-9034.

Videira, 09 de Março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0122/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0122/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GIOVANA ESTER DE LIMA
CPF: 086.527.109-70
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 31 de março de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0411/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0411/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ADYR PEDRO FONTANA MACCAGNAN JUNIOR
CPF: 877.557.349-00
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2014 até 31 de março de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0038/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0038/2015
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0576/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DAIANE PADILHA
CPF: 057.062.499-11
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 20 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 0168/15

PORTARIA nº 0168/15
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 3027/2015,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora DIANÊS TEREZINHA ARGENTON, Professora, de 01 de junho de 2015 até 01 de setembro de 2015, referente ao quinquênio de 21 de maio de 2003 até 20 de maio de 2008.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2015.

Videira, 03 de março de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Administração em Exercício

PORTARIA Nº 0172/15

PORTARIA nº 0172/15
Autoriza o Uso de Praça Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 3341/15,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço da Praça Nereu Ramos (coreto), localizada na Avenida Dom Pedro II, pela Associação dos Amigos da Biblioteca Municipal Euclides da Cunha (AABEC), nos dias 07 de março, 11 de abril, 09 de maio, 06 de junho, 11 de julho, 08 de agosto, 12 de setembro, 10 de outubro, 07 de novembro e 05 de dezembro de 2015, das 08h00min às 19h00min, a fim de realizar evento denominado "Feira do Sebo".

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 05 de março de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Administração em Exercício

PORTARIA Nº 0173/15

PORTARIA nº 0173/15

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 3333/2015,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora CLARICE BRANCALIONE MARTINS, Professora, de 01 de julho de 2015 até 01 de outubro de 2015, referente ao quinquênio de 13 de fevereiro de 2010 até 12 de fevereiro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 01 de julho de 2015.

Videira, 06 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 29/2015 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE ESPELHOS CONVEXOS PARA SEREM COLOCADOS EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 06/04/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 10 de Março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2015-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 30/2015 - PMV. 1. OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA READAPTAÇÃO E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS NO VEÍCULO VW 13.130 ANO 1985 PLACAS LZH-0583, FROTA 26, DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 10/04/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 10 de Março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA DE AREIA CERCADA COM ALAMBRADO DE TELA EM ESTRUTURA TUBULAR NA RUA HENRIQUE SEBEN - LOT. AMARENTE. INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA. ÁREA: 337,50 M². As propostas e documentos serão recebidos até às 14h00min do dia 13 de Abril de 2015. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados na home page: www.videira.sc.gov.br, link "Licitações", sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto Departamento de Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00 (trinta reais). Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9032.

Videira, 10 de Março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

PORTARIA Nº 051/2015

PORTARIANº 051/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 048/2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ISABEL BORGHESANG MORGHENROTH

Cargo: PROFESSOR NIVEL II - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário - ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, no período matutino, a partir do dia 10 de março de 2015, em substituição à servidora SAMIRA CRISTINA RODRIGUES DE OLIVEIRA, afastado por licença maternidade, até 04 de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 10 de março de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 10 DE MARÇO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

PORTARIA Nº 052/2015

PORTARIANº 052/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve AMPLIAR CARGA HORÁRIA:

de acordo com o Artigo 27, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: MARINA DE OLIVEIRA

Cargo: PROFESSOR NÍVEL III - ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário - ACT, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria 023/2015, de 04 de fevereiro de 2015, passando de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 10 de março de 2015. A ampliação de 20 (vinte) horas da carga horária se dá pela substituição à servidora SAMIRA CRISTINA RODRIGUES DE OLIVEIRA, afastada por licença maternidade até 04 de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 10 de março de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 10 DE MARÇO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

RESOLUÇÃO Nº 008/2015 CMDCA

RESOLUÇÃO N. 008/2015, de 09/03/2015 DO CMDCA DE VITOR MEIRELES/SC.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA ELEIÇÃO SUPLEMENTAR ESPECIAL EM REGIME DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PARA CONSELHEIRO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente de Vitor Meireles, Juarez Lima Varela, no uso de suas atribuições legais, em consonância com art. 37 da Constitucional Federal, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Municipal nº 0880/2014, tendo em vista a deliberação da plenária da Assembleia número quinze de 09/03/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, resolve:

Art.1º. Aprovar o Edital Nº 001/2015 e abre inscrições para Eleição Suplementar Especial em regime de Excepcional Interesse Público, para Conselheiro Tutelar, em contratações temporárias no Município de Vitor Meireles.

Art.2º. Aprova os membros da Comissão Especial para a Eleição Suplementar Especial em regime de Excepcional Interesse Público.

Art.3º. Nomeia os senhores; Dr. Marcio Pavanello representante Jurídico do Município; Senhora Jeovana Winter titular do Departamento de Recursos Humanos ou a seu delegado, o Senhor Juarez Lima Varela Presidente do CMDCA, a senhora Elvira Kammer Vice Presidente do CMDCA, o Senhor Dário Montagna membro titular do CMDCA, para compor a Comissão Especial.

Art.4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Juarez Lima Varela
Presidente do CMDCA
Vitor Meireles/SC.

Vitor Meireles, 09 de março de 2015.

Xavantina

PREFEITURA

ANULA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2015 PMXV, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO, REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2015 PMXV

ANULA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2015 PMXV, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO, REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2015 PMXV

O Município de Xavantina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro deste Município, através do Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, TORNA PÚBLICO, que por meio deste ANULA o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2015 PMXV, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO, REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2015 PMXV, considerando que nenhuma Licitante protocolou os Documentos necessários para Habilitação no prazo previsto em Edital.

Xavantina/SC, em 10 de março de 2015.

MAURO JUNES POLETO,
Prefeito Municipal.

PP 16/2015 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015 PMXV

Objeto: Registro de Preços para a Possível Aquisição de Combustível Automotivo para todas as Máquinas e Veículos do Município de Xavantina, Incluindo o Fundo Municipal de Saúde e a Polícia Militar, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 24/03/2015.

Abertura: dia 24/03/2015, às 09:00 horas.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 11 de março de 2015.

MAURO JUNES POLETO,
Prefeito Municipal.

TERMO DE COMPROMISSO / ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 09/2015 PMXV - 01

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2015 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 09/2015 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa ARTEFATOS DE CIMENTO, COMÉRCIO E TRANSPORTES ARABUTÃ LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.298.880/0001-97, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. Ronei Romeu Rauschkolb, portador do CPF nº 552.030.869-15, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de

Preços nº. 09/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de tubos de concreto para colocação em estradas municipais.

ITEM	QUANTIDADE	UNID.	PREÇO EM R\$	ESPECIFICAÇÃO
5	100,00	UN	118,00	TUBO DE CONCRETO, MEDINDO 80CM X 1 METRO.
7	100,00	UN	171,50	TUBO DE CONCRETO, MEDINDO 100CM X 1 METRO.
8	200,00	UN	233,70	TUBO DE CONCRETO, MEDINDO 100CM X 1 METRO C.A. 1.

Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 09/2015 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 10 de março de 2015.

ARTEFATOS DE CIMENTO, COMÉRCIO E TRANSPORTES ARABUTÃ LTDA Ronei Romeu Rauschkolb	MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.
---	--

TERMO DE COMPROMISSO / ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 09/2015 PMXV - 02

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2015 PMXV
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2015 PMXV
 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 09/2015 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa SUL BRITAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.494.705/0001-02, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. Henrique Joacir Carlos Fabrin, portador do CPF nº 513.825.479-00, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 09/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de tubos de concreto para colocação em estradas municipais.

ITEM	QUANTIDADE	UNID.	PREÇO EM R\$	ESPECIFICAÇÃO
6	150,00	UN	163,75	TUBO DE CONCRETO, MEDINDO 80CM X 1 METRO C.A. 1.

Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 09/2015 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 10 de março de 2015.

SUL BRITAS LTDA Henrique Joacir Carlos Fabrin	MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.
--	--

TERMO DE COMPROMISSO / ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 09/2015 PMXV - 03

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2015 PMXV
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2015 PMXV
 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 09/2015 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa FERNANDO PRADILLA ME, inscrita no CNPJ nº 18.224.997/0001-29, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. Fernando Pradella, portador do CPF nº 046.671.479-38, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 09/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de tubos de concreto para colocação em estradas municipais.

ITEM	QUANTIDADE	UNID.	PREÇO EM R\$	ESPECIFICAÇÃO
3	1.000,00	UN	37,80	TUBO DE CONCRETO, MEDINDO 40CM X 1 METRO.

Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 09/2015 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 10 de março de 2015.

FERNANDO PRADELLA ME Fernando Pradella	MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.
---	--

TERMO DE COMPROMISSO / ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 09/2015 PMXV - 04

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2015 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 09/2015 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, inscrita no CNPJ nº 80.119.514/0001-08, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. Ilson Evangelista, portador do CPF nº 497.402.029-34, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 09/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de tubos de concreto para colocação em estradas municipais.

ITEM	QUANTIDADE	UNID.	PREÇO EM R\$	ESPECIFICAÇÃO
1	400,00	UN	19,80	TUBO DE CONCRETO, MEDINDO 20CM X 1 METRO.
2	400,00	UN	26,75	TUBO DE CONCRETO, MEDINDO 30CM X 1 METRO.
4	1.000,00	UN	59,40	TUBO DE CONCRETO, MEDINDO 60CM X 1 METRO.

Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 09/2015 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 10 de março de 2015.

EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA Ilson Evangelista	MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.
--	--

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 13/2015 PMXV

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2015 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 13/2015 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa XAVANTINA MADEIRAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.262.968/0001-60, nesta Ata representada pelo seu Proprietário, Sr. Mauro Cesar Suzana, portador do CPF nº 493.950.179-53, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 13/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível contratação de horas de máquina pesada, conforme especificações constantes no anexo "C" do PP 12/2015 PMXV.

ITEM	QTDE	UNIDADE	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DA MÁQUINA	VALOR UNITÁRIO DA HORA EM R\$
1	500	HORA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORAS MÁQUINA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 16.000 KG (DEZESSEIS MIL QUILOGRAMAS), MOTOR COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 135 HP, ANO NÃO INFERIOR A 2004.	R\$ 169,50

Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade

de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 13/2015 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 10 de março de 2015.

XAVANTINA MADEIRAS LTDA Mauro Cesar Suzana	MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.
---	--

Xaxim

PREFEITURA

DECRETO 112

DECRETO Nº 112/2015

PERMITE A EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE XAXIM - TÁXI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando a decisão de Processo Administrativo instruído sob a Portaria nº 1.373/2014, a qual é anexo único do presente decreto;

Considerando o disposto no § 3º, do art. 5º da Lei 3.993/2014;

Considerando o previsto na Constituição Federal, quando à dignidade da pessoa humana;

Considerando a cláusula pétrea da Carta Magna (inciso XIII, do art. 5º);

Considerando o art. 9º, 'caput' da lei 3.993/2014;

DECRETA:

Art. 1º. Outorga permissão para exploração do serviço de transporte individual de passageiros - TÁXI, em favor de:

I - Antonio Oruoski, inscrito no CPF sob o nº 195.652.599-87;

II - Iraci Michelon, inscrito no CPF sob o nº 295.181.809-20;

III - Italo Pedro Bortoncello, inscrito no CPF sob o nº 065.839.469-04;

IV - Ivo Cerioli, inscrito no CPF sob o nº 386.034.709-87;

V - Pedro de Almeida, inscrito no CPF sob o nº 149.202.559-34;

VI - Mario Luis Bonfante, inscrito no CPF sob o nº 385.118.609-59;

VII - José da Silva, inscrito no CPF sob o nº 534.708.859-15;

VIII - Angela Lurdes Fellini, inscrita no CPF sob o nº 005.148.399-88;

IX - Liberato Domingos Pavan, inscrito no CPF sob o nº 138.038.169-04;

X - Marcio Luiz Grigol, inscrito no CPF sob o nº 744.140.709-53;

XI - Olinto Jose Abido, inscrito no CPF sob o nº 183.451.749-49;

XII - Selvino Henrique dos Santos, inscrito no CPF sob o nº 183.309.249-04;

XIII - Luiz da Silva, inscrito no CPF sob o nº 534.708.779-04;

XIV - Almir Cerioli, inscrito no CPF sob o nº 684.751.529-53;

XV - Cristiane Cristovao da Silva, inscrita no CPF sob o nº 022.029.529-85;

XVI - Edilson Antonio Lago, inscrito no CPF sob o nº 726.149.519-00;

XVII - Suely de Souza Cristovao, inscrita no CPF sob o nº 814.427.939-53;

XVIII - Antenor Maroli, inscrito no CPF sob o nº 251.212.359-68;

XIX - Vilson Gotardi, inscrito no CPF sob o nº 275.790.260-15;

XX - Nelson Alves de Lima, inscrito no CPF sob o nº 019.136.029-58;

XXI - Claudete Somensi dos Santos, inscrita no CPF sob o nº 008.685.049-04;

XXII - Marcelo Ginevro Dalla Libera, inscrito no CPF sob o nº 036.617.089-96;

XXIII - Maria Valdete Giachini, inscrita no CPF sob o nº 693.825.739-68;

XXIV - Arlindo Piccini, inscrito no CPF sob o nº 538.408.799-49;

XXV - Daniel André Pagani, inscrito no CPF sob o nº 068.920.239-32;

XXVI - Lourdes Dalla Riva, inscrita no CPF sob o nº 593.791.549-68;

XXVII - Cleber Junior da Silva, inscrito no CPF sob o nº

073.314.119-69;
XXVIII - Rafael Leandro da Silva, inscrito no CPF sob o nº
043.370.639-27.

Art. 3º. Os permissionários deverão no prazo previsto na Lei 3.993/2014, cumprir as exigências legais, sob pena de cassação da presente permissão.

Art. 4º. As permissões previstas nos incisos do art. 1º, se dão pelo prazo de 15 (quinze) anos, de forma exclusiva, sendo inadmitida qualquer espécie de venda, permuta ou negociação da mesma, sob pena de cassação.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput poderá ser renovado por igual período, desde que atendidos os requisitos da Lei nº 3.993/2014.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando eventuais disposições em contrário.

Xaxim, 04 de fevereiro de 2015.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás
Secretário de Administração

Associações

AMAVI

EXTRATO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015

OBJETO: FORMALIZAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ETANOL, ÓLEO LUBRIFICANTE E SERVIÇOS DE TROCA DE ÓLEO E DE LAVAÇÃO PARA OS VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DA AMAVI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - AMAVI, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ sob nº 82.762.469/0001-22, com sede na Rua XV de Novembro, 737, Centro, CEP 89160-015, Rio do Sul/SC, torna público e faz saber que, por determinação da Assembleia Geral, acha-se aberto o PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015, tipo de licitação a de "MENOR PREÇO POR ITEM", que será processado em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 7.892/2013 e demais dispositivos da Lei Federal 8.666/93. ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: 9h do dia 20 de março de 2015. ABERTURA DAS PROPOSTAS E SESSÃO DE LANCES: 9h30min do dia 20 de março de 2015. LOCAL: AMAVI. A documentação completa do Edital poderá ser retirada na sede da AMAVI ou no endereço eletrônico www.amavi.org.br.

Rio do Sul, 10 de março de 2015.
Nilson Francisco Stainsack
Presidente.

Consórcios

ARIS

EXTRATO DE LICITAÇÃO Nº 006/2015 DISPENSA Nº 003/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 006/2015

ATO DE DISPENSA Nº 003/2015

OBJETO: contratação de consultoria para apoiar à elaboração de modelos de gestão e controle dos reajustes e revisões tarifárias dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados nos municípios regulados pela ARIS.

CONTRATADO: FACILITA ASSESSORIA DE CRÉDITOS LTDA.

CNPJ: 14.452.950/0001-61

VALOR: R\$ 15.850,00 (quinze mil, oitocentos e cinquenta reais).

Florianópolis, 02 de fevereiro de 2015.

ADIR FACCIO

Diretor-geral da ARIS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2015 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 006/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 006/2015

ATO DE DISPENSA Nº 003/2015

OBJETO: contratação de consultoria para apoiar à elaboração de modelos de gestão e controle dos reajustes e revisões tarifárias dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados nos municípios regulados pela ARIS.

CONTRATANTE: AGÊNCIA REGULADORA INTERM. DE SANEAMENTO - ARIS

CONTRATADO: FACILITA ASSESSORIA DE CRÉDITOS LTDA.

CNPJ: 14.452.950/0001-61

VALOR: R\$ 15.850,00 (quinze mil, oitocentos e cinquenta reais).

Florianópolis, 04 de março de 2015.

ADIR FACCIO

Diretor-geral da ARIS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 008/2015

ATO DE DISPENSA Nº 005/2015

OBJETO: contratação de entidade sem fins lucrativos para prestação de serviços técnicos especializados em organização/planejamento, elaboração e execução de CONCURSO PÚBLICO para provimento vagas do Quadro de Pessoal da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS

CONTRATANTE: AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO - ARIS

CONTRATADO: FUNDAÇÃO CARLOS JOFFRE DO AMARAL (FCJ)

CNPJ: 02.532.755/0001-62

VALOR: R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais).

Florianópolis, 10 de março de 2015.

ADIR FACCIO

Diretor-geral da ARIS

CIGA

ANEXOS DA LEI 4320/64 - EXERCÍCIO DE 2014

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Página: 1

Anexo 1 - Demonstração da Receita e Despesa Segundo as naturezas

RECEITA		DESPESA	
Receitas Correntes		Despesas Correntes	
Receta Patrimonial	19.285,57	Pessoal e Encargos Sociais	617.299,86
Receta de Serviços	236.446,83	Outras Despesas Correntes	840.711,53
Transferências Correntes	1.576.904,13		
Outras Receitas Correntes	553,55		
Total das Receitas Correntes	1.833.190,08	Total de Despesas Correntes	1.458.011,39
DEDUÇÃO	0,00	Superávit	375.178,69
Total	1.833.190,08	Total	1.833.190,08
Superávit do orçamento corrente	375.178,69		
Receitas de Capital		Despesas de Capital	
Transferências de Capital	111.865,25	Investimentos	114.858,67
Total das Receitas de Capital	111.865,25	Total de Despesas de Capital	114.858,67
DEDUÇÃO	0,00	Reserva de Contingência	0,00
Total	487.043,94	Superávit	372.185,27
DEDUÇÃO	0,00	Total	487.043,94
Total das Receitas Corrente Intra-Orçamentárias	0,00		
DEDUÇÃO	0,00	Reserva de Contingência	0,00
Total das Receitas de Capital Intra-Orçamentárias	0,00		
Superávit	372.185,27		
TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA		TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA	
	0,00		0,00

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Página: 2

Anexo 1 - Demonstração da Receita e Despesa Segundo as naturezas			
Total das transferências financeiras	0,00	Total das transferências financeiras	0,00
		Superávit	372.185,27
Total	372.185,27	Total	372.185,27
Total Geral	1.945.055,33	Total Geral	1.945.055,33

Resumo

Correntes:	Receitas	Despesas
Capital:	1.833.190,08	1.458.011,39
Corrente Intra-Orçam.	111.865,25	114.858,67
Capital Intra-Orçam.	0,00	0,00
Reserva de contingência:	0,00	0,00
Transferências Financeiras:	0,00	0,00
Superávit	0,00	372.185,27
Total	1.945.055,33	1.945.055,33

NELSON GUINDANI
Prefeito de Herval d'Oeste
Presidente do CIGA

MORGANA ARENT MICHELS
Contadora
CRC/SC 35.600

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Página: 1

Anexo 2 - Despesa Segundo as naturezas

DESPESA				
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Natureza
3.0.0.00.00.00.00.00	Despesa			1.572.870,06
3.3.0.00.00.00.00.00	Despesas Correntes			1.458.011,39
3.3.1.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		617.299,86	
3.3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	617.299,86		
3.3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	480.063,68		
3.3.1.90.13.00.00.00	Obrigações Patronais	137.236,18		
3.3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes		840.711,53	
3.3.3.50.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	99.500,00		
3.3.3.50.41.00.00.00	Contribuições	99.500,00		
3.3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	741.211,53		
3.3.3.90.14.00.00.00	Diárias - Civil	14.717,00		
3.3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	2.707,10		
3.3.3.90.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	7.263,72		
3.3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	705.145,35		
3.3.3.90.47.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	2.209,30		
3.3.3.90.93.00.00.00	Indenizações e Restituições	9.169,06		
3.4.0.00.00.00.00.00	Despesas de Capital		114.858,67	114.858,67
3.4.4.00.00.00.00.00	Investimentos	114.858,67		
3.4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	450,00		
3.4.4.90.30.00.00.00	Material de Consumo			
3.4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	114.408,67		
			Total	1.572.870,06
Resumo				
Pessoal e Encargos Sociais		617.299,86		
Outras Despesas Correntes		840.711,53		
Total das despesas correntes		1.458.011,39		
Investimentos		114.858,67		
Total das Despesas de Capital		114.858,67		
Pessoal e Encargos Sociais		0,00		
Outras Despesas Correntes		0,00		

Anexo 2 - Despesa Segundo as naturezas

DESPESA

Total das Despesas Corrente Intra-Orçamentárias	0,00
Investimentos	0,00
Total das Despesas de Capital Intra-Orçamentárias	0,00
Transferências Financeiras	0,00
Total Geral	1.572.870,06

NELSON GUINDANI
Prefeito de Herval d'Oeste
Presidente do CIGA

MORGANA ARENT MICHELIS
Contadora
CRC/SC 35.600

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Página: 1

Anexo 2 - Receita Segundo as naturezas

RECEITA

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Natureza
4.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas			1.945.055,33
4.1.0.0.00.00.00.00.00	Receitas Correntes			1.833.190,08
4.1.3.0.00.00.00.00.00	Receita Patrimonial			
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	Receitas de Valores Mobiliários		19.285,57	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários		19.285,57	
4.1.6.0.00.00.00.00.00	Receita de Serviços	19.285,57		
4.1.6.0.08.00.00.00.00	Serviços de Processamento de Dados	0,00		
4.1.6.0.08.00.00.00.00	Serviços de Processamento de Dados	94.611,83		
4.1.6.0.08.00.00.00.00	Serviços de Processamento de Dados	99.795,00		
4.1.6.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	42.040,00		
4.1.6.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	42.040,00		
4.1.7.0.00.00.00.00.00	Transferências Correntes		1.576.904,13	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Transferências Intergovernamentais		1.576.904,13	
4.1.7.2.3.00.00.00.00.00	Transferências dos Municípios			
4.1.7.2.3.37.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos			
4.1.7.2.3.37.00.11.00.00	Transferência para Pessoal			
4.1.7.2.3.37.00.12.00.00	Transferência para Outras Despesas			
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transferências de Convênios	759.860,96	0,00	
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	0,00		
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	0,00		
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	0,00		
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	0,00		
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	0,00		
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	0,00		
4.1.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes			
4.1.9.0.00.00.00.00.00	Receitas Diversas		553,55	
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas		553,55	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Receitas de Capital	553,55		
4.2.0.0.00.00.00.00.00	Transferências de Capital			111.865,25
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	Transferências Intergovernamentais		111.865,25	
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	Transferências dos Municípios	111.865,25		

Anexo 2 - Receita Segundo as naturezas

RECEITA				
Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Natureza
8	Transferências a Consórcios Públicos	111.865,25	0,00	
	Transferências de Convênios			
	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	0,00		
9	Outras Transferências de Convênios da União	0,00		
	Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidade	0,00		
10	Outras Transferências de Convênio dos Estados	0,00		
			Total	1.945.055,33
Resumo				
Receita Patrimonial				
Receita de Serviços				
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes				
Total das receitas correntes				
Transferências de Capital				
Total das Receitas de Capital				
Total das Rec. Corrente Intra-Orçamentárias				
Total das Rec. de Capital Intra-Orçamentárias				
Transferências Financeiras				
Total Geral				

Anexo 2 - Receita Segundo as naturezas

RECEITA

NELSON GUINDANI
Prefeito de Herval d'Oeste
Presidente do CIGA

MORGANA ARENT MICHELS
Contadora
CRC/SC 35.600

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Página: 1

Anexo 6 - Programa de Trabalho

Órgão: 00001 CIGA Unidade: 00001 GERENCIA ADMISNTRATIVA					
Código	Especificação	Operações Esp.	Projetos	Atividades	Total
00004.00000.00000.0.00000.00000	ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	548.322,91	548.322,91
00004.00122.00000.0.00000.00000	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	0,00	548.322,91	548.322,91
00004.00122.00001.0.00000.00000	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO	0,00	0,00	548.322,91	548.322,91
00004.00122.00001.2.02001.00000	Administração e Manutenção do Consórcio	0,00	0,00	548.322,91	548.322,91
3.3.1.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	241.971,25	241.971,25
3.3.1.90.11.00.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0,00	0,00	186.426,93	186.426,93
3.3.1.90.13.00.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0,00	0,00	55.544,32	55.544,32
3.3.3.50.00.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	99.500,00	99.500,00
3.3.3.50.41.00.00.00.00.00	Contribuições	0,00	0,00	99.500,00	99.500,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	110.096,06	110.096,06
3.3.3.90.14.00.00.00.00.00	Diárias - Civil	0,00	0,00	8.560,00	8.560,00
3.3.3.90.30.00.00.00.00.00	Material de Consumo	0,00	0,00	1.372,63	1.372,63
3.3.3.90.33.00.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	0,00	0,00	4.250,09	4.250,09
3.3.3.90.39.00.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	91.259,30	91.259,30
3.3.3.90.47.00.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	0,00	1.589,24	1.589,24
3.3.3.90.93.00.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	0,00	0,00	3.064,80	3.064,80
3.4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	96.755,60	96.755,60
3.4.4.90.30.00.00.00.00.00	Material de Consumo	0,00	0,00	225,00	225,00
3.4.4.90.52.00.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0,00	0,00	96.530,60	96.530,60
Total do Órgão/Unidade		0,00	0,00	548.322,91	548.322,91
Órgão: 00001 CIGA					
Unidade: 00002 GERENCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACÃO					
Código	Especificação	Operações Esp.	Projetos	Atividades	Total
00019.00000.00000.0.00000.00000	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	1.024.547,15	1.024.547,15
00019.00126.00000.0.00000.00000	TECNOLOGIA DA INFORMACÃO	0,00	0,00	1.024.547,15	1.024.547,15
00019.00126.00002.0.00000.00000	SISTEMAS DE TI	0,00	0,00	1.024.547,15	1.024.547,15
00019.00126.00002.2.02002.00000	Desenvolvimento e Manutenção de sistemas de TI	0,00	0,00	1.024.547,15	1.024.547,15
3.3.1.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	375.328,61	375.328,61
3.3.1.90.11.00.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0,00	0,00	293.636,75	293.636,75

Anexo 6 - Programa de Trabalho					Página: 2
3.3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0,00	0,00	81.691,86	81.691,86
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	631.115,47	631.115,47
3.3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0,00	0,00	6.157,00	6.157,00
3.3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0,00	0,00	1.334,47	1.334,47
3.3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	0,00	0,00	3.013,63	3.013,63
3.3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	613.886,05	613.886,05
3.3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	0,00	620,06	620,06
3.3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	0,00	0,00	6.104,26	6.104,26
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	18.103,07	18.103,07
3.4.4.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0,00	0,00	225,00	225,00
3.4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0,00	0,00	17.878,07	17.878,07
Total do Órgão/Unidade		0,00	0,00	1.024.547,15	1.024.547,15
Total		0,00	0,00	1.572.870,06	1.572.870,06
Transferências Financeiras					0,00
Total Geral		0,00	0,00	1.572.870,06	1.572.870,06
NELSON GUINDANI Prefeito de Herval d'Oeste Presidente do CIGA		MORGANA ARENT MICHELIS Contadora CRC/SC 35.600		GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo	

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Página: 1

Anexo 7 - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades					
Código	Especificação	Operações Esp.	Projetos	Atividades	Total
000004.000000.000000	ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	548.322,91	548.322,91
000004.001222.000000	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	0,00	548.322,91	548.322,91
000004.001222.000001	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO	0,00	0,00	548.322,91	548.322,91
000019.000000.000000	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	1.024.547,15	1.024.547,15
000019.001266.000000	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	0,00	1.024.547,15	1.024.547,15
000019.001266.000002	SISTEMAS DE TI	0,00	0,00	1.024.547,15	1.024.547,15
Total		0,00	0,00	1.572.870,06	1.572.870,06
Transferências Financeiras					
					0,00
Total Geral		0,00	0,00	1.572.870,06	1.572.870,06

NELSON GUINDANI
Prefeito de Herval d'Oeste
Presidente do CIGA

MORGANA ARENT MICHELS
Contadora
CRC/SC 35.600

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Página: 1

Anexo 8 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos				
Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
000004.000000.000000	ADMINISTRAÇÃO	548.322,91	0,00	548.322,91
000004.001222.000000	ADMINISTRAÇÃO GERAL	548.322,91	0,00	548.322,91
000004.001222.000001	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO	548.322,91	0,00	548.322,91
000019.000000.000000	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1.024.547,15	0,00	1.024.547,15
000019.001266.000000	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.024.547,15	0,00	1.024.547,15
000019.001266.000002	SISTEMAS DE TI	1.024.547,15	0,00	1.024.547,15
Total		1.572.870,06	0,00	1.572.870,06
Transferências Financeiras				0,00
Total Geral		1.572.870,06	0,00	1.572.870,06

NELSON GUINDANI
Prefeito de Herval d'Oeste
Presidente do CIGA

MORGANA ARENT MICHELIS
Contadora
CRC/SC 35.600

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Página: 1

Anexo 9 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções						
Órgão	Funções	LEGISLATIVA	JUDICIÁRIA	ESSENCIAL À JUSTIÇA	ADMINISTRAÇÃO	DEFESA NACIONAL
CIGA		0,00	0,00	0,00	548.322,91	0,00
	Total	0,00	0,00	0,00	548.322,91	0,00

Página: 2

Anexo 9 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções

Órgão	Funções	SEGURANÇA PÚBLICA	RELAÇÕES EXTERIORES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL	SAÚDE
CJGA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 3

Anexo 9 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções

Órgão	Funções	TRABALHO	EDUCAÇÃO	CULTURA	DIREITOS DA CIDADANIA	URBANISMO
CJGA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 4

Anexo 9 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções

Órgão	Funções	HABITAÇÃO	SANEAMENTO	GESTÃO AMBIENTAL	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	AGRICULTURA
CIGA		0,00	0,00	0,00	1.024.547,15	0,00
	Total	0,00	0,00	0,00	1.024.547,15	0,00

Página: 5

Anexo 9 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções

Órgão	Funções	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	COMUNICAÇÕES	ENERGIA
CJGA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Anexo 9 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções

Órgão	Funções	TRANSPORTE	DESPORTE E LAZER	ENCARGOS ESPECIAIS	RESERVA DE CONTINGENCIA	Total
CIGA		0,00	0,00	0,00	0,00	1.572.870,06
	Total	0,00	0,00	0,00	0,00	1.572.870,06

Resumo

Total das Funções	1.572.870,06
Transferências Financeiras	0,00
Total Geral	1.572.870,06

NELSON GUINDANI
Prefeito de Herval d'Oeste
Presidente do CIGA

MORGANA ARENT MICHELS
Contadora
CRC/SC 35.600

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo

Página: 1

Página: 1

Página: 1

Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

TÍTULOS	Orçada	Arrecadada	Diferença	
			Para mais	Para menos

NELSON GUINDANI
Prefeito de Herval d'Oeste
Presidente do CIGA

MORGANA ARENT MICHELS
Contadora
CRC/SC 35.600

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo

Página: 1

 **DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

Página: 2

Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada

Títulos	Autorizada			Realizada	Diferença
	Créditos Orçament. e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		

NELSON GUINDANI
Prefeito de Herval d'Oeste
Presidente do CIGA

MORGANA ARENT MICHELS
Contadora
CRC/SC 35.600

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Anexo 12 - Balanço Orçamentário							Página: 1
TÍTULOS	RECEITAS PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TÍTULOS	DESPESAS FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	996.000,00	1.833.190,08	-837.190,08	CRÉD. ORÇAM.	1.670.820,45	1.572.870,06	97.950,39
4.1.3. Receita Patrimonial	3.000,00	19.285,57	-16.285,57	3.3. Despesa Corrente	1.512.696,15	1.458.011,39	54.684,76
4.1.6. Receita de Serviços	45.000,00	236.446,83	-191.446,83	3.3.1. Pessoal e Encargos Sociais	640.310,13	617.299,86	23.010,27
4.1.7. Transferências Correntes	948.000,00	1.576.904,13	-628.904,13	3.3.3. Outras Despesas Correntes	872.386,02	840.711,53	31.674,49
4.1.9. Outras Receitas Correntes	0,00	553,55	-553,55	3.4. Despesa de Capital	158.124,30	114.858,67	43.265,63
				3.4.4. Investimentos	158.124,30	114.858,67	43.265,63
INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	CRÉDITO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	78.000,00	111.865,25	-33.865,25	CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO	0,00	0,00	0,00
4.2.4. Transferências de Capital	78.000,00	111.865,25	-33.865,25	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	0,00	0,00
INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE	0,00	0,00	0,00				
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	0,00	0,00				
SOMA	1.074.000,00	1.945.055,33	-871.055,33	SOMA	1.670.820,45	1.572.870,06	97.950,39
DÉFICIT	596.820,45	0,00	596.820,45	SUPERÁVIT	0,00	372.185,27	-372.185,27
TOTAL	1.670.820,45	1.945.055,33	-274.234,88	TOTAL	1.670.820,45	1.945.055,33	-274.234,88
NELSON GUINDANI Prefeito de Herval d'Oeste Presidente do CIGA				MORGANA ARENT MICHELS Contadora CRC/SC 35.600			
				GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo			

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Página: 1

Anexo 13 - Balanço Financeiro

RECEITAS		DESPESAS	
TÍTULOS		TÍTULOS	
ORÇAMENTÁRIAS		ORÇAMENTÁRIAS	
RECEITAS CORRENTES	1.833.190,08	DESPESAS CORRENTES	1.458.011,39
4.1.3. Receita Patrimonial	19.285,57	3.3.1. Pessoal e Encargos Sociais	617.299,86
4.1.6. Receita de Serviços	236.446,83	3.3.3. Outras Despesas Correntes	840.711,53
4.1.7. Transferências Correntes	1.576.904,13		
4.1.9. Outras Receitas Correntes	553,55	DESPESAS DE CAPITAL	114.858,67
		3.4.4. Investimentos	114.858,67
4.9.7. (-) Deduções	0,00		
RECEITAS DE CAPITAL	111.865,25		
4.2.4. Transferências de Capital	111.865,25		
4.9.8. (-) Deduções	0,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS		EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	
2.1.1. Depósitos	96.040,46	2.1.1. Depósitos	57.013,18
2.1.1.1. Consignações	96.040,46	2.1.1.1. Consignações	57.013,18
2.1.1.1.1. Previdência Social	44.629,90	2.1.1.1.1. Previdência Social	44.387,78
2.1.1.1.1.02. Inss	44.629,90	2.1.1.1.1.02. Inss	44.387,78
2.1.1.1.4. Tesouro Estadual e Municipal	42.213,22	2.1.1.1.4. Tesouro Estadual e Municipal	3.428,06
2.1.1.1.4.04. Irrf/gdf	42.213,22	2.1.1.1.4.04. Irrf/gdf	3.428,06
2.1.1.1.9. Diversos Consignatários	9.197,34	2.1.1.1.9. Diversos Consignatários	9.197,34
2.1.1.1.9.04. Sindicatos	606,20	2.1.1.1.9.04. Sindicatos	606,20
2.1.1.1.9.99. Outros Consignatários	8.591,14	2.1.1.1.9.99. Outros Consignatários	8.591,14
Restos a Pagar	99.686,66	Restos a Pagar	27.878,77
Obrigações a Pagar	99.686,66	Obrigações a Pagar	27.878,77
SOMA	2.140.782,45	SOMA	1.657.762,01
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	235.330,53	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	718.350,97
1.1.1.1.1. Caixa	0,00	1.1.1.1.1. Caixa	0,00
1.1.1.1.2. Bancos Conta Movimento	99.933,83	1.1.1.1.2. Bancos Conta Movimento	252.865,64
1.1.1.1.2. Bancos Conta Vinculada	0,00	1.1.1.1.2. Bancos Conta Vinculada	0,00
1.1.1.1.3. Aplicações Financ. de Recursos Próprios	135.396,70	1.1.1.1.3. Aplicações Financ. de Recursos Próprios	465.485,33
1.1.1.1.3. Aplicações Financ. de Recursos Vinculados	0,00	1.1.1.1.3. Aplicações Financ. de Recursos Vinculados	0,00
1.1.1.1.4. Aplicações do RPPS	0,00	1.1.1.1.4. Aplicações do RPPS	0,00
1.1.5. Investimentos do RPPS	0,00	1.1.5. Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	2.376.112,98	TOTAL	2.376.112,98

Página: 2

Anexo 13 - Balanço Financeiro

NELSON GUINDANI
Prefeito de Herval d'Oeste
Presidente do CIGA

MORGANA ARENT MICHELS
Contadora
CRC/SC 35.600

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Página: 1

Anexo 14 - Balanço Patrimonial

ATIVO		PASSIVO	
FINANCEIRO		FINANCEIRO	
DISPONÍVEL	718.350,97	2.1.1. Depósitos	94.658,59
1.1.1.1.1. Caixa	0,00		
1.1.1.1.2. Bancos Conta Movimento	252.865,64	2.1.1.1. Consignacoes	94.658,59
1.1.1.1.2. Bancos Conta Vinculada	0,00	2.1.1.1.1. Previdência Social	699,61
1.1.1.1.3. Aplicações Financeiras de Recursos	465.485,33	2.1.1.1.1.02. Inss	699,61
1.1.1.1.3. Aplicações Financeiras de Recursos	0,00	2.1.1.1.4. Tesouro Estadual e Municipal	93.958,98
1.1.5. Investimentos do RPPS	0,00	2.1.1.1.4.04. Irrf/gdf	93.958,98
1.1.5.4. (-) Provisão para Perdas em Investimentos	0,00		
		RESTOS A PAGAR	99.686,66
		Obrigações a Pagar	99.686,66
PERMANENTE		PERMANENTE	
1.1.2. Créditos e Circulação	206.394,50		
1.1.2.2. Devedores - Entidades e Agentes	206.394,50		
1.1.2.2.1. Entidades Devedoras	206.394,50		
1.1.2.2.1.02. Entidades Estaduais, Distritais e	206.394,50		
1.4.2. Imobilizado	212.330,35		
1.4.2.1. Bens Moveis e Imoveis	212.330,35		
1.4.2.1.2. Bens Moveis	212.330,35		
1.4.2.1.2.06. Aparelhos e Equipamentos De	5.978,75		
1.4.2.1.2.30. Maquinas e Equipamentos	237,00		
1.4.2.1.2.33. Equipamentos Para Audio, Video e	2.916,00		
1.4.2.1.2.34. Maquinas, Utensilios e	2.102,63		
1.4.2.1.2.35. Equipamentos De Processamentos	111.896,97		
1.4.2.1.2.42. Mobiliario Em Geral	16.449,00		
1.4.2.1.2.48. Veiculos Diversos	72.750,00		
ATIVO REAL	1.137.075,82	PASSIVO REAL	194.345,25
SALDO PATRIMONIAL		SALDO PATRIMONIAL	
		ATIVO REAL LÍQUIDO	942.730,57
COMPENSADO	718.350,97	COMPENSADO	718.350,97
TOTAL	1.855.426,79	TOTAL	1.855.426,79
<p>NELSON GUINDANI Prefeito de Herval d'Oeste Presidente do CIGA</p>		<p>MORGANA ARENT MICHELS Contadora CRC/SC 35.600</p>	
<p>GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo</p>			

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Página: 1

Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
RESULTANTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
4.1. RECEITAS CORRENTES	1.833.190,08	DESPESAS CORRENTES	1.458.011,39
4.1.3. Receita Patrimonial	19.285,57	3.3.1. Pessoal e Encargos Sociais	617.299,86
4.1.6. Receita de Serviços	236.446,83	3.3.3. Outras Despesas Correntes	840.711,53
4.1.7. Transferências Correntes	1.576.904,13		
4.1.9. Outras Receitas Correntes	553,55	DESPESAS DE CAPITAL	114.858,67
		3.4.4. Investimentos	114.858,67
4.2. RECEITAS DE CAPITAL	111.865,25		
4.2.4. Transferências de Capital	111.865,25		
6.1.3. Mutacoes Ativas	233.129,17		
6.1.3.1. Incorporacao De Ativos	233.129,17		
6.1.3.1.1. Aquisicoes De Bens	100.908,67		
6.1.3.1.1.02. Bens Moveis	100.908,67		
6.1.3.1.1.02.01. Bens Moveis De Uso	100.908,67		
6.1.3.1.2. Incorporacao De Creditos	132.220,50		
6.1.3.1.2.02. Devedores - Entidades e Agentes	132.220,50		
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Total das Variações Ativas	2.178.184,50	Total das Variações Passivos	1.572.870,06
RESULTADO PATRIMONIAL		RESULTADO PATRIMONIAL	
		Superávit Verificado	605.314,44
TOTAL GERAL	2.178.184,50	TOTAL GERAL	2.178.184,50

NELSON GUINDANI
Prefeito de Herval d'Oeste
Presidente do CIGA

MORGANA ARENT MICHELS
Contadora
CRC/SC 35.600

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Anexo 16 - Demonstração da Dívida Fundada Interna e Externa								Página: 1	
Autorizações			Qtde.	Valor da Emissão (R\$)	Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício
Leis (Nº e Data)	Nº Contrato	Inscrição					Baixa		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA									
Em Títulos									
Em Contratos									
Financiamentos em circulação									
SUBTOTAL					0,00	0,00	0,00	0,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA									
Em Títulos									
Em Contratos									
Financiamentos em circulação									
SUBTOTAL					0,00	0,00	0,00	0,00	
DÉBITOS CONSOLIDADOS									
Precatórios a pagar									
Dívidas renegociadas									
Obrigações a pagar									
Obrigações Legais e Tributárias									
SUBTOTAL					0,00	0,00	0,00	0,00	
DIVERSOS									
Obrigações a pagar									
Entidades credoras									
Depósitos judiciais									
Outras obrigações exigíveis									
Valores pendentes a longo prazo									
SUBTOTAL					0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL					0,00	0,00	0,00	0,00	

Anexo 16 - Demonstração da Dívida Fundada Interna e Externa

Autorizações				Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício
Leis (Nº e Data)	Nº Contrato	Qtde.	Valor da Emissão (R\$)			Inscrição	Baixa	

NELSON GUINDANI
Prefeito de Herval d'Oeste
Presidente do CIGA

MORGANA ARENT MICHELIS
Contadora
CRC/SC 35.600

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante					Página: 1
TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE	
		INSCRIÇÃO	BAIXA		
DEPÓSITOS					
2.1.1.1 Consignações	55.631,31 C	96.040,46	57.013,18	94.658,59 C	
2.1.1.4 Depósitos de Diversas Origens	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL	55.631,31 C	96.040,46	57.013,18	94.658,59 C	
RESTOS A PAGAR					
2.1.2.1 Obrigações a Pagar	27.878,77 C	99.686,66	27.878,77	99.686,66 C	
2.1.2.1.1 Fornecedores	6.282,93 C	0,00	6.282,93	0,00	
2.1.2.1.1.03 Convênios a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.2.1.1.07 Precatórios a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.2.1.2 Pessoal a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.2.1.3 Encargos Sociais a Recolher	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.2.1.6.02 Restos a Pagar Não Processados	21.595,84 C	99.686,66	21.595,84	99.686,66 C	
2.1.2.1.9 Débitos Diversos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.1.2.2.1.70.02 Consórcios a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL	27.878,77 C	99.686,66	27.878,77	99.686,66 C	
DEBITO EM TESOURARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR					
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00	0,00	0,00	
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL GERAL	83.510,08 C	195.727,12	84.891,95	194.345,25 C	

Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	

NELSON GUINDANI
Prefeito de Herval d'Oeste
Presidente do CIGA

MORGANA ARENT MICHELS
Contadora
CRC/SC 35.600

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo

CIMVI**ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA DA CARTA CONVITE Nº. 002/2015 - CIMVI**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA DA CARTA CONVITE Nº. 002/2015 - CIMVI

Às nove horas e quinze minutos, do décimo dia, do mês de março de dois mil e quinze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ/SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Bárbara Luiza Poffo de Azevedo e, representando a empresa EMPREITEIRA KJ LTDA EPP, o Sr. Dilair Garcia, representando a empresa RONALDO GERHRCKE ME, o Sr. Ronaldo Gerhrcke, para abertura dos envelopes de Habilitação e Proposta da Carta Convite nº 002/2015 - CIMVI.

Entregaram, tempestivamente, os envelopes de Habilitação e Proposta as seguintes empresas: EMPREITEIRA KJ LTDA EPP e RONALDO GERHRCKE ME.

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. A senhora Presidente em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes Habilitação, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos, para análise e rubrica.

Ambas as empresas apresentaram a certidão expedida pela Junta Comercial comprovando a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

Em análise aos documentos de habilitação, verificou-se que os mesmos atenderam as exigências do edital.

Desta forma, analisada toda documentação juntada aos autos, atendendo ainda ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão decide pela habilitação das empresas EMPREITEIRA KJ LTDA EPP e RONALDO GERHRCKE ME.

Os representantes legais das empresas concordaram com o julgamento da habilitação e desistiram expressamente do direito de recurso desta fase.

Deu-se, em sequência, a abertura dos envelopes contendo as propostas para exame e rubrica de todos os documentos pelos membros da Comissão e representantes presentes, cujos valores apresentados foram os seguintes:

Empresa	Item	Valor unitário	Valor total
RONALDO GERHRCKE ME	1	R\$ 74,98	R\$ 33.741,00
	2	R\$ 20,95	R\$ 37.710,00
		TOTAL	R\$ 71.451,00
EMPREITEIRA KJ LTDA EPP	1	R\$ 73,02	R\$ 32.859,00
	2	R\$ 22,49	R\$ 40.482,00
		TOTAL	R\$ 73.341,00

Aberta a palavra o representante da empresa EMPREITEIRA KJ LTDA EPP, em relação aos documentos de proposta da empresa RONALDO GERHRCKE ME se manifestou no sentido de que não foi apresentado orçamento detalhado, conforme exigido no item 6.1 do Edital.

Da análise e exame das propostas, à vista das exigências constantes do Edital, a Presidente suspendeu a sessão para encaminhamento dos documentos das propostas ao Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, para análise dos valores e quantitativos, sendo que após a emissão do parecer/análise será realizado o julgamento da empresa vencedora do certame.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão,

lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão e pelos representantes legais presentes.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO Presidente	ANDREA TAISE FRANZ Secretária	BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO Membro
EMPREITEIRA KJ LTDA EPP	RONALDO GERHRCKE ME	

CIS NORDESTE**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2015**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - CISNORDESTE/SC

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2015

Origem: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo nº 114/2014

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISNORDESTE/SC

Contratada: NEW NORTE INFORMATICA LTDA. (CNPJ 09.197.883/0001-46)

Objeto: Contratação da empresa de sistema de Recursos Humanos (Folha de Pagamento) para o CISNORDESTE/SC.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II c/c art. 23, § 8º, ambos da Lei nº 8.666/93.

Valor Global: R\$ 10.122,00 (dez mil, cento e vinte e dois reais)

Data do Contrato: 03 de fevereiro de 2015.

Mário Fernando Reinke

Prefeito Municipal de Massaranduba

Presidente do CISNORDESTE/SC

CONTRATANTE

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - CISNORDESTE/SC

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2015

Origem: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo nº 115/2014

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISNORDESTE/SC

Contratada: ACTIO (W.L.A. Assessoria LTDA). (CNPJ 12.153.370/0001-48)

Objeto: Contratação de empresa para elaboração, impressão, lacre e correção de provas para o concurso público para o CISNORDESTE/SC.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II c/c art. 23, § 8º, ambos da Lei nº 8.666/93.

Valor Global: R\$6.150,00 + R\$2,00 por prova corrigida e R\$1,50

por cada cartão resposta personalizado.

Data do contrato: 02 de fevereiro de 2015.

Mário Fernando Reinke
Prefeito Municipal de Massaranduba
Presidente do CISONORDESTE/SC
CONTRATANTE

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2015
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - CISONORDESTE/SC
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2015

Origem: Dispensa de Licitação
Processo Administrativo nº 006/2015

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS/NORDESTE
Contratada: FLAVIO M. BONELI - ME. (CNPJ: 00.306.048/0001-22)

Objeto: Aquisição de um microcomputador para o CISONORDESTE/SC.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II c/c art. 23, § 8º, ambos da Lei nº 8.666/93.

Valor Global: R\$ 2.460,00 (Dois mil, quatrocentos e sessenta reais)

Data: 04 de março de 2015.

José Chaves
Prefeito Municipal de Garuva
Presidente do CISONORDESTE/SC
CONTRATANTE

CPIMMOC

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 02/2015

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 05 DE MARÇO DE 2015.
CONSTITUI COMISSÃO DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO-CPIMMOC, estabelecida em JOAÇABA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial de Licitações, para conduzir o processo de abertura, julgamento e classificação de propostas da licitação na modalidade pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item referente Processo Licitatório nº 001/2015 - Pregão Presencial nº 001/2015, para a contratação de empresa(s) para o fornecimento de Pneus e correlatos, para os municípios Consorciados conforme características descritas nos Anexos que integram o edital.

Art. 2º Ficam nomeadas as seguintes pessoas para comporem a Comissão:

Vanderlei Roberto Piccinini - contador e pregoeiro;
Volcir Canuto: Administrador - Assessor de Licitação do CPIMMOC;

Rafael Nicolli - Contador;
Marize Coletti - Diretora Executiva do CPIMMOC;
Roberto Kurtz Pereira - Assessor Jurídico;
Andreia Fleck da Silva - Assistente Administrativa; CPIMMOC;
Alice Paganini - Diretora de Compras e Licitações - Município de Catanduvas;
Delcimeri E. Brandini - Diretora de Compras e Licitação Município de Lacerdópolis;
Mariana de Azevedo Ramos - Setor de Licitação Município de Luzerna;
Derci Araújo Sec. De Administração - Município de Ouro;
Vinicius Schirmann - Diretor de Licitações Município de Treze Tílias;
Janaine Antunes de Oliveira - Diretora do Departamento de Compras e Licitações do Município de Vargem Bonita.

Parágrafo único. A comissão será presidida pelo primeiro membro que será o pregoeiro e secretariada pelo segundo.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 09 de Março de 2015.
Publicado na Secretaria da CPIMMOC em 09 Março de 2015
Vitor João Faccin
Presidente
Marize Coletti
Diretor Executiva

PREGÃO PRESENCIAL COMPRA PNEUS Nº 01/2015

PROCESSO LICITATÓRIO CPIMMOC: Nº 001/2015

PREGÃO PRESENCIAL CPIMMOC: Nº 001/2015

REGISTRO DE PREÇOS CPIMMOC: Nº 001/2015

TIPO: MENOR PREÇO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

1.0 - PREÂMBULO

1.1 - O CPIMMOC - CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com Sede à Rua Roberto Trompowsky, nº 68, 2º andar, Centro - Joaçaba - SC., Inscrito no CNPJ nº 19.678.109/0001-00, por intermédio de seu Presidente, Sr. VITOR JOÃO FACCIN, Prefeito Municipal de Ouro, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local indicado, fará realizar Licitação, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO, tendo como critério de Julgamento, o MENOR PREÇO POR ITEM visando o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação do Objeto abaixo indicado, com fornecimento por demanda e de forma parcelada para os seguintes Municípios Participantes, e seus respectivos Fundos: a) Catanduvas; b) Lacerdópolis; c) Luzerna; d) Ouro; e) Treze Tílias; f) Vargem Bonita.

1.2 - As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório, e seus ANEXOS.

1.3 - Os envelopes contendo as propostas de preços e a documentação deverão ser entregues na sede do CPIMMOC, situada a Rua Roberto Trompowsky, 68, 2º andar, centro Joaçaba/SC no horário e dias de expediente do Consórcio, das 8h às 11h30min, e das 13h30min às 17h, tendo como limite máximo as 11h-00min do dia 23/03/2015.

1.4 - A Sessão de Processamento do Pregão será realizada na sede do CPIMMOC, situada a Rua Roberto Trompowski, 68, 2º andar, centro Joaçaba/SC, iniciando-se às 13hrs30min do dia 23 de março de 2015 e será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) Oficial, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos termos da lei.

1.5 - A presente Licitação será regida pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que

couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 23 de junho de 1993, Lei Federal n. 11.107/05, Resolução CPIMMOC nº 001/2015, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

2.0 - DO OBJETO:

2.1 - A presente Licitação tem por Objeto o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição, com fornecimento sob demanda, e de forma parcelada de Pneus, Câmaras de Ar e Colarinhos, para uso dos Órgãos Participantes do CPIMMOC - Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, compreendendo os seguintes Municípios e seus respectivos Fundos: a) Catanduvas; b) Lacerdópolis; c) Luzerna; d) Ouro; e) Treze Tílias; f) Vargem Bonita, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme relação de Itens do Anexo I, parte integrante deste Edital.

2.2 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 06 (seis) meses a partir da sua assinatura, ou até que se esgote o fornecimento dos todos os itens contratados.

2.3 ☐ O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

2.3.1 ☐ O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/1993.

2.4 ☐ A vigência para a execução dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

2.5 ☐ Somente poderão ser ofertadas pelas licitantes as marcas/modelos que possuírem Atestados de Aprovação emitidos pelo Consórcio CIMCATARINA decorrente do resultado dos Chamamentos Público de Fabricantes e/ou Fornecedores para Cadastramento de Pneus, Câmaras de Ar e Protetores nº 001/2014, 006/2014, 009/2014 e 011/2014 e, adotado no âmbito deste Consórcio CPIMMOC, através da Resolução nº 001/2015, disponível em Anexo a este Edital, como também, disponibilizado no site da AMMOC: www.ammoc.com.br

3.0 - DA PARTICIPAÇÃO:

3.1- Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencham as condições de credenciamento e demais exigências constantes deste Edital.

3.1.1- Não poderá participar empresa concordatária ou que estiver sob o regime de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação.

3.1.2 - Será vedada a participação de empresas declaradas inidôneas por Ato do Poder Público, ou que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de seus órgãos descentralizados.

3.1.3 - Não poderá participar, direta, ou indiretamente desta licitação, servidor, agente político ou responsável pela licitação na forma do art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93.

3.1.4 - A participação nesta licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso.

3.1.5 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que desejam participar deste certame, usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, promovidas pela Lei Complementar nº 147/14; deverão observar o disposto e comprovar as condições previstas na lei e nos subitens a seguir:

3.1.5.1 - Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa.

3.1.5.2 - As Sociedades Simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

3.1.5.3 - A Certidão deve estar atualizada, ou seja, emitida a menos de 120 (cento e vinte) dias da data marcada para a abertura

da presente Licitação.

3.1.5.4 - Declaração em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/14, afirmando ainda que não se enquadra em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

3.1.5.5 - Os documentos para fins de comprovação da condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte deverão ser apresentados fora dos Envelopes, no ato de CREDENCIAMENTO das empresas participantes.

4.0 - DO CREDENCIAMENTO:

4.1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

4.1.1 - Tratando-se de representante legal: o Estatuto Social; Contrato Social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.1.2 - Tratando-se de Procurador: o instrumento de procuração público ou particular do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no item 3.1, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

4.1.3 - O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

4.1.4 - Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, podendo ser trocado o representante por outro desde que devidamente credenciado e com os devidos poderes para representar a empresa.

5.0 - DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.1 - A Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação deverá ser de acordo com modelo estabelecido no Anexo II deste Edital, e apresentada fora dos Envelopes nº 1 e nº 2.

5.2 - A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 (dois) envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Ao:

CPIMMOC - Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2015

PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015

Identificação do Proponente:

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS

Ao:

CPIMMOC - Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015

Identificação do Proponente:

ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTOS

5.2.1 - A Proposta de Preços deverá ser elaborada obrigatoriamente pelo sistema informatizado Betha Autocotação, a qual será entregue em meio magnético (CD-ROM ou Pen Drive) e também em Papel timbrado da Empresa, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da Licitante ou pelo procurador, juntando-se a Procuração.

5.2.2 - Os Documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou publicados em forma de publicações legais.

6.0 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA DE PREÇOS:

6.1 - A Proposta de Preços, preenchida dentro do Sistema Informatizado Betha Autocotação deverá ser entregue em meio magnético (CD ROM, Pen Drive) e conterá os seguintes elementos:

- a) Nome, Endereço, CNPJ e Inscrição Estadual;
- b) Número do Processo e do Pregão para Registro de Preços;
- c) Descrição do Objeto da presente Licitação, com a indicação da procedência, marca e modelo do produto cotado, em conformidade com as especificações descritivas do Anexo I, parte integrante deste Edital;
- d) Preço Unitário e Total, por item, em moeda corrente nacional, em algarismo, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, devendo ainda estar incluídos nos preços propostos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes; tributos de qualquer natureza e todas as despesas diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.
- e) prazo de validade da proposta de, no mínimo 60 (sessenta) dias.

6.1.1 - O preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável durante a vigência do Contrato.

6.1.2 - A Proposta de Preços poderá ser elaborada com no máximo 03 (três) casas decimais depois da vírgula.

7.0 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO":

7.1 - O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados:

7.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro Comercial, no caso de Empresa Individual;
- b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial;
- c) No caso da proponente ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá apresentar para credenciamento Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DRNC nº 103/2007;
- d) as Sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

7.1.2 - REGULARIDADE FISCAL:

- a) Certidão de Regularidade de Débito com a Fazenda Municipal da sede do licitante;
- b) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede do licitante;
- c) Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Certidão unificada de regularidade de débito com a Secretaria da Receita Federal e com a Procuradoria da Fazenda Nacional;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

7.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da Sede da Pessoa Jurídica;
- b) Declaração de atendimento a Legislação Trabalhista do Menor e do Adolescente (ANEXO III);
- c) Declaração de Fatos Impeditivos (ANEXO IV);

7.2 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:

7.2.1 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões

apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

7.2.2 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para habilitação, mesmo que esta documentação apresente alguma restrição na Comprovação da regularidade fiscal.

7.2.2.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado à mesma, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por mais 05 (cinco), a critério do CPIMMOC, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Certidão Negativa, conforme § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

8.0 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO:

8.1 - No horário e local indicado no Preâmbulo, será aberta a Sessão de Processamento do Pregão, iniciando-se com o Credenciamento dos Interessados em participar do Certame.

8.2 - Após o Credenciamento, as Licitantes entregarão ao Pregoeiro a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo II do Edital.

8.3 - A análise das Propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo desclassificadas as propostas cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital.

8.4 - No tocante aos Preços, as Propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços Unitários.

8.4.1 - As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

8.5 - As Propostas deverão ser formuladas por item.

8.6 - As Propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

- a) seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% superiores àquela;
- b) não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três);
- c) no caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

8.7 - O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

8.8 - A Licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empata-dos, e assim sucessivamente até a definição Completa da ordem de lances.

8.9 - Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço por item, observada a redução mínima entre os lances, que será fixada a critério exclusivo do Pregoeiro e que não poderá ser superior a 0,5% (meio ponto percentual) do valor total do item.

8.10 - A etapa de lances será considerada encerrada, quando todos os participantes dessa etapa, declinarem da formulação de lances.

8.11 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

8.12 - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

8.13 - Após a negociação se houver, o Pregoeiro examinará a

aceitabilidade do menor preço e
Decidirá, motivadamente, a respeito.

8.14 - A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

8.15 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os Documentos de habilitação do respectivo proponente.

8.16 - Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

- a) substituição e apresentação de documentos, ou;
- b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

8.17 - A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada, o qual será verificado a veracidade posteriormente pelo pregoeiro.

8.18 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a Licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

8.19 - Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja autora atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

8.20 - Conhecida a vencedora, o Pregoeiro consultará as demais classificadas se aceitam fornecer ao preço daquela, mantidas as quantidades ofertadas.

8.21 - Em seguida serão abertos os envelopes nº 02, das Licitantes que aceitaram, e decidirá sobre as respectivas habilitações, observadas as disposições do subitem 8.4.

8.21.1 - As Licitantes habilitadas serão incluídas na Ata de Registro de Preços, observada a ordem de classificação.

9.0 - DA PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

9.1 - Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

9.2 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço.

9.3- No caso de empate entre duas ou mais propostas proceder-se-á da seguinte forma:

a) Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

b) Não ocorrendo à contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma disposta na alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessa hipótese, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido na alínea "a" será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que, primeiro, poderá apresentar melhor oferta.

9.4 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos na alínea "a" do subitem 9.3, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.5 - A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no

prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob a pena de preclusão do direito.

9.6 - O disposto no subitem 9.3 e suas alíneas somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. Nesse caso o desempate entre duas ou mais propostas, e não havendo lances, será efetuado mediante sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.

9.7 - A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, de acordo com o artigo 43 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.8 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, à mesma, o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Certidão Negativa.

9.9 - A não regularização da documentação, no prazo citado, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à CPIMMOC convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.10 - A Empresa que não comprovar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 e alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014.

10.0 - DO RECURSO, DA HOMOLOGAÇÃO E DO REGISTRO DE PREÇOS:

10.1 - No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e o encaminhamento do processo à autoridade Competente para a homologação.

10.3 - Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade Competente.

10.4 - O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.5 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade Competente homologará o procedimento e determinará a convocação dos beneficiários para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

10.6 - A Ata de Registro de Preços será formalizada, com observância das disposições legais e será subscrita pela autoridade que assinou/rubricou o edital.

10.7 - A Licitante que convocada para assinar a ata deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluída.

10.8 - Colhidas as assinaturas, o CPIMMOC providenciará a imediata publicação da ata e, se for o caso, do ato que promover a exclusão de que trata o subitem anterior.

11.0 - DO PRAZO DE VALIDADE E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

11.1 - O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação da respectiva Ata.

12.0 - DAS CONTRATAÇÕES:

12.1- Os Fornecedores de bens incluídos na ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar os contratos que poderão advir,

com cada um dos Municípios, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata, cuja minuta encontra-se disposta no Anexo VI deste Edital.

12.2 - A existência de preços registrados não obriga o CPIMMOC e os Municípios Integrantes deste procedimento licitatório a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência de contratação em igualdade de condições.

12.3 - Para instruir a formalização dos contratos ou instrumento equivalente, o fornecedor do bem deverá providenciar e encaminhar ao Município contratante, no prazo de 03 dias úteis a partir da data da convocação, certidões negativas unificada de débitos para com a Receita Federal e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e certidões negativas de tributos e contribuições federais, expedidas pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria da Fazenda Nacional, sob a pena de a contratação não se concretizar.

12.4 - Se as certidões anteriormente apresentadas para habilitação ou constantes do cadastro estiverem dentro do prazo de validade, o fornecedor ficará dispensado da apresentação das mesmas.

12.5 - O Fornecedor dos Pneus e correlatos deverá no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, Comparecer ao órgão contratante para assinar o Termo de Contrato ou retirar instrumento equivalente.

13. 0 - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO:

13.1- Os Pneus e correlatos, objeto deste processo licitatório deverão ser entregues nas Secretarias Municipais de Transportes e Obras dos Municípios participantes deste processo de licitação ou, outro local indicado pelos mesmos, os quais, serão enviados a cada um dos proponentes no momento da homologação do processo, no prazo de 5 (cinco) dias do recebimento da Autorização de Fornecimento emitida por cada um destes Municípios de forma individualizada.

13.2 - Os prazos de garantia do Objeto entregue serão aqueles exigidos na descrição do produto e na formulação das propostas por cada Proponente.

13.3 - Não serão pagos pelos Municípios contratantes e nem pelo CPIMMOC despesas com fretes, encomendas e ou qualquer outro tipo de despesa.

14.0 - DO ACRÉSCIMO DOS QUANTITATIVOS LICITADOS:

14.1 - Havendo interesse, os quantitativos licitados em sua totalidade por item poderão ser acrescidos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) conforme estipulado na Lei Federal 8666/93;

15.0 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

15.1 - Os Pneus e correlatos, objeto da presente licitação deverão atender as exigências de qualidade e fiscalização pelos órgãos responsáveis, em especial:

a) Prazo de validade não inferior a um ano dos medicamentos entregues;

b) embalagens intactas, sem amassados, rasgos ou outros defeitos que podem afetar a qualidade dos medicamentos;

15.2 - O faturamento deverá ser feito diretamente para o Órgão Participante que formulou e recebeu os objetos licitados e contratados.

15.3 - Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no Comprovante respectivo a data, o nome e a assinatura do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.

15.4 - Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua Complementação ou rescindir a contratação, sem

prejuízo das penalidades cabíveis.

16.0 - DA FORMA DE PAGAMENTO:

16.1 - O pagamento será efetuado pelo Órgão Participante que efetuou a solicitação dos Pneus e correlatos, em até 20 dias após a entrega, contados da apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo do órgão contratante.

16.2 - O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, podendo ainda, o fornecedor enviar juntamente com a Nota Fiscal o respectivo boleto de cobrança bancária.

17.0 - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO:

17.1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica dos Municípios Integrantes do CPIMMOC pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

17.2 - A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas estipuladas na legislação em vigor.

17.3 - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

17.4 - Os procedimentos para aplicação de advertência e multa relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais, serão conduzidos no âmbito do Órgão Participante contratante e as penalidades serão aplicadas por autoridade Competente do mesmo órgão.

17.5 - Os procedimentos para aplicação das demais penalidades não indicadas no nesta cláusula, serão conduzidos no âmbito do CPIMMOC e as penalidades serão aplicadas por autoridade Competente.

18.0 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

18.1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da Ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não Comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

18.2 - O resultado do presente certame, bem como os demais atos pertinentes a este procedimento licitatório, será divulgado no endereço eletrônico www.ammoc.com.br, link CPIMMOC e também no Diário Oficial dos Municípios (DOM) no site da FECAM.

18.3 - Os envelopes contendo os documentos de habilitação, não abertos, ficarão à disposição para retirada na sede CPIMMOC, no endereço citado no preâmbulo deste edital, após a publicação da Ata de Registro de Preços.

18.4 - Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

18.5 - A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de 3 (três) dia útil.

18.6 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

18.7 - Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro e pela Autoridade Competente à luz da legislação aplicável.

18.8 - Os preços registrados serão publicados no site dos Municípios e do CPIMMOC www.ammoc.com.br link CPIMMOC e também no Diário Oficial dos Municípios (DOM) no site da FECAM.

18.10 - Os esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados nos dias de expediente, das 08h às 11h30min e das 13h30min às 17hrs, junto a sede da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense-AMMOC, sito a Rua Roberto Trompowsky, Nº 68, 2º Andar, Centro, Joaçaba / SC, pelo telefone (49) 3522-2800 e ainda pelos e-mails marize@ammoc.com.br, cpimmoc@ammoc.com.br e andreia@ammoc.com.br.

18.11 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será Competente o foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.

19.0 - DOS ANEXOS:

19.1 - Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I - Relação de Itens - Beta Auto Cotação;

ANEXO II - Declaração de atendimento ao Inciso VII do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002;

ANEXO III - Declaração de cumprimento com o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999;

ANEXO IV - Declaração de Inexistência de Impedimento Legal;

ANEXO V - Minuta do Contrato Administrativo;

ANEXO VI - Ata de Registro de Preços;

ANEXO VII - Dados do Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes;

ANEXO VIII - Estimativa de Consumo por Órgão Participante;

ANEXO IX - Estimativa de Consumo Total dos Órgãos Participantes.

Joaçaba, SC, 09 de março de 2015.

VITOR JOÃO FACCIN

Presidente

Visto Advogado:

Nome:

OAB/SC:

ANEXO I

RELAÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES

PROCESSO LICITATÓRIO CPIMMOC: Nº 001/2015

PREGÃO PRESENCIAL CPIMMOC: Nº 001/2015

REGISTRO DE PREÇOS CPIMMOC: Nº 001/2015

BETHA AUTO COTAÇÃO

Cd/ Pen drive

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º

DA LEI Nº. 10.520/2002 (*)

PROCESSO LICITATÓRIO CPIMMOC: Nº 001/2015

PREGÃO PRESENCIAL CPIMMOC Nº 001/2015

REGISTRO DE PREÇOS CPIMMOC: Nº 001/2015

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, a empresa _____

_____, inscrita no CNPJ sob o nº.

_____, DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Processo Licitatório nº 001/2015, Pregão Presencial nº 001/2015, instaurado pelo CPIMMOC - Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado.

_____ de _____ de 2015.

Nome e assinatura do responsável legal

(número da carteira de identidade e órgão emissor)

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL

PROCESSO LICITATÓRIO CPIMMOC: Nº 001/2015

PREGÃO PRESENCIAL CPIMMOC Nº 001/2015

REGISTRO DE PREÇOS CPIMMOC: Nº 001/2015

Eu (nome completo) representante legal da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº

_____ interessada em participar no Processo Licitatório nº 001/2015, na modalidade de Pregão nº 001/2015, na forma presencial, instaurado pelo CPIMMOC - Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado. Declaro que cumpro com o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

_____, ____ de _____ de 2015

Representante legal da Empresa

(O documento deverá ser preparado em papel timbrado da licitante, com endereço.)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL

PROCESSO LICITATÓRIO CPIMMOC: Nº 001/2015

PREGÃO PRESENCIAL CPIMMOC Nº 001/2015

REGISTRO DE PREÇOS CPIMMOC: Nº 001/2015

Eu _____ (nome completo) na condição de representante legal da empresa _____

_____ inscrita no CNPJ sob o nº

_____ interessada em participar no processo licitatório

nº 001/2015, na modalidade de Pregão Presencial nº 001/2015 -

Registro de Preços nº 001/2015, instaurado pelo CPIMMOC - Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contesta-

do, DECLARO sob as penas da lei que, inexistem fatos impeditivos

para nossa habilitação no presente processo licitatório, assim

como estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências

posteriores.

_____, ____ de _____ de 2015

Assinatura do Representante legal

Nome:

Cargo:

Documento de identidade:

ANEXO V

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2015

Pelo presente termo de Contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE - SC, Pessoa Jurídica de direito Público Interno, inscrita no CNPJ nº com sede à centro, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato representada por seu titular o Senhor, Prefeito Municipal, brasileiro,, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF nº xxxxxxxx, e XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede à XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada pelo seu Sócio Gerente o Senhor XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador da

Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXXXX CPF nº XXXXXXXXXXXX, a seguir denominada simplesmente de CONTRATADA, perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo Processo Licitatório nº .../2015, Pregão Presencial .../2015 E na forma do Registro de Preços nº .../2015, realizado pelo CPIMMOC que se regerá nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações, atendidas as Cláusulas e condições que anunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a aquisição sob demanda e de forma parcelada de Pneus e correlatos para o Município deconforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL OU DO SERVIÇO	QDE	UN	MARCA	PREÇO UNI-TÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
Total.....R\$						

Parágrafo Único. Integra e Completa o presente Termo de Contrato para todos os fins e direito, obrigando as partes em todos os seus termos e condições do Processo Licitatório nº .../2015 realizado pelo CPIMMOC, citado ao preâmbulo deste.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DA ENTREGA, DO REAJUSTE, DA VIGÊNCIA E PRAZO:

O valor pela aquisição dos Pneus e correlatos, objeto do presente contrato é de R\$ (....) cujo valor será pago pela CONTRATANTE a CONTRATADA, até o 20º dia do recebimento dos medicamentos, mediante emissão de nota fiscal devidamente aceita pelo Município solicitante.

§ 1º Os Pneus e correlatos deverão ser entregues em cada um dos Municípios solicitantes no prazo de até 05 (cinco) dias do recebimento da Autorização de Fornecimento;

§ 2º Os valores do presente edital serão fixos e irredutíveis, exceto para manutenção do equilíbrio econômico e financeiro, nos termos do Art. 65 da Lei 8.666/93;

§ 3º Havendo redução dos preços, haverá a respectiva redução dos valores do presente Contrato, nos mesmos índices, fixados na forma do parágrafo anterior.

§ 4º O presente contrato terá vigência até 31/12/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

O pagamento do objeto do presente Contrato será com efetuado com recursos do Orçamento vigente do Município, fixados através da Lei Municipal e consignadas nas seguintes dotações orçamentárias:

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível

CLÁUSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE: Caberá a CONTRATANTE efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente Contrato, de acordo com o estabelecido na Cláusula Segunda, bem como conferir as quantidades e as condições do objeto entregue em relação ao objeto cotado e contratado.

CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

I - A CONTRATADA, obriga-se a fornecer o objeto especificado na Cláusula Primeira de acordo com a proposta apresentada no procedimento licitatório citado ao preâmbulo onde, como todos os documentos da Licitação e especificados pela CONTRATANTE, passam a fazer parte integrante do presente contrato, independente

de transcrição.

II - Efetuar a entrega dos Pneus e correlatos na sede da Contratante, em até 05 (cinco) dias após o recebimento da ordem de Compra ou autorização de fornecimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES:

Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar ao CONTRATADO, isolada ou conjuntamente, as seguintes penalidades:

a) Advertência.

b) Multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

c) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a administração por um período de 2 (dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO:

Constituirão motivos para a rescisão contratual:

I - A inexecução total ou parcial dos Contratos decorrentes desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

II - A inexecução do contratado, nas hipóteses previstas no art. 96 da Lei 8.666/93, sem prejuízo às penalidades previstas neste, ensejará a rescisão administrativa do mesmo, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

III - A rescisão contratual poderá ser:

a) Determinada por ato Unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93.

b) Amigável, mediante autorização da autoridade Competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

c) Judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo único. As aplicações das penalidades previstas na cláusula sexta, não eximirão o contratado da restituição aos cofres públicos dos danos causados à Administração Pública em face de inexecução total ou parcial do objeto.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO:

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato somente se reputará se tomada expressamente em instrumento aditivo, que ao presente passará a fazer parte integrante.

CLÁUSULA NONA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

O presente Contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993 e demais alterações posteriores vigentes e pelos preceitos do Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos, e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS:

Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie, que venham a ser devidos em decorrência do presente correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO: Este Contrato esta vinculado ao Certame Licitatório citado ao preâmbulo deste e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal 8.666/93 de 21 de Junho de 1.993 e alterações posteriores vigentes, recorrendo-se a analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de - SC, Estado de Santa Catarina, como Competente para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus assessores, em 4 (quatro) vias iguais e de mesmo teor e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Joaçaba , 09 de Março de 2015.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____

Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF:

ANEXO VI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO CPIMMOC: Nº 001/2015

PREGÃO PRESENCIAL CPIMMOC Nº 001/2015

REGISTRO DE PREÇOS CPIMMOC: Nº 001/2015

PREÂMBULO

Aos ____ () dias do mês de ____ do ano de Dois Mil e Quinze (2015), presentes de um lado, o CPIMMOC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica inter federativa, inscrito no CNPJ sob o nº _____, com sede a Rua Roberto Trompowsk, nº _____, centro, na cidade de Joaçaba / SC, neste ato representado por seu Presidente Sr. VITOR JOÃO FACCIN, Prefeito de Ouro - SC, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e os MUNICÍPIOS de: 1.; 2.; 3.; doravante designados ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM: Registrar os Preços para Aquisição sob demanda e de forma parcelada de PNEUS, CAMARAS DE AR E COLARINHOS, ofertados pela Empresa: _____, pessoa jurídica de direito privado, situada à Rua _____, nº _____, na cidade de _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste Ato representada pelo Sr. _____, doravante denominado FORNECEDOR, decorrente do Processo Licitatório nº ____/2015, Pregão Presencial para Registro de Preços nº ____/2015, homologado pela Autoridade competente, sujeitando as Partes às determinações da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, Lei nº 10.520, de 17 julho de 2002, publicada no D.O.U. de 18 de julho de 2002, e dos Decretos nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, publicado no D.O.U. de 09 de agosto de 2000, 4.342, de 23 de agosto de 2002 e publicado no D.O.U. de 26 de agosto de 2002, 3.931, de 19 de setembro de 2001, 3.784, de 06 de abril de 2001, publicado no D.O.U. de 09 de abril de 2001 e das demais normas legais aplicáveis e, consoante as seguintes cláusulas e condições.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui Objeto da presente Ata; o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de PNEUS, CÂMARAS DE AR E COLARINHOS para uso dos Órgãos Participantes, integrantes do CPIMMOC, pelo período de 12 (doze) meses, ou até o fornecimento total das quantidades estimadas, sendo o que ocorrer anteriormente, conforme Itens da Tabela em Anexo, parte integrante deste Instrumento.

1.1.1 - O Valor Total da presente Ata está fixado em R\$ _____ (_____), em conformidade com os Itens da Tabela Anexa, parte integrante desta Ata de Registro de Preços.

1.1.2. As quantidades Registradas na Tabela anexa são estimadas, previstas para o consumo no período de 12 (doze) meses, podendo variar para mais ou para menos, de acordo com a demanda de cada Órgão Participante.

1.1.3 - O Registro de Preços, objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador - CPIMMOC), ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da sua estimativa de consumo.

2.0 DO PREÇO

2.1. Os preços dos produtos serão fixos e equivalentes aos de

mercado na data da proposta.

2.2. Os preços propostos são considerados Completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais), transporte, embalagens, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada nesta Ata e no Edital.

3.0 DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, ou até que se esgote o valor total, sendo o que ocorrer primeiro.

3.2. A existência de preços registrados não obriga os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios de contratação, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do Registro preferência em igualdade de condições.

4.0 DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

4.1. A administração da Ata de Registro de Preços decorrente deste Processo de Licitação caberá ao CPIMMOC.

5.0 DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. A Empresa com Preços Registrados passará a ser denominada Detentora da Ata de Registro de preços, após a assinatura desta;

5.2. O Compromisso de fornecimento será formalizado pela Ata de Registro de Preços e pelo Termo de Contrato, Nota de Empenho ou outro instrumento equivalente.

5.2.1. A celebração do Compromisso de fornecimento se dará com a assinatura da Ata e pelo recebimento ou retirada da Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente pela Detentora da Ata.

5.3. A Detentora será obrigada a fornecer a quantidade prevista na Ata, acrescida de até 25% (vinte e cinco por cento), se solicitado pelo MUNICÍPIO e o não cumprimento desta imposição durante o prazo de vigência do Registro de Preços acarretará sanções administrativas.

5.4. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, através da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.

5.5. As quantidades solicitadas serão de acordo com as necessidades, respeitando-se o valor estimado.

5.5.1. Havendo necessidade de aumentar as quantidades, será comunicado ao detentor com antecedência de, no mínimo, 10 (dez) dias.

5.5.2. Se a detentora da Ata não puder fornecer o produto solicitado, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Setor de Compras e Licitações da Órgão Participante, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento do Empenho ou da Ordem de Fornecimento.

5.5.2.1. Os motivos pela não possibilidade de entrega serão analisados, não garantindo ao contratado isenção das penalidades previstas.

6.0 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes de fornecimentos correrão à conta das dotações expressamente consignadas no Orçamento vigente de cada um dos Órgãos Participantes, integrantes deste Processo Licitatório compartilhado.

7.0 DOS PAGAMENTOS

7.1. Considerando-se o recebimento definitivo de cada entrega, o Órgão Participante efetuará o pagamento à Detentora da Ata, em até 20 (vinte) dias após o recebimento definitivo da Nota Fiscal / Fatura, contendo o número do Empenho a que se refere e o termo de recebimento, ao Setor de Compras.

7.2. A Nota Fiscal / Fatura que for apresentada com erro será devolvida ao Detentor da Ata, para retificação ou substituição,

contando-se o prazo estabelecido no subitem 7.1, a partir da data de sua reapresentação.

8.0 DA FISCALIZAÇÃO E DO PAGAMENTO

8.1. O responsável por cada Secretaria do Município procederá à análise da entrega dos produtos, para constatar sua quantidade e qualidade, e se atendem à finalidade que deles, naturalmente, se espera, emitindo termos de recebimento e aprovação (liquidação).

8.2. Entende-se, como Fiscal da Ata de Registro de Preços, os Servidores dos Órgãos Participantes, devidamente designados para acompanhamento da execução do presente termo.

8.3. Todas as ocorrências que vierem a prejudicar o andamento da presente Ata deverão ser comunicadas imediatamente e por escrito, ao setor competente do Órgão Participante que procederá a abertura de processo Competente.

8.4. Constatando-se o recebimento, O Município efetuará o pagamento para a empresa Detentora da Ata, em até 20 (vinte) dias.

8.5. O pagamento somente se dará após o recebimento definitivo, atestado na Nota Fiscal / Fatura pelo responsável, e após comprovado a adimplência junto ao FGTS e Secretaria da Receita Federal, à Tesouraria, para os procedimentos que culminam no pagamento à empresa registrada em Ata.

8.6. Caberá ao Departamento de Compras de cada Órgão Participante a averiguação da regularidade da contratada, principalmente em relação aos recolhimentos trabalhistas (FGTS), previdenciário (Receita Federal).

8.7. Havendo erro na Nota Fiscal / Fatura ou outra circunstância de responsabilidade da EMPRESA Detentora da Ata que desaprove a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que sejam providenciadas as medidas saneadoras necessárias.

8.8. Caso haja desequilíbrio econômico-financeiro, poderá haver revisão na ATA desde que, ocorram fatos inéditos que relictam diretamente nas condições pactuadas, ou seja, a revisão contratual deverá ser baseada em acontecimento imprevisível e inevitável, ou se previsível, de consequências incalculáveis. A área ordinária, que implica um encargo previsível ou suportável, por si só, não autoriza a revisão contratual. A revisão contratual deverá ser Comprovada pela contratada através de documentos e fundamentação legal formal, podendo a mesma ser deferida após anuência do Consórcio CPIMMOC.

8.10. O valor estimado desta Ata poderá ser utilizado integralmente ou não, conforme a necessidade dos seguintes Órgãos Participantes e seus Fundos Municipais: a) Catanduvas; b) Lacerdópolis; c) Luzerna; d) Ouro; e) Treze Tílias; f) Vargem Bonita.

9.0 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

9.1. Os Pneus e correlatos, objeto do presente edital serão entregues em até 05 (cinco) dias do recebimento da Ordem de Fornecimento ou Nota de empenho, no seguinte Endereço fornecido pelo Órgão Participante deste Processo Licitatório, na Rua, nº, na cidade de- SC.

9.2. A entrega dos produtos deverá ser efetuada sempre que solicitada, e não serão tolerados atrasos sem justificativas prévias.

9.3. Se a Detentora com preço registrado em primeiro lugar não receber ou não retirar a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data da convocação, o MUNICÍPIO convocará a empresa com preço registrado em segundo lugar, para efetuar o fornecimento, ao preço do primeiro classificado, e assim por diante quanto às demais detentoras, sendo aplicadas às faltosas, as penalidades descritas no item 10.

9.3.1. Será dado como retirada / recebida, a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento enviada via fac-símile.

9.4. Os produtos objeto desta licitação deverão ser entregues acompanhados de Notas Fiscais, constando o número da Ata de Registro de Preços, o produto, o valor Unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

9.5. O recebimento definitivo do objeto desta Ata, não exime o fornecedor de ser responsabilizado, dentro das penalidades previstas na Lei 8.666/93 e alterações, pela má qualidade que venha a ser constatada durante o uso, dentro do prazo de validade, dos produtos fornecidos.

10.0 DAS SANÇÕES

10.1. O atraso injustificado na entrega do objeto contratado implica no pagamento de multa de 1%, (um por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela em atraso ou da nota de empenho, isentando em consequência o MUNICÍPIO de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso.

10.2. A inexecução parcial do ajuste ou a execução parcial em desacordo com a presente Ata, implica no pagamento de multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da parcela inexecutada ou executada em desacordo.

10.3 A inexecução total do ajuste ou execução total em desacordo com a presente Ata, implica no pagamento de multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato e/ou da nota de empenho.

10.4 A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar a Ata, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, para efeitos de aplicação de multa, equivale à inexecução total da sua obrigação.

10.5 A aplicação de multa, a ser determinada pelo MUNICÍPIO, após regular procedimento que garanta a prévia defesa da empresa inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 7º da Lei 10.520/02 e alterações.

11.0 DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser cancelados nos seguintes casos:

11.1.1. Pelo MUNICÍPIO, quando:

I - a detentora descumprir as condições da ata de registro de preços;

a) Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurada a defesa prévia do interesse e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe concedido vista ao processo.

b) Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

II - a detentora não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

III - a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato de fornecimento;

IV - em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

V - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto à sua atualização;

VI - por razões de interesse público; devidamente fundamentadas;

11.1.2 Pela detentora da ata, mediante solicitação por escrito, quando:

I - os preços registrados se apresentarem inferiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto à sua atualização;

II - Comprovar a impossibilidade de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços.

11.2. Nas hipóteses previstas no subitem 11.1.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada no Jornal Oficial do Estado de Santa Catarina juntando-se o Comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

11.3. A detentora da ata poderá solicitar o cancelamento do registro do preço através de requerimento a ser protocolado no Setor

de Compras e Licitações, de segunda à sexta feira em horário normal de expediente.

11.3.1. Caso não verifique fundamentação em sua solicitação, a detentora sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na presente, sendo assegurado à mesma o contraditório e a ampla defesa.

11.4. Cancelada a Ata em relação a uma detentora, poderá ser convocada aquela com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço, para fornecer ao preço do primeiro classificado.

11.5. Ocorrendo cancelamento do registro de preços pelo Órgão Participante, a empresa Detentora da Ata será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.

11.5.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível, o endereço da detentora, a comunicação será feita através do Quadro de Avisos e no site Oficial AMMOC: www.ammoc.com.br, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

12.0 DA PUBLICIDADE

12.1 Os preços registrados na Ata serão publicados trimestralmente, no Quadro de Avisos do Município e no site www.AMMOC.org.br.

13.0 DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da ata, os preços registrados poderão ser revistos, a qualquer tempo.

13.1.1. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços registrados poderá ser efetuada por iniciativa do Órgão Participante ou mediante solicitação da empresa detentora, desde que apresentadas as devidas justificativas.

13.1.2. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado.

13.3. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido ao Presidente do CPIMMOC, mediante requerimento protocolado, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da ocorrência do fato motivador do desequilíbrio, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

I - Planilha de Composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

II - Cópia autenticada da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço.

13.4. Sendo procedente o requerimento da empresa detentora da ata, o equilíbrio econômico-financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.

13.4.1. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão de preço.

14.0 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integra esta Ata, a relação dos preços registrados pelos demais proponentes, até o 3º classificado, e o nome das respectivas empresas.

14.2. Fica eleito o foro da comarca de Joaçaba - SC, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam traduzir.

14.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal no. 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas aplicáveis.

Município de Joaçaba em 09 de Março de 2015.

Prefeito Municipal

Contratado / Detentor da Ata

Testemunhas

ANEXO VII

ÓRGÃO GERENCIADOR E ENTIDADES PARTICIPANTES

PROCESSO LICITATÓRIO CPIMMOC: Nº 001/2015

PREGÃO PRESENCIAL CPIMMOC Nº 001/2015

REGISTRO DE PREÇOS CPIMMOC: Nº 001/2015

1. ORGÃO GERENCIADOR

ÓRGÃO GERENCIADOR	ENDEREÇO	CNPJ	RESPONSÁVEL
1.1 - CPIMMOC	Rua Roberto Trompowski, nº 68 – Centro – JOAÇABA – SC.	19.678.109/0001-00	VITOR JOÃO FACCIN

2. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

ÓRGÃO PARTICIPANTE	ENDEREÇO	CNPJ	RESPONSÁVEL
2.1 – MUNICÍPIO DE CATANDUVAS.	Felipe Schimidt, 293	82.939.414/0001-45	GISA APARECIDA GIACOMIN
2.2 – MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS.	Rua 31 de Março 283	82939.471/0001-24	HILÁRIO CHIAMOLERA
2.3 – MUNICÍPIO DE LUZERNA.	Av. XVI de Fevereiro, 151	01.613.428/0001-72	MOISÉS DIERSMANN
2.4 – MUNICÍPIO DE OURO.	Rua Gov. Jorge Lacerda, 106	82.777.228/0001-57	VITOR JOÃO FACCIN
2.5 – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS.	Rua. Leoberto Leal, 97	82.777.251/0001-41	MAURO DRESCH
2.6 – MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA.	Rua Cel. Vitorio, 966 – Centro – Vargem Bonita.	95.996.187/0001-31	MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI

ANEXO VIII

ESTIMATIVA DE CONSUMO POR ÓRGÃO PARTICIPANTE

PROCESSO LICITATÓRIO CPIMMOC: Nº 001/2015

PREGÃO PRESENCIAL CPIMMOC Nº 001/2015

REGISTRO DE PREÇOS CPIMMOC: Nº 001/2015

1.0 - ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

1.1- MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

ITEM	DESCRIÇÃO	ITEM DA LISTA CPIMMOC	QUANTIDADES
ÓRGÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
01	PNEU 900 R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	61	04

02	PNEU 900 R20 TIPO A, COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	62	08
03	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	53	04
04	PNEU 215/75 R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO DE 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	52	04
05	PNEU 1000 R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	63	02
06	PNEU 1000 R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	65	04
07	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	53	08
08	PNEU 175/70 R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	13	08
09	PNEU 205/70 R15 TIPO A, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDIE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	35	02
ÓRGÃO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10	PNEU 175/70 R14 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	17	60

11	PNEU 205/75 R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	41	60
ÓRGÃO	INFRAESTRUTURA		
12	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 7300 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	100	02
13	PNEU 1400 R24, TIPO A, PARA MOTONIVELADORA, 16 LONAS, DESENHO V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	105	16
14	PNEU 19.5 R24 R4 16 LONAS RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM PARA TRACÇÃO TRAZEIRA DE RETROESCAVADEIRA ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	152	04
15	PNEU 1000 R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	63	10
16	PNEU 1000 R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	65	12
17	PNEU 175/70 R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	13	20
18	PNEU 185 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	32	04
19	PNEU 275/80 R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	69	14
20	PNEU 275/80 R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	71	20

21	PNEU 750-16 TIPO A, 12 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	57	02
22	PNEU 1000 R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	65	08
23	PNEU 1000 R20 TIPO A COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRACÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	78	04
24	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2065 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	98	02
25	PNEU 14-17.5 - 14 LONAS PARA RETROSCAVADEIRA.	84	02
26	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24.	143	10
27	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20.	124	15
28	PROTETOR 1000 - 20.	113	15
29	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18.	140	02
30	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14-17.5.	122	02
31	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16.	121	10
32	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 13 AUTOMÓVEL.	117	06
33	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 - 24.	141	02
34	PROTETOR 900 - 20.	112	02
35	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20.	123	02
36	CONSELHO TUTELAR		
37	PNEU 185/65 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	20	04
ÓRGÃO	ASSISTÊNCIA SOCIAL:		
	PNEU 165/70 R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	12	04
38	PNEU 175/70 R14 TIPO A PARA AUTOMÓVEL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	16	04
39	PNEU 185/65 R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	23	04
OUTROS	OUTROS		

40	PNEU 900 - 20 TIPO A, DIRECIONAL (liso), MÍNIMO 14 LONAS, ÍNDICE DE CARGA APROXIMADO DE 137 A 146, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	NT*	02
----	--	-----	----

*O Item 40 não consta da Lista CPIMMOC, mas deve ser cotado pela descrição.

1.2- MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

ITEM	DESCRIÇÃO	ITEM DA LISTA CPIMMOC	QUANTIDADES
01	PNEU 165/70 R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	12	12
02	PNEU 175/70 R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	13	24
03	PNEU 175/70 R14 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	17	06
04	PNEU 185/65 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	20	20
05	PNEU 185/65 R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	23	20
06	PNEU 225/50 R17 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 94, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	29	08
07	PNEU 185 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	32	06
08	PNEU 205/70 R15 TIPO A, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	35	16
09	PNEU 225/70 R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	36	06
10	PNEU 205/75 R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	41	12

11	PNEU 215/75 R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	51	08
12	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, PRE-DOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	53	08
13	PNEU 750-16 TIPO A, 10 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 114, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	56	08
14	PNEU 1000 R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	63	24
15	PNEU 1000 R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	65	30
16	PNEU 275/80 R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	69	06
17	PNEU 900-16 TIPO A, DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RATAS, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1250KG, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	83	12
18	PNEU 14-17.5 - 14 LONAS PARA RETROSCAVADEIRA.	84	04
19	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1450 KG, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	86	08
20	PNEU 14.9-24 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	88	06
21	PNEU 14.9-28 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1700KG, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	89	04

22	PNEU 18.4-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	94	02
23	PNEU 23.1-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3450 KG, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	95	04
24	PNEU 18.4-34 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3000 KG, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	96	04
25	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2065 KG, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	98	04
26	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	99	04
27	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 7300 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	100	04
28	PNEU 1400 R24, TIPO A, PARA MOTO-NIVELADORA, 16 LONAS, DESENHO V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	105	16
29	PROTETOR 1000 - 20.	113	50
30	PROTETOR 1400 - 24.	115	12
31	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 13 AUTOMÓVEL.	117	12
32	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 14 AUTOMÓVEL.	118	16
33	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16.	121	08
34	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14-17.5.	122	04
35	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20.	124	40
36	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO CURTO.	126	08
37	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO LONGO.	127	08
38	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900-16 AGRÍCOLA.	128	12
39	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 - 24, AGRÍCOLA.	132	08
40	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 24, AGRÍCOLA.	133	04
41	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 28, AGRÍCOLA.	134	04
42	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 30, AGRÍCOLA.	137	04
43	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-30, AGRÍCOLA.	138	04
44	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 34, AGRÍCOLA.	139	04
45	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18.	140	04
46	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 - 24.	141	06
47	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5 - 25.	142	06
48	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24.	143	12
49	CÂMARA DE AR PARA PNEU 215/75 R17.5 BICO LONGO.	161	08

50	PNEU 10.00 – 16 TIPO A, 10 LONAS, FRISADO, AGRÍCOLA, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	NT*	02
51	PNEU 18.4-26 TIPO A, AGRÍCOLA, 12 LONAS, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	NT*	02
52	PNEU 23.1-26 COM O MÍNIMO DE 14 LONAS COM GARRA PARA ROLO COMPACTADOR, COM GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	NT*	02
53	CÂMARA DE AR, PARA PNEU 18.4/26.	NT*	04
54	CÂMARA DE AR, PARA PNEU 1000 – 16.	NT*	04

*Os Itens 50, 51, 52, 53 e 54 não constam da Lista CPIMMOC, mas devem ser cotados pela descrição.

1.3- MUNICÍPIO DE LUZERNA

ITEM	DESCRIÇÃO	ITEM DA LISTA CPIMMOC	QUANTIDADES
01	PNEU 175/70 R14 TIPO A PARA AUTOMÓVEL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	16	20
02	PNEU 16.9-28, PARA RETROESVADEIRA (R4) 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	92	10
03	PNEU 1400-24 COM 28 LONAS.	109	15
04	PNEU 12-16.5 TIPO A, PARA RETRO, COM 10 LONAS ÍNDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	97	10
05	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	99	10
06	PNEU 275/80 R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	69	15
07	PNEU 900 R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	61	25
08	PNEU 900 R20 TIPO A, COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	62	25
09	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2065 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	98	10

10	PNEU 16.9-24 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2385 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	90	10
11	PNEU 185/55 R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	162	14
12	PNEU 205/55 R16 TIPO A ÍNDICE DE CARGO 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADOPELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	28	20
13	PNEU 1000 R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	65	20
14	PNEU 1000 R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	63	20
15	PNEU 175/65 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	15	10
16	PNEU 275/80 R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	70	40
17	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 7300 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	100	10
18	PNEU 275/80 R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	69	20
19	PNEU 165/70 R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	12	14
20	PNEU 175/70 R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	13	48

21	PNEU 185 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	32	20
22	PNEU 185/60 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	19	24
23	PNEU 205/75 R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	41	52
24	PNEU 215/75 R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	51	20
25	PNEU 185/65 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	20	12
26	PNEU 185/60 R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	22	04
27	PROTETOR 1000 – 20.	113	80
28	PROTETOR 900 - 20.	112	100
29	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 – 24.	143	25
30	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 – 24.	141	05
31	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18.	140	05
32	CÂMARA DE AR PARA PNEU 275/80 R22.5.	154	40
33	PROTETOR 275/80 R22.5	NT*	40
34	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20.	124	40
35	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20.	123	25

*O Item 33 não consta da Lista CPIMMOC, mas deve ser cotado pela descrição.

1.4- MUNICÍPIO DE OURO

ITEM	DESCRIÇÃO	ITEM DA LISTA CPIMMOC	QUANTIDADES
01	PNEU 175/70 R14 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	17	38
02	PNEU 195/65/ R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	26	16

03	PNEU 175/70 R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	13	20
04	PNEU 165/70 R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	12	04
05	PNEU 205/70 R15 TIPO A, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	35	10
06	PNEU 205/75 R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	41	16
07	PNEU 225/65 R16 TIPO A, PRODOMINANTE ASFALTO, ÍNDICE DE CARGA 101 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	NT*	08
08	PNEU 225/65 R17 TIPO A, PRODOMINANTE ASFALTO, ÍNDICE DE CARGA 101 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	30	08
09	PNEU 900 R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	61	02
10	PNEU 900 – 20 TIPO A, DIRECIONAL (liso), MÍNIMO 14 LONAS, ÍNDICE DE CARGA APROXIMADO DE 137 A 146, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	NT*	02
11	PNEU 900 R20 TIPO A, COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	62	04
12	PNEU 275/80 R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	155	06

13	PNEU 275/80 R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	71	12
14	PNEU 1000 R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	63	12
15	PNEU 1000 R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	65	40
16	PNEU 1400 R24, TIPO A, PARA MOTO-NIVELADORA, 16 LONAS, DESENHO V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	105	28
17	PNEU 14.9-24 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	88	02
18	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 7300 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	100	06
19	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2065 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	98	02
20	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	99	02
21	PNEU 14-17.5 - 14 LONAS PARA RETROESCAVADEIRA.	84	02
22	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1450 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	86	04
23	PNEU 14.9-24 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	88	04
24	PNEU 18.4-34 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3000 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	96	04
25	PNEU 750 R16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	148	14

26	PNEU 750-16 TIPO A, 10 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 114, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	56	04
27	PNEU 23-1-26 COM 12 LONAS COM GARRA PARA ROLO COMPACTADOR.	91	02
28	PROTETOR 1000 - 20.	113	40
29	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20.	124	40
30	PROTETOR 1400 - 24.	115	28
31	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24.	143	28
32	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO CURTO.	126	16
33	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20.	123	04
34	CÂMARA DE AR PARA PNEU 275/80 R22,5.	154	14
35	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 24, AGRÍCOLA.	133	02
36	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 - 24, AGRÍCOLA.	132	02
37	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 30, AGRÍCOLA.	137	02
38	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 34, AGRÍCOLA.	139	02
39	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5 - 25.	142	02
40	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 - 24.	141	02
41	PROTETOR 275/80 R22.5	NT*	14

*Os Itens 07,10 e 41 não constam da Lista CPIMMOC, mas devem ser cotados pela descrição.

1.5- MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

ITEM	DESCRIÇÃO	ITEM DA LISTA CPIMMOC	QUANTIDADES
01	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 7300 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	100	10
02	PNEU 12-16.5 TIPO A, PARA RETRO, COM 10 LONAS ÍNDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	97	10
03	PNEU 18.4-34 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3000 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	96	10
04	PNEU 900-16 TIPO A, DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RAIAS, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1250KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	83	10
05	PNEU 750-16 TIPO A, DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RAIAS, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 870KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	81	10
06	PNEU 750-16 TIPO A, PARA IMPLEMENTO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1230KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	82	10

07	PNEU 14-17.5 - 14 LONAS PARA RETRO-ESCAVADEIRA.	84	10
08	PNEU 175/70 R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	13	30
09	PNEU 185/65 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	20	28
10	PNEU 185/60 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	19	28
11	PNEU 165/70 R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	12	20
12	PNEU 245/45 R18 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 96, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PLE INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	31	16
13	PNEU 23.1-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3450 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	95	10
14	PNEU 1000 R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	63	50
15	PNEU 1000 R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	65	50
16	PNEU 700-16 TIPO A, 10 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 9 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	54	10
17	PNEU 175/70 R14 TIPO A PARA AUTOMÓVEL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	16	16
18	PNEU 1400 R24, TIPO A, PARA MOTONIVELADORA, 16 LONAS, DESENHO V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	105	10
19	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1450 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	86	10

20	PNEU 750-16 TIPO A, 10 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 114, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	56	10
21	PNEU 900 R20 TIPO A, COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	62	10
22	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	107	10
23	PNEU 900 R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	61	10
24	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14-17.5.	122	04
25	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 14 AUTOMÓVEL.	118	06
26	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20.	124	30
27	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24.	143	10
28	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO CURTO.	126	06
29	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO LONGO.	127	02
30	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900-16 AGRÍCOLA.	128	04
31	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18.	140	04
32	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 - 24, AGRÍCOLA.	132	04
33	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 30, AGRÍCOLA.	137	04
34	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20.	123	08
35	PROTETOR PARA PNEU 17.5-25.	116	04
36	PROTETOR 1400 - 24.	115	04
37	PROTETOR 1000 - 20.	113	40
38	PROTETOR 750 -16.	111	06
39	PROTETOR 900 - 20.	112	10
ÓRGÃO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40	PNEU 175/70 R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	13	08
41	PNEU 195/65/ R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	26	12

42	PNEU 225/70 R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	36	08
43	PNEU 175/70 R14 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	17	20
44	PNEU 225/65 R17 TIPO A, PRODOMINANTE ASFALTO, ÍNDICE DE CARGA 101 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	30	08
45	PNEU 205/75 R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	41	08
46	PNEU 185 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	32	08
47	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	99	12
48	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1450 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	86	10

1.6- MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

ITEM	DESCRIÇÃO	ITEM DA LISTA CPIMMOC	QUANTIDADES
01	PNEU 165/70 R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	12	08
02	PNEU 175/70 R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	13	16
03	PNEU 175/65 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	15	08
04	PNEU 175/70 R14 TIPO A PARA AUTOMÓVEL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	16	16
05	PNEU 185/60 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	19	08

06	PNEU 185/65 R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	23	16
07	PNEU 195/55 R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 85 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	24	08
08	PNEU 195/65/ R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	26	08
09	PNEU 225/50 R17 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 94, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	29	04
10	PNEU 185 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	32	08
11	PNEU 205/70 R15 TIPO A, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDIE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	35	08
12	PNEU 205/75 R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	41	08
13	PNEU 215/75 R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	51	08
14	PNEU 215/75 R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO DE 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	52	08
15	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	53	08
16	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (LISO).	58	16

17	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (BORRACHUDO)	59	18
18	PNEU 275/80 R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (LISO)	69	04
19	PNEU 275/80 R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.(BORRACHADO)	71	16
20	PNEU 750-16 TIPO A, PARA IMPLEMENTO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1230KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	82	16
21	PNEU 14-17.5 - 14 LONAS PARA RETROSCAVADEIRA.	84	02
22	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1450 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	86	02
23	PNEU 14.9-24 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	88	08
24	PNEU 18.4-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	94	08
25	PNEU 18.4-34 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3000 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	96	08
26	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	99	02
27	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	106	08
28	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	107	08
29	225/55 R16 TIPO A – ÍNDICE DE CARGA 95, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	NT*	04

30	PNEU 225/65R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	NT*	16
----	--	-----	----

*Os Itens 29 e 30 não constam da Lista CPIMMOC, mas devem ser cotados pela descrição.

Joaçaba, de de 2015

VITOR JOÃO FACCIN

Presidente do CPIMMOC

ANEXO IX

ESTIMATIVA DE CONSUMO TOTAL DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

PROCESSO LICITATÓRIO CPIMMOC: Nº 001/2015

PREGÃO PRESENCIAL CPIMMOC: Nº 001/2015

REGISTRO DE PREÇOS CPIMMOC: Nº 001/2015

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº DA LISTA CPIMMOC 001/2015	QUANTIDADE ESTIMADA DE CONSUMO
01	PNEU 165/70 R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	12	62
02	PNEU 175/70 R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	13	174
03	PNEU 185/70 R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.		
04	PNEU 175/65 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	15	18
05	PNEU 175/70 R14 TIPO A PARA AUTOMÓVEL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	16	56
06	PNEU 175/70 R14 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	17	124
07	PNEU 185/60 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	19	60
08	PNEU 185/65 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	20	64

09	PNEU 185/60 R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	22	04
10	PNEU 185/65 R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	23	40
11	PNEU 195/55 R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 85 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	24	08
12	PNEU 195/65/ R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	26	36
13	PNEU 205/55 R16 TIPO A ÍNDICE DE CARGO 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADOPELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	28	20
14	PNEU 225/50 R17 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 94, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	29	12
15	PNEU 225/65 R17 TIPO A, PRODOMINANTE ASFALTO, ÍNDICE DE CARGA 101 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	30	16
16	PNEU 245/45 R18 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 96, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PLE INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	31	16
17	PNEU 185 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	32	46
18	PNEU 205/70 R15 TIPO A, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDIE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	35	36
19	PNEU 225/70 R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	36	14
20	PNEU 205/75 R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	41	156

21	PNEU 215/75 R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	51	36
22	PNEU 215/75 R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO DE 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	52	12
23	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	53	28
24	PNEU 700-16 TIPO A, 10 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 9 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	54	10
25	PNEU 750-16 TIPO A, 10 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 114, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	56	22
26	PNEU 750-16 TIPO A, 12 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	57	02
27	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	58	16
28	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	59	18
29	PNEU 900 R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	61	41

30	PNEU 900 R20 TIPO A, COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	62	47
31	PNEU 1000 R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	63	118
32	PNEU 1000 R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	65	164
33	PNEU 275/80 R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	69	60
34	PNEU 275/80 R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	70	40
35	PNEU 275/80 R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	71	48
36	PNEU 1000 R20 TIPO A COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRAÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	78	04
37	PNEU 750-16 TIPO A, DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RAIAS, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 870KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	81	10
38	PNEU 750-16 TIPO A, PARA IMPLANTAMENTO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1230KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	82	26
39	PNEU 900-16 TIPO A, DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RAIAS, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1250KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	83	22

40	PNEU 14-17.5 - 14 LONAS PARA RETRO-ESCAVADEIRA.	84	16
41	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1450 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	86	34
42	PNEU 14.9-24 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	88	20
43	PNEU 14.9-28 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1700KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	89	04
44	PNEU 16.9-24 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2385 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	90	10
45	PNEU 23-1-26 COM 12 LONAS COM GARRA PARA ROLO COMPACTADOR.	91	02
46	PNEU 16.9-28, PARA RETROESCAVADEIRA (R4) 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	92	10
47	PNEU 18.4-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	94	10
48	PNEU 23.1-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3450 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	95	14
49	PNEU 18.4-34 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3000 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	96	26
50	PNEU 12-16.5 TIPO A, PARA RETRO, COM 10 LONAS ÍNDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	97	20
51	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2065 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	98	18
52	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	99	30
53	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 7300 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	100	32
54	PNEU 1400 R24, TIPO A, PARA MOTONIVELADORA, 16 LONAS, DESENHO V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	105	70
55	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	106	08
56	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	107	18
57	PROTETOR 750 -16.	111	06
58	PROTETOR 900 - 20.	112	115

59	PROTETOR 1000 – 20.	113	225
60	PROTETOR 1400 – 24.	115	44
61	PROTETOR PARA PNEU 17.5-25.	116	04
62	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 13 AUTOMÓVEL.	117	18
63	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 14 AUTOMÓVEL.	118	22
64	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 15 AUTOMÓVEL.		
65	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16.	121	18
66	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14-17.5.	122	10
67	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20.	123	49
68	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20.	124	165
69	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO CURTO.	126	30
70	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO LONGO.	127	10
71	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900-16 AGRÍCOLA.	128	16
72	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 – 24, AGRÍCOLA.	132	14
73	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 – 24, AGRÍCOLA.	133	06
74	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 – 28, AGRÍCOLA.	134	04
75	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 – 30, AGRÍCOLA.	137	10
76	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-30, AGRÍCOLA.	138	04
77	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 – 34, AGRÍCOLA.	139	06
78	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18.	140	15
79	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 – 24.	141	15
80	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5 – 25.	142	08
81	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 – 24.	143	85
82	PNEU 750 R16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	148	14
83	PNEU 19.5 R24 R4 16 LONAS RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM PARA TRAÇÃO TRAZEIRA DE RETROESCAVADEIRA ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	152	04
84	CÂMARA DE AR PARA PNEU 275/80 R22.5.	154	55
85	PNEU 275/80 R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	155	06
86	PROTETOR PARA PNEU 215/75 R17.5.		
87	CÂMARA DE AR PARA PNEU 215/75 R17.5 BICO LONGO.	161	08

88	PNEU 185/55 R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	162	14
89	PNEU 900 – 20, TIPO A, DIRECIONAL (liso) MÍNIMO 14 LONAS, ÍNDICE DE CARGA ENTRE 137 A 146, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	NT*	04
90	PNEU 10.00 – 16 TIPO A, 10 LONAS, FRISADO, AGRÍCOLA, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	NT*	02
91	PNEU 18.4 – 26 TIPO A, AGRÍCOLA, 12 LONAS, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	NT*	02
92	PNEUS 23.1-26, COM O MÍNIMO DE 14 LONAS, COM GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	NT*	02
93	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4/26.	NT*	04
94	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000-16.	NT*	04
95	PROTEROR 275/80 R22.5	NT*	55
96	PNEU225/55 R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 95, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	NT*	04
97	PNEU 225/65 R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	NT*	16

*Os itens 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96 e 97 não constam da LISTA CPIMMOC, mas devem ser cotados pela descrição da Tabela acima.

Joaçaba (SC), 09 de Março de 2015.

MARIZE COLETTI

Diretora Executiva CPIMMOC

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
CPIMMOC - CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO
JOAÇABA – SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO CPIMMOC Nº 001/2015
PREGÃO PRESENCIAL CPIMMOC Nº 001/2015
REGISTRO DE PREÇOS CPIMMOC Nº 001/2015

VITOR JOÃO FACCIN, Prefeito de Ouro – SC, Presidente do CPIMMOC, no uso de suas atribuições e na forma da lei, torna público a realização de Licitação, na modalidade de PREGÃO, na forma presencial, visando o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES, com fornecimento por demanda e de forma parcelada para os seguintes Municípios Participantes, e seus respectivos Fundos: a) Catanduvas; b) Lacerdópolis; c) Luzerna; d) Ouro; e) Treze Tílias; f) Vargem Bonita.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 23 de Março 2015 às 13:30 horas na sede da AMMOC, sito a Rua Roberto Trompowsky, Nº 68, 2º Andar, Centro, Joaçaba / SC, Informações: Os esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados nos dias de expediente, das 08h às 11h30min e das

13h30min às 17hrs, junto a Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense-AMMOC, sito a Rua Roberto Trompowsky, Nº 68, 2º Andar, Centro, Joaçaba / SC, pelo telefone (49) 3522-2800 e ainda pelos e-mails marize@ammoc.com.br; cpimmoc@ammoc.com.br e andreia@ammoc.com.br.

Joaçaba, 09 de Março de 2015.
VITOR JOÃO FACCIN
Presidente do CPIMMOC

CIGAMERIOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2015 - CIGAMERIOS AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2015

O CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 18.011.183/0001-06, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Dilair Menin, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar, através do Pregoeiro nomeado pela Resolução nº 001/2014, licitação com reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Micro Empreendedor Individual - MEI, na MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO, pelo SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto é registro de preços para futuras, eventuais e parceladas aquisições de materiais ambulatoriais e correlatos; materiais e equipamentos hospitalares/pré-hospitalares, pelos MUNICÍPIOS PARTICIPANTES: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 12/03/2015 até às 08h00min do dia 23/03/2015.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 09h00min do dia 23/03/2015.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h01min horas do dia 23/03/2015.

RETIRADA DO EDITAL: www.amerios.org.br (CIGAMERIOS), ou PLATAFORMA ELETRÔNICA: www.bll.org.br "Acesso Identificado". FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS: Endereço: Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, Maravilha, SC - Pregoeiro: Arnildo Luiz Kollet - E-mail: cigaamerios@amerios.org.br - Telefone/Fax: (49) 3664-0282.

Maravilha/SC, em 10 de março de 2015.
DILAIR MENIN
Presidente do CIGAMERIOS.

CIASS

ESTATUTO _ CONTRATO 001 CONSORCIO CIASS

ESTATUTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE - CIASS

TÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO, DURAÇÃO E FINALIDADE

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO E CONSTITUIÇÃO

Art. 1º - O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE, localizado no Extremo Sul Catarinense, com denominação fantasia de "CIASS", é pessoa jurídica de direito público, sob a forma de associação pública de direito público, dotada de independência decisória e autonomia administrativa, orçamentária e financeira, integrando a administração indireta de todos os entes consorciados, devendo reger-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107/05, Decreto federal nº 6.017/2007, e demais normas pertinentes, pelo Contrato de Consórcio Público e pelas demais regulamentações que vier a ser adotada pelos seus órgãos competentes.

§ 1º - O consórcio adquiriu a sua personalidade jurídica, nos termos da cláusula primeira, parágrafo único, do protocolo de intenções que foi ratificado pela legislação específica dos municípios de Turvo, Jacinto Machado, Ermo, Timbé do Sul, Meleiro e Morro Grande.

§ 2º - O CIASS foi instalado no dia 22 de janeiro de 2015, no endereço de sua sede, através da realização da assembleia de instalação regulamente convocada e instalada para esta finalidade.

Art. 2º - O CIASS é constituído pelos municípios subscritores do Protocolo de Intenções, cuja representação política e jurídica se dará por meio do Prefeito Municipal, conforme segue:

I - o MUNICÍPIO DE Turvo/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.548.983/0001-60, com sede na Rua Nereu Ramos, n. 1, CEP: 88930-000, Turvo - SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Ronaldo Carlessi;

II - o MUNICÍPIO DE Jacinto Machado/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.960.758/0001-36, com sede à Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro - CEP: 88.950-000 - Jacinto Machado/SC, representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Antonio João de Faveri;

III - o MUNICÍPIO DE Ermo/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.608.905/0001-01, com sede à Rodovia SC 448, n.120, Centro, CEP: 88935-000, Ermo-SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Aldoir Cadorin;

IV - o Município de Timbé do Sul/sc, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº CNPJ: 82.915.232/0001-34, com sede à Rua Aristides José Bon, n.215, Centro, CEP: 88940-000, Timbé do Sul-SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Eclair Alves Coelho;

V - o Município de Meleiro/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.837.741/0001-96, com sede à Rua Sete de Setembro, 371, Centro, CEP: 88.920-000, Meleiro/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Jonnei Zanette;

VI - o Município de Morro Grande/sc, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº CNPJ: 95.782.785/0001-08, com sede à Rua Rui Barbosa, n.310 - Centro, CEP: 88925-000, Morro Grande-SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr.Valdionir Rocha.

§ 1º - Somente será considerado consorciado o Município subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei no prazo de dois anos, contados a partir da data de publicação do Protocolo de Intenções.

§ 2º - A ratificação realizada após dois anos da subscrição somente será válida após homologação da Assembleia Geral do CIASS.

§ 3º - O consorciamento de município designado como possível integrante do consórcio, dar-se-á mediante lei municipal que autorize seu ingresso no consórcio e posterior homologação da Assembleia Geral.

CAPÍTULO II

DA SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO

Art. 3º - O CIASS terá sede na Rua Rômulo Pescador, nº. 500, São Cristóvão, Município de Turvo/SC, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único - A Assembleia Geral poderá deliberar pela mudança da sede, desde que venha a se estabelecer dentro da área de atuação do consórcio.

Art. 4º - A área de atuação do consórcio será formada pelos territórios dos municípios que o integram, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

Art. 5º - O CIASS terá duração indeterminada.

CAPÍTULO III

DAS FINALIDADES

Art. 6º - O CIASS tem como finalidade a instituição do serviço socioassistencial e de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92, do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS (Lei nº 8.742/1993) e Centro de Atenção Psicossocial - CAPS (Portaria/SNAS nº 224/1992 Portaria n.º 336/GM/ 2002), observando, entre outros:

I - preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;

II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;

III - atendimento individualizado e em pequenos grupos;

IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V - não desmembramento de grupos de irmãos;

VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII - participação na vida da comunidade local;

VIII - preparação gradativa para o desligamento;

IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo;

X - atendimento ao contido na Portaria MS 336/02 do Ministério da Saúde;

XI - atendimento ao contido no art. 6º - C, § 2º e § 3º da Lei 8742/93 incluído pela Lei nº. 12435/11;

XII - prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial;

XIII - fortalecer as redes sociais de apoio à família;

XIV - contribuir no combate de estigmas e preconceitos;

XV - assegurar proteção social imediata e atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando sua integridade física, mental e social;

XVII - prevenir o abandono e a institucionalização;

XVIII - fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família.

XIX - proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais;

XX - desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental.

Art. 7º - O município poderá se retirar do consórcio com prévia autorização da respectiva Câmara Municipal e desde que comunique sua intenção com prazo nunca inferior a 60 (sessenta) dias, ficando responsável pelas obrigações já assumidas perante o Consórcio.

Parágrafo único - Fica a cargo da Assembleia Geral Extraordinária acertar os termos da redistribuição dos custos da execução dos programas ou projetos de que participa o retirante.

Art. 8º - Os municípios consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio público e, os dirigentes, respondem pessoalmente pelas obrigações por eles contraídas caso pratiquem atos em desconformidade com a lei, os estatutos ou a decisão da Assembleia Geral.

CAPÍTULO IV

DA NATUREZA JURÍDICA

Art. 9º - O consórcio constitui-se como associação pública, com personalidade jurídica de direito público.

CAPÍTULO V

DAS OBRIGAÇÕES DOS CONSORCIADOS

Art. 10 - É obrigação do ente consorciado adotar medidas administrativas que apoiem e viabilizem a consecução do objetivo do Consórcio, cumprindo e fazendo cumprir o Contrato de Consórcio e demais regulamentações.

TÍTULO II

DA POSSIBILIDADE DE INCLUSÃO DE NOVOS ASSOCIADOS E DA REPRESENTAÇÃO EM ASSUNTOS DE INTERESSE COMUNS

CAPÍTULO I

DA POSSIBILIDADE DE INCLUSÃO DE NOVOS ASSOCIADOS

Art. 11 - Será facultado o ingresso de novos municípios ao CIASS, mediante aprovação da Assembleia Geral e apresentação de autorização legislativa do município a ser ingressado.

CAPÍTULO II

DA REPRESENTAÇÃO EM ASSUNTOS DE INTERESSE COMUM

Art. 12 - Todos os assuntos vinculados ao atendimento das crianças e dos adolescentes em serviço de acolhimento, que seja de interesse de mais um município consorciado serão tratados pelo CIASS que representará os municípios perante outras esferas de governo, levando-se em consideração a necessidade e a demanda de cada município associado e a forma de deliberação sobre os assuntos de interesse comum.

Art. 13 - As competências delegadas ao CIASS pelos entes consorciados, cujo financiamento se dará através de recursos repassados por Contrato de Rateio ou recursos de convênios firmados com

outras esferas do governo, estão assim definidas:

I - cumprir com a Constituição Federal e normas pertinentes ao Direito Público que garantam a proteção à criança e ao adolescente, a família e aos pacientes com transtornos mentais;

II - cumprir e operacionalizar o Termo de Ajuste de Conduta firmado junto ao Ministério Público de Santa Catarina, constante no Inquérito Civil nº. 06.2014.00005783-7;

III - garantir a implantação e manutenção do CIIAS;

IV - garantir que o CIIAS esteja articulado com a Rede Socioassistencial de Assistência Social e Saúde e com o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente, Famílias e Pacientes Portadores de Transtorno Mental, integrado com as instâncias públicas governamentais e da sociedade civil organizada dos municípios consorciados;

V - assegurar apoio junto aos entes federados com demais públicos, no que tange ao co-financiamento para manutenção do CIIAS;

VI - viabilizar meios para criar parcerias com entidades governamentais e não governamentais, integrando entidades da sociedade civil organizada na fiscalização, colaboração, implantação e manutenção do Programa de Proteção Social Especial de Alta Complexidade;

VII - promover e estipular projetos e pesquisas, voltados à área da criança e do adolescente em medida de acolhimento;

VIII - incentivar e facilitar qualificação técnica e profissional mediante cursos de capacitação continuada, seminários e eventos correlatos, após anuência da Assembleia;

IX - garantir que o Abrigo Institucional, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) sejam eficazes e eficientes nas medidas de proteção;

X - desenvolver campanhas educativas voltadas à população, orientando sobre os direitos da criança e adolescente, famílias e pacientes portadores de transtorno mental;

XI - garantir que cada município compromitente do Consórcio responsabilize-se pelos seus usuários do sistema, no que tange às políticas públicas, em especial na área da saúde (AIHs, medicamentos e procedimentos especializados), assistência social, habitação e outras políticas;

XII - contratar Recursos Humanos para compor quadro de pessoal permanente e temporário, mediante concurso ou processo seletivo simplificado, garantindo a composição da equipe multiprofissional, obedecendo a critérios de formação, perfil, habilidade e qualificação específica de cada função;

XIII - assegurar recursos financeiros do orçamento próprio de cada município compromitente para o custeio de todas as despesas operacionais do consórcio, conforme os valores quantitativamente especificados de repasse auferido para cada consorciado;

XIV - adquirir e/ou receber em doação ou concessão de uso os bens que entender necessários os quais integrarão seu patrimônio;

XV - firmar convênios, contratos, credenciamentos e acordos de qualquer natureza;

XVI - receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos governamentais e não governamentais;

XVII - realizar licitações cumprindo a legislação vigente da contabilidade pública;

XVIII - representar e fortalecer em conjunto, assuntos de interesses comuns, perante entes, entidades e órgãos públicos e organizações privados, nacionais ou internacionais;

XIX - promover a integração entre si para a prestação de cooperação mútua nas áreas técnicas e administrativas;

XX - manter sede adequada para o desenvolvimento de todas as atividades institucionais do consórcio;

XXI - prestar assistência técnica e assessoria administrativa, contábil e jurídica no desenvolvimento de atividades;

XXII - elaborar projetos, programas, serviços e ações que

promovam estudos de interesse do consórcio;

XXIII - projetar, supervisionar e executar obras de ampliação de acordo com a capacidade instalada;

XXIV - implantar processos contábeis, administrativos, gerenciais e operacionais, cumprindo a legislação vigente;

XXV - facilitar intercâmbio com entidades afins, promoção e/ou participação em cursos;

XXVI - viabilizar assistência jurídica, judicial e/ou extrajudicial, inclusive com a realização de cursos, palestras, simpósios e congressos;

XXVII - fomentar a implantação de Programas de Famílias Acolhedoras, como alternativa de acolhimento a criança e adolescentes que necessitam ser temporariamente afastados da família de origem, atendendo aos princípios de excepcionalidade e de provisoriedade, estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como assegurando parâmetros técnicos de qualidade no atendimento e acompanhamento as famílias acolhedoras, às famílias de origem, às crianças e aos adolescentes;

XXVIII - firmar contrato de rateio com todos os municípios compromitentes;

XXIX - elaborar plano de cargos e salários.

TÍTULO III

DA ESTRUTURA E COMPETÊNCIAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14 - O consórcio será organizado por Contrato de Consórcio Público, decorrente da ratificação, por lei, do Protocolo de Intenções.

§ 1º - A celebração do Contrato de Consórcio Público dar-se-á na primeira Assembleia Geral, sendo dispensada sua alteração quando do ingresso de novos municípios homologado pela Assembleia Geral.

§ 2º - O consórcio regulamentará em Regimento Interno as demais situações não previstas no Contrato de Consórcio Público, e no presente Estatuto.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA

Art. 15 - O CIIAS terá uma estrutura administrativa constituída por três órgãos, os quais serão eleitos por escrutínio secreto, em Assembleia Geral Ordinária:

I - Conselho Administrativo;

II - Conselho Deliberativo;

III - Conselho Fiscal;

SEÇÃO I

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 16 - A Assembleia Geral do Consórcio Público, instância máxima de deliberação do CIIAS, será composta por todos os Prefeitos dos Municípios consorciados e reunir-se-á, ordinariamente e extraordinariamente sempre que convocada pelo representante legal do CIIAS ou por um terço de seus associados, para tratar de assunto específico.

§ 1º - O membro titular é o Prefeito Municipal e o membro suplente, o Vice-Prefeito, que terá vez e voto na falta daquele.

§ 2º - Para ter direito a voto o titular deverá estar quites com seus compromissos financeiros e demais obrigações estatutárias.

§ 3º - Poderão participar da Assembleia Geral, sem direito a voto,

representantes das Câmaras de Vereadores dos municípios consorciados, representantes de outros entes da federação e da sociedade civil, desde que convidados pela Diretoria do Consórcio.

Art. 17 - Para efeito de quórum deliberativo da Assembleia Geral será considerada a presença mínima de um terço dos entes consorciados, desde que não inferior a três.

Art. 18 - As decisões da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples dos municípios associados presentes, com exceção das previstas no Protocolo de Intenções.

Art. 19 - O voto de cada titular será singular, independentemente dos investimentos feitos no CIASS.

Art. 20 - Havendo consenso entre seus membros, as deliberações poderão ser efetivadas através de aclamação.

Art. 21 - A Assembleia Geral Ordinária Anual será convocada pelo presidente do

Consórcio, com antecedência de no mínimo 15 (quinze) dias úteis, para deliberar sobre:

- I - no mês de dezembro, para apreciação do plano de trabalho e do contrato de rateio para o exercício seguinte;
- II - na primeira quinzena no mês de fevereiro, para apreciação das contas anuais do exercício anterior;
- III - no mês de abril, para revisão dos salários dos empregados do Consórcio.

Art. 22 - A reunião extraordinária será convocada pelo Presidente, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, publicadas em jornal de circulação regional, para deliberar sobre:

- I - alteração estatutária;
- II - convênios, contrato de programa, contrato de gestão, termo de parceria e gestão associada de serviço público;
- III - redistribuição dos custos de execução dos projetos do município que se retirar do Consórcio;
- IV - exclusão de município consorciado;
- V - extinção do Consórcio;
- VI - deliberar sobre assunto específico.

Parágrafo único - As deliberações de que trata este artigo serão tomadas pelo voto de no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros da Assembleia Geral.

Art. 23 - O Estatuto e o Regimento Interno do CIASS somente poderão ser alterados pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros da Assembleia Geral, em reunião extraordinária especialmente convocada para esta finalidade.

SEÇÃO II DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Art. 24 - O Conselho Administrativo é órgão de direção do consórcio, constituído pelos Prefeitos dos Municípios consorciados, podendo ser substituído pelo Vice-Prefeito do Município ou Presidente da Câmara de Vereadores, nos casos em que estiverem exercendo a função de prefeito e desde que seja feito de maneira formal, e em dia com suas obrigações estatutárias, sendo órgão soberano do CIASS, que será comandado por uma Diretoria, assim constituída:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - Secretário.
- IV - 2º Secretário;

§1º - A Diretoria do Conselho Administrativo será eleita em Assembleia Geral, pela

maioria absoluta de seus membros, para mandato de 02 (dois) anos, podendo seus membros serem substituídos na forma indicada no caput deste artigo, bem como reeleitos, para mais um período;

§2º - Ocorrendo empate, considerar-se-á eleito o concorrente mais idoso.

§3º - A eleição para escolha de nova Diretoria será realizada no mês de abril do último ano de mandato.

§4º - A diretoria tomará posse automaticamente após a eleição.

§5º - Os membros dos conselhos Administrativos, Deliberativo e Fiscal do CIASS não receberão remuneração a qualquer título pelo exercício do cargo.

§6º - Havendo um único candidato a eleição poderá ocorrer por aclamação.

Art. 25 - Compete ao Presidente do consórcio, entre outras atribuições:

- I - presidir as reuniões do Conselho Administrativo e as Assembleias Gerais e manifestar o voto de qualidade;
- II - representar o Consórcio ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente;
- III - firmar contratos e convênios, bem como constituir procuradores "ad negotia" e "ad iudicia", mediante decisão da Assembleia Geral;
- IV - representar os municípios integrantes, em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público, nacional ou internacional;
- V - encaminhar aos órgãos competentes as reivindicações, estudo, projetos e proposições do Consórcio;
- VI - administrar, contratar e demitir os empregados do Consórcio, nos termos do Estatuto, considerando parecer do Conselho Deliberativo;
- VII - solicitar aos municípios consorciados para que coloquem à disposição, servidores e técnicos, para executar projetos, programas e ações de interesse do Consórcio;
- VIII - contratar consultorias e empresas de prestação de serviços, de acordo com a decisão da Assembleia Geral;
- IX - estabelecer normas internas através de resoluções, sobre atribuições dos empregados, remuneração, vantagens adicionais de salário e outras voltadas ao funcionamento do Consórcio, sempre observando o plano de cargos e salários, bem como a concordância da Assembleia Geral;
- X - movimentar os recursos financeiros e autorizar pagamentos juntamente com o Coordenador Social;
- XI - administrar o patrimônio do Consórcio, visando a sua formação e manutenção;
- XII - convocar a Assembleia Geral, nos termos do Estatuto;
- XIII - executar e divulgar as deliberações do Conselho Administrativo;
- XIV - submeter à Assembleia Geral de eleição da nova Diretoria e o Orçamento Anual e do Consórcio;
- XV - Submeter para apreciação, na primeira Assembleia Geral do ano, o Balanço Geral do Consórcio, referente ao exercício anterior;
- XVI - colocar à disposição dos demais consorciados, quando solicitado, toda a documentação física-financeira, projetos, programas e relatórios do Consórcio;
- XVII - encaminhar o Balancete Financeiro mensal e o relatório de atividades aos municípios consorciados, servindo os mesmos de Prestação de Contas das contribuições financeiras à entidade, após apreciação e aprovação do Conselho Fiscal;
- XVIII - propor à Assembleia Geral a criação ou extinção de Departamento Técnicos;
- XIX - administrar e zelar pelo cumprimento das normas do Estatuto Social;
- XX - colocar em deliberação as decisões do Conselho Deliberativo;

XXI - definir a política patrimonial e financeira do consórcio;
XXII - indicar o Coordenador Social.

Parágrafo Único - As competências arroladas neste artigo poderão ser expressamente delegadas ao Coordenador Social.

SEÇÃO III DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 26 - É um órgão de natureza técnica e deliberativa do CIASS, composto por profissionais com formação nas áreas de Serviço Social, Psicologia, Pedagogia e Oficiais da Infância e Juventude do Judiciário das comarcas que congregam o consórcio.

Art. 27 - O Conselho Deliberativo será formado por representante de cada município, em dia com suas obrigações estatutárias e representantes do Poder Judiciário de cada comarca sendo:

- I - um Comissário da Infância e da Juventude das Comarcas de Turvo ou Meleiro;
- II - um Assistente Social Forense das Comarcas de Turvo ou Meleiro;
- III - um Assistente Social de cada Município participante;
- IV - um Psicólogo de cada Município participante.

Parágrafo único - Os representantes vinculados às prefeituras serão nomeados pelos Prefeitos, através de Portaria.

Art. 28 - O conselho Deliberativo tem como finalidade:

- I - deliberar sobre as questões técnicas, operacionais e organizacionais, no que diz respeito ao bom funcionamento do CIASS;
- II - assessorar tecnicamente, sendo mediador entre o Conselho Administrativo e o CIASS.

Art. 29 - O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, em data previamente estabelecida e, extraordinariamente quando convocado por seu Presidente ou por 1/3 (um terço) de seus membros, pelo Conselho Fiscal ou Conselho Administrativo.

Art. 30 - O Conselho Deliberativo será formado por uma Diretoria com mandato de 02 (dois) anos, permitindo recondução por mais um mandato.

Parágrafo único - A escolha será realizada entre seus pares, em votação secreta, ou por aclamação, assim constituída:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - Secretário;
- IV - 2º Secretário;

Art. 31 - Compete ao Presidente do Conselho Deliberativo:

- I - presidir as reuniões do Conselho Deliberativo e manifestar o voto de qualidade;
- II - participar das reuniões do Conselho Administrativo;
- III - encaminhar ao Conselho Administrativo todos os atos deliberados no Conselho Deliberativo.

Art. 32 - Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em seus impedimentos, licenças ou afastamento.

Art. 33 - Ao Secretário compete secretariar as reuniões da Assembleia Geral e promover todos os atos relativos à função.

Art. 34 - Ao 2º Secretário compete substituir o Secretário em seus impedimentos licenças ou afastamento.

Art. 35 - O Conselho Deliberativo terá como atribuição:

- I - fiscalizar, acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pela coordenação, administração e equipe técnica da Casa da Criança e do Adolescente;
- II - fiscalizar as aplicações dos recursos financeiros encaminhados ao CIASS por cada Prefeitura participante do Consórcio;
- III - organizar o Processo Seletivo, para a contratação dos empregados públicos, bem como elaborar o Plano de Cargos e Salários;
- IV - manifestar-se quanto ao desempenho profissional dos funcionários do Abrigo Institucional, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS);
- V - propor alterações e aprovar o Regimento Interno;
- VI - propor novas ações no Plano de trabalho;
- VII - avaliar e deliberar sobre solicitações da coordenação quanto à ampliação da casa e aquisição de equipamentos e outros materiais;
- VIII - analisar adesão de novos Municípios ao Consórcio, bem como possibilidade de convênios para, posterior, aprovação do Conselho Administrativo;

SEÇÃO IV DO CONSELHO FISCAL

Art. 36 - O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização do consórcio, sendo formado por um representante de cada município consorciado, indicado por Portaria pelo chefe do Poder Executivo, com seus respectivos suplentes.

§ 1º - O Conselho Fiscal será presidido por um dos seus membros, escolhido entre seus pares, com mandato de 02 (dois) anos.

§ 2º - Na mesma ocasião serão escolhidos o Vice-Presidente e o Secretário.

§ 3º - Os representantes do Conselho Fiscal serão do quadro municipal das áreas Contábil (técnico em Contabilidade e/ou Contabilista) e/ou Jurídica.

Art. 37 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I - fiscalizar mensalmente a contabilidade do consórcio;
- II - acompanhar e fiscalizar sempre que considerar oportuno e conveniente, quaisquer operações econômicas ou financeiras do consórcio e propor à Assembleia Geral a contratação de auditorias;
- III - emitir parecer sobre a proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidas à Assembleia Geral;

Art. 38 - O Conselho Fiscal, através de seu Presidente e por decisão da maioria absoluta de seus integrantes, convocará, obrigatoriamente, a Diretoria do Conselho Administrativo e Deliberativo para prestar esclarecimentos ou tomar providências quando houver indícios de irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

CAPÍTULO III DOS DIREITOS E DEVERES DOS ENTES

Art. 39 - O Ente consorciado tem direito a:

- I - tomar parte nas deliberações, obedecidas às disposições deste Protocolo de Intenções, discutindo e votando os assuntos neles tratados;
- II - propor ao Presidente ou a quem de direito medidas de interesse do Consórcio;
- III - votar e ser votado para ocupar cargos nas unidades administrativas ou integrá-las;
- IV - solicitar por escrito, a qualquer tempo, quaisquer informações

sobre os negócios do Consórcio;

V - desligar-se do Consórcio, obedecidas as condições estabelecidas neste Protocolo de Intenções, no Estatuto, e no Contrato de Consórcio Público;

VI - exigir o pleno cumprimento das cláusulas do Protocolo de Intenções.

§1º - Ao Ente Consorciado é facultado o pedido de retirada com prévia comunicação formal de 60 (sessenta) dias, após obtida a devida autorização legislativa.

§2º - A Assembleia Geral providenciará, a partir da comunicação de exclusão de que trata o §1º, deste artigo, a compatibilização dos custos dos planos, projetos, programas, ou atividades de que participe o consorciado excludente, entre os demais consorciados participantes.

Art. 40 - O Ente tem o dever e obrigação de:

I - cumprir as disposições da Lei, do Protocolo de Intenções, do Estatuto e respeitar resoluções regularmente tomadas no âmbito do Consórcio;

II - satisfazer pontualmente seus compromissos financeiros e administrativos para com o Consórcio;

III - trabalhar em prol dos objetivos do consórcio.

TÍTULO IV

DA CONTRATAÇÃO DO CONSÓRCIO POR MUNICÍPIO

CAPÍTULO I

DO NÚMERO, DAS FORMAS DE PROVIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

DOS EMPREGADOS DO CIASS

SEÇÃO I

DO REGIME JURÍDICO

Art. 41 - O Quadro de pessoal do CIASS será composto de acordo com a necessidade e especificidade de cada programa de atendimento, mediante concurso público e/ou processo seletivo, exceto para o cargo de Coordenador Social, considerado cargo de confiança, de livre nomeação e exoneração da Diretoria.

§ 1º - Para atender as finalidades e objetivos do abrigo institucional, o quadro de empregados e remuneração será o constante do Anexo I, parte integrante deste Protocolo de Intenções.

§ 2º - Para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, o quadro de empregados e remuneração será regulamentado pelos municípios consorciados, quando forem implantados os referidos programas, com a acrescentação dos Anexos III e IV.

Art. 42 - A remuneração dos empregados deverá estar previstas em Plano de Cargos e Salários, ao qual será proposta pela Diretoria e submetido à aprovação dos associados, em Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esta finalidade.

Parágrafo único - O plano de Cargos e Salários deverá fixar o número, a forma e os requisitos de provimento e sua respectiva remuneração, bem como quais quer outras parcelas remuneratórias ou de caráter indenizatório, especificando também a descrição da função, lotação, jornada de trabalho e a denominação de seus funcionários.

Art.43 - O regime de trabalho dos empregados públicos do CIASS, aprovados através de concurso público e/ou processo seletivo realizado pelo Consórcio, será o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e de acordo com o Plano de Cargos e Salários, bem como ao

que disciplina o art. 6º, §2º, da Lei 11.107, de 05 de abril de 2005.

Art. 44 - A escolha do Coordenador Social será feita pelo Presidente e aprovado pela Assembleia Geral, sendo equiparado ao guardião, conforme previsto no art. 92 da Lei nº 8.069/90 - ECA - e parágrafo quinto da cláusula primeira do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre o Ministério Público Estadual e os municípios consorciados.

Art. 45 - Os municípios consorciados poderão ceder ou transferir servidores do quadro permanente para atuarem no Consórcio, na forma e condições da legislação de cada ente.

Parágrafo único - Havendo o afastamento do funcionário, seja ele cedido ou contratado, a Assembleia Geral deverá deliberar sobre a sua imediata substituição.

Art. 46 - A Diretoria poderá, nos casos de excepcional interesse público, realizar contratação de pessoal por tempo determinado objetivando atender às necessidades temporárias, como por exemplo, a execução de estudos, projetos específicos, atendimento às obrigações assumidas por força de convênios, ajustes de condutos, termos, acordos, bem como substituições temporárias.

TÍTULO V

DA FUNCIONALIDADE E GESTÃO DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I

DAS CONDIÇÕES PARA QUE O CIASS CELEBRE CONTRATO DE GESTÃO OU TERMO DE PARCERIA

Art. 47 - É condição para que o CIASS celebre contratos de gestão ou termo de parcerias, a existência de limite orçamentário e que os seus objetivos estejam de acordo com o plano de atividades aprovado pelo Conselho Administrativo.

Parágrafo único - As contratações serão precedidas de cotação prévia de preços, observada a Lei de Licitações (Lei Federal 8.666 de 21.06.93, e alterações anteriores), e demais legislação pertinente.

Art. 48 - O Consórcio poderá firmar contrato de gestão obedecendo, no que couber, os termos da Lei Federal nº 9.649/1998, e celebrar termo de parceria, na forma da Lei Federal nº 9.790/1999, ficando a cargo da Diretoria a elaboração dos mesmos, submetidos à apreciação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para tal finalidade.

Parágrafo único - Tanto o contrato de gestão como o termo de parceria, será considerado aprovado mediante voto favorável da maioria absoluta dos consorciados.

CAPÍTULO II

DA AUTORIZAÇÃO PARA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 49 - Para cumprimento de suas finalidades, o CIASS deverá:

- a) instalar e manter na cidade de Turvo/SC abrigo institucional para o serviço de acolhimento de crianças e adolescentes, encaminhadas pelo Poder Judiciário do respectivo município consorciado;
- b) viabilizar a instalação de Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, quando decidido por Assembleia Geral Extraordinária;
- c) proceder com o planejamento, a fiscalização, a regulação e a prestação dos serviços públicos atinentes ao objeto do convênio;
- d) realizar capacitação técnica do pessoal encarregado da prestação dos serviços de saúde pública nos Municípios consorciados;
- e) realizar a aquisição ou administração dos bens para o uso

compartilhado dos Municípios consorciados;
f) custear despesas com consultas médicas, odontológicas, internações e procedimentos hospitalares, exames especializados, transporte, alimentação, óbitos e funerais, quando não fornecidos pelo SUS;
g) realizar licitações, outorgar concessões, permissões ou autorizações para prestação dos serviços, objeto deste protocolo de intenções, dentro do que estabelece a Lei nº 11.107/2005;

CAPÍTULO III DA GESTÃO

Art. 50 - Para cumprimento de suas finalidades, o Consórcio poderá:

I - ser contratado pela administração direta ou indireta dos municípios consorciados, dispensada a licitação;

II - firmar convênio em nome dos municípios consorciados, com o Governo Estadual, Governo Federal, Empresas Públicas, de Economia Mista, Autarquias, Secretarias de Estado, Ministérios e organismos internacionais;

III - receber recursos oriundos de transferências voluntárias de órgãos governamentais e não governamentais, bem como recursos oriundos de multas aplicadas por órgãos ministeriais.

IV - locar imóveis, veículos e bens móveis diversos;

V - realizar outras ações afins, a serem aprovadas pela Assembleia Geral do CIASS.

Art. 51 - No caso de contratação de operação de crédito, o Consórcio se sujeita aos limites e condições próprios estabelecidos pelo Senado Federal, de acordo com o

disposto no art. 52, VII, da Constituição Federal.

CAPÍTULO IV DA APLICAÇÃO DAS NORMAS FINANCEIRAS E FISCALIZAÇÃO

Art. 52 - A execução das receitas e das despesas do consórcio deverá obedecer as normas de direito administrativo e financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 53 - O CIASS está sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do CIASS, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncias de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos de rateio.

Art. 54 - Os valores repassados ao CIASS pelos entes consorciados através de Contrato de Rateio, para custeio das despesas permanentes do CIASS, serão estabelecidos com base na população de cada ente, apurada pelo IBGE e publicada em órgão oficial.

Art. 55 - Os valores dos repasses serão alterados pela Assembleia Geral sempre que necessário.

Art. 56 - Os entes consorciados somente entregarão recursos financeiros ao CIASS mediante contrato de rateio.

Art. 57 - O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro, com observância da legislação orçamentária e financeira do ente consorciado contratante e independente da previsão de recursos orçamentários que suportem o pagamento das obrigações contratadas.

Art. 58 - As cláusulas do contrato de rateio não poderão conter disposição tendente a afastar, ou dificultar a fiscalização exercida pelo órgão de controle interno ou externo ou pela sociedade civil

de qualquer dos entes da Federação consorciados.

Art. 59 - Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o município consorciado, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CIASS, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista no contrato de rateio.

Art. 60 - A eventual impossibilidade de o município consorciado cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida em contrato de rateio obriga o CIASS a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Art. 61 - O prazo de vigência do contrato de rateio não será superior ao de vigência das dotações que o suportam, com exceção dos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

Art. 62 - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o CIASS deverá fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada município na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

Art. 63 - O ano social e o exercício financeiro coincidem com o ano civil.

Art. 64 - O CIASS deve possuir orçamento anual, estruturado em dotações, e aprovado em Assembleia Geral.

Art. 65 - Os Municípios membros destinarão os recursos financeiros para o cumprimento do contrato de rateio do CIASS, cujo valor deverá ser consignado na Lei Orçamentária Anual, em conformidade com o disposto no art. 8º da Lei nº 11.107/2005 e Decreto nº 6.017/2007.

Art. 66 - É vedada a aplicação de recursos entregues por meio de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

CAPÍTULO V DA CONTRATAÇÃO DO CONSÓRCIO POR MUNICÍPIO

Art. 67 - O Consórcio poderá ser contratado por município consorciado, ou por entidade que integra a administração indireta deste último, sendo dispensada a licitação nos termos do art. 2º, III, da Lei nº 11.107/2005.

Parágrafo único - O contrato, preferencialmente, deverá ser celebrado sempre quando o consórcio fornecer bens ou prestar serviços para um determinado município consorciado, de forma a impedir que sejam eles custeados pelos demais.

CAPÍTULO VI DAS LICITAÇÕES COMPARTILHADAS

Art. 68 - O Consórcio poderá realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela administração direta ou indireta dos municípios consorciados.

TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I DA RETIRADA

Art. 69 - Nenhum município é obrigado a permanecer consorciado, sendo que sua retirada dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral, na forma previamente disciplinada pelo Estatuto Social.

Art.70 - A retirada não prejudicará as obrigações financeiras já constituídas entre o consorciado que se retira e o consórcio público, que poderá se valer dos meios legais para cumprimento das referidas obrigações.

CAPÍTULO II DA EXCLUSÃO

Art. 71 - A exclusão do município consorciado só é admissível havendo justa causa.

Art. 72 - Além das que sejam reconhecidas em procedimento específico, é justa causa a não inclusão pelo município consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotação suficiente para suportar as despesas que, nos termos do orçamento do CIASS deve ser assumido por meio de contrato de rateio, ou tornar-se inadimplente.

Art. 73 - A exclusão mencionada somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o município consorciado poderá se reabilitar.

Art. 74 - A exclusão do consorciado exige processo administrativo onde lhe seja assegurado o exercício do direito a ampla defesa e contraditório.

CAPÍTULO III DA EXTINÇÃO

Art. 75 - A extinção do Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados, sendo que em caso de extinção.

I - os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços;

II - até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantindo o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

III - o pessoal cedido ao Consórcio retornará aos seus órgãos de origem, e os empregados públicos terão automaticamente rescindidos os seus contratos de trabalho com o consórcio;

IV - o patrimônio, depois de quitadas todas as obrigações, será dividido entre os entes consorciados, de acordo com sua quota de participação/porcentagem do contrato de rateio no Consórcio.

V - o Município de Turvo/SC, sede do Consórcio, indenizará os demais municípios pelas edificações e bens móveis adquiridos em conjunto durante a existência do Consórcio, após avaliação feita em comum acordo entre os consorciados, na mesma proporção em que foram adquiridos e dentro das condições financeiras do Município de Turvo/SC.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA DO CIASS

Art. 76 - O presente Estatuto Social somente poderá ser alterado, em reunião extraordinária especialmente convocada para esta finalidade, sendo que suas alterações produzirão efeitos imediatos.

CAPÍTULO V

DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DO IMÓVEL DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO CONSÓRCIO E DA AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS

Art. 77 - As despesas para aquisição dos bens móveis ou com eventuais ampliações, reforma, adaptações e manutenção, aquisição de imóvel, necessários à instalação e funcionamento do Consórcio, e suas finalidades, serão rateadas entre os municípios consorciados, por meio de contrato de rateio, em igual proporção.

Art. 78 - O Presidente do CIASS prestará contas da administração dos recursos financeiros aos municípios consorciados.

Art. 79 - É vedado ao CIASS a renúncia de receita.

Art. 80 - O CIASS deverá obedecer ao princípio da publicidade, no sentido de tornar públicas as suas decisões orçamentárias, financeiras ou contratuais e as que digam respeito à admissão de pessoal, permitindo que qualquer do povo tenha acesso as suas reuniões e aos documentos que produzir, salvo, nos termos da lei, os considerados sigilosos por prévia e motivada decisão;

Art. 81 - Os Municípios consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do CIASS, e, os dirigentes, respondem pessoalmente pelas obrigações contraídas caso pratiquem atos em desconformidade com a lei, os estatutos ou decisões da Assembleia Geral.

CAPÍTULO VI DA ELEIÇÃO DO FORO

Art.82 - Fica eleito o Foro da Comarca de Turvo/SC, para dirimir qualquer dúvida inerente ao devido instrumento.

Art. 83 - Os casos omissos no Protocolo de Intenções, e no presente Estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral e Legislação Aplicável.

Art.84 - As normas do presente Estatuto entrarão em vigor a partir da data da sua publicação no órgão oficial.

Turvo, 22 de janeiro de 2015.

RONALDO CARLESSI
PREFEITO DE TURVO

ANTONIO JOÃO DE FAVERI
PREFEITO DE JACINTO MACHADO/SC

ECLAIR ALVES COELHO
PREFEITO DE TIMBÉ DO SUL

ALDOIR CADORIN
PREFEITO DE ERMO

VALDIONIR ROCHA
PREFEITO DE MORRO GRANDE

Jonnei Zanette
Prefeito de Meleiro

PROTOCOLO DE INTENÇÕES CIIASS 001

PROTOCOLO DE INTENÇÕES FIRMADO ENTRE OS MUNICÍPIOS MUNICÍPIOS DE Turvo/SC, Jacinto Machado/SC, Ermo/SC, Timbé do Sul/SC, MELEIRO/SC e morro grande/sc, PARA CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE - CIIASS, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 11.107/2005 E O DECRETO Nº 6.017/2007, QUE DISPÕE SOBRE NORMAS GERAIS DE CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS.

Os Municípios Catarinenses de Turvo/SC, Jacinto Machado/SC, Ermo/SC, Timbé do Sul/SC, Meleiro/SC, e Morro Grande/SC, por meio de seus Prefeitos Municipais, reunidos na cidade de Turvo, no Estado de Santa Catarina, em 10 de dezembro de 2014, resolvem formalizar este Protocolo de Intenções com o objetivo de constituir consórcio público, com personalidade jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, objetivando a instituição do serviço socioassistencial, e de saúde de alta complexidade, na modalidade abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, bem como Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, conforme segue:

TÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO, DURAÇÃO E FINALIDADE

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO E CONSTITUIÇÃO

Art. 1º - O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE, localizado no Extremo Sul Catarinense, com denominação fantasia de "CIIASS", é pessoa jurídica de direito público, sob a forma de associação pública de direito público, dotada de independência decisória e autonomia administrativa, orçamentária e financeira, integrando a administração indireta de todos os entes consorciados, devendo reger-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107/05, Decreto federal nº 6.017/2007, e demais normas pertinentes, pelo presente Protocolo de Intenções e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos competentes.

Parágrafo Único. O CIIASS adquirirá personalidade jurídica mediante a vigência das leis de ratificação de no mínimo três municípios subscritores do Protocolo de Intenções.

Art. 2º - O CIIASS é constituído pelos municípios subscritores deste Protocolo de Intenções, cuja representação política e jurídica se dará por meio do Prefeito Municipal, conforme segue:

I - o MUNICÍPIO DE Turvo/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.548.983/0001-60, com sede na Rua Nereu Ramos, n.1, CEP: 88930-000, Turvo - SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Ronaldo Carlessi;

II - o MUNICÍPIO DE Jacinto Machado/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.960.758/0001-36, com sede à Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro - CEP: 88.950-000 - Jacinto Machado/SC, representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Antonio João de Faveri.

III - o MUNICÍPIO DE Ermo/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.608.905/0001-01, com sede à Rodovia SC 448, n.120, Centro, CEP: 88935-000, Ermo-SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Aldoir Cadorin.

IV - o Município de Timbé do Sul/sc, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº CNPJ: 82.915.232/0001-34, com sede à Rua Aristides José Bon, n.215, Centro, CEP: 88940-000, Timbé do Sul-SC, neste ato representado por seu Prefeito

Municipal, o Sr. Eclair Alves Coelho.

V - o Município de Meleiro/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.837.741/0001-96, com sede à Rua Sete de Setembro, 371, Centro, CEP: 88.920-000, Meleiro/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Jonnei Zanette.

VI - o Município de Morro Grande/sc, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº CNPJ: 95.782.785/0001-08, com sede à Rua Rui Barbosa, n.310 - Centro, CEP: 88925-000, Morro Grande-SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Valdionir Rocha.

§ 1º - Somente será considerado consorciado o Município subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei no prazo de dois anos, contados a partir da data de publicação do Protocolo de Intenções.

§ 2º - A ratificação realizada após dois anos da subscrição somente será válida após homologação da Assembleia Geral do CIIASS.

§ 3º - O consorciamento de município designado como possível integrante do consórcio, dar-se-á mediante lei municipal que autorize seu ingresso no consórcio e posterior homologação da Assembleia Geral.

CAPÍTULO II

DA SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO

Art. 3º - O CIIASS terá sede no município de Turvo, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único - A Assembleia Geral poderá deliberar pela mudança da sede, desde que venha a se estabelecer dentro da área de atuação do consórcio.

Art. 4º - A área de atuação do consórcio será formada pelos territórios dos municípios que o integram, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

Art. 5º - O CIIASS terá duração indeterminada.

CAPÍTULO III

DAS FINALIDADES

Art. 6º - O CIIASS tem como finalidade a instituição do serviço socioassistencial e de saúde de alta complexidade na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92, do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS (Lei nº 8.742/1993) e Centro de Atenção Psicossocial - CAPS (Portaria/SNAS nº 224/1992 Portaria n.º 336/GM/ 2002), observando, entre outros:

I - preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;

II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;

III - atendimento individualizado e em pequenos grupos;

IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V - não desmembramento de grupos de irmãos;

VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII - participação na vida da comunidade local;

VIII - preparação gradativa para o desligamento;

IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

X - atendimento ao contido na Portaria MS 336/02 do Ministério da Saúde;

XI - atendimento ao contido no art. 6º - C, § 2º e § 3º da Lei 8742/93 incluído pela Lei nº. 12435/11.

XII - prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

XIII - fortalecer as redes sociais de apoio à família;

XIV - contribuir no combate de estigmas e preconceitos;

XV - assegurar proteção social imediata e atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando sua integridade física, mental e social;

XVII - prevenir o abandono e a institucionalização;

XVIII - fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família.

XIX - proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais;

XX - desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental.

Art. 7º - O município poderá se retirar do consórcio com prévia autorização da respectiva Câmara Municipal e desde que comunique sua intenção com prazo nunca inferior a 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único. Fica a cargo da Assembleia Geral Extraordinária acertar os termos da redistribuição dos custos da execução dos programas ou projetos de que participa o retirante.

Art. 8º - Os municípios consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio público e, os dirigentes, respondem pessoalmente pelas obrigações por eles contraídas caso pratiquem atos em desconformidade com a lei, os estatutos ou a decisão da Assembleia Geral.

CAPITULO IV

DA NATUREZA JURÍDICA

Art. 9º - O presente consórcio se constituirá como associação pública, com personalidade jurídica de direito público, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo intenções.

CAPÍTULO V

DAS OBRIGAÇÕES DOS CONSORCIADOS

Art. 10 - É obrigação do ente consorciado adotar medidas administrativas que apoiem e viabilizem a consecução do objetivo do Consórcio, cumprindo e fazendo cumprir o presente Protocolo de Intenções.

TITULO II

DA POSSIBILIDADE DE INCLUSÃO DE NOVOS ASSOCIADOS E DA REPRESENTAÇÃO EM ASSUNTOS DE INTERESSE COMUNS

CAPITULO I

DA POSSIBILIDADE DE INCLUSÃO DE NOVOS ASSOCIADOS

Art. 11 - Será facultado o ingresso de novos municípios ao CIASS, mediante aprovação da Assembleia Geral e apresentação de autorização legislativa do município a ser ingressado.

CAPITULO II

DA REPRESENTAÇÃO EM ASSUNTOS DE INTERESSE COMUM

Art. 12 - Todos os assuntos vinculados ao atendimento das crianças e dos adolescentes em serviço de acolhimento, que seja de interesse de mais um município consorciado serão tratados pelo CIASS que representará os municípios perante outras esferas de

governo, levando-se em consideração a necessidade e a demanda de cada município associado e a forma de deliberação sobre os assuntos de interesse comum.

Art. 13 - As competências delegadas ao CIASS pelos entes consorciados, cujo financiamento se dará através de recursos repassados por Contrato de Rateio ou recursos de convênios firmados com outras esferas do governo, estão assim definidas:

I- Cumprir com a Constituição Federal e normas pertinentes ao Direito Público que garantam a proteção à criança e ao adolescente, a família, e aos pacientes com transtornos mentais;

II- cumprir e operacionalizar o Termo de Ajuste de Conduta firmado junto ao Ministério Público de Santa Catarina, constante no Inquérito Civil nº. 06.2014.00005783-7;

III- garantir a implantação e manutenção do CIASS;

IV- garantir que o CIASS esteja articulado com a Rede Socioassistencial de Assistência Social e Saúde e com o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente, Famílias e Pacientes Portadores de Transtorno Mental, integrado com as instâncias públicas governamentais e da sociedade civil organizada dos municípios consorciados;

V- assegurar apoio junto aos entes federados com demais públicos, no que tange ao co-financiamento para manutenção do CIASS;

VI- viabilizar meios para criar parcerias com entidades governamentais e não governamentais, integrando entidades da sociedade civil organizada na fiscalização, colaboração, implantação e manutenção do Programa de Proteção Social Especial de Alta Complexidade;

VII- promover e estipular projetos e pesquisas, voltados à área da criança e do adolescente em medida de acolhimento;

VIII- incentivar e facilitar qualificação técnica e profissional mediante cursos de capacitação continuada, seminários e eventos correlatos, após anuência da Assembleia;

IX- garantir que o Abrigo Institucional, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) sejam eficazes e eficientes nas medidas de proteção;

X- desenvolver campanhas educativas voltadas à população, orientando sobre os direitos da criança e adolescente, famílias e pacientes portadores de transtorno mental;

XI- garantir que cada município compromitente do Consórcio responsabilize-se pelos seus usuários do sistema, no que tange às políticas públicas, em especial na área da saúde (AIHs, medicamentos e procedimentos especializados), assistência social, habitação e outras políticas;

XII- contratar Recursos Humanos para compor quadro de pessoal permanente e temporário, mediante concurso ou processo seletivo simplificado, garantindo a composição da equipe multiprofissional, obedecendo a critérios de formação, perfil, habilidade e qualificação específica de cada função;

XIII- assegurar recursos financeiros do orçamento próprio de cada município compromitente para o custeio de todas as despesas operacionais do consórcio, conforme os valores quantitativamente especificados de repasse auferido para cada consorciado;

XIV- adquirir e/ou receber em doação ou concessão de uso os bens que entender necessários os quais integrarão seu patrimônio

XV- firmar convênios, contratos, credenciamentos e acordos de qualquer natureza;

XVI- receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos governamentais e não governamentais;

XVII- realização licitações cumprindo a legislação vigente da contabilidade pública;

XVIII- representar e fortalecer em conjunto, assuntos de interesses comuns, perante entes, entidades e órgãos públicos e organizações privados, nacionais ou internacionais;

XIX- promover a integração entre si para a prestação de cooperação mútua nas áreas técnicas e administrativas;

XX- manter sede adequada para o desenvolvimento de todas as atividades institucionais do consórcio;
XXI- prestar assistência técnica e assessoria administrativa, contábil e jurídica no desenvolvimento de atividades;
XXII- elaborar projetos, programas, serviços e ações que promovam estudos de interesse do consórcio;
XXIII- projetar, supervisionar e executar obras de ampliação de acordo com a capacidade instalada;
XXIV- implantar processos contábeis, administrativos, gerenciais e operacionais, cumprindo a legislação vigente;
XXV- facilitar intercâmbio com entidades afins, promoção e/ou participação em cursos;
XXVI- viabilizar assistência jurídica, judicial e/ou extrajudicial, inclusive com a realização de cursos, palestras, simpósios e congêneres;
XXVII- fomentar a implantação de Programas de Famílias Acolhedoras, como alternativa de acolhimento a criança e adolescentes que necessitam ser temporariamente afastados da família de origem, atendendo aos princípios de excepcionalidade e de provisoriedade, estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como assegurando parâmetros técnicos de qualidade no atendimento e acompanhamento as famílias acolhedoras, às famílias de origem, às crianças e aos adolescentes.
XXVIII- Firmar contrato de rateio com todos os municípios compromitentes;
XXIX- Elaborar plano de cargos e salários.

TÍTULO III DA ESTRUTURA E COMPETÊNCIAS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14 - O consórcio será organizado por Contrato de Consórcio Público, decorrente da ratificação, por lei, deste Protocolo de Intenções.

§ 1º - A celebração do Contrato de Consórcio Público dar-se-á na primeira Assembleia Geral, sendo dispensada sua alteração quando do ingresso de novos municípios homologado pela Assembleia Geral.

§ 2º - O consórcio regulamentará em Regimento Interno as demais situações não previstas no Contrato de Consórcio Público.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA

Art. 15 - O CIASS terá uma estrutura administrativa constituída por três órgãos, os quais serão eleitos por escrutínio secreto, em Assembleia Geral Ordinária:

- I - Conselho Administrativo;
- II - Conselho Deliberativo;
- III - Conselho Fiscal;

SEÇÃO I DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 16 - A Assembleia Geral do consórcio público, instância máxima de deliberação do CIASS, será composta por todos os Prefeitos dos Municípios consorciados e reunir-se-á, ordinariamente e extraordinariamente sempre que convocada pelo representante legal do CIASS ou por um terço de seus associados, para tratar de assunto específico.

§1º - O membro titular é o Prefeito Municipal e o membro suplente, o Vice-Prefeito, que terá vez e voto na falta daquele.

§2º - Para ter direito a voto o titular deverá estar quites com seus compromissos financeiros e demais obrigações estatutárias.

§3º - Poderão participar da Assembleia Geral, sem direito a voto, representantes das Câmaras de Vereadores dos municípios consorciados, representantes de outros entes da federação e da sociedade civil, desde que convidados pela Diretoria do Consórcio.

Art. 17 - Para efeito de quórum deliberativo da Assembleia Geral será considerada a presença mínima de um terço dos entes consorciados desde que não inferior a três.

Art. 18 - As decisões da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples dos municípios associados presentes, com exceção das previstas no Protocolo de Intenções.

Art. 19 - O voto de cada titular será singular, independentemente dos investimentos feitos no CIASS.

Art. 20 - Havendo consenso entre seus membros, as deliberações poderão ser efetivadas através de aclamação.

Art. 21 - A Assembleia Geral Ordinária Anual será convocada pelo presidente do Consórcio, com antecedência de no mínimo 15 (quinze) dias úteis, para deliberar sobre:

- I - no mês de dezembro, para apreciação do plano de trabalho e do contrato de rateio para o exercício seguinte;
- II - na primeira quinzena no mês de fevereiro, para apreciação das contas anuais do exercício anterior;
- III - no mês de abril, para revisão dos salários dos empregados do Consórcio.

Art. 22 - A reunião extraordinária será convocada pelo Presidente, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, publicadas em jornal de circulação regional, para deliberar sobre:

- I - Alteração estatutária;
- II - convênios, contrato de programa, contrato de gestão, termo de parceria e gestão associada de serviço público;
- III - redistribuição dos custos de execução dos projetos do município que se retirar do Consórcio;
- IV - exclusão de município consorciado;
- V - extinção do Consórcio;
- VI - deliberar sobre assunto específico.

Parágrafo único - As deliberações de que trata este artigo serão tomadas pelo voto de no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros da Assembleia Geral.

Art. 23 - O Estatuto e o Regimento Interno do CIASS somente poderão ser alterados pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros da Assembleia Geral, em reunião extraordinária especialmente convocada para esta finalidade.

SEÇÃO II DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Art. 24 - O Conselho Administrativo é órgão de direção do consórcio, constituído pelos Prefeitos dos Municípios consorciados, podendo ser substituído pelo Vice-Prefeito do Município ou Presidente da Câmara de Vereadores, nos casos em que estiverem exercendo a função de prefeito e desde que seja feito de maneira formal, por escrito, em dia com suas obrigações estatutárias, sendo órgão soberano do CIASS, que será comandado por uma Diretoria, assim constituída:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - Secretário.
- IV - 2º Secretário;
- V - Secretário Executivo.

§1º - A Diretoria do Conselho Administrativo será eleita em Assembleia Geral, pela maioria absoluta de seus membros, para mandato de 02 (dois) anos, podendo seus membros serem substituídos na forma indicada no caput deste artigo, bem como reeleitos, para mais um período, exceto o cargo de Secretário Executivo que será indicado pelo Presidente;

§2º - Ocorrendo empate, considerar-se-á eleito o concorrente mais idoso.

§3º - A eleição para escolha de nova Diretoria será realizada no mês de abril do último ano de mandato.

§4º - A diretoria tomará posse automaticamente após a eleição.

§5º - Os membros dos conselhos Administrativos, Deliberativo e fiscal do CIASS não receberão remuneração a qualquer título pelo exercício do cargo.

§6º - Havendo um único candidato a eleição poderá ocorrer por aclamação.

Art. 25 - Compete ao Presidente do consórcio, entre outras atribuições:

- I - presidir as reuniões do Conselho Administrativo e as Assembleias Gerais e manifestar o voto de qualidade;
- II - representar o Consórcio ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente;
- III - firmar contratos e convênios, bem como constituir procuradores "ad negotia" e "ad iudicia", mediante decisão da Assembleia Geral;
- IV - representar os municípios integrantes, em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público, nacional ou internacional;
- V - encaminhar aos órgãos competentes as reivindicações, estudo, projetos e proposições do Consórcio;
- VI - administrar, contratar e demitir os empregados do Consórcio, nos termos do Estatuto, considerando parecer do Conselho Deliberativo;
- VII - solicitar aos municípios consorciados para que coloquem à disposição, servidores e técnicos, para executar projetos, programas e ações de interesse do Consórcio;
- VIII - contratar consultorias e empresas de prestação de serviços, de acordo com a decisão da Assembleia Geral;
- IX - estabelecer normas internas através de resoluções, sobre atribuições dos empregados, remuneração, vantagens adicionais de salário e outras voltadas ao funcionamento do Consórcio, sempre observando o plano de cargos e salários, bem como a concordância da Assembleia Geral;
- X - movimentar os recursos financeiros e autorizar pagamentos juntamente com o Secretário Executivo;
- XI - administrar o patrimônio do Consórcio, visando a sua formação e manutenção;
- XII - convocar a Assembleia Geral, nos termos do Estatuto;
- XIII - executar e divulgar as deliberações do Conselho Administrativo;
- XIV - submeter à Assembleia Geral de eleição da nova Diretoria e o Orçamento Anual e do Consórcio;
- XV - submeter para apreciação, na primeira Assembleia Geral do ano, o Balanço Geral do Consórcio, referente ao exercício anterior;
- XVI - colocar à disposição dos demais consorciados, quando solicitado, toda a documentação física-financeira, projetos, programas e relatórios do Consórcio;
- XVII - encaminhar o Balancete Financeiro mensal e o relatório de atividades aos municípios consorciados, servindo os mesmos de Prestação de Contas das contribuições financeiras à entidade, após apreciação e aprovação do Conselho Fiscal;
- XVIII - propor à Assembleia Geral a criação ou extinção de

Departamento Técnicos;

XIX - administrar e zelar pelo cumprimento das normas do Estatuto Social;

XX - colocar em deliberação as decisões do Conselho Deliberativo;

XXI - definir a política patrimonial e financeira do consórcio;

XXII - indicar o Secretário Executivo.

Parágrafo Único - As competências arroladas neste artigo poderão ser delegadas ao Secretário Executivo.

SEÇÃO III

DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 26 - É um órgão de natureza técnica e deliberativa do CIASS, composto por profissionais com formação nas áreas de Serviço Social, Psicologia, Pedagogia e Oficiais da Infância e Juventude do Judiciário das comarcas que congregam o consórcio.

Art. 27 - O Conselho Deliberativo será formado por representante de cada município, em dia com suas obrigações estatutárias e representantes do Poder Judiciário de cada comarca sendo:

I- Comissários da Infância e da Juventude da Comarca de Turvo;

II- Assistentes Sociais Forenses da Comarca de Turvo;

III- 01 Assistente Social de cada Município participante;

IV- 01 Psicólogo de cada Município participante.

Parágrafo único - Os representantes vinculados às prefeituras serão nomeados pelos Prefeitos, através de Portaria.

Art. 28 - O conselho Deliberativo tem como finalidade:

I - Deliberar sobre as questões técnicas, operacionais e organizacionais, no que diz respeito ao bom funcionamento do CIASS;

II - Assessorar tecnicamente, sendo mediador entre o Conselho Administrativo e o CIASS.

Art. 29 - O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, em data previamente estabelecida e, extraordinariamente quando convocado por seu Presidente ou por 1/3 (um terço) de seus membros, pelo Conselho Fiscal ou Conselho Administrativo.

Art. 30 - O Conselho Deliberativo será formado por uma Diretoria com mandato de 02 (dois) anos, permitindo recondução por mais um mandato.

Parágrafo único - A escolha será realizada entre seus pares, em votação secreta, ou por aclamação, assim constituída:

I - Presidente

II - Vice-Presidente

III - Secretário

IV - 2º Secretário

Art. 31 - Compete ao Presidente do Conselho Deliberativo:

I - presidir as reuniões do Conselho Deliberativo e manifestar o voto de qualidade;

II - participar das reuniões do Conselho Administrativo;

III - encaminhar ao Conselho Administrativo todos os atos deliberados no Conselho Deliberativo.

Art. 32 - Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em seus impedimentos, licenças ou afastamento.

Art. 33 - Ao Secretário compete secretariar as reuniões da Assembleia Geral e promover todos os atos relativos à função.

Art. 34 - Ao 2º Secretário compete substituir o Secretário em seus impedimentos licenças ou afastamento.

Art. 35 - O Conselho Deliberativo terá como atribuição:

- I - fiscalizar, acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pela coordenação, administração e equipe técnica da Casa da Criança e do Adolescente;
- II - fiscalizar as aplicações dos recursos financeiros encaminhados ao CIASS por cada Prefeitura participante do Consórcio;
- III - organizar o Processo Seletivo, para a contratação dos empregados públicos, bem como elaborar o Plano de Cargos e Salários;
- IV - manifestar-se quanto ao desempenho profissional dos funcionários do Abrigo Institucional, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS);
- V - propor alterações e aprovar o Regimento Interno;
- VI - propor novas ações no Plano de trabalho;
- VII - avaliar e deliberar sobre solicitações da coordenação quanto à ampliação da casa e aquisição de equipamentos e outros materiais;
- VIII - analisar adesão de novos Municípios ao Consórcio, bem como possibilidade de convênios para, posterior, aprovação do Conselho Administrativo;

SEÇÃO IV DO CONSELHO FISCAL

Art. 36 - O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização do consórcio, sendo formado por representantes de cada município consorciado, indicado por Portaria pelo chefe do poder executivo, com seus respectivos suplentes.

§ 1º - O Conselho Fiscal será presidido por um dos seus membros, escolhido entre seus pares, com mandato de 01 (um) ano, após a apreciação das contas do mandato anterior.

§ 2º - Na mesma ocasião serão escolhidos o Vice-Presidente e o Secretário.

§ 3º - Os Membros do Conselho Fiscal serão indicados ou renomeados anualmente, pelo Conselho Administrativo.

§ 4º - Os representantes do Conselho Fiscal serão do quadro municipal: da área Contábil (técnico em Contabilidade e/ou Contabilista) e/ou Jurídica.

Art. 37 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I - fiscalizar mensalmente a contabilidade do consórcio;
- II - acompanhar e fiscalizar sempre que considerar oportuno e conveniente, quaisquer operações econômicas ou financeiras do consórcio e propor à Assembleia Geral a contratação de auditorias;
- III - emitir parecer sobre a proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidas à Assembleia Geral;

Art. 38 - O Conselho Fiscal, através de seu Presidente e por decisão da maioria absoluta de seus integrantes, convocará, obrigatoriamente, a Diretoria do Conselho Administrativo e Deliberativo para prestar esclarecimentos ou tomar providências quando houver indícios de irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

CAPÍTULO III DOS DIREITOS E DEVERES DOS ENTES

Art. 39 - O Ente consorciado tem direito a:

- I - Tomar parte nas deliberações, obedecidas às disposições deste Protocolo de Intenções, discutindo e votando os assuntos neles tratados;
- II - propor ao Presidente ou a quem de direito medidas de interesse do Consórcio;
- III - votar e ser votado para ocupar cargos nas unidades administrativas ou integrá-las;
- IV - solicitar por escrito, a qualquer tempo, quaisquer informações sobre os negócios do Consórcio;
- V - desligar-se do Consórcio, obedecidas as condições estabelecidas neste Protocolo de Intenções, no Estatuto, e no Contrato de Consórcio Público;
- VI - exigir o pleno cumprimento das cláusulas do Protocolo de Intenções.

§1º - Ao Ente Consorciado é facultado o pedido de retirada com prévia comunicação formal de 60 (sessenta) dias, obtida a devida autorização legislativa.

§2º - A Assembleia Geral providenciará, a partir da comunicação de exclusão de que trata o §1º, deste artigo, a compatibilização dos custos dos planos, projetos, programas, ou atividades de que participe o consorciado excludente, entre os demais consorciados participantes.

Art. 40 - O Ente tem o dever e obrigação de:

- I - Cumprir as disposições da Lei, do Protocolo de Intenções, do Estatuto e respeitar resoluções regularmente tomadas no âmbito do Consórcio;
- II - satisfazer pontualmente seus compromissos para com o Consórcio;
- III - trabalhar em prol dos objetivos do consórcio.

TÍTULO IV DA CONTRATAÇÃO DO CONSÓRCIO POR MUNICÍPIO

CAPÍTULO I DO NÚMERO, DAS FORMAS DE PROVIMENTO E DA REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS DO CIASS

SEÇÃO I DO REGIME JURÍDICO

Art. 41 - O Quadro de pessoal do CIASS será composto de acordo com a necessidade e especificidade de cada programa de atendimento, mediante concurso público e/ou processo seletivo, exceto para o cargo de Coordenador Social, considerado cargo de confiança, de livre nomeação e exoneração da Diretoria.

§ 1º - Para atender as finalidades e objetivos do abrigo institucional, o quadro de empregados e remuneração será o constante do Anexo I, parte integrante deste Protocolo de Intenções.

§ 2º - Para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, o quadro de empregados e remuneração será regulamentado pelos municípios consorciados, quando forem implantados os referidos programas, com a acrescentação dos Anexos III e IV.

Art. 42 - A remuneração dos empregados deverá estar previstas em Plano de Cargos e Salários, ao qual será proposta pela Diretoria e submetido à aprovação dos associados, em Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esta finalidade.

Parágrafo único - O plano de Cargos e Salários deverá fixar o número, a forma e os requisitos de provimento e sua respectiva remuneração, bem como quais quer outras parcelas remuneratórias

ou de caráter indenizatório, especificando também a descrição da função, lotação, jornada de trabalho e a denominação de seus funcionários.

Art.43 - O regime de trabalho dos empregados públicos do CIASS, aprovados através de concurso público e/ou processo seletivo realizado pelo Consórcio, será o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e de acordo com o Plano de Cargos e Salários, bem como ao que disciplina o art. 6º, §2º, da Lei 11.107 de 05 de abril de 2005.

Art. 44 - A escolha do Coordenador será feita pelo município sede e aprovado pela Assembleia Geral, sendo equiparado ao guardião, conforme previsto no art. 92 da Lei nº 8.069/90 - ECA - e parágrafo quinto da cláusula primeiro do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre o Ministério Público Estadual e os municípios consorciados.

Art. 45 - Os municípios consorciados poderão ceder ou transferir servidores do quadro permanente para atuarem no Consórcio, na forma e condições da legislação de cada ente.

Parágrafo único. Havendo o afastamento do funcionário, seja ele cedido ou contratado, a Assembleia Geral deverá deliberar sobre a sua imediata substituição.

Art. 46 - A Diretoria poderá nos casos de excepcional interesse público para contratação de pessoal por tempo determinado objetivando atender às necessidades temporárias, como por exemplo, a execução de estudos, projetos específicos, atendimento às obrigações assumidas por força de convênios, ajustes de condutos, termos, acordos, bem como substituições temporárias.

TÍTULO V DA FUNCIONALIDADE E GESTÃO DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I DAS CONDIÇÕES PARA QUE O CIASS CELEBRE CONTRATO DE GESTÃO OU TERMO DE PARCERIA

Art. 47 - É condição para que o CIASS celebre contratos de gestão ou termo de parcerias, a existência de limite orçamentário e que os seus objetivos estejam de acordo com o plano de atividades aprovado pelo Conselho Administrativo.

Parágrafo único. As contratações serão precedidas de cotação prévia de preços, observada a Lei de Licitações (Lei Federal 8.666 de 21.06.93, e alterações anteriores), e demais legislação pertinente.

Art. 48 - O Consórcio poderá firmar contrato de gestão obedecendo, no que couber, os termos da Lei Federal nº 9.649/1998, e celebrar termo de parceria, na forma da Lei Federal nº 9.790/1999, ficando a cargo da Diretoria a elaboração dos mesmos, submetidos à apreciação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para tal finalidade.

Parágrafo único - Tanto o contrato de gestão como o termo de parceria, será considerado aprovado mediante voto favorável da maioria absoluta dos consorciados.

CAPÍTULO II DA AUTORIZAÇÃO PARA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 49 - Para cumprimento de suas finalidades, o CIASS deverá:

- instalar e manter na cidade de Turvo/SC abrigo institucional para o serviço de acolhimento de crianças e adolescentes, encaminhadas pelo Poder Judiciário do respectivo município consorciado;
- viabilizar a instalação de Centro de Referência Especializado

- de Assistência Social - CREAS e Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, quando decidido por Assembleia Geral Extraordinária;
- proceder com o planejamento, a fiscalização, a regulação e a prestação dos serviços públicos atinentes ao objeto do convênio;
- capacitação técnica do pessoal encarregado da prestação dos serviços de saúde pública nos Municípios consorciados;
- aquisição ou administração dos bens para o uso compartilhado dos Municípios consorciados;
- custear despesas com consultas médicas, odontológicas, internações e procedimentos hospitalares, exames especializados, transporte, alimentação, óbitos e funerais, quando não fornecidos pelo SUS;
- realizar licitações, outorgar concessões, permissões ou autorizações para prestação dos serviços, objeto deste protocolo de intenções, dentro do que estabelece a Lei nº 11.107/2005;

CAPÍTULO III DA GESTÃO

Art. 50 - Para cumprimento de suas finalidades, o Consórcio poderá:

- Ser contratado pela administração direta ou indireta dos municípios consorciados, dispensada a licitação;
- Firmar convênio em nome dos municípios consorciados, com o Governo Estadual, Governo Federal, Empresas Públicas, de Economia Mista, Autarquias, Secretarias de Estado, Ministérios e organismos internacionais;
- Receber recursos oriundos de transferências voluntárias de órgãos governamentais e não governamentais, bem como recursos oriundos de multas aplicadas por órgãos ministeriais.
- Locar imóveis, veículos e bens móveis diversos;
- Realizar outras ações afins, a serem aprovadas pela Assembleia Geral do CIASS.

Art. 51 - No caso de contratação de operação de crédito, o Consórcio se sujeita aos limites e condições próprios estabelecidos pelo Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 52, VII, da Constituição Federal.

CAPÍTULO IV DA APLICAÇÃO DAS NORMAS FINANCEIRAS E FISCALIZAÇÃO

Art. 52 - A execução das receitas e das despesas do consórcio deverá obedecer as normas de direito administrativo e financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 53 - O CIASS está sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do CIASS, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncias de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos de rateio.

Art. 54 - Os valores repassados ao CIASS pelos entes consorciados através de Contrato de Rateio, para custeio das despesas permanentes do CIASS, serão estabelecidos com base na população de cada ente, apurada pelo IBGE e publicada em órgão oficial.

Art. 55 - Os valores dos repasses serão alterados pela Assembleia Geral sempre que necessário.

Art. 56 - Os entes consorciados somente entregarão recursos financeiros ao CIASS mediante contrato de rateio.

Art. 57 - O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro, com observância da legislação orçamentária e financeira do ente consorciado contratante e independente da previsão de

recursos orçamentários que suportem o pagamento das obrigações contratadas.

Art. 58 - As cláusulas do contrato de rateio não poderão conter disposição tendente a afastar, ou dificultar a fiscalização exercida pelo órgão de controle interno ou externo ou pela sociedade civil de qualquer dos entes da Federação consorciados.

Art. 59 - Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o município consorciado, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CIASS, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista no contrato de rateio.

Art. 60 - A eventual impossibilidade de o município consorciado cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida em contrato de rateio obriga o CIASS a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Art. 61 - O prazo de vigência do contrato de rateio não será superior ao de vigência das dotações que o suportam, com exceção dos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

Art. 62 - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o CIASS deverá fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada município na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

Art. 63 - O ano social e o exercício financeiro coincidem com o ano civil.

Art. 64 - O CIASS deve possuir orçamento anual, estruturado em dotações, e aprovado em Assembleia Geral.

Art. 65 - Os Municípios membros destinarão os recursos financeiros para o cumprimento do contrato de rateio do CIASS, cujo valor deverá ser consignado na Lei Orçamentária Anual, em conformidade com o disposto no art. 8º da Lei nº 11.107/2005 e Decreto nº 6.017/2007.

Art. 66 - É vedada a aplicação de recursos entregues por meio de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

CAPITULO V DA CONTRATAÇÃO DO CONSÓRCIO POR MUNICÍPIO

Art. 67 - O Consórcio poderá ser contratado por município consorciado, ou por entidade que integra a administração indireta deste último, sendo dispensada a licitação nos termos do art. 2º, III, da Lei nº 11.107, 2005.

Parágrafo único - O contrato, preferencialmente, deverá ser celebrado sempre quando o consórcio fornecer bens ou prestar serviços para um determinado município consorciado, de forma a impedir que sejam eles custeados pelos demais.

CAPITULO VI DAS LICITAÇÕES COMPARTILHADAS

Art. 68 - O Consórcio poderá realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela administração direta ou indireta dos municípios consorciados.

TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I DA RETIRADA

Art. 69 - Nenhum município é obrigado a permanecer consorciado, sendo que sua retirada dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral, na forma previamente disciplinada pelo Estatuto Social.

Art. 70 - A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o consórcio público.

CAPÍTULO II DA EXCLUSÃO

Art. 71 - A exclusão do município consorciado só é admissível havendo justa causa.

Art. 72 - Além das que sejam reconhecidas em procedimento específico, é justa causa a não inclusão, pelo município consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotação suficiente para suportar as despesas que, nos termos do orçamento do CIASS deve ser assumido por meio de contrato de rateio, ou tornar-se inadimplente.

Art. 73 - A exclusão mencionada somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o município consorciado poderá se reabilitar.

Art. 74 - A exclusão do consorciado exige processo administrativo onde lhe seja assegurado o exercício do direito a ampla defesa e contraditório.

CAPÍTULO III DA EXTINÇÃO

Art. 75 - A extinção do Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados, sendo que em caso de extinção.

I - os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços;

II - até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantindo o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

III - o pessoal cedido ao Consórcio retornará aos seus órgãos de origem, e os empregados públicos terão automaticamente rescindidos os seus contratos de trabalho com o consórcio;

IV - o patrimônio, depois de quitadas todas as obrigações, será dividido entre os entes consorciados, de acordo com sua quota de participação/porcentagem do contrato de rateio no Consórcio.

V - o Município de Turvo/SC, sede do Consórcio, indenizará os demais municípios pelas edificações e bens móveis adquiridos em conjunto durante a existência do Consórcio, após avaliação feita em comum acordo entre os consorciados, na mesma proporção em que foram adquiridos e dentro das condições financeiras do Município de Turvo/SC.

CAPITULO IV DA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA DO CIASS

Art. 76 - O presente Estatuto Social somente poderá ser alterado, em reunião extraordinária especialmente convocada para esta finalidade, sendo que suas alterações produzirão efeitos imediatos.

CAPITULO V**DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DO IMÓVEL DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO CONSÓRCIO E DA AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS**

Art. 77 - As despesas para aquisição dos bens móveis ou com eventuais ampliações, reforma, adaptações e manutenção, aquisição de imóvel, necessários à instalação e funcionamento do Consórcio, e suas finalidades, serão rateadas entre os municípios consorciados, por meio de contrato de rateio, em igual proporção.

Art. 78 - O Presidente do CIASS prestará contas da administração dos recursos financeiros aos municípios consorciados.

Art. 79 - Fica vedada ao CIASS a renúncia de receita.

Art. 80 - O CIASS deverá obedecer ao princípio da publicidade, no sentido de tornar públicas as suas decisões orçamentárias, financeiras ou contratuais e as que digam respeito à admissão de pessoal, permitindo que qualquer do povo tenha acesso as suas reuniões e aos documentos que produzir, salvo, nos termos da lei, os considerados sigilosos por prévia e motivada decisão;

Art. 81 - Os Municípios consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do CIASS, e, os dirigentes, respondem pessoalmente pelas obrigações contraídas caso pratiquem atos em desconformidade com a lei, os estatutos ou decisões da Assembleia Geral.

**CAPÍTULO VI
DA ELEIÇÃO DO FORO**

Art. 82 - Fica eleito o Foro da Comarca de Turvo/SC, para dirimir qualquer dúvida inerente ao devido instrumento.

Art. 83 - Os casos omissos no presente Protocolo de Intenções serão resolvidos pela Assembleia Geral e Legislação Aplicável.

Art. 84 As normas do presente Protocolo de Intenções entrarão em vigor a partir da data da sua publicação no órgão oficial.

Turvo, 10 de dezembro de 2014.

RONALDO CARLESSI
PREFEITO DE TURVO

ANTONIO JOÃO DE FAVERI
PREFEITO DE JACINTO MACHADO/SC

ECLAIR ALVES COELHO
PREFEITO DE TIMBÉ DO SUL

ALDOIR CADORIN
PREFEITO DE ERMO

VALDIONIR ROCHA
PREFEITO DE MORRO GRANDE

Jonnei Zanette
Prefeito de Meleiro

ANEXO I**DOS EMPREGOS PÚBLICOS**

GRUPO	CARGO	Nº VAGAS	Carga Horária Semanal
1 - SERVIÇOS GERAIS	Cozinheira	01	40 horas
	Serviços Gerais	01	40 horas
2 - SERVIÇOS OPERACIONAIS (Nível Médio)	Cuidador Social (Noturno)	04	40 horas
	Cuidador Social (Diurno)	06	40 horas
3 - TÉCNICO CIENTÍFICO (Nível Superior)	Assistente Social	01	30 horas
	Psicólogo	01	40 horas

DO EMPREGO PÚBLICO DE LIVRE PROVIMENTO EM COMISSÃO

CARGO	PERFIL	Nº VAGAS	Carga Horária Semanal
Coordenador Social	1. Nível superior, conforme resolução 17/2011 do CNAS, que compõe a gestão; 2. Experiência na área da criança e do adolescente; 3. Conhecimento da rede de proteção à infância e juventude, de políticas públicas e da rede de serviços da região.	01	40 horas

anexo II**Estimativa de impacto orçamentário-financeiro**

exercício de 2015	
Despesas	Total
Aquisição de materiais permanentes	R\$ 80.000,00
Pessoal e encargos sociais	R\$ 264.000,00
Material de consumo	R\$ 120.000,00
Outras despesas correntes (água, energia, aluguel, internet, contratação de terceiros, etc)	R\$ 120.000,00
TOTAL	R\$ 584.000,00

exercício de 2016	
Despesas	Total
Pessoal e encargos sociais	R\$ 279.840,00
Material de consumo	R\$ 124.800,00
Outras despesas correntes (água, energia, aluguel, internet, contratação de terceiros etc)	R\$ 124.800,00
TOTAL	R\$ 529.440,00

exercício de 2017	
Despesas	Total
Pessoal e encargos sociais	R\$ 296.640,00
Material de consumo	R\$ 129.792,00
Outras despesas correntes (água, energia, aluguel, internet, contratação de terceiros, etc)	R\$ 129.792,00
TOTAL	R\$ 556.224,00

RATIFICAÇÃO PROTOCOLO CIIASS 001

LEI Nº 2.226/14, de 16 de Dezembro de 2014.

RATIFICA PROTOCOLO DE INTENÇÕES COM A FINALIDADE DE INSTITUIR O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificado pelo Município de Turvo/SC, Protocolo de Intenções com a finalidade de instituir o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE - CIIASS, objetivando a instituição do serviço socioassistencial, e de saúde de alta complexidade, na modalidade abrigo institucional para crianças e adolescentes, bem como Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, o qual será composto pelos municípios de Turvo/SC, Jacinto Machado/SC, Ermo/SC, Timbé do Sul/SC, Meleiro/SC e Morro Grande/SC ficando desde já autorizado o Chefe do Poder Executivo a manifestar expressa anuência, em assembléia, em relação à aprovação do respectivo estatuto.

Art. 2º O Consórcio Intermunicipal de Assistência Social e Saúde será constituído sob a forma de consórcio público, com personalidade jurídica de direito público, mediante publicação do competente Estatuto.

Art. 3º Fica o Município de Turvo autorizado a firmar contrato de rateio com o Consórcio Intermunicipal de Assistência Social e Saúde, de acordo com cada programa de atendimento, visando atender as finalidades do consórcio, conforme estabelecido no protocolo de intenções, que através da presente Lei passa a denominar-se Contrato de Consórcio, nos termos do Anexo Único, parte integrante da presente Lei.

Art. 4º Fica aplicada, para reger as relações jurídicas entre Município de Turvo/SC, Jacinto Machado/SC, Ermo/SC, Timbé do Sul/SC, Meleiro/SC e Morro Grande/SC o Consórcio Intermunicipal de Assistência Social e Saúde, a Lei federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Turvo - SC, 16 de Dezembro de 2014.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

